



Universidades Lusíada

Belo, Albertina Marques Pires, 1947-

As Ordens Terceiras de São Francisco na Zona da Mata : implantação da Província Franciscana de Santo António do Brasil ao longo dos séculos XVII e XVIII

<http://hdl.handle.net/11067/621>

Metadados

Data de Publicação	2013-12-04
Resumo	Os espaços ocupados ou construídos pelas Ordens Terceiras de São Francisco nos conventos da antiga Província Franciscanos de Santo António do Brasil, entre os finais dos séculos XVI e XVIII. Inventariação e análise dos programas construtivos e das soluções tomadas. Padrões de construção e articulação com os cenóbios. Singularidades, persistências, continuidades construtivas dos modelos adoptados. Cotejo das fábricas edificadas na zona da Mata Nordestina e no Reino. O conjunto de soluções de tr...
Palavras Chave	Ordem Franciscana Secular (Brasil) - História, Arquitectura franciscana - Brasil - Século 17, Arquitectura franciscana - Brasil - Século 18
Tipo	doctoralThesis
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FCHS] Teses

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-05-17T09:00:28Z com informação proveniente do Repositório



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Doutoramento em História

Área Científica de História da Arte

**As Ordens Terceiras de São Francisco na Zona da
Mata: implantação da Província Franciscana de Santo
António do Brasil ao longo dos séculos XVII e XVIII**

V. 1

Realizado por:

Albertina Marques Pires Belo

Orientado por:

Prof. Doutor Luís Manuel Aguiar de Morais Teixeira

Constituição do Júri:

Presidente:	Prof. Doutor Eng. Diamantino Freitas Gomes Durão
Orientador e Vogal:	Prof. Doutor Luís Manuel Aguiar de Morais Teixeira
Arguente e Vogal:	Prof. Doutor Nuno de Carvalho Conde Senos
Vogal:	Prof. Doutor Rafael de Faria Domingues Moreira
Vogal:	Prof. Doutor Carlos César Lima da Silva Motta
Vogal:	Prof. Doutor Horácio Manuel Pereira Bonifácio

Tese aprovada em: 2 de Dezembro de 2013

Lisboa

2011



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

**AS ORDENS TERCEIRAS DE SÃO FRANCISCO
NA ZONA DA MATA**

**Implantação da Província Franciscana de Santo António do Brasil
ao longo dos séculos XVII e XVIII**

Volume I

Albertina Marques Pires Belo

**Dissertação para obtenção do grau de Doutor em História : alínea de
História da Arte**

**Lisboa
2011**

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

**AS ORDENS TERCEIRAS DE SÃO FRANCISCO
NA ZONA DA MATA**

**Implantação da Província Franciscana de Santo António do Brasil
ao longo dos séculos XVII e XVIII**

Volume I

Albertina Marques Pires Belo

**Dissertação para obtenção do grau de Doutor em História : alínea de
História da Arte**

Orientador: Professor Doutor Luís Manuel Aguiar de Moraes Teixeira

Lisboa
2011

À memória saudososa de meus pais e irmão,
com sentido reconhecimento pelo ser que ajudaram a moldar em mim.

“Há muitas coisas prodigiosas, mas nenhuma mais prodigiosa do que o homem. Este prodigioso ser avança mesmo através do mar branco da espuma, impulsionado pelo vento do Sul, passando por entre as cheias ondas que bramam em redor...”

Antígona

Agradecimentos

A preparação da nossa dissertação contou com a prestação de várias entidades, umas individualizadas outras institucionais que de muitos modos nos apoiaram, deram incentivos, indicações, sugestões e nos corrigiram, a quem ficámos reconhecidamente devedores.

Primeiramente, ao nosso orientador, o Sr. Professor Doutor Luís Manuel Aguiar de Moraes Teixeira, a aceitação do tema que nos fora alvitado, a prestação de constante apoio, dedicação, compreensão e estímulo; os desafios que nos lançou; a exigência que incessantemente impôs, a sua disponibilidade sempre que procurada, a sua amizade.

Ao Sr. Professor Arquitecto José Luís Mota Menezes, da Universidade Federal de Pernambuco, a sugestão do tema “arquitectura franciscana” e concordância com o desvio por nós proposto; os vários e importantes conselhos dados sobre o tema tratado e a disponibilidade manifestada nas várias deslocações ao Recife para abordarmos assuntos, que muito alargaram os horizontes do trabalho. Além do generoso empréstimo de obras, de documentação e de trabalhos próprios, dificilmente acessíveis de outro modo, pelo acompanhamento às instalações conventuais de Olinda e Igaraju e, ainda, pela estima oferecida.

Ao Sr. Professor Doutor Nuno Senos, da Universidade Nova de Lisboa, pelo bom acolhimento prestado ao tomar conhecimento do nosso interesse por uma temática próxima da que foi o cerne da sua Tese apresentada para obtenção do grau Ph. D. nos Estados Unidos da América, ainda não publicada; principalmente, a gentileza e a generosidade em nos ceder cópia do texto dela e imagens colhidas por si do convento de Serinhaém, no Pernambuco, que não nos foi dado visitar.

Aos religiosos responsáveis por alguns dos conventos franciscanos dos cinco

Estados Brasileiros nordestinos que visitámos, pela abertura das suas portas, por nos receberem e disponibilizarem simpatia, tempo e informação. Destes, destacamos os Senhores Padres, Frei Hugo Fragoso (Salvador), Frei Arnaldo Motta e Sá, e Frei José Rodrigues (Penedo), Frei Marcos António Almeida e Frei João Sannig (Olinda/Recife), Frei José Milton de Azevedo Coelho (Ipojuca), Frei Hilton Botelho (Cairu).

Ainda, ao Director da Academia Penedense de Letras Sr. Marcelino Cantalice da Trindade, por dispor do seu tempo para nos esclarecer dúvidas e cedência de obras da sua autoria, não editadas. Também em Penedo, ao Sr. Dr. Francisco A. Sales, Presidente da Fundação Casa de Penedo, a facilidade concedida de acesso à biblioteca da Instituição a que preside.

Aos responsáveis pelas Ordens Terceiras ou pelo seu património, particularmente, o Sr. Raymundo José Couto (Salvador), o Sr. Roberto Vilela de Melo Silva (Recife), e o Ministro dos Terceiros de São Cristóvão, Sr. Alexnaldo dos Santos Neres, por nos receberem, acompanharem nas visitas às respectivas Ordens Terceiras e nos elucidarem.

Às Superintendências dos IPHAN de Pernambuco, da Baía, de Sergipe e de Alagoas, nas pessoas dos seus superintendentes e técnicos que gentilmente nos disponibilizaram documentação vária. Singularmente, a simpatia e a ajuda prestada, em Salvador, o envio de obras, pelo Sr. Arquitecto Francisco de Assis S. de Santana e pelos seus técnicos, pelo Sr. Arq.º Frederico Faria Neves Almeida; em Aracaju, à Sr.ª Dr.ª Eliana Maria Silveira Fonseca Carvalho; em Maceió, às Senhoras Arquitectas Ana Cláudia Vasconcellos Magalhães e Josemay Ferrare, aos Senhores arquitectos Sandro Gama de Araújo, Mário Aloísio Barreto Mello e Yuri Batalha (Maceió).

Ao Sr. Dr. Ulisses Pernambucano da Fundação do Património Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARP) no Recife, a sua ajuda na obtenção de documentação sobre trabalhos seus que nos interessavam e na cedência de elementos.

À Sr.ª Dr.ª Noémia Maria Zaidan, do Arquivo Estadual do Recife, o apoio necessário e o melhor acolhimento.

Ao amigo, Professor Estácio Fernandes, que gentilmente se disponibilizou para nos acompanhar e ajudar no estabelecimento de contactos vários em Salvador.

Aos amigos Sr.ª D.ª Lourinete Linz Tavares e seu saudoso marido Sr. Nilo Menezes Tavares, com referência especial devida pela plena solicitude em nos receber

em suas casas, no Recife e no Penedo, e nos disponibilizar transporte e companhia; ainda, ao Sr. Amílcar Fraga de Gusmão Linz pelo apoio e companhia dispensados.

Em Portugal, estamos devedores pelo bom acolhimento dispensado pelos responsáveis de Instituições franciscanas e Ministros de Ordens Terceiras. Particularizamos, em Guimarães o Sr. Ministro da Venerável Ordem Belmiro Jordão, em Braga a Sr.^a Dr.^a Maria José Proença, Presidente da Comissão Administrativa da Ordem Terceira de São Francisco de Braga; no Porto, o Sr. Dr. Luís Matos Alves, Presidente da Comissão Administrativa da Ordem Terceira de São Francisco e a Sr.^a Dr.^a Analdina Rocha, técnica superior de museologia da igreja de São Francisco; em Coimbra, a Sr.^a Ministra Dr.^a Isabel Jardim, a Sr.^a Dr.^a Raquel Santos do núcleo arqueológico da CMC; em Aveiro, o Director da Polícia Judiciária, Dr. Teófilo Santiago, o Ministro da Ordem Terceira, Sr. João Calisto; na Merceana, o Sr. Luís Rema, a Sr.^a Dr.^a Carla Pereira, Provedora da Santa Casa da Misericórdia da Merceana, o Sr. Professor António Rodrigues Guapo e o Sr. Padre José Eduardo de Alenquer; em Lisboa, o Centro Cultural do Seminário de Nossa Senhora da Luz e o bom acolhimento na sua biblioteca, o Sr. P.^o Henrique Pinto Rema, do Convento de Nossa Senhora de Jesus, a visita por si guiada ao espaço dos Terceiros e os dados fornecidos por si; em Serpa, a Sr.^a D.^a Cristina Pereira; em Tavira, a Sr.^a Ministra da Ordem Terceira de Tavira, Sr.^a D.^a Elvira e a Sr.^a Dr.^a Alda Graça; em Faro, a Sr.^a D.^a Paula Canário, Ministra da Ordem Terceira, e o Sr. Vice-Ministro Rui Patrício Guerreiro; em Angra do Heroísmo, a Sr.^a Dr.^a Maria Helena Ormonde, o Sr. Dr. Francisco Maduro-Dias e Sr. Dr. Francisco Lima, respectivamente, directora e técnicos superiores do Museu de Angra do Heroísmo, assim como a gentileza das colaboradoras, na visita às instalações e cedência de documentação.

Ao amigo Sr. Professor Doutor Arquitecto Joaquim Marcelino Conceição Santos, da Universidade Lusíada de Lisboa, pela ajuda dispensada.

Ainda a boa recepção tida nos diversos arquivos, bibliotecas e outras Instituições em Portugal e as facilidades prestadas.

À Fundação para a Ciência e a Tecnologia pela bolsa concedida.

À Sr.^a D.^a Irene Teixeira de Aguiar Araújo o acolhimento em sua casa no Algarve que muito facilitou a pesquisa aí empreendida.

À Sr.^a Mestre Cora Teixeira, a quem pedimos apoio para aspectos relacionados

com o Funchal.

Aos nossos amigos e familiares a sua compreensão pela grande ausência do seu convívio a que esta longa caminhada nos levou.

Finalmente, a João Manuel Almeida Catarino, meu marido – autor de grande parte das fotografias juntas em anexo –, com especial menção pelo incentivo dado e a serenidade demonstrada pelo tempo em que decorreu a execução deste trabalho, além da disponibilidade e paciência para nos acompanhar a cada sítio onde nos deslocámos, nesta longa e por vezes fatigante pesquisa.

Índice Geral

Volume I

Agradecimentos

Lista de Siglas, acrónimos e abreviaturas

Resumo

Palavras Chave

Abstract

Keywords

Introdução	30
Delimitação e justificação do interesse do tema	30
Estado da questão	31
Metodologia	33
Dificuldades encontradas	44
Anúncio de conclusões	46
Capítulo I O despontar dos Franciscanos, sua implantação, permanência e florescimento, em Portugal e no Brasil colonial	48
1. Os Franciscanos : organização e disseminação	48
2. Fundação das Ordens de São Francisco	50
3. Os Franciscanos em Portugal	57
3.1 As Ordens Terceiras de São Francisco em Portugal	58
3.1.1 A gestão das Ordens Terceiras	62
4. Estabelecimento de Franciscanos no Brasil	63
4.1 A fundação de conventos franciscanos no Brasil.....	64

4.2 Instituição das Veneráveis Ordens Terceiras de São Francisco de Assis na Zona da Mata Nordestina	67
Capítulo II As Ordens Terceiras nos conventos da Zona da Mata	70
1. Salguarda do património construído	70
2. Os conventos franciscanos na geografia brasileira	72
3. As fábricas das Ordens Terceiras da Penitência	74
4. Ordens Terceiras da Zona da Mata	78
4.1. Ordem Terceira no Convento de São Francisco da Baía	81
4.1.1 Contextualização.....	81
4.1.2 Fundação da irmandade laica.....	84
4.1.3 As novas instalações	86
4.1.4 O templo.....	88
4.1.4.1 Fachada “tipo residencial “	93
4.1.5 A sacristia	95
4.1.6 A Capela do Noviciado	96
4.1.7 O Claustro de São Roque	97
4.1.8 Consistório / Sala das Sessões da Mesa e a antiga Secretaria	98
4.1.9 O Cemitério e o Ossário	100
4.1.10 Repertório decorativo e ornamental	101
4.1.11 Património	103
4.2. Ordem Terceira no Convento de Santo António de João Pessoa da Paraíba.....	105
4.2.1 Contextualização	105
4.2.2 As instalações da Ordem Terceira.....	106
4.2.2.1 A Capela Dourada	107
4.2.2.2 A Sacristia	109
4.2.2.3 A Casa de Oração	109
4.2.2.4 A capela de São Benedito	111
4.2.2.5 Consistório	111
4.2.2.6 Claustro	111
4.2.3 Património	112

4.3 Ordem Terceira no Convento de Santa Maria dos Anjos do Penedo	113
4.3.1 Contextualização	113
4.3.2 A instalação da Ordem Terceira	115
4.3.2.1 A capela	116
4.3.2.2 A sacristia, o Consistório e o cemitério da Ordem Terceira de São Francisco	119
4.3.3 Particularidades tipológicas e artísticas	120
4.3.4 Património	121
4.4 Ordem Terceira no Convento de Nossa Senhora das Neves de Olinda	122
4.4.1 Contextualização.....	122
4.4.2 As Instalações da Ordem Terceira	124
4.4.2.1 A Capela de São Roque	125
4.4.2.2 A sacristia	127
4.4.2.3 O Consistório	128
4.4.2.4 A Casa de Oração	128
4.4.2.5 O Cemitério	128
4.4.3 A singular construção em declive.....	128
4.4.4 Património	129
4.5 A Ordem Terceira no Convento de Santo António do Recife	129
4.5.1 Contextualização.....	129
4.5.2 A questão da fundação	130
4.5.3 Instalações dos Terceiros	131
4.5.3.1 A Capela Dourada	132
4.5.3.2 A sacristia	135
4.5.3.3 A Casa de Oração	136
4.5.3.4 O Claustro	137
4.5.3.5 Serviços administrativos, asilo e biblioteca	138
4.5.3.6 Local de enterramento	138
4.5.4 Características artísticas e urbanísticas	139
4.6 Ordem Terceira no Convento de Santo António de Cairu	140
4.6.1 Contextualização	140

4.6.2 As Instalações da Ordem Terceira.....	141
4.6.2.1 A capela de Santa Rosa de Viterbo	142
4.6.2.2 A igreja independente da Ordem Terceira	143
4.6.3 Património	145
4.7 Ordem Terceira no Convento de São Francisco de São Francisco do Conde	146
4.7.1 Contextualização	146
4.7.2 Instalações da Ordem Terceira	147
4.7.2.1 A Capela da Ordem Terceira	149
4.7.2.2 A Sacristia	150
4.7.2.3 O Consistório e Ossário	151
4.7.2.4 O pátio	151
4.7.3 Características arquitectónicas e artísticas	152
4.7.4 Património	152
4.8 Ordem Terceira no Convento de São Francisco de São Cristóvão	153
4.8.1 Contextualização.....	153
4.8.2 Ordem Terceira	157
4.8.3 Instalações da Ordem Terceira.....	158
4.8.3.1 A capela	159
4.8.3.2 A sacristia	161
4.8.3.3 O ossário	162
4.8.4 Reutilização das instalações da Ordem Terceira	162
4.8.5 Importância patrimonial.....	163
4.8.6 Particularidades tipológicas e artísticas	164
4.8.7 Património	164
4.9 Ordem Terceira no Convento de São Francisco de Marechal Deodoro	165
4.9.1. Contextualização.....	165
4.9.2 Instalações da Ordem Terceira	168
4.9.2.1 Construção e morfologia da capela.....	169
4.9.2.2 A sacristia	172
4.9.3 Peculiaridades arquitectónicas	173

4.9.4 Património	174
5. Vestígios de instalação da Ordem Terceira em convento da Zona da Mata.....	176
5.1 No Convento de Santo António de Igarapu	176
5.1.1 Contextualização	176
5.1.2 O demolido espaço da Ordem Terceira	176
6. A falta de vestígios das instalações de Terceiros nos conventos de Ipojuca, Paraguaçu e Serinhaém	178
6.1 Caso de Ipojuca	179
6.1.1 Contextualização	179
6.1.2 A Ordem Terceira	182
6.2 Caso de Paraguaçu	184
6.2.1 Contextualização.....	184
6.2.2 Motivos prováveis para a inexistência da Ordem Terceira	185
6.3 Caso de Serinhaém	186
6.3.1 Contextualização	186
6.3.2 Prováveis razões para a ausência de Ordem Terceira.....	187
Notas conclusivas	188
Capítulo III Dinâmica edificatória das Ordens Terceiras franciscanas na Zona da Mata no período colonial brasileiro.....	189
1. O vicejar das Ordens Terceiras no seio conventual.....	189
1.1 As instalações dos Terceiros	189
2. Implantação das capelas	194
2.1 Comunicação com a nave da igreja	194
2.2 Capelas independentes da igreja conventual	200
3. Localização das instalações dos Terceiros	202
3.1 As instalações dos Terceiros na geografia dos conventos	202
3.1.1 A sacristia	204

3.1.2 A Casa de Oração e a Casa dos Santos	207
3.1.3 O Consistório	210
3.1.4 Os lugares de enterramento	210
Considerações finais	212
3.1.5 O claustro	213
4. Modelos dos templos	214
4.1 A implantação dos templos	216
4.2 Os interiores	218
Considerações finais	220
4.2.1 O papel da decoração na transfiguração dos interiores	221
Conclusões	224
Léxico dos termos utilizados prevalente do domínio franciscano e do conventual em geral.....	227
Terminologia Franciscana / Conventual	227
Terminologia do “Livro dos Guardiães do Convento da Bahia”	232
Fontes e Bibliografia	233
Arquivos e Bibliotecas	233
Fontes de Arquivo	235
I. Manuscritas	235
II. Impressas	239
Bibliografia	246
1. Léxicos de termos da História da Arte e da Arquitectura, Dicionários, Atlas	246
2. Inventários, Guias, Catálogos e Índices bibliográficos	247
3. Bibliografia geral	250
4. Bibliografia específica	259
Documentos electrónicos : monografias / contribuições em monografias / publicações em série / artigos de publicações em série	288

Volume II Anexos 1, 2, 3

Anexo 1	5
----------------------	---

Os Conventos Franciscanos da Zona da Mata

1. Convento de São Francisco da Baía	7
1.2 A chegada dos frades menores a terras de Vera Cruz	7
1.3 As instalações conventuais	8
1.3.1 Surgimento	8
1.3.2 O convento : morfologia	10
1.3.3 A Igreja	10
1.3.4 A Sacristia.....	13
1.3.5 Os corpos conventuais.....	13
2. Convento de Santo António de João Pessoa da Paraíba	15
2.1 Os frades franciscanos na Paraíba	15
2.2 O convento : fundação e construção	16
2.2.1 O convento : morfologia	17
2.3 A igreja dos frades	20
2.4 A sacristia	22
3. Convento de Santa Maria dos Anjos do Penedo	23
3.1 A chegada dos frades menores ao Penedo	23
3.2 O convento : surgimento e morfologia	25
3.2.1 Espaços conventuais	27
3.3 A Igreja	28
3.4 A sacristia	30
3.5 Particularidades tipológicas e artísticas	31

4. Convento de Nossa Senhora das Neves de Olinda	33
4.1 Chegada de frades Franciscanos a Pernambuco : organização da primeira Custódia no Brasil	33
4.2 O primeiro Convento Franciscano no Brasil : fundação	35
4.3 O convento : construção	36
4.4 Instalações conventuais	39
4.4.1 A Igreja	41
4.4.2 A sacristia	42
5. Convento de Santo António do Recife	44
5.1 Os frades franciscanos no Recife	44
5.2 A construção do convento	45
5.3 A igreja	48
5.4 Outras instalações : articulação	49
5.5 Aspectos patrimoniais.....	50
6. Convento de Santo António de Cairu	51
6.1 Os frades menores em Cairu	51
6.2 O convento : surgimento e morfologia	52
6.3 A Igreja	55
6.3.1 Controvérsia sobre a procedência do padrão do frontispício da igreja dos frades em Cairu	57
6.4 A Sacristia	58
6.5 Características tipológicas e artísticas	59
6.6 Aspectos patrimoniais	61
7. Convento de Santo António de Ipojuca	63
7.1 A chegada dos frades menores a Ipojuca	63
7.2 O Convento : surgimento e morfologia	64
7.3 A Igreja	66
7.4 A Sacristia	68
7.5 Aspectos artísticos	68
7.6 Aspectos patrimoniais	69
8. Convento de São Francisco de São Francisco do Conde	72
8.1 A chegada dos frades menores	72
8.2 O convento : edificação e morfologia	73

8.3 A Igreja	75
8.4 Características arquitectónicas e artísticas	77
8.5 Aspectos patrimoniais	80
9. Convento de Santo António de Igarapu	81
9.1 Surgimento e construção	81
9.2. A igreja	84
9.3 Aspectos patrimoniais	85
10. Convento de São Francisco de São Cristóvão	86
10.1 Os Frades Menores em São Cristóvão	86
10.2 O convento :surgimento e morfologia	87
10.3 A igreja	90
10.4 A sacristia	92
10.5 Particularidades tipológicas e artísticas do convento	92
11. Convento de Franciscano de Marechal Deodoro	94
11.1 Surgimento	94
11.2 Morfologia do Convento	95
11.3 A igreja	96
11.4 Aspectos patrimoniais	98
12. Convento de Santo António de Paraguaçu	100
12.1 Contextualização histórica	100
12.2 A chegada dos Frades Menores a Paraguaçu : fundação e surgimento do convento	103
12.3 O convento : morfologia	104
12.4 A Igreja	105
12.4.1 O impacto de Paraguaçu nos frontispícios Nordestinos	108
12.5 Aspectos artísticos	108
12.6 Aspectos patrimoniais	109
13. Convento de São Francisco de Serinhaém	112
13.1 Contextualização histórica	112
13.2 Os Franciscanos em Serinhaém e a interposição dos holandeses	113
13.3 Morfologia do convento	114
13.4 Características arquitectónicas	115

Anexo 2	117
Quadros ..[1 a 19].....	118-196
Anexo 3	198
Documentos	198
Critério adoptado na transcrição dos documentos	200
Relação dos Documentos [doc. 1 a 98].....	203-211
Documentos 1 a doc. 98.....	212-404

Volume III

Anexo 4	2
Fotografias – Gravuras – Plantas – Desenhos Arquitectónicos – Mapas	2
Notas	4
Fotografias, Gravura e Desenho Arquitectónico	6
Relação das Fotografias desenhos arquitectónicos referentes às Ordens Terceiras na Zona da Mata	8-81
Relação de Plantas, Esboços de Plantas, Gravuras	81-84
Relação de Esboços de Plantas de Ordens Terceiras em Portugal	84-86
Relação de Mapas	86
João Pessoa-Pb	87
Salvador-Ba	91
Penedo-Al	98
Olinda-Pe	106
Recife-Pe	112
Cairu-Ba	119
Ipojuca-Pe	124
São Francisco do Conde-Ba	127
Igarauçu-Pe	131
São Cristóvão-Se	133
Marechal Deodoro-Al	140
Paraguaçu-Ba	146
Serinhaém-Pe	149

Ordens Terceiras de São Francisco em Portugal.....	151
Lisboa (convento de São Francisco).....	151
Guimarães	152
Angra do Heroísmo	154
Porto	157
Coimbra	161
Funchal	163
Tavira	164
Aveiro	167
Faro	169
Braga	171
Charnais da Merceana	173
Loulé	175
Serpa	177
Lisboa (Convento de Jesus)	179
Montemor-o-Novo	181
Évora	183
Plantas - esboços de plantas - mapas	184
João Pessoa-Pb	185
Salvador-Ba	185
Penedo-Al	186
Olinda-Pe	186
Recife-Pe	187
Cairu-Ba	188
São Francisco do Conde	188
Igarau-Pe	189
São Cristóvão-Se	189
Marechal Deodoro-Al	190
Paraguaçu-Ba	190

Esboços de plantas de Ordens Terceiras em Portugal	191-192
Mapas .[Brasil]	193-194
DVD : Fotografias – Plantas – Mapas (a cores)	Parte interna da capa de trás

Lista de siglas, acrónimos e abreviaturas utilizadas

A. - Academia

AA. VV. - Autores vários

Acad. – Academia

Act. – Activo, actualizado

ADF – Arquivo Distrital de Faro

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

Al – Alagoas

anot. - anotada

AN/TT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

AOTF – Arquivo da Ordem Terceira de Faro

APEP – Arquivo Público Estadual de Pernambuco

ARSI – *Archivum Romanum Societatis Jesu*

ATC – Arquivo do Tribunal de Contas

AUC – Arquivo da Universidade de Coimbra

Apres. - Apresentação

Ba – Baía

BNL – Biblioteca Nacional de Lisboa

BPADAH – Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo

BPADE – Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora

BPEP – Biblioteca Pública Estadual de Pernambuco

BPMDP – Biblioteca Pública e Municipal do Porto

Bras. – *Brasiliae*

ca. – *Circa* / data aproximada

Caixa – Cx.

cap./caps. – Capítulo(s)

CECI – Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

CEFET-AI - Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas

CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade

cf. - Confronte

CIAM – Congrès Internacionaux d'Architecture Moderne

CM – Câmara Municipal

CMA – Câmara Municipal de Aveiro

CMC – Câmara Municipal de Coimbra

cód./códts. – Códice(s)

col./cols. – Coluna(s)

colec. – Colecção

coment. – comentada

compil. – Compilação

Comp. – Companhia

conf. – Configuração

cont. – Continuação

coord. – Coordenador, coordenação

Dep. – Departamento

depos. - Depositário

DGEMN – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

dir. - Direcção

doc./docs. – Documento(s)

dt^a. – Direita

ed./eds. – Edição/Edições

Edit. – Editora

e. g. – (*exempli gratia*) por exemplo, incluindo

elab. - Elaboração

et al. – (*et alii*) e outros

ER – Erário régio

Emp. - Empresa

esq. – Esquerda

etc. - *et cetera*

f. – Falecido

Fac. – Faculdade

FAAC – Faculdade de Arquitectura Artes e Comunicação (São Paulo/Brasil)

FGM - Fundação Gregório de Mattos

fig./figs.- Figura(s).

fl./fls.- Folha(s)

f.º - fólio

Fr. - Frei

FRESS - Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva

FUNDARPE - Fundação do Património Histórico e Artístico de Pernambuco

Gov. - Governo

GRAU - Grupo de restauração e renovação arquitectónica e urbana

ha – hectare

HIRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

i e. – Isto é (*id est*)

IANTT/TT - Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo

IGHB - Instituto Geográfico e Histórico da Baía

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Imp. – Impresso / impressão

INL - Instituto Nacional do Livro (Brasil)

Inst. - Instituto

Intr. – Introdução

IPAC - Instituto do Património Artístico e Cultural

IPHAN - Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional

Ir. – Irmão

ISO - International Organization for Standardization

JS – Sociedade de Jesus

I. – (*linea*) linha; **II.** – (*lineae*) linhas

Levit. – Levítico

LGB – Livro dos Guardiães do Convento de São Francisco da Baía

LGI – Livros dos Guardiães do Convento de Santo António de Ipojuca

Lit. – Literária

liv./lives. – Livro(s)/Livraria(s)

loc. cit. – (*Locus citatum*) no lugar citado

Ltd. - Limitada

Lus. - Lusitânia

m – metro, metros

Mons. - Monsenhor

MOP – Ministério das Obras Públicas

ms./mss. – Manuscrito(s), manuscrita

N. - (*natus*) nascido

n. - nota

n.º/n.ºs - Número(s)

N. a. – Nada a assinalar

N. apl. – Não aplicável

n. d. – Não definido

Nac. - Nacional

NP – Norma Portuguesa

N.S.P.S. - Nosso Senhor Padre São

N. v. – Não verificado

of./off. – oficina(s)

OFM - *Ordo Fratrum Minorum*

OFR – Ordem Terceira Regular

OFS - Ordem Franciscana Secular

op. cit. - (*opere citato*) - Obra citada

org. – Organização

Orient. – Orientação

OT – Ordem Terceira

§ / (**par.**) - parágrafo

p. – Página(s)

P.º/P.ºs – Padre(s)

Pag. – Paginação

Pb – Paraíba

Ph.D. – (*philosophiae doctor / doctor philosophiae*) Doutor

Pe – Pernambuco

PM – Património Monumental

Port. - Portuguesa

Pref. – Prefácio

PRODEMA - Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente

PRUCHS – Plano de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Serpa

pt. – parte

pub. - Publicação

PUC - Pontifícia Universidade Católica

Qdr./Qdrs. – Quadro(s)

Ref. – refere, referência a; referido

Reg. – Regional

Rev. – Reverendo, revisto, revista

Revmo. – Reverendíssimo

RJ – Rio de Janeiro

RN - Rio Grande do Norte

RS – Rio Grande do Sul

rt. - Rosto

S. - São

s. d. - Sem data []

Se - Sergipe

S. l. – *Sine loco* []

S. n. - *Sine nomine* / Editor não identificado []

S. p. – Sem paginação []

Sec. - Secção

sg./sgs. – Seguinte(s)

Soc. - Sociedade

SPHAN – Serviço do Património Histórico e Artístico Nacional

St. ° - Santo

t./ts. – Tomo(s)

T. C. - Tribunal de Contas

Téc. - Técnico

Tip./Typ. – tipografia

tít./títs. – Título(s)

tít. orig. - Título original

trad. – Tradução

Trsc. – Transcrição

UFA - Universidade Federal de Alagoas

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

UNESP – Universidade Estadual Paulista

Univ. – Universidade

v.º – Verso

vol./vols. – Volume(s)

VOT – Venerável Ordem Terceira

Resumo

Os espaços ocupados ou construídos pelas Ordens Terceiras de São Francisco nos conventos da antiga Província Franciscanos de Santo António do Brasil, entre os finais dos séculos XVI e XVIII.

Inventariação e análise dos programas construtivos e das soluções tomadas. Padrões de construção e articulação com os cenóbios. Singularidades, persistências, continuidades construtivas dos modelos adoptados. Cotejo das fábricas edificadas na zona da Mata Nordestina e no Reino.

O conjunto de soluções de tradição portuguesa relacionada com o “Estilo Chão” e as soluções tridentinas, articuladas com os gostos europeus do Barroco e do Rococó transmitidas por Portugal e os critérios formais e estilísticos presentes nas edificações dos Terceiros agregadas aos conventos franciscanos no Nordeste brasileiro. Apreciação destes conjuntos como importantes sujeitos da história do património luso-brasileiro nordestino.

Palavras Chave

Dissertação de Doutoramento / História da Arte / arquitectura religiosa / património / arquitectura franciscana / Ordem Terceira de São Francisco / séculos XVII e XVIII / Portugal / Brasil / “estilo chão” / maneirismo / barroco / rococó / neoclassicismo / Ordem de São Francisco.

Abstract

Understanding architecture of the Third Order of St. Francis in the Northeast of Brazil might put forward important knowledge concerning subjects of cultural heritage and their fundamentals to properly ground sacred art and civilization. This understanding needs a closely analysis of spaces and their articulation, how they were conceived and built and how they were decorated. Such demand has taken us to the religious settlements of the former Franciscan Province of Saint Antony in Brazil whose remarkable architecture was built between the end of the 16th century and the 18th in Portuguese colonial territory.

The study these religious institutions and their production proceeds along the analysis of constructive programs and understanding of their particular needs and also from the way how geography and topography of sites was brought together with their settle intentions. These buildings might create a referential to bring forth similar buildings that have been erected through the Portuguese Kingdom at different times and thus giving a holistic view of Portuguese culture in particular and Franciscan culture in general.

A comprehensive acquaintance with buildings aims at the identification of *type-like* solutions that might be identified from simplicity or complexity of basic spatial units built after *functional-symbolic* frames that the whole building combine into an upper aesthetic and artistic synthesis. Consequently, formal stylistic criteria are not be forgotten and they closely relate to the so called Portuguese Plain Architecture and Tridentinas solutions and such features should be articulated with Baroque and Rococo European art and architecture whose taste was extended to Portugal and later to Brazil.

Keywords

Doctoral Dissertation / history of Art / religious architecture / heritage / Franciscan architecture / Third Order of St. Francis of Assisi / XVII and XVIII / Portugal / Brazil/ “plain style” / Mannerism / Baroque / Rococo / Neoclassicism / Order of Saint Francis of Assisi.

Introdução

Delimitação e justificação do interesse do tema

A presente dissertação debruça-se sobre as instalações das Ordens Terceiras de São Francisco erguidas no período colonial português, no Nordeste do Brasil.

O propósito é contribuir para o conhecimento desses recintos dos Terceiros, construídos particularmente à sombra e na dependência dos conventos franciscanos que compuseram a antiga Província Franciscana de Santo António do Brasil, entre os séculos XVII e XVIII mas atingindo, pontualmente, franjas do XIX, até ao ano de 1815, época da elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves.

Várias razões justificaram o presente estudo, que pretendeu entender o modo como essas instituições se instalaram e delimitaram os ambientes próprios construídos, os burilaram na constituição de cenários específicos, do ponto de vista espacial e decorativo, tanto na tessitura dos respectivos conventos como na dos seus lugares de povoamento.

Avulta, em primeiro lugar, o facto de terem sido pouco e só parcialmente estudados. Das construções das Ordens Terceiras, não existem estudos relevantes dados ao prelo, até ao presente, apesar do seu reconhecido mérito histórico-artístico e patrimonial.

O interesse pela arte e arquitectura da região, no período colonial, já nos levava a estudar os colégios jesuíticos nordestinos¹. O contacto que então tivemos com vários testemunhos dos outros grandes criadores do grande legado patrimonial luso-brasileiro,

¹ Albertina Marques Pires BELO. *A Arquitectura do Colégio Jesuíta de Olinda dos Séculos XVI e XVII*. Lisboa : Edições Universidade Lusíada, 2000.

os franciscanos, nomeadamente com algumas dos seus monumentos marcantes erigidos pelas ordens terceiras no Recife e na Baía, levaram-nos a aceitar com entusiasmo a sugestão do seu estudo.

Estado da questão

No panorama dos estudos relativos ao tema proposto, ainda não foi publicada qualquer investigação relativa ao conjunto de edificações de Terceiros nordestinos. Só em alguns trabalhos monográficos, dados ao prelo ou mesmo divulgados através da Internet, é possível encontrar menções pontuais relativas a aspectos histórico-artísticos de uma ou outra construção. Para além de um estudo que abarque a análise do seu conjunto, o debate relativo às suas partes constitutivas e às passíveis precedências criativas que expliquem o como e o porquê das formas arquitectónicas e artísticas nelas patenteadas é parco.

Na falta de documentação conhecida, que permitisse contribuir com segurança para a história destas construções, os autores contentaram-se apenas com a repetição de menções esporádicas, nas mais das vezes colhidas em crónicas e que não cobrem, sequer, a parte inicial da implantação da Ordem Terceira, nos conventos da antiga Província de Santo António.

Apenas a partir do Capítulo celebrado no convento da Baía, em Salvador, no dia 24 de Fevereiro de 1649, é estabelecida a obrigação de elaborar o livro de assentos das eleições e actas capitulares. A sua concretização viria a proporcionar o conhecimento dos actos mais importantes ocorridos em vários conventos e têm sido considerados como relevantes documentos para a história da Ordem franciscana em tempo da colónia, mas só ocasionalmente contemplam os Terceiros. A invasão e permanência por três décadas dos holandeses no Brasil nordestino, também contribuiria para a escassez documental, devido à guerra e desordem que se estendeu aos conventos de um modo geral; ocorreu o quase total desaparecimento dos documentos conventuais, anteriores a 1630; assim, os dados conhecidos da Custódia de Santo António, para essa época, procedem de Portugal ou de Espanha e centram-se na sua esmagadora maioria na Ordem Primeira.

Longe da minudência histórica deixada nos escritos dos Jesuítas, relativos aos seus estabelecimentos nas mesmas paragens, a historiografia religiosa franciscana conta com vários contributos de autores brasileiros; mas, até ao presente, só tangencialmente aborda o legado dos Terceiros na Zona da Mata nordestina, ao tratar os conventos onde se integram².

Também os historiadores da arte do século passado, que se destacam no estudo da arte luso-brasileira da época colonial, entre os anos 40 e 60, seguem os mesmos trilhos. Robert Smith (ab. 1940), ao caracterizar e sistematizar a produção barroca na colónia, produz interessantes abordagens à construção conventual franciscana, mas dá pouca visibilidade às das Ordens Terceiras, à excepção da Baía e, principalmente, do Recife³. Germain Bazin (1956-8), a quem se deve um estudo ainda hoje incontornável da arquitectura religiosa do barroco e do rococó no Brasil colonial, e concretamente dos conventos franciscanos na região nordestina, onde vislumbra uma escola⁴ é parco em informação sobre as edificações dos irmãos Terceiros. George Kubler e Martin Soria, em 1959, abordam a arte e a arquitectura barroca da época do Brasil colonial, explicando-a pela riqueza que então ali assomou, sem se deterem particularmente nas construções barrocas dos Terceiros⁵. Mesmo John Bernard Bury que, em 1989, contabiliza 36 capelas de ordens terceiras, franciscanas e carmelitas e trata a igreja da

² É o caso dos ensaios escritos pelos historiadores religiosos alemães, Frei Basílio Röwer, Frei Bonifácio Müller e Frei Venâncio Willeke, possíveis pela sua dedicação aos arquivos que encontraram à sua disposição nos vários conventos. Deixaram ensaios inéditos de grande interesse histórico para o conhecimento geral da história da província franciscana no Brasil.

³ Faz leve abordagem a uma decoração interior dos Terceiros franciscanos da Baía [cf. Robert C. SMITH. “O Carácter da Arquitectura Colonial do Nordeste in *Estudos Brasileiros*, ano II, vol. IV, n.º 10, Rio de Janeiro, 1940, em Robert C. SMITH. *Igrejas, Casas e Móveis : Aspectos de Arte Colonial Brasileira*. MEC (Ministério da educação e Cultura) Universidade Federal de Pernambuco – Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional, 1979, p. 34, 37; no Recife, leve abordagem à capela Dourada, ao frontispício da igreja dos Terceiros da Baía (cf. *Idem*. “Os Velhos templos do Recife, in *Boletim da Cidade e do Porto do Recife*. Recife : Departamento de Documentação e Cultura, Prefeitura Municipal do Recife, 1944, n.ºs 11/14, em Robert C. SMITH. *Igrejas, Casas e Móveis : Aspectos de Arte Colonial Brasileira*. MEC (Ministério da educação e Cultura) Universidade Federal de Pernambuco – Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional, 1979, p. 47-50, 75; mais largamente à Capela Dourada do Recife em Robert C. SMITH. “A Capela Dourada do Recife”, in *Brasil*, Vol. 22 New York, 1948 (Trad. Benício Whatley Dias), em Robert C. SMITH. *Igrejas, Casas e Móveis : Aspectos de Arte Colonial Brasileira*. MEC (Ministério da educação e Cultura) Universidade Federal de Pernambuco – Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional, 1979, p. 99-107].

⁴ Germain BAZIN. *L'architecture religieuse baroque au Brésil*. S. Paulo : Museu de Arte ; Paris : Plon, imp., 1956-1958, 1.º vol. “Étude historique et morphologique”; 2.º vol. “Répertoire monumental, documentation photographique, Index général”; L'Architecture Religieuse Baroque au Brésil.

⁵ George KUBLER, Martin SORIA. *Art and architecture in Spain and Portugal and their American dominions (1500-1800)*. Harmondsworth : Penguin Books 1959, Col. The Pelican history of art; KUBLER. “Ars Hispaniae” in *Historia Universal dei Arte Hispanico*. Madrid : Editorial Plus-Ultra, 1957, vol. 14; *Idem*. *The shape of Time*. New Haven . Yale : Yale University Press, cop. 1962; *Idem*. *Portuguese Plain Architecture 1521-1706*. Middletown (Connecticut), 1972.

Ordem Terceira de São Francisco da Baía nos dez melhores exemplos das da arquitectura religiosa colonial do Brasil, onde enumera 405 igrejas e capelas, é parco em referências aos templos e demais instalações de Terceiros nos outros conventos que integram a mesma Província de Santo António⁶. João Miguel de Santos Simões, em 1965, é o único estudioso que se debruça sobre todas as instalações destas Ordens Terceiras na antiga Província, embora cingindo-se apenas a uma única arte decorativa, o espólio azulejar português aí presente, que estuda exaustivamente⁷.

Metodologia

Utilizámos essencialmente os métodos habituais da pesquisa histórico-artística, mormente a sistemática análise arqueológica, crítica e comparativa das instalações das Ordens Terceiras de São Francisco construídas no perímetro dos respectivos conventos franciscanos da Zona da Mata Nordestina do Brasil e na respectiva prospecção documental. A presente dissertação não se contentou, todavia, com a óptica tradicional de abordagem. Para melhor as entender e contextualizar, procurámos ainda avaliá-las como edifícios e criações artísticas do passado, hoje considerados monumentos e símbolos históricos. O fito dessa aproximação à importância patrimonial do conjunto de instalações das diversas Ordens Terceiras construídas no âmbito da antiga Província Franciscana de Santo António do Brasil, foi o de contribuir para a sua conservação e valorização. Mas também para os estudos conducentes à preservação dos antigos centros urbanos e do seu património construído, numa perspectiva total, ligados às mais diversas exigências que a globalização acarretou e aos conceitos de usufruição do património cultural, com carácter público, actualmente implicam.

⁶ John BURY, org., Myriam Andrade Ribeiro de OLIVEIRA, trad., Isa Mara LANDO. *Arquitetura e arte no Brasil colonial*, “A Arquitectura e a Arte do Brasil Colonial”. São Paulo : Nobel, 1991, p. 166.

⁷ J. M. dos Santos SIMÕES. *Azulejaria em Portugal no séc. XVII*, 2.^a ed. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, t. I; *Idem. A Azulejaria em Portugal no século XVIII*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1979; *Idem. Azulejaria Portuguesa no Brasil : 1500-1822*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1965; *Idem*, José António Gonsalves de Mello. *Azulejos holandeses no Convento de Santo António do Recife - Notas históricas*. Recife : Amigos da DPHAN, 1959, Coleção : Cadernos de arte do Nordeste, n.º 3; *Idem. Convento de Santo António, São Francisco do Conde “Capela-mor”, “sacristia do Convento”* [Material gráfico] (9 provas fotográficas a preto e branco) Lisboa : Biblioteca das Artes da Gulbenkian; *Idem*. “Iconografia Lisboeta em Azulejos no Brasil, Vistas de Lisboa em Painéis de Azulejos na Cidade do Salvador”, p. 20-50, in *Oceanos, Azulejos Portugal e Brasil*, n.ºs 36/37. Lisboa : Comissão Nacional para os Descobrimientos Portugueses, Outubro 1998 / Março 1999.

Na sequência dos Descobrimentos e da colonização portuguesa, a partir do século XV, Portugal transportou, pela mão dos colonos, a cultura portuguesa para os outros continentes que, por via marítima, ligou à Europa. Entre outros pontos, para o Brasil, com relevância para a arte ligada à arquitectura e ao urbanismo, para os lugares que foi ocupando. É assim que existe hoje uma arquitectura e arte de base lusófona, em território estrangeiro, compondo laços culturais aos quais Portugal se encontra de alguma forma ligado, partilhando responsabilidades com os países a que pertencem⁸.

Os legados patrimoniais tendem a ser encarados num universo cada vez mais dilatado, como pertença não de uma comunidade particular mas, num modo abrangente, da humanidade. Assim, o património histórico construído é actualmente considerado como *testemunho-transmissor* da história local e regional, com suas especificidades e caracteres peculiares; igualmente, como *contentor e expressão* de acções imanadas fora do âmbito geográfico em que nasceu, e que podemos considerar terem-lhe estado na origem. Na sua expressão actual este património, na sua integridade, contém em si a expressão de uma história passada que pode ser desvendada em diferentes vertentes, por cada geração. No caso em demanda, arquitectura religiosa das Ordens Terceiras franciscana da Zona da Mata Brasileira contém na sua inteireza expressões de saberes de artistas e artesãos idos de Portugal e da arte que aqui se fazia que se revigorou na aprendizagem dos autóctones que os reinventaram e adaptaram às novas condições, sem que perdessem a sua essência construtiva.

A própria História da Arte, nomeadamente a partir da década de setenta do século passado, ao ligar-se a uma nova metodologia crítica que a partir de três conceitos básicos – arte, cidade e objecto – acaba por relacionar, se não mesmo postular a identidade da arte e da cidade⁹. O modo como a obra de arte interage ou determina o

⁸ Entre outras acções, relevamos a da Fundação Calouste Gulbenkian que tem vindo a tomar a seu cargo a organização de alguns serviços de intervenção em património situado nas antigas colónias portuguesas, também no âmbito dos PALOP. Tem actuado através do seu extinto Serviço de Cooperação. A acção da Fundação Gulbenkian tem assentado num Serviço Internacional, tendo tido já à sua conta, 17 intervenções no designado “Património Histórico Português no Estrangeiro”, um pouco por todo o mundo, como mostrou a exposição que apresentou o conjunto das intervenções e projectos em 2004 (cf. José Manuel FERNANDES [Em linha]. *Património construído e cultural : Portugal no mundo*. [Consult. em 27-12-2007]. Disponível em http://www.janusonline.pt/2006/2006_2_2_7.html). O autor é Licenciado em Arquitectura e doutorado em História da Arquitectura e do Urbanismo, professor em História da Arquitectura e urbanismo na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa e docente do Departamento de Arquitectura da Universidade Autónoma de Lisboa; é investigador, ensaísta e crítico sobre temas de cultura arquitectónica, estudiosos da coisas da história, arquitectura e urbanismo em Portugal, ilhas atlânticas incluídas e, no estrangeiro, é editorialista, divulgador e conferencista, com vasta obra publicada.

⁹ Cf. A propósito, Giulio Carlo ARGAN “La storia dell’arte” in *Soria dell’arte*, n.ºs 1-2, 1969, p. 5-37.

espaço urbano, reflecte-se numa nova abordagem do valor específico do objecto artístico.

Esse património é assim tomado como fruto de uma época e de um tempo, mas igualmente fruto das ocorrências da história geral (no âmbito global da humanidade); encaixa-se na história da própria humanidade e, como tal, deve merecer da parte do investigador a preocupação de busca das autenticidades e singularidades que lhe são intrínsecas. Cada edificação é também uma peça encastada numa envolvente geográfica e histórica peculiar e, por isso, o modo como ela foi determinante para a sua feição deve merecer igualmente a atenção do investigador¹⁰. Também, a capacidade de ser pólo-activo-dinamizador de um local está intrínseca a cada peça arquitectónica patrimonial, acrescentando-lhe tanta mais compreensão quanto mais conhecimento haja dela.

Entender esse património é uma mais-valia para uma atitude cultural urbana viva que não encare o património apenas do ponto de vista turístico, mas que o toma, a um tempo, exemplar *fonte-histórica* e *testemunho*. Esta atitude implica considerá-lo acervo documental de grande riqueza que necessita ser conhecido e debatido, nos mais variados ângulos que deverão ser considerados pelas multidisciplinaridades, com fim a constituir-se em um legado cultural da humanidade a ser o mais amplamente publicitado, o que está para além da sua simples existência.

O estudo do património construído, como legado à posteridade, abrange também a vertente dos valores artísticos, nas vertentes decoração e ornamentação, que lhe estejam associados, o que é mais um contributo para o seu próprio reconhecimento, e contribui para o das especificidades e singularidades dos sítios onde ele se insere.

Tomar esse património em toda a sua essência é trabalho muito complexo que implicará um sem-número de acções de investigação. Considerámo-las peças que

¹⁰ É importante fazer-se a inserção do património construído num contexto paisagístico, seja ele urbano ou rural, na medida em que cada um dos próprios edifícios construídos age na sua modelação, esculpe a paisagem modificando-a, seguindo ou não algum ditame ou padrão preconcebidos, constituindo-se em moldura cultural singular. Deve ser feita a observação da modelação de um espaço que se converteu com o tempo em espaço público; deve-se apreender o modo como foi utilizado, o porquê de uma escolha em detrimento ou não de outra. Este aspecto foi trabalhado por nós para os treze conventos franciscanos que constituíram a Província de Santo António do Brasil, no âmbito de um Congresso sobre franciscanos decorrido em Ciudad Rodrigo [*vide*, Albertina Marques BELO. “Relevância dos Conventos Franciscanos na paisagem cultural do Brasil Nordeste” in *Actas del III Congreso Internacional sobre el Franciscanismo en la Península Ibérica : El viaje de San Francisco por la Península Ibérica y su legado (1214-2014)*, Ciudad Rodrigo, Salamanca, 15/17-10-2009, Manuel Peláez del Rosal (Dirección y Edición), Córdoba : Ediciones el Almendro, 2010, p. 227-252].

carregam em si diferentes temporalidades e traços culturais inerentes a cada uma das épocas da sua existência, hoje convertidas em “passado-presente”¹¹.

As Veneráveis Ordens Terceiras do Seráfico Padre São Francisco de Assis foram construídas, ao longo dos séculos XVII e XVIII, sob a alçada política colonial de Portugal¹²; fundadas em dois territórios diferenciados, com um “Mar-Oceano” de permeio que banhava a um tempo a Metrópole e o seu Reino do Brasil. No que concerne ao Nordeste Litorâneo Brasileiro, elas surgiram acolhidas nos conventos franciscanos da que se converteria na Província Franciscana de Santo António do Brasil.

Dos treze conventos edificadas, em onze há sinal evidente ou vestígios de terem acolhido Ordens Terceiras que urdiram um legado patrimonial relevante.

Este aspecto levou-nos a ponderar, se neste estudo das modelações espaciais das Ordens Terceiras no Brasil da Província de Santo António, assim como das verificadas em instituições homólogas em Portugal, caberá ainda dar atenção ao futuro destas peças da arte da arquitectura e das artes nelas integradas. Quanto a nós, deveriam ser palco de um estudo futuro que abrangesse todas, conducente à possibilidade de as verter em reais testemunhos proeminentes de um *Património Construído Histórico e Cultural* – de referência muito peculiar –, o *das Veneráveis Ordens Terceiras de São Francisco de Assis*. É uma herança saída do poder económico, das vontades de homens e mulheres imbuídos da convicção particular afecta à *religião* franciscana, cuja singularidade deve ser destacada e transmitida.

¹¹ A ideia “presente passado” foi adiantada por Carlos Tranquilli Pellegrino. *Património Cultural Urbano: de quem? Para o quê?* [Em linha]. [Consult. em 13-02-2008]. Disponível em http://www.naya.org.ar/congreso2002/ponencias/carlos_tranquilli_pellegrino.htm. Foi por nós unificada e substantivada em nome composto, com os termos colocados segundo a sua cronologia, por nos parecer concretizar melhor a ideia, quando relacionada com monumentos históricos.

¹² Relacionado com o direito de Padroado Régio dado pela igreja católica aos monarcas portugueses em troca do dever destes de levarem a fé católica aos povos autóctones das terras a que os portugueses chegavam. Assim, a Coroa portuguesa responsabilizou-se pela ida de clero secular para essas paragens; no entanto, a sua presença era insuficiente, pela escassez de elementos e os serviços prestados pesavam no orçamento do Governo da Colónia. Foi assim que, por vontade da Coroa e de Roma, foram levados religiosos regulares para o Brasil, primeiro Jesuítas que mantiveram o monopólio da propagação da Fé Católica, até ao início do domínio espanhol; apenas houve permissão para a entrada de Ordens Mendicantes após 1580, aproveitada pela franciscana cujas fundações conventuais foram seguidas do assento de Irmandades na sua dependência espiritual e em acordo com as suas determinações (cf. Eduardo HOORNAERT, *et. al. História da Igreja no Brasil : Ensaio de interpretação a partir do povo – Primeira época*, 2.^a ed. Petrópolis, 1979, p. 33 a 41, 163 a 169; ainda, Gustavo Henrique BARBOSA. *Ordem Terceira de São Francisco de Mariana: fé e poder na segunda metade do século XVIII*. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2010 [Em linha]. [Consult. em 20-12-2010]. Disponível em http://dspace.lcc.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/VGRO-8BJRWB/1/disserta_o_revisada.pdf, apud William MARTINS. *Membros do corpo místico : Ordens Terceiras no Rio de Janeiro (c. 1700-1822)*. São Paulo : Universidade de São Paulo (USP), 2001 [Tese de doutoramento], p. 65, 66, 69).

As edificações destas veneráveis Ordens foram construídas por povos de culturas diversas. Aliaram-se às cargas culturais lusas e europeias dos povoadores chegados ao Brasil, as sensibilidades estranhas àqueles das gentes locais. É preciso não deixar apagar os vestígios ainda patentes da história que estes intervenientes imprimiram a estas construções, nos vários tempos, deixando nelas as marcas de culturas e tempos específicos que deveriam se reconhecidas e permanecerem indeléveis para leituras futuras.

Cada uma das construções das Ordens Terceiras franciscanas assimiladas na antiga Província de Santo António do Brasil abordadas nesta investigação é um legado de alto valor cultural do Portugal colonial, de Setecentos e Oitocentos, convertido em brasileiro, e quanto a nós, com qualidade para integrar um Património artístico que tem exclusividade.

Crítérios aplicados

Estudaram-se as construções efectuadas pelas diversas Ordens Terceiras, as relações entre si e as interpenetrações com os espaços conventuais, particularmente a dos seus templos com as igrejas dos frades.

Procurou-se entender como chegaram e foram aplicados na Zona da Mata nordestina os modelos e repertórios perfilhados pelas Ordens Terceiras de São Francisco na época da colónia do Brasil. Neste sentido, analisaram-se detalhadamente construções de Ordens Terceiras que ponteiam o território continental e insular português para estabelecer os pontos de aproximação ou afastamento arquitectónicos e artísticos com as suas homólogas da Zona da Mata.

Para concretização destes aspectos recorreremos para além do estudo e análise crítica e patrimonial à prospecção de fontes documentais, primárias e secundárias a que tivemos acesso.

Contribuíram, de modo relevante para a história dos conventos, após a saída dos holandeses do Brasil, os chamados “Livros dos Guardiães”¹³. Porém, hoje são conhecidos apenas alguns deles: os respeitantes aos conventos da Baía, da Paraíba, de

¹³ Outrora foram de escrituração obrigatória em todos os conventos da Província de Santo António do Brasil. Willeke chama-lhe abreviadamente *Livro dos Guardiães* (WILLEKE *in Op. cit.*, LGB, 1978, prefácio), enquanto Frei António de Santa Maria Jaboatão chama-lhe “assento dos Guardiães” (JABOATÃO. *Novo Orbe Seráfico Brasilico*).

Ipojuca, e de um fragmento do Convento de São Francisco do Conde, respectivamente, o *Livro dos Guardiães do Convento de São Francisco da Baía* (LGB)¹⁴, *Livro dos Guardiães do Convento de Santo António da Paraíba*¹⁵, *Livro dos Guardiães do Convento de Santo António de Ipojuca*¹⁶, *Livro dos Guardiães do Convento de Santo António de Sergipe do Conde* (actual cidade de São Francisco do Conde na Baía)¹⁷.

Prepararam-se duas estadas no Brasil em anos consecutivos. Nessas detenções visitou-se cada um dos espaços arquitectónicos sobre que nos quisemos debruçar, procurando entendê-los nas suas realidades e causas, dentro da Ordem a que pertenceram ou ainda pertencem, e perceber as respectivas organizações, modulações que as diversas artes componentes lhes emprestaram, abordando-as, com a inevitabilidade do seu tempo, as respectivas razões de serem, ligadas á arte do Barroco e do triunfo da Igreja.

Identificaram-se as envolventes históricas e geográficas; fez-se recolha de dados documentais referentes às Ordens Terceiras, como complementação da observação directa; entabularam-se conversações com técnicos do património nos diversos Estados, com a mesma finalidade.

Investigaram-se os espaços dos Terceiros como “objectos de civilização”¹⁸, fez-se a análise histórica das épocas que, ou os conduziram a uma particular modelação, ou apenas os tornaram parcialmente, até se ter alcançado um mais pleno entendimento dos “todos” que são cada um dos complexos religiosos sobre que se debruça o nosso estudo.

Elaborou-se um anexo onde foram abordadas referências e descrições dos

¹⁴ Transcrito *in* Separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico-Baía*, n.º 69, “Livro dos Guardiães do Convento de São Francisco da Baía”.

¹⁵ Transcrito *in* *Revista do IPHAN*, n.º 16, 1958, p. 253-304, “Livro dos Guardiães do Convento de Santo António da Paraíba”. Este Livro pertence ao Arquivo Provincial dos Franciscanos do Recife, onde se encontra registado sob o n.º 156 (antigo XVIII, 19), havendo uma cópia dactilografada com algumas notas de Frei Menandro Rutten (cf. Frei Venâncio Willeke, *Op. cit.*, 1969, p. 173 e 174). Deve-se a Frei Furtuoso da Soledade – Guardião em Paraíba nos anos de 1848 a 1850 –, os cuidados de conservação do livro dos guardiães, além de outros documentos referidos ao seu convento paraibano (cf. *Idem. Ibidem*, p. 202).

¹⁶ Transcrito *in* “Livro dos Guardiães do Convento de Santo António de Ipojuca”, *Revista de História*, n.º 59, 1964, p. 201-230.

¹⁷ Verificámos a existência de cópias executadas posteriormente que tomaram nomes distintos ao agrado dos executantes. Frei Venâncio Willeke serviu-nos de base para este apontamento sobre os Livros dos Guardiães; o autor informa não haver vestígios dos exemplares correspondentes aos outros nove conventos franciscanos do Nordeste brasileiro (cf. WILLEKE. “Os Livros dos Guardiães”, *in* *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1976, p. 5 e 6).

¹⁸ O que vem ao encontro da ideia que aceitamos, de que uma peça arquitectónica é um “objecto de civilização” (cf. José Eduardo Horta CORREIA. *Arquitectura portuguesa : renascimento, maneirismo, estilo chão*. Lisboa : Presença, 1991, p. 74).

conventos e das igrejas dos frades que, estando fora do nosso objecto de estudo, poderá servir de enquadramento das instalações dos Terceiros. Sempre que acharmos avisado e conveniente, remeteremos para autores conceituados que os tenham tratado com objectividade na sua generalidade ou para os que se tenham debruçado apenas sobre características decorativas, referindo as obras por si dadas ao prelo.

Estabeleceu-se o interesse que o património dos Terceiros adquiriu na época colonial, e o modo como grande parte dele se converteu em expressão artística enriquecedora do universo da História da Arte de Portugal, do Brasil, e a Universal. Esteve presente uma atitude de procura de precedências e de originalidades nos modos de fazer.

A razão e a pertinência do presente estudo adveio das reflexões acima expostas, dentro de uma linha de investigação conjuntural que nos pareceu ser de grande oportunidade, numa época em que cada vez mais se empreendem estudos conducentes à preservação dos antigos centros urbanos e do seu património construído, numa perspectiva total, ligados aos mais diversas exigências que a globalização acarretou e aos conceitos de usufruição do património cultural, com carácter público.

Colocou-se em confronto as manifestações dos vários aspectos das construções dos religiosos da Ordem Terceira de São Francisco no Brasil e cotejando-os com os congéneres de Portugal, para melhor os entender.

Cada peça foi considerada um bem “passado-presente”¹⁹ que carrega em si diferentes temporalidades; analisámo-las na descoberta de traços culturais artísticos inerentes a cada uma dessas épocas ou sínteses de modos antigos nacionais da arte de construir.

Organização do estudo feito

O trabalho está organizado em três volumes:

O Volume I constituiu-se com o texto da tese, desenvolvido em três capítulos, entre uma introdução e a conclusão final:

¹⁹ A ideia “presente passado” foi adiantada por Carlos Tranquilli Pellegrino. *Património Cultural Urbano: de quem? Para o quê?* [Em linha]. [Consult. em 13-02-2008]. Disponível em http://www.naya.org.ar/congreso2002/ponencias/carlos_tranquilli_pellegrino.htm. Foi por nós unificada e substantivada em nome composto, com os termos colocados segundo a sua cronologia, por nos parecer concretizar melhor a ideia, quando relacionada com monumentos históricos.

O Capítulo I aborda, em súpula, a história do aparecimento das Ordens Terceiras no Mundo Medieval, a sua emergência coeva em Portugal e tardia na sua colónia do Brasil, dentro do intrincado mundo franciscano; apresentou-se um enquadramento histórico da emergência de ambas as Ordens – Primeira e Terceira – no Brasil, precedendo-a de uma síntese, onde se expôs as preexistências em Portugal, de modo a facilitar a compreensão do como os religiosos e irmãos de São Francisco se integraram em tempo colonial, em novas terras, com novos incentivos de vida;

O Capítulo II oferece uma análise geral das instalações usuais nas Ordens Terceiras franciscanas e das questões suscitadas actualmente pela salvaguarda do património que constituem, seguida da morfologia da compartimentação e planificação dos espaços relativos a cada fundação; na inexistência destas, procura compreender os motivos ou causas plausíveis; tendo-se estabelecido algum cotejo entre as principais características arquitectónicas/decorativas destas capelas com as das igreja dos conventos.

As Ordens Terceiras constituíram, predominantemente, um microcosmo dentro do macrocosmo conventual. E na tentativa de atingir um bom entendimento da ocupação pelos Terceiros de espaços dentro da esfera conventual e da inter-relação espacial e decorativa das construções das duas comunidades, o Capítulo III estuda a dinâmica espacial das Ordens Terceiras franciscanas da Zona da Mata, estabelecendo comparações entre todas as unidades estudadas, na tentativa de chegar a padrões identificativos das construções de Terceiros nesta Província Franciscana. Conforme se foram entendendo estas unidades, partiu-se para a comparação com os padrões encontrados nas unidades de Terceiros, construídas em Portugal, para concluir-se da existência ou não de precedências ou influências construtivas e artísticas recebidas do Reino, pelos estabelecimentos brasileiros.

Às *Conclusões Finais* acrescentou-se *Considerações conclusivas* onde se sugere a instituição de um *itinerário/rota* pelas casas de que falámos.

O Volume II compôs-se com três Anexos:

- O Anexo 1: aborda o edificado conventual que acolheu as Ordens Terceiras em estudo;

- O Anexo 2: contém quadros que funcionam como súpulas de conteúdos gerais que analisam as peças seleccionadas no Brasil; ainda, porque as Ordens Terceiras em

Portugal não são o tema da nossa investigação, remetemos para este contexto as abordagens a esse património²⁰, onde, em treze quadros, apresenta-se informação específica sobre um grupo exemplar de conventos homólogos construídos em Portugal.

Como são inúmeras as Instalações da Ordem Terceira de São Francisco nacionais, na impossibilidade de uma maior recolha dentro do tempo fixado, procedeu-se a uma selecção de peças que abrangesse o nosso território, desde o Norte, passando pelo centro do país, interior alentejano, Sul algarvio, Madeira e Açores; para a Madeira escolheu-se o primeiro convento franciscano edificado, no Funchal e, para os Açores, o primeiro construído, em Angra do Heroísmo. Feita a selecção, partiu-se para a visita a cada um deles, conventos e Ordens Terceiras, buscou-se documentação que complementasse a observação *in loco*, reuniu-se com técnicos do património, sempre que possível.

- Anexo 3: compila *documentos* que foram apoio e contribuíram para o conhecimento que transmitimos no texto.

O Volume III contém o Anexo 4: constituído pelo acervo de *fotografias, plantas e desenhos arquitectónicos*, que se configuram em documentos subjectivos de grande número de passos do texto, ajudando à sua compreensão. Este anexo de figuras abarca não só o conjunto dos conventos franciscanos brasileiros, sobre os quais incidimos o estudo das Ordens Terceiras, como ainda, os congéneres portugueses que serviram para cotejo de situações que foram chamadas para a nossa colação sobre o edificado da Ordem Terceira de São Francisco na Zona da Mata do Nordeste litorâneo brasileiro.

Esta é uma abordagem que pretende colmatar a falta de obras que incidam no universo muito peculiar de patronato na arquitectura religiosa portuguesa construída no Brasil colonial, o das construções das Ordens Terceiras de São Francisco da antiga Província Franciscana de Santo António do Brasil, assunto que tem merecido apenas tratamento monográfico, sem que se tenha traduzido em estudo de conjunto.

O arranjo estabelecido é o cronológico, partindo-se das primeiras fundações para as últimas; a falta de dados referentes a datas de instalação ou fundação, levou em algumas situações de alguma dúvida, a que as tenhamos deduzido a partir da análise de

²⁰ Acreditamos que venha a ser uma mais valia na investigação em curso, por constituir um acréscimo de dados que aproveitará especialmente a leitores do Brasil que possam ter um menor conhecimento sobre esta arquitectura de Terceiros franciscanos desenvolvida em território nacional português, ou a portugueses que estejam mais arredados do que foi o mundo da arquitectura específica destas Ordens Terceiras de São Francisco.

aspectos artísticos, ou, ainda na falta desta oportunidade, se tenha feito uma abordagem heurística, decidindo, intuitivamente, a partir da experiência adquirida, do que foi norma geral nas fundações das outras instituições de Terceiros na ligação à Ordem Primeira e aos conventos a que se agregaram.

Na convicção de que o nosso tema poderá sempre vir a ser alargado pois há aspectos que confinam com ele de muito perto e que podem vir a interessar a outros investigadores, não podendo nós, de momento, fazer deles nosso estudo, sempre que esbarrarmos neles e tivermos a percepção de haver interesse em referir artigos ou obras que os abordem, far-lhe-emos menção e referenciá-los-emos.

Aparato científico : utilização de citações e de referências bibliográficas

As referências e as citações bibliográficas foram elaboradas de acordo com as Normas Portuguesas, NP 405-1 homologada em 1994-06-03, NP 405-2, em 96-07-11, e NP 405-4, em 2002-07-09, com correspondência às da Organização Internacional de Normalização, harmonizadas, ISO 690-I, de 15 de Agosto de 1987 e ISO 690-II de 15 de Novembro de 1997, conforme prática na Universidade Lusíada de Lisboa; as abreviaturas estão conformes ao Código de Redacção Interinstitucional da união Europeia – Serviço das Publicações : obras.

Usaram-se as notas em rodapé para facilidade de consulta enquanto se desenvolve a leitura do texto.

A primeira vez que se fez uma citação a um documento/texto de livro, em cada uma das grandes divisões do texto, colocaram-se os elementos necessários para assegurar a correspondência exacta entre a citação e a entrada apropriada na lista de referências bibliográficas. Essa citação contém o(s) nome(s) do(s) autor(es), com o último apelido em maiúsculas (para boa percepção) e o título completo – tal como figuram nas referências bibliográficas (ainda que, nestas, o último apelido surja em primeiro lugar, também em maiúsculas, separado do nome por vírgula), bem como o(s) número(s) de página(s), sempre que necessário para boa compreensão²¹.

²¹ Particularmente, com a crónica franciscana de frei António de Santa Maria Jaboatão, enfrentámos algumas dificuldades, pois deparámo-nos com menções incompletas, para além do uso de abreviaturas de referências, com valores diferenciados de autor para autor, provenientes talvez de consultas de edições diferenciadas (e. g. *volume* tomado por *parte* e vice-versa; por vezes, troca dos n.ºs romanos *I* por *II* e vice-versa, quando se lhes referiam). Sendo obra de consulta imprescindível ao nosso estudo, com base na

Se, o(s) autor(es) e o título, não forem suficientes para diferenciar as entradas na lista de referências bibliográficas, a citação incluir elementos suplementares (edição, ano de publicação, etc.) necessários para assegurar a correspondência exacta com a referência.

Particularidades

Utilizamos o português anterior à entrada em vigor do Novo Acordo Ortográfico em Janeiro de 2009, para nossa comodidade, pois já tínhamos alguns textos escritos segundo o antigo e, também, porque está ainda em vigor o período de adaptação às novas formas, cujo prolongamento está previsto até Dezembro de 2012.

Porque se tratar de um trabalho apresentado em Portugal, a grafia dos topónimos brasileiros seguem a grafia nacional, como no caso do nome *Baía* (Estado da / cidade da) apesar de no Brasil a grafia actual ser *Bahia*.

Quando se encontrou diversidade de grafias para topónimos brasileiros sem correspondência particular em português, seguimos as usadas pelas instituições governamentais brasileiras, *e. g.* o Instituto do Património Histórico Artístico Nacional.

Ainda que actualmente nas liturgias católicas não haja diferenciação do local das leituras sagradas – no lado do Evangelho ou no da Epístola – por sentido prático, referencia-se o lado esquerdo da assistência como o do Evangelho e, o oposto, como o da Epístola.

Para as referências a documentos em contexto de um *web site*, disponíveis para acesso imediato a uma página da Internet, em tempo real, usou-se o termo *em linha* em vez do anglicanismo *on line*, pois aquela utilização tornou-se comum na informática, entre nós.

edição que por cortesia nos foi cedida, a edição do Rio de Janeiro saída entre 1858 e 1862, obrigámo-nos a conferir cada uma das referências dos diversos autores que consultámos, nos assuntos que nos interessavam, e, sempre que necessário, pesquisámos e revertemos notificações de acordo com um critério que pensamos ter lógica. Designámos **parte (pt.) 1.^a** a impressa em 1858, e referenciámos os seus dois volume pors: **pt. 1.^a, vol. I; pt. 1.^a, vol. II**, conforme o caso. Denominámos **parte (pt) 2.^a**, a que foi impressa entre os anos 1859 e 1862, e referenciámo-la por: **pt. 2.^a, vol. I; pt. 2.^a, vol. II; pt. 2.^a, vol. III**, conforme pertentia.

Dificuldades encontradas

A prossecução dos objectivos traçados com a metodologia adoptada não ficou isenta de escolhos de várias ordens.

O tema em estudo levou-nos ao outro lado do Atlântico, hoje de fácil transposição. No entanto, apesar de se ter ponderado as distâncias entre os conventos e ter sido estabelecida uma calendarização para as visitas, surgiram os imprevistos que obrigaram a realinhamentos e ajustamentos constantes do programa estabelecido previamente.

As lonjuras geográficas que conhecíamos tornaram-se maiores e de difícil alcance, quando equacionadas com edifícios erguidos fora dos percursos turísticos comuns²².

O acesso a certos espaços franciscanos, conventuais e de Terceiros, foi, por vezes, embaraçado²³.

O périplo pelos seus conventos em cinco Estados Federais, implicou rotas complementares intrincadas, com vagueio por arquivos, bibliotecas e instituições ligadas ao património construído nacional brasileiro, uns estatais, outros conventuais ou das Ordens Terceiras e outros particulares. Também a busca arquivística não se revelou tranquila. Fomos confrontados com grande imprevisibilidade de ocorrências de muita e diversa ordem, com inacessibilidade a documentação em algumas organizações, pelos mais diversos motivos²⁴.

²² Foram várias as precariedades com que nos deparámos: de horários, de transportes, de caminhos [maus], de conhecimento do modo de os alcançar por um bom número de brasileiros junto de quem tentámos receber auxílio. Contando com os imponderáveis que sempre espreitam neste tipo de trabalhos, enfrentámos algumas surpreendentes: vimos o tempo a escoar-se por entre intempéries inesperadas que estiveram demasiado presentes nas nossas estadas com inundações; enfrentou-se um sem número de dias de “Festas Juninas” Nordestinas que acrescem aos pacatos três que o calendário luso deixa para festejos de santos populares e, sem solução, vimos a dinâmica das festas estender-se aos vários quadrantes da vida Nordestina, dificultando as nossas tentativas de a ao demandado património e aos arquivos.

²³ Enfrentou-se a desconfiança para com quem se apresenta pretendendo conhecer e desvendar espaços demasiado relevantes do ponto de vista artístico e patrimonial para o Brasil. As credenciais apresentadas contaram, mas depois das delongas gastas nas suas confirmações. Sentiu-se o receio tido por alguns responsáveis pelo património em expor a estranhos os preciosos recheios em causa; por vezes só a nossa persistência e a ajuda da informatização de dados, conseguiram ultrapassar os entraves levantados, que a mera credencial académica apresentada em papel, não conseguiu.

²⁴ Numa foi difícil o acesso a obras de “Reservados” por falta de funcionários devidamente preparados para esclarecimento público; deparámo-nos com a contingência de lidar com catálogos que referiam obras que se encontravam em parte incerta, barreira que não conseguimos ultrapassar; contando com horários

Também em Portugal encontrámos entraves no acesso aos interiores das construções dos Terceiros e à consulta da sua documentação particular. Poucas foram as excepções.

Os factos franciscanos começaram a ter assento sistemático apenas a partir de 1745²⁵. Por isso, em relação aos factos acontecidos antes dessa data, e para que a crónica ficasse o mais completa possível, os cronistas da ordem, em cada convento, basearam-se em vários outros documentos antigos, alguns, pertença dos próprios conventos, como cada *Livro do Tombo*, cuja existência se tornara, também, obrigatória. Foi nestas brochuras que os frades guardiães, a quem incumbia a função de cronistas, assentaram os factos mais relevantes da vida dos conventos, como os nomes dos superiores, datas das suas eleições e espaço de tempo da sua actividade, assim como a obra consumada sob a administração de cada um deles.

Estes livros permitiram a possibilidade de acesso a processos de construção dos conventos referidos, às datas de acrescentos, consertos e remodelações, levados a cabo neles, para o período de anos a que se referem e, a partir da análise da informação deixada, perceber os momentos críticos ou de prosperidade em cada sede franciscana. Contudo, confrontámo-nos, para além das lacunas, com falta de pormenores sobre as construções que mais nos interessam, a dos espaços edificados pelos Irmãos Terceiros,

alargados muito favoráveis para a consulta, não ultrapassámos também a barreira da busca de obras em depósitos que contavam apenas com iluminação natural, o que, no Inverno Brasileiro, encurta demasiado os dias de investigação; também a previsão de greves de transportes e a preparação de festas populares inesperadamente nos cortaram pelo meio alguns dias do normal funcionamento bibliotecário. Encarámos fotocopiadoras avariadas que obrigaram a pedidos formais directamente à Direcção de Bibliotecas para que pudessem ser feitas fotos dos documentos necessários, em salas de leitura com condições de iluminação deficitárias para tomadas de fotografia, do que resultaram reproduções de documentos sem qualidade para leitura. Pretendendo consultar uma série de obras raras que estavam devidamente catalogadas, e que nos foi dado pedir para consulta, após longas esperas inexplicáveis, íamos encontrando sistematicamente em estado impossível de consultar, a desfazerem-se, devido aos xilófagos ou, com as folhas coladas entre si em bloco, devido à humidade ou ao ácido das tintas. Encontrámos acervos de arquivos de Terceiros e de Franciscanos em que as obras tinham sido pulverizadas com venenos muito activos, impossíveis de manusear enquanto não sofressem tratamento de limpeza adequado; arquivos selados, fechados à consulta pública à espera de comparticipação pecuniária do Governo para tratamento arquivístico. Enfrentou-se uma falha local de energia eléctrica numa instituição estatal, numa quinta feira de manhã que levou ao fecho das instalações até à segunda feira seguinte, o que impediu completamente a consulta do arquivo, pois ficava a cerca de quatrocentos quilómetros, do nosso então local de residência, estando todo o tempo disponível para a estada no Brasil calendarizado, havendo que se continuar viagem para outro Estado. Defrontámo-nos com proibição de fotocopiar ou fotografar documentos ou livros que, o encurtamento sistemático de tempo livre, nos deixou com muito pouco para cópia à mão.

²⁵ Por determinação congregacional, em Capítulo presidido pelo Provincial Frei Ruperto de Jesus. A tal propósito cf. Danielle Ventura Bandeira de LIMA. [Em linha]. *A Ordem de São Francisco no Brasil Colónia: Um Apanhado Histórico*. Paraíba : Universidade Federal da Paraíba, p. 5 [Consult. em 12-01-2009]. Disponível em

http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st_trab_pdf/pdf_st3/idelbrando_lima_st3.pdf.

o que deu azo a assentos incorrectos, como foi já notado por alguns dos historiadores e cronistas franciscanos²⁶.

De entre os antigos cronistas franciscanos releva-se o notável trabalho efectuado pelo pernambucano Frei António de Santa Maria Jaboatão que culminou no *Novo Orbe Seráfico Brasílico*²⁷. Obra imprescindível na historiografia franciscana brasileira e foi ponto de partida na busca documental que encetámos para este trabalho. Confrontámo-nos, contudo, com o facto de nem sempre o cronista ter sido muito pródigo nas notícias deixadas sobre as Ordens Terceiras franciscanas, falha que se terá devido, quanto a nós, à indisponibilidade documental enfrentada ou à falta dela no seu tempo.

Para esta e para outras fontes primárias que utilizámos, foi pesada a eventual falta de fiabilidade, por poderem ser tendenciosas, pois algumas são assentos de franciscanos baseados em documentação antiga escrita, com fins apologéticos, com pouca objectividade na construção dos factos. As certezas que algumas vezes são fornecidas como tal acabam por serem fugazes e mesmo contestados por outros cronistas posteriores.

Anúncio de conclusões

Os condicionalismos apontados não impediram, contudo, um sensível aprofundamento dos conhecimentos relativos às construções das Ordens Terceiras na Zona da Mata, nos seus pontos comuns, diversidades e singularidades. Foi de igual modo possível estabelecer o interesse que o património dos Terceiros adquiriu na época colonial, e o modo como grande parte dele se converteu em expressão artística enriquecedora do universo da História da Arte, e a sua importância na modelação urbana e paisagística da faixa nordestina brasileira, alargando a fundamentação do seu valor patrimonial, tanto numa escala universal como na do espólio luso-brasileiro.

²⁶ Como os livros começaram a serem escritos já no século XVII, por vezes, quando se reportam a factos anteriores, ocorrem em erro, como aconteceu com a descrição do convento da Baía (cf. Frei Venâncio WILLEKE, OFM, “Os Livros dos Guardiães”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 306, Janeiro-Março, 1975 : Departamento da Imprensa Nacional, Rio, 1976, p. 9 a 16).

²⁷ *Novo Orbe serafico brazilico, ou Chronica dos frades menores da provincia do Brazil*, impressa em Lisboa em 1761, e reimpressa por ordem do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1858, 2 volumes.

Microcosmos do todo harmónico e organizado que são os conventos nos seus ambientes e nas suas envolventes, as edificações das Ordens Terceiras abordadas surgem como uma justificativa e um primeiro aceno ao estudo global dos conjuntos franciscanos na Zona da Mata, num ensaio futuro, nosso ou de outrem.

A proposta de construção de um itinerário/rota que abranja o conjunto das construções das Veneráveis Ordens Terceiras do Seráfico Padre São Francisco edificadas em ambas as bordas do Atlântico, parece-nos ser primordial para autenticação deste património que é muito rico, para fora dos seus universos privados e mesmo, talvez estender o interesse aos próprios conventos a que a maior parte está ligada. Tratando-se de património que é ou particular e ou da Igreja, há que proporcionar, de alguma forma, um clima de confiança para uma necessária permissão de abertura ao exterior. Dar a conhecer este enorme património histórico e cultural muito bem definido, deve compreender, em primeira-mão, a cumplicidade das duas nações, Portugal e Brasil, e dos proprietários. Com a complacência destes, competirá aos investigadores dar a conhecê-lo em cada particularidade de forma pluridisciplinar, de forma cada vez mais abrangente.

Seria uma mais-valia para todos os intervenientes, possuidores, utentes e, soberanamente, para a cultura dos povos, em geral. A Academia ficaria com a possibilidade de abordagens inúmeras, mais facilitadas num futuro que se anseia próximo.

Capítulo I O despontar dos Franciscanos, sua implantação, permanência e florescimento, em Portugal e no Brasil colonial

1. Os Franciscanos : organização e disseminação

A fundação da Ordem de São Francisco surgiu em 1209²⁸, organizada segundo a regra de vida do seu fundador, o italiano Giovanni Battista di Pietro Bernardone – que ficaria conhecido por Francesco, denominação que parece ter ficado a dever a seu pai²⁹; nasceu em Assis (1181 ou 1182 – 03-10-1226) filho do comerciante Pietro Bernardone dei Moriconi e da fidalga Pica Bourlemont (natural da Provença); foi o fundador da “Ordem dos Frades Menores” – religiosos que ficariam conhecidos também por *Franciscanos*; foi canonizado pela Igreja Católica, em 1228, com o nome de São Francisco de Assis, pouco tempo após a sua morte.

Francisco de Assis compôs uma regra para os que quiseram acompanhá-lo numa vida de consagração a Deus e à pobreza, sob a denominação de *Frades Menores*, pela qual ficaram conhecidos logo desde a sua organização, sendo ainda hoje, esse o seu nome oficial na Igreja cristã. O papa Inocêncio III deu a sua aprovação à vida

²⁸ Cf. P.º Bartolomeu RIBEIRO, OFM. *Ordem Terceira Secular de S. Francisco de Assis: Instituições histórico-jurídicas destinadas ao clero*. Braga : Empresa do Boletim Mensal, 1924.

²⁹ São Francisco de Assis teve como nome de baptismo Giovanni di Pietro, escolha de sua mãe, muito devota de São João Baptista e que quis ainda perpetuar no filho também o nome de seu marido Pietro de Bernardone. Quanto à denominação Francesco, por que hoje é conhecido, não há certezas. Jacques Le Goff aponta três hipóteses para isso. Sabendo-se que Pietro Bernardone, quando do nascimento do filho, estava ausente em negócios, provavelmente em França, onde era costume deslocar-se, seria possível que começasse a denominá-lo daquele modo em referência àquele país; ou que tivesse sido uma homenagem a sua esposa de origem francesa; ou que fosse a denominação que surgiu pela facilidade que Giovanni di Pietro demonstrou na aprendizagem da língua francesa, enquanto jovem (*vide*, Fr. Marcos de LISBOA, 1510-1591, OFM. *Crônicas da Ordem dos Frades Menores*, ed. lit., *fac-simile* da 1.ª ed., 1615; org., introd. e índices Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade da Universidade do Porto, Porto : Universidade, Faculdade de Letras, 2001, Livro I, 1.ª pt., fl. 1; também, Jacques LE GOF. *São Francisco de Assis*. Tradução de Marcos de Castro. 5.ª ed. Rio de Janeiro : Record, 2001. p. 58-59).

franciscana³⁰ e, em 1210, delineou a regra que seria confirmada e assente definitivamente por Honório III, em 1223³¹. Em 1217, Francisco de Assis encaminhou os seus pares para a expansão pelo mundo, de que resultaria o desmembramento da Ordem cindida em *Províncias Pessoais* formadas por grupos de frades colocados sob a obediência de um *ministro*; e no Capítulo Geral de 1219, reforçou a organização provincial com a criação formal de *Províncias Territoriais*³².

Os frades, de início, mantiveram uma vida essencialmente espiritual dedicando-se à contemplação desenvolvida em eremitérios que ergueram em zonas rurais; do seu modo de vida ressaltam, ainda, outras linhas de conduta que identificam o franciscanismo, como a pobreza, a pregação, a itinerância perpétua, as missões nas terras dos povos não cristãos, constituindo, esta última, um aspecto inovador, nesses tempos de cruzadas militares³³. O incremento da Ordem Franciscana levou a que, a par de uma existência dedicada à contemplação em eremitérios, ganhasse relevo o estudo da teologia, o que impôs a necessidade de remodelação de atitude de vida. Os frades aproximaram-se, então, das povoações onde ergueram conventos para as suas pregações, estudo e ensino, assistindo-se ao aprofundar do saber dentro da congregação, particularmente, nos campos da gramática, filosofia e teologia³⁴. Desde meados do século XIV, o desentendimento surgido no seio da Ordem, conduziu a um reajuste de organização interna. Verificava-se o acentuar de duas tendências divergentes entre os religiosos, o que originou duas facetas distintas, a da *observância*³⁵ (seguindo a regra como o fundador ordenara) e a da *conventualidade*³⁶ ou *clausura* (organizada segundo

³⁰ Aos Frades da Primeira Ordem e à Religiosas da Segunda, foi-lhes exigido a observância de votos de castidade, pobreza e obediência.

³¹ Cf. P.º Frei Jerónimo de BELÉM, 1750. *Crónica Seráfica da Santa Província dos Algarves*, pt. I, fls. XVII e XIX.

³² Cf. António de Sousa ARAÚJO. “Ordens Terceiras” in Carlos Moreira AZEVEDO, dir. *Dicionário de História Religiosa em Portugal*. Rio de Mouro : Círculo dos Leitores, 2000, J - P, p. 273.

³³ Cf. Lima de FREITAS. “A Revolução Franciscana na Arte Ocidental”, in AA. VV., *O Franciscanismo em Portugal*, Actas dos I e II Seminário. Arrábida : Fundação Oriente, 1996, p. 126.

³⁴ Pelo ano de 1217, após a instalação dos franciscanos em Portugal, estes mantiveram nos seus conventos o ensino de teologia e de filosofia, visando a formação de monges e leigos cultos com o objectivo final de fortalecer a cultura católica. Em 1290, na gestão de D. Dinis, foi fundada a Universidade de Lisboa, formalizando definitivamente os Estudos Gerais, onde também eram mestres os franciscanos.

³⁵ O movimento da Observância, depois de se ter organizado em Itália, apareceu em França e em Espanha; os seus defensores insistiram na observância integral da regra, com prática da pobreza retratada na simplicidade dos edifícios que construíram e na vida que levavam no seu quotidiano, privilegiavam a oração e a pregação popular, localizando-se geralmente em sítios ermos ou em meios rurais (vide ARAÚJO. *Op. cit.*, J-P, p 348).

³⁶ Era exercida em conventos normalmente desenhados em amplidão, onde se privilegiava a disciplina regular da vida comum de estilo monástico, praticava-se a regra com dispensas pontificias, os frades seguiam os princípios de pobreza impostos pelo fundador; encontravam-se geralmente em centros

as diversas dispensas pontifícias).

A administração dos franciscanos foi organizada, nos diferentes países, em *províncias* subdivididas em *custódias* e em *vigariarias*, sob a tutela de um *ministro*³⁷. Deste modo, surgiram as províncias franciscanas da França, Alemanha, Hungria, Inglaterra e Espanha ou Espanhas³⁸.

2. Fundação das Ordens de São Francisco

Tradicionalmente considera-se que Francisco de Assis fundou as três ordens franciscanas que ainda hoje existem, a *Ordem Primeira* (1208/1209)³⁹ para os religiosos do sexo masculino, a *Ordem Segunda* (1212) para as religiosas, que tomaria o nome de *Clarissas*⁴⁰ e a *Ordem Terceira ou da Penitência* constituída no ano de 1221⁴¹, com um

urbanos e bastantes mantinham escolas públicas para o ensino da gramática, filosofia e teologia; aí a vida quotidiana era marcada pela regularidade dos ofícios litúrgicos e das lições escolares, já diferente da das primeiras gerações de franciscanos que praticavam a itinerância.

³⁷ Esclarece Frei Manuel da Esperança (ESPERANÇA. *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de São Francisco na Província de Portugal*. Lisboa, 1656, vol. 2, p. 13, 14) que *província* é uma congregação de muitos conventos, que unidos entre si, se governam sem dependência de outros, sob as ordens de um prelado comum, a que chamam *Ministro Provincial* eleito em *capítulos*; *custódia* é outra congregação de menos conventos que não se podem governar bem sem alguma dependência, cujo prelado comum e imediato também se chama *Custódio*; *vigariarias* são semelhantes às custódias separadas em *Províncias*

³⁸ Cf. LOPES. “Franciscanos”, in SERRÃO Joel, 1919-2008, dir. *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa : Iniciativas Editoriais, 1971, vol. II, p.295-296.

³⁹ Frei Manuel de Jesus de Oliveira FERREIRA. *Compêndio Geral da História da Venerável Ordem Terceira de São Francisco*. Porto, 1752, t. 1, p. 9) indica a data de 1208, referenciando fontes que teve por fidedignas, enquanto vimos a data de 1209 em outro local; há discrepância, ainda, na data de formação da Ordem Terceira; enquanto aquele indica o ano de 1224, vimos em Frei Apolinário da CONCEIÇÃO, 1692-1755, OFM (Religioso leigo Capucho da Província da Conceição), António Isidoro da FONSECA, fl. 1728-1760? impr. *Claustro Franciscano, erecto no dominio da Coroa Portuguesa, e estabelecido sobre dezeseis Venerabilissimas Columnas : expoem-se sua origem, e estado presente. A dos seus conventos, e mosteiros, annos de suas Fundações, numero de Hospícios, Prefecturas, Recolhimentos, Parroquiais, e Missoens, dos quaes se dá individual noticia, e do numero de seus Religiosos, Religiosas, Terceiros, e Terceiras, que vivem Collegiadamente, tanto em Portugal, como em Suas Conquistas... Lisboa Ocidental : Off. de Antonio Isidoro da Fonseca, 1740, p. 74), o ano de 1221 como o da instituição da Ordem Terceira pelo Patriarca da Ordem.*

⁴⁰ Freiras de Santa Clara, emergentes quando Francisco de Assis deu o da 1ª Regra hábito a Santa Clara, nesta data, dando origem a uma Ordem para mulheres, denominada na época *das Senhoras Pobres* (cf. LISBOA. *Op. cit.*, 1615, Livro I, 1.ª pt., f. 33 v.º col. esq.; FERREIRA. *Op. cit.*, Porto, 1752, t. 1, p. 9).

⁴¹ Cf. CONCEIÇÃO, FONSECA. *Op. cit.*, p. 174. A Ordem Franciscana Secular (OFS), em latim *Ordo Franciscanus Saecularis*, é a actual denominação da Venerável Ordem Terceira da Penitência de São Francisco de Assis (ou Irmãos e Irmãs da Penitência), organização da Igreja Católica destinada a reunir fiéis leigos (o primitivo nome da Ordem Franciscana Secular, foi o de Irmãos e Irmãs da Penitência; nos fins do século XIII começou a prevalecer a designação de Ordem Terceira de São Francisco de Assis,

projecto de vida para os irmãos e irmãs da Penitência, sendo uma das maiores preocupações espirituais do Patriarca franciscano a abertura de caminhos para a participação mais activa dos fiéis na vida devocional, projecto que alcançou a protecção do cardeal Ugolino (1148-1241) – futuro Papa Gregório IX.

A aprovação da Santa Sé foi dada apenas no ano de 1289, por documento que ficaria conhecido como *Regra da Ordem Terceira de São Francisco*, dirigido a pessoas de ambos os sexos, casados ou não, que vivessem no mundo laico e não pudessem ou não pretendessem, por qualquer motivo, ingressar num convento, com incitação aos membros a observar a austeridade nos trajes, a viver em concórdia, a praticar jejuns, e a confessar e comungar com frequência⁴².

Modernamente, instalou-se a dúvida sobre se será totalmente correcto aludir-se à fundação da Terceira Ordem como tendo surgido pela mão de São Francisco, havendo historiadores que discordam dessa suposição; também há incertezas sobre a legitimidade de se aludir a esta instituição como inovadora, como tem vindo a ser comumente aceite⁴³. Igualmente, há controvérsia sobre a possível existência de algum escrito de Francisco de Assis definidor de preceitos e atitudes próprias para os que quisessem seguir a respectiva vida de penitente: o escrito “*Memoriale Propositi*” parece ser apenas uma reelaboração da *Regra da Ordem Terceira dos Humilhados*, dada em 1201 por

nome que, na Regra de Paulo VI, promulgada em 24 de Junho de 1978, foi mudado para Ordem Franciscana Secular).

⁴² Para esta última, de acordo com os cronistas da Ordem, é aceite que o Patriarca da Ordem teria instituído uma Regra, no ano da sua criação ou no seguinte (cf. LISBOA. *Op. cit.*, Lisboa, 1615, Livro I, 1.^a pt., fl. 8, col. esq.).

⁴³ A propósito das Ordens Terceiras, cabe aqui colocar, ainda que de modo não aprofundado, porque o assunto descai para fora do âmbito do nosso estudo, a existência de uma problemática histórica, à volta da época do seu aparecimento como ordem, por não ter sido bulada no tempo de São Francisco, existindo como forma de vida religiosa com vivência singular em mundo laico, chegados à Ordem Franciscana. Na verdade, as Ordens Terceiras ou o espírito delas estão referenciados em movimentos, que teriam existido muito antes do aparecimento dos Franciscanos, ainda que não institucionalizadas. Há referência a fiéis, não propriamente Terceiros, que gravitavam em torno de Ordens religiosas, como por exemplo, a Beneditina e a Premonstratense, que reportam a factos anteriores ao século XI. Para além disso, há historiadores que contestam a criação da Ordem Terceira por Francisco de Assis, baseados no facto de, apesar de ele e os seus discípulos terem, logo no início da sua união em Ordem, levado a que um grande número de crentes seguissem na sua vida secular, uma profunda devoção a Deus e de penitência, segundo o próprio modelo de vida franciscana. Para além da contestação de aquela não ser uma forma de vida religiosa nova no tempo de São Francisco, pois como vimos, já havia sido adoptado por outras comunidades, levanta-se ainda outra questão. A primeira aprovação de uma Bula Reagrada para a Ordem Terceira de São Francisco foi instituída já em 1289, ordenada pelo Papa franciscano Nicolau IV, o que leva historiadores a imputar-lhe a fundação da Ordem; no entanto, na própria Bula (*Supra montem* de 8 de Agosto) é destacado que o seu fundador foi São Francisco de Assis. Este assunto transportar-nos-ia para um polémica de conceitos e ideais, que, sendo questão a merecer atenção, não cabe no âmbito deste estudo, ficando, neste caso, apenas como reparo (*vide* a este propósito, Ignès GERHARDS. *Dictionnaire Historique des Ordres Religieuses*. France : Fayard, 1998, p. 582).

Inocência III, um “escrito estritamente jurídico” ter sido da autoria de Francisco, o que estará provado não ser conclusivo; existirá da sua lavra a “Carta aos fiéis” que parece ser uma “exortação aos irmãos penitentes”⁴⁴.

A Ordem Terceira de São Francisco de Assis constituiu-se dentro da Ordem Primeira franciscana, surgindo logo nos primórdios dela, orientada para uma militância contemplativa e, igualmente, dirigida para uma população laica⁴⁵. A concepção de vida relacionada com esta Ordem teve grande eco dentro do mundo católico, foi mesmo imitada por outras Ordens, nomeadamente, as Mendicantes, contando com o apoio da Sé Apostólica que lhes viria a conferir privilégios.

Esta Terceira Ordem de São Francisco iniciou-se em Itália, em meio secular, ligada à religião Seráfica, para “*Si qui voverint hanc vitam observare...*” nas palavras com que Francisco de Assis teria iniciado a Regra que a instituiria, regra que teria sido confirmada oralmente (sem Breve, apenas de “*vivae vocis oraculo*”)⁴⁶ pelo Papa Honório III⁴⁷ e regradada com Bula pelo Papa Nicolau IV, OFM, no ano de 1289⁴⁸.

Estes Terceiros recebiam o hábito franciscano e professavam, mas não se congregavam em casas. A Ordem que integraram, sujeita à obediência dos frades ou do

⁴⁴ Como se pode deprender do texto de Frei Honório Rito de Leão BRASIL, OFM. “Ordem Franciscana Secular”. *IV Centenário da Chegada dos Franciscanos ao Brasil — 1585-1985. Santo António — Órgão da Província Franciscana de Santo António do Brasil*. Recife : Edição do Provincialado, 1986, p. 58.

⁴⁵ Lima de Freitas observa que, numa época em que a autoridade de Roma estava a ser posta em causa, Inocência III teve a genial intuição de que, para “reparar” a Igreja, era mister, não apenas, uma aristocrática milícia, de contemplativos, mas sobretudo de religiosos igualmente activos, disponíveis, libertos ao mesmo tempo das sujeições da clausura e dos encargos seculares, trabalhando em íntimo convívio com o povo cristão, agitado por tantas aspirações novas (*Vide*, a propósito, Lima de FREITAS, “A Revolução Franciscana na Arte Ocidental”, in AA. VV. *O Franciscanismo em Portugal*, Actas dos I e II Seminário. Arrábida : Fundação Oriente, 1996, p.126, 127).

⁴⁶ De acordo com Manuel de Oliveira Ferreira (FERREIRA. *Op. cit.*, Porto, 1752, t. 1, p. 9) a confirmação oral teria advindo do Papa Inocência III, mas tal não é compatível com a data de seu pontificado que se desenrolou entre 8 de Janeiro de 1198 e 16 de Junho de 1216, pelo que concluímos ter havido um equívoco do autor na indicação deste Papa.

⁴⁷ O Papa Honório III (act. 18 de Julho de 1216 - 18 de Março de 1227) deu a Regra que ficou conhecida por *Memoriale Propositi Fratrum et Sororum de Penitencia in domibus propriis existentium* (cf. P.^e Bartolomeu RIBEIRO, OFM. *Os terceiros franciscanos portugueses: Sete séculos da sua história*. Lisboa : Edição e depósito do Comissariado Nacional da OT, 1953, p. 21).

⁴⁸ O Papa Nicolau IV teve o seu pontificado entre 22 de Fevereiro e 4 de Abril de 1292. Os Terceiros Franciscanos regeram-se pela regra fundada em 1289 pelo papa franciscano Nicolau IV, também professada pelos regulares, que seria depois confirmada pelo papa Clemente V na bula *Tenorem*, de 30 de Agosto de 1308; assistiu-se a alterações introduzidas pelos vários papas que se lhes seguiram, tendo Leão X, pela bula *Inter caetera*, de 20 de Janeiro de 15121, confirmado nova regra aos terceiros regulares, até que, em 1883, o papa Leão XIII promoveu e promulgou a reforma da regra da ordem franciscana através da Constituição *Misericors Dei Filius*, de 30 de Maio, a qual vigorou até à sua revogação e substituição pelo texto actual, aprovado pelo breve *Seraphicus Patriarcha*, de Paulo VI, de 24 de Junho de 1978 (de acordo com ARAÚJO. *Op. cit.*, p. 348).

clero secular⁴⁹, foi denominada *Ordem Terceira Secular* (OTS) ou *Ordem da Penitência*⁵⁰. No entanto, tendo acontecido que alguns pretendessem ter uma vida mais retirada e virada para a religião⁵¹ assistiu-se à formação de recolhimentos, onde, em congregação, os Irmãos Terceiros seguiram a observância dos religiosos da Ordem Primeira, ainda que não tivessem sido considerados uma Ordem religiosa⁵². Foi assim que se fundou a *Ordem Terceira Regular* (OTR)⁵³ ainda em Itália, surgida também em

⁴⁹ Aspecto que seria estatuído em 1645 [cf. Ordem dos Frades Menores. Província de Santo António (Portugal). *Estatutos da Província de Santo Antonio do Reyno de Portugal : confirmados por Authoridade Apostolica, tirados de varios Estatutos da Ordem, & da Província, acrescentando nelles o que servia para mais reformação do instituto da vida Capucha : feitos, & ordenados com o consentimento, & approvação do Diffinitorio, & Discretorio no Capitulo, que se celebrou nesta Casa de S. Antonio de Lisboa, no anno de 1645. em que sahio eleito em Provincial o irmão Fr. Manoel da Purificação*. [S. l. : S. n.], 1645, Cap. LXI, f. 34 v.º, § 1), onde se lê “... Assim ordenamos que onde não houver Padres da Observância que tenham cuidado dos terceiros, o irmão ministro nomeie hum religiosos mui exemplar e prudente confessor de seculares ou pregador por comissário seu, o qual os exortará e encaminhará à perfeição daquele modo de vida não se metendo de modo nenhum nas esmolos dos terceiros. Os terceiros as ajuntarão conforme precisarem para a dita irmandade e se aconselhará a evitar o supérfluo e se empregue só na caridade e perfeição de vida. Quem se escusar de ser comissário dos 3ºs sofrerá seis anos de afastamento de prelado.” Ainda, entre outros, competia ao Ministro Geral da Ordem Primeira erigir sodalícios da Ordem Terceira, também, agregar à Ordem dos Menores as Congregações de Terceiros (cf. Província Franciscana de Santo António do Brasil. “Consultas – Faculdades e Privilégios dos Prelados da Ordem”. Santo António – Órgão da Província Franciscana de Santo António do Brasil. Recife : Edição do Provincialado, 1955, ano 13, n.º 2, p.137 e 138).

⁵⁰ Vulgarmente chamada *dos irmãos Penitentes*, pois respondia aos anseios de inúmeras pessoas que desejavam seguir os princípios de Francisco de Assis, para fazerem vida de penitência, para salvação das suas almas, sem terem que deixar as suas casas, famílias, negócios, juntando-se em congregação de fins religiosos.

⁵¹ Ou, seguindo as palavras contidas in *Memorias historicas, e apendice segundo á Disposição quarta da Colecção das Disposições do Superior Provincial, para a observancia, e estudos da Congregação da Ordem Terceira de S. Francisco*. Lisboa : Regia Off. Typografica, 1794, p. 6, “segundo o cansaço da vida secular, ou da passada em trabalho honesto, ou em distracções viciosas, alli se conduzião (aos recolhimentos) muitos para huma quietação devota, e penitencia saudável.”. Não são muitos os dados históricos quanto aos seus primeiros tempos de existência em Portugal, não se sabendo quando teve início, nem quando foi oficializada. Através de documento pontifício ficou a saber-se que, no ano de 1439, seria seu Ministro Provincial, Frei João da Ribeira. Provavelmente, em 1586, terá passado à obediência directa do Ministro Geral da Observância integrada na Província Franciscana de Portugal, e alcançou independência em 1780, convertida em Congregação Lusitana dos Regulares da Terceira Ordem da Penitência. Teve Casa Provincial em Nossa Senhora de Jesus dos Cardais, em Lisboa, e foi extinta em 1834 (cf. Carlos Paiva NEVES [Em linha]. “3. A presença Templária e da Ordem Terceira de S. Francisco na vila de Pavia”, pt. 2, in *O Franciscanismo de Cólón*, pt. 2. Cuba, Alentejo, 23-05-2009. [Consult. em 03-02-2010]. Disponível em http://colombo-novo.blogspot.com/2009_07_01_archive.html).

⁵² Os Terceiros de São Francisco não eram considerados como Mendicantes, pelo que lhes estava vedado o esmolarem (*vide*, a este respeito, *Memorias historicas, e apendice ... Op. cit.*, Lisboa, 1794, p. 8).

⁵³ Ainda que haja discordância entre os historiadores a propósito da época de surgimento da Ordem Terceira de São Francisco, apontando-se os séculos XI e XII, sabe-se que, em 1238, Gregório IX falaria já das três ordens fundadas por São Francisco, a dos frades menores, a das irmãs reclusas e a dos penitentes. As Ordens Terceiras Seculares foram definidas pelo código de Direito Canónico de 1983, no seu cânone 303 (*Cânon 303*, dado em Roma, no dia 25 de Janeiro de 1983, promulgado pela autoridade do Papa João Paulo II, Capítulo I, Título V, referente a *Normas Comuns*, consta: “Chamaram-se Ordens Terceiras, ou com outro nome adequado, aquelas associações cujos membros, vivendo no mundo e participando do espírito de um instituto religioso, dedicam-se ao apostolado e buscam a perfeição cristã sob a alta direcção desse instituto (cf. “Associações de Fiéis : Normas comuns” in *Código de Direito Canónico - Cânon 303* [Em linha]. 25-01-1983 [Consult. em 10-03-2008]. Disponível em

Portugal⁵⁴ e na sua colónia do Brasil exclusivamente em Olinda, onde serviu de arranque para o assentamento da Ordem Primeira no recolhimento de Irmãs Terceiras existente nessa cidade em Pernambuco, situação que desenvolveremos adiante (cap. II, ponto 4.4).

A criação da Ordem Terceira de São Francisco inscreveu-se num vasto movimento de índole religiosa e social, que teve a sua génese ainda em Itália do século XIII, tendo-se espalhado pelo mundo medieval cristão.

A devoção dos monarcas foi muitas vezes demonstrada pela pertença às Ordens Terceiras, no que foram largamente imitados pela nobreza, ingressando nelas⁵⁵ e ficando a beneficiar de privilégios e isenções temporais, semelhantes às eclesiásticas, incluindo a protecção socio-política que lhes era conferida pela posição que adquiriam. Segundo alguns críticos da história, estes favorecimentos não teriam estado arredados de grande número de determinações de ingresso nas Ordens Terceiras⁵⁶. Tornados *irmãos penitentes*, os Irmãos mantinham as respectivas vidas ordinárias com carácter secularizado que detinham na sociedade; todavia, passaram a obedecer aos ditames de uma Regra vinculados a uma Instituição religiosa⁵⁷ e, comumente, sob a sua orientação e apoio religioso, supervisionados por membros do clero secular franciscano [docs. 29, 31, 34] de que dependeria a definitiva aprovação de ingresso de noviços na Irmandade, como testemunhámos para a Baía [doc. 30].

As Ordens Terceiras favoreceram a divulgação de liturgias e normas cultuais da Igreja Católica, servindo de meio difusor da catolicidade popular, contribuindo para a construção de lugares de culto que elas próprias sustentaram, envolvendo-se em acções

http://www.vatican.va/archive/ESL0020/_P10.HTM).

⁵⁴ Em Portugal organizou-se em Província da Terceira Ordem da Penitência da regular Observância, no ano de 1443 ou no seguinte (havendo dúvidas quanto à data certa do surgimento com várias opiniões) por religiosos da Primeira Ordem de São Francisco. O Papa Leão X determinou que ficariam sob a obediência destes, quase todos, particularmente subordinados aos Observantes (cf. APOLINÁRIO. *Op. cit.*, p.8, 11, 26).

⁵⁵ De concreto sabe-se que nela se filiou D. Sancho II; também o imitaram D. Afonso IV e sua mulher D. Brites, D. Pedro I, D. Fernando, D. Afonso V, e entre outros a rainha Santa Isabel (*vide*, Fortunato de ALMEIDA. *História da Igreja em Portugal*. Porto – Lisboa : Livraria Civilização Editora, 1968; vol. I, p. 138).

⁵⁶ Os confrades tinham imunidades eclesiásticas como a de foro, pelo que podiam ser julgados em tribunais privativos, com algumas ressalvas, tinham isenção do serviço militar, tinham direito a ser sepultados em cemitérios franciscanos, entre outros (cf. ALMEIDA. *Op. cit.*, vol. 1, p. 350).

⁵⁷ Estão próximas das Ordens regulares, pela sua orgânica, com regra aprovada pela Santa Sé; os seus membros fazem noviciado e profissão, podendo usar hábito especial, substituível por insígnias, como o escapulário, medalha ou cordão; dependem organicamente da congregação dos Institutos de Vida Consagrada, gozam de certa isenção e constituem-se em fraternidades, participando de muitas das graças das ordens respectivas, sendo *o terceiro* identificado tanto por *regular* como por *frei, frade* ou *confrade*.

de cariz religiosa aliadas às comemorações festivas que se ligavam às Ordem Primeiras a que se encontravam adstritas [docs. 13, 44] e aos rituais fúnebres quando da morte de algum confrade.

Apesar da obtenção de Personalidade Jurídica da maior parte delas, eram regradados de acordo com a autoridade pontifical⁵⁸, sob a supervisão das Ordens Primeiras⁵⁹ e de acordo com os Compromissos assinados pelos Irmãos, havendo a interferência de religiosos franciscanos, representados por um Comissário [docs. 35, 50].

Não obstante o papa Martinho V haver concedido aos Terceiros, em 1423, a graça de terem Geral próprio, foi durante largos anos agitada, com sorte vária, a questão da sujeição dos Provinciais dos Terceiros aos Frades Menores.

Houve casos de Ordens Terceiras constituídas fora do âmbito conventual das Primeiras Ordens, mas, na sua maioria, nasceram agregadas a um convento franciscano.

Será necessário mencionar ainda a formação das *Confrarias do Cordão de São Francisco* e a das *Chagas de São Francisco*, pois ficaram relacionadas com a Ordem Terceira, sendo que se converteram, em alguns casos, na aproximação possível de crentes ao franciscanismo, quando aqueles não tiveram outro modo de se juntarem às outras Ordens, Primeira, Segunda e Terceira, por motivos vários. O século XIII tinha já feito emergir confrarias de “cordígeros”, formadas por crentes que pretendiam seguir a vida de São Francisco e que engendram o uso do cordão que o Patriarca de Assis usava, como forma de penitência. Foi no último quartel do século XVI que, pela mão do Papa Sixto V, foi dada aprovação eclesiástica para o considerado piedoso costume de cingir o cordão de São Francisco à cintura; assim, o papa reuniu os “cordígeros” existentes e a diversidade de confrarias formadas à volta deles, na *Arquiconfraria do Cordão de São Francisco*, que assim se fundou no ano de 1581, e determinou que a sua sede universal fosse erecta na Basílica Papal de São Francisco de Assis na Itália.

⁵⁸ Regeram-se canonicamente pela Constituição do Papa Clemente VIII (1604) e pela de Paulo V (1610), podendo fundar-se em todas as igrejas, embora a Congregação do Concílio de Trento (1595) tenha proibido irmandades de homens de se fundarem em meio feminino.

⁵⁹ Teria sido real a dependência espiritual dos irmãos terceiros em relação aos prelados da Ordem dos Frades Menores (cf. Fr. Domingo de la SOLEDAD, OFM. *Sol Seraphico, que colocado en el cenit del Catholico Cielo, ilustra al Cristiano Orbe con los beneficos rayos del Origen, Exelencias, Frutos, Regla e Indulgencias de la estimada de Dios, apreciada de los Pontifices, y venerada de los Hombres, la siempre Venerable Orden Tercera de Penitencia de N. S. p. S. Francisco*, 2.^a ed. [s. L. : s. d.] : Cádiz : Jerónimo de Peralta, 1728, p. 493).

Em Portugal, estas confrarias foram por vezes o meio dos interessados num modo de vida religiosa laica se catapultarem para junto de uma comunidade religiosa e formarem uma Ordem Terceira. Assim aconteceu em Guimarães e também em Braga [cf. vol. II, Anexo 2, qdr. 8, nota 1; qdr. 16, nota 12⁶⁰].

No Brasil, particularmente na Baía, onde havia grande predominância de escravos africanos, só os leigos brancos idos do Reino tiveram permissão para ingressarem nessas associações religiosas do catolicismo tradicional⁶¹ [doc. 35]. Assim surgiram pelo solo colonial brasileiro as várias *irmandades dos homens negros e pardos*⁶². No entanto, esses negros entraram ao serviço dessas ordens, assistindo-lhes alguns direitos, como o de serem amortalhados na ora das suas exéquias [doc. 38]. Este mesmo problema, o de “limpeza de sangue” dos candidatos a Noviços Terceiros, está documentado em vários conventos [doc. 48].

Um aspecto interessante que se tornaria paradigma dos templos destas ordens é o das venerações que se impuseram nos seus altares. Além das devoções comuns ao Patriarca Francisco a par da de Santo António, ressaltam uma série de venerações, que tiveram presença em manuais espirituais elucidativos, destinados às Ordens Terceiras franciscanas, que emergiram como tradução do empenho em fazer corresponder a inclinação cultural de cada Irmão a um determinado santo tradicionalmente associado à Ordem, mas que a Igreja associara a cada um dos diferentes estados em que se dividiam os irmãos leigos⁶³.

⁶⁰ Doravante nas referências a *conventos*, *quadros*, *documentos* ou *figuras* deixaremos de incluir a abreviatura *cf.*, e a referência aos respectivos **Volumes** e **Anexos**, pois *conventos*, *quadros* e *figuras* estão incluídos no **volume II**, nos **Anexos 1, 2, 3**; as *figuras* estão inclusas todas no **volume III**, **anexo 4**; ficando supostos, para não pesar a apresentação gráfica.

⁶¹ A notícia sobre *cordígeros* na Baía aparece no Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa onde existe o *Compromisso da Venerável Ordem dos Cordígérios da Penitência do Patriarca São Francisco de Assis*, erecta na Igreja de Santa Maria dos Anjos da Porciúncula do Arcebispado da Baía (AHU, Cód. 1494, Roma, 1720, 2 de Maio).

⁶² De acordo com os *Compromissos* vendo-se coagidos a reunirem-se em Confrarias próprias, onde emergiram cultos religiosos formados de sincretismos afro-brasileiros, como o Candomblé, que se combinou com o católico.

⁶³ Aspecto que foi também observado por William de Souza MARTINS. *Religiões e Práticas Religiosas : A Ordem Terceira de São Francisco no Rio de Janeiro Colonial* [Em linha] : Edições da SBPH (Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica), 2006. [Consult. em 21-10-2009]. Disponível em <http://sbph.org/2006/historia-religoes-e-praticas-religiosas/william-de-souza-martins>. Destacamos um excerto de um daqueles manuais (ref. Fr. António ARBIOL, OFM. *Los terceros hijos de el humano serafin. La venerable y esclarecida Orden Tercera de Nuestro Patriarca San Francisco. En Zaragoza, Por Pedro Carreras*. Zaragoza, 1724, p. 140) “As classes dos homens, que vivem fora da Religião, hábeis de professar esta Ordem Terceira Seráfica, se reduzem a Eclesiásticos, casados e livres. Os estados das mulheres se contém em casadas, viúvas, virgens e livres. E para que cada um e cada uma em sua classe tivesse nesta Ordem Terceira um espelho e exemplar de Consumada perfeição, parece fez empenho a

3. Os Franciscanos em Portugal

Podemos considerar duas fases de implantação desta Ordem em Portugal⁶⁴. Em termos gerais, a primeira abrangeu o século XIII e a primeira metade do século seguinte; tal, correspondeu à chegada e instalação dos Frades Menores – também conhecidos por Frades da Primeira Ordem – e de Freiras Clarissas ou da Segunda Ordem, que foram acompanhadas com o aparecimento das respectivas confrarias (de São Francisco e de Santa Clara), de que há notícia apenas a partir do século XIII; a segunda foi caracterizada pela entrada e fixação dos Observantes no Norte do país, nos finais do século XIV, e pela sua difusão por todo o Reino, continente e ultramar, num movimento que prolongar-se-ia até ao século XV⁶⁵.

Providência Divina de dar logo algum Santo Canonizado ou Beatificado por sua Igreja, em cada um dos sobreditos estados. Os Senhores Eclesiásticos (...) tiveram logo São Ivo... Os homens casados (...) têm São Luís, Rei de França... Os homens livres têm São Roque... As mulheres casadas (...) têm por exemplar admirável Santa Isabel, Rainha de Portugal... As Mulheres viúvas da Ordem Terceira Seráfica, têm Canonizada Santa Isabel viúva, filha do Rei da Hungria... As Irmãs da Ordem Terceira, que têm o feliz estado de virgindade no século, têm Santa Rosa de Viterbo... As mulheres livres, que em algum tempo correram o caminho tenebroso dos vícios e torpezas, mas já penitentes e desenganadas (...) têm para alentar suas esperanças Santa Margarida de Cortona”.

⁶⁴ A história dos primeiros tempos dos franciscanos em Portugal não é ainda clara, há indefinição de datas e discrepâncias entre vários autores, como se percebe ao ler Frei Apolinário da Conceição (CONCEIÇÃO, FONSECA. *Op. cit.*, p. 3 e 4).

⁶⁵ Quando os estudos teológicos tomaram relevância entre os franciscanos, houve a necessidade destes deixarem os eremitérios e fundarem conventos junto aos povoados; aí abriam escolas para receber estudantes, como aconteceu no Porto e em Guimarães (cf. LOPES. *Op. cit.*, vol. II, p. 296). Com o crescimento do número de conventos, a custódia de Portugal foi dividida em duas, em 1272: a de Coimbra (teve termo entre a Beira, Trás os Montes e Entre Douro e Minho, com seis conventos), e a de Lisboa (entre a Estremadura e o Alentejo, com sete conventos em Lisboa, e os de Alenquer, Leiria, Santarém, Évora, Estremoz e Portalegre, ainda, o de Marrocos e o de freiras de Santarém (cf. ESPERANÇA. *Op. cit.*, vol. 2, p. 332; ainda, CONCEIÇÃO, FONSECA. *Op. cit.*, p. 4). O capítulo geral de 1330, reunido em Coimbra deu origem à terceira custódia, ficando a de Lisboa dividida em duas: uma com sede na cidade, soberania sobre os conventos aí fundados, e sobre os de Alenquer, Leiria e Santarém; a outra, sediada em Évora, com domínio sobre os conventos da cidade e os de Portalegre, Beja, Estremoz, Tavira e Loulé; o convento de Bragança permaneceu na Custódia de Orense, devido à proximidade territorial. Entre 1378 e 1417, durante o Cisma do Ocidente, os portugueses obedeceram ao Papa de Roma, Urbano VI, enquanto os castelhanos aceitaram o antipapa Clemente VII, de Avinhão, o que conduziu a contendas bélicas entre os dois povos, adensadas com a questão de haver, na mesma Província Franciscana, dois Ministros e duas obediências (cf. Henrique Pinto REMA, P.º. “Observância Franciscana na Península Ibérica nos séculos XIV, XV e XVI”. *Itinerarium*, Revista Quadrimestral de Cultura. Braga : Arciprestado de Braga, Janeiro-Agosto de 2003, Ano XXIX, n.º 175/176, p.62 e 63). Entretanto, havia o desejo dos franciscanos em Portugal se desligarem da obediência da Província de Santiago – que englobava os reinos de Portugal, Galiza e Leão, o que levou, em 1387 ao aparecimento da Província de Portugal – ainda com o nome de Santiago [nessa data, o provincial de Santiago estando em Portugal, exerceu o governo sobre as suas custódias, separadamente das restantes da Província. Quando, no primeiro quartel do século XV, a questão do cisma foi solucionada, os castelhanos pretenderam reunir de novo as províncias, mas sem êxito, sendo confirmada, então, a existência de uma *Província franciscana de Portugal* autónoma (Cf. *Idem. Ibidem, loc. cit., apud* Francisco GONZAGA, 1546-1620, Domenico BASA, 1579-1596. *De origine Seraphicae Ordinis Franciscanae ejusque progressibus, de Regularis*

3.1 As Ordens Terceiras de São Francisco em Portugal

A Ordem Terceira de São Francisco⁶⁶ teve grande expansão também no nosso país, tendo os seus membros atingido grande prestígio, tanto entre o povo como entre os nobres, depositários de vastos privilégios que passaram a deter com a filiação à

observantiae institutione... Roma : ex Typographia Dominici Basae, 1587, p. 10; ainda, ESPERANÇA. *Op. cit.*, vol. 2, p. 332; ainda CONCEIÇÃO, FONSECA. *Op. cit.*, p. 4). Na senda da tradicional vocação missionária da Ordem, os franciscanos integraram as expedições dos Descobrimentos. Se, no início, os religiosos foram do reino para além mar, a longo tempo, a missionação portuguesa estava a par com os autóctones locais e colonos, tendo sido mesmo substituída, por vezes, por estes; assim se formaram Províncias independentes do reino, como a de São Tomé, e a da Madre de Deus na Índia, enquanto no Brasil a de Santo António no Norte e a da Conceição no Sul, tentaram bastar-se a si próprias (cf. ESPERANÇA. *Op. cit.*, p. 17; LOPES, *Op. cit.*, vol. II, p. 297). No início do século XVI, acontecendo que a Província Franciscana de Portugal era já muito vasta, e frente a uma crise moral no seio de alguns franciscanos, a política de D. Manuel levou a que o Papa Leão X decretasse, em 1517, a divisão dos franciscanos, sob o título de Província de Portugal, em duas províncias, a dos *Frades Menores da Regular Observância* (ou simplesmente Frades Menores) e a dos *Frades Menores Claustrais* (conventuais) [Existiu antes da regular Observância, os *Observantes* “antigos” que teriam entrado em Portugal em 1392, diferente dos “observantes”, do início da centúria de quinhentos, os “observantes modernos” ou da “mais estreita observância”, a que se denominou popularmente “Capuchos”] (cf. Direcção Geral de Arquivos : AN/TT [Em linha]. Fundo (Código Referência) PT-TT-PP : GFE - OFM Portugal, *Província de Portugal, 1536, 1590, 1676-[18--]* [Consult. em 27-01-2010]. Disponível em [http://ttonline.dgarq.gov.pt/dserve.exe?dsqServer=calm6&dsqIni=Dserve.ini&dsqApp=Archive&dsqDb=Catalog&dsqCmd=Show.tcl&dsqSearch=\(RefNo==PT-TT-PP\)](http://ttonline.dgarq.gov.pt/dserve.exe?dsqServer=calm6&dsqIni=Dserve.ini&dsqApp=Archive&dsqDb=Catalog&dsqCmd=Show.tcl&dsqSearch=(RefNo==PT-TT-PP))). A Observância tinha entrado em Portugal nos finais do século XIV, tendo permanecido ambas com o nome de Portugal, com a inclusão de três religiosos no país que dariam princípio ao convento de Viana de Castelo e à construção de diversos oratórios espalhados pelo território (cf. CONCEIÇÃO, FONSECA. *Op. cit.*, p. 5). A província da *Regular Observância* ficou com sede no Convento de São Francisco em Lisboa e a de *Portugal dos Conventuais do Porto*, no Convento de São Francisco no Porto; as três casas existentes na Madeira mantiveram-se como Observantes; as cinco dos Açores permaneceram como Claustrais (cf. *Idem, Ibidem, loc. cit.*, p. 5; ainda, AZEVEDO. 2000, J - P, p. 275) [O papa Pio V, a pedido do Cardeal D. Henrique suprimira os Conventuais e integrou-os na *Província Observante de Portugal*, o que levou à expansão para o Atlântico (Açores, Madeira, Cabo Verde e Guiné). Por sua vez, a província dos Observantes foi dividida em duas por deliberação do *Capítulo Geral de Toulouse* reunido em 1532, pelo que se estabeleceu a *Província de Portugal*, centrada em São Francisco de Lisboa, e a *Província dos Algarves* – criada com os conventos do Sul do país (sediada no convento de São Francisco de Xabregas, cujos religiosos foram denominados *Xabreganos*)]. Em 1563, os observantes solicitaram que as suas casas se erigissem em custódia sob a invocação de Santo António, o que conseguiram, em 1565; entre 1568 e 1569, a que foi até então a Custódia de Santo António (de capuchos) foi convertida por bula de papa Pio V na *Província de Santo António* juntando os religiosos da re colecção; em 1639, os conventos dos Açores geraram a Província de São João Evangelista (Cf. ESPERANÇA, *Op. cit.*, Livro I, p. 13 e 16); no início do século XVIII, emergiu a Província da Conceição com os conventos Antoninos do Norte. Foi da Província de Santo António que derivaram, a seu tempo, a *Província de Santo António em Pernambuco* – principiada, em 1657 –, a *da Imaculada Conceição do Rio de Janeiro* (1675 e 1677) e a *da Conceição em Portugal*, com início em 1706.

⁶⁶ Os terceiros franciscanos regeram-se pela regra fundada em 1289, pelo papa franciscano Nicolau IV; esta sofreu alterações introduzidas pelos vários papas que se seguiram, até que, em 1883, o papa Leão XIII promoveu e promulgou a reforma da regra da ordem franciscana através da constituição *Miseri cors Dei Filius*, de 30 de Maio, a qual vigorou até à sua revogação e substituição pelo texto actual, aprovado pelo breve *Seraphicus Patriarcha*, de Paulo VI, de 24 de Junho de 1978 (cf. ARAÚJO. *Op. cit.*, J-P, p. 348).

instituição⁶⁷, como já acontecera na Europa.

As fraternidades da Ordem Terceira Franciscana, ditas de *Irmãos Penitentes*, começaram por surgir em Portugal em localidades onde os franciscanos tinham erigido um convento⁶⁸ ou nas terras onde eles se deslocaram em pregação⁶⁹. Sabendo-se que o número de conventos franciscanos construídos no final do século XV rondou as quatro dezenas, podemos deduzir que esse número corresponderia a um número próximo de irmandades Terceiras a gravitar à volta daqueles.

Muitas das Ordens Terceiras seculares dispuseram de templo próprio, rasgado dentro do conventual ou independente, abrindo com frequência para o mesmo adro do templo dos frades. Além de tratarem da sublimação mística pessoal, os irmãos dedicaram-se a tarefas diversificadas, muitas delas de cariz social, em gafarias ou albergarias, hospitais e asilos, por vezes situados a par dos mesmos conventos de frades, como ainda hoje se pode constatar junto de algumas destas instituições que chegaram até nós⁷⁰. Houve, ainda, capelas que foram fundadas nos templos conventuais ou em capelas ou altares de igrejas paroquiais, sendo muitos os confrades que faziam vida de piedade de tipo semi-conventual dependente do grande número de conventos franciscanos existentes.

Avultam as incertezas sobre as datas das primeiras irmandades constituídas em Portugal. Não há consenso entre os autores sobre a mais antiga das Ordens Terceiras

⁶⁷ As regalias que passaram a estar inerentes à situação de Irmãos Terceiros poderiam ter sido, na opinião de alguns críticos, agentes que serviram de alavanca para o crescente número de aderentes às irmandades.

⁶⁸ No século XIII, os cinco reinos cristãos da Península Ibérica, com o reino de Portugal incorporaram a *Província* (franciscana) *Territorial das Espanhas*; entre 1232 e 1239 esta *Província* desdobrou-se em três: a de Aragão, a de Castela e a de Santiago; por motivo territorial, o reino de Portugal (que por vezes designado também por *Província de Portugal*) ficou dependente desta última província. Assim, as casas franciscanas de Portugal formaram, desde a sua origem até à reunião do capítulo geral de 1233, a *Custódia de Portugal* ou *de Lisboa* dependente da *Província de Espanha*, em Serória. O custódio de Portugal, tido como comissário do Ministro da província de Santiago, governava os frades do seu distrito, usando um selo próprio, mas não efectuava eleições nem celebrava capítulos senão para providências de governo. Fundaram-se em Portugal os primeiros eremitérios perto Alenquer, em Guimarães, em Coimbra e nos Olivais em Lisboa e, com a reorganização dos frades, seguiu-se a construção de conventos [há grande indefinição das datas destas fundações e discrepâncias entre os autores, como se percebe em Frei Apolinário da Conceição (cf. CONCEIÇÃO, FONSECA. *Op. cit.*, p. 3 e 4)].

⁶⁹ Ainda que não acontecesse sempre assim, como foi perceptível ao longo da investigação que elaborámos nesta abordagem e como apercebemos da leitura de António de Sousa Araújo. (ARAÚJO. *Op. cit.* J-P, p 352; ref. a A. Meyrelles do SOUTO. “O Arcebispo de Cranganor, D. Frei José Joaquim da Imaculada Conceição de Amarante” in *Voz de Santo António*, Lisboa, Agosto, 1958). Diz-nos o autor que, do total de comissários de Terceiros nomeados em 1802, alguns foram exercer o cargo em locais onde não existia convento, o que leva à verificação da existência de comunidades de Terceiros longe dos conventos a que estavam vinculados.

⁷⁰ Como aconteceu com os conventos de Braga, Viana de Castelo, Ponte de Lima, Guimarães, Azurara, Bragança, Lisboa entre outros que tivemos oportunidade de verificar (*vide*, ALMEIDA, *Op. cit.*, vol. I, p. 352).

Seculares em Portugal (OTS), nem da sua data de fundação⁷¹. Na falta de fontes históricas seguras as várias hipóteses adiantadas assumem-se como mais ou menos prováveis⁷². Contudo, entre a comunidade de historiadores da Igreja em Portugal, aponta-se que as mais antigas teriam sido instituídas, entre 1217 e 1286, em Lisboa, Alenquer, Guimarães, Coimbra, Porto, Leiria, Covilhã, Guarda, Bragança, Lamego, Évora, Estremoz, Santarém, Portalegre e Beja⁷³. Igualmente, há a destacar que, destas comunidades, umas fundaram-se como seculares, outras como regulares. Verificámos ainda que, no início da implantação da Ordem Terceira, os conventos de Guimarães, um em Amarante e o da Vela edificado junto à cidade da Guarda, pertenceram respectivamente à OTR e à OTS. Das Seculares, iria derivar uma outra devido à profissão religiosa tida por alguns dos membros, a Ordem Terceira da Penitência da Regular Observância, cujos monges tornaram-se conhecidos por penitentes ou “borras”, – formada por religiosos franciscanos vindos de Castela⁷⁴ – tomada como sede uma casa perto de Santarém⁷⁵. A primeira residência é considerada pelo cronista, o convento de Conceição São Francisco de Caria, no Bispado de Lamego (fundação de 1443 ou 1444)⁷⁶; o Convento de Nossa Senhora de Jesus que Conceição foi por ele considerado o “Capital”, erguido em Lisboa, nos Cardais (hoje, freguesia das Mercês) com princípio num conjunto simples formado por uma ermida e casas do ermitão, erguido no mesmo local onde está hoje o convento, edificações que os Terceiros tomaram posse no ano de 1582⁷⁷.

Esta Terceira Ordem teve amplo desenvolvimento em Portugal, abrangeu recolhimentos, uns para homens e outros para mulheres. Foram vários os Papas que,

⁷¹ Diversos têm sido os autores a debruçar-se sobre essa questão; no entanto, os dados da documentação que temos consultado quando confrontadas entre si apresentam versões contraditórias, que não permitem uma validação séria. Os próprios cronistas da Ordem são confrontados com esse facto e anunciam incongruências na documentação dos antigos. Frei Apolinário da Conceição alude a esse facto das incongruências cronológicas para as Ordens Terceiras em Portugal (cf. CONCEIÇÃO, FONSECA. *Op. cit.*, p. 75).

⁷² Há cronistas da própria Ordem de São Francisco que precisam locais e datas referidos a vários acontecimentos; também há os que contestam aqueles, sem apresentarem, contudo, dados convincentes. Algumas são certezas demasiado fugazes que quanto a nós, não contribuem para o conhecimento real de factos históricos.

⁷³ Cf. FARIA. *Op. cit.*, Lisboa, Junho, 1982, p. 54.

⁷⁴ No entanto estas datas não têm o consenso dos cronistas da ordem, como vemos in CONCEIÇÃO, FONSECA. *Op. cit.*, p. 8; mais informa, *Idem. Ibidem*, p. 9 que dos referidos religiosos, não há registo de identidades, mas que se sabe terem vindo de Castela, onde tinham sido congregados em Província por Breve do Papa Martinho V.

⁷⁵ Recolheram-se na Casa de Santa Catarina nos Arrabaldes da Vila de Santarém, sede doada pelo Rei D. Afonso V, no ano de 1470, para ser usada como sede da Província (cf. *Idem. Ibidem, loc. cit.*).

⁷⁶ Cf. CONCEIÇÃO. FONSECA. *Op. cit.*, p. 67.

⁷⁷ Cf. *Idem. Ibidem*, p. 66.

desde o século XV, se ocuparam em regrá-la através de Bulas várias, de acordo com as necessidades e os renovados hábitos que o tempo lhe foi impondo⁷⁸.

Ao longo dos anos da sua existência, a Ordem Terceira Secular de Portugal, ainda que sem regularidade no seu florescimento, foi-se desenvolvendo até contar com Instituições distribuídas pelas sete Províncias franciscanas⁷⁹. No entanto, essa vitalidade não foi permanente e, na segunda década do século XVI, assistiu-se à decadência das Ordens Terceiras em Portugal consideradas, então, pelos populares, como inúteis e pouco credíveis; atravessaram várias adversidades que as conduziram à desarticulação, em meados do século. Foi já na centúria de Seiscentos, que renasceram tempos mais auspiciosos, quando o missionário apostólico Frei Inácio Garcia, da Província de Maiorca, enviado pelo Capítulo de Toledo de 1606⁸⁰, veio a Lisboa com o fim de restaurar a Ordem, entregando o hábito a cerca de 700 noviços no Convento dos Franciscanos da Cidade (de Lisboa), no tempo em que Frei Bernardino de Sena (act. 1625-1631) foi o Geral da Ordem dos Frades Menores. Assistiu-se, finalmente, a uma real expansão da Terceira Ordem da Penitência de São Francisco em Portugal, no decorrer dos séculos XVI e XVII⁸¹. Em 1780, a Santa Sé elevou-a a congregação

⁷⁸ Não sendo esta a Ordem sobre que iremos desenvolver o nosso trabalho, remetemos, para maiores esclarecimentos para os vários cronistas da Ordem Franciscana referidos *in* Frei Apolinário da CONCEIÇÃO, FONSECA *Op. cit.*, p. 9 e 10; ainda George CARDOSO, 1606-1669, António Craesbeeck de MELO, 1640-1684, Henrique Valente de OLIVEIRA. *Agiologio lusitano dos sanctos, e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas conquistas : consagrado aos gloriosos S. Vicente, e S. Antonio, insigns patronos desta inclyta cidade Lisboa e a seu illustre Cabido Sede vacante*. Lisboa : Oficina Officina Craesbeeckiana, 1652-1744, t. 2; P.^o Dom Nicolau de SANTA MARIA, João da COSTA. *Chronica da ordem dos conegos regrantes do patriarcha S. Agostinho*. Lisboa : Officina de Ioam da Costa, 1668, livro 4, cap. 9; ainda, Frei Fernando da SOLEDADE. *Historia Seraphica Chronologica da Ordem de San Francisco, na Provincia de Portugal*. Lisboa, 1705, vols. I, II, III, vol. II, p 603; SOLEDADE, FERREIRA, fl. 167-17. *Historia serafica da ordem dos frades menores de S. Francisco na provincia de Portugal*. Lisboa : officina Craesbeeckiana, 1656-1721.

⁷⁹ Províncias, dos Algarves, de Santa Maria da Piedade, da Arrábida, de Santo António, de São Tomé, da Madre Deus de Goa e de São João Evangelista (cf. CONCEIÇÃO, FONSECA. *Op. cit.*, p. 6, 8, 11, 14, 15, 17).

⁸⁰ O início do século XVII, após a reunião do Capítulo Geral em Toledo (1606), as Ordens Terceiras franciscanas, sofreram arranque relevante, com grande incentivo dado pelos frades da 1.^a Ordem (cf. RIBEIRO. Lisboa, 1953, p. 57; ainda, José Aníbal Guimarães da Costa EIRAS. “A obra assistencial dos terceiros franciscanos portuenses”, *in* *Revista de História. Actas do colóquio “O Porto na Época Moderna”*. Porto : Centro de História da Universidade do Porto, 1980, vol. III, p. 21, ref. Juliana de Mello MORAES. “As associações religiosas enquanto espaços de poder: as famílias paulistanas e a ordem terceira de São Francisco (século XVIII)” [Em linha]. *in* *Colóquios 2008 (trilingue) : Família y organización social en Europa y América siglos XV-XX*, Murcia-Albacete, 12-14 diciembre 2007, *in*, *Nuevo Mundo Nuevos Mundos* [Consult. em 07-11-2009]. Disponível em <http://nuevomundo.revues.org/29142>.

⁸¹ Paulo III, pelas Bulas *Cum a nobis*, de 28 de Fevereiro, e *Ad fructus uberes*, de 5 de Julho de 1547, aprovou os três estados da ordem terceira para Espanha e Portugal (Frei Vicente SALGADO, 1732-1802, OFM, Ferreira, Simão TADEU, fl. 178--182-. *Compêndio Histórico da Congregação da Terceira Ordem de Portugal*. Lisboa : Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1793, p. 23 e sg.)

autónoma.

Assim foram sendo serem construídas instalações destinadas à ocupação dos religiosos da Ordem Terceira de São Francisco, ora integrando uma igreja ora um convento, ora em construção independente, e raros foram os casos em que esta Ordem não apareceu agregada a um Convento Franciscano da Primeira Ordem, como será sublinhado ao longo deste estudo⁸².

3.1.1 A gestão das Ordens Terceiras

As Ordens Terceiras regem-se por normas directivas emanadas directamente do pontificado; porém, cada uma possui os seus Compromissos que são modificados de acordo com novas actualidades e necessidades [doc. 45].

A gestão de cada confraria exerceu-se com base em assentos escritos, organizados em *livros*, a saber: os *de eleições*, os *de recepções* e os *de profissões*, que abrangeram as actividades de cada elemento que compunha a confraria; foi comum, ainda, a existência de *Obituários*; as actas ficaram registadas em *copiador* ou *borrador*. Todas as decisões da Mesa eram consignadas pelo secretário num assento de actas, chamado *livro de termos*. A administração das finanças estava registada no *livro de receita e despesa*; o *ano fiscal* não coincidindo com o *ano do calendário*, ia, geralmente, de Julho a Julho.

Quando da construção de um novo templo com os espaços devidos aos Terceiros, as plantas e os desenhos executados para esse fim, eram encerrados dentro de cofres fechados à chave, usualmente no Definitório.

Cada confraria elegia em Assembleia-geral uma comissão ou junta, denominada

⁸² Extinção das ordens religiosas em 1832 e 1834, com a “Reforma geral eclesiástica” empreendida pelo Ministro e Secretário de Estado, Joaquim António de Aguiar, executada pela Comissão da Reforma Geral do Clero (1833-1837), pelo Decreto de 30 de Maio. Foram extintos todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e casas de religiosos de todas as ordens religiosas, ficando as de religiosas, sujeitas aos respectivos bispos, até à morte da última freira, data do encerramento definitivo. Consequentemente, em 1834, foi extinta a Província de Portugal da Regular Observância, herdeira de toda a tradição franciscana portuguesa, tendo os bens sido incorporados nos Próprios da Fazenda Nacional (ref. *in* Direcção Geral de Arquivos : AN/TT [Em linha]. Fundo (Código Referência) PT-TT-PP : GFE - OFM Portugal, Província de Portugal, 1536, 1590, 1676-[18--]. [Consult. em 27-01-2010]. Disponível em [http://ttonline.dgarq.gov.pt/dserve.exe?dsqServer=calm6&dsqIni=Dserve.ini&dsqApp=Archive&dsqDb=Catalog&dsqCmd>Show.tcl&dsqSearch=\(RefNo==PT-TT-PP\)](http://ttonline.dgarq.gov.pt/dserve.exe?dsqServer=calm6&dsqIni=Dserve.ini&dsqApp=Archive&dsqDb=Catalog&dsqCmd>Show.tcl&dsqSearch=(RefNo==PT-TT-PP))). Ainda que não tivesse acabado com as Ordens Terceiras, causou grandes embaraços no governo habitual destas Irmandades seculares, pela maior fragilidade em que ficaram, sem a assistência e apoio religioso dos frades das suas Ordens que o liberalismo tinha dispersado.

Mesa, a quem cabia todos os actos administrativos; presidia nela o *ministro*, assessorado por um *vice-ministro*; ao *síndico* estava atribuída especificamente a gestão administrativa e, ao *secretário*, a feitura das actas; os membros ou conselheiros eram intitulados *definidores* e, as reuniões tomavam assento no *definitório* ou *consistório*. Para officiar os actos religiosos, existia um capelão designado especificamente para cada confraria, intitulado *vigário* ou *capelão*.

4. Estabelecimento de Franciscanos no Brasil

Da intensa missionaçãõ empreendida no século XVI pelas ilhas Atlânticas, terras da Índia e do Brasil, e também de África resultaram as fundações das Províncias franciscanas independentes de São Tomé e Madre Deus (Índia) e das de Santo António e Conceição (Brasil).

Apenas a data de 1584 é tomada como início do estabelecimento organizado e permanente de franciscanos no Brasil, ainda assim, é comum considerar-se este período de presença franciscana no Brasil até 1585, de esporádico⁸³ [doc. 19].

O Decreto de 13 de Março de 1584, que instituiu a nova Custódia, conferiu ao Superior Frei Melchior de Santa Catarina autorização e licença para fundar conventos onde lhe aprouvesse e receber noviços que engrossassem as hostes da Ordem [doc. 19]. Se, por um lado, o governo colonial pretendeu que fossem os Frades Menores a

⁸³ Um grupo de religiosos Franciscanos integrou os tripulantes da esquadra de Álvares Cabral, como missionários para a Índia, aportando em terras do Brasil em 25 de Abril de 1500. Compuseram-no oito missionários franciscanos e um leigo sob a direcção do guardião Frei Henrique Soares de Coimbra. A sua missão foi a da expansão da cristianização no novos mundos e, nessa incumbência, aqueles poucos franciscanos converteram-se nos primeiros ministros cristãos que pisaram terras do Brasil, o Novo Mundo português. A Carta de Caminha indicou a sua presença na primeira missa rezada nessas terras; porém, destes, nenhum permaneceu ali, pois seguiram com o capitão da esquadra para as Índias. No entanto, já anteriormente, os Provinciais de Portugal tinham recebido solicitações no sentido do envio de frades franciscanos para a colónia; contudo, foi depois do pedido formal do Capitão Jorge de Albuquerque Coelho, da Capitania de Pernambuco, e do aval do rei Filipe II de Espanha, sob cujo domínio se encontrava Portugal desde 1580, que houve autorização para a ida de alguns religiosos franciscanos para aquela colónia, com fim a uma presença a título permanente. Então, o Ministro Geral da Ordem, Frei Francisco Gonzaga, nomeou Frei Melchior de Santa Catarina – na época com quarenta e um anos de idade – Custódio e Comissário Geral, para ali fundar a *Custódia de Santo António do Brasil*, dependente da *Província de Santo António dos Currais, de Portugal* “in Lusitânia”.

Pelos anos 1515-1516, mais dois franciscanos teriam chegado ao Brasil, tendo sido mortos por índios tupinambás, tornando-se assim proto-mártires daquela colónia. A estes, seguiram-se outros em pequenos grupos, sem estarem subordinados a qualquer organização prévia.

ocuparem-se com a catequese e a pacificação dos indígenas, por outro, esperava que os colonos os fossem procurar para assistência espiritual própria e celebração solene das festas religiosas que repetiriam na colônia as usuais do Reino.

Foi assim que, após as tentativas anteriores de estabelecimento infrutífero, os franciscanos se instalaram de modo definitivo, principalmente nas recém-conquistadas regiões Nordesteiras na Zona da Mata⁸⁴, como aconteceu na Capitania de Pernambuco no ano de 1585⁸⁵.

4.1 A fundação de conventos franciscanos no Brasil

O primeiro convento a ser construído surgiu em Olinda; teve como primeiro guardião frei António da Ilha (1587-1591)⁸⁶; sucedeu-lhe Frei Francisco dos Santos (1591-94), que tendo bons conhecimentos de arquitectura, traçaria uma planta para o convento – o construído anteriormente ao actual⁸⁷; as obras prosseguiriam sob a alçada

⁸⁴ Porque as instalações fradescas não são matéria central do presente estudo, para um conhecimento mais alargado, apontamos a interessante tese de doutoramento de Nuno Senos sobre os treze conventos da antiga Província de Santo António, de que referenciaremos as partes que acharmos mais pertinentes [Nuno SENOS. *Franciscan Patronage in Northeastern Brazil (1650-1800)*, Thesis/dissertation. New York : (Manuscript Archival) New York University, Institute of Fine Arts, 2006.].

⁸⁵ Frei Melchior chegou ao Brasil a 12 de Abril, e instalou-se com os seus religiosos na vila de Olinda, a título provisório em casa de moradores locais; mudaram-se alguns meses depois para casas situadas perto da Misericórdia daquela vila, para mais facilmente poderem dedicar-se ao serviço de apoio ao Hospital dessa Santa Casa. Em Setembro daquele ano, uma moradora, D. Maria Rosa Leitão, viúva, irmã da Ordem Terceira, teve a oportunidade de poder satisfazer uma vontade antiga que tinha, de ceder umas casas suas com capela, onde vivia em comunidade com outras irmãs, aos religiosos de São Francisco. Sendo a sua oferta aceite, o grupo arranhou outro local para se recolher, tendo a proprietária mandado lavrar escritura das casas com a capela de Nossa Senhora das Neves anexa, em nome da Ordem de São Francisco, fundando-se desse modo o 1.º Convento Franciscano no Brasil que iria ter por primeiro Superior o “frei arquitecto” Francisco dos Santos.

⁸⁶ Estando o Bispo da Baía, Dom António Barreiros, em Olinda, convidou os franciscanos aqui estabelecidos para fundarem um convento na sede do bispado, para o que lhes doou terrenos com casas construídas, junto a uma capela de São Francisco, erguida em Salvador por um franciscano espanhol, no sítio onde hoje existe a portaria do convento franciscano actual. Com aquele fito, embarcou um grupo de Frades Menores para a Baía, o custódio Frei Melchior de Santa Catarina, os padres Frei Francisco de São Boaventura, Frei António da Ilha – Natural da Madeira – e mais quatro religiosos que, no início do ano de 1587, se instalaram provisoriamente no Palácio Episcopal e depois mudaram-se para as casas que lhes havia sido cedidas pelo Bispo.

⁸⁷ Os conventos da Zona da Mata apresentam por matriz o programa de construção de mosteiros medievais europeus, com similar tipologia, nas divisórias e posicionamento relativo delas [fig. 837], como referenciou o Professor Arquitecto José Luiz Mota Menezes (Cf. José Luiz Mota MENEZES. “Arquitectura dos Conventos Franciscanos do Nordeste”. Revista *Universitas*. Salvador-Ba : Universidade Federal da Bahia, 1990 “Arquitectura dos Conventos Franciscanos no Nordeste”. *Santo António – Órgão da Província Franciscana de Santo António do Brasil*. Recife : Edição do Provincialado,

de vários guardiães. Foi com Frei Simão Polegan (1610-1612) que as obras essenciais foram dadas por terminadas; seguiram-se outras de beneficiação e alargamento do espaço inicial para dar lugar a novos equipamentos de apoio ao convento.

As construções e fundações dos conventos do Recife e de Ipojuca, foram resolvidas no mesmo ano (1606) e a do Rio de Janeiro em 1608 [doc. 19], nascidas sob a invocação do taumaturgo português António que lhes deu a denominação; durante vinte e três anos não houve novas fundações, porque o Governo Metropolitano as proibira, por decreto assinado a 16 de Outubro de 1609. Esta proibição expirou no dia 28 de Novembro de 1624, quando um alvará régio liberou as fundações futuras da a obrigatoriedade de licença da Câmara e do Governador-geral. Porém, a Invasão Holandesa (1624 a 1654)⁸⁸ viria a retardar o desenvolvimento de casas franciscanas.

Com os holandeses a ocuparem o território, os religiosos das várias Ordens foram, de um modo geral, perseguidos e obrigados a abandonar os conventos a que pertenciam. Assistiu-se, então, à fundação de novas casas franciscanas em lugares fora do alcance do domínio batavo, época do surgimento de construções no Sul. E, assim, apesar dos obstáculos que levantados, a expansão franciscana prosseguiu e foi rápida a expandir-se⁸⁹.

1986, p. 103 e 104.

⁸⁸ No início do século XVII, o Brasil atraiu as potências europeias. Os holandeses, depois de aprisionarem vários navios comerciais portugueses e depois da Companhia das Índias Ocidentais haver sido criada em 1621, decidiram atacar o Brasil. Saquearam a Baía em 1624, tendo a cidade de Salvador sido recuperada no ano seguinte; dirigiram, de seguida, os ataques sobre a capitania mais florescente, Pernambuco, e Olinda acabaria por cair nas suas mãos em 1630; os invasores fortificaram-se e reforçaram-se com guarnições vindas da Holanda, e organizaram-se administrativamente; seguiram com a ocupação de Igarassú, Itamaracá, Paraíba do Norte e Ilha de Fernando de Noronha; em 1635 tinham as suas posições consolidadas e, em 1637, chegaria como governador, Maurício de Nassau que, de algum modo, beneficiou a colónia, entre os anos de 1640 e 1644. Depois da sua partida, o Brasil holandês entraria em declínio até à perca do Recife, em 1654, acontecimento que ficou assinalado pela assinatura o Tratado de Rendição em 26 de Janeiro (a propósito, leia-se “Os Religiosos Franciscanos na Invasão Holandesa”. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife : Imprensa Industrial, 1967, vol. XLVI, 1961, pp. 292 a 317).

⁸⁹ A Custódia estava empenhada em conseguir a independência jurídica da Província a que pertencia, alegando que os religiosos da colónia eram governados por gentes que vinham do Reino sem qualquer conhecimento real da vida brasileira, e que as viagens de travessia do Atlântico eram muito dispendiosas e demorava muito a chegada de notícias a um lado e outro. Igualmente pesou a vastidão do território que os conventos já cobriam no Brasil e a competência dos elementos locais para o governo deles. Para resolver a questão foi a Portugal Frei Pantaleão Batista, investido de poderes para defender os desejos dos religiosos do Brasil [doc. 19]; seguiu depois para Roma, onde alcançou a assinatura do Ministro Geral Frei João de Nápoles do decreto de 18 de Abril de 1647. Daqui resultou a independência da Custódia brasileira, datada de 14 de Agosto daquele ano, pelo Breve do Papa Inocêncio X, *Circumspecto Sedis Apostolicae*; ainda, a sua isenção perante a Província de Santo António de Portugal [doc. 6]. No dia 27 de Maio de 1651, em Capítulo Geral em Roma, a Custódia de Santo António do Brasil foi elevada a Província. Contudo este processo sofreria várias vicissitudes, pelo que os franciscanos do Brasil apenas alcançaram a erecção a Província Franciscana de Santo António do Brasil, a 24 de Agosto de 1657, pelo

A Custódia da Imaculada Conceição seria elevada a Província, pelo Breve *Pastoralis Officium*, do Papa Clemente X, de 16 de Julho de 1675, com a designação de *Província Franciscana da Imaculada Conceição* ou, também, *Província Franciscana da Conceição do Rio de Janeiro* com sede no Convento de Santo António⁹⁰.

Foi interessante verificar-se que, com o tempo, também no Brasil onde as primeiras construções franciscanas foram erguidas sob a vertente apostólica e o ideal de pobreza e simplicidade característica franciscana, logo a opulência da indústria açucareira seguida das exploração de minas se juntaram à vontade de ostentação dos homens, dando lugar a uma arquitectura sumptuosa nos conventos, incentivada pela chegada á colónia de significativo número de artistas europeus.

De finais do século XVII, passando os tempos do poder forte de Sebastião José de Carvalho e Melo no reinado de D. José (1750-1777), até finais do século XIX, o governo civil, foi mostrando uma intervenção cada vez maior no seio dos negócios internos da religião, imiscuindo-se na regulamentação da entrada de noviços nas Ordens. Exemplo disso, foi a provisão régia ida de Lisboa, em 1740, que limitou o número de religiosos da Província de Santo António do Brasil até ao número de 400⁹¹

Breve *Ex commissi nobis* do Papa Alexandre VII [doc. 19]. A Casa Capitular ficou com sede na Baía – título que perdeu por duas vezes em benefício da Casa de São Francisco do Conde –, tendo sido eleito primeiro Ministro Provincial o mesmo guardião que já havia sido escolhido antes deste processo, Frei Manuel dos Mártires, e foram colocados presidentes *in capite* em cada um dos conventos existentes; apenas em 5 de Novembro de 1659, começaria “em forma Regular, a vida da Província do Brasil”, nas palavras de Frei António de Santa Maria Jaboaão [Frei António de Santa Maria Jaboaão (1695-1779?)] foi religioso da ordem de São Francisco da província de Santo António do Brasil, nascido na freguesia de Santo Amaro, junto ao rio Jabuatão (Pernambuco); professou a 12 de Dezembro de 1717 e exerceu diversos cargos na sua Ordem: o de Mestre de Noviços no Convento de Santo António do Recife, os de lente de véspera (1736) e de filosofia (1737) na Baía, o de guardião por duas vezes na Paraíba: de 1741 a 1742, e de 1751 a 1753; em 1755 foi Definidor cronista da Província de Santo António; foi iluminista, poeta, historiador, orador sacro, escritor e, sobretudo, genealogista; pertenceu à *Academia dos Esquecidos* (da Baía) em 1724 e extinta em 1725, e à *Academia Basílica dos Renascidos* (também da Baía) extinta em 1759 (cf. Hugo FRAGOSO. *São Francisco do Paraguaçu: Uma História sepultada sob ruínas*. Salvador-Ba : Secretaria da Cultura e Turismo, 2004, p. 61, *apud*, *Livro de Termos de Profissões do Convento de Paraguaçu*, 7/VII; ainda, Colégio Brasileiro de genealogia. Patronos : *Frei António de Santa Maria Jaboaão* [Em linha]. [Consult. em 11-02-2010]. Disponível em http://www.cbg.org.br/patronos_02.html). Como cronista escreveu uma série de obras que dão algum esclarecimento sobre construções franciscanas brasileiras, nas décadas de 1750-60].

⁹⁰ Porque a faixa atlântica era demasiadamente longa para uma eficaz administração dos conventos que já existiam, e porque os conventos do sul prosperam muito, o primeiro Capítulo da nova província franciscana, celebrado em 1659, serviria para dar lugar à separação dos conventos do Sul, que assim constituíram a Custódia da Imaculada Conceição, dependente da Província recém criada. Para sede daquela, foi escolhido o Convento de Santo António do Rio de Janeiro – situado no Largo Carioca do Rio de Janeiro –, por estar constituído numa cidade já muito desenvolvida e centralizada em relação ao conjunto franciscano do Sul.

⁹¹ AHU, *Provisão Régia*, Lisboa, 25-05-1740, *Avulsos de Pernambuco*, caixa 68, data 11/XI-1779; Frei Venâncio WILLEKE. *Actas Capitulares da Província Franciscana de Santo António do Brasil* (ACPSAB). Rio de Janeiro : Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB), vol. 286,

[doc. 20]. Também uma ordem imperial de extinção dos noviciados de todas as Ordens religiosas em 1885, levaria ao decréscimo do número de frades no Brasil e a uma presença franciscana em crise de extinção, com posterior abandono de conventos⁹².

Contudo, assistiu-se a uma mudança de rumo na vida conventual franciscana, como nas outras Ordens religiosas, quando em 1890, o novo governo republicano brasileiro decretou a absoluta separação entre o Estado e a Igreja, reconhecendo a plena liberdade de organização e acção religiosas⁹³.

Finalmente, em 1901, a Província Franciscana de Santo António do Brasil atingiu a sua autonomia.

4.2 Instituição das Veneráveis Ordens Terceiras de São Francisco de Assis na Zona da Mata Nordeste

Nos séculos XVII e XVIII o Brasil assistiu ao crescimento de inúmeros templos a pontearam as cidades. Estas são formadas, e desenvolvidas, a partir de povoamentos que os colonos organizaram e fizeram prosperar conforme lhes foi sendo possível explorar os recursos locais que propiciaram os equipamentos cívicos e religiosos e os

Jan/Março, 1970, p. 220-221.

⁹² Depois do decreto de 1855 ao padre provincial pelo qual eram proibidos a recepção e profissão de religiosos, com fim à reforma do clero, pelo que se esvaziaram os conventos, sendo que no Capítulo Geral de 1856 já não compareceram representantes das Províncias do Brasil (cf. Matias TEVES. “Ata da Sessão quasi-Capitlar havida neste nosso convento de N.S.P.S. (Nosso Senhor Padre Santo) Francisco para tratar-se da Restauração desta Província de Santo António, no dia 2 de Março de 1893” in “A Restauração da província Franciscana de Santo António do Brasil”, *Santo António – Revista dos Franciscanos do Nordeste – Manuscrito impresso*, ano 20, n.º 2. Baía, 1942, p. 87, col. dt.º). No ano de 1870, lê-se no “Relatório apresentado à assembleia geral legislativa na segunda sessão da décima-quarta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos negócios do Império...” que havia no convento da Baía 29 religiosos, no de São Francisco do Conde, 2; no de Paraguaçu, 2; no de Cairu, 2; no de São Cristóvão 3; no de Penedo, 3; no de Olinda 3, no do Recife, 15; no de Ipojuca, 4; e no da Paraíba, 5 (cf. Frei Francisco Xavier BOCKEY, OFM (Baía). “Recordando...”. *Santo António – Órgão da Província Franciscana de Santo António do Brasil*. Recife : Edição do Provincialado Franciscano do Brasil, 1945, ano 3, n.º 1, p. 10 e11).

⁹³ Frei António de São Camillo de Lellis (Ministro Provincial no Brasil nos anos de 1878, 1881 e 1885) insistiu, desde 1886, junto ao Ministro Geral em Roma para que a Província franciscana brasileira fosse restaurada por confrades da Europa, o que aconteceu a 12 de Dezembro de 1889, sendo confiada à Província Saxónica da Santa Cruz, a assim chamada Missão da Baía (cf. Frei Milton COELHO. OFM. [Em linha]. “[Província Franciscana de Santo António](http://freimilton-ofm.blogspot.com/2009_06_01_archive.html) : Conspecto Histórico da Província Franciscana de Santo António do Brasil” in *ARCA*, 2009 [Consult. em 13-01-2009]. Disponível em http://freimilton-ofm.blogspot.com/2009_06_01_archive.html). Aquele religioso conseguiu interessar o Arcebispo-primaz da Baía, Dom Luís António dos Santos pretextando a necessidade de catequese aos índios.

embelezamentos deles⁹⁴.

Destacaram-se entre os templos, as casas das irmandades religiosas, em presença forte e de grande vitalidade para as cidades onde se implantaram. Regulamentadas no Brasil pela Carta Régia de 1 de Março de 1700, as fundações dessas irmandades foram incentivadas pela Igreja e pelos seus proprietários, constituídas em pólos dinamizadores da religião e da vida cívica.

Particularmente a Ordem Terceira de São Francisco no Brasil foi testemunha de um apostolado voluntário que agrupou fiéis com fins piedosos e de caridade, de que não estava arredada a vanglória do estatuto social, à imagem do que tinha acontecido no Reino; foi, naturalmente, uma importação europeia, trazida pelos primeiros colonizadores que assim continuaram uma velha tradição no Novo Mundo, tornando-se parte integrante da história social e religiosa da colónia. Como no Reino, também ali a Ordem franciscana aceitou a junção de uma Ordem laica, particularmente constituída por indivíduos de grande proeminência na sociedade, junto aos conventos, e dependendo espiritualmente deles, usando amiúde o seu património [doc. 32].

De um modo geral, as confrarias constituíam-se de acordo com as classes e condições sociais dos confrades⁹⁵, sendo que as Ordens Terceiras carmelitas e franciscanas foram as consideradas mais aristocráticas, o que se traduziu numa rivalidade que conduziu ao surgimento de construções de qualidade e riqueza artística, saídas da tentativa de assim se superarem umas em relação às outras.

Para além dos complexos formados por igreja e anexos, sobre que desenvolveremos o nosso estudo, os Terceiros no Brasil, tal como aconteceu no reino, foram detentores de património civil, resultantes de dádivas ou compras; este património constituiu parte da riqueza destas instituições que tinham uma carga de despesa grande, ao tomarem para si darem resposta a necessidades de irmãos monetariamente menos favorecidos, e ao apoio a gentes carenciadas, que contavam com

⁹⁴ No final do século XVII, as cidades no Brasil tinham já um número considerável de templos construídos, entre a Sé da Baía, igrejas paroquiais, igrejas conventuais, de beneditinos, carmelitas, dominicanos, franciscanos e jesuítas, capelas de veneração particular e devoção popular a determinados santos. O século XVIII, com o círculo do ouro, facilitou o incremento destas casas religiosas que cresceram então dentro de um programa decorativo muito intenso e faustoso, como vários viajantes expressaram em memória escrita nos seus diários de viagens.

⁹⁵ As Irmandades no Brasil tinham várias categorias, regeram-se por directivas particulares e restritivas do ponto de vista social que as diferenciaram; assim, havia comunidades mais aristocráticas que outras; umas organizaram-se, de início, por grupos étnicos, congregando umas os brancos, outras os pretos e os mulatos, prática que se seguiu, de um modo geral, durante todo o período colonial.

a sua ajuda⁹⁶.

⁹⁶ Assim podemos concluir da leitura de alguns docs.: AHU [ant. 1751, Outubro, 20, Baía] “Requerimento do Ministro e Irmãos da Mesa da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da cidade da Baía, ao rei [D. José] a pedir provisão para se fazer a vistoria necessária das obras na casa da ordem terceira situada na ribeira da mesma cidade” (cf. AHU_ACL_CU_005, Cx. 108, doc. 8434); [ant. 1763, Março, 20] “Requerimento do Ministro e mais Irmãos da Mesa da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Baía, ao rei [D. José] solicitando que se mande passar provisão para ser citado o doutor desembargador procurador Régio da Baía, para faltar sobre os artigos de preferências sobre o produto da venda de uma morada de casa” (AHU_ACL_CU_005, Cx. 150, doc. 11503); [1805, Janeiro, 12, Lisboa] “Ofício do [presidente do Desembargo do Paço] Luís de Vasconcelos e Sousa ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo sobre a confirmação da posse e administração dos bens de raiz e capelas da Ordem Terceira de São Francisco da cidade da Baía” (AHU_ACL_CU_005, Cx. 235, doc. 16205); [1805, Junho, 1, Lisboa] “Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. João sobre o requerimento do ministro e irmãos da Mesa da Ordem Terceira de São Francisco da cidade da Baía, solicitando licença para poderem possuir e administrar os bens de raiz que já possuem e que foram deixados para serem aplicados a obras pias e úteis” (AHU_ACL_CU_005, Cx. 236, doc. 16303).

Capítulo II As Ordens Terceiras nos conventos da Zona da Mata

Nota prévia

Este capítulo debruça-se sobre uma componente do património arquitectónico de cariz religioso no Brasil colonial. Situada na Zona da Mata do seu Nordeste Litorâneo, é constituído pelas instalações de Ordens Terceiras Seculares de São Francisco de Assis, apoiadas nos Conventos franciscanos da Província de Santo António do Brasil, ali levantados.

1. Salvaguarda do património construído

Durante o século XX, no respeitante a monumentos arquitectónicos e urbanismo globalmente considerados, assistiu-se à consolidação do cuidado e da progressiva preocupação no tocante à fixação de uma política internacional abrangente dos múltiplos níveis concernentes à sua conservação⁹⁷.

⁹⁷ Esse esforço traduziu-se nas Declarações e nas Cartas Internacionais estabilizadoras dos conceitos de Património e dos respectivos critérios de intervenção assinadas e aceites por inúmeros Estados do Mundo. A consciencialização dos problemas relacionados com o património conduziu ao interesse na preservação do património, tendo possibilitado e incentivado estudos. Na Suíça, foram fundados, em 1928, os *Congrès Internationaux d'Architecture Moderne* (CIAM). Os CIAM constituíram-se com fim à discussão dos rumos a seguir nos vários domínios da arquitectura; organizaram e teceram uma série de eventos, tendo à frente os mais importantes nomes da arquitectura moderna internacional. Na sua base, estiveram a Arquitectura e o Urbanismo como potenciais instrumentos político-económicos utilizados pelo poder público, como forma de promover o progresso social. Na sua continuidade, sucedeu a primeira *Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos* que reuniu países da Europa no ano de 1931, de onde nasceria a *Carta de Atenas* – elaborada por Le Corbusier –, com conclusões que podiam ser aplicadas internacionalmente. A ela, seguiu-se uma segunda conferência reunida em Veneza, em 1964, que daria origem à *Carta de Veneza* – já com a intervenção de Tunísia, México e Peru –, onde

A noção da necessidade de defesa do Património Histórico Brasileiro começou a tornar-se assunto de maior preocupação governamental durante o Século das Luzes, sendo significativas as medidas implementadas atinentes à protecção do património histórico construído. A legislação então implementada contemplou cuidados a ter na recuperação desse património, recomendou particularmente a recolha de vestígios epigráficos apostos nos edifícios considerados históricos; naturalmente, também já em espaço político de independência do Estado Brasileiro, foram várias as medidas tomadas para a sua salvaguarda; algumas antecederam mesmo as medidas saídas da *Carta de Veneza*, que prosseguiram actualizando-se continuamente até aos dias de hoje⁹⁸.

São vários os Programas que o Brasil Moderno incentivou e incentiva para o conhecimento e a sobrevivência da sua história monumental⁹⁹. De grande visibilidade, o

se consignou a consagração do “monumento histórico”, culminando com a aceitação do conceito de Património Mundial, que aconteceria em 1979, com a participação activa de 24 países dos cinco continentes. Alguns anos mais tarde, a *Carta de Varsóvia* de 2000 relacionou entre si as cidades, a vida da comunidade e a vivência do património; entretanto, muitos outros documentos e textos foram sendo produzidos no seio das Nações, cada vez mais conscientes das singularidades próprias dos “monumentos”. As nações, de um modo geral, têm vindo a interiorizar a ideia de valor nacional fundamental, no que diz respeito aos seus monumentos e da respectiva indispensabilidade da sua conservação como sublinha Françoise Choay, referindo-se particularmente ao caso de França (cf. CHOAY. *A Alegoria do Património*. Lisboa : Edições 70, 2000, p 98).

⁹⁸ Percebe-se assim que no Brasil existiu, desde cedo, a consciência de património e da importância da sua identificação, com incentivo ao conhecimento cultural, como instrumento de preservação das raízes histórico-culturais. Este aspecto está valorizado no texto constitucional da Nação Brasileira. Nele, é esclarecido que os bens materiais e/ou imateriais, considerados em conjunto ou individualmente, que assegurem referência à, identidade, acção e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira – dentre eles, as edificações – constituem património cultural brasileiro. No ano de 2007, o Brasil passou a ocupar assento no Comité do Património Mundial da UNESCO e, a partir daí, ficou abalizado como porta-voz da América Latina no que se refere ao reconhecimento de bens a serem declarados Património da Humanidade. A cronologia referente às entidades criadas para a *Defesa ao Património Histórico Brasileiro*, desde 1742 ao final do século passado foi elaborado pelo programa brasileiro *Monumenta*. Vide [Em linha]. [Consult. em 15-11-2008]. Disponível em http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=165. As disposições mais relevantes para a defesa do Património Histórico Brasileiro constam na Legislação Federal, no Decreto-Lei n.º 25 que cria o instituto do tombamento, na Lei de Arqueologia n.º 3.924/6, nas atribuições contidas na Constituição Federal - CF/88 - Art. 215 e 216 (cf. *Legislação* [Em Linha]. [Consult. em 06-02-2009]. Disponível em http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=189).

⁹⁹ De entre estas preocupações, salientamos o projecto que consignou o estudo comparado de Património do Brasil e de Portugal, *Investigações Urbanas Comparadas Brasil-Portugal: Cidades, Património e Consumo*, 2006, levados a cabo por instituições parceiras e investigadores de ambos os países. O projecto resultou da cooperação que vem sendo desenvolvida no âmbito da Rede Brasil-Portugal de Estudos Urbanos (www.geocit.ies.com/estudosurbanos), e do programa de intercâmbio “Cidades, Património e Consumo Cultural em Perspectiva Comparada” (CPLP MCT/CNPq n.º 059/2005). A rede integra oito instituições de investigação e ensino superior, duas das quais portuguesas e seis brasileiras: Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Universidade Federal de Sergipe; Universidade Federal do Ceará; Universidade Federal do Amazonas; Universidade de São Paulo; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Universidade Estadual de Campinas (cf. Núcleo de Estudos sobre Cidades e Culturas Urbanas - Projectos de Investigação [Em linha]. [Consult. em 06-03-2010]. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/nucleos/neccurb/pages/pt/projectos-de-investigacao/em-curso/investigacoes->

Programa Monumenta é considerado uma das principais experiências brasileiras de preservação do património¹⁰⁰. É um projecto estratégico para a recuperação do património cultural urbano, executado pelo Ministério da Cultura com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento e apoio da UNESCO. Identifica uma entidade dentro de um conceito inovador no Brasil que conjuga recuperação e preservação dos sítios históricos, alguns deles inscritos na Lista do Património Mundial, com desenvolvimento económico e social. Fomos confrontados com a sua actividade em vários momentos, nos périplos pelo Nordeste Litorâneo, ao encontro das Ordens Terceiras franciscanas [*vide*, vol. III, Anexo 4, figs. 88-89, 98, 172-174, 187-191, 281, 284-291, 308, 312, 466, 472-478, 483, 506-510, 516]¹⁰¹.

Há, ainda, a ideia de que o património histórico construído em áreas históricas, pode aspirar a ser reconhecido como de valor histórico-cultural, tendo como meta o proporcionar uma revitalização económica para além do aspecto cultural, preocupação que no Brasil é hoje muito actual e considerada relevante pelas respectivas Superintendências Regionais¹⁰².

2. Os conventos franciscanos na geografia brasileira

Os franciscanos que acompanharam os colonos ocuparam o mesmo território

urbanas-comparadas-brasil-portugal-cidades-patrimonio-e-consumo.php).

¹⁰⁰ O programa propôs uma acção em forma integrada em cada um desses locais, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações localizadas nas áreas do projecto. Produziu um banco dados disponível em forma de cadernos técnicos, com a lista de prioridades e as fichas dos Sítios e Conjuntos Históricos Urbanos Nacionais Tombados editado *in* Programa Monumenta. *Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste*. Col. Cadernos Técnicos, n.º3. Brasília : Ministério da Cultura, Volume I, 2005.

¹⁰¹ Como as figuras estão contidas todas no Volume III, Anexo 4, doravante, referenciaremos apenas os termos *fig.* ou *figs.* seguido do correspondente algarismo.

¹⁰² No Brasil, de acordo com o Decreto n.º 5.040, 07-04-2004, “às Superintendências Regionais compete executar as acções de identificação, inventário, protecção, conservação e promoção do património cultural, no âmbito da respectiva jurisdição, e, ainda: analisar e aprovar projectos de intervenção em áreas ou bens protegidos; exercer a fiscalização, determinar o embargo de acções que contrariem a legislação em vigor e aplicar sanções legais, bem como proceder à liberação de bens culturais, excepto os protegidos; participar, com os Departamentos, da elaboração de critérios e padrões técnicos para conservação e intervenção no património cultural; e instruir as propostas de tombamento de bens culturais de natureza material e, eventualmente, de registro de bens culturais de natureza imaterial”. As Superintendências Regionais que estiveram inicialmente vinculadas ao Ministério da Educação e Saúde, estão actualmente subordinada à pasta da Cultura.

que estes iam tomando para assento e desenvolvimento, de início, junto ao mar ou aos cursos de água [figs. 866, 867]. Se os colonos vinham com o fito de reorganização de vida familiar e económica, os religiosos tinham como incumbência primeira a cristianização dos nativos, a instalação dos conventos franciscanos nesta parte do Brasil ao longo dos séculos XVII e XVIII, acompanhando a génese dos principais aglomerados urbanos.

A localização deste fenómeno na geografia brasileira merece, contudo, quanto a nós, alguns reparos. A maior parte dos autores, na linha de Germain Bazin (1901-1990)¹⁰³, enquadra-o no Nordeste brasileiro. Este historiador, em 1956-1958, fala, embora num sentido mais estrito, em “École Franciscaine du Nord-Est”¹⁰⁴, o que veio a merecer o consenso geral dos autores, até ao presente. Pensámos, todavia, que esta designação deveria ser reequacionada para melhor caracterizar o espaço geográfico onde proliferaram aqueles conventos. A região *Nordeste* é uma das cinco regiões do Brasil definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 1969¹⁰⁵, o que contempla um território mais alargado e interiorizado do ponto de vista geográfico do que aquele a que os historiadores costumam nomear como o ocupado pelos “conventos franciscanos nordestinos”. Com efeito, e como pode ser comprovado visualmente no mapa anexo, os conventos em estudo apenas se instalaram na faixa litorânea da imensa região do Nordeste, nunca ultrapassando a Zona da Mata [figs. 866, 867]; o que nos leva, por uma questão de maior precisão e melhor adequação, a referenciá-los doravante nesta sub-região nordestina.

¹⁰³ Germain Bazin, conservador-chefe do Museu do Louvre e reputado crítico de Arte, dedicou cerca de cinco décadas à arte religiosa no Brasil colonial. Entre as obras editadas sobre este tema destaca-se entre outras “Originalidade da Arquitectura Barroca em Pernambuco”, Arquivos, Recife, n.ºs 7/20, pp. 143-170, 1945/1951; *L'architecture religieuse baroque au Brésil*, em dois tomos, sendo o primeiro composto por cinco partes e o segundo é primordialmente uma catalogação de monumentos em ordem geográfica, o que lhe levou cerca de dez anos a fazê-lo. O trabalho deste crítico da Arte é essencial ao estudo da arquitectura portuguesa, quer em Portugal que na sua colónia sul-americana, local onde, na sua opinião, o barroco teria atingido a plenitude de sua beleza em território português; foi importante ainda para a História da Arte, o estudo que levou a cabo sobre as variantes regionais que encontrou no Brasil e que deixou esquematizados em desenhos seus.

¹⁰⁴ Cf. Germain BAZIN. *L'architecture religieuse baroque au Brésil*. S. Paulo : Museu de Arte ; Paris : Plon, imp., 1956-1958, 1.º vol. “Étude historique et morphologique”; 2.º vol. “Répertoire monumental, documentation photographique, Index général”; *L'Architecture Religieuse Baroque au Brésil*, 1.º vol., livro. II, p. 112 e sgs.

¹⁰⁵ É o terceiro maior território brasileiro e abarca nove estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco (incluindo o Distrito Estadual de Fernando de Noronha e o Arquipélago de São Pedro e São Paulo), Rio Grande do Norte (incluindo a Reserva Biológica Marinha do Atol das Rocas) e Sergipe.

3. As fábricas das Ordens Terceiras da Penitência

O genealogista e cronista da Província de Santo António do Brasil, Frei António de Santa Maria Jaboatão (1695-1763/5)¹⁰⁶ diz, ao referir-se à Ordem Terceira do Recife ter feito parte da petição d “os novos Irmãos Terceiros” apresentada à Mesa (de 1695) “...poderem fabricar a sua Capella, e mais cazas necessárias ao Regular da Ordem concedendo-lhes os padres...” espaço para isso; em outro ponto, relevando o meio ambiente onde se desenrolava usualmente a vida da Instituição refere “outras mais [casas] de que usa esta Venerável Ordem”¹⁰⁷. São excertos que ajudam a entender de que modo os espaços construídos pelos Terceiros no Brasil resultaram de necessidades intrínsecas ao seu singular estatuto institucional¹⁰⁸.

Por sua vez, já em meados do século XX, o historiador franciscano P.^c Bartolomeu Ribeiro apontou três patamares de assunção de vida que deveriam ser observados por cada Terceiro em Portugal que, quanto a si, seriam a síntese dos preceitos presentes nos vinte capítulos que tinham composto a já referida primeira Regra geral escrita em 1289, para fundação da Ordem Terceira de São Francisco de Assis: “santificação pessoal”, “vida social cristã” e “governo da vida corporativa”¹⁰⁹.

Acresce, como dissemos anteriormente (cap. I, ponto 3.1.1), que estas Instituições, ainda que gozassem de autonomia administrativa, económica e financeira,

¹⁰⁶ Frei António de Santa Maria Jaboatão (António Coelho Meireles) deveu o seu nome à localidade pernambucana de onde era originário, Santo Amaro de Jaboatão. Fez o noviciado de um ano no Convento Franciscano do Paraguaçu, que terminou no ano de 1717. Foi Mestre de noviços e Guardião dos conventos de Paraíba e de Recife, Definidor e Cronista da Província de Santo António. Foi orador, pintor e escultor. Tornou-se membro da Academia dos Renascidos, foi autor de uma série de obras, entre as quais se destacam o *Novo Orbe Seráfico Brasilico* – com informações até 1763 – (Frei António de Santa Maria JABOATÃO, OFM. *Novo Orbe Seráfico Brasilico, ou Chronica dos Frades Menores da Província do Brasil*. Rio de Janeiro : Typografia Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, Rua do Sabão n.º 114, 1858-61, Parte 1ª e Parte 2.ª. (edição original do primeira parte, Lisboa, 1761). Foi na posição de cronista da Ordem Franciscana que prestou esclarecimentos sobre as várias construções brasileiras, nas décadas de 1750-60 (Cf. Müeller, p. X, e BAZIN, *L'Architecture Religieuse Baroque au Brésil*, 1.º vol., Editions d'Histoire e d'Art, Librairie Plan-Paris, 1956, p. 112)..

¹⁰⁷ JABOATÃO. *Op. cit.*, pt. 2.ª, vol. II, cap. XXIX, p. 464, § 417, e cap. XXXVIII, p. 505, § 458..

¹⁰⁸ Jaboatão, em pouco mais de duas páginas da sua emblemática obra franciscana, deixa descrito todos os espaços que seriam de toda a conveniência que as Ordens Terceiras edificassem, para o excelente exercício das funções acolhidas pela sua Ordem (vide, a propósito, JABOATÃO. *Op., cit.*, pt. 2.ª, vol. II, Livro III, cap. XXIX, p. 465-466.

¹⁰⁹ Cf. Bartolomeu RIBEIRO. *Os Terceiros franciscanos portugueses: Sete séculos da sua história*. Braga, Residência Leixões : Edição e depósito do Comissariado Nacional da OT, 1952, p. 66. Estas Instituições tiveram a sua génese na Regra dada pelo Papa Honório III, em 1221, apenas por *vivae vocis oráculo* e na Regra bulada de Nicolau IV do ano de 1298, a *Supra Montem*, que a cúria papal foi alterando, tendo sido actualizada no século XIX pela Constituição do papa Leão XIII, *Misericors Dei Filius*, de 30 de Maio de 1883.

e estatutos próprios, tiveram a coordená-las nos diversos contornos da sua existência, Regras, Ordenações Gerais e Estatutos particulares de cada fraternidade; existia igualmente uma hierarquia de entidades propostas por aqueles órgãos e reconhecidos por cada Província em geral, que podiam interferir em assuntos muito particulares¹¹⁰, não esquecendo a obediência devida aos superiores franciscanos dos conventos, considerados desde a Constituição *Supra Montem* (1289), pela jurisprudência eclesiástica, delegados imediatos da santa Sé, como lembra, em 1952, o P.^o Bartolomeu Ribeiro¹¹¹.

Estes aspectos ajudaram a definir a visibilidade arquitectónica assumida nas instalações destas congregações, construídas naturalmente segundo uma lógica atinente às necessidades do discurso de vida de fraternidade religiosa secular, a que se tinham vinculado os indivíduos que entravam nessas Instituições de Terceiros. É interessante que em Portugal do século XVII, os Terceiros tenham ressurgido e construído as suas instalações segundo uma lógica já patente em um imperativo pontifício dos finais do século XIII, como verificado nos exemplares que se apresentam neste estudo, em Anexo [qdrs. 1-13].

Assim, é de considerar que a primeira Regra afecta aos Terceiros terá sido o ponto de partida para um padrão genérico de esquema arquitectónico aceite para estabelecimento material destas Instituições religiosas seculares em Portugal e, com a expansão nacional para a colónia do Brasil, tenha ali continuado, seguindo os mesmos padrões de divisão e disposição de espaços (Anexo 1, pontos 1. a 13.), [qdrs. 3 e 4].

Tentemos então perceber de que estruturação arquitectónica se está a tratar, no concernente a essas fundações brasileiras surgidas ao longo dos séculos XVII e XVIII, instituídas sempre à sombra dos conventos edificados pelos Frades Menores.

¹¹⁰ A hierarquia geral da Ordem Terceira compunha-se de Comissário geral, Ministro provincial, Reverendo Comissário (para a jurisdição espiritual, sendo funcionário remunerado da ordem e irmão professo), irmão ministro (para a jurisdição temporal), vice-ministro, secretário, síndico, escrivão e tesoureiro, doze definidores, o irmão mestre de noviços e irmã mestra de noviças, irmão zelador e irmãos presidentes de ruas e, ainda, o vigário do culto divino (funcionário contratado) (*Apud* Arquivo Paroquial de Nossa Senhora da Conceição - Ouro Preto. *Estatutos da Ordem 3^a de S. Francisco da Penitencia, anos 1760 e 1820*. Caps. 11, 13, 15, 17, 22, ref. de Adalgisa Arantes CAMPOS. *Semana Santa na América Portuguesa : Pompa, Ritos e Iconografia*. Minas Gerais, Brasil : Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), [s. d.] [Em linha]. [Consult. em 29-02-2009]. Disponível em <http://www.upo.es/depa/webdhuma/areas/arte/actas/3cibi/documentos/095f.pdf>.

¹¹¹ RIBEIRO. *Op. cit.*, 1952, p. 88. Diz ainda este autor que só a partir de 1834 deixaram os Terceiros de estar submetidos à administração espiritual ou canónica dos superiores dos conventos franciscanos, tendo havido então intromissão do episcopal (*Idem. Ibidem*, p. 97).

Para a “santificação pessoal” e vida associativa cristã em que qualquer Irmão se devia rever, na persecução dos passos de vida virtuosa do seu patrono de Assis – além de se ater a uma vida concordante com os princípios jurados aquando da aceitação ao noviciado desenrolada no século –, necessitava o Irmão, de um espaço sacro próprio, um *templo* com a respectiva *sacristia*; ali em comunidade fraterna estava obrigado a assistia aos ofícios divinos gerais e aos aprazados por legados deixados e a reuniões da Comunidade, com a independência possível da colectividade religiosa conventual. Foi-lhe também exigido a prática de “exercícios espirituais” (exercícios devocionais de meditação e oração mental) que podendo ter lugar nas capelas, acabaram, sempre que exequível, por ocorrer em espaço específico, na intitulada *Casa de Oração* ou *Casa dos Exercícios*.

“O espírito de Comunidade religiosa” foi igualmente cumprido com a presença da Irmandade em procissões de penitência que organizava, sendo as mais importantes a de Cinza de Quarta-feira Santa, e a de Sexta-feira Santa, em que saíam os Irmãos em cortejo cobertos com os hábitos e cordões, incorporado pelas numerosas imagens de santos da sua devoção¹¹² [docs. 8, 22, 25; 34; 53], usualmente de grandes dimensões, muitas de roca ou de vestir, em andores muito ornamentados. Estas imagens, em algumas instalações dos Terceiros, eram guardadas e expostas em lugar próprio, onde recebiam veneração de devoções particulares; estas divisões foram intituladas *Casas dos Santos* e, na falta delas, a imaginária recolhia aos altares próprios construídos na igreja ou na Casas dos Exercícios¹¹³, ou mesmo na sacristia da Irmandade.

A vida social Cristã destas Irmandades pressupôs ainda, resoluções internas, espirituais, administrativas e financeiras, sessões para admissão de novos irmãos, sufrágios para posse de diferentes cargos, entre outras, que exigiam a reunião da Mesa em sala a que se chamou casa do *Consistório* (Definitório / Sala de Reuniões / Salão Solene), dispondo, por vezes, de outras instalações, *secretariado* e *sala de espera*, onde se desenrolavam os actos de burocracia atinente às resoluções ali tomadas. O Consistório¹¹⁴ foi um dos locais em que as Irmandades despendiam bastante do seu pecúlio, de modo a convertê-la em um salão de grande luxo, sempre que as verbas assim

¹¹² Dos que faziam parte do “catálogo dos santos e varões ilustres da Ordem” conforme Ordenações prescritas quando da restauração da Instituição no início do século XVII (cf. RIBEIRO. *Op. cit.*, 1952, p. 56).

¹¹³ Como no caso do Recife em que construída uma capela para casa de Exercícios, aí eram guardadas as imagens em armários e nichos (cf. JABOATÃO. *Op. cit.*, pt. 2.^a, vol. II, Cap. XXIX, p. 465, § 419).

¹¹⁴ Também conhecida, em ambos os lados do Atlântico por Definitório ou Sala de Reuniões.

o permitiram. Nos grandes centros urbanos, estes salões são hoje locais musealizados, com grande interesse artístico, pela expressão plástica a eles vinculados, pois era importante patentear riqueza e brilho artísticos, pois ajudavam a conferir solenidade e gravidade aos actos que aí decorriam. Parece-nos que o vulgar posicionamento no segundo piso do edifício, com vãos abertos para uma rua de grande movimentação¹¹⁵, não seria casual, pois proporcionou visibilidade à Instituição¹¹⁶. Nos pequenos centros urbanos surgiram, contudo, com menor ostentação, materializando-se em espaços mais discretos. O centro destes salões era ocupado pela mesa de forma rectangular, ou oval se pretendia diluir de alguma forma a marcação de uma hierarquia que deveras existia, e que, neste caso, não deixava de ser assinalada pelo uso de um cadeirão de maior dimensões e requinte em comparação com os restantes assentos que rodeavam a mesa.

No que respeita aos *enterramentos*, interessa saber que os Terceiros ainda que tivessem perdido no século XVI, algumas imunidades e privilégios¹¹⁷, manteriam o poder de eleger sepultura em lugar próprio, por mais três séculos¹¹⁸.

Assim, as Ordens Terceiras tinham *criptas* construída nas suas capelas ou lugar próprio fora e junto dela – adro aberto ou recinto fechado – para os enterramentos dos Irmãos defuntos, fazendo parte dos seus estatutos gerais para as “Ordens Terceiras do Reino de Portugal” e dos estatutos próprias de cada fraternidade os deveres para com os

¹¹⁵ Como se viu no Recife e refere JABOATÃO. *Op. cit.*, pt. 2.^a, vol. II, cap. XXIX, p. 465, § 419.

¹¹⁶ Uso que vem do Renascimento italiano, em que as famílias mandavam construir o salão com amplas janelas a darem sobre uma via principal, em andar de construção mais elaborada que os outros, onde assomavam para assistir às festas da cidade, deixando vislumbrar a riqueza interior a quem passava. Em ambos os casos referencia-se um mesmo padrão social da alta finança.

¹¹⁷ A Ordem Terceira franciscana tinha sido equiparada ao clero no século XIII e gozaram de imunidades e privilégios eclesiásticos até ao início do século XVI, sendo restringidos pela bula publicada pelo Papa Leão X (1516)¹¹⁷, que a sujeitou à jurisdição dos bispos e dos párocos locais; mantendo-se o privilégio de proceder a exéquias. Os estatutos gerais “para os Reinos de Portugal” aprovados em 1675 pelo Ministro Geral, Fr. Francisco Maria de Bonónia em Roma, pressupuseram capelas/igrejas de Terceiros construídas separadas dos conventos, mas tratando de igual modo as próprias de Terceiros existentes dentro das igrejas conventuais onde a Irmandade, juntamente com o Padre comissário, praticavam actos culturais e de vida franciscana, com independência dos religiosos, a assim também em relação aos actos fúnebres, prescritos na Regra (cf. P.^e Bartolomeu Ribeiro, OFM. *Direitos Funerários dos Terceiros Franciscanos Seculares*. Lisboa : Escola Tipogr. das Oficinas de S. José, 1931, p. 12).

¹¹⁸ Cf. Manuel de Oliveira FERREIRA, 1711-1782. *Compêndio Geral da História da venerável Ordem Terceira de S. Francisco...*, tomo I. Porto : na Off. Episcopal do Capitão Manoel Pedroso Coimbra, p. 22 e sgs. O direito de “funeração” foi um consequência do direito de sepultar numa “igreja funerante” ou “igreja tumulante”, aquela em cujo recinto ou cemitério anexo podia sepultar-se o defunto. Para isto as instituições de Irmãos Terceiros pediam licença ao Prelado Diocesano respectivo. Os Terceiros Franciscanos foram considerados pelos Pontíficos Romanos, Honório III, Gregório IX, Nicolau IV, Clemente V, Gregório XI e Leão XIII, como uma verdadeira Ordem Religiosa com direitos e privilégios próprios dos Regulares, sem excluir os respeitantes aos funerais e acompanhamento de defuntos (cf. P.^e RIBEIRO. *Op. cit.*, 1931, p. 21). Tudo se modificou com a proibição dos enterramentos nas igrejas e com a constituição de cemitérios municipais ou comuns ocorridos no início do século XIX.

Irmãos defuntos e o modo como seriam os espaços usados¹¹⁹. Cada indivíduo que se incorporasse numa Ordem Terceira Franciscana adquiria o direito de sepultura em solo de Terceiros, não havendo necessidade de testamento para esse fim. Assim verificaram-se exumações de corpos no piso dos templos ou em *carneiros* nos subsolos¹²⁰.

Estas congregações auferiram o privilégio particular de enterramento dos Irmãos defuntos em solo sagrado próprio, outorga da Santa Sé, por equiparação com o concedido aos frades conventuais.

Um dos fins a que estas Irmandades se destinaram foi a realização de actos de assistência social, pelo que no Brasil, as encontrámos muitas das vezes ligadas a *Hospitais* ou *Asilos*¹²¹ por si construídos, mais ou menos próximos dos seus locais de reunião usual, aspecto que foi igualmente verificado em Portugal¹²² [qdrs. 3 e 5]. No entanto, estes espaços ficam fora do interesse imediato da investigação que ora cumprimos, que se ocupa da riqueza patrimonial arquitectónico-artística atida pelas Ordens Terceiras da Zona da Mata e das respectivas preocupações de ordem estilísticas daquelas, como forma peculiar de exteriorização de fé.

4. Ordens Terceiras da Zona da Mata

Como referimos no capítulo anterior (cap. I, ponto 4.2), a maioria dos templos das Ordens Terceiras surgidas entre meados do século XVII e o final da centúria seguinte pertencem ao que os autores, na senda de Germain Bazin¹²³ consideram uma fase marcante na construção de carácter religioso no Nordeste do Brasil, comumente designada “segunda fase da construção religiosa nordestina”.

¹¹⁹ Cf. *Idem. Ibidem*, p. 13.

¹²⁰ Modernamente, em *cemitérios* cobertos ou em campo aberto nas suas instalações, até que a legislação civil lho permitiu.

¹²¹ Os professores da Terceira Ordem tinham como uma das suas obrigações o serviço e alívio dos próximos, sendo estes exercícios particular distintivo dos primeiros cultores deste Instituto, indo aos hospitais em espírito de humildade, segundo palavras do cronista Frei Vicente Salgado (cf. SALGADO, OFM. *Compêndio histórico da Congregação da Terceira Ordem de Portugal*. Lisboa : Na Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1793, p. 34).

¹²² Apenas como exemplos, salientamos no Brasil, os casos dos Hospitais das Ordens Terceiras da Baía e do Recife; em Portugal dois em Lisboa acoplados aos Convento de são Francisco da Cidade e ao de Jesus, e o de Guimarães.

¹²³ Cf. Germain BAZIN. “Etude Historique et Morphologique” in *L'Architecture Religieuse Baroque au Brésil*. 2.º vol. Éditions d'Histoire et d'Art, Librairie Plon, Paris, 1956, p. 45.

Na inicial desenvolvida, entre os anos 1580 e 1625, com um compasso de espera trazido com a invasão dos holandeses e retomada com a sua expulsão, predominara a construção em taipa de *pau-a-pique*¹²⁴. O prosseguimento das campanhas de obras deveu-se não só à necessidade de reconstrução do rasto de ruína que a guerra e o abandono dos espaços provocou, como também à evolução construtiva que prevaleceu sobre o modo pobre de construir anterior. Se os portugueses não se haviam preocupado com deixar testemunho riscado em suporte da obra edificada e do seu envolvimento, foram os holandeses que o fizeram no seu avanço sobre solo brasileiro. Assim, há testemunho bastante das primitivas construções dos colonos, que ficaram para a posteridade em gravuras, desenhos e pinturas, que seriam as primeiras, do artista paisagista holandês Frans Post¹²⁵ que acompanhou ao Brasil Maurício de Nassau¹²⁶. São

¹²⁴ Termo brasileiro, também usado em Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe; é a estrutura de uma habitação formada por um esqueleto de paus ou canas, verticais e horizontais, revestido de barro e de outros materiais pouco resistentes, com coberturas de colmo.

¹²⁵ Frans Janszoon Post (Leyden, 1612-Haarlem, 1680) pintor dos Países Baixos, é considerado um dos mais relevantes artista neerlandês a serviço de Nassau na comitiva que o acompanhou ao Nordeste do Brasil em meados do século XVII. Post, com 24 anos de idade foi o primeiro pintor que retratou o Brasil que olhou e viu pela primeira vez. Antes dele não se conhece outro que tivesse deixado gravuras desenhadas sobre chapa metálica, pinturas a aguarela ou a óleo sobre tela ou madeira, desenhos a carvão, uma visão do que foi o Reino do Brasil que teve oportunidade de vivenciar, entrecruzando “a arte na história e a história na arte”. Montando, de certo, uma *câmara clara*, colecionou desenhos que, pode, de regresso á Pátria, verter para telas definitivos, promovendo desse modo as mais variadas identidades brasileiras — de entre elas, singularmente, “paisagens primígenas do Novo Mundo”. Post, fugindo de algum modo à tendência para a “ilusão da verossimilitude” que faria parte intrínseca da sua alma de artista holandês do século XVII, pretendendo revelar à Europa a natureza e o potencial do território deste Novo Mundo, para mais que os seus desenhos iriam servir também para ilustrar um texto escrito sobre os feitos batavos no Brasil; assim não achando necessidade de mostrar o exotismo encontrado, preferiu corroborar, antes, factos objectivos como bem percebeu Paulo HERKENHOFF na sua análise á obra do artista. (cf. Paulo HERKENHOFF. “Representação do negro nas índias Ocidentais : Barléu, Post e Eckhout”, in *Idem*. Org. *O Brasil e os Holandeses : 1630-1654*, p. 136-142), devida á precisão e perícia na transcrição das vistas observadas antes, trabalhos que se encontram hoje espalhadas por vários museus, dentro e fora do Continente Americano [e. g. O Museu Nacional de Belas-Artes, no Rio de Janeiro, possui a sala "Frans Post e a Pintura Flamengo-Holandesa do Séc. XVII"]. Durante uma pesquisa de cinco anos foram identificados cerca de 160 óleos deste primeiro pintor da paisagem brasileira, dos quais mais de 150 realizados já após a volta a Holanda; conhecem-se sete que teriam sido realizados nos anos em que o pintor esteve no Nordeste e que se encontram em Paris (Paulo HERKENHOFF, Org.. *O Brasil e os Holandeses : 1630-1654*, p. 18). Para além de gravuras riscadas sobre chapa, têm a sua assinatura muitos dos vinte e cinco mapas e trinta e uma pranchas que constam do deslumbrante livro de Gaspar Barlaeus. [Kaspar van Baarle, Caspar Barlaeus (nome latino), (12 de Fevereiro, 1584-14 de Janeiro, 1648) pertenceu a um ciclo intelectual e social de uma Holanda que passava por uma época de grande prestígio financeiro, social e intelectual; Barlaeus foi teólogo, humanista, poeta, historiador e polímata Holandês]; naquela obra — *História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil e Noutras Partes sob o Governo de Wesel* — narrou os feitos passados durante a estada holandesa no Brasil (cf. *Idem*. *Ibidem*, p. 17, 18 (prefácio).

¹²⁶ João Maurício de Nassau-Siegen (o neerlandês Johan Maurits van Nassau-Siegen) (Dillenburg, 17 de Junho de 1604—Cleve, 20 de Dezembro de 1679), cognominado “o Brasileiro”, foi conde e (após 1674) príncipe de Nassau-Siegen — Estado do Sacro Império Romano-Germânico — e mais tarde, da Confederação Germânica, localizado nas cercanias das cidades de Wiesbaden e Coblença. Entrando no Brasil fez-se acompanhar de artistas que serviriam não só para materializar edificações que tinha e mente para se estabelecer em novo Reino, como para que exemplificassem pelo desenho a vida real neste

muitas as gravuras e pinturas que deixou que mostram bem o tipo primitivo da construção que a crítica aceita como sendo da primeira fase¹²⁷. Também a Gravura de 1624¹²⁸ mostra a Igreja dos Franciscanos do Rio de Janeiro com a capela de Terceiros, inaugurada em 1616¹²⁹, provavelmente em taipa de *pau-a-pique*.

Aos estaleiros destas obras de construções fragilizadas, sucedeu-lhes canteiros para obras de pedra e cal, modo que, todavia, tinha sido introduzido na colônia pelos Jesuítas, nos finais do século XVI, na construção dos seus Colégios de que hoje resta intacto apenas o de Olinda¹³⁰ que não passara despercebido á minuciosa documentação do artista holandês Frans Post¹³¹ e trará ao Nordeste um crescente número de mestres pedreiros responsáveis pelas obras.

As moles edificadas foram executadas em estruturas autoportantes, num sistema composto por alvenarias estruturais em pedra e tijolos que apoiam a cobertura em madeira sob telhas cerâmicas, no que parece ser paradigma do modo de construir luso-brasileiro no período colonial. Nos monumentos que vemos hoje são o espelho da sequência de variados momentos construtivos ora de fausto ora de decadência que se sucederam até à sua finalização no século XVIII-XIX.

Foram, já, estes canteiros modernos que os Terceiros usaram nas suas construções que criaram de raiz¹³².

Mundo Novo.

¹²⁷ Como pode ser visto em várias gravuras, como exemplo apontamos uma de Alagoas de 1647 com nome gravado em filatera *Alagoa ad Austrum*. “Gravura em cobre extraída do livro de memórias de Nassau escrito por Caspar Barleeu *Rerum per Octennium in Brasília Et alibi nuper gestarum*. Amsterdam : Ioannis Blaeu, 1647, na Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. (cf. *Idem. Ibidem, Op. cit.*, p. 29), cuja edificação que se vê parece ser em pau-a pique e adobe, aparentemente uma igreja com cerca em madeira.

¹²⁸ Estampa do Convento do Rio de Janeiro em que estão, lado a lado, o Rio de Janeiro e São Vicente, “dois desenhos e uma só estampa” incluída na obra de autor não identificado, ilustração da obra *Reys-boeck van het rijcke Brasilien* (extraída de Don Clemente Maria da Silva-Nigra. *Construtores e artistas do mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*). Exemplar da Koninklijke Bibliotheek, Haia. O Reys-boeck é um livro de relato de viagens publicado nos Países Baixos em 1624. A tradução do título é “Livro de viagem ao reino Brasileiro, Rio da Prata e Estreito de Magalhães...”, o nome do editor seria Ian Canin (Ficheiro : SP_03b.jpg [Em limha] 01-11-2006. [Consult. em 17-03-2009]. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:SP_03b.jpg.

¹²⁹ Cf. Germain BAZIN. *Op. cit.*, 1956, 1.º vol. fig. n.º 7, p. 48.

¹³⁰ Cf. Albertina BELO. *A Arquitectura do Colégio Jesuíta de Olinda dos Séculos XVI e XVII*. (policopiado. Lisboa : Universidade Lusíada, 1997, vols. I, dissertação de Mestrado. p. 127 nota 3; BELO, Albertina Marques Pires. *A Arquitectura do Colégio Jesuíta de Olinda dos Séculos XVI e XVII*, J. H. Pais da SILVA, *Estudos sobre o Maneirismo*, p. 212.

¹³¹ O pintor paisagista holandês Frans Post (1612-1680) acompanhou ao Brasil o conde João Maurício de Nassau, e residiu no Pernambuco entre 1637 e 1644, onde fez um minuciosa documentação gráfica.

¹³² No entanto, diz Mota Menezes, que a “dimensão dos conventos franciscanos, irão permanecer, até á segunda metade do século XVII, pequenos, conforme se pode verificar nos desenhos, gravuras de Frans Post”, no seu estudo *Igreja de Nossa Senhora da Graça e Real Colégio dos Jesuítas – Olinda*, [s. d. : s.

4.1. Ordem Terceira no Convento de São Francisco da Baía

4.1.1 Contextualização

Entre os anos de 1534 e 1566, o Brasil foi dividido em cinco capitanias hereditárias que se conservaram até metade do século XVIII¹³³. A ida do fidalgo português Francisco Pereira Coutinho (Portugal ?-1547 Brasil), em 1534, para a colónia, prendeu-se com o facto de D. João III o escolher para o governo da Capitania da Baía de Todos os Santos¹³⁴; Pereira Coutinho só alcançaria o litoral brasileiro passados dois anos, onde aportou, perto do local onde viria a nascer a cidade de Salvador¹³⁵. Algum tempo depois, conflitos entre os colonos e os indígenas forçaram-no ao abandono da capitania, pelo que foi refugiar-se em Porto Seguro, na companhia de Diogo Álvares Correia “Caramuru” (1475-1557)¹³⁶.

n.], policopiado, p. 24 e 25.

¹³³ As capitanias formadas neste período de tempo foram, Baía, doada a Francisco Pereira Coutinho, em 5 de Abril de 1534; Porto Seguro, doada a Pero do Campo Coutinho, em 27 de Maio de 1534; Ilhéus, doada a Jorge de Figueiredo Corrêa, em 26 de Julho de 1534; Ilhas de Itaparica e Tamarandiva, doada a Dom António de Athayde, em 15 de Março de 1598; Paraguaçu ou Recôncavo da Baía, doada a Álvaro da Costa, em 29 de Março de 1566.

¹³⁴ Território hoje incluído no Estado brasileiro com o mesmo nome.

¹³⁵ No ano de 1536, Francisco Pereira Coutinho, primeiro donatário, tendo recebido do rei a capitania hereditária Baía de Todos os Santos, ergueu o *Arraial do Pereira*, nas imediações onde hoje está a Ladeira da Barra. Local, que, doze anos depois, na época da fundação da cidade, daria pelo nome de Vila Velha. A cidade seria fundada, em 1548, com o nome de *São Salvador da Baía de Todos os Santos* (seu primitivo nome completo), antigamente chamada de Baía; foi a primeira capital do Brasil colonial e é hoje a capital do estado da Baía, conhecida com o nome de Salvador. Os seus habitantes são chamados de *soteropolitanos*, nome criado a partir da tradução do nome da cidade para o grego: *Soterópolis*, ou seja, “cidade de Salvador”, composto de *Σωτήρ* (salvador) e *πόλις* (cidade) (cf. [Em linha]. [Consult. em 10-04-2008]. Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Salvador_\(Baía\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Salvador_(Baía))).

¹³⁶ Diogo Álvares Pereira era um português fidalgo da casa real portuguesa que desde muito cedo se radicou nas costas brasileiras, tendo aí vivido em contacto com os autóctones. Um ano mais tarde, após a morte trágica do capitão, os descendentes deste, receberam da Coroa Portuguesa o *morgadio do juro real da Redízima* da Baía, tendo a viúva vendido a Capitania à Coroa Portuguesa, com o fim de aí ser instalada a sede do governo-geral, com a fundação da cidade do Salvador (1549) (cf. Ivan ALVES FILHO. *História dos Estados Brasileiros*. Rio de Janeiro : Revan, 2000. p. 240; ainda, Eduardo BUENO. *Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores*. Rio de Janeiro : Objectiva, 1999, p. 288).

Na sequência da imposição do sistema de governos-gerais instituído na colónia, após o reconhecimento de fracasso da administração das capitánias, surgiria a cidade de São Salvador¹³⁷; a sua fundação decorreria em 1549, no reinado de D. João III, a par da nomeação do fidalgo da casa real Tomé de Sousa (1515-1573 ou 1579) para primeiro governador da capitania da Baía¹³⁸. Este asseguraria o seu controlo administrativo, com a criação de câmaras municipais com o apoio dos donos de terras, alcançando uma forte estrutura administrativa e jurídica. Retornaria a Portugal, no ano de 1553, tendo-lhe sucedido no governo Duarte da Costa.

A expedição que levava Tomé de Sousa ao Brasil incluiu colonos¹³⁹, funcionários e uma missão jesuíta, chefiada pelo padre jesuíta Manuel da Nóbrega, com vista à conversão de índios¹⁴⁰. Foi ainda nos primórdios do governo-geral na Baía que o poder da Igreja Católica se impôs, com a criação do primeiro bispado no Brasil, após a nomeação de Dom Pêro Fernandes Sardinha, como bispo, em 25 de Fevereiro de 1551, pela mão do Papa Júlio III¹⁴¹.

Tomé de Sousa estimulou, ainda, a criação de engenhos de açúcar, com o que faria expandir largamente a indústria açucareira na Baía, o que conduziu não apenas a capitania à situação de entreposto comercial do açúcar produzido principalmente no

¹³⁷ A cidade de Salvador está tombada como Património Histórico da Humanidade, integrando a Organização das Cidades do Património Histórico Mundial. Foi considerada como tendo o maior conjunto arquitectónico colonial da América Latina; tombada pela UNESCO em 1985, com quase 3.000 imóveis dos séculos XVII, XVIII e XIX, é testemunho vivo da história do Brasil colonial.

¹³⁸ Tomé de Sousa era fidalgo português desde 1536, título alcançado por se ter distinguido numa expedição militar ao Norte de África realizada sob os auspícios do monarca português D. João III que lhe daria o cargo de cavaleiro em 1539, em paga de seus actos de valentia praticados em Ceuta. Foi nomeado governador-geral do Brasil para onde partiu em expedição à frente de cerca de mil homens, e onde chegaria em Março de 1549, tendo-se instalado na Capitania da Baía de Todos os Santos.

¹³⁹ A primeira metade do século XVI trouxe o povoamento da capitania diligenciado pelas muitas expedições de colonos portugueses que aí acorreram com o fim de iniciarem uma vida melhor em terras que se imaginavam ricas. As *Entradas* levaram os exploradores a partir do litoral em direcção ao norte/nordeste brasileiro, subindo os rios São Francisco, das Contas, Paraguaçu, Grande e Verde; desbravaram o interior da Baía e os territórios do Piauí, Minas Gerais e Maranhão; chegaram ao Sul/Sudeste brasileiro também, descendo os rios, Pardo, Jequitinhonha, Mucuri e Doce. Assim se iniciaria a exploração e ocupação do território baiano, com os povoadores ligados à exploração da riqueza local, como o comércio do pau-brasil, matéria-prima então largamente explorada e chamariz de outros povos europeus, que iriam atacar esse comércio com seus navios, em modo de pirataria que se fez a coberto de várias forças políticas estrangeiras.

¹⁴⁰ Em 1549, desembarcaram na Baía seis jesuítas com o P.^o Manuel da Nóbrega à cabeça, e detiveram o monopólio missionário durante vários anos; em 1580, os carmelitas chegaram a Olinda; em 1581, os beneditinos à Baía e, só em 1585, os franciscanos se conseguiram também radicar.

¹⁴¹ Não tinha havido antes demonstração de particular interesse por parte da Igreja Católica pela organização de uma estrutura religiosa. Somente em 1532 se fundariam as primeiras paróquias ao serviço das capitánias e dos colonos portugueses aí residentes, dependentes do Bispado do Funchal. De 1551 a 1676, não houve mais que um bispo em todo o Brasil, o de São Salvador da Baía. Só em 1707, a Igreja teria maior estabilidade organizada com as *Constituições Primeiras* do Arcebispado da Baía.

Recôncavo Baiano e daí exportado para a Europa, com riqueza gerada, o que se revelou de primordial importância no imergir de conventos nessa zona; elevaria, igualmente, a cidade de Salvador a destacado porto importador de produtos portugueses que seriam pagos com o auferido naquele comércio.

A cidade que ficou conhecida simplesmente por Salvador¹⁴² constituiu-se deste modo capital e sede da administração do Brasil colonial, condição que se prolongou até ao ano de 1763, data em que se deu a transferência da capital da colónia, para o Rio de Janeiro. Estrategicamente bem situada do ponto de vista geográfico, voltada para o mar que banhava a Baía de Todos-os-Santos, converter-se-ia numa cidade privilegiada, tornada centro cívico e político, militar e económico; mas também, devido à sentida falta de mão-de-obra, Salvador transformou-se no primeiro mercado negreiro do Mundo Novo, tendo acolhido os primeiros escravos chegados em 1558, aos quais se juntariam grandes levas de outros, destinados às plantações de açúcar, pelo que, ainda hoje, se considera ser essa a cidade que reuniu maior população negra fora de África. Sendo a primeira metrópole portuguesa na América Latina, desempenhou um papel estratégico na defesa e expansão do domínio português, durante os séculos XVI, XVII e XVIII. O historiador da arte Clarival do Prado Valladares¹⁴³ (1918-1983) chegou a considerar, a nosso ver sem grande exagero, que na época, a Cidade de Salvador, além de capital do Império Português na América, tomou a posição de capital do Atlântico Sul¹⁴⁴. Paralelamente, do ponto de vista religioso, converteu-se na primeira capital da diocese do Brasil e, a partir de 1675, na primeira e única arquidiocese colonial.

Transformada em local cobiçado por muitos europeus, a Baía foi o primeiro território brasileiro a ser alvo do ataque dos holandeses. Foi assim necessário provê-la de fortificações militares em terra e junto ao mar, em locais proeminentes. Em 1624, durante o governo de D. Diogo Mendonça Furtado (de 1621 a 1624), a cidade sofreu uma primeira invasão, comandada pelo coronel van Dorth; os invasores permaneceram durante dez meses, mantendo a sede do governo holandês na cidade. Entretanto, após vários conflitos, uma armada ibérica enviada pelo monarca reinante, Filipe IV de Espanha, com a ajuda de alguns morgados, senhores de importantes casas no Brasil, o

¹⁴² A Cidade de Salvador foi referenciada por diversas denominações, incluindo a de “Cidade da Baía”.

¹⁴³ Foi médico sanitarista e historiador e crítico de arte brasileiro, nasceu na cidade de Salvador, é considerado um dos nomes de maior respeitabilidade na historiografia e crítica de arte no Brasil, dedicou a vida à reconstrução da história e das artes no Nordeste e na Baía.

¹⁴⁴ Cf. Clarival VALLADARES. *Aspectos da arte religiosa no Brasil : Baía, Pernambuco, Paraíba*. Rio de Janeiro : Spala, p. 29.

auxílio de outras capitanias e apoiados ainda pelos moradores incitados pelo clero católico expulsaram o invasor. Mais tarde, houve ainda outras tentativas de retoma de Salvador pelo poder holandês, mas todas infrutíferas, pois a costa baiana contava já com as recém construídas fortificações.

Nesta primeira capital do Brasil colonial que alcançou um nível de vida elevado para a época¹⁴⁵, encontramos, hoje, testemunhos arquitectónicos considerados das melhores peças religiosas que então se construíram na colónia portuguesa¹⁴⁶. A prosperidade alcançada apenas foi possível porque, a partir da segunda metade do século XVII, a indústria açucareira e a sua comercialização com a Europa, enriqueceu os senhores de engenho que começam a apreciar um estilo de vida cada vez mais sofisticado¹⁴⁷ e urbano, o que levou a uma ocupação agressiva de terrenos [doc. 8]; a par disso, desde o início desse século XVII, aventureiros portugueses com os seus escravos dedicaram-se ao garimpo, buscando ouro na região do noroeste baiano em Jacobina – situada acerca de 330 km da Cidade de Salvador; ouro que apareceu em grandes quantidades, arrancado das minas, já no século XVIII. Para Clarival do Prado Valladares (1990), foi “uma época de maciças immobilizações de capital na construção e enriquecimento de grandes templos”¹⁴⁸.

4.1.2 *Fundação da irmandade laica*

A Venerável Ordem Terceira da Penitência do Seráfico Padre São Francisco, hoje denominada Fraternidade da Ordem Terceira Secular de São Francisco da Baía¹⁴⁹,

¹⁴⁵ A presença holandesa aconteceria em pleno prestígio económico, literário e artístico como muito bem lembra Valladares (Clarival do Prado VALLADARES. *Nordeste Histórico e Monumental*. Salvador da Baía : Odebrecht, 1990, vol. IV, p 29).

¹⁴⁶ Se do século XVI se encontram apenas três peças da arquitectura religiosa baiana, a capela de Nossa Senhora da Escada, a capela de Nossa Senhora das Neves (na Ilha de Maré) e a capela de Nossa Senhora de Montserrat, já da primeira metade do século XVII, de 1600 a 1650, conta-se com um número apreciável de investimentos imobiliários na construção de igrejas baianas.

¹⁴⁷ A capitania da Baía era detentora de grandes áreas de muito bom solo para a implantação da agro-indústria do açúcar e passou a contar com mão-de-obra escrava.

¹⁴⁸ *Idem, Ibidem*, 1990, vol. IV, p. 48.

¹⁴⁹ Para além do estudo crítico assente na observação directa, tivemos acesso a um razoável núcleo de documentação relativo ao complexo arquitectónico da Ordem Terceira da Baía. Entre eles avulta o “Livro dos Guardiães do Convento da Baía”, fonte primária, que nos permitiu o conhecimento de acções de construção, reconstrução e alargamento de espaços do complexo franciscano da Baía, muito embora a maioria se refira ao complexo conventual, deixando com menor tratamento as construções da Ordem Terceira; ainda, a crónica de Frei Jaboatão, ele próprio pesquisador quer dos documentos da Ordem Terceira quer dos do Convento dos Frades. Também, a pesquisa levada a cabo por Marieta Alves no Arquivo da Ordem assume crucial importância (cf. Marieta ALVES. “História das Artes na Cidade de Salvador”, vol. IV. *Evolução Histórica da cidade de Salvador*, [s. d.], p. 37). Esse estudo tornou-se de

foi a segunda erecta no Brasil, depois da de Olinda (cap. III, ponto 1.1). Fundada em 1635 em Salvador, por influência de Frei Cosme de São Damião, então Custódio do Brasil, teve como padroeira Santa Isabel de Portugal¹⁵⁰, é a primeira irmandade leiga a instalar-se na Baía. Acolheu-se inicialmente, dentro do convento, nas modestas primitivas instalações dos Franciscanos, a título provisório¹⁵¹. Todavia, decorrido um ano, já os confrades tinham dado início à construção de instalações, cujas obras terminaram no ano de 1644¹⁵². Edificaram, nesse tempo, o Consistório e uma capela que usaram até terem entrado na posse de instalações próprias, o que aconteceria nos primeiros anos do século XVIII.

Nos finais do século XVII, porque o espaço ocupado pelos frades era já acanhado e estava em ruína, foi decidido pelo Guardião responsável Frei Tomaz da Apresentação o levantamento de novas acomodações, pelo ano de 1686. Com o avanço das obras, o funcionamento da zona ocupada então pelos Terceiros ficou muito prejudicada¹⁵³ e, dado o florescimento registado não só no número de confrades como também em proventos [doc. 28], decidiram procurar um espaço próprio fora do convento, onde, na época, desfrutavam já de uma Casa do Consistório – iniciada em 1636 e concluída em 1666 – e de capela indispensáveis aos seus deveres espirituais, área que se tornou rapidamente exígua e que houve precisão de aumentar. Foi em troca de condições acordadas com os frades, que receberam destes o terreno para as suas construções¹⁵⁴.

vital importância, face às vicissitudes por que, entretanto, passaram aqueles mesmos documentos; após inundação sofrida no espaço onde eram guardados, fomo-los encontrar em grande degradação física e desordem, inviabilizando a sua conferência, como a “Breve Notícia” fornecida em 1760, pelo Secretário da Ordem Terceira Luís Gomes Coelho a Jaboatão para a construção da sua crónica.

¹⁵⁰ Santa Isabel de Portugal (1271-1336), esposa do rei D. Dinis, filha de D. Pedro III de Aragão e de D. Constança de Nápoles, após a morte do marido recolheu-se no convento de Santa Clara de Coimbra onde vestiu o hábito de Clarissa, foi beatificada em 1516 e canonizada em 1625. Assim consta na patente da fundação enviada ao Guardião do Convento de São Francisco da Baía, já com os Estatutos definidos para a nova Instituição, com bom acolhimento por parte de Roma, que a confirmou; a instituição foi obtida do Papa Alexandre VII; os irmãos obtiveram, ainda, indulgências confirmadas por Breve passado em Roma, em 13 de Junho de 1666 (*Vide*, a este propósito, Marieta ALVES. *História da Venerável Ordem Terceira da Penitência do Seráfico Padre São Francisco da Congregação da Baía*. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1948, p. 14).

¹⁵¹ Depois de a nova congregação ter nomeado os responsáveis espirituais – o Padre Pregador Frei Pantaleão Batista como Comissário e o Cónego Francisco Soares Correia como primeiro Ministro –, enquanto os cargos administrativos foram entregues a figuras destacadas da sociedade civil da Baía (cf. ALVES. *Op. cit.*, 1948, p. 13).

¹⁵² Cf. Pedro SINZIG (Frei) OFM. “Maravilhas da Religião e da Arte na Igreja e no Convento de São Francisco da Bahia”, Rio de Janeiro, 1934, Separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1933, p. 287.

¹⁵³ Cf. ALVES. *Op. cit.*, 1948, p. 14, 15.

¹⁵⁴ Os Terceiros aceitaram que não abriam sepulturas no seu claustro, na capela ou em qualquer outro

4.1.3 As novas instalações

Nos finais do século XVII, pelos motivos acima apontados (ponto 4.1.2), a Mesa Administrativa terá decidido encomendar plantas para uma edificação a encetar de raiz¹⁵⁵,

O novo espaço para a construção de um templo de raiz seria edificado para a esquerda da igreja conventual em terreno cedido pelos frades. O que levou a demolir, no ano de 1686, a primitiva capela erecta em 1644. Do novo complexo dos Terceiros ficaria adossada à igreja dos frades, a sua Casa dos Santos, que ficaria com um corredor de circulação e distribuição de espaços, com porta que a ligava à nave do novo templo. Para a edificação, a Irmandade recorreu a conceituados construtores. De entre os desenhos apresentados, por deliberação tomada em conjunto pela Mesa da Ordem e pelo Definitório do Convento, foi escolhida a planta do mestre architecto Manuel Gabriel Ribeiro¹⁵⁶. As obras tiveram o início simbólico no primeiro dia do ano de 1702, em presença de altas individualidades religiosas e do governo colonial¹⁵⁷ e, a inauguração, no decorrer do ano seguinte, a 22 de Junho¹⁵⁸, com bênção dada pelo Padre Provincial Frei André da Conceição, sendo Guardião o Padre Frei Luís de Jesus¹⁵⁹.

A solicitação ao Rei para autorização de esmolar pelo território em redor, levou alguns autores a inferir o gasto de avultada soma de dinheiro na edificação, decoração e recheio, o que parece provável¹⁶⁰.

As obras da reforma encetada no termo do primeiro quartel do século XIX, duraram cerca de nove anos, havendo notícia de “grandes pompas” na reabertura do

lugar sem consentimento prévio da autoridade do Convento; assim, os enterramentos dos Irmãos seriam feitos no Convento mediante pagamento de esmola, na quantia fixa de trinta mil reis anuais, qualquer que fosse o número de enterros, que reverteriam para auxílio ao hospital dos religiosos conventuais (cf. Transcrição da Pública-forma tirada em 1877 da escritura de doação do terreno, in ALVES. *Op. cit.*, 1948, p. 20 a 27).

¹⁵⁵ Documentos que não se localizaram, ainda que haja referência de autores a mencioná-lo.

¹⁵⁶ Cf., a tal propósito, Marieta Alves (*Idem. Ibidem*, 1948, p. 15 e sgs. Durante algum tempo desconheceu-se a autoria desta planta, uma vez que a Jaboatão não teria chegado essa informação.

¹⁵⁷ Vide, a este propósito, *Idem. Ibidem*, 1948, p. 18.

¹⁵⁸ Cf. Pedro SINZIG. *Op. cit.*, 1934, Separata de 1933, p. 288. Existe uma descrição na crónica de Jaboatão do interior desta igreja referente à sua aparência no ano de 1760, que é um resumo feito pelo Ir. Luís Gomes Coelho a partir da descrição elaborada nesse ano pela Mesa da Ordem que teria sido oferecido pelo Irmão Terceiro ao cronista (*vide*, a este propósito *Idem. Ibidem, loc. cit.*).

¹⁵⁹ Segundo informação de Marieta Alves (ALVES, *Op. cit.*, 1948, p. 18) que nos diz ainda que não encontrou mais qualquer informação acerca dos trabalhos de construção.

¹⁶⁰ Cf. AHU-Bahia, cx. 51 doc. 23 : AHU_ACL_CU_005, cx. 51, doc. 4457. [ant. 1735, Abril, 20, Barcelos] “REQUERIMENTO do ministro e deputados da Mesa da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco ao rei [D. João V] solicitando licença para pedir esmolos pelo Brasil a fim de construir nova igreja”.

templo em 15 de Março de 1835¹⁶¹; volvidos mais quarenta anos a irmandade sentiu a necessidade de pedir a concessão de lotarias para benefício de novas obras na igreja¹⁶². [docs. 46, 47].

A igreja dá sobre uma rua relativamente estreita e confina com o convento¹⁶³ [fig. 36], com o qual acabaria por perder a ligação física directa dos primórdios da sua existência (Anexo 1, ponto 1.3.3).

Por debaixo da capela-mor, abre-se o cemitério em modo de carneiro. As demais dependências necessárias à subsistência da Instituição foram erguidas adjacentes ao templo numa parcela de terreno, património do convento. Os recursos financeiros auferidos de doadores – moradores que, a par de uma profunda devoção, possuíam ainda grandes fortunas –, o que, no conjunto, o tornou realizável¹⁶⁴ e avolumou os bens de raiz da Ordem [docs. 25, 27, 33, 37].

As construções nasceram adossadas ao espaço conventual, para Norte, um conjunto de massas de sentido horizontal¹⁶⁵ de planta irregular, trapezoidal, composto por adro, templo de nave única com capela-mor mais estreita que aquela, por de trás da qual e na transversal se abriu a sacristia; tem, actualmente, claustro e Casa dos Santos, para além de anexos e corredores que se organizam em torno do templo, contando também, com um terraço e quintal, este encostado à área conventual [fig. 832]; acede-se ao andar superior por escadarias, destacando-se nele a Sala da Mesa ou Consistório, precedida da Secretaria antiga, as tribunas, o coro-alto, de entre outras dependências, hoje constituindo o Museu da Ordem Terceira. Os volumes articulam-se com coberturas diferenciadas de telhados de uma e duas águas.

Fora deste complexo assinala-se a existência de um hospital cuja construção estivera desde o início nas preocupações havidas no seio desta congregação, mas que foi

¹⁶¹ Cf. ALVES, *Op. cit.*, 1948, p. 70 e 71.

¹⁶² Modernamente, o complexo ostenta ainda bastante do brilhantismo que teve então.

¹⁶³ O conjunto dos terceiros Franciscanos situa-se na Rua Inácio Accioli, n.º 1, funcionando no seu interior o Museu de Arte Sacra de Salvador.

¹⁶⁴ O majestoso templo da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, seria reconstruído a partir de 1702 principalmente às custas do coronel Domingos Pires de Carvalho (cf. J. M. dos Santos SIMÕES. “Iconografia lisboeta em azulejos no Brasil : Vistas de Lisboa em painéis de azulejos na cidade de Salvador” in *Oceanos - Azulejos : Portugal e Brasil*, p. 21), rico comerciante, oriundo de uma tradicional família de São Pedro de Serzedelo, no Minho, presidindo à Mesa Administrativa da Ordem terceira, mandou vir da Europa, a fachada de cantaria lavrada (*vide* [Em linha]. [Consult. em 03-01-2008]. Disponível em <http://www.casadatorre.org.br/patrimonio.htm##10>).

¹⁶⁵ Quando da construção as ligações com o espaço da Ordem Primeira faziam-se pelo lado Sul do Claustro, pelo quintal e por portal aberto no adro da Ordem Terceira, como pode ser visto na planta em anexo [fig. 832].

adiado por algum tempo, até ser finalmente concretizado em 1803, instalado numa das casas que a Ordem tinha, junto à Igreja¹⁶⁶.

4.1.4 O templo

O conjunto arquitectónico da Ordem Terceira eleva-se fronteiro a um adro de planta irregular criado pelo posicionamento recuado da fachada em relação ao resto do conjunto conventual [fig. 832]. O adro é extremado pelas fachadas da igreja e da Casa dos Santos – antigo Noviciado, por um muro composto por gradeamento ornamental de *ferronerie* articulado com elementos decorativos arquitectónicos que o cerra e separa da zona viária, cuja construção é de 1873¹⁶⁷ [figs. 36-39]; lateralmente, o remate superior do muro oferece grandes enrolamentos de pedra que parecem copiar, de algum modo, os do remate do frontão da igreja da Irmandade [fig. 38]; na frente, o gradeamento – colocado entre pilastras rematadas por urnas –; ao centro, rasga-se o portão com imponente trabalho de pedra entalhada, onde avultam as insígnias franciscanas, entre outros motivos ornamentais ao gosto barroco [figs. 37, 39]; na face interior do portal, de ambos os lados, lê-se o cronograma 1813 (presumível indicação da data de construção);

¹⁶⁶ Conhece-se a resolução provincial de D. João IV (1604-56), assinada em 24 de Julho de 1642, recusando a licença pedida pela Ordem Terceira de São Francisco da Cidade de Salvador para a construção de um hospício na cidade para uns religiosos da sua ordem. Este pedido devia estar relacionado com as edificações já existentes desta Ordem Terceira na cidade, junto à igreja então existente, e mostra ser uma das preocupações dos Terceiros, o oferecer ajuda aos irmãos carenciados. Estes, constituídos em 1635, conseguiram, em menos de uma década, património e proventos suficientes para crescerem [vide, Virgínia RAU, Maria Fernanda Gomes da SILVA. *Os Manuscritos do Arquivo da casa Cadaval Respeitantes ao Brasil*, vol. 5, *Acta Universitatis Conimbrigensis*, Lisboa, 1955-61, p. 30, com referência a *Decretos, Consultas e Resoluções*, Cod. 963 (K Vi 27) fls. 642, 642v.º]. Todavia mais de um século depois, a preocupação permaneceu, verificando-se que, ainda em 1 de Dezembro de 1734, o ministro e os irmãos da Mesa da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da cidade da Baía pediram ao rei D. João V, por intermédio do ouvidor geral da comarca da cidade, concessão para a construção de um hospital onde possam ser assistidos os irmãos pobres e desamparados, junto à sua igreja (vide, AHU_ACL_CU_005, Cx. 49, doc. 4369); e que, só dois anos mais tarde, com data de 20 de Fevereiro, há notícia da Consulta do Conselho Ultramarino a D. João V, sobre aquele pedido (vide, HU_ACL_CU_005, Cx. 54, doc. 4691). Será somente em 1803 que esta Ordem Terceira conseguiu proventos, autorização e beneplácito régio para a construção do Hospital que foi instalado nas casas que a Ordem possuía no beco junto à igreja (cf. ALVES. *Op. cit.*, 1948, p. 328 a 347). Em 1813 foi empreendido um projecto de aumento das instalações da Casa do Hospital, tendo-se acertado a elaboração de um Regimento interno para que o funcionamento das instalações decorresse de modo correcto e controlado, em face de épocas de maior crise financeira da Ordem. Por cerca de meio século puderam os irmãos necessitados recorrer a esta instituição que viria a ter continuidade na Casa de Asilo Santa Isabel, que persistiu até aos nossos dias, cuja primeira pedra foi colocada em 1848.

¹⁶⁷ Cf. BAZIN. *Op. cit.*, 1.º vol., p. 125; Pedro SINZIG. *Op. cit.*, 1934, Separata de 1933, p. 325. Angelina Garcez diz que os portões datam de 1874, mas não nos dá a fonte (cf. Angelina GARCEZ. *A Ordem Terceira de São Francisco da Baía*. Salvador-Ba : Editora da Universidade Federal da Baía, 2007, p. 63).

o portal é ainda flanqueado por dois portões de menores dimensões e posteriores¹⁶⁸.

A frontaria do templo fica recuada em relação ao complexo franciscano¹⁶⁹; é uma fachada ampla de dois registos, sendo o primeiro rasgado por uma arcada constituída por três portais¹⁷⁰ divididos entre si por pilastras relevadas, com decoração profusa, assentes em socos altos; o arco da portada central é de maiores dimensões que os laterais, sendo estes sobrepostos por dois óculos elípticos deitados; a divisão dos pisos é marcada pela cornija continuada onde assentam os elementos do superior, pilastras igualmente muito decorativas que se elevam na mesma linha de continuidade das inferiores, compostas por elementos figurativos apoiados em peanhas; Trata-se de um frontispício cujo pendor verticalizante é contrariado, de algum modo, pela índole horizontalizante emprestada pelas linhas sinuosas das cornijas e entablamento.

É entalhada com um profuso e rico lavrado de expressão barroca, patenteando uma plasticidade muito vincada, em baixos e altos-relevos com figuração vária¹⁷¹ [fig. 40]; na sua superfície vislumbram-se santos e anjos, caras, emblemas, coroas e ramos; ergue-se destacada, enquadrada por fortes cunhais de arenito, tornada assento do coroamento em frontão de grande sinuosidade que lhe confere forte dinamismo; estas flanqueiam o nicho centralizado que contém a imagem em corpo inteiro do patrono São Francisco de Assis talhado em mármore; lateralmente, entre as pilastras, abrem-se duas janelas altas com anteparo, uma de cada lado, para iluminação do coro-alto; o frontão relevado assenta no entablamento, mostrando ao centro o escudo da ordem em relevo sobre a superfície de uma esfera com as armas reais de Portugal¹⁷²; a flanqueá-lo, destacam-se aletas de enrolamentos; a ladear o frontão, existem dois pináculos assentes

¹⁶⁸ Decorria o ano de 1874 quando foi alterada a entrada do templo, com a colocação de dois portões e o rebaixamento do muro que fecha o adro, com colocação de grades de ferro (cf. BAZIN. 1956-1958, 1.º vol., p. 33; ainda, ALVES, *Op. cit.*, 1948, p. 80).

¹⁶⁹ Numa frente de c. 13,64 m de largura para um fundo de c. 29,70 m (cf. ALVES. *Op. cit.*, p. 18).

¹⁷⁰ As portas laterais terão sido rasgadas já no século XIX, durante a empreitada das décadas de finais de vinte e inícios de 30 desse século, época igualmente da colocação dos anteparos nas janelas do registo superior (cf. ALVES. *Op. cit.*, 1948, ref. “Termo de Acórdão, e resolução que tomou presente Meza sobre a factura do novo retabulo da capella mor da nossa Igreja”; também Angelina Garcez. *Op. cit.*, p. 64, que não nos dá indicação da fonte onde recolheu a informação).

¹⁷¹ Por muito tempo, essa fachada esteve encoberta com inúmeras camadas de argamassas, fruto de sucessivas caiações e, somente no início do século XX, no ano de 1934, o engenheiro Óscar Carrascosa responsável pela fiscalização das obras de restauro a fazerem-se na fachada, durante serviços de instalação eléctrica, se apercebeu que havia pedra lavrada por baixo, tendo ficado responsável por repor a fachada no seu original, redescobrimdo-se a sua plástica; e assim procedeu-se a cuidada descamação da cal (cf. Pedro SINZIG. *Op. cit.*, 1934, separata de 1933, p. 323 e 324; também ALVES. *Op. cit.*, 1948, p. 94 e 99).

¹⁷² O escudo é de massa e, segundo Pedro Sinzig teria sido feito em homenagem ao rei D. Pedro I, quando da sua passagem pela Cidade de Salvador (SINZIG. *Op. cit.*, 1934, separata de 1933, p. 324).

na continuidade dos cunhais que acompanham de modo contínuo a fachada na sua altura; uma cruz de pedra encima o frontão. Sob a cornija há uma águia ao centro que segura no bico uma filacteria com inscrição latina: *Per Penitentiam Coelo Apropinquamus*; sob esta, vê-se um livro com as palavras: *Agite panitent*; sobre o portal estão as iniciais: *S. P. P. M. 1703*¹⁷³.

O vasto interior de, planta longitudinal composta, regular, tem espaços diferenciados; é de nave única com corredores laterais [fig: 41], tem capela-mor construída no seu prolongamento, mais estreita que a nave e num plano superior [fig. 42], A iluminação é natural, advém das janelas das tribunas da capela-mor, abertas lateralmente, à direita, sobre o claustro e, à esquerda, sobre o pátio pequeno das duas janelas rasgadas por inteiro do frontispício.

Ao longo da nave avultam corredores laterais – com piso um pouco elevado em relação àquela –, separados dela por gradeamento de ferro¹⁷⁴ que corre ao longo dos altares laterais [figs. 48, 49], criando uma via de ligação do templo com a sacristia aberta por trás da capela-mor. A igreja de pés-direitos lisos apresenta dois registos [fig. 41]; abrem-se no de baixo sete altares: o altar-mor, e mais três de cada lado da nave, semelhantes entre si, que se apoiam à parede em adossamento; abrem-se ainda dois púlpitos com varanda, defrontando-se; o registo superior ostenta na zona da capela-mor duas tribunas largas com arco em asa de cesto, uma de cada banda [figs. 42-43, 50], enquanto que ao longo da nave se abrem mais quatro; três nos intervalos dos altares laterais e uma na área do coro-alto [fig. 45], que dão para corredores¹⁷⁵. À entrada, destaca-se o coro alto com anteparo ornamental em madeira esculpida, assente sobre arco em asa de cesto apoiado em duas pilastras toscanas de plinto alto, adossadas ao

¹⁷³ Percival Tirapeli (professor titular em História da Arte Brasileira) apresentou a análise pormenorizada desta frontaria, que vale a pena consultar (cf. TIRAPELI. [Em Linha]. *Frontispício da Ordem Terceira : Análise iconográfica da Fachada da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco*, Setembro de 2004 [Consult. em 21-01-2009]. Disponível em <http://www.tirapeli.pro.br/artigos/fronstipicio.htm>).

¹⁷⁴ As grades de ferro foram executadas na decorrência de um contrato estabelecido em Janeiro de 1834, entre a Ordem e o serralheiro José Joaquim de Figueiredo, colocadas já depois da inauguração da igreja após a grande reforma do século XIX (cf. ALVES. *Op. cit.*, 1948, p. 68, 69 e 72).

¹⁷⁵ A tribuna do lado sul (do lado do convento) foi uma das obras confiadas ao mestre carpinteiro (carpinteiro) José Coelho, no ano de 1774, que construiu o passadiço que vinha da igreja dos religiosos conventuais “com arcos de madeira bem feitos, e asiados que faça boa vista”; a falta de verba fez com que as tribunas do lado oposto fossem projectadas, apenas, no final da primeira década do século XIX; foram trabalho dos mestres carpinteiro e pedreiro Francisco Joaquim de Sant’Ana e Francisco José Moreira, respectivamente (cf. ALVES. *Op. cit.*, 1948, p. 43, 44 e 46, ref. aos Livro 2.º 3.º de Acórdãos). Para mais pormenores sobre as peças, leia-se, *Idem. Ibidem*, p. 46 e sgs.

muro; evidencia-se nele um órgão oitocentista de algum aparato¹⁷⁶ [fig. 45].

A lhanza arquitectónica de muros quadrangulares é contrariada pelos tectos arqueados, e animada com decoração de grande impacto visual neste interior sacro. O altar-mor retabular é de trono acoitado dentro de um cibório¹⁷⁷ e flanqueado por dois nichos para imaginária¹⁷⁸; o arco de triunfo que separa a nave, é de volta perfeita assente em pilastras toscanas, patenteia uma coroa de ornatos de grande fantasia, com fecho armoriado e com simbologia franciscana, sobreposta por cruz [fig. 42]; envolvendo lateralmente o templo abrem-se corredores e, na transversal, a sacristia [fig. 832]. O tecto que abrange a nave e coro-alto é sanqueado, com caixotões com pinturas a óleo [figs. 45-47]; o revestimento do chão na capela-mor é em pedra mármore [fig. 42] ida de Lisboa, trabalho resultante da empreitada levada a cabo no final da segunda década de 1800 e, o da nave, foi executado em ladrilho de mármore azul e branco [fig. 41], no decorrer do ano de 1834, com pedra local¹⁷⁹; em 1854, foi deliberado ladrilhar os corredores laterais da igreja com mármore de Itália [fig. 48] que era então vendido na Baía¹⁸⁰.

A imaginária que se vê neste templo é representativa da veneração franciscana, comum a outros interiores de igrejas homólogas¹⁸¹ [doc. 28 (igreja)].

¹⁷⁶ O órgão é de fabrico local e foi executado entre os anos de 1848 e 1850 (cf. “Igreja da Ordem Terceira de São Francisco” in *IPAC-BA, Inventário de Protecção do Acervo Cultural, Vol. I - Monumentos do Município de Salvador – Baía*, Secretaria da Indústria e Comércio – Coordenação de Fomento ao Turismo, Salvador. Há evidências da importância da música para esta comunidade religiosa Baiana. Marieta Alves fala-nos dos vários aspectos da vida desta Ordem terceira com referência a documentos a que te acesso (*vide* ALVES. *Op. cit.*, 1948, p. 221 a 248); informa por exemplo que teve acesso a um documento onde se pedia a nomeação de um Mestre capela, que se encarregasse de “apromptar a Muzica q’ se fizer precisa em todas as nossas funções...”, para além da existência de um Mestre Capela, teve, igualmente, conhecimento de contratos de organistas desde o ano de 1738.

¹⁷⁷ Onde figura um Cristo Crucificado

¹⁷⁸ Onde avultam as imagens da Senhora da Conceição e de Francisco de Assis [fig. 43], trabalho do mestre entalhador José de Cerqueira Torres no ano de 1827; Garcez dá uma descrição pormenorizada do altar, como de todo o espaço que o envolve (cf. GARCEZ. *Op. cit.*, p. 70 e 71).

¹⁷⁹ Como consta do Termo de Acórdão ref. de ALVES. *Op. cit.*, 1948, p. 51, 63 e 64, *apud* “Termo de resolução que tomou a prezente Meza para que a nossa Igreja fosse ladrilhada de pedra e não assoalhada de madeira”.

¹⁸⁰ Cf. ALVES. *Op. cit.*, 1948, p. 128.

¹⁸¹ A de São Domingos teria sido executada pelo artista Manuel Inácio da Costa em 1834, artista que também teve intervenção em outras imagens deste complexo, cuja pintura esteve a cargo do pintor José da Costa Andrade Cf. *Idem. Ibidem*, p. 66 e 67. As imagens que se vêem nos altares são representativas de Santo Cristo Crucificado, Nossa Senhora da Conceição, São Francisco de Assis, Santa Isabel Rainha de Portugal, Santa Isabel Rainha da Hungria, São Luís Rei de França, Santo Ivo Doutor e São Domingos (terceiro altar à esquerda de quem entra na Igreja), Santo António. Segundo informa Marieta Alves (ALVES. *Op. cit.*, 1948, p. 19) A Santa Rosa de Viterbo teria figurado nos altares nos primeiros tempos, mas foi depois retirada daí, apesar de ser “devoção com Irmandade à qual o Papa Clemente X concedeu indulgências, pelo Breve passado em Roma, em 1674”.

A decoração é enaltecida pela riqueza artística dos ornamentos dos altares em madeira entalhada, com pintura a branco com douramento, do tecto de caixotões em composição harmoniosa de painéis pintados que datarão do ano de 1760 [figs. 46-50]¹⁸². A sua aparência resultou de trabalhos levados a cabo, entre 1827 e 1828¹⁸³, e aprimorados, mais tarde, no ano de 1834, com douramento a folha de ouro¹⁸⁴, em substituição da talha barroca primitiva; daí resultou uma decoração que, igualmente de entalhamento, seguiu já na senda das novas tendências artísticas neoclássicas, da segunda metade do século XVIII europeu¹⁸⁵; ainda, decorrendo da reconversão interna, no ano de 1831, foi refeita a cobertura da nave em caixotões apainelados, com pinturas atribuídas aos artistas baianos, António Joaquim Franco Velasco (1780-1833) que as teria iniciado e a José Rodrigues Nunes (1800-1881) que concluiria o trabalho após a morte daquele. Nas paredes da nave avultam painéis de pinturas a óleo em tela [fig. 41], trabalho de artistas locais, entre quatro telas grandes e sete de menor dimensão¹⁸⁶ de João Francisco Lopes Rodrigues (1825-1893), retratando episódios da vida de Santa Isabel, como padroeira da Ordem¹⁸⁷.

¹⁸² Como constaria da informação dada pelo Secretário Luís Gomes Coelho a Jaboatão. A este respeito *vide*, ALVES. *Op. cit.*, 1948, p. 37, que nos adianta, ainda ser muito provável que o autor da primitiva pintura no interior do templo fosse o Mestre Pintor António Roiz Braga, hipótese que consideramos bastante verosímil perante os dados que a historiadora apresenta.

¹⁸³ Da autoria do entalhador José de Cerqueira Torres (cf. BAZIN. 1956-1958, *Op. cit.*, 2.º vol., p. 33).

¹⁸⁴ Cf. ALVES. *Op. cit.*, 1948, p. 65, *apud* “Termo de obrigação, digo de resolução da presente Meza, para a compra de trinta milheiros d’ouro”.

¹⁸⁵ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 50 a 55, *apud* “Termo de Acordão, e resolução que tomou presente Meza sobre a factura do novo retabulo da capella mor da nossa Igreja”, onde consta que a renovação se deveu à visível deterioração da primitiva talha, e que o trabalho do arco de triunfo e do interior da capela-mor, assim como o do corpo da igreja, com os seis retábulos dos altares laterais, os dois púlpitos, o anteparo do coralto, o ornato do órgão, o arco onde assenta o coro e o seu forro, as sobre-portas dessa zona, e as seis tribunas da nave, resultou do risco do entalhador José Cerqueira Torres.

¹⁸⁶ A este respeito, leia-se ALVES. *Op. cit.*, 1948, p. 68 e sgs., que nos dá, em pormenor, as disposições dos contratos estabelecidos entre a Ordem e os vários artistas que intervieram nelas, assim como o locais para onde foram encomendadas as obras, entre outras informações de interesse.

¹⁸⁷ Damos notícia de um artigo escrito na imprensa de Salvador-Ba de Marieta Alves. *A Tarde*, de 22-06-1959, Pintores da igreja da Ordem 3ª de S. Francisco. Apesar das referências desta e de outros autores sobre artistas activos neste espaço de Terceiros, vale a pena, pelo interesse que transparece, dar a conhecer um pequeno texto conciso sobre as intervenções decorativas deste espaço: “A pintura dos tectos, o da nave iniciado por “A. J. Franco Velasco (1831) e concluído por José Rodrigues Nunes, após sua morte (1833); o da Secretaria, de autoria de António Roiz Braga (1738), a quem é atribuído também o da Sala da Mesa; os da Sacristia e Casa dos Santos, em forma de medalhões, de autoria de J. A. Cunha Couto (1871). Possui seis painéis de J. Teófilo de Jesus (1845), pintados para os altares laterais da igreja, e oito não identificados do começo do século XIX. Conta com azulejos do período 1730/50, na escadaria, corredor de entrada, sacristia, claustro e sala da mesa; de ca. 1760 no adro inferior e de 1871 no corredor lateral da igreja. Possui lavabo D. João V, com incrustações policromadas, crucifixo de marfim, muitas imagens do século XIX e órgão de fabricação local (1848/50)” (Fundação Gregório de Matos. [Em linha]. *Igreja da Ordem Terceira de São Francisco* [Consult em 21-03-2009] : Perfeitura da Baía, Disponível em <http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/apresentacao.php>); ainda, “Igreja da Ordem Terceira de São Francisco” in IPAC-BA, *Inventário de Protecção do Acervo Cultural, vol. I - Monumentos do Município*

No confronto do templo dos Terceiros com o conventual, verifica-se haver semelhanças nas articulações tanto a nível da planimetria como da volumetria; as semelhanças estendem-se, ainda, ao modo de articulação de ambos os templos tanto com os espaços das respectivas sacristias, como com os correspondentes claustros, ainda que na Ordem Terceira se esteja perante uma escala menor. Ao cotejar-se o frontispício desta igreja com a conventual, verifica-se que é muito mais cativante que esta, do ponto de vista artístico, ainda que pareça, num primeiro relance, estar um pouco escondida, em recuo e dentro de grades; ainda assim, exerce um fascínio em quem a olha logo num primeiro relance, enquanto a conventual destaca-se pela monumentalidade da edificação, com a vasta fachada erguida entre duas torres sineiras, frente ao largo assinalado pelo cruzeiro franciscano (Anexo 1, ponto 1.3.1).

O templo dos Terceiros, ainda que, numa visão artística mostre um interior rico, não alcança a profusão decorativa e ornamental da dos frades que é uma das igrejas “douradas” do Brasil colonial; no entanto, consideramo-lo, na sua feição moderna, mais alegre, pela reverberação das luzes no branco das paredes e talhas – ainda que não se trate de uma luz directa, pois é coada pelas galerias através das tribunas superiores –, se comparada com a igreja dos frades, onde o peso da talha revestida a folha de ouro velho, em grande profusão, lhe empresta um ambiente mais sóbrio (Anexo 1, ponto 1.3.3).

4.1.4.1 Fachada “tipo residencial”

A existência de janelas de sacada ou de peitoril¹⁸⁸, ao nível do segundo registo do frontispício do templo, foi sublinhada pelo George Kubler em 1959¹⁸⁹. Este

de Salvador – Baía, Secretaria da Indústria e Comércio – Coordenação de Fomento ao Turismo, Salvador; também ALVES. *Op. cit.*, 1948, p. 58 e 59. As pinturas são um “Cristo crucificado”, um “São Francisco com o lenho da cruz”, um “Coração da Santíssima Virgem”, um “São Francisco, consolado, na enfermidade, pelo violino de um anjo” uma “Morte de São Francisco, cercado dos irmãos” além de alguns representando alegorias e vários medalhões (cf. Pedro SINZIG. *Op. cit.*, 1934, separata de 1933, p. 321).

¹⁸⁸ Por janelas de sacada tomaremos as rasgadas por inteiro com varanda de balcão em avançamento, em oposição às simplesmente rasgadas por inteiro em que o anteparo surge a rasar a fachada, pelo que neste caso se trata de janelas de sacada com balcão de barriga.

¹⁸⁹ George Kubler, Historiador da Arte (pré-colombianas, Ibero-americana, não-europeias, com aspectos antropológicos) foi professor na disciplina da História da Arte da Universidade de Yale. Era filho de pais imigrantes alemães, Frederick William Kubler (1881-1920), um industrial com uma licenciatura em história da arte de Munique e Ellen Orloff-Beckmann (Kubler). Após a morte de seu pai, com oito anos, foi com a mãe para a Europa onde estudou na França e na Suíça. Mais tarde (entre 1925-1929) Kubler frequentou a Academia Western Reserve em Hudson, Ohio. Retornado à Europa estudou na Alemanha (Berlim, 1931) e, em Munique, (1932-1933). Admitido na Universidade de Yale nos Estados Unidos, recebeu os graus de Bacharelato em 1934 e o de Master em 1936. Doutorou-se na Universidade de Nova

historiador da Arte considerou que a sua adopção emprestou a qualquer edifício de carácter sagrado o carácter da arquitectura residencial e seria uma inovação lusa porque “improcedente de outra qualquer tipologia arquitectónica religiosa” conhecida¹⁹⁰, nascida em Portugal no final do século XVII. Podemos verificar este repertório tanto em Portugal como no Brasil, onde proliferaram de modo significativo nas igrejas. Não tendo ainda sido trazido a lume um estudo da adopção deste partido na colónia brasileira parece-nos plausível apontar na região da mata nordestina como precursora a da igreja do colégio jesuíta da Baía, construção da segunda metade do século XVII (1657-1672).

No que a este trabalho interessa, verificou-se que este partido foi perfilhado, quer a partir da igreja inaciana da Baía ou até do possível conhecimento de templos metropolitanos da Ordem da Penitência que já o tinham adoptado¹⁹¹ em construções de Terceiros da Zona da Mata, sempre que tiveram templo com fachada independente; como o caso dos de Salvador [fig. 40], do Recife [fig. 233] e de Marechal Deodoro [fig. 466]¹⁹².

A repetição de configurações tipológicas no Brasil colonial do século XVIII – época marcante da fundação dos Terceiros – parece-nos estar de acordo com um curso que, de um modo natural, tenha prolongado na colónia o modo luso de construir, ainda que a diversidade decorativa e alguns aspectos construtivos tenham enriquecido, em contacto com as tipicidade tropical, com novos modelos. Parece-nos credível que os colonos que tinham partido de Portugal em busca de vida nova com mais qualidade, num momento de enriquecimento e de deslumbre artístico, buscassem e absorvessem as

York (1936-1938), retornou a Yale como discípulo de Henri Focillon em 1938 e como instrutor. Recebeu seu Ph.d. em 1940, com *A arquitectura religiosa no Novo México*. Kubler foi professor visitante na Universidade de Chicago em 1946, nomeado para a Universidade de Yale em 1947. Ele presidiu do departamento da arte na Universidade de Yale entre 1953-1956. Trabalhou para a edição de *Arquitectura de los siglos XVII-XVIII* publicado para a série de *Ars Hispaniae* (1957); ao ser traduzida para inglês ganhou uma secção de Martin Soria da série *Pelican History of Art*, ressaltando-se a importância para o conhecimento do em 1959. Atenção do Kubler, em seguida *barroco arte e arquitetura em Espanha e Portugal e seus domínios americanos, 1500-1800*. Em 1962, Kubler publicou mais dois livros de renome, *Arte e arquitetura da América antiga*, sua segunda série *Pelican History of Art*, e *A forma do tempo*.

¹⁹⁰ Cf. George KUBLER, Martin SORIA. *Art and Architecture in Spain and Portugal and their American Dominions — 1500-1800*. Baltimore – Maryland : Penguin Books, 1959, p. 106, 107.

¹⁹¹ Nas Ordens Terceiras de Portugal, verificou-se a mesma tipologia, em Coimbra [fig. 642], construção do século XVIII, em Aveiro [fig. 681], da segunda metade do século XVII, em Braga [fig. 722], do final do século XVII e, em Loulé [fig. 768], do século XVIII. Assim, verifica-se que no caso de Aveiro que tem a construção do frontispício na mesma época do da Igreja do Colégio de jesuítas da Baía, há precedência no uso do padrão construtivo em apreciação.

¹⁹² Quanto às igrejas dos conventos franciscanos da Zona da Mata, verificou-se essa mesma feição nos seus frontispícios, a saber: em João Pessoa [fig. 2], em Salvado [fig. 82], no Penedo [fig. 99], em Olinda [fig. 169], no Recife [fig. 264], em Cairu [fig. 295], em Ipojuca [fig. 330], em São Francisco do Conde [fig. 356], em Igarauçu [fig. 393], em São Cristóvão [fig. 406], em Marechal Deodoro [fig. 507], em Paraguaçu [fig. 525] e em Serinhaém [fig. 544].

novidades de aparato que surgiam nas terras do outro lado do Atlântico, mais pródigas em novidades culturais.

4.1.5 A sacristia

A sacristia¹⁹³ abre-se por detrás da capela-mor na sua transversal [fig. 832], em amplo espaço com quatro janelas emolduradas em alvenaria e conversadeiras laterais [fig. 56], seguindo a traça da congénere conventual. No entanto, há discrepâncias na concepção destes espaços: na sacristia dos Terceiros, acede-se ao seu interior por portas abertas nos topos dos corredores laterais à capela-mor; na conventual, duas portas dão acesso ao corredor da via-sacra (antigo acesso às instalações da Ordem Terceira) que, por si, dá entrada para a igreja (Anexo 1, ponto 1.3.3) [fig. 91].

Encontra-se na sacristia a mesma preocupação decorativa e ornamental em requintado trabalho de talha em madeira pintada em branco e dourada, de dois altares retabulares que se afrontam nas paredes de topo, que abrigam imagens devocionais¹⁹⁴; volumosos arcazes de gavetões flanqueiam altares decorativos¹⁹⁵; na parede que se encosta ao templo encontra-se um outro altar também retabular com nicho para imagem e, frente a ele, na parede que dá sobre a rua, avulta um amplo lavabo que aproveitava as águas das chuvas¹⁹⁶, da primeira metade do século XVIII, em trabalho primoroso de mármore, com figuras e ornatos em marchetado de viva policromia e um painel policromo de igual material e técnica de embutidos¹⁹⁷ [fig. 58]. As paredes estão guarnecidas por silhares azulejares que nos parecem ser obra das primeiras décadas do

¹⁹³ Em 1760, foram construídos os anexos da sacristia e iniciados os trabalhos de pintura do tecto, tanto da sacristia como do átrio.

¹⁹⁴ Representação da Senhora da Soledade e de São Francisco (trabalhos resultantes da transformação da segunda metade do século XIX, devida ao estado de ruína a que tinha chegado em 1870).

¹⁹⁵ Do esplendor e riqueza de paramentos aí guardados dá conta alguma documentação encontrada [doc. 28 (Sacristia)].

¹⁹⁶ Constatou-se, tanto na construção dos conventos franciscanos como das instalações das concernentes Ordens Terceiras, ter estado presente uma preocupação de racionalidade, nas características dos terrenos onde iam construir. Importante era a existência de linhas de água e bom aproveitamento de águas pluviais em tempo de chuvas que urgiu aproveitar para uso interno em época de maior seca. Nos claustros, verificou-se essa preocupação na captação de águas, também nas sacristias com muros virados à cerca, com captação directa da água para recipientes que permitiam que ela corresse por bica controlado por torneira para os lavabos; enquanto nas cozinhas a água era captada para vasilhas e, através de purificadores naturais – pedras porosas –, caía límpida em outro, pronta para beber [figs. 3293, 121, 149, 162, 189, 197, 276, 307, 322, 323, 346-348, 369, 412, 456, 489].

¹⁹⁷ Pedro Sinzig deu conta da existência, num dos altares da sacristia, de um busto de São Francisco em barro, obra do escultor Bento Sabino dos Reis (?-1846) e, ainda, de uma maquete em miniatura de uma igreja, a “Casa dos Santos” dessa mesma Ordem Terceira, da autoria de um artista baiano (cf. SINZIG. *Op. cit.*, 1933, p. 321).

século XVIII, onde se reproduzem cenas urbanas de carácter profano [fig. 58]. O tecto assenta em cornija continuada e mostra três grandes medalhões com pintura figurativa oitocentista, atribuída ao mestre Domingos da Costa Filgueira (?-1797)¹⁹⁸ [figs. 56, 57]. O piso está ladrilhado com mármore a preto e branco [figs. 56, 58].

4.1.6 A capela do noviciado

A actual Casa dos Santos ocupa o espaço do antigo Noviciado dos Terceiros¹⁹⁹. É um templo amplo, alongado, de planta rectangular, aberto entre o corredor²⁰⁰ (de acesso às instalações dos Terceiros) e a paredes-meias com a igreja dos frades [fig. 51]. De espaço único, numa sala um pouco atarracada em que o pé-direito é pequeno, tem muros lisos e panos únicos, numa volumetria paralelepipedal.

A copiosa decoração deste interior perde com a fraca luminosidade natural que nela incide, numa existência de atmosfera de penumbra. A luz que penetra, para além da parca que entra indirectamente pela porta de acesso ao corredor [fig. 54], recebe-a directa de duas janelas de peito que se abrem na frontaria do edifício que flanqueiam o portal de acesso directo ao adro do complexo [fig. 51].

A sala é rematada superiormente por um tecto plano que assenta em cornija de ressalto, corrida com três delicados filetes dourados [fig. 52]; no seu trabalho de decoração, que remonta à segunda metade do século XIX avulta um medalhão oval ao centro, ornado em redor com filetes, festões e cordões em dourado, contendo um painel com pintura a óleo em *tromp l'oeil* [fig. 53], do pintor baiano José António da Cunha Couto²⁰¹ (1832-1894). O chão é ladrilhado em mármore, num quadriculado de duas cores. O acesso à sala faz-se por porta aberta no corredor referenciado acima [fig. 54].

A imponência de uma sala que vive de uma arquitectura simples de paredes lisas, foi conquistada com o revestimento quase integral do conjunto composto por

¹⁹⁸ Cf. “Igreja da Ordem Terceira de São Francisco” in IPAC-BA, Inventário de Protecção do Acervo Cultural, Vol. I - *Monumentos do Município de Salvador – Baía*, Secretaria da Indústria e Comércio – Coordenação de Fomento ao Turismo, Salvador. Do mesmo autor serão as pinturas do átrio.

¹⁹⁹ Da leitura da acta da cessão realizada em 28 de Outubro de 1840, conclui-se que esta sala estaria já em muito mau estado, pelo que foi necessário proceder-se a grandes obras de recuperação que tiveram início passados quatro anos que nos deram a feição que hoje patenteia. Para maiores esclarecimentos sobre as obras iniciadas em 1844, leia-se Marieta Alves (ALVES. *Op. cit.*, 1948, p. 104 a 130).

²⁰⁰ A cobertura do corredor que divide esta sala do espaço conventual foi levada a efeito no ano de 1772, para prevenir a infiltração de águas pluviais, conforme informação de Marieta Alves (ALVES, 1948, p. 43, 44).

²⁰¹ Cf. ALVES. *Op. cit.*, 1948, p. 116, 117 e 122.

altares com nichos que se encostam aos muros, com decoração forte cujos frontões triangulares ornamentais, arquivados, atingem o tecto. Na cabeceira existem três, sendo o central o principal²⁰², frente ao qual existe um esquiife que expõe uma imagem de veneração de um Senhor Morto; nas ilhargas abrem-se mais vinte e cinco nichos, todos em talha dourada sobre fundo branco, de madeira de cedro, contendo imaginária sagrada em tamanho natural figurativa do elenco devocionário franciscano²⁰³.

A obra de talha foi executada pelo entalhador cachoeirano Joaquim Francisco de Mattos Roseira, na primeira metade do século XIX²⁰⁴. A guarnecer os nichos, revestindo a grande parte das paredes, avulta talha relevada em madeira pintada e dourada em trabalho aprazível, animado por colunas de capitéis coríntios e frontões, entre outros ornamentos [figs. 54-55]. Um gradeamento artístico de ferro serve para seu resguardo, colocado em redor dos nichos, que se encontram sobre um degrau/patamar baixo corrido [figs. 52, 54, 55]²⁰⁵.

4.1.7 O Claustro de São Roque

A fisionomia actual do claustro [figs. 71-75] provém em parte de alterações levadas a cabo em 1919.

Compõe-se de uma quadra aberta, circundada por quatro galerias que se encontram apartadas dela por murete erguido entre as colunas de capitel jónico²⁰⁶, interrompido em cada um dos lados por quatro passagens para o pátio aberto [fig. 73]. Os muretes estão guarnecidos com azulejos de relevo e lisos, colocados em 1859 [fig.

²⁰² Que acolhe uma imagem da Senhora das Dores.

²⁰³ Ainda então pouco popular no Brasil, tal como o eram as evocações de Cristo, de veneração ainda discreta, no culto dos baianos adquirido por via portuguesa, como salientou Fr. Pedro Sinzig, em 1934. Para a enumeração detalhada destas representações *vide* SINZIG. *Op. cit.*, 1934, separata de 1933, p. 321 e 322. Marieta Alves (ALVES. *Op. cit.*, 1948, p. 112) identifica alguns dos santos representados e faz referência a notas de pagamento a que teve acesso, de restauro de santos e de trabalho de desenho e costura para as respectivas vestes.

²⁰⁴ Cf. BAZIN. *Op. cit.*, 1956-1958, 2.º vol., p. 34; talha referenciada por Marieta Alves (ALVES. *Dicionário de Artistas e Artífices da Bahia*. Salvador : Universidade Federal da Bahia, 1976, p. 109) e por Luiz Alberto Ribeiro FREIRE (vencedor do prémio Clarival do Prado Valadares, edição 2005, da Fundação Norberto Odebrecht; recebeu o prémio da Associação Paulista de Críticos de Arte – APCA pelo seu livro *A Talha Neoclássica na Bahia*.) [Em linha]. “A Talha de Joaquim Francisco Matos Roseira”, *in* *Revista da Baía : Artes Plásticas*. Baía : Fundação Cultural do Estado da Baía / Secretaria Cultural. [Consult. em 21-10-2009]. Disponível em <http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/04/revista%20da%20bahia/Artes%20Plasticas/atalha.htm>.

²⁰⁵ Desde as obras de restauro encetadas em 1844 os irmãos guardaram nessa sala, ao longo dos tempos, as imagens que compunham o cortejo da Procissão das Cinzas (ou da Cinza) [fig. 52 ; doc. 32].

²⁰⁶ Esta colonata é já um restauro do século XIX (cf. BAZIN. *Op. cit.*, 1956-1958, 2.º vol., p. 34).

74]. O piso do claustro encontra-se revestido a ladrilho de mármore [figs. 71-73], resultante das obras de beneficiação que decorreram entre os anos de 1854 e 1855; em 1869 foi colocado um pequeno chafariz ao centro do pátio [fig. 73]. No ano de 1919, o claustro foi redecorado com platibandas em redor da quadra, aplicadas em cada um dos lados [figs. 73-75]; onde existira, desde 1855, um altar de devoção a São Roque²⁰⁷ construído ao centro da parede Norte, foi levantada uma pequena capela [fig. 73] com a mesma veneração, figurando no interior imagem daquele santo, obra do escultor Francisco de Assis Machado e do pintor Querino da Silva Leal. Evidencia-se por um gosto que está longe do contexto estilístico do espaço que ocupa.

A sua fábrica adossa-se lateralmente a um trecho da igreja, por trás da Casa dos Santos. As suas paredes encontram-se revestidas com silhares azulejares em sete painéis, de extensão diversa, monocromos [fig. 74], de autoria e fabrico portugueses²⁰⁸, de vocabulário decorativo barroco, historiados com cenas profanas da vida do Reino²⁰⁹; sendo um dos raros registos que retratam a cidade de Lisboa, numa época anterior ao Terramoto de 1755, reveste-se de grande interesse histórico.

O claustro dos Terceiros, onde se realizavam as vias-sacras, ainda que de dimensões muito inferiores e com um só registo, mas, igualmente, decorado com silhares azulejares que lhe conferem importância artística e patrimonial, tem o mesmo posicionamento do conventual em relação à igreja.

4.1.8 *Consistório / Sala das Sessões da Mesa e a antiga Secretaria*

No piso superior, com acesso por escadaria de pedra de tecto abobadado [fig. 60]

²⁰⁷ A construção da capela esteve ligada à imposição do culto de São Roque no ano de 1855, ano em que grassou a peste na cidade de Salvador.

²⁰⁸ Os desenhos destes painéis são atribuídos a Pierre-Antoine Quillard (1700-1733), pintor régio da corte de D. João V. Leia-se a este propósito o texto crítico de Pedro Moacir MAIA. *Vistas e Festas Lisboetas em Azulejos na Bahia – Ordem Terceira na Bahia*. Salvador-Ba : Instituto do Património Artístico e Cultural (IPAC), 2002, p. 13 e 14; igualmente, Angelina GARCEZ. *Op. cit.*, p. 69, sem que tenhamos a fonte de onde teria referência dos dados.

²⁰⁹ Vários autores dedicaram o seu estudo a estes silhares e descreveram-nos no seu tema, casamento do infante D. José, futuro rei de Portugal, filho de D. João V, com Dona Maria Ana Vitória de Bourbon, realizado em Fevereiro de 1729 (cf. João Pereira DIAS. “Os Azulejos do Claustro da Ordem Terceira de São Francisco da Baía” in *Revista de Belas-Artes*, n.º 7 : Lisboa, 1954 (comunicação apresentada à Academia Nacional de Belas-Artes, em sessão de 13 de Novembro de 1953); ainda, José Manuel TEDIM. “O triunfo da festa barroca : a troca das Princesas” in *Arte efêmera em Portugal*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian. Museu Calouste Gulbenkian, 2000, p. 174-215; e, José MECO, co-autor. *Festa barroca a azul e branco: os azulejos do Claustro e do Consistório da Ordem Terceira de São Francisco, São Salvador da Bahia*. Lisboa : Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva ; Rio de Janeiro : Ministério da Cultura; São Salvador da Bahia : Governo da Bahia, 2002.

abrem-se as divisões para o funcionamento administrativo da congregação²¹⁰.

A sala do Consistório [fig. 61] foi criada por decisão da Mesa no ano de 1697, tendo as obras sido iniciadas passados cinco anos²¹¹. Ergueu-se por cima da sacristia, em planta rectangular alongada. Do lado da frontaria do complexo, a parede encontra-se rasgada por cinco janelas e três portas, tendo adossados em cada uma, dois bancos em pedra – conversadeiras – que se defrontam [fig. 68]. É abafada com tecto de caixotões de rebordo fortemente relevado e apainelados com pintura a óleo, com cachorros e florões e pendentives, onde figuram representações iconográficas de Santos e Bem-aventurados [figs. 61-64], do elenco sagrado (santos e beatos) do culto franciscano²¹². A profusão de entidades ligadas ao culto franciscano²¹³ continua nas telas pintadas, também em grande número, cobrem parte das paredes; estas são revestidas inferiormente com silhares azulejares, do século XVIII, em dez painéis, que exibem paisagens de Lisboa, mostrando edifícios anteriores ao terramoto de 1755, emoldurados com decoração ilusionista arquitectónica, querubins, guirlandas e *putti* [figs. 65-69]. Em destaque, num dos topos, ergue-se o altar retabular da época joanina revestido a folha de ouro [fig. 70] que preside à longa mesa, em redor da qual se vê mais de uma vintena de assentos, entre cadeiras e cadeirões²¹⁴ [figs. 61, 63]. O piso é de parquet de diversas madeiras numa composição de intrincado geometrismo²¹⁵ [figs. 61, 68].

Uma antessala precede o Consistório, num espaço de área muito inferior à daquele, seguindo, no entanto, o mesmo tipo de decoração, ainda que mais simplificado [fig. 69]. O desenho de esquadria do forro do tecto é mais elementar, forma painéis quadrados com rebordo relevado, enquanto o do Consistório apresenta uma maior complexidade com formação de quadrados e hexágonos; apresenta florões dourados e pinturas a óleo, para além do revestimento das paredes com silhares azulejares

²¹⁰ Foi o declive do espaço que os terceiros ocuparam que determinou a sobreposição de espaços, como podemos constatar na construção do Consistório sobre a sacristia, estando, por sua vez, o ossário construído em plano inferior àquela.

²¹¹ BAZIN. *Op. cit.*, 1956-1958, 2.º vol., p. 33.

²¹² Pedro SINZIG (*Op. cit.*, 1934, separata de 1933, p. 322) enumera e nomeia-os, lembrando que haveria bastante interesse num estudo iconográfico destas representações.

²¹³ Veja-se de novo Pedro Sinzig (SINZIG. *Op. cit.*, 1934, separata de 1933, p. 321 e 323) para a enumeração e nomeação dessas figuras exemplares para os Terceiros, pela vida santificada que foi em determinada altura da história, ligada às suas vidas.

²¹⁴ Toda a sala sofreu profundo restauro nas talhas, com douramento, no último quartel do século XIX, como nos é dado ver na obra de Marieta Alves (ALVES. *Op. cit.*, 1948, p. 86 e 87).

²¹⁵ Este trabalho resultou de obras de beneficiação do complexo levadas a cabo nos anos trinta de 1900, nas diversas salas que se encontravam sobrepostos, ossários, sacristia e consistório como nos foi dado ler em Marieta Alves (*Idem. Ibidem*, p. 99 a 103).

monocromos, figurativos, historiados [fig. 69]. As janelas abertas no Consistório continuam-se mantendo o mesmo ritmo e configuração na parede exterior desta sala. As portadas nas duas divisões são em cantaria lisa²¹⁶.

4.1.9 O Cemitério e o Ossário

Os Terceiros sepultaram inicialmente os irmãos defuntos dentro da sua igreja, como, aliás, era uso. Apenas em 1787, foi decidida a construção de um carneiro, no subsolo por baixo da sacristia [fig. 79], onde a Ordem detinha um grande armazém²¹⁷. Assim, com acesso pelo corredor que levava às escadas para o jardim [fig. 76], organizaram o espaço e abriram três pisos de sepulturas ao longo das paredes. Contudo, pelo ano de 1836, uma lei provincial proibiu o enterramento nas igrejas e catacumbas. Deste modo, foram estes Irmãos obrigados a escolher um local para inumação fora do seu complexo²¹⁸.

Entretanto, em 1934, o antigo carneiro dos Irmãos Terceiros, situado no subsolo das suas instalações, foi transformado em ossário, organizado em 390 cubículos e 67 jazigos [fig. 78-79]. Esta transformação obrigou, igualmente, a obras de vulto no piso superior, na sacristia, cujo chão precisou ser reforçado, levando a obras que concluiriam

²¹⁶ As obras de alargamento, reconversão do espaço e construção de novas dependências que seguiram o curso em conformidade com as necessidades dos confrades, são conhecidas hoje, a partir da obra de Marieta Alves (cf. *Idem. Ibidem*, 1948, p. 38 e 39, com ref. ao *Livro 2.º de Termos*, p. 80 [obras de alargamento da Secretaria, abertura de três janelas de sacada no frontispício no alinhamento das do Consistório, igualando-as “em fina pedra de lioz e de boacasta [sic]”, e sob estas mais duas de assentos, gradeadas que serviram de iluminação ao claustro e as obras necessárias estruturais para viabilizar as modificações previstas, obras nas cobertura exterior, telhado de três águas preparados para aproveitamento de águas pluviais, pavimentação em ladrilho de algumas áreas, tudo ajustado com o Mestre Joaquim Dias Barradas, e com o carpinteiro José dos Santos Martins]; obras na igreja, *Idem. Ibidem*, p. 40 a 42, com ref. ao *Livro 2.º de Acórdãos*, p. 82 v.º, 89 e 90 [forro em painel com moldura em volta “a [sic] maneira do da Portaria do Convento dos nossos irmãos religiosos” com acabamento condigno, para o que foi contratado os mestre pintor Domingues da Costa Filgueira; a autor dá pormenores sobre os modos de pintura requeridos pela Mesa e faz referência ainda a obras em redor da igreja, corredores de comunicação entre a igreja e a sacristia, acessos para o quintal, dois portais e verga de pedra de cantaria bem lavrada, semelhante aos existentes, abertura de vãos de iluminação, tudo contratado com o mestre pedreiro José da Silva Cunha a fazer entre o anos de 1770 e 1771

²¹⁷ Vide, a esse propósito, *Idem. Ibidem*, p. 277 e 278, com ref. ao “Termo de rezolução q.ª Tomou esta Meza a respeito p.ª serem sepultados os nossos Irmãos 3.ºs, como abaixo se declara”.

²¹⁸ A Mesa chegou ao consenso de passarem os féretros a serem encaminhados para os Conventos da Vila de São Francisco ou de Santo António de Paraguaçu, até que outras providências fossem tomadas. A discussão entre as partes durou longos anos, defendendo, os Terceiros, ter-lhes sido autorizada, sem interrupção, por Bulas Pontifícias com o Beneplácito do Governo, o enterramento nas suas instalações. Foi um processo longo que levou ao cumprimento da lei, com enterros primeiro no Cemitério público e depois em cemitério mandado construir pela própria Ordem. Sabe-se, contudo, que em 1845 foram tomadas providências para uma intervenção no carneiro da Ordem (cf. *Idem. Ibidem*, p. 277 a 327).

um ano depois²¹⁹.

4.1.10 *Repertório decorativo e ornamental*

O conjunto arquitectónico desta Ordem Terceira evidencia várias e descontínuas campanhas decorativas.

A fachada destaca-se de todo o conjunto franciscano por um adro cercado e pela carga decorativa em baixo relevo na cor ocre/terra-de-siena que a cantaria calcária adquiriu com o passar do tempo, num frontispício imponente, em que decoração e ornamento se apuseram à superfície plana, quanto a nós, em pujança artística, característico do barroco português do início do século XVIII; como tal, não deixa de imprimir a quem a observa uma impressão de forte dinamismo sensorial. Diversamente, o interior da igreja reflecte uma arte de maior serenidade e harmonia, em grande prodigalidade de talha de madeira pintada de branco com ornamentos revestidos a folha de ouro, que denotam a arte do neoclássico Oitocentista. A profusão artística repete-se em outras divisões, podemos constatar nomeadamente, no corredor de entrada lateral, na sacristia, no claustro, na escadaria de acesso ao Consistório e no seu salão.

O lavor da fachada tem merecido a atenção dos autores e suscitado alguma polémica. Considerado único no Brasil por alguns autores, como Percival Tipareli (2010)²²⁰ e no Inventário de protecção do acervo cultural da Bahia²²¹. Tal afirmação, todavia, só será válida no âmbito da arquitectura religiosa²²², pois na arquitectura profana ela encontra réplica na mesma cidade, na fachada do Palácio Saldanha²²³, de

²¹⁹ Cf. *Idem. Ibidem*, p. 99 a 101.

²²⁰ Diz o historiador que ela “permanece ímpar até hoje dentro do cenário artístico nacional” (cf. Percival TIRAPELI (doutorado do Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista – UNESP) [Em linha]. “A fachada” *Iconografia da Fachada da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco em Salvador, Bahia, Entre Territórios*, ANPAP, 19º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, 20 a 25/09/2010, Cachoeira, Bahia, Brasil. [Consult. em 21-11-2010]. Disponível em http://www.anpap.org.br/anais/2010/pdf/chtca/percival_tirapeli.pdf.

²²¹ “Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Bahia”, (IPAC-BA) *Inventário de Protecção do Acervo Cultural*, Vol. I, *Monumentos do Município de Salvador – Baía*, Secretaria da Indústria e Comércio – Coordenação de Fomento ao Turismo.

²²² Cf. Tombo do *Livro de Belas Artes* do Arquivo Noronha Santos, *Igreja da Ordem Terceira de São Francisco (Salvador, BA) / Ordem Terceira de São Francisco* [Em Linha]. [Consult. em 11-04-2009]. Disponível em http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1119.

²²³ Quanto à existência ou não de outra qualquer fachada desta feição no Brasil, só podemos dar o nosso testemunho no que concerne às regiões por nós visitadas para o estudo presente, Baía, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba; e Pará, Maranhão, São Paulo e Rio de Janeiro, quando da elaboração da dissertação de Mestrado sobre a arquitectura de colégios jesuíticos em Portugal e no Brasil. Estes périplos deram-nos oportunidade de atentar em grande número de monumentos arquitectónicos, onde não encontramos a

construção igualmente dos alvares de Setecentos, e igualmente entalhada por Gabriel Ribeiro²²⁴ como, aliás, já tinha sido notado por outros estudiosos²²⁵. Quanto às fontes de inspiração, surgem distintas hipóteses. Graziano Gasparini, em 1972, compara-a ao barroco plateresco da América latina, defendendo que o seu exotismo está próximo das fachadas do tipo mexicano barroco²²⁶, na mesma linha, Percival Tirapeli dá-a com a “singularidade do estilo plateresco”²²⁷; contudo, a decoração esculpida nesta fachada não deixa de estar muito próxima da profusão decorativa encontrada em alguns interiores do barroco cenográfico do Norte de Portugal, como também já foi aventado por estudiosos da Arte, incluindo Bazin²²⁸ e o próprio Tirapeli²²⁹. Já o britânico John Bernard Bury afirma que o impressionou nesta fachada mais o “exotismo e prolixidade” do que a “originalidade”, referindo que ela é a representação em pedra, no exterior, do fenómeno da decoração interior da talha da madeira²³⁰, o que nos parece mais plausível, ainda que, como frontaria de templo, não nos inquieta tê-la por singular.

O trabalho de talha encontrado é a expressão de dois tempos estilísticos, o barroco joanino e o neoclássico proveniente de reforma dos anos vinte do século XIX,

presença de fachadas com a mesma tipologia. O solar foi construído a mando do coronel António da Silva Pimentel no início do século XVIII.

²²⁴ Cf. BAZIN. 1956-1958, 2.º vol., p. 33.

²²⁵ As semelhanças vêm do tipo de esculpido existente em ambas as fachadas, observando-se no palácio uma monumental portada de lioz de grande lavor que se estende da soleira à cornija, envolvendo a entrada e uma janela do piso superior. Isto consta da própria descrição da *Ficha de Inventário* levantada pelo IPAC, e tem sido admitido por estudiosos da História da Arte.

²²⁶ Cf. Graziano GASPARINI (do Centro de Investigaciones Históricas y Estéticas da Universidad Central de Venezuela, Facultad de Arquitectura y Urbanismo, Centro de Investigaciones Históricas y Estéticas). “Barroco no Brasil: Mais qualidade que quantidade” in *América, Barroco y Arquitectura*, Capítulo IX, trad. Letícia Ligneul Cotrim, revisão técnica de Mauro Almada. Caracas : Ernesto Armitano Editor, 1972 [Em linha]. [Consult. em 02-07-2008]. Disponível em http://www.vivercidades.org.br/publique222/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from%20info%20index=25&in_foid=526&sid=21.

²²⁷ cf. Tirapeli afirma “a fachada em pedra da igreja da Ordem Terceira de São Francisco em Salvador é das obras mais importantes do barroco brasileiro pela sua singularidade expressa no estilo plateresco” (cf. TIRAPELI “Iconografia da Fachada da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco em Salvador, Baía”, *Iconografia da Fachada da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco em Salvador, Bahia, Entre Territórios*, apresentado ao 19.º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, Cachoeira, Baía, 20 a 25-09-2010 : Universidade Estadual Paulista (UNESP) [Em linha]. [Consult. em 21-11-2010]. Disponível em http://www.anpap.org.br/2010/pdf/chtca/percival_tirapeli.pdf).

²²⁸ BAZIN. 1.º vol. “Étude historique et morphologique”, p. 164 e 165; Maria João Espírito Santo Bustorff SILVA, org. Expôs, Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva (prod.). *Festa Barroca a azul e branco*. Lisboa : Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 2002; Angelina Nobre Rolim GARCEZ (Historiadora, professora doutorada aposentada da Universidade Federal da Bahia e vice-presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia). *Ordem terceira de São Francisco de Assis da Bahia*. Salvador : EDUFA, 2007, p. 65.

²²⁹ Cf. TIRAPELI. [Em linha] “Elementos simbólicos” *Fronstipício da Ordem Terceira : Análise iconográfica da Fachada da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco*. [Consult. em 11-04-2009]. Disponível em <http://www.tirapeli.pro.br/artigos/fronstipicio.htm>.

²³⁰ Cf. John Bernard BURY. *Arquitectura e Arte no Brasil Colonial*, org. Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira. São Paulo : Nobel, 1991, p. 170.

quando se pretendeu modernizar o aspecto do espaço²³¹. Exemplo do barroco joanino é o altar retabular que se encontra na sala do Consistório, revestido a folha de ouro, com arcos concêntricos e colunas torsas emoldurando um nicho para imaginária²³²; do neoclássico, são os altares laterais da igreja assim como os encastoados nas paredes da Casa dos Santos.

A colecção azulejar que decora as diversas instalações da Ordem Terceira, tem merecido a atenção dos historiadores da Arte. Constitui um dos mais ricos acervos azulejares portugueses no Brasil, provindo grande parte dela de encomendas ao Reino, tendo sido produzidas nas Oficinas de Lisboa. Salientam-se os que revestem parte das paredes da escadaria, corredor da entrada, sacristia, claustro e sala do Consistório e da secretaria que, apesar da haver incertezas, os historiadores assentaram ser obra feita entre os anos de 1730 e 1750; os do adro inferior serão de cerca de 1760 e os do corredor lateral da igreja, de 1871²³³. Os padrões encontrados são da época joanina e apresentam uma variedade grande de padronagens²³⁴.

4.1.11 Património

O centro histórico de Salvador conserva, ainda hoje em muito bom estado,

²³¹ Tal como foi referenciado por Bazin (cf. BAZIN. *Op. cit.*, 1956-1958, 1.º vol., p. 277, 278, 280). Sabe-se que a talha primitiva barroca, hoje desaparecida, tinha sido executado entre os anos de 1730 e 1740.

²³² Com representação do Senhor do Bonfim.

²³³ Cf. “Igreja da Ordem Terceira de São Francisco” in IPAC-BA, *Inventário de Protecção do Acervo Cultural*, Vol. I, *Monumentos do Município de Salvador – Baía*, Secretaria da Indústria e Comércio – Coordenação de Fomento ao Turismo, Salvador. Sobre a autoria dos painéis te havido alguma polémica, sobre a qual alguns estudiosos se debruçaram sem, contudo, terem chegado a conclusões definitivas (vide, a esse propósito, MECO. “Azulejaria Portuguesa na Baía” in *Oceanos - Azulejos Portugal e Brasil*. Lisboa : Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses, Outubro 1998 / Março, 1999, n.ºs 36/37, p. 54); também, ALVES. *Op. cit.*, 1948, p. 127, que nos informa que esses painéis são todos trabalho posterior a 1754, pois tendo consultado o *Livro 2º de Termos e Resoluções gerais da Mesa*, desse mesmo ano, pode concluir que, se não foram aí mencionados, é porque esse trabalho azulejar não existiria à época; como o *Livro 1º de Termos* desapareceu, a autora não teve possibilidade de se esclarecer sobre o assunto; igualmente, Angelina Garcez. *A Ordem Terceira de São Francisco da Baía* : Editora da Universidade Federal da Baía, Salvador, 2007, p. 62 e 63, com ref. *A Festa Barroca a Azul e Branco. Os Azulejos do Claustro e do Consistório da Ordem Terceira de São Francisco, São Salvador da Baía*, Coord. de Maria João Espírito Santo Silva. Lisboa, 2002.

²³⁴ Variam entre silhares de albarradas em azul e branco, seriados, envolvidos por cercaduras barrocas feitas de folhagem encaracoladas – muito em uso tanto em palácios como em ambientes religiosos no Brasil, como em Portugal de então; em azul e branco, contidos em cercaduras, levando alguma desmaterialização às paredes onde foram apostos, por brilhantes jogos de representação perspética nas cenas pintadas. Vários autores debruçaram-se já sobre esta azulejaria, e têm vindo a apresentar valiosos contributos à comunidade científica, pelo que nos escusamos de apresentar maiores detalhes e remetemos para essas mesmas abordagens, entre outros, particularmente, Mário BARATA. *Azulejos no Brasil*, Rio de Janeiro, 1955; J. M. Santos SIMÕES. *Azulejaria Portuguesa no Brasil (1500-1822)*. Lisboa, 1965, p. 115 a 119; Pedro Moacir Maia. *Vistas e Festas Lisboetas em Azulejos na Baía – Ordem Terceira de São Francisco*, Salvador, Baía, 2002; *Festa Barroca*, Lisboa, 2002.

muitos dos edifícios coloniais, de construções iniciadas no século XVII²³⁵.

O complexo arquitectónico da Ordem Terceira de São Francisco, nas suas especificidades arquitectónicas e artísticas atrás descritas, constitui uma assinalável mais-valia na tomada de consciência da importância do centro histórico em que se integra, numa visão patrimonial, pela ostentação de riqueza artística patente nos seus modos múltiplos da arte de construir, decorar e ornamentar, a par do valor espacial adquirido pela implantação urbanística que imprimiram e que subsistiu ao longo dos séculos²³⁶; ainda, pela visibilidade de imponência que imprimiram às suas cerimónias de exterior, como são o caso das procissões que protagonizaram, zelando por lhes imprimir solenidade e aparato, como podemos testemunhar em documento, para a Baía [doc. 36].

Apesar de não dar directamente para o Largo do Pelourinho, é o motivo de admiração de quem percorre a frente arquitectónica franciscana, ressaltando em recuo.

É considerado um dos valiosos contributos na construção de um património cultural “lusófono” que ganhou universalidade, além de desenvolver um papel cultural activo; não só foi considerado em si, “edifício de elevado valor monumental”²³⁷, como igualmente as suas paredes servem de suporte a elevado número de obras de arte pictórica, como ainda é depositário de vasto conjunto de obras várias de arte do sagrado, que foi reunido e musealizado no Museu Arte Sacra; todo o acervo móvel da instituição, juntamente com o espólio artístico presente em todo o complexo, é representativo do que melhor se produziu na Baía, que beneficia, deste modo, de um alto significado sócio-antropológico, como retrato da mentalidade circunstancial da sociedade baiana de cada um dos tempos em que cada uma das peças foi produzida²³⁸.

²³⁵ Em 1991, o centro histórico de Salvador foi constituído Património Mundial, o que levaria à execução de um projecto para seu restauro, principalmente a zona do Pelourinho, visando a sua revitalização e reestruturação urbana, tornando-o num importante ponto turístico da cidade, detentora do considerado pelos historiadores, maior acervo barroco fora da Europa.

²³⁶ Um século depois, como reflexo da mudança da capital para o Rio de Janeiro, a arquitectura em Salvador torna-se menos imponente, mas reveste-se de elegância e graciosidade, que o rococó lhe passou a emprestar. Verificámos, no que respeita particularmente ao património dos Terceiros da Baía, que houve a preocupação de irrem efectuando obras de conservação e restauro, como, por exemplo, nos dá conta o requerimento de 9 de Julho de 1755 do padre Procurador-geral da Província de Santo António do Brasil ao rei D. José, solicitando provisão para que os prelados possam mandar alguns religiosos às minas pedindo esmolas para poder concluir as obras de seus conventos (*vide*, AHU_ACL_CU_005, Cx. 125, doc. 83 v.^o).

²³⁷ *Vide*, IPAC-BA, *Inventário de Protecção do Acervo Cultural*, Vol. I, *Monumentos do Município de Salvador – Baía*, Secretaria da Indústria e Comércio – Coordenação de Fomento ao Turismo.

²³⁸ Leia-se, a este propósito, ALVES. *Op. cit.*, 1948, p. 135 a 193.

É ainda de salientar que na década de trinta de 1800, época das grandes reformas no interior da igreja, foi já expressiva a iniciativa de defesa de um património que se estimava ser de avultado valor em obras de arte e em prata e ouro de muito bom quilate que detinha esta Ordem Terceira, com modificações interiores, que passaram a estabelecer acessos mais restritos às zonas a proteger²³⁹.

Também na urbe o complexo franciscano de Salvador joga um papel de grande relevância, para o que muito contribui o aspecto de decoração cenográfica do frontispício da igreja dos Terceiros, pelo que se converteu em pólo de atracção dos turistas locais e estrangeiros que chegam ao chamado Largo do Pelourinho (Anexo 1, ponto 1.3.3).

4.2. Ordem Terceira no Convento de Santo António de João Pessoa da Paraíba

4.2.1 Contextualização

Em 1585 deu-se a conquista e fundação da capitania da Paraíba, com a participação do abastado comerciante e administrador colonial português, natural de Viana de Castelo, Frutuoso Barbosa Cordeiro²⁴⁰; em 5 de Agosto seria firmado acordo com os índios tabajare, dando origem à cidade de Nossa Senhora das Neves, nome da

²³⁹ Cf. *Idem. Ibidem*, p. 59 e 60. A partir do século XIX, Salvador que fora um excepcional centro de negócios gerador de grandes riquezas, foi perdendo importância; o seu centro histórico foi-se degradando. Já na década de 80 do século passado, as autoridades brasileiras, pela mão do IPHAN, com vista a obterem da UNESCO a declaração de Património da Humanidade, para o Centro Histórico, alcançada em 1985, promoveram a derrocada de uma área de cerca de oitenta hectares, em redor desse centro. O projecto de restauração e o resgate da memória do local, sobretudo da zona chamada de Pelourinho, onde se encontra um relevante acervo barroco, teve início em 1991 [fig. 98]; visou-se a sua conversão em importante ponto turístico a preservar, incluindo os sobrados dos séculos XVIII e XIX. O Brasil tem mantido vivo o espírito de fortalecimento da consciência sobre o património baiano, através de ocorrências culturais várias, tais como, exposições, lançamentos de publicações e seminários. Este trabalho procedeu do programa de recuperação do Centro Histórico na época do Governador da Baía António Carlos Magalhães.

²⁴⁰ Frutuoso Barbosa Cordeiro foi Capitão-mor por três vezes na Paraíba: 1580-Janeiro de 1586, Agosto de 1588-1591, Maio de 1592-1595.

padroeira. A sua criação²⁴¹ obedeceu aos ditames da política colonizadora da Coroa portuguesa no intento de estabelecer a posse definitiva deste território da colónia que fora até então ocupado por aqueles indígenas. Estendeu-se ao longo do rio Sanhauá que, desde a conquista do território, assumiu um papel vital para a urbe; foi ocupando os outeiros frente ao Varadouro – planície que se estende acompanhando o curso de água –, encaminhando depois as suas edificações em direcção ao mar. O povoamento deu-se em redor de igrejas e conventos tornados marcos estruturantes do desenho urbano. De diferentes ordens, eles ergueram-se inicialmente em simples construções de taipa para se irem convertendo em construções de pedra e cal, extraídas do próprio local²⁴². Esta cidade mudaria de nome por várias vezes, até à actual designação de João Pessoa²⁴³.

4.2.2 As instalações da Ordem Terceira

São escassos os documentos conhecidos sobre a implantação da ordem Terceira de São Francisco na Paraíba. Os cronistas limitam-se a referir uma permissão para a construção de uma capela no espaço conventual, que teria tido início em 3 de Setembro de 1648²⁴⁴; Contudo, o seu espólio monumental e significativo, é datável a partir da centúria seguinte e mais consentâneo com as datas avançadas por Pedro Dias (2008), que estende a sua fábrica entre 1701 e 1738²⁴⁵.

²⁴¹ A fundação da cidade é apontada por Nestor Goulart Reis como o marco inicial do segundo período de mais intensa urbanização durante os primeiros séculos de colonização. A cidade foi a terceira estabelecida como tal, depois de Salvador (1549) e Rio de Janeiro (1565) (cf. Nestor Goulart REIS. *Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500/1720)*, 2.ª ed. rev. e ampl. São Paulo : Pini, 2000, p. 80.)

²⁴² A cidade encontrava-se enriquecida devido ao estabelecimento “de três religiões que nela assistem com seus conventos, a saber, o da Ordem do Patriarca São Bento e os religiosos de Nossa Senhora do Carmo com os do Seráfico Padre São Francisco da Província Capucha de Santo António, que tem um convento sumptuoso, o melhor dos daquela Ordem em todo o Estado do Brasil” como teria constatado Ambrósio Fernandes de Brandão (1618), a quem Capistrano de Abreu atribui a autoria dos Diálogos das Grandezas do Brasil (cf. Capistrano de ABREU, 1853-1927, pref., *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Rio de Janeiro : Oficina Industrial Gráfica, 1930, p. 13 a 43; ainda, Francisco Sales TRAJANO FILHO. *Do rio ao mar. Uma leitura da cidade de João Pessoa entre duas margens* [Em linha]. [Consult. em 02-08-2007]. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arg000/esp391.asp>).

²⁴³ Cf. [Em linha]. [Consult. em 29-03-2009]. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Frutoso_Barbosa.

²⁴⁴ Jaboatão referiu ali um Irmão Terceiro no século XVII e uma permissão para construírem capela no espaço conventual, que teria tido início em 3 de Setembro de 1648, a qual encontrou referenciada apenas no ano de 1704 e menciona não ter quaisquer outros elementos cronológicos.

²⁴⁵ JABOATÃO. *Op. cit.*, pt. 2.ª, vol. II, 1861, p. 387. Pedro Dias sem informar a fonte diz que teria sido em 1701, que a comunidade teria tentado dar início a uma capela que estaria concluída em 1734 (cf. Pedro DIAS. *Arte de Portugal no Mundo : Brasil – Arquitectura civil e religiosa*, “Geografia da arquitectura civil e religiosa do Brasil português”. Lisboa : Público, Novembro 2008, p. 36)

Além da usualmente chamada Capela Dourada²⁴⁶ o seu legado patrimonial abarca a Casa de Oração²⁴⁷, uma sacristia e um claustro, para além de uma sala de Consistório, por cima da Capela Dourada.

4.2.2.1 A Capela Dourada

A denominada Capela Dourada [fig. 11] situa-se num plano perpendicular à igreja conventual, abrindo-se à sua ilharga esquerda (Anexo 1, ponto 2.3); a comunicação entre ambas estabelece-se através de um gradeamento em madeira de jacarandá, com arranque encastrado nas pilastras onde assenta um arco divisor dos dois templos, com exuberante trabalho de talha da madeira²⁴⁸ [fig. 13]; mantém, igualmente, ligação com uma pequeníssima capela de devoção a São Benedito²⁴⁹ [fig. 830] (Anexo 1, ponto 2.3).

A capela de Terceiros é de espaço único, amplo²⁵⁰, de planta quadrangular, em volumetria paralelepípedica, paredes lisas de baixo pé-direito, em dois registos; a cabeceira ao nível térreo é rasgada por duas portas que flanqueiam o altar-mor e levam à sacristia; em cada um dos alçados laterais, abre uma porta, a da esquerda, sobre a galeria do claustro que é de uso da Irmandade e, a da direita, é uma das duas entradas que servem a mencionada capelinha de São Benedito.

A capela é obscura, conta, contudo, com alguma iluminação natural que entra ao nível do registo superior, pelas duas tribunas de sacada que se rasgam nos alçados de cada ilharga, deixando passar a luz que vem indirectamente do corredor, da galeria do claustro dos Terceiros, à esquerda e, à direita, da cerca dos frades e, ainda, com alguma claridade vinda através do arco de triunfo que articula os dois espaços sacros, por onde

²⁴⁶ Também correntemente designada Capela Eucarística / da Ordem Terceira de São Francisco e Casa de Oração.

²⁴⁷ Muitas vezes designada como Casa dos Exercícios, por estar destinada aos retiros espirituais dos Irmãos Terceiros.

²⁴⁸ Observam-se nele formas de grande exotismo e variedade temática, desde representações de sereias, grifos, motivos medievais, como ressalta J. L. Mota Menezes, “O Convento Franciscano de Santo António (João Pessoa-Pb)”, Revista *Universitas*, publicação do Núcleo de Publicações do Centro editorial e Didáctico da Universidade Federal da Baía, n.º 17, Baía, 1977, p. 63.

²⁴⁹ Intimamente ligada à religião dos irmãos seráficos, desde o momento em que S. Benedito foi aceite como membro da família franciscana no século XVI. Jaboatão afirma que este culto se difundiu na colónia a partir do século XVII (cf. JABOATÃO. *Op. cit.*, pt. 2.ª, vol I, p. 91). A capela pertencia à Irmandade de São Benedito criada para acolher Irmãos escravos, negros. Na capela apenas podia estar um elemento da fraternidade de cada vez..

²⁵⁰ Jaboatão nota a amplidão do espaço, qualificando-a, de modo muito pertinente, como [templo] “de bastante corpo Cf. JABOATÃO. *Op. cit.*, pt. 2.ª, vol II, cap. XIV, § 336, p. 387.

se escoá, igualmente, alguma claridade, que cai sobre o branco dos muros da entrada da capela que a reflecte em redor do ambiente que parece ter ficado à espera de ser embelezado com alguma decoração, talvez, azulejos.

Como elemento unificador deste espaço existe um tecto em arco abatido, em gamela, que o cobre na totalidade, em peça única, que deixa, quanto a nós, estrategicamente de fora, em forte penumbra, a deslumbrante capela-mor, contribuindo, para o brotar natural de interesse na descoberta desse recanto em meia bruma.

É um ambiente de rico labor. O altar retabular é de camarim e nele acolhe a imagem do patrono da Ordem²⁵¹; decoram-no colunas torsas, revestidas com folhagem, sustentadas por arcanjos; já na nave é flanqueado por dois altares laterais²⁵² que se encostam ao muro, um de cada lado, com retábulos, tudo revestido a talha dourada e, igualmente, com colunas torsas, estas, sustentadas por atlantes [fig. 12]; o invólucro arquitectural de configuração “chã”, mais uma vez é parcialmente tapado e mistificado: os muros são recobertos por entalhamento dourado, painéis, sanefas das janelas, para além de cenas pintados a óleo, figurativas do repertório religioso da Ordem Terceira; o arco triunfal mostra um exuberante trabalho de talha da madeira; a cobertura da capela é em gamela de fundo claro, que reflecte luz, com caixotões de molduras grossas policromas, em tons de amarelo-ocre, com ornamentos de pinhas [fig. 14]. É um interior profuso na decoração, apelativo aos sentidos, indicativo do gosto do Barroco joanino e do Rococó [figs. 11-14], onde se nota grande preocupação com um *decor* que se baseia num balanço acentuado entre o claro-escuro que transparece no vazar profundo de altares e na própria talha com elementos fitomórficos e vegetalistas em meio-relevo²⁵³.

Ligada à igreja conventual e recorrendo ao seu partido arquitectural (Anexo 1, ponto 2.3), muito embora com área e volumetria menores, a diferenciação entre os dois

²⁵¹ Em imaginária referente às chagas de São Francisco.

²⁵² O altar do lado esquerdo é dedicado à Senhora do Ó e o oposto a São Luís – Rei de França.

²⁵³ Senos centraliza o seu estudo nas instalações da Ordem Primeira, mais concretamente na explanação sobre o desenvolvimento dos frontispícios das treze igrejas conventuais franciscanas da Zona da Mata nordestina, através dos tempos, segundo dois programas construtivos, reflexo de lutas políticas internas (entre frades), tese que desenvolve particularmente no Capítulo 4. Não deixa, contudo, de se debruçar atentamente sobre os aspectos decorativos que trata com uma abordagem metodológica de cotejos e análise de peças, e cronologia conhecida ou de algum modo criticamente deduzida por si (cf. Nuno SENOS. *Franciscan Patronage in Northeastern Brazil (1650-1800)*, Thesis/dissertation. New York : (Manuscript Archival) New York University, Institute of Fine Arts, 2006). Tece algumas considerações acerca desta capela: cotejando-a com a homóloga do Recife, identifica o revestimento da talha dourada de ambas como pertencentes a uma mesma época de fabrico, ainda que encare a paraibana como mais profusa que a pernambucana, ainda que menos fina (cf. SENOS. p. 122, 123), o que podemos constatar.

templos não passa só pela transição da penumbra dos Terceiros para a maior luminosidade da igreja adjacente, mas também pela maior riqueza que do seu interior ostenta, irmanando com as demais “capelas douradas” do Nordeste brasileiro²⁵⁴.

4.2.2.2 A Sacristia

A sacristia [fig. 30-31, 33-34] foi edificada por trás da cabeceira da capela-mor, na sua transversal, comunicando com ela pelas citadas portas, repetindo a disposição da sacristia conventual (Anexo 1, ponto 2.4).

É um espaço único de volumetria simples que articula os muros em angularidade recta, lisos, que suportam um tecto plano em tabuado de madeira, expressão da vulgar estrutura de paredes autoportantes; nas ilhargas abre-se uma porta de acesso à área dos frades, à direita, e, à esquerda, outra, rasgada na parede de topo da Casa de Oração [fig. 30]; fronteira às costas do altar-mor da capela Dourada, abre-se a ligação com a cerca dos frades.

Como decoração, ressalta um arco de volta inteira que faz a ligação destes espaço com a Casa de Oração, de arco inteiro assente em pilastras largas – de acordo com a espessura do muro onde foi aberto –, toscanas de plinto relativamente alto, e modinaturas em avoamento; ainda, um lavabo em pedra lavrada ao gosto barroco, com pia flanqueada por modilhões, com alçado embebido na parede [fig. 32] que dá para a cerca, para facilidade de aproveitamento de água captada exteriormente das chuvas. Sobre um arcaz de três gavetinhas em altura por oito de largura, assenta um tríptico neoclássico em madeira, com um nicho central com imagem de vulto flanqueada por duas pinturas figurativas.

4.2.2.3 A Casa de Oração

Jaboatão menciona a conclusão deste lugar que denomina de recolhimento no ano de 1748²⁵⁵. Estabelece-se em plano paralelo ao adro do complexo franciscano, e

²⁵⁴ São ainda assim denominadas, A Igreja do Convento de São Francisco da Baía e a Capela dos Terceiros do Convento de Santo António do Recife; além destas, já fora da Zona da Mata, são consideradas “igrejas do ouro” no Brasil, a Matriz de Santo António de Tiradentes-MG (1710) e a Matriz de Nossa Senhora do Pilar (1711-1733), em Ouro Preto-MG.

²⁵⁵ Cf. JABOATÃO. *Op. cit.*, pt. 2.^a, vol. II, cap. XIV, § 336, p. 387. O início desta obra continua a ser desconhecido.

ortogonal à Capela Dourada, articulada com ela através da sacristia [fig. 830].

É de planta longitudinal regular, de espaço único. A capela-mor da mesma largura da nave é marcada pelo ressalto de um patamar, e destacada dela por uma balaustrada de madeira com porta central que percorre o contorno de curva e contracurva que a delimita, criando uma zona diferenciada da nave, seguindo os ditames de Trento e de gosto barroco; é de volumetria paralelepípedica, com muros lisos autoportantes, de pé-direito relativamente alto, onde assenta uma cornija de remate e continuada a toda a volta do recinto e, nela, um tecto em madeira em arco rebaixado. No topo do recinto, do lado posto ao altar-mor, rasga-se um arco que liga à sacristia, anexada á antessacristia que serve igualmente à anteriormente referida Capela Dourada, como foi dito quando a apresentámos. O pavimento é todo em pedra e lajotas cerâmicas com motivos geométricos com enriquecimento ornamental. Ao centro, abre-se uma passagem para a cripta funerária, cerrada por grade amovível, em xadrez, cujo acesso ao carneiro é providenciado por escada de pedra²⁵⁶ [fig. 29].

É rica em iluminação natural, pois, tendo sido construída sobre uma zona terraplanada, as aberturas da ilharga da direita – seis janelas de sacada com óculos em sobreposição – dão directamente sobre um descampado da cerca, enquanto as aberturas da esquerda, abrem-se ao nível térreo, sobre a galeria do claustro – as seis portas, enquanto os respectivos óculos de iluminação dão por sobre o telhados da mencionada galeria. Os muros pintados de claro e não muito preenchidos por decoração, abafam um espaço bem iluminado e arejado.

A decoração é discreta. Salienta-se o altar-mor²⁵⁷ e os dois laterais²⁵⁸ em talha joanina de ornamentação muito profusa, dourada com laivos de cor cinzenta, com indícios, quanto a nós, já do rococó, no ático, o que nos remete para uma execução entre o final do século XVII e início do XVIII²⁵⁹. Realça neste salão, ainda o trabalho das sanefas douradas que foram executadas sobrepunhando cada uma das vergas rectas das portadas, trabalho ornamental do rococó [figs. 22, 25, 28]. O tecto arqueado, de tabuado é plenamente recoberto com exuberância pictórica; é um trabalho de pintura a óleo

²⁵⁶ O carneiro servia de sepultura aos Irmãos Terceiros. O Cónego Florentino Barbosa menciona-o, assim como a sepultamentos em urnas escavadas na parede da própria capela (cf. Cónego Florentino BARBOSA. *Op. cit.*, 1953, p. 52).

²⁵⁷ Dedicado ao Senhor Crucificado, atestado por um Cristo esculpido em tamanho natural [fig. 27].

²⁵⁸ Com imaginária sacra, sendo o do lado esquerdo de devoção à Senhora da Conceição [figs. 22-24, 28].

²⁵⁹ Por seu lado Mota Menezes aponta para finais do século XVII. (MENEZES. *Op. cit.*, 1977, p. 66).

perspectivada, ilusionista, descritivo de alegoria²⁶⁰, onde surgem figuras de crianças entre motivos florais²⁶¹ [figs. 22-26]. Complementa, ainda, este espaço sacro, mobiliário de oratórios de arte popular que, em conjunto com toda a decoração, empresta ao ambiente uma atmosfera leve e alegre.

4.2.2.4 *A capela de São Benedito*

De volumetria paralelipipédica, de planta rectangular, tem área muito reduzida, como capela de culto individual que foi; a reduzida nave separa-se da capela sobrelevada por arco cruzeiro, em pedra, com arco pleno assente em pilastras toscanas; o altar sobre patamar tem um retábulo barroco/rococó, com imagem do santo padroeiro, assente em ara de sarcófago; a capela-mor tem tecto arqueado revestido a tabuado; o pavimento é em lajedo de pedra.

4.2.2.5 *Consistório*

No piso superior, sobre a Capela Dourada há um salão de planta rectangular com varanda que lhe serve de Consistório, com acesso pelo exterior do convento, por escadaria a ele adossada [fig. 35]. Pela análise exterior²⁶², será um cómodo amplo, desenvolvido em planta rectangular, com luz natural que deve entrar em abundância por três janelas altas e pelas duas do alçado do topo que dão sobre o espaço da cerca.

4.2.2.6 *Claustro*

Entre a Casa da Oração e a torre da igreja dos frades, estabelece-se uma forma

²⁶⁰ Na opinião de Wilson P. S. Rocha (ROCHA. *Op. cit.*, p. 123) a cena pintada é alegórica e representará a figura convertida de Elias (segundo a narração do *Velho Testamento*, II *Livro dos Reis*, Cap. 2, versículo 1, 2, 11 e 12), sendo arrebatado ao céu num carro de fogo, no que diz ser uma opinião considerada controversa por outros historiadores (não definindo quais) que asseguram tratar-se apenas de uma encenação da vida de São Francisco.

²⁶¹ Sobre a pintura do forro da Casa de Orações, leia-se o artigo apresentado ao XXIV Simpósio Nacional de História subordinado ao tema “História e Multidisciplinaridade : territórios e deslocamentos”: Associação Nacional dos Professores Universitários de História, ANPUH, de Carla Mary S. OLIVEIRA “O forro da Casa de Orações dos Terceiros no Convento de Santo António da Paraíba : algumas questões sobre suas imagens e a vida de São Francisco de Assis” in Simpósio Temático *Imagens de Arte : fronteiras disciplinares entre história da imagem e história da arte*. São Leopoldo-RS (Rio Grande do Sul), entre 15 e 20 de Julho de 2007, [Em Linha]. [Consult. em 11-01-2009]. Disponível em http://cms-oliveira.sites.uol.com.br/anpuh_2007.pdf.

²⁶² Não foi possível aceder a este espaço.

de pequeno claustro incompleto, de apenas duas galerias que contornam um pátio despido. Muito embora, o que se destaca num primeiro vislumbre é um arcaria de construção moderna (provavelmente do século XX), com pátio a céu aberto [fig. 21], havendo vestígios que nos remetem para uma época de construção anterior. Não havendo notícia sobre o ano ou época dela, poderemos, por enquanto, apenas apontar uma data presumida entre os finais do século XVII e o século XVIII, para a sua construção, feita através de uma análise aos elementos decorativos e ornamentais ainda visíveis: encontram-se ornamentos relevados, alusivos à função de lápides parietais funerárias (cujas datas, infelizmente, não anotámos); elementos portantes, modinatura de um portal com pilastras de gosto toscano, de acesso à Casa dos Santos (rasgada num topo de uma das galerias); outros elementos de pilastras nesses corredores.

4.2.3 *Património*

Se, à míngua de frontispícios, as instalações dos Terceiros não colaboram na visibilidade urbana de modo tão ostensivo e dramático como o consegue o complexo conventual (Anexo 1, ponto 2.3), ainda assim, acrescenta valor patrimonial e tem papel determinante, devido à diversidade e importância artística do seu acervo, particularmente o que se encontra na “Capela Dourada” e na Casa de Oração.

Em total consonância com os autores, consideramos o conjunto franciscano paraibano um dos mais belos e importantes complexos barrocos do Brasil e obra-prima da antiga arquitectura colonial portuguesa²⁶³.

²⁶³ Carla Mary S. OLIVEIRA [Em linha]. [Consult. em 11-01-2009]. Disponível em http://cms-oliveira.sites.uol.com.br/tcc_ana_cabral.pdf; J. M. dos Santos Simões, que emprega expressões que caracterizam os vários aspectos artísticos pela singularidade e excelência (SIMÕES. *Op. cit.*, 1965, p. 210-212). As entidades estatais têm tentado cuidar deste conjunto de arquitectura religiosa da época colonial, pelo que tem sido alvo de importantes obras de restauro, tanto a nível do conjunto edificado como dos bens artísticos integrados na arquitectura – de que se destacam os painéis a óleo, parte relevante do seu valioso conjunto de bens artísticos. No entanto, quando Jabotão afirma ser o frontispício da igreja conventual o mais belo espécime que conhece, não pode referir-se à fachada que vemos hoje, pois a sua crónica terminaria cerca de 1768 e a fachada tem cronograma de 1779, com repara Nuno Senos (cf. SENOS. *Op. cit.*, 2006, p. 83, 84).

4.3 Ordem Terceira no Convento de Santa Maria dos Anjos do Penedo

4.3.1 Contextualização

A cidade de Penedo é relativamente pequena²⁶⁴. Localiza-se no extremo Sul do Estado de Alagoas, na região do Baixo São Francisco, principia na intersecção da margem esquerda do Rio de São Francisco, dista cerca de 157 km de Maceió²⁶⁵. Devido ao património histórico-cultural que frui, entre monumentos de arquitectura religiosa – igrejas e conventos –, e construções profanas – palacetes e sedes municipais e administrativas –, dos séculos XVII e XVIII, representativas de um passado do Brasil Colonial, destaca-se como uma das cidades históricas brasileiras. O manancial edificado de que dispõe converteu-se em testemunho da história de colonizadores portugueses, de holandeses e de homens da igreja, evidenciando do ponto de vista artístico, avantajado quinhão do período Barroco.

O donatário da capitania de Pernambuco, Duarte Coelho Pereira, após a tomada de posse dela, organizou duas incursões por território ainda não desbravado, uma para Norte (chegando à Paraíba) e outra que atingiria o Rio de São Francisco, com entrada até à região de Penedo. Foi assim que os colonos portugueses alcançaram esse espaço, então ocupado pelos franceses que aí negociavam e exportavam o pau-brasil por via fluvial; o Capitão-donatário voltou para Pernambuco²⁶⁶ após a fixação de colonos portugueses que originou a fundação de uma povoação ribeirinha, em data desconhecida, entre os anos 1535 e 1565²⁶⁷.

²⁶⁴ Penedo conta actualmente com uma população urbana de aproximadamente 45 mil habitantes. O seu patronímico parece remeter para a existência de uma protuberância rochosa (no local hoje conhecido por Rocheira). Para alguns historiadores, o nome primitivo de Penedo, deveria ter sido “São Francisco”, cujo nome, no linguajar indígena (Caetés – os primitivos habitantes da zona “sanfranciscana”), foi “Opara” (Rio do Mar), ou “Pará”, como podemos ver [Em linha]. [Consult. em 04-09-2008]. Disponível em <http://www.canalpenedo.com.br/v2/historia.php>; o Rio que banha Penedo foi descoberto em 1501 por Américo Vespúcio e baptizado com o nome do Santo de Assis; também no mapa geográfico do Brasil, de Cantino, elaborado em 1502, aparece o nome do Rio São Francisco. Foi tombada pelo IPHAN, com n.º de Processo: 1201-T-86, considerada *Conjunto Arquitectónico, Paisagístico e Urbanístico*, consta do *Livro Histórico*, com inscrição n.º 541, de 30 de Outubro de 1996 e, com a mesma data, consta do *Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*, com inscrição n.º 113.

²⁶⁵ Pela Rodovia Al 101-Sul.

²⁶⁶ De onde, posteriormente, seguiu para o reino onde veio a falecer em 1544. Com a sua morte, a viúva Dona Brites administrou a capitania, até à nomeação do segundo Donatário, seu filho Duarte Coelho Pereira de Albuquerque. A tal propósito vide, nomeadamente Albertina Belo (BELO, *Op. cit.*, 2.000, Quadro 2, p. 179).

²⁶⁷ Cf. [Em linha]. [Consult. em 03-09-2008]. Disponível em <http://www.topgyn.com.br/conso01/alagoas/conso01a04.php>.

A região, para além de se situar numa área de travessia e ligação entre Pernambuco e a Baía, abrangeu uma zona agrícola próspera, rica em cana-de-açúcar, propícia à criação de gado²⁶⁸, e rica em produção de madeira²⁶⁹, auferindo da facilidade de escoar os produtos agrícolas até ao Oceano Atlântico através do Rio de São Francisco. Adquirindo importância económica²⁷⁰, a povoação de Penedo alcançou o estatuto de vila, no tempo do quarto donatário pernambucano, o que aconteceu em 12 de Abril de 1636, com alteração de denominação para Vila de Penedo do Rio de São Francisco; foi necessário passarem três séculos para ascender à categoria de cidade, o que ocorreu apenas em 1842²⁷¹.

Em 1637, a vila sofreu a invasão dos holandeses comandados pelo príncipe Maurício de Nassau (cap. I, ponto 4.1, n. 88); o invasor foi derrotado em batalha no ano de 1645, mas Penedo ficaria livre apenas em 1647²⁷².

A permissão da Província Franciscana de Santo António do Brasil na Baía para a Vila receber franciscanos foi alcançada em 1657, em Definitório presidido por Frei Pantaleão Baptista²⁷³. O convento, que tinha sido pensado para sede Provincial e Casa

²⁶⁸ A prosperidade que Penedo atingiu, teve a ver com o peso económico alcançado por parte dos seus moradores, havendo notícia a propósito *in* AHU_ACL_CU_004, Cx. 1, doc. 69, de 1732, Fevereiro, 12, vila de Penedo (*CARTA dos oficiais da Câmara da vila de Penedo ao rei [D. João VI] a pedirem serem aliviados do pagamento da metade da finta sobre os géneros e produtos da terra lançada aos povos da capitania de Pernambuco, e que o governador da Baía se abstenha de lançar fintas sobre os gados que vão de Pernambuco*).

²⁶⁹ Como depreendemos de documento *in* AHU_ACL_CU_004, Cx. 118, doc. 104, AHU_ACL_CU_005, Cx. 132, doc. 10300, de 1757, Agosto, 20, Baía, “OFÍCIO [do vice-rei e governador-geral do Brasil, conde dos Arcos], Marcos de Noronha ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Tomé Joaquim da costa Corte Real sobre a suspensão do corte de madeira na vila de Alagoas devido à grande quantidade de madeira que está na Ribeira das Naus da Baía e outros portos de mar à espera de transporte”.

²⁷⁰ No entanto, a meio do século XVIII, parece que o povo de Penedo estaria a passar necessidades, como depreendemos do conteúdo *in* AHU_ACL_CU_004, Cx. 2, doc. 169 [ant. 1759, Julho, 17, vila de Alagoas] : “REQUERIMENTO do síndico-geral da província de Santo António do Brasil António Correia de Seixas ao rei [D. José] a pedir se junte este requerimento e ordens sobre a erecção de novos conventos nas conquistas para não se deferir ao que fez o padre provincial dos Carmelitas Calçados da província da Baía, pela Mesa da Consciência e Ordens, para fundar convento no hospício na vila de Alagoas, tendo em consideração a pobreza dos povos e o prejuízo que resulta ao convento de Santo António da mesma vila”. No entanto, uma vintena de anos mais tarde há notícia da descoberta de ouro no rio de São Francisco, como se constata no documento *in* AHU_ACL_CU_015, Cx. 132, doc. 9954, 3 de Fevereiro de 1779, Recife : “Ofício do [governador da capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a descoberta de ouro no, no Rio São Francisco”.

²⁷¹ Ref. [Em linha]. [Consult. em 03-09-2008]. Disponível em <http://www.visitealagoas.com.br/cidades%20turisticas%20-%20penedo.htm>.

²⁷² Após a derrota holandesa numa batalha em que as tropas portuguesas estiveram sob o comando dos Capitães Valentim da Rocha Pita e Nicolau Aranha; os holandeses voltariam a ocupar o Forte Maurício ainda entre Novembro de 1646 e Abril de 1647 (cf. SOUSA, Augusto Fausto de. “Fortificações no Brazil”, *RIHGB*. Rio de Janeiro: t. XLVIII, pt. II, 1885).

²⁷³ No ano de 1657, no dia 26 de Agosto, tomou posse do cargo de Ministro Provincial da Ordem, Franciscana no Brasil, o Rv. P.^e Frei Pantaleão Batista, OFM. Com fim à fundação de conventos em

de Noviciado, perderia esses estatutos para o Convento de Salvador e, mais tarde, para o do Recife.

Desde o dia 25 de Janeiro de 2004, o Museu de São Francisco ocupou parte das instalações do convento, onde também funcionou, até 2009, a sede provisória da *Academia Penedense de Letras*, ano em que passou para um edifício municipal. Actualmente²⁷⁴, o convento acolhe uma casa de formação para postulantes que ali iniciam o noviciado franciscano.

4.3.2 A instalação da Ordem Terceira

A Ordem Terceira de São Francisco de Assis implantou-se no Penedo na oitava década do século XVII. A sua constituição, em data que continua imprecisa²⁷⁵ [doc. 22] deve ter precedido sem grandes delongas as várias notícias conhecidas, referentes aos primeiros passos dados por esta Ordem Terceira em Penedo²⁷⁶. No início teria sido constituída por irmãos de ambos os sexos originários da alta classe social da cidade; com o tempo, teria ficado restringida a homens²⁷⁷ [doc. 62].

Quando no final do século XVIII se assistiu ao progressivo desaparecimento de

Alagoas, foi reunido o Capítulo em 5 de Novembro de 1559, na Baía, com celebração do Padre Frei Aleixo da Madre de Deus como Ministro Provincial, tendo este vindo a conceder, um ano depois, reunida a congregação, a 4 de Dezembro, a fundação de dois conventos em Alagoas, um na vila de Penedo (cf. [Em linha]. [Consult. em 03-09-2008]. Disponível em <http://www.visitealagoas.com.br/cidades%20turisticas%20-%20penedo.htm>, ref. a JABOATÃO. *Op. cit.*, pt. 1.^a, vol. I, Estância III, § 213, p. 246). No ano de 1657, no dia 26 de Agosto, tomou posse do cargo de Ministro Provincial da Ordem, Franciscana no Brasil, o Rv. P.^o Frei Pantaleão Batista, OFM.

²⁷⁴ Sendo Guardião do Convento Frei Arnaldo Motta e Sá e vigário da casa Frei Auino Rodrigues Torres.

²⁷⁵ No *Livro de Actas I*, de 3 de Agosto de 1689, aparece a primeira referência à Ordem Terceira de Penedo já fundada. Também há menção à elaboração do selo oficial dos Terceiros neste ano (cf., Mónica Costa Santos, *Op. cit.*, p.25).

²⁷⁶ Uma petição dos Mesários, com a referência à área da Capela, e a determinação do seu custo, em 1692; bênção no lançamento da pedra fundamental da capela em 8 de Setembro de 1694; Capítulo Provincial celebrado em Janeiro de 1699, determinando que os comissários de Terceiros pregassem nas Festas da dita Ordem um dos sermões principais e fizessem as práticas nas sextas-feiras da Quaresma aos ditos terceiros (cf. *Actas Capitulares*, 1970, p. 12); intimação, em 1705, por parte da Mesa para que os pedreiros acabassem as obras da capela; a data de 1705 respeitando às pinturas do altar e do respectivo retábulo com douramento em 1784 [cf. Mónica Costa SANTOS. *Op. cit.*, p. 25, 29 e 110, ref. a Ernani Mèro (Historiador nascido no, foi Terceiro Franciscano e estudou no Seminário de Ipuarana na Paraíba). *Livro de Crónicas da Ordem Terceira do Convento de Penedo*, 1982].

²⁷⁷ Cf. Ernani MÉRO. *Livro de Crónicas do Convento de Penedo*, 1991, p. 29 e 209. Em todo o Brasil as Ordens terceiras nasceram a partir dos grupos da alta sociedade economicamente bem estabelecidos, o que significou estar aberta apenas para brancos e não manter boas relações com as irmandades dos *homens pardos*. Isso mesmo nos é dado verificar in AHU-Alagoas, cx. 2, doc. 62 / AHU_ACL_CU_004, Cx. 3, doc. 421, [ant. 1772, Janeiro, 29, vila de Penedo], REQUERIMENTO do ministro e mais irmãos da Mesa da Venerável Ordem Terceira da Penitência, sita no convento de São Francisco da vila de Penedo, ao rei [D. José] a pedirem a conservação do esquife na sua posse dada a disputa que lhes fazem os homens pardos confrades da Confraria e Irmandade de São Gonçalo Garcia.

religiosos no convento, conservou-se a presença dos membros da Ordem Terceira, tendo a respectiva acção de assistência material sido mantida até à restauração da Província Franciscana, já no século XIX²⁷⁸.

4.3.2.1 A capela

Rasgada em plano perpendicular ao da nave da igreja dos frades e separada dela por amplo arco, o templo penedense dos Terceiros apresenta uma volumetria escalonada com diferenciação dos corpos que a formam: nave, capela-mor e altar-mor profundo. Estas massas surgem organizadas em eixo sequencial, como transparece em outras que abordaremos, riscadas em planimetrias regulares e simples em planta longitudinal.

A capela-mor²⁷⁹ é mais estreita que a nave e de menor pé-direito; tem um pequeno presbitério e altar-mor de camarim, adossado á cabeceira, está alteado no cimo de uma plataforma com lance de três degraus em pedra [fig. 108]; lateralmente, as empenas de dois registos são rasgadas, ao nível térreo, por duas portas, frente a frente que dão para os corredores laterais e conduzem para a sacristia que se abre transversal à capela, por de trás da cabeceira; no superior, afrontam-se, igualmente duas janelas de balcão que dão sobre galerias [figs. 105, 107];

Na separação destes dois recintos, rasga-se um arco de triunfo forrado com talha dourada com apontamentos de pintura de cor pastel, sobre fundo branco, com concheados e “asas de morcego” típicos da talha do rococó português [figs. 107-110]. Da banda da nave, a visibilidade da caixa arquitectural fica comprometida com a pesada

²⁷⁸ Como inferimos do trabalho da investigadora Mónica Costa Santos (cf. SANTOS. *Op. cit.*, p. 25). No entanto, na convicção da Igreja, a Instituição entrara, entretanto, em decadência de costumes, constatada no ano de 1873, no teor da correspondência trocada entre o convento e a Santa Sé, apontando a existência de um número considerável de irmãos a pertencerem à Maçonaria, atitude que a Igreja lamentou e reprovou [doc. 3]. Na sequência desse reconhecimento, foram tomadas disposições com fim ao incentivo de revitalização da Ordem em novos moldes, mais concordantes com a obra assistencial para que nascera, facto documentado no *Livro de Crónicas do Penedo* [doc. 61]. Verificou-se ser uma ocorrência generalizada, na época, pois encontrámos referência a caso idêntico surgido no convento de Olinda [doc. 41]. A segunda década do século XX, foi de engrandecimento para a Instituição: para os anos de 1911 e 1918, conhece-se avultado número de ingressos de noviços na Ordem Terceira [doc. 52, 58]; encomenda de imagens devocionárias [doc. 53]; propaganda à Irmandade levada a efeito pelos frades [doc. 55]; no ano de 1918, damos, ainda, conta da anexação de uma instituição de caridade, que lhe levaria benesses para a sua obra [doc. 60]; pelo que se percebe, teria readquirido o antigo equilíbrio que aparece confirmado no teor da folha de abertura do Livro do Tombo da Venerável Ordem Terceira, de 1919 [doc. 63].

²⁷⁹ O altar-mor é formado por um retábulo arquitectónico, trabalho de 1705 [doc. 22], com colunas de espiral e motivos fitomórficos de talha dourada sobre pintura a branco; no referido camarim destacam-se as imagens de Cristo crucificado e São Francisco em genuflexão [fig. 104 ; doc. 22].

decoreção que a cobre; ligada ao frontal do arco, ressalta a exuberância de dois nichos com imaginária que se continua nos pés-direitos laterais da nave, formando ângulo recto, complementado a decoreção do arco como de uma única peça se tratasse, onde se rasgam outros dois nichos devocionais [figs. 109-110 ; doc. 22].

A longa nave de dois registos é dividida no seu comprimento por uma teia de madeira [figs. 111, 112]; no térreo, junto às capelas laterais [figs. 117-118], abrem-se duas portas que dão para os corredores que acompanham o comprimento da nave [figs. 109-110]; avultam, ainda, dois nichos abertos na espessura do muro, em arcosólio de arco trilobado²⁸⁰; no registo superior, vêm-se três tribunas de varanda, que se afrontam e um púlpito de balcão sobre bacia.

As clarabóias são as únicas fontes de iluminação directa e natural da capela, que até à sua abertura era apenas iluminada indirectamente através das janelas de sacada das tribunas rasgadas ao nível do segundo registo, dos corredores superiores, laterais da capela; essas sim, recebem luz directa do exterior; verificou-se, ainda, entrada de alguma luz através do arco divisório dos dois templos.

Este é um vasto arco de pedra calcária que teria sido aberto no ano de 1689²⁸¹, que liga a igreja conventual ao templo dos Terceiros²⁸² (Anexo 1, ponto 3.3) [figs. 100, 834-836]²⁸³. É de volta-inteira e assente em pilastras toscanas, de onde arranca uma teia de madeira de jacarandá com balaústres, com dois batentes, rematada superiormente por um bonito trabalho de talha de madeira ao gosto do rococó [figs. 113, 115-116, 128] do final do século XVIII.

É uma capela de interesse artístico proporcionado pelas várias artes que se juntaram para a enaltecerem e converterem o seu interior sacro, menos austero, de vivência atraente. Os pés direitos da capela-mor e da nave, a um terço de altura do chão, são revestidos a pintura de escaiola de cor suave [figs. 105, 107]. Portas e janelas e o púlpito, destacam-se por decoreção oferecida por alegres frontaleiras de sanefas

²⁸⁰ Com imaginária relacionada com a Paixão de Cristo [figs. 109, 110, 119];

²⁸¹ Cf. Pedro Paulino da FONSECA. *Memória Histórica da Fundação dos Conventos da Província das Alagoas*. Rio de Janeiro: Typografia de Pinheiro & C., 1874.

²⁸² Há a ideia de que a capela da Ordem Terceira teria sido construída no sítio do antigo recolhimento franciscano construído em 1659 de acordo com Marcelino da Trindade Cantalice (cf. CANTALICE. *Igreja e Convento de Nossa Senhora dos Anjos – Datas e dados de sua História* : Convento de Nossa Senhora dos Anjos, Penedo-Al, [s. d.], p. 42) o que nos parece provável.

²⁸³ É um espaço organizado à imagem do da igreja dos frades, em planta longitudinal, com as áreas da capela-mor e da nave diferenciadas por um arco de triunfo, de volta-inteira assente em colunas toscanas sobre pedestais altos [figs. 103, 112];

ornamentais recortadas, em talha dourada e policromia [figs. 103, 105, 107, 109]. As coberturas internas em tecto, respectivamente, de berço na capela-mor, e de arco abatido na nave, com duas claraboias rasgadas em 1905²⁸⁴, mostram grande policromia²⁸⁵. Ambos, tem pintura arquitectónica ilusionista com figuração ligada à simbólica franciscana²⁸⁶ [figs. 111, 112, 114 ; doc. 22]. O pavimento actual está ladrilhado a cerâmica [figs. 108-110].

Esta capela segue a planimetria e articulação de espaços da igreja conventual, se bem que tenha uma área inferior à desta. No que respeita à volumetria, as dimensões que definem as respectivas massas, ainda que pareçam manter a mesma proporção, são menores no templo dos Terceiros; ambos têm dois registos e mantêm o mesmo tipo vãos abertos, portas no pavimento térreo e janelas de sacada no superior a abrir para corredores, ainda que em menor número na capela dos Terceiros devido às dimensões mais exíguas desta. Assim, o aspecto da iluminação é um factor de diferenciação no cotejo com a igreja conventual: a capela dos Terceiros é menos beneficiada, pois a igreja dos frades recebe luz directa das janelas de sacada e portas abertas na ilharga da Epístola, que dão directamente para o claustro, e recebe, ainda, a luz que entra pelos três janelões do coro-alto. Ainda assim, os irmãos seráficos do Penedo sentiram a necessidade de usufruírem de maior iluminação na sua igreja, pelo que sujeitaram a abóbada a vazamento de óculos laterais.

No que concerne à decoração e ornamentação interiores no templo dos Terceiros encontrou-se inúmera simbologia sacra que impregna principalmente o espaço da capela-mor, onde ressalta comovente encenação de grandiosa força dramática. Este factor, parece-nos estar próximo do que acontece no interior da igreja da Ordem Primeira, ainda que, nesta, o peso do douramento da madeira esculpida, nos pareça pesar mais no ambiente (Anexo 1, pontos 3.2.2; 3.4).

Ao contrário da capela dos Terceiros, desprovida de fachada, a igreja dos frades, apresenta um frontispício que, pelas suas características (Anexo 1, ponto 3.4),

²⁸⁴ Em 1905, foram abertas duas clarabóias na nave da igreja, ao mesmo tempo em que se abriu uma na capela-mor da igreja dos frades (cf. CANTALICE. *Igreja e Convento...*, p. 9, com ref. a *Crónica do Convento de Nossa Senhora das Dores*, Livro II, p. 24). Malgradamente, a pintura quadraturística foi prejudicada com a abertura destes vãos.

²⁸⁵ A da nave apresenta uma pintura arquitectónica ilusionista, tridimensional, com destaque, ao centro, de um escudo com as insígnias da Ordem de São Francisco emergente do firmamento²⁸⁵ [figs. 104-106].

²⁸⁶ G. Raggi analisa e compara este tecto com o da capela-mor que considera mais tardia (cf. RAGGI. *Op. cit.*, 2004, vol. II, pt. III, p. 944, 945).

consideramos ser ele próprio pólo de atracção de quem por ali passa – pelo destaque da sua mole e teatralidade que o caracteriza. No entanto, o corpo das instalações dos Terceiros e o seu pequeno adro, que se vislumbram por entre um gradeamento, construídos na continuidade da mole da igreja e do convento, integram o complexo franciscano do Penedo, tendo quota-parte activa na urbe. Contribui para esse efeito, a abertura de vãos nos dois registos da fachada lateral das instalações dos Terceiros, por onde entra a iluminação na capela, criando a sensação de interligação do espaço sacro, interior, com o profano, urbano, e lembrando a existência da Instituição religiosa.

4.3.3.2 *A sacristia, o Consistório e o cemitério da Ordem Terceira de São Francisco*

A sacristia, edificada no ano de 1693²⁸⁷, abre-se na continuação da capela-mor, na transversal, com acesso por portas rasgadas nos topos dos corredores que se estendem ao longo das ilhargas da capela [fig. 119].

Tem volumetria paralelepipedica, planta rectangular, alçados lisos e despídos de decoração, para além das portas são rasgados por janelas de peito que dão sobre o terreno da cerca.

A iluminação provém das janelas de peito e da porta rasgadas sobre o pátio. O forro é plano, em vigas de madeira com barrotes grossos á vista [figs. 120-122].

É actualmente um espaço desvirtuado à espera de tratamento [figs. 120, 122, 123] onde resiste um interessante e bem lavrado lavabo de pedra calcária [fig. 121] cravado na espessura da parede, colector da água das chuvas. Na parede oposta ao rasga-se uma edícula com imaginária, de decoração simples, de gosto popular [fig. 120]; vêem-se, ainda nesta sala, lápides funerárias parietais e um nicho com urna, aberto ao nível do chão [figs. 123, 124].

A colocação da sacristia na transversal da capela, assume o mesmo traçado da conventual, em relação à igreja dos frades, com os mesmos tipos de acesso; a volumetria, no entanto, é menor na dos Terceiros, sendo ambas pobres em decoração e ornamentação (Anexo 1, ponto 3.5).

O consistório traçado no piso superior, dá sobre a nave da igreja da confraria,

²⁸⁷ Cf. FONSECA. 1874. *Op. cit. loc. cit.*, ref. CAROATÁ. *Op. cit.* p. 47.

através da abertura das três tribunas que a iluminam. Consiste numa sala de grande singeleza, que remonta ao final do século XVII [doc. 22], de volumetria rectangular, em planta alongada, com duas janelas de peito. A iluminação entra por estas, assim como pelo próprio telhado por entre o ondulado das telhas cerâmicas.

Resta um altar retabular arquitectónico, muito simples, com pintura de escaiola, colocado adossado ao muro de um dos topos da sala, flanqueado pelas referidas janelas. A cobertura, sem forro, é de vigamento de asnas de madeira com telha á vista (telha vã). O revestimento do piso é também em madeira.

No piso térreo, numa pequena sala paralelepipedica de muros lisos, placas embutidas nos muros referem e lembram os irmãos mortos que ali jazem em ossários. Se o nome dado de *cemitério* – assinalado por um letreiro muito simples inscrito “Semiterio [*sic*] / dos Terceiros” sobre a entrada de portadas almofadadas em madeira [fig. 132] – parecerá pouco ortodoxo com a sua função de ossário, – pode estar de acordo com uma pequena anotação que encontramos sobre esta divisória, onde se coloca a hipótese de poder dar acesso a um carneiro subterrâneo [doc. 22], o que, a ser exacto, daria o aval para aquela denominação.

4.3.3 *Particularidades tipológicas e artísticas*

As características arquitectónicas da nave deste templo, paredes brancas rasgadas por janelas de sacada com guarda-corpos de balaustradas, emprestam-lhe cariz profano, enquanto a decoração arquitectural do conjunto, arco triunfal, retábulo-mor, com ornamentação floral de cores prazenteiras, acrescentam tom festivo ao ambiente.

O interior do templo, com sua decoração e ornamentação que foi exposta acima, opõe-se à singeleza do traçado pouco erudito da fachada, que continua a conventual (Anexo 1, ponto 3.4) [figs. 108, 113, 131, 140, 143]. É um espaço onde realça uma cobertura de pintura ilusionista que ajuda a incutir a este interior ambiência cenográfica; são evidentes nesta decoração os repertórios artísticos da tradição da *talha gorda* do Norte de Portugal, a par do rococó português de modelo francês de talha baixa e ornamentação *rocaille* — de concheados e asas de morcego — sobre paredes brancas sublinhadas por pequenos apontamentos policromos em azul e amarelo claro, e rosa, aos quais foi juntado o dourado. Bazin releva a singular feição do dossel do altar-mor em

forma de pãra que considera seguir um programa baiano²⁸⁸.

Consideramos, assim, as diversas formas de arte, arquitectura, pintura e escultura de baixos-relevos, forte contribuiçãõ para o efeito de um mundo fantástico de cenário teatral palaciano de cor, luz e fantasia, que conduziriam à pretendida supremacia das sensações num ambiente de grande dignidade religiosa, seguindo a vontade de Roma pós-tridentina.

4.3.4 Património

No Penedo, como foi referido acima, existe definiçãõ física do espaço dos Terceiros contínuo às fachadas da igreja e da ala dos frades, arrostando o Largo de São Francisco e a cidade – frente ao casario – encarando o rio [fig. 167], fazendo parte do todo cenográfico do conjunto franciscano.

Este complexo, situado num ponto alto, em proeminência e destaque visual junto à catedral diocesana, contribuiu com os seus particularismos, para a identidade do lugar em que se inseriu, conferindo-lhe uma especificidade na paisagem²⁸⁹; converteu-se, logo de início, em ponto atractivo para quem ali vivia ou para quem se aproximava por via fluvial.

Todavia, podemos considerar ser uma contribuiçãõ pobre, pois as instalações dos Terceiros, têm uma volumetria simples, ainda que de modinaturas eruditas. É,

²⁸⁸ Bazin refere este como um caso particular da continuidade do gosto pernambucano e baiano, para além do rio São Francisco, aspecto que nos é difícil trazer a colaçãõ por falta de conhecimento de tal especificidade artística (cf. BAZIN. *Op. cit.*, 1956-1958, 1.º vol., p. 293).

²⁸⁹ A cidade de Penedo foi incluída dentro do vasto Programa *Monumenta* que tem como objectivo preservar o sítio, tornar sua populaçãõ participante do processo de preservaçãõ, assim como aperfeiçoar a gestão do mesmo, contribuindo para a sua gestão, e utilizaçãõ económica, cultural e social local. Tem parte do património já alvo de beneficiaçãõ proporcionada em diversas situações do urbanismo e dos respectivos monumentos: actualmente (2008), está a ser concretizada a obra de restauraçãõ do altar-mor do Convento que se encontrava em situações precárias; já foram restauradas na cidade a *Praça Barão de Penedo*, a *Igreja de São Gonçalo Garcia* (R\$ 498.192,26) e a *Igreja Nossa Senhora da Corrente* (R\$ 148.080,96). Em 2008, iniciaram-se os trabalhos de recuperaçãõ da *Casa da Aposentadoria* (R\$ 949.388,45) que acolherá restaurante, auditório e Centro de Atendimento ao Turista, e a requalificaçãõ das Praças Frei António de São Camilo de Lellis (antiga Rui Barbosa) e Padre Veríssimo (R\$ 503.391,74) e a Praça Costa e Silva (R\$ 419.981,40); em contrapartida, o trabalho de restauro do tecto da igreja do convento que tinha sido iniciado, foi interrompido (cf. mottaesa@ig.com.br [Frei Arnaldo Motta]. [Em linha]. *Convento Santa Maria dos Anjos : Para conhecimento e valorizaçãõ do nosso grande património cultural e religioso*, 04-12-2008 [Consult. em 03-09-2009]. Disponível em <http://blig.ig.com.br/conventosantamariadosanjos/>). Verificou-se que a cidade do Penedo nasceu no seguimento de uma das tipologias de povoaçãõ tradicional portuguesa, junto a uma via navegável, com parte alta e baixa: naquela, com implante dos principais edifícios-símbolos dos diversos poderes, político, religioso e administrativo e, na parte baixa, com casario, oficinas e comércio.

ainda, relevante o facto de estar incluído no todo franciscano penedense, edificações e acervo artístico, tombado pelo IPHAN, integrado no *Conjunto arquitectónico paisagístico e urbanístico do Centro Histórico* de Penedo²⁹⁰.

4.4. Ordem Terceira no Convento de Nossa Senhora das Neves de Olinda

4.4.1 Contextualização

Olinda é das mais antigos aglomerados urbanos brasileiros²⁹¹; fundado pelo primeiro capitão donatário do Brasil, Duarte Coelho de Albuquerque, em 1530, ainda na condição de mero povoado²⁹² foi elevada a vila, em 1537²⁹³. O referido capitão

²⁹⁰ Foi tombado pelo IPHAN, com inclusão do acervo do convento. Para além do Convento e Igreja Nossa Senhora dos Anjos, consta da Lista dos imóveis tombados pelo IPHAN, como *Conjunto arquitectónico, paisagístico e urbanístico do Centro Histórico, a Igreja de São Gonçalo Garcia dos Homens Pardos e a Igreja de Nossa Senhora das Correntes*. Está aberto a um público que o visita, na mira, não só de amparo religioso, mas, igualmente, do desfrute da obra de arte arquitectónica e artística colonial que o edifício representa, ou, ainda da rica arte sacra barroca que ainda expõe, entre imagens, altares e decoração artística. Hoje, parte do seu espólio constituiu-se Museu de São Francisco, organizado ainda de modo muito incipiente em três sectores, ocupando um, o corredor da sacristia com exposição de peças profanas, outro, a sacristia com a parte sacra e, outro, desenvolve-se no primeiro andar, com peças ligadas directamente à Ordem Franciscana. Por tudo isso, o Convento de Penedo é considerado pela comunidade local um grande símbolo para a sua religiosidade e também um património material que retrata, não só a sua história franciscana, mas, igualmente, a história do passado do povo penedense e da sua cultura, que os projecta de forma positiva para a história futura.

²⁹¹ Cf. F. de Almeida PRADO, 1898-1987. *Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil (1530-1630)*. São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre : Companhia Editora Nacional, 1936, t. I, p. 110. A ocupação sistemática da orla marítima deu-se primeiro, a partir de 1532, graça à criação capitanias hereditárias, inalteráveis e indivisíveis que se estenderam pela costa por cerca de 1800 léguas, entregues a capitães donatários. A sétima capitania foi a de Pernambuco, com 65 léguas de orla marítima, estirando-se de Norte para Sul, entre os rios de Santa Cruz e São Francisco; o limite Oeste era a linha do Tratado de Tordesilhas.

²⁹² Cf. JABOATÃO. *Op. cit.*, pt. 1.^a, vol. II, cap. VI, §, 127, p143. A capitania de Pernambuco tinha sido concedida em paga de serviços de valor prestados por aquele português nobre chegado ao Brasil em 9 de Março daquele ano. Em 1549, quando da criação do Governo-Geral no Brasil, manteve-se na capitania como governador, lutando pela autonomia jurídica das suas terras, o que o levou ao reino, onde viria a falecer em 1554, tendo-lhe sucedido seu filho Jorge de Albuquerque, substituído por sua mulher D. Brites de Albuquerque por aquele se encontrar, então, em Portugal.

²⁹³ No dia 12 de Março, mercê de foral concedido pelo donatário aos moradores e que seria depois confirmada pelo monarca, D. João III, o que conduziu à oficialização da sua denominação (cf. José Luiz Mota MENEZES [Em Linha]. *Evolução Urbana e Territorial de Olinda: do Descobrimento aos Tempos Actuais – A Vila de Olinda – 1537-1630*. [Consult. em 06-01-2009]. Disponível em <http://www.olinda.pe.gov.br/a-cidade/historia>).

donatário – que viria a ser o primeiro governador de Pernambuco na época do Governo Geral²⁹⁴ – começou por embelezar a vila, com a construção da que foi a primeira igreja erguida no Brasil, votada a Nossa Senhora do Monte, e a Santa Casa de Misericórdia que se constituiu como primeiro hospital brasileiro²⁹⁵, ao que se seguiram novas edificações quer do foro religioso quer civil²⁹⁶. Como primeira capital, tornou-se residência de pessoas com relativo poder económico, como eram os senhores de engenhos que ali chegaram com o intuito de investir no cultivo da cana açucareira²⁹⁷. Olinda manteve-se sede da capitania de Pernambuco até à invasão dos holandeses em 1630²⁹⁸.

²⁹⁴ Cf. AHU, *Pernambuco*, Cód. 475, fls. 11v e 12. A carta patente que o determinou foi lavrada em Évora pelo monarca português, D. João III, a 25 de Setembro de 1534 (cf. F. A. Pereira da COSTA. *Op. cit.*, vol. III, p. 410; ainda, Joel SERRÃO, A. H. de Oliveira MARQUES. *O Império Luso-Brasileiro, 1500-1620*, vol. VI, p. 340).

²⁹⁵ Os holandeses noticiaram que “em 1637 a Santa Casa de Misericórdia de Olinda estava a funcionar...com uma Irmandade composta de duzentos irmãos... não só como hospital.” (cf. Paulo Herkenhoff, Org.. *Op. cit.*, p. 59).

²⁹⁶ No entanto, não se pode esquecer que das primeiras construções – capelas e edificações civis e militares –, pela natureza precária do material utilizado no início da fixação, pouco ficou, pois, ou não subsistiram à acção do tempo e das inovações do progresso ou foram alteradas e acrescentadas, não impedindo que se conservassem elementos construtivos ou partidos arquitectónicos do séc. XVI, como acontecera também, com a Igreja e Colégio dos Jesuítas de Olinda, como podemos verificar.

²⁹⁷ A capitania de Pernambuco foi a mais próspera, graças à abundância de pau-brasil que havia nas matas do litoral e às condições propícias para a cultura da cana-de-açúcar que foi aí incentivada pelos soberanos portugueses.

²⁹⁸ Estes tinham escolhido o Brasil para tentarem debelar a concorrência perpetrado pelo comércio português à Companhia das Índias Ocidentais, e escolhido Olinda para lhes fazer frente, atraídos pelo desenvolvimento que a cidade adquirira e pela sua tentadora localização estratégica, com porto de mar. A invasão foi perpetrada pela Praia do Pau Amarelo situada a Norte de Olinda, ainda na região pernambucana (Zona da Mata do Nordeste brasileiro). A vila de Olinda que seria um sítio aprazível e, no dizer de Gilberto Frei (1968), tinha “uma situação bonita e ousada, com um sentido dinâmico” (Gilberto Frei. *Olinda, 2º Guia Prático, Histórico e Sentimental de Cidade Brasileira*, Rio de Janeiro, 1968, p. 9). Olinda é uma cidade bem situada, em lugar eminente sobre montes não muito elevados, viçosos, com vistas para o mar e para terra, numa situação bonita e ousada, como Jaboatão o referiu, também (JABOATÃO. *Op. cit.*, pt.1.ª, vol. II, cap. VI, § 124, p. 138, 139); a mesma ideia foi retomada por Luiz Vital DUARTE (*Olinda na Formação da Nacionalidade*. Recife, 1976, p. 62) e, ainda, por M. de Oliveira Lima (LIMA. *Pernambuco, seu Desenvolvimento Histórico*. Leipzig, 1895, 2ª edição, Recife, 1975, p. 37). Foi incendiada pelos atacantes em 1631. Vários edifícios foram devastados e muitos dos residentes, inseguros, viram-se na contingência de abandonar a urbe. Os invasores transferiram a sede administrativa para o Recife convertido em capital do estado holandês no Brasil, ficando proibida a construção de novos edifícios em Olinda, o que trouxe graves repercussões para a colónia. Em 1654, com o restabelecimento do domínio português, Olinda retomaria a posição política perdida de capital de Pernambuco e, apesar de enfraquecida, foi elevada à categoria de cidade em 1676 (cf. JABOATÃO. *Op. cit.*, pt. 1., vol. , cap. VI, § 127, p. 143). Apesar de não ter voltado a ser de novo o principal centro económico de Pernambuco, Olinda continuou e continua até hoje a ser considerada um tesouro cultural para a humanidade. Pela sua importância histórica, beleza natural e arquitectónica, recebeu, em 1982, o título de Cidade Património Natural e Cultural da Humanidade, concedido pela UNESCO. Só em 1837, perderia de vez o título de capital para a cidade do Recife. Em 1968, convento, igreja de Nossa Senhora das Neves e Ordem Terceira foram atingidos pelo tombamento da cidade de Olinda [doc. 81].

4.4.2 *As Instalações da Ordem Terceira*

O complexo pertencente aos Terceiros ergue-se a Norte do convento em volumetria de corpos escalonados e plantas simples rectangulares; com entrada pela portaria construída a Oeste em avanço sobre a rua [fig. 194] (Anexo 1, ponto 4.3.1), organiza-se em dois registos, onde se dispersam os vários espaços de uso próprio. Adossado ao conjunto conventual, cresceu em processo de urbanização ao longo de arreamento em declive, e assim o seu flanco segue o desnivelamento do terreno. Ambos os corpos têm telhados de duas águas.

Nas fachadas visíveis da rua, ambas de pano único e dois pisos, transparecem membros e elementos decorativos arquitectónicos de cunho erudito, incluindo o emolduramento de todas as aberturas, com remate superior por cornijas lineares; assim, aproximando-se da típica tipologia vernacular lusa: na tipologia de frontaria com porta centralizada e sobreposição de duas janelas que marcam o segundo piso, com remate lateral em cunhal apilastrado e, o superior, em frontão cego, de empenas emolduradas, assente sobre cornija arquitravada. A fachada lateral tem uma única janela no piso térreo. O remate superior é um rústico beiral de beira-subeira. É exemplo no Nordeste brasileiro colonial da arquitectura de tipologia vernacular portuguesa que dir-se-ia profana não fora a simbologia sagrada, de âmbito cristão e franciscano que a certifica, em ornamento dentro de frontão delineado por friso colorido, sobre o portal da portaria.

No piso térreo, além do átrio de entrada dos Terceiros [fig. 170-171], – cuja porta é fronteira à da nova portaria dos frades [fig. 169]²⁹⁹ – destacam-se: a capela da Ordem Terceira de devoção a São Roque, a sacristia adossada à sua direita, a Casa de Oração³⁰⁰ — em plano perpendicular à nave da capela e paralela à igreja da Ordem Primeira—, para além de um pequeno jardim interior e um claustro, e o cemitério exterior; a sala do Consistório e a da presidência são as únicas salas actualmente localizadas no piso superior [fig. 837; doc. 69]³⁰¹.

²⁹⁹ A Fábrica dos espaço para os Terceiros com entrada própria da rua, teve aceitação dos frades (cf. JABOATÃO. *Op. cit.*, vol. II, livro I, cap. VII, § 156, p. 176),

³⁰⁰ Também conhecida por Capela do Senhor e Capela dos Noviços.

³⁰¹ Como aconteceu no restante edificado conventual, também o espaço ocupado pela Ordem Terceira foi palco de intervenções de restauro e reparações várias, como atesta documentação encontrada [docs. 3, 60, 66, 69].

4.4.2.1 A Capela de São Roque

A actual capela dos Terceiros de São Francisco de Olinda, igualmente dedicada a São Roque, é considerada pela crítica uma peça patrimonial de grande valor artístico. Na linha de Bazin, os autores aceitam o seu início no ano de 1711, como sala de consistório e capela³⁰². Foi construída perpendicularmente à igreja conventual, a meio da nave, do lado do Evangelho, com a qual comunica por um vasto arco.

É de volumetrias escalonadas, quadrangulares, de plantas regulares, rectangulares, compostas pela capela-mor, com altar profundo, mais estreita que a nave de espaço único, da qual é separada por arco de triunfo [fig. 178].

A capela-mor tem cabeceira recoberta por um altar retabular com camarim de edículas na base; nas ilhargas de dois registos lisos e livres de ornamentos, abrem-se, no térreo, frente a frente, duas portas sobrepujados por dois óculos que dão, os do lado da Epístola para espaço de cerca e, os opostos para o pátio. O tecto é abobadado, em caixotões rectangulares. Separa-a da nave um arco de triunfo de arco de meio ponto assente em pilastras de gosto toscano.

Na nave, as ilhargas são dois registos planos, com pé-direito inferior ao da igreja dos frades. O pano da divisória é inferiormente rasgados por edículas para imaginária sacra, sobrepujados por ornamentação. A nível do térreo, os muros são escavados para comportar dois arcos para altares e abertura de duas portas, laterais; a da esquerda, dá para o corredor de circulação que sai da portaria e passa pela galeria do pátio interior, dando aceso também à Capela de Oração, sobrepujadas por janelas de sacada; há mais duas portas junto ao arco de triunfo que separa este complexo de Terceiros da igreja conventual, igualmente com janelas de peito sobrepostas, que dão sobre os corredores de circulação.

A iluminação da capela provém de luz natural que entra pelos vãos que foram descritos: abertos na capela-mor – portas e dois óculos — de luz indirecta; de igual natureza, a que entra pelas janelas rasgadas nos muros da nave no registo superior, provinda das divisões abertas nas ilhargas da nave; conta ainda, com a luminosidade que lhe chega através do arco de triunfo que dá para a nave da igreja conventual, que entra, mormente, pelas janelas do segundo registo da ilharga da Epístola da igreja; não sendo muito intensa é favorecida pelos muros brancos que realçam o brilho dos

³⁰² BAZIN. *Op. cit.*, 2.º vol., p. 136.

dourados das talhas, em subtil claro escuro decorativo, o que lhe imprime leveza harmoniosa.

Na capela-mor destaca-se a cabeceira recoberta por um altar retabular de camarim com edículas na base, de colunas torsas alternadas com pilastras e coroamento em dossel, recobertos de ornatos múltiplos, num misto do estilo Nacional e do Joanino, em pintura a branco com apontamentos de douramento; o tecto em abóbada de berço, em caixotões rectangulares, onde molduras ornamentais com talha em branco e dourado cercam pinturas figurativas do elenco dos glorificados Terceiros franciscanos [figs. 179-180]; o elegante arco de triunfo que a separa da nave é muito ornamentado, coberto por talha copiosa do barroco joanino, dourado sobre branco [figs. 183, 185, 200, 206, 208], onde ressalta a talha de um fecho armoriado [fig. 207].

Na nave, a face do arco de triunfo é revestida a madeira entalhada com douramento sobre fundo branco [figs. 178, 185], com um nicho devocional em cada banda; este modo ornamental repete-se no púlpito de balcão e consola de pendente [figs. 181-182], nas tribunas e nas portas [figs. 178, 183], e realça os panos lisos e brancos dos alçados laterais a que se apõe. O tecto plano mostra, igualmente, talha em artozoados, mais elaborados que os da capela-mor, com caixotões octogonais apainelados, com pintura, em harmonia de formas e riqueza de desenho³⁰³ [figs. 178-185].

A opulência ornamental desta capela é superior à da igreja conventual (Anexo 1, ponto 4.4) como acontece, aliás, em outros espaços congéneres que integram o presente estudo – na sua feição decorativa, ainda nacional, maioritariamente joanina, com apontamentos do rococó [fig. 181]. Apesar das dimensões inferiores, a sua ambiência interior aparenta maior leveza que o do templo conventual (Anexo 1, ponto 4.4).

³⁰³ Entretanto a capela foi alvo de obras levadas a cabo pela “CECI-Brasil” (*vide*, a este propósito, CECI. [Em linha]. *Plano Director de Conservação, do Conjunto Franciscano de Olinda, Relatório Intermédio, 4.1.* [Consult. em 03-08-2007]. Disponível em http://ceci-br1.locaweb.com.br/convento_1_6-9); entre outros, aborda-se nele os trabalhos de restauro dos ornamentos da Capela da Ordem Terceira iniciados com a recuperação do forro em artozoados; também os azulejos muito danificados nas partes próximas ao nível do piso atacados pela salinidade tiveram intervenções; igualmente, os principais *forros* de importância artística foram alvo de acções reparadoras desde as primeiras intervenções no Conjunto Franciscano. Desta forma, foram recuperados, o forro artozoado da Capela de São Roque da Ordem Terceira e as pinturas do forro em caixotões da sacristia, quando se removeu o verniz oxidado e uma nova protecção foi aplicada. Mesmo assim, pode-se verificar a existência de danos como a desagregação e o descascamento de pinturas. Não nos foi dado encontrar documentação sobre autorias das tantas unidades artísticas que contabilizam o acervo do complexo franciscano de Terceiros, aspecto que a investigadora Vera Lúcia Costa Acioli também refere em obra sua (ACIOLI. *A identidade da beleza : Dicionário de Artistas e Artífices do século XVI ao XIX em Pernambuco*. Recife : Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2008, p. 72 a 75).

4.4.2.2 A sacristia

A sacristia dos Terceiros³⁰⁴ surge adossada à ilharga direita da capela, com acesso directo a ela, e também ao corredor que a liga ao pátio e à portaria [figs. 176-177];

É de volumetria paralelepipedica, de paredes lisas – tal como aliás ocorre nas outras instalações deste complexo de Terceiros, rasgadas por porta de acesso a lance de escadas que sobem para o cemitério – pois esta sala encontra-se, em parte, a abaixo do nível térreo. É uma arquitectura despretensiosa que segue os normais paradigmas lusos do “plain stile”; rasgam-se ainda janelas que dão sobre o cercado, de onde, imana a luminosidade que permite o realce da decoração interior — o tecto — na sua vivacidade policroma.

O embelezamento desta sala vive sobretudo da pintura do seu tecto baixo. Na sua lhanesa mostra pintura de quadratura³⁰⁵ de balcão, com quadro recolocado ao centro, de representação franciscana, aspecto que remete para trabalho do último quartel do século XVIII [figs. 187-188].

Destaca-se, ainda, um lavabo embebido na parede que dá para o cercado que, para sua utilização, recebe a água pluvial que é recolhida no exterior; compõem-no uma bacia e alçado lavrado a relevo delicado [fig. 190]. Num recanto avultam nichos de exumação com lápides funerárias a assinalá-la [fig. 191].

Podemos considerar este espaço de culto como um dos testemunhos significativos do barroco decorativo no Brasil Nordeste na charneira dos séculos XVII e XVIII, na linha do barroco joanino que se executava, então, em Portugal.

Apesar da impossibilidade de se ter uma visualização completa desta sacristia, pois encontrámo-la ocupada com andaimes, passadiços e restauradores em labor, ao ser comparada com a conventual, não resta dúvida que fica apoucada no que concerne à riqueza artística e patrimonial, para além de ter uma volumetria menor que está, no entanto, equilibrada com a da capela que serve, como acontece com a dos frades.

³⁰⁴ Que encontrámos em plena campanha de obras de restauro

³⁰⁵ Aspecto que foi referenciado por G. Raggi (cf. RAGGI. *Op. cit.*, 2004, vol. II, pt. III, p. 867 e sgs.).

4.4.2.3 *O Consistório*

O Consistório definitivo foi aberto no piso superior, com ligação à capela por escada e corredor de circulação, e porta aberta junto ao altar, na sua ilharga do Evangelho; outro acesso é feito pelo exterior, pela porta aberta no corpo perpendicular ao da igreja conventual [fig. 169], onde avulta a data de 1711, presumivelmente, relacionado com construção do corpo da portaria dos Terceiros [doc. 15].

4.4.2.4 *A Casa de Oração*

A Casa de Oração abre-se na perpendicular à capela dos Terceiros, paralela à igreja dos frades [fig. 837]. É um espaço alongado com altar-mor retabular [fig. 172] adossado no muro onde, do lado da capela dos Terceiros, está embebido o altar lateral. O tecto mostra pintura ilusionista, arquitectural, com colorido efusivo e sensual [figs. 173-174]. Acede-se a este espaço pelo corredor de circulação lateral que corre ao longo da sua ilharga do Evangelho [fig. 176] e que leva à escadaria para a Sala do Consistório (no piso superior) e para a portaria dos Terceiros, espaço de acesso directo a esta Casa de Oração.

4.4.2.5 *O cemitério*

É a partir da sacristia que se acede ao cemitério dos Terceiros, construído a nível superior. Estruturado em plataforma aplanada no declive da colina, é alcançado subindo alguns degraus [figs. 189, 192-193].

4.4.3 *A singular construção em declive*

O acidentado sítio em Olinda onde se implantou o convento, apresenta fortes declives, como vinha acontecendo noutras construções religiosas já instaladas na mesma zona³⁰⁶. A área detida pelos franciscanos obrigou a um trabalho inicial de terraplanagem, com aterros e construção de muros [fig. 837] tanto para as instalações da Ordem Primeira (Anexo 1, ponto 4.3), como, depois, para as da Ordem Terceira, aliás,

³⁰⁶ Vide, Albertina BELO. *A Arquitectura do Colégio Jesuíta de Olinda dos Séculos XVI e XVII*. Lisboa : Edições Universidade Lusíada., 2000, p. 38. A dificuldade técnica que também os jesuítas enfrentaram, pelo que tiveram também que construir, aos poucos, a sua igreja e colégio.

como aconteceu, designadamente, no Colégio de Jesuítas.

4.4.4 *Património*

As instalações dos Terceiros alongam a frente da mole franciscana de Olinda (Anexo 1, ponto 4.3) e tomam, assim, parte integrante da materialização urbanística do seu centro histórico, com suas volumetrias de escala reduzida, e alçados lisos, que recordam a construção vernacular portuguesa, em destaque, frente ao Largo de São Francisco, de onde ressalta o costumeiro cruzeiro, emprestando um cunho luso à cidade.

4.5 A Ordem Terceira no Convento de Santo António do Recife

4.5.1 *Contextualização*

Situada a uma légua de Olinda, a localidade do Recife³⁰⁷ nasceu como povoado de gente ligada às tarefas do mar. Formada por ilhas e mangues constituiu-se numa área litorânea arborizada que as marés banhavam, na confluência dos rios Beberibe e Capibaribe que correm para o Oceano Atlântico [fig. 839]. O sítio foi apelidado de início por *Arrecife* devido a ali existir, paralelamente e junto à costa pernambucana, um cordão natural de pedra e coral elevado do mar, que servia estrategicamente como defesa natural da vila e do seu porto de mar³⁰⁸. O nome Recife ligado à povoação surgiu no Foral conferido à Câmara de Olinda pelo donatário Duarte Coelho, a 12 de Março de 1537, que corresponde à data da sua fundação como povoação³⁰⁹.

A capitania de Pernambuco compreendeu o grande interesse estratégico e

³⁰⁷ O Recife permaneceu português desde 1537 até a independência do Brasil, com a exceção de um período de ocupação holandesa no Século XVII, entre 1630 e 1654, a maior parte do tempo sob o governo de Maurício de Nassau (Mauritsstad ou Mauritiopolis). A aldeia foi elevada a vila e conselho com o nome de *Santo António das Cacimbas do Recife do Porto*.

³⁰⁸ Após o estabelecimento dos holandeses em Pernambuco, o Recife converteu-se em metrópole comercial, devido à importância estratégica do seu porto de mar.

³⁰⁹ *vide*, a propósito, J. A. G. de MELLO. “O Recife e os Arrecifes”, *Revista do Arquivo Público*, n.º 13, 1974).

económico dessa povoação que rapidamente alcançou um estatuto superior ao de Olinda, à conta do um ancoradouro de grande segurança para as cargas e descargas de produtos vindos, nomeadamente, de além Atlântico e do Mediterrâneo; o que contribuiu para que o povoado ganhasse grande prestígio social e se tornasse pólo de atracção de gentes de fora³¹⁰.

Uma Carta Régia de 1710, deu a categoria de *vila* ao Recife, o que não agradou à aristocracia de Olinda, dando origem a um período de confrontos, que ficou conhecido como *Guerra dos Mascates*³¹¹, pelo que, só no ano seguinte, atingiu oficialmente aquele estatuto; subiu a cidade, pela Carta Imperial de 5 de Dezembro de 1823 e por Resolução do Conselho Geral da Província, tendo-se convertido em capital de Pernambuco, no dia 15 de Fevereiro de 1827.

4.5.2 A questão da fundação

Mesmo nos estudos mais recentes não se encontra consenso sobre a emergência. Embora autores como Semira Adler Vainsencher³¹² (2003) balizem o surgimento da Venerável Ordem Terceira da São Francisco das Chagas do Recife, composta essencialmente por vendedores ambulantes ou já estabelecidos em sobrados, os “mascates”³¹³ da cidade do Recife, no século XVI³¹⁴ – Marcilio Reinaux, em 2006, baseando-se no *Termo de Abertura de Livro da Ordem III de São Francisco do Recife*, apresenta para esse facto a data de 1625³¹⁵. O certo é que só teria sido canonicamente

³¹⁰ A cidade do Recife é hoje a capital do estado brasileiro de Pernambuco. Apesar de Olinda, situada na região metropolitana do Recife, ter sido a primeira capital da capitania de Pernambuco, Recife é a capital mais antiga do Brasil, fundada em 1537. Localizada no litoral do Oceano Atlântico, tem uma área de 218 km² e uma população de 1,5 milhão de pessoas (ou 3,6 milhões contando a área metropolitana).

³¹¹ Luta travada entre 1710 e 1711, que opôs a cidade de Olinda – então sede de capitania – (com economia de base rural) à do Recife (com economia baseada no comércio). Os recifenses, cientes do poder alcançado, solicitaram e obtiveram do reino a jurisdição própria da sua vila, o que não tendo sido aceite por Olinda, a levou a pegar em armas e destituir, o governador que substituiu pelo bispo de Olinda. No final, o Recife conservou a autonomia que tinha antes das lutas.

³¹² Semira Adler Vainsencher (1948-), brasileira, é pesquisadora do Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco.

³¹³ Quando o Nordeste brasileiro saiu do jugo holandês surgiram os “mascates”, pequenos comerciantes cristãos-velhos que tinham imigrado do Norte de Portugal, tendo-se convertido em “mercadores de sobrado”; eram capitalistas que investiam em grande quantidade e variados ramos; tendo enriquecido chegaram a financiar o comércio do açúcar (cf. Evaldo Cabral de MELLO. “O açúcar”, in *A Construção do Brasil : 1500-1825*. Lisboa, 2000 p. 27).

³¹⁴ Cf. Semira Adler VAINSENER. *Capela Dourada*. Recife, 30-09-2003 : Fundação Joaquim Nabuco [Em linha]. [Consult. em 20-06-2007]. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=300&textCode=1737&date=currentDate>.

³¹⁵ Cf. Marcilio REINAUX. *A Capela Dourada do Recife*, Recife, 2006, p. 132. O autor apresenta cópia

instaurada a 12 de Junho de 1695, por licença do padre visitador-geral da província Franciscano do Brasil [doc. 10]; daí resultaria uma proposta de instalação dos Terceiros dentro da área conventual franciscana daquela vila, cuja confirmação ainda dependeu da aprovação dos reverendos padres reunidos em Capítulo nesse Convento e do Capítulo Provincial reunido na Baía, em 28 de Novembro desse ano³¹⁶.

Assim, beneficiando do apogeu económico vivido em Pernambuco, particularmente de uma maioria de comerciantes muito abastados, os “mascates”, e de algumas figuras ligadas à nobreza portuguesa, assistiu-se no povoado do Recife, só a partir do lustre final do século XVII, ao início dos trabalhos de construção dos espaços necessários aos Irmãos Terceiros de São Francisco.

4.5.3 *Instalações dos Terceiros*

O complexo dos Terceiros [fig. 838] compôs-se por uma Capela dos Noviços dedicada a São Francisco das Chagas (Capela Nova) – que viria a ser conhecida por Capela Dourada da Ordem Terceira de São Francisco³¹⁷, Casa de Oração³¹⁸ [figs. 242, 245], para além de um claustro que, actualmente, lhes dá acesso e as liga à portaria [figs. 223-225].

do documento referenciado.

³¹⁶ BAZIN. *Op. cit.* 2.º vol. “Répertoire monumental, documentation photographique, Index général” p. 146. Neste acto de estabelecimento da Ordem Terceira do Recife, estiveram presentes 38 Terceiros, parte dos quais inscrita na Ordem Terceira de São Francisco de Olinda, tendo sido então aceites 177 homens e 65 mulheres para a constituição da nova Ordem; a mesa do Definitório deferiu ainda, não só o pedido proposto de construção de uma capela e outras dependências destinadas às funções da Ordem, como concedeu, para a sua viabilização física, todo o espaço que necessitassem dentro do convento franciscano, com a condição de ofertarem ao convento a esmola ou “alcatifa” de 2 mil réis por cada enterro dos Irmãos (adultos) que ocupassem uma cova na Capela ou na Casa dos Exercícios, condição que teria sido cumprida sempre até ao ano de 1852, ano em que os enterramentos passaram a ser feitos em cemitério Público, nas catacumbas da Ordem, construídas nesse ano (cf. Bonifácio MÜLLER, Frei. *O Convento de Santo António do Recife. Esboço histórico, 1606-1956*. Recife : Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1984, p. 43, 95 e 96, com referência a *Anais Pernambucanos*, vol. IV, p. 425).

³¹⁷ A Capela é coberta por talha de cedro revestida a folha de ouro de 22 quilates, com excepção para as superfícies onde existem pinturas e azulejos. Como vimos, anteriormente.(cap. II, ponto 4.2.2.1, n. 2.5.3) houve outras capelas assim denominadas a para da “igrejas de ouro” em território brasileiro. A seu propósito, diz-nos F. A. Pereira da Costa que o Imperador D. Pedro II, em visita a Pernambuco, teria comentado que era uma capela primorosa, ainda que em menor escala que a da Baía (cf. COSTA. *Op. cit.*, 1950-51, p. 383 e 385).

³¹⁸ Que dá sobre a Rua Quinze de Novembro; é património tombado, com processo n.º 6-T, com inscrição n.º 4, no *Livro de Belas-Artes*, fl. 2, de 21-03-1938.

4.5.3.1 A Capela Dourada

A primeira pedra da capela dos Terceiros foi lançada, a 13 de Maio de 1696³¹⁹, presidindo à cerimónia o Padre Provincial, Frei Jácomo da Purificação, com a presença do Governador da Capitania, Caetano de Melo e Castro³²⁰ [doc. 10].

Testemunho da relevância alcançada por esta Instituição no Recife, a Capela Dourada reflecte uma época de riquezas e ostentação, sendo hoje não só uma referência da arte sacra barroca no Recife, como ainda é tida por um dos mais importantes e expressivos exemplares dessa arte no Brasil³²¹.

Dirigiu o levantamento do templo o minhoto mestre-de-obras e mestre-pedreiro, António Fernandes de Matos (act. 1671-1701, em Pernambuco) figura de grande prestígio no Recife, homem de negócios, foi admitido na Ordem Terceira, a 7 de Setembro de 1697³²², vindo a alcançar o cargo de Ministro da Ordem, entre 1697 e 1700. Os frades puderam celebrar no novo templo as festas do padroeiro, Francisco de Assis³²³, no dia 13 ou 15 [doc. 10, 2ª fl.] de Setembro de 1697; todavia, os trabalhos de decoração só viriam a estar concluídos em 1724³²⁴ ou em 1721 [doc. 10, d], sendo a feição actual resultante de trabalhos efectuados até 1804.

A Capela Dourada, foi construída perpendicularmente à igreja dos frades, e a ela ligada com abertura do muro da nave, do lado do Evangelho, em arco amplo, obra do mestre Luís Machado³²⁵; a obra foi completada com um gradil de ferro entre os dois espaços religiosos [figs. 270, 272].

O interior exhibe o fausto das capelas de ouro emprestado pela riqueza peculiar dos motivos decorativos e ornamentais com revestimento quase integral em talha

³¹⁹ No entanto, em *Guia dos Bens Tombados – Brasil, Expressão e Cultura*, Rio de Janeiro, 1978, é dada com início em 1653; a data de 13 de Maio de 1696, que nos parece mais plausível, é dada por MUELLER. *Op. cit.*, 1984, p. 96.

³²⁰ Cf. *Idem. Ibidem, loc. cit.*

³²¹ Foi, por isso, considerada monumento nacional, tombada pelo Instituto do Património Histórico e Arquitectónico Nacional, em 1938.

³²² Germain Bazin indica o ano de 1797, para o da admissão daquele, o que obviamente será um erro gráfico, parecendo-nos que o correcto será 1697 (cf. BAZIN. *Op. cit.*, 1956-1958, 2.º vol., p. 147).

³²³ A festa que se fez, na ocasião, dedicada ao padroeiro, seria celebrada pela primeira vez a 17 de Setembro de 1697, permanecendo na mesma data, em cada ano (cf. *Idem. Ibidem, loc. cit.*; ainda, MÜLLER. *Op. cit.*, Recife, 1984, p. 96).

³²⁴ Diz Germain Bazin (BAZIN. *Op. cit.*, 1956-1958, 2.º vol., p. 140), que verificou ter sido esta a última vez que constatou haver menção a trabalhos efectuados naquele espaço.

³²⁵ O contrato estabelecido com este artista contemplou, igualmente, a edificação do arco da capela-mor, do cruzeiro, e dos móveis da sacristia, tudo em madeira de jacarandá (cf. VAINSENER. *Op. cit.* [Em linha]).

dourada, e pelas pinturas [figs. 243, 245 : doc. 71] onde intervieram alguns dos melhores artistas da época [doc. 10].

O corpo é de espaço único, em planta simples rectangular, com capela-mor e nave de dois registos; na capela-mor, avulta um grande arco aberto na parede fundeira, em forma de grande nicho, que ostenta um Cristo Crucificado [fig. 243]; sobre a ara, destaca-se imaginária do século XVIII e, sob o altar, avulta um sarcófago com uma imagem deitada de um Cristo Morto [figs. 243-244]; ainda na cabeceira, abrem-se duas portas que flanqueiam o altar-mor, sobre as quais se encontram quatro pinturas, duas de cada banda, emolduradas com cercaduras de entalhamento; a nave é bordada lateralmente por dois corredores que correm ao longo dela [fig. 245] marcados por gradeamento de balaustradas em madeira, que marcam os espaços devocionais dos três altares retabulares em arco rasgados nas ilhargas, defrontando-se [figs. 246-250]; no registo superior abrem-se os vãos de seis tribunas, que induzem a iluminação do templo [figs. 253-254]. Os retábulos da capela-mor e das outras seis capelas são emoldurados por arcos emparelhados de pleno-centro, com colunas salomónicas na capela-mor, assentando em pilastras de soco alto [fig. 244]; criam abóbadas de berço, sendo o arco da capela-mor de menor flecha que os outros; os arcos nas ilhargas mostram capelas pouco profundas rasgadas na espessura das paredes, cobertas por abóbadas de berço onde se alojam os respectivos altares de veneração [figs. 246-250]; por sobre os arcos laterais e o da cabeceira, corre uma cornija continuada que marca a divisão dos dois registos nos panos murais [fig. 254]. Nos entrepanos de cada ilharga existem, ainda, pinturas emolduradas por requintado trabalho de entalhamento dourado sobrepostas ao silhar de painéis azulejares [figs. 253-254]. Os alçados das ilhargas e da cabeceira são rematados superiormente em cimalha com cornija continuada, muito ornamental, assentando nela a cobertura em abóbada rebaixada, com forro de caixotões preenchidos por painéis pintados, a óleo, figurativos com temas alusivos á Ordem Terceira, emoldurados por talha dourada [fig. 243]. Ressaltam ainda ao longo da nave as grades de madeira de jacarandá [figs. 245, 250, 253-254] e o tecto abobadado, com decoração exuberante em caixotões talhados em madeira e dourados que envolvem painéis de pintura figurativa.

Como temos vindo a apontar, o interior desta capela revela um revestimento excepcional em talha com douramento a folha de ouro velho, enquadrando por sua vez

dezenas de pinturas a óleo³²⁶ [figs. 245-254], com a exceção das pequenas reservas, na parte inferior das paredes, preenchidas por painéis azulejares historiados³²⁷ que contemplam motivos religiosos, de fabrico português, idos do Reino em 1704³²⁸ [figs. 251-252]. Existiu um púlpito que foi retirado³²⁹.

O trabalho de entalhamento, douradura e assentamento da capela-mor, com dois nichos para imaginária (compreendendo altar, sacrário, frontal, painel e armários laterais) esteve a cargo do artista português a residir em Pernambuco, António Martins Santiago, cujo contrato de desempenho foi assinado a 28 de Março 1698, e compreendia a verba de duzentos e vinte mil réis³³⁰; a grade colocada entre a Capela e a igreja conventual³³¹ teria sido obra de Frei Luís Machado [figs. 270, 272]; a execução da pintura da capela é dada entre os anos de 1691 e 1700, e o forro, entre os anos de 1700 e 1702³³²; os quadros pintados sobre madeira nas paredes e no tecto (nove painéis de grande dimensão e oito menores)³³³ traduzem temas de cariz hagiográfico, representando, os de maiores dimensões, figuras canonizadas da Ordem Terceira; constam de um inventário produzido em 30 de Setembro de 1699³³⁴ [docs. 71, 72].

Esta capela franciscana é um exemplar singular da expressão barroca – em obra de arte total – que combina, numa volumetria de pequena escala, as várias artes visuais, arquitectura, escultura e pintura, de um modo fortemente sensitivo, em ambiente

³²⁶ Conjunto cujos trabalhos de restauro foram efectuados pelo SPHAN no decorrer de 1978.

³²⁷ De acordo com Santos Simões o seu autor será o desenhista António Pereira (cf. SIMÕES. *A Azulejaria Portuguesa no Brasil : 1500-1822*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1965, p. 31, 121 e 250).

³²⁸ Para um conhecimento aprofundado sobre este conjunto artístico, veja-se MÜLLER. *Op. cit.*, Recife, 1984, p. 35 a 42.

³²⁹ Existiu aí um púlpito que teria sido retirado no final do século XVIII, de que não encontramos vestígios da sua localização nos muros completamente tapados com decoração, sendo, presentemente, um dos artefactos de maior destaque do Museu Franciscano de Arte Sacra [fig. 222], cujas peças pontilham diversas árias conventuais

³³⁰ Mestre Pernambucano, com quem os Terceiros estabeleceram um contrato para o trabalho de talha da capela-mor (cf. BAZIN. *Op. cit.*, 1956-1958, 2.º vol., p. 140; MÜLLER. *Op. cit.*, 1984, p. 97 com referência a Robert Smith, ao Arquivo da Ordem Terceira do Recife, *Cartas e Ofícios, 1732-1733*, “Contrato para obras na igreja 1825-26”). Constatámos ainda que, em Müller, a data referida no contrato é 26 de Março, enquanto Bazin aponta 28 de Março (MÜLLER *Op. cit.*, Recife, 1984, p. 96).

³³¹ Parece que estas grades substituíram um gradeamento de madeira de jacarandá do artista João Pereira (cf. ACIOLI. 2008, p. 284, *apud*, Fernando PIO. *Notícia Histórica e sentimental da igreja de Boa Viagem*, p. 32-33).

³³² Cf. *Idem. Ibidem, loc. cit.*

³³³ José António Gonalves de Mello, historiador brasileiro, diz acreditar que a autoria de dezassete deles, possa ser atribuída a um conceituado artista, José Pinhão de Matos que tinha ligação a António Fernandes Matos. Esta referência é-nos dada por Germain Bazin (BAZIN. *Op. cit.*, 1956-1958, 2.º vol., p. 140) que ainda acrescenta terem saído da mão daquele artista, pelo menos os “passos da paixão” para o Consistório, hoje desaparecidos.

³³⁴ Cf. *Idem. Ibidem*, p. 147.

obsuro, resultante da grande superfície revestida a ouro dos muros e da profusão das artes que os cobrem por completo; contrasta, assim, com a igreja conventual – a que está intimamente ligada –, com a luminosidade natural que entra com intensidade pelas janelas de tribunas e pelos portais dela, reflectindo-se na brancura dos alçados, da pintura da talha de altares, varandas, arcos e molduras de quadros, onde apenas são configurados leves apontamentos de douramento (Anexo 1, ponto 5.3)³³⁵.

Em nosso entender, coexistem aqui dois exemplos díspares do barroco sacro: o da capela dos Terceiros, de início destinada aos exercícios espirituais de noviços, pesado e pungente, enquanto o da igreja dos frades é delicado e festivo, mais apelativo ao comum dos fiéis.

4.5.3.2 A sacristia

No espaço por de trás da cabeceira da capela abre-se a sacristia dos Terceiros, que serve os dois templos, com acesso por ambas as portas colaterais ao arco do altar-mor [figs. 243, 244, 255] e, ainda a partir de um pátio descoberto³³⁶ [figs. 240-241].

É um compartimento amplo e claro, de ornamentação neoclássica [figs. 255-259]; ostenta, para além de um altar retabular com nicho com imaginária [fig. 255], algum outro mobiliário (cómodas e repositório encrostado no muro) em jacarandá [figs. 255-256], executado em 1762, além de uma mesa de mármore encomendada em 1761, e de um lavabo de estrutura autoportante [figs. 256-257] encomendados na metrópole, executados na vila de Estremoz, no ano de 1731; o tecto em estuque ornamental é de 1862, com autoria de José António Alves Neiva³³⁷.

É um espaço de aparência moderna, amplo, onde impera a luminosidade, a ornamentação harmoniosa e delicada, que contrasta com a exiguidade obscura e peso decorativo e ornamental da capela que serve, ainda que seja de uso comum à igreja e à Casa de Exercícios, com cuja feição está mais de acordo.

³³⁵ A ligação directa para o exterior que tem hoje para maior independência da Instituição, é trabalho já do século passado, efectuado com permissão do IPHAN [docs. 74, 76-79].

³³⁶ Feição que tomou já no século XX devido à necessidade sentida de se criar um acesso alternativo ao que existia à Capela Dourada (pela igreja dos frades), oferecendo uma maior privacidade a esta [docs. 76-79].

³³⁷ Cf. Fernando PIO. *A Ordem Terceira de São Francisco do Recife e suas Igrejas*. Recife, 2004, p. 43. A imaginária esculpida, um Santo Cristo, um São Francisco e uma Santa Isabel, foram executados pelo imaginário Luís Nunes, em 1766 e pintadas por José Ribeiro de Vasconcelos (cf. *Idem. Ibidem*, p. 45)

O cotejo com a sacristia conventual não nos parece ser aqui relevante, pois a dos Terceiros é um espaço já de feição arquitectural do Novecentos, enquanto aquela é típica do barroco Setecentista.

4.5.3.3 A Casa de Oração

Para além da Capela Dourada, os Terceiros do Recife puderam ainda contar com uma Casa de Exercícios ou de Oração, a qual, enquanto decorreram as obras da fábrica da capela principal, os irmãos remodelaram de modo a servir-lhes, também, como local de culto; aí nasceu uma igreja moderna, cuja autorização de construção lhes foi concedida em 18 de Novembro de 1801 [doc. 10], com permissão de ter entrada directa pela rua³³⁸ [fig. 221]. O que existe hoje mostra sobretudo produção do século XIX³³⁹.

³³⁸ Rua do Imperador D. Pedro II.

³³⁹ As obras de construção da nova igreja iriam prolongar-se até cerca de 1803-04, época em que terminou a colocação do frontispício que existe hoje. Porém, a obra de decoração interior prolongar-se-ia ainda por umas três décadas, de acordo com o trabalho de recolha de notícia sobre trabalhos e artistas efectuada por Vera Acioli (cf. ACIOLI. 2008. *Op. cit., loc. cit.*), com documento de nossa consulta [doc. 10], para além da notícia que identifica trabalho de santeiro no ano de 1831 [doc. 26]. Este templo é revelador de uma das épocas onde foi notório o grande poder económico dos Irmãos Terceiros do Recife, donos de algum património edificado [doc. 46], cujas rendas, entre outras dádivas recebidas, lhes permitiu despesas avultadas, como o da aquisição de um frontispício de lioz levado de Lisboa com fim à Igreja do Corpo Santo do Recife [fig. 223 ; doc.10] que a Irmandade do Santíssimo Sacramento acabaria por vender-lhes, sendo a que ali se conserva ainda hoje a fechar a igreja / Casa de Exercícios, paga por “dois contos de réis”, divididas em anuidades de duzentos mil réis (cf. BAZIN. *Op. cit.*, 1956-1958, 2.º vol., p. 147). A fachada dá sobre um pequeno adro gradeado. Sabe-se que em 1834, o serralheiro Jerónimo José Burtorf, teria sido pago por um “gradeamento de ferro novo” (cf. ACIOLI. *Op. cit.*, 2008, p. 257 col. esq.); portanto, este gradeamento teria substituído um existente anteriormente. Há notícia de um portão de ferro frente à igreja [figs. 222-223] que oferece a este espaço de Terceiros uma feição intimista, de separação da Ordem Primeira e de recato em relação à urbe que se desenvolve para lá do resguardo físico. São conhecidos diversos artistas ligados às obras das instalações pertencentes a estes Terceiros, constantes de contratos das obras que se encontram entre os papéis guardados no Arquivo da Ordem, fabricado pelo serralheiro José Machado Botelho, no ano de 1857 (*Idem. Ibidem.*, 2008, p. 315). A este respeito temos a menção a documentação a que não tivemos acesso referida por MÜLLER (*Op. cit.*, 1984, p. 97 e 98, com referência ao Arquivo da Ordem Terceira: *Cartas e Ofícios*, 1732 – 1733). Há uma referência à fábrica de um púlpito para a Ordem Terceira em 1795, do entalhador Inácio de Melo e Albuquerque (ACIOLI, *Op. cit.*, 2008, p. 251); quanto a nós deve reportar-se ao que se encontra na Igreja Nova dos Terceiros. O frontispício mostra feição clássica palaciana, com um único pano, composto por dois pisos, muito aberto, pelo rasgamento de portal ladeado por duas portas, no térreo, sobrepostas por janelas de sacada, abertas no prumo daquelas, com guarda corpo em ferraria, tudo rematado por frontão sobre cornija avoadada com nicho para imagem devocional. O interior é de nave única [fig. 224], com uma longa capela-mor, mais estreita, de dois registos com duplas tribunas abertas de cada lado, na galeria superior [fig. 226]; a cabeceira da capela-mor está revestida por um altar retabular, com camarim aberto, onde ressalta uma encenação figurativa devocional [fig. 226-227]; a cobertura é de falsa abóbada de cruzarias [figs. 226-227]; um arco triunfal ornamentado divide-a da nave [fig. 224]; abrem-se ao longo dela, corredores laterais confinados por teia, para acesso aos altares laterais devocionais e protecção de alguma privacidade de culto [fig. 225]; estão apostos aos muros das ilhargas, dentro de arcos rasos de feição toscana, e mostram decoração e ornamentação que assinalam o gosto rococó e neoclássico [figs. 228,

4.5.3.4 *O Claustro*

O claustro dos Terceiros, hoje conhecido pelo Claustro do Museu de Arte Sacra, tem uma situação privilegiada, agrupa à sua volta edificações conventuais –ilharga esquerda da igreja de Santo António, dos frades – e dos Terceiros, Capela Dourada, Casa de Oração e portaria, com a dupla função de acolhimento e confraternização dos Irmãos e distribuição de espaços.

Foi construída a parte térrea entre os anos de 1704 e 1706³⁴⁰. De traça clássica, tem planta quadrangular, pátio central com jardim de canteiros e, ao centro, um cruzeiro sobre pedestal alto, com degrau, planta quadrangular, circundado por bancos de pedra; é de dois pisos, com galerias sobrepostas, formadas pelas arcarias de arco pleno com pedra de fecho ornamental, relevada, assentes em colunas com entase, de gosto toscano, arquivadas, com cornija, coroada por platibanda compartimentada por pilastras rasas, construídas no eixo das colunas; as galerias inferiores abrem livremente para o jardim e, as superiores, têm janelas venezianas com parte superior envidraçada, com caixilharia de ferro, raiada nas bandeiras em meia lua. As faces interiores são geometricamente relevadas e, as exteriores, são lisas, rebocadas a branco, entrecortadas por pilastras de plinto alto, destacando-se em redor, uma via-sacra assinalada por cruces, trabalho de azulejaria encomendado a Lisboa do séc. XVIII³⁴¹; os vãos dos topos das galerias são marcados por arcos de volta inteira sobre pilastras toscanas e as portas de acesso aos cômodos acima referidos são de arco abatido. O tecto é plano em madeiramento e o chão em ladrilhos de cerâmica hidráulica ornamental.

Ao compararem-se os dois claustros, o dos frades e o dos Terceiros, verifica-se

235]; uma porta aberta no lado do Evangelho [figs. 234-235] dá acesso a pátio coberto [fig. 239], passagem para outras áreas; do lado do Evangelho, ressalta um púlpito de balcão e mísula de pendão, com cúpula guarda-voz, recoberto a talha dourada sob fundo branco [fig. 228]; ao nível das impostas dos arcos dos altares laterais, abrem-se as tribunas das galerias que correm ao longo da nave, em registo superior, de sacada, com guarda-corpos e sanefas ornamentais [figs. 228-235]; o coro-alto com guarda-corpo em madeira, assenta sobre uma arcaria de três arcos, que acompanha a feição do nártex fechado [fig. 225]; o tecto da nave e do coro-alto, é plano com saia curva, com elementos ornamentais lineares em talha muito simples, e medalhão centralizado pintado [fig. 236]. O complexo arquitectónico franciscano do Recife é ainda formado pelo Museu Franciscano de Arte Sacra [figs. 221-223], fundado nos anos setenta do século XX, construído em edifício anexo à Capela; foi criado por Frei Fernando Pio dos Santos, com inauguração no dia 28 de Setembro de 1974 (cf. *Museu Franciscano de Arte Sacra - Catálogo*. Recife : Venerável Ordem Terceira de São Francisco do Recife, s. d.), comporta um grande acervo de peças do culto e de arte sacra, do século XVIII. Entre as peças expostas, vêem-se paramentos litúrgicos, mobiliário entalhado, peças de culto e estatuária barroca entre outros.

³⁴⁰ Trabalho dos mestres Manuel Ferreira Jacome e João Pacheco Calheiros, pelo custo de 1. 004\$434 réis (cf. Fernando PIO. *A Ordem Terceira de São Francisco do Recife e suas Igrejas*. Recife, 2004, p. 34, 35).

³⁴¹ Esta via-sacra em azulejos foi encomenda do Vigário do culto a Lisboa, que em determinado tempo teria sido recoberta por caiações sucessivas, só posta a descoberto em 1941 (*Idem. Ibidem*, p. 63).

que a amplidão é semelhante em superfície; no entanto, no dos Terceiros, o segundo piso é mais alteado que o correspondente conventual, ainda que neste seja evidente outro piso recuado que lhe aumenta a volumetria – que corresponde às paredes da igreja dos frades e às de outras edificações. Evidenciam ambos erudição arquitectónica muito semelhante, patenteada na traça de arcos, entablamentos, e ornamentos pétreos; o destaque entre ambos reside principalmente, no fausto azulejar do conventual (Anexo 1, ponto 5.4) que não tem equivalência no ambiente dos Terceiros, onde apenas se destacam os pequenos apontamentos azulejares da via-sacra.

4.5.3.5 *Serviços administrativos, asilo e biblioteca*

Um portão rasgado na rua que corre lateralmente ao convento, do lado esquerdo (R. Siqueira Campos), dá acesso a um pátio descoberto, por onde se acede para os edifícios administrativos, à biblioteca actual e ao asilo da Ordem Terceira, documentado em 1977, como Hospital com “Recolhimento de Irmãs Terceiras” [doc. 83], que se situa em piso superior ao do térreo ocupado por lojas comerciais [figs. 240-241] que abrem para a referida rua.

4.5.3.6 *Local de enterramento*

Os primeiros enterramentos de irmãos Terceiros foram efectuados na Capela Dourada, iniciados, assim que o templo ficou terminado, cerca de 1705, de acordo com as regras impostas por breve do Núncio de Lisboa, para se dar sepultura apenas aos inscritos na Ordem, postura que foi contrariada por ordem régia que abria as portas aos enterramentos de moradores comuns da cidade³⁴².

Há notícia da existência de catacumbas da Ordem Terceira, para o ano de 1797, onde eram enterrados os defuntos da Irmandade em cerimónia acompanhada por elementos conventuais, trabalho que era remunerado³⁴³.

Existe um cemitério em terreno da Ordem Terceira, no exterior, junto à Capela Dourada, no prolongamento do local de enterramento conventual, constituído

³⁴² Emanado por breve mandado cumprir pelo Ministro Provincial em Olinda, a 2 de Novembro de 1705 (cf. PIO. *Op. cit.*, 2004, p. 57 e 58).

³⁴³ AHU. Pernambuco. Avulsos. Mç. 1797, filme 101, fotos 24-27; PIO. *Op. cit.*, 2004, p. 102, 103).

catacumbas, e uma pequena capela, em uso até 1852³⁴⁴.

4.5.4 *Características artísticas e urbanísticas*

Na Capela Dourada ressalta o interior de grande riqueza decorativa, em que o pano murário quase desaparece sob uma profusão intensa de decoração e ornamentação, de onde se destaca o trabalho de talha com revestimento a folha de ouro, entrecortada por grande número de quadros com pintura a óleo. Está intimamente ligada ao gosto que então predominava no Reino onde o ouro do Brasil tinha originado o fausto em grande número de espaços sacros, com presença marcante do brilho dos douramentos e da luminosidade azulejar. Parece-nos plausível ligar o aspecto grandioso desta capela com o estender desse gosto à colônia e, concretamente, ao Recife, como já sugeriram alguns autores³⁴⁵. Parece-nos que esse paralelismo é evidente tanto na organização espacial da decoração, como na interligação entre exemplares de todas as artes decorativas, cujas datas remetem para a precedência da fábrica portuguesa³⁴⁶. Num período de florescimento de um aglomerado que defrontava e rivalizava com Olinda, os seus comerciantes de largos cabedais financiavam o aparato da capela da Ordem religiosa a que tinham vaidade em pertencer.

De um ponto de vista urbanístico, este é, em nossa avaliação, um entre os melhores exemplos em que as volumetrias e prospectos frontais de um complexo franciscano, abrilhantados com os da Ordem Terceira que incorpora, interferem no processo urbano, e interagem com ele de um modo muito positivo, tornando-se pólo aglutinador e de fascínio. Por isso, tem sido alvo de preocupações da sua preservação por parte das entidades da Cultura brasileira [doc. 72].

³⁴⁴ A inumação dos corpos passou, então, a fazer-se no cemitério municipal [doc. 10], embora alvo de pedido por parte da Ordem Terceira para obras de ampliação a levar a cabo pelo IPHAN que acedeu a executá-lo, para aumento do número de jazigos, conforme notícia de 1949 [docs. 67, 68].

³⁴⁵ Robert Smith foi um dos investigadores que assinalou essa inspiração ao compará-la com a Igreja lisboeta do Convento da Madre de Deus, em Xabregas, aspecto com que Müller concordou

³⁴⁶ Com trabalho retabular identificado pelo próprio Smith, como sendo dos séculos XVII, e XVIII, de antes do terramoto de 1755, ainda que haja alguma reformada, da segunda metade do século XVIII e mesmo do XIX (vide, Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte / Art Library Fundação Calouste Gulbenkian. *Robert Chester SMITH (1912-1975) Produção fotográfica*, 1962-1964.

4.6. Ordem Terceira no Convento de Santo António de Cairu

4.6.1 Contextualização

A cidade de Cairu, localizada na ilha do mesmo nome, pertence à Região do Nordeste, ao Estado da Baía, situando-se no seu litoral sul³⁴⁷ [figs. 868, 869]. Apareceu na sequência do povoamento da Capitania de São Jorge de Ilhéus³⁴⁸, sendo fundada como vila em 1608, com a denominação de Vila de Nossa Senhora do Rosário do Cairu; foi elevada a Município, ficando a pertencer ao Município de Ilhéus, até 1938, ano em que foi elevada a cidade³⁴⁹. Actualmente é sede municipal das 36 ilhas do arquipélago Tinharé³⁵⁰.

Cinco naus portuguesas ancoraram, pela primeira vez, em Cairu, no ano de 1531. Pertenciam a uma expedição chefiada por Martim Afonso de Souza³⁵¹, primeiro colonizador do Brasil, enviada pelo rei D. João III em missão de exploração da costa desde o Maranhão até o Rio da Prata (1530-1533), com fim à interrupção do comércio de pau-brasil feito pelos franceses e fundar os primeiros núcleos coloniais portugueses.

No ano de 1535, havia já, em Cairu, um incipiente núcleo populacional, apesar das dificuldades levantadas pela resistência dos autóctones, os índios Aymorés³⁵², e pelas frequentes investidas de corsários franceses e holandeses. A cidade desenvolveu-se a partir do cume, estendeu-se colina a baixo até à zona ribeirinha, evoluindo de simples construções térreas para as de sobrado, poucas, com mais de um piso; algumas

³⁴⁷ Em linha recta, dista da capital 87 km. Não havendo um acesso fácil e directo, por terra, percorrem-se as rodovias BA-001 e BR-101 num total de 305,7 km, entre estas duas cidades. Cairu pode ser alcançada ainda por *ferry-boat* que parte de Salvador, do terminal de São Joaquim, e chega a São Joaquim do Bom Despacho, onde existem autocarros regulares, ainda que escassos, que passam por Graciosa (povoado a 12 km de Valença); desce-se junto à ponte Torrinha, onde é necessário estabelecer contacto com donos de pequenas embarcações que fazem a viagem de cerca de 15 minutos pela laguna, entre mangais e pequenos focos de Mata Atlântica, até Cairu.

³⁴⁸ As terras da Capitania de Ilhéus começavam na foz do rio Jaguaribe e na Baía de Todos os Santos, logo abaixo da ponta sul da Ilha de Itaparica (Ponta do Garcez), prolongando-se por 50 léguas em direcção ao Sul, até à margem Norte do rio Jequitinhonha; tinham sido doadas a Jorge de Figueiredo Correa, por D. João III, em 1534; no entanto, este donatário nunca ali aportaria, pois nomeou, de imediato, o oficial Francisco Romero (natural de Castela) para aí iniciar o povoamento.

³⁴⁹ Pelo Decreto-Lei estadual n.º 10 724.

³⁵⁰ É o único município-arquipélago que existe no Brasil.

³⁵¹ Martim Afonso de Souza (c. 1490/1500 - Lisboa, 21-07-1564 ou 1571 Vila Viçosa, militar e administrador colonial português).

³⁵² Os portugueses à chegada ao Brasil denominaram Aimorés ou Aymorés aos autóctones das regiões da Baía, Minas Gerais e Espírito Santo, principalmente no vale do rio Jequitinhonha e vale do Rio Doce (cf. *Aimorés* [Em linha]. [Consult. em 05-02-2009]. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Aimor%C3%A9s>).

décadas passadas, logo apareceram no cimo da colina as generosas construções associadas aos poderes locais³⁵³.

Cairu, no decorrer do século XVIII, dispendo de um importante porto para exportação das matérias produzidas nas grandes fazendas da região³⁵⁴, converteu-se em vila de gentes abastadas³⁵⁵. Já, um século depois, provavelmente devido ao maior desenvolvimento da cidade vizinha Camamu e às constantes investidas dos índios, Cairu começou a entrar em decadência.

Hoje, é detentora de uma comunidade residente muito arraigada ainda a uma economia de subsistência e exploração directa de produtos que a natureza oferece³⁵⁶.

4.6.2 A As Instalações da Ordem Terceira

A documentação conhecida relativa à fundação e instalação no convento de Cairu da Ordem Terceira é muito escassa³⁵⁷. À mingua de documentos soma-se o

³⁵³ Cairu adquiriu grande importância, sendo sede municipal de todas as Ilhas de Tinharé, onde se instalaram os órgãos municipais, como a Prefeitura, a delegacia civil, dentre outras secretarias que cuidam dos interesses dos moradores dessa região.

³⁵⁴ Cairu dispunha de um porto de elevada importância económica, pois foi através dele que se escoaram as produções da região, o que dificilmente se faria por terra. As principais produções eram, o açúcar, a farinha de mandioca e, a partir do século XVIII, a madeira extraída da Mata Atlântica que cobria, então, grande parte da região. Em 1870, o corte da madeira era tão intenso e gerava tantos lucros que o governo criou a função de Juiz Corregedor das Matas para deter a exploração predatória descontrolada. “Vinte anos mais tarde, dada a ineficácia dessa medida, a Coroa resolveu tombar o que restava das matas, para estancar a exploração de madeiras nas ilhas” (cf. *Morro de São Paulo : Ilha de Cairu – Cairu* [Em linha]. [Consult. em 05-02-2000]. Disponível em http://www.hotelnatureza.com/natureza/morro_archipelago_de_tinhare-boipeba.htm).

³⁵⁵ Fomos informados por Fr. Hilton do convento que, segundo um livro de crónicas do convento, a que não tivemos acesso (*Livro de Crónicas - História profana de Cairu*. cap. 1, p. 3) a riqueza era tal que o rei D. José recorreu durante cinco anos à contribuição anual de 166\$000 sacada aos grandes proprietários para a ajuda da reconstrução de Lisboa após o terramoto de 1755 (cf. Frei Odulfo Van der VAT. “A Primeira Ordem III.^a do Brasil” Revista dos Franciscanos do Nordeste – Manuscrito impresso. *Santo Antônio*. Baía : Edição do Provincialado, 1942, ano 20, n.º 1, p. 22, col. dt.^a ainda, *Inventário de Protecção do Acervo Cultural* (IPAC-Ba), n.º BR, vol. 5, Litoral Sul : Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, Baía, 1988; ainda Sérgio Adiolato. *Cairu, um Convento que avista o Mar* [Em linha]. [Consult. em 05-02-2009]. Disponível em http://www.horizontegeografico.com.br/index.php?acao=exibirMateria&materia%5Bid_materia%5D=103; ainda José Dirson ARGOLO. *O Convento Franciscano de Cairu / The Franciscan Monastery of Cairu*. Baía : Monumenta IPHAN, 2009, p. 33.

³⁵⁶ Como a pesca, a extracção da fibra da piaçaba e a plantação de palmares para a extracção do óleo dendê (produto proveniente da extracção do óleo dos frutos vermelhos de uma palmeira introduzida pelos escravos no período colonial, que empresta o nome a uma região, *Costa do Dendê*, de que se fala no Brasil, a partir do século XVI). Todavia, começa a consciencializar-se das modernas possibilidades ligadas à nova indústria turística e conta, num futuro, poder, também, aceder à exploração petrolífera ; estas alternativas económicas poderão conduzir o município a um expectante desenvolvimento económico a mais ou menos curto prazo.

³⁵⁷ Não foram encontradas notícias de vulto sobre a Ordem Terceira convento, sendo que Jaboatão, também refere essa ausência de dados. Há, ainda assim, notícia da concessão de uma ordinária para a

deficiente estado de conservação de algumas das instalações dos Terceiros, o que dificulta a sua análise e crítica.

4.6.2.1 A capela de Santa Rosa de Viterbo

A capela de invocação a Santa Rosa de Viterbo teria sido o primeiro espaço da responsabilidade da Ordem Terceira em Cairu. Construída com ligação directa à igreja conventual, foi aberta do lado do Evangelho da nave, em espaço profundo, separada por amplo arco, com grade de balaústres torneados, de jacarandá [figs. 313, 841].

É um diminuto corpo paralelepípedo de planta rectangular simples, com capela de altar retabular assente em plataforma que o releva, criando dois espaços de hierarquia diferente; é de alçados lisos, com abertura à esquerda de uma janela de peito³⁵⁸, sendo a cobertura em abóbada de berço, lisa e branca, assente em cornija ressaltada.

A fraca luminosidade de que se dá conta no seu interior advém da referida abertura, para além da luz que possa entrar pelo arco que a divide da nave da igreja e assim evidencia a relevante decoração de que esta capela usufrui.

Como decoração, aponta-se um altar retabular de Estilo Nacional de planta côncava, revestido a folha de ouro, de um só eixo, com nicho central com a imagem da protectora em madeira estofada, colunas salomónicas que se prolongam em arquivolta, constituindo o ático, unidas no sentido do raio, por peças rectilíneas, entalhadas, num único corpo que assenta em banco e soto-banco³⁵⁹. Os panos laterais das paredes e o intradorso do arco são revestidos por azulejos figurativos historiados, que revelam cenas da vida devocionária do orago³⁶⁰. Não havendo datação concreta para esta execução, o

irmandade por provisão real para suprir a pobreza da Irmandade e em que se encontrava o próprio convento, pelo início da centúria de Setecentos³⁵⁷ e, ainda, da existência de comissários franciscanos para a Ordem Terceira³⁵⁷, alguns noticiados em datas tardias [docs. 29, 31, 34, 43].

³⁵⁸ Jaboatão noticia que esta capela teria tido uma porta que daria acesso a uma casa de exercícios sobre a qual se tinha edificado um sobrado (JABOATÃO. *Op. cit.*, pt. 2.^a, vol. II, cap. X, § 356, p. 582).

³⁵⁹ Em ARGOLO. *Op. cit.*, p. 68, lê-se que a madeira é de “cedro, datado possivelmente de 1720”; ainda de acordo com o autor citado, há probabilidade de este altar ter sido transferido de um outro local da igreja conventual, “na segunda metade do século XIX” e sido aparado para se adaptar ao novo local, aspecto que nos parece bastante plausível, uma vez que é evidente o acanhamento em que se encontra, não nos parecendo ter sido assim delineado *ab-inicio*; além deste facto, pode-se verificar que os azulejos da capela-mor da igreja dos frades, não estão colocados de acordo com o espaço que hoje aí existe, aspecto que é também tomado por aquele autor.

³⁶⁰ Há duas legendas em latim, em cartela desenhada na parte inferior das cenas: a do lado do Evangelho mostra, *Flagrat et non flagrat e, em frente, Opero que ego facio e ipsa jaiet*. Em enquadramento de inspiração barroca joanina já com apontamentos do rococó, referidos e comentados por José Meco (*Idem. Ibidem*, p. 12 e 68) e Santos Simões (cf. SIMÕES. *Op. cit.*, 1965, p. 60 a 74).

seu ambiente decorativo remete-nos para o segmento temporal compreendido entre o último quartel do século XVII e as primeiras décadas do século seguinte³⁶¹.

Apesar da pequena dimensão da capela, são visíveis a preocupação decorativa e alguma capacidade financeira, testemunhados no capeamento a folha de ouro do altar e no revestimento azulejar. Se a intenção de reverenciar a santa padroeira teria sido conseguida com um altar faustoso, o apelo aos fiéis e a tentativa da sua catequização, teriam sido alcançados com a cenografia hagiográfica do orago, dada pelos silhares azulejares.

Este teria sido o espaço que os Terceiros de Cairu sempre teriam usado, pois as instalações próprias que previam a construção de uma ampla igreja, igualmente de invocação a Santa Rosa de Viterbo, e de instalações administrativas, nunca foram terminadas, restando presentemente um invólucro de alvenaria descascado [figs. 285-289].

A capela, se comparada com o templo dos frades, apresenta decoração mais densa e ornamentação mais profusa que lhe emprestam os alçados recobertos a azulejaria figurativa e a cabeceira em talha dourada; acresce que a cobertura hoje desornamentada, não o foi sempre³⁶².

A nosso ver, o padrão deste espaço, ainda que, numa abordagem ligeira, possa acusar semelhança com o de Olinda ou o de São Cristóvão (capelas construídas na ilharga da igreja conventual), afasta-se dele por se constituir em estrutura muito simplificada – recinto único e dimensões reduzidas, sem interligação com outras salas da Instituição (sacristia, casa de oração entre outras) – ao contrário do que se verificou naqueles.

4.6.2.2 *A igreja independente da Ordem Terceira*

Do lado esquerdo da igreja dos frades, com algum recuo em relação à sua

³⁶¹ Tendo em conta o retábulo de talha dourada ao gosto do “estilo nacional” com a organização arquitectónica a remeter para os portais romanos, e os silhares azulejares azuis e brancos de grandes cenas historiadas com ilusionismo óptico do gosto barroco.

³⁶² Teve, até há pouco tempo, “sob a camada de pintura branca lisa” visível, ténue pintura colocada directamente sobre a argamassa, se bem que tudo condensado numa volumetria muito inferior à da igreja conventual, Argolo fala dessa pintura, como “flores entrelaçadas...” “bastante similares àquelas descobertas por nossa equipe, sob a arcada da sala do capítulo”, e da previsão de um estudo aprofundado desse aspecto (cf. ARGOLO. *Op. cit.*, p. 69).

fachada, ficam as ruínas da capela-mor da capela da Ordem Terceira, obra inacabada do início do século XVIII³⁶³, que seria de invocação a Santa Rosa Viterbo (Anexo 1, ponto 6.2) [figs. 284, 841].

A capela da Ordem Terceira Franciscana de Cairu surgiria em planta longitudinal e num espaço amplo, prevista para dois registos [figs. 285, 288, 289], a ser construída, com capela-mor alongada e nave única, como indiciam os vestígios existentes (hoje a precisar de consolidação) [fig. 287], reflectindo o gosto do tempo em que foi programada pela irmandade.

Apenas permanecem em pé as paredes, com a alvenaria em bruto, descascada [figs. 285-289] e um vasto e alto arco contracurvado que seria o arco triunfal [figs. 282, 283]; vazado na parede fundeira, um arco cego serviria, certamente, para o respaldo do altar-mor da capela [fig. 287]; nas laterais, a nível térreo, rasgam-se os vãos de portas que dão, à direita, respectivamente para o espaço aberto que medeia a parede exterior do ossário conventual e a parede que seria a da capela dos Terceiros e, à esquerda, duas [figs. 287-289] de acesso a outras dependências previstas para uso dos Terceiros, incluindo a sacristia de que restam apenas vestígios; nas paredes do registo superior, são visíveis os vãos de quatro janelas, duas de cada banda, de arco abatido [figs. 285, 288-289]. O espaço encontra-se a céu aberto [figs. 287-289]; precedem-no uma sala coberta e um adro, murado, com portão que dá para o adro conventual [figs. 281-283, 292], que seria o acesso exterior directo para esta área de ocupação da Ordem Terceira; este muro foi construído na continuação da parede da pequena capela que se rasga para o exterior, a partir da galilé da igreja dos frades.

Ao cotejar a planimetria de ambos os templos franciscanos de Cairu [fig. 841], é fácil concluir que, à partida, a Ordem Terceira pretendia edificar um templo de dimensão idêntica ou superior ao dos frades. A comparação das áreas das respectivas capelas-mores, ou da amplidão de ambos os arcos de triunfo, leva-nos a concluir que o templo dos Terceiros teria uma área maior que a dos frades; também a volumetria da capela-mor dos Terceiros, ainda que os muros descascados possa induzir em erro, nos

³⁶³ Nas obras de restauro das instalações da antiga Ordem Terceira, estão previstas, a consolidação de paredes, seu revestimento exterior, a cobertura em telhas em material termo-acústico sobre estrutura metálica, o encerramento das aberturas com vidro, inclusive no arco cruzeiro, a sua dotação de um camarim e sanitários e a interligação com a sala frontal (átrio), o revestimento superior de vidro/estrutura de alumínio (cf. Informação [Em linha]. [Consult. em 30-06-2009]. Disponível em http://www.papamel.org.br/painel_cairu%2001.html. Neste mesmo sítio, veja-se a descrição pormenorizada das obras a levar por diante neste complexo.

parece superior à conventual.

Os rasgos para janelas assumidos nos muros dos alçados laterais, são amplos; se comparadas com as da capela-mor da igreja conventual, pareceram mais largas; no entanto a falta de capeamento e decoração, podem enganar; a análise à arquitectura sugere terem sido, igualmente, abertas para a tipologia *janelas rasgadas por inteiro* como as da igreja da Primeira Ordem, ou *sacada* (figs. 288, 289, 308) (Anexo 1, ponto 6.3); embora tenha ficado a impressão de amplidão, talvez ela não difira, todavia, da alcançada nas outras capelas de Terceiros em janelas da mesma tipologia.

A análise do edificado não permite inferir, com rigor, sobre a intensidade da luz que se pretendia para o templo; mas do cotejo com o que foi uso nas capelas congéneres nos outros mosteiros da Zona da Mata, seriam construídas janelas de iluminação indirecta, com luz coada através de possíveis galerias que correriam ao longo dos muros da capela-mor.

Os aspectos apontados levam-nos a considerar a hipótese do programa construtivo da igreja dos Terceiros ter em vista uma mole idêntica, a não ser mesmo superior, ao templo da Ordem primeira, o que não foi comum na Província Franciscana de Santo António do Brasil; apenas foram construídas duas *igrejas de porte grande*, a do Convento de Salvador e a igreja nova do Recife, considerando a de Marechal Deodoro, de porte médio.

4.6.3 Património

A cidade de Cairu acabaria por ser alvo de inventário do IPHAN³⁶⁴, classificada com grau um (OP-1), onde ressaltam, num interessante centro histórico classificado³⁶⁵,

³⁶⁴ A cidade de Cairu viu o seu Centro Histórico ser inventariada, como paradigma da construção colonial, sob o n.º 32.201-0.3-I001, tendo sido tombadas pelo IPHAN, a Igreja de Nossa Senhora da Luz com suas imagens sacras e as três bicas da Fonte Grande.

³⁶⁵ O centro histórico estende-se da Praça da Matriz (Praça Benjamin Constant) até ao final da Rua Direita, próxima ao porto, onde se localizam 93 imóveis (entre os quais os construídos ou modificados no século XIX) [vide, a este propósito, *Inventário de Protecção do Acervo Cultural (IPAC-Ba)*, n.º BR, vol. V, 13/85/SPHAN, Litoral Sul : Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, Baía, 1988]. De entre as construções históricas com interesse patrimonial, avultam o convento franciscano, a Igreja de Nossa Senhora da Luz aonde ainda se vêem imagens sacras antigas e as três bicas da Fonte Grande, que foram tombadas pelo IPHAN em 1943. O próprio porto de Cairu é relevante para a cidade proporcionando a sua integração no arquipélago Tinharé. A importância deste no Brasil advém-lhe da intervenção histórica tida ao longo dos últimos quatrocentos anos; é, igualmente, pólo de atracção pela oferta de aprazíveis paisagens naturais, contribuindo, assim, com a sua quota-parte de história, cultura e natureza, aspectos proeminentes na tentativa de tornar a região apelativa para o mercado turístico.

a inacabada igreja dos Irmãos Terceiros, construída em destaque, independente do complexo conventual, e o Convento Franciscano, exemplar do início da arte de construir Barroco no Brasil, com uma área de 3,79 hectares, considerado pelo IPHAN, de valor monumental a preservar³⁶⁶.

4.7 Ordem Terceira no Convento de São Francisco de São Francisco do Conde

4.7.1 Contextualização

São Francisco do Conde é um dos municípios do Estado da Baía que integra a sua Região Metropolitana³⁶⁷. Afastado 66 km da capital, no Recôncavo Baiano [fig. 869], pertenceu à Capitania da Baía de Todos-os-Santos³⁶⁸ e ao termo de Salvador até 1697, ano em que o seu aglomerado urbano ascendeu a cidade³⁶⁹.

A povoação nasceu de uma parcela de terreno, distribuída para plantação a Fernão Rodrigues, junto à foz do rio Sergipe, actual Sergi-Mirim, pelo segundo Governador-geral do Brasil, Duarte da Costa (1553-1558). Em 1561, o governador que lhe seguiu, Mem de Sá (1558-1572), fez doação dessa sesmaria a seu filho, que a legou a sua irmã e a seu cunhado Fernão de Noronha, terceiro conde de Linhares³⁷⁰.

³⁶⁶ A Igreja e Convento de Santo António foram tombados pelo IPHAN. O Projecto Cairu engloba uma série de acções, visando o desenvolvimento sustentável do município. Actualmente há iniciativas dos religiosos residentes no convento para manter vivo esse espaço franciscano, garantindo, por exemplo, a sua abertura para a visita de turistas que procuram nele, uma alternativa à mera busca de sol, mar e gastronomia local, que os pudesse ter atraído àquelas paragens, com fruição do vector cultural, e, igualmente, a manutenção de espaços conventuais para reuniões / confraternizações institucionais, para palestras e seminários.

³⁶⁷ Chega-se a São Francisco do Conde, saindo de Salvador pela BR-324, percorrendo 59 km até ao entroncamento da BA-026 em direcção a São Francisco do Conde, circulando mais 12 km em direcção ao entroncamento com a BA-522 e, seguindo esta última por mais 3 km, até à cidade de São Francisco.

³⁶⁸ D. João III entregou esta Capitania ao fidalgo português, Francisco Pereira Coutinho (Portugal, ? – Itaparica-Ba, 1547), no ano de 1534, tendo este aportado à Baía, dois anos mais tarde.

³⁶⁹ *São Francisco do Conde* [Em linha] : Governo Brasileiro [Consult. em 02-05-2010]. Disponível em <http://www.saofranciscodoconde.ba.gov.br/contendo.aspx?t=CIDADE&p=CHISTO>.

³⁷⁰ *São Francisco do Conde* [Em linha]. [Consult. em 02-05-2010]. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Francisco_do_Conde.

O desenvolvimento da indústria açucareira na região levou à conversão da povoação em vila. Já conseguira atrair também os frades franciscanos, ainda que, a título precário. Por Carta Régia de 27 de Dezembro do 1693, foram criadas diversas vilas no Recôncavo Baiano³⁷¹, entre as quais a denominada São Francisco da Barra de Sergipe do Conde³⁷².

4.7.2 Instalações da Ordem Terceira

A história da Ordem Terceira de São Francisco em São Francisco do Conde enfrenta grandes lacunas. Para além da míngua de fontes escritas³⁷³, o seu espólio material é francamente parcelar, uma vez que da peça arquitectónica primitiva se conserva apenas o invólucro, tendo o interior sido inteiramente desvirtuado por mais de uma campanha de obras de adaptação a novos usos.

A Ordem Terceira de São Francisco do Conde foi instituída sob os auspícios de Santa Isabel, rainha da Hungria, e graças às ofertas dos ricos fazendeiros da região. A fundação e a construção do espaço que ocupou, remontará provavelmente, aos finais do século XVII, se for levada em conta a contemporaneidade da fundação e instalação das outras Ordens Terceiras Franciscanas no Nordeste Brasileiro, documentadas³⁷⁴, como observou, em 1973, Fernando Luiz Fonseca³⁷⁵.

Parece-nos plausível que não tenha mediado muito tempo entre a conclusão das obras conventuais e a fundação de uma Ordem Terceira.³⁷⁶ Seria natural que esse grupo

³⁷¹ Coube a “D. João de Lancastre fundar, a 27 de Novembro de 1697, a vila que tomou o nome do São Francisco da Barra de Sergipe do Conde, cuja instalação se verificou a 16 de Fevereiro de 1698” (cf. *São Francisco do Conde – Caracterização* [Em linha]. Baía, 29-07-2008 [Consult. em 02-02-2009]. Disponível em <http://www.mapavivo.com.br/index.php/caracterizacao/95-bahia/13496-rota-mapa-rotas-mapas-america%20do%20sul-rotas%20e%20mapas-S%C3%A3o%20Francisco%20do%20Conde>, ref. *Acervo de Documentação Territorial do Brasil*. IBGE. in <http://biblioteca.ibge.gov.br/>.

³⁷² Patronímico que beneficiou do título do antigo dono das terras onde surgiu o povoado, ainda actualmente utilizado nas designações de “Sergipe do Conde” e “São Francisco do Conde” esta última que utilizaremos doravante.

³⁷³ A propósito do aparecimento desta Ordem Terceira Fernando L. Fonseca diz que o *Livro da Crónica do Convento* (para os anos de 1583 a 1866) refere-se-lhe pouco; e que nada encontrou em outras obras por si abordadas em busca de notícias sobre aquela fundação [cf. FONSECA (2). *O Convento de São Francisco do Conde*. Col. A Baía e o Recôncavo 1, Série Arte e Monumentos. Salvador : Publicações do Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, 1973, p. 18]; em (JABOATÃO. *Op. cit.* pt. 2.^a, vol. II, cap. XIII, § 544, p. 588) também, nada se encontrou.

³⁷⁴ Tais como as da Baía com fundação em 1635, as do Penedo de meados do século XVII, a do Recife de 1695.

³⁷⁵ Cf. FONSECA (2). *Op. cit.*, 1973, p. 24.

³⁷⁶ As Ordens Terceiras, como se tem percebido, integraram uma maioria de irmãos pertencentes à classe abastada ou aristocrata local, pelo que pensamos ser plausível que o mesmo tenha acontecido em São

de pessoas pertencente a um elevado nível social se achasse em posição de desejar obter um lugar específico de devoção, onde pudesse, fora do ajuntamento das gentes locais, dispor de culto e venerações particulares, a par de outras regalias singulares, desígnios que, de um modo geral, os incentivava, como o direito a solo sagrado para enterramento de seus féretros, quando chegasse a hora, e a orações póstumas por intenção da salvação de suas almas. Teriam, pois, construído capela própria, provavelmente na segunda década do século XVIII, uma vez que a igreja dos frades actual foi edificada entre os anos de 1718 e 1722.

O historiador Fernando Luís Fonseca, reportando-se à leitura do *Livro da Crónica* do convento, infere que, no ano de 1846, a Ordem Terceira, como instituição, teria entrado já num processo de decadência que tinha atingido igualmente as instalações comunitárias, já dadas como degradadas na segunda metade do século XIX³⁷⁷. O ano de 1908, porém, providenciou obras de reestruturação do espaço, para adaptação a colégio para religiosos³⁷⁸, com reconversão de todo o espaço interior [figs. 365-368, 371, 372], varrendo a possibilidade de uma leitura fiável da primitiva traça³⁷⁹.

O que resta hoje das primitivas instalações desenvolve-se em dois corpos de forte horizontalidade, articulados entre si em “L” invertido que enquadram o antigo pátio da Ordem Terceira³⁸⁰ [fig. 354], com entrada pela porta da esquerda aberta no do

Francisco do Conde. Se existiu uma classe rica baseada na indústria local, a par de gentes ligadas à aristocracia, que providenciaram a construção para trazer os frades franciscanos até à região, poderiam ter sido estes mesmos indivíduos, igualmente, a ter estado na génese da fundação de uma Irmandade de terceiros franciscanos, que se formaria, ainda no século XVII.

³⁷⁷ Acrescenta o autor que durante algum tempo, individualidades ligadas à Ordem teriam exercido pressão sobre antigos confrades afastados e sobre moradores com perfil para ingressar na Ordem, apelando ao seu sentimento religioso, o que teria sido em vão. Apesar das reservas sobre o valor da fonte - crónica onde a preocupação com o panegírico faz associar muitas vezes lendas e factos que não tivemos possibilidade de conferir - o raciocínio do autor parece-nos bastante plausível, uma vez que a primeira metade do século XX assistiu à extinção da Ordem Terceira e ao legado do usufruto dos seus bens materiais à comunidade franciscana do convento [cf. FONSECA (2). *Op. cit.*, Salvador, 1973, p. 25 e 26].

³⁷⁸ Que substituiria o noviciado entretanto desactivado no Convento de Paraguaçu (a esse propósito, leia-se, FONSECA [*Idem* (2) *Ibidem*. Salvador, 1973, p.27].

³⁷⁹ Em 1953, os técnicos do IPHAN da Baía em visita de apreciação do estado geral da edificação “ala da Ordem Terceira” assentaram que não tinha o “aspecto severo de outros tempos, com divisões provisórias em decadência” (cf. Processo de Obras relativo à igreja e Convento de Santo António de São Francisco do Conde-Ba, “São Francisco do Conde” Arquivo de Obras IPHAN da Baía, 4.^a Directoria Regional). Acresceram obras nas últimas décadas do século XX levadas a cabo pelo IPHAN [docs. 86, 90-97]; encontrámos, em 2008, o antigo local da Ordem Terceira em processo de mais uma intervenção com fim a nova reutilização – desta feita, para acomodar um espaço de apoio social à terceira idade. Conversámos com os técnicos, acerca da necessidade de se proceder a trabalhos de prospecção arqueológica.

³⁸⁰ Parece ter ainda existido um Teatro relacionado com esta Ordem, uma vez que das suas fundações falam as pessoas que assistiram a obras no local, no ano de 1908, onde elas teriam sido descobertas como nos narra Fernando L. Fonseca [FONSECA (2). *Ibidem*. Salvador, 1973, p. 25], de que não encontrámos quaisquer vestígios.

lado direito do nártex da igreja conventual (Anexo1, ponto 8.3).

4.7.2.1 *A Capela da Ordem Terceira*

Construída perpendicularmente à igreja dos frades, do lado da Epístola, com planta longitudinal e arco de ligação, aberto sensivelmente a meio da nave daquela, frente ao púlpito, hoje entaipado (Anexo 1, ponto 8.3) [fig. 385, 389] tem um alçado com dois registos, determinados pelas duas fiadas de vãos abertos a dois níveis: portas e janelas no térreo e fenestração no superior [figs. 262, 263]; acedia-se ao seu interior por duas portas a partir do pátio da Ordem Terceira [figs. 361-363] e a partir do terreno da cerca dos frades [fig. 354, 390, 843]; os muros são rematados superiormente por cornija de coroamento que suporta um telhado de duas águas [figs. 354, 358]. Externamente, no topo do que foi a parede fundeira da sacristia transversal, avulta uma cruz elevada na intercepção das duas águas, flanqueada por dois pináculos que se erguem no enfiamento dos cunhais apilastrados [figs. 357, 358].

O arco através do qual comunicava directamente com a nave da igreja conventual foi rasgado no lado da Epístola e emparedado em 1908³⁸¹. Hoje, não é mais possível fazer a leitura do aspecto interior original destes espaços, pois foram completamente desvirtuados; restam as paredes e o vigamento em asnas de madeira no piso superior, suporte de um telhado de duas águas [figs. 365, 367, 368, 372].

Da leitura do exterior, apercebemos que a capela estaria dividida em nave e capela-mor, por de trás da qual existiria uma sacristia [fig. 362].

Os vãos de iluminação do templo marcam dois registos; no térreo, abrem-se duas portas, uma presumivelmente de acesso à nave e outra directamente para a capela-mor; a outra janela visível pertenceria à sacristia [fig. 362]; no entanto, estes vãos não nos parecem ter traça suficientemente erudita, para os tomarmos pelos primitivos. Pelo contrário, a organização ritmada das quatro aberturas do registo superior, indicia uma fábrica mais de acordo com a erudição mais antiga, ainda que não haja quaisquer vestígios das modinaturas primitivas [fig. 362].

Estas aberturas são similares nos espaços congéneres que os Terceiros

³⁸¹ Essa passagem foi cerrada quando, em 1908, os frades franciscanos que tinham, entretanto, tomado posse dos bens da Ordem Terceira neste convento, pretenderam transformar o espaço dos Terceiros em colégio para atrair vocações ao convento [leia-se, a este propósito, FONSECA (2). *Ibidem*. Salvador, 1973, p. 27].

construíram na Zona da Mata Brasileira. A existência de cerca, jardim ou pátio, próprios das Irmandades, parece ter-se traduzido no estabelecimento de ligação pelo exterior à capela e à sacristia, cujos interiores foram arejados e iluminados por um número de aberturas racionalizado de acordo com a volumetria [fig. 362]. Pensamos, ainda, terem sido previstas para providenciar o entrosamento de duas atmosferas de essências distintas, a da Natureza e a da Espiritualidade, determinando uma mística do barroco muito peculiar em regiões tropicais, onde, sempre que viável, se privilegiou a abertura dos espaços de culto ao exterior, admitindo neles a riqueza de sensações passíveis de chegar de fora e que são tomadas como ofertas divinas ao homem, e testemunho do desígnio franciscano primitivo, o amor pela natureza e por todas as criaturas de Deus. Presentemente, o conjunto que foi dos Terceiros, é um espaço completamente desvirtuado, sem qualquer indício da sua decoração primitiva, de que apenas encontrámos referência em documentos de obras de restauro do IPHAN a um forro de tecto com pintura de quadratura ilusionista atribuída ao Mestre José Joaquim da Rocha³⁸² [docs. 86, 90-97].

A capela se comparada com a igreja conventual tem uma área menor, pois é mais estreita que esta e apresenta o eixo longitudinal de igual comprimento ao da sua nave [fig. 842, 843]; a volumetria seria relativamente menor, ainda que este parâmetro é de difícil avaliação, perante as modificações sofridas.

4.7.2.2 A Sacristia

A sacristia abre-se na transversal da capela. Actualmente a função desta divisória é denunciada apenas pela existência de um lavabo de pedra com espaldar alto embutido na parede [fig. 369, 370], que recebia na sua bacia as águas recolhidas do

³⁸² Carlos Ott, considera-o um dos expoentes da pintura de tectos em quadratura do barroco brasileiro, comentando que ter-se-ia inspirado na pintura portuguesa e particularmente na italiana, muito embora apresente uma expressão pictórica criativa, passível de ser considerada de mentalidade tipicamente brasileira, tendo mesmo dado início a uma escola de pintura erudita baiana, ainda que inspirado em estampas antigas, como era, aliás, usual, na época (OTT. “José Joaquim da Rocha”, in *Revista do Património Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, 1961, n.º 15, p. 71 a 108). O estudo de RAGGI sobre os tectos barrocos brasileiros, chama a atenção para a aproximação às composições de perspectiva nas pinturas dos tetos das igrejas do jesuíta Andrea Pozzo (Trento, 1642-Viena, 1709) e que teriam chegado à colónia pela mão de artistas próximos daquelas pinturas (RAGGI. *Op. cit.*, 2004, p. 908). Esta passagem parece-nos ter sido o modo natural de expansão de um processo artístico de criar ilusão arquitectónica em tectos que daria início a uma época estilística nova na pintura, o barroco romano, que nascera na igreja jesuíta *Il Gesù*, influenciando os artistas que em Portugal criaram espaços sagrados numa época barroca, estendendo esse novo modo de recriar interiores à nova colónia brasileira.

exterior³⁸³.

4.7.2.3 *O Consistório e Ossário*

Perpendicular à capela, justapõe-se um corpo que cria a referida planta em “L” invertido [figs. 354, 362, 364, 371]; é de dois pisos, exibindo, no pano virado para o pátio dos Terceiros, no registo inferior, uma porta de acesso ao seu interior e uma fiada de óculos elípticos para arejamento, enquanto no piso superior, os vãos de janelas parecem manter a feição antiga, ao contrário dos vãos de iluminação abertos no pano murário da capela. Este corpo abrigava, primitivamente, no piso térreo, o ossário da irmandade e, no superior, a vasta sala do Consistório.

Desconhecendo-se a data de construção deste corpo – onde avultam elementos decorativos arquitectónicos eruditos apesar do desvirtuamento que entretanto sofreu –, para se tentar estabelecê-la, apenas se pode levantar a hipótese, a partir da análise das aberturas dailharga, apontando-se para obra de entre a segunda metade do século XVIII, a levar em conta os óculos do registo inferior e, para o século XIX, com base na leitura das modinaturas das janelas do piso superior.

4.7.2.4 *O pátio*

O pátio é desenvolvido entre os braços em L invertido das alas das instalações dos Terceiros e a parede exterior da ilharga do lado da Epístola da igreja conventual, e ainda por vedação em ferraria e algumas construções rasas, que continuam o frontispício daquela [figs. 354, 357, 358, 361, 374]. É um espaço que cria algum intimismo vivencial, a recato da exuberância da natureza que envolve ainda hoje todo o complexo franciscano [figs. 374, 390].

³⁸³ Fomos encontrar todo o espaço que outrora pertencera à Ordem Terceira a ser intervencionado com obras de reabilitação e reconversão de uso. Deixamos uma descrição da antiga feição do seu interior, tomada do *Livro da Crónica do Convento*, [ref. FONSECA (2). *Ibidem*. Salvador, 1973, p. 25]: tinha um bonito altar-mor, com retábulo de madeira dourada, de gosto barroco, para além dos seis altares laterais que se erguiam ao longo da nave (havendo indicação da sua decrepitude já no século XIX); o revestimento superior era em madeira com pintura ilusionista [que Fernando Luiz Fonseca ainda teria visto fragmentos, com datações visíveis, provavelmente indicativas dos anos de pintura e de restauro, respectivamente 1715 e 1844, como ref. in *Idem*. (2) *Ibidem*, p. 25]. A propósito deste tecto, apercebemos que teve intervenção de reparação em 1944; houve reparações nos telhados da Ordem Terceira em 1959; e em 1974, foi dada urgência ao restauro desse tecto, numa das vistorias, levada a efeito pelo IPHAN (Processo de Obras do Arquivo de Obras do IPHAN da Baía, Pasta *São Francisco do Conde*, 1944 / 1946 / 1953 / 03-09-1959 / 17/30-12-1974). Existe neste sector de Obras deste Arquivo um *Dossier 2* constituído com a documentação respeitante ao restauro do tecto da capela da Ordem Terceira.

4.7.3 *Características arquitectónicas e artísticas*

O Convento de Santo António em São Francisco do Conde apresenta várias singularidades, quando comparado com as características arquitectónicas dos similares construídos pela Província Franciscana do Brasil, na Zona da Mata nordestina. Embora algumas delas já tenham sido apontadas por Germain Bazin, em 1956, e posteriormente por Fernando L. Fonseca, em 1976, outras passaram despercebidas, até ao presente.

No que respeita ao nosso tema, destacamos algum ineditismo na distribuição dos espaços; em Francisco do Conde: o esquema de articulação dos corpos, igreja/claustro/Ordem Terceira, aparece invertido em comparação com os outros; ainda, o antigo espaço da Ordem Terceira distribuído por uma planta de duas alas em L invertido [fig. 843]; numa delas encontrou-se o corpo da antiga capela na perpendicular à igreja dos frades e o da respectiva sacristia e, em outra, um ossário, sobre o qual se abria a sala do Consistório [figs. 354, 357, 358].

Apesar disso, a capela da Ordem Terceira subscreve um dos padrões com maior incidência nesta Zona da Mata Brasileira, a da perpendicularidade em relação à nave da igreja dos frades, tal como Bazin anotou, como esquema marcante para as capelas Terceiras desta Zona, porém, aberta do lado da Epístola, com ligação àquela por arco³⁸⁴

Singular é, ainda, a espacialidade em que se organizam as suas instalações, com um pátio envolvido pelos panos murários dos seus edifícios, pelo da igreja dos frades e por muro que mantém a Irmandade a recato da agitação da urbe e da conventual, ainda que mantendo a expectante ligação espiritual com esta [figs. 357, 361].

4.7.4 *Património*

São Francisco do Conde é uma cidade costeira, onde ainda se encontra Mata Atlântica remanescente que, juntamente com as ilhas e os mangues que juncam os arredores, contribuem para a riqueza patrimonial natural da região. O casario colonial

³⁸⁴ Outras singularidades foram referenciadas por Bazin em relação ao próprio convento. O autor coloca este a par do do Recife no que respeita à existência de dois sinos, colocados em recuo no pernambucano e, ao nível da fachada da galilé, em São Francisco do Conde, salientando ser comum entre os franciscanos na Zona da Mata Nordeste o uso de um único sino. Considera, ainda a fachada de São Francisco do Conde “bâtarde”, sendo uma composição saída da mistura de traços dos frontispícios de Cairu e Salvador, no que terá razão; não sendo, no entanto este, assunto central da nossa tese e porque será interessante conhecer a questão das formas dos coroamentos das torres sineiras e da configuração deste frontispícios, leia-se, BAZIM. *Op. cit.*, 1.º vol., p. 125, 144; JABOATÃO. *Op. cit.*, pt. 2.ª, vol. II, Cap. XXXVII, § 453p. 500.

associa-se a outras construções centenárias, de edificação mais erudita, concentradas num centro histórico; aí avoluma-se, em destaque, o convento franciscano – que integra, à sua direita, as alas da Ordem Terceira – que nos parece ter sido elemento de atracção e agregador na urbe.

O complexo dos Terceiros, do ponto de vista urbanístico, não teria tido grande protagonismo, pois a capela foi construída muito recuada em relação à frente nobre do convento, o frontispício da igreja. Retirado de qualquer impacto na povoação, muito protegido pela cerca dos frades [figs. 374, 390], apenas o corpo do ossário está em avanço para a urbe, marcando alguma presença com a sua edificação de paredes planas, onde, ainda assim, ressaltam molduras eruditas de vãos de janelas e óculos, para além dos telhados.

Com entrada própria para o seu pátio através da galilé da igreja dos frades, a Ordem Terceira apresentava alguma visibilidade ao transeunte, que assim tomava conhecimento da sua existência, não deixando passar despercebida a presença da Instituição na cidade³⁸⁵.

4.8 Ordem Terceira no Convento de São Francisco de São Cristóvão

4.8.1 Contextualização

São Cristóvão, município do estado de Sergipe, localiza-se na Região

³⁸⁵ Ciente disso, o Município de São Francisco do Conde entrou na via das políticas de desenvolvimento turístico que os governos brasileiro, estadual e federal, têm vindo a implementar no seu território, mediante parcerias concretizadas entre o poder público e organizações particulares, de onde a contribuição das comunidades não está arredada. Esse objectivo é a razão de ser da “Prodentur NE-II-PDITS” (para o Salvador e seu entorno), o que viabilizou já intervenções várias no património da região baiana; o objectivo foi e continua a ser o de implementar o crescimento da actividade turística, através da preservação e da valorização, dos recursos naturais, das construções históricas e da consciencialização das populações residentes sobre o valor cultural que tudo isto deve representar para si, como usufrutuários e agentes de protecção, que são, de bens que devem auxiliar a legar ao futuro, conhecendo-o e dando-o a conhecer, na expectativa de retardar ao máximo a sua desapareição e com ela parte de uma História que se quer seja Universal. Fazem, igualmente, parte desse programa de intervenção cultural geral, os municípios baianos de Madre de Deus, Santo Amaro, Cachoeira, São Félix, Saubara, Maragojipe, Nazaré, Jaguaripe, Itaparica, Vera Cruz e Salinas da Margarida.

Metropolitana de Aracaju³⁸⁶, estrategicamente situado entre as Capitánias de Pernambuco e da Baía. Antes de se implantar no morro em que se encontra hoje, o povoado fixou-se em dois locais diferentes³⁸⁷. Foi sede da capitania de Sergipe d'El Rei³⁸⁸ e primeira capital da província de Sergipe, até meados do século XIX³⁸⁹. Depois de expulsos os franceses e as populações de índios que os apoiavam³⁹⁰, assistir-se-ia, no 1.º de Janeiro de 1590³⁹¹ – no decorrer da Dinastia Filipina – à sua instituição como lugar, pela mão de Dom Cristóvão de Barros Cardoso³⁹², pelo que ficou a dever a onomástica ao Santo com o mesmo nome. O lugar acabaria por se estabelecer a Norte do estuário do rio Vaza-Barris, no litoral, ainda que a quarenta e sete metros de altitude, distante da capital sergipiana, Aracaju³⁹³.

³⁸⁶ São Cristóvão tem por limites os municípios de Aracaju a Este, Nossa Senhora do Socorro e Laranjeiras a Norte, e Itaporanga d'Ajuda a Oeste e Sul. As vias que lhe dão acesso são a BR 101 ou a Rodovia SE 004 (comumente chamada Rodovia João Bebe Água).

³⁸⁷ A conquista do primitivo lugar de fundação que tomou o nome São Cristóvão de Sergipe d'El-Rei, situado junto ao mar, foi conseguida à custa da ajuda dispensada pelos moradores baianos que acompanharam Cristóvão de Barros e o ajudaram activamente na empresa de expulsão dos indígenas para o sertão (A propósito desta localização da povoação, há divergências de opinião expressas por conceituados historiadores das coisas do Brasil, particularmente para o Brasil Holandês, como foram Francisco Varnhagen e Balreus; como não nos vamos deter sobre essa problemática e porque ela foi estudada já, leia-se, para maior esclarecimento, IPHAN. *Programa das cidades Históricas, Plano Urbanístico de S. Cristóvão*, vol. 2 – “Estudo da evolução Urbana, p. 22 a 24). Sergipe fazia parte da Capitania doada a Francisco Pereira Coutinho em 1534 (estendendo-se do Rio São Francisco até à Ponta do Padrão da Baía. A colonização do território onde hoje existe Sergipe começou em 1590. A segunda mudança deu-se entre 1595 e 1596 e esteve relacionado com a busca de um sítio acautelado das possíveis reinvestidas dos franceses que tinham sido dali escorraçados. Em 1607 passa definitivamente para onde se encontra hoje, na margem do Rio Paramopama, afluente do Rio Vaza-Barris.

³⁸⁸ Tomaria esse nome quando o monarca D. João III, ao pretender impedir as incursões dos franceses, comprou o território compreendido entre os Rios Real e São Francisco, após o falecimento do Donatário da Baía, seu proprietário. As expedições de piratas franceses tinham-se tornado ruinosas para a economia do reino, pois acompanharam o estabelecimento de contactos amistosos com as populações indígenas, com quem passaram a comerciar, trocando objectos de pouco valor pelo valioso Pau-Brasil.

³⁸⁹ Sergipe foi anexada à Baía e São Cristóvão passou a sede de Ouvidoria, no final do século XVII. Foi, por algum tempo denominada *cidade de Sergipe*, estabelecendo-se como freguesia de invocação a Nossa Senhora da Vitória.

³⁹⁰ A região de Sergipe tinha sido habitado por tribos Tupinambá, Kiriri, Boimé, Karapotó, Aramuru, entre outras, com predominância das tribos tupinambás (cf. Maria Thetis NUNES. *Sergipe Colonial II : Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1996).

³⁹¹ Após confrontos com os índios no ano de 1589. Foi primeiro fundada no litoral, próximo do Rio Poxim, acima da foz do Rio Vaza-Barris, perto da Barra Atlântica, onde hoje está a cidade de Aracaju e, só depois, por se inferir o desfrute ali de maior segurança, foi deslocada para onde hoje se encontra.

³⁹² Foi 3.º Capitão do Rio de Janeiro e depois seu 4.º Governador; lutou contra os franceses e por isso foi agraciado, primeiro com a dádiva de terras no Rio de Janeiro na localidade chamada de Guapimirim e, depois, foram-lhe doadas as terras abandonadas de Sergipe, o que o tornou o fundador de São Cristóvão, quando aí chegou em 1590. O território que Cristóvão de Barros ocupou fora-lhe doado pelo próprio monarca espanhol, D. Filipe II, como recompensa de serviços prestados à coroa ibérica, e com o fim de anexar essas terras para a coroa, e povoá-las, oferecendo e dividindo-as por quem o acompanhasse na proeza de ocupação. Seria o monarca ibérico a autorizar a manutenção da guerra contra as populações indígenas, pois esse território tinha adquirido grande importância estratégica por fazer a ligação entre as duas mais importantes capitánias de então, as da Baía e de Pernambuco.

³⁹³ A cerca de 23 km se percorrida a BR 101 e 18 km se intentada a Rodovia João Bebe Água, em muito

Na primeira década de Seiscentos, a região onde se implantou definitivamente a cidade não era das mais prósperas da Capitania, por falta de acesso directo a um porto que pudesse estimular actividades económicas. Detinha, todavia, terras muito férteis de massapé³⁹⁴, nas várzeas de altitude, o que garantiu durante o século XVIII, o aparecimento de uma sociedade predominantemente rural de senhores de engenhos e fazendas, com decorrência de laboração essencialmente agrícolas, com estabelecimento das actividades canavieira e pecuária³⁹⁵. No decurso do desenvolvimento da Capitania de Sergipe, a partir da segunda metade do século XVIII, a indústria da cana-de-açúcar a par da algodoeira, conduziu a um século XIX de grande prosperidade local.

A cidade ramificou-se desde a sua formação como urbe, em cidade alta e baixa, com a concentração dos monumentos históricos no seu cume³⁹⁶. É na cidade alta, na Praça de São Francisco³⁹⁷, que se encontra a Igreja e Convento de São Francisco³⁹⁸ (Anexo 1, ponto 10.2, 10.3) [fig. 463], no local onde anteriormente, os franciscano tinham já levantado uma pequena capela e um recolhimento, a que chamaram Capela de

mau estado para circulação.

³⁹⁴ O solo massapé encontra-se principalmente no litoral nordestino, formado por decomposição de rochas com características minerais de gnaisses de tonalidade escura; é um solo siltoso-argiloso, rico em húmus. Surge especificamente na Zona da Mata, Recôncavo Baiano e sul da Bahia, formados no período Cretácico (cf. Roberto Thadeu, Erick Antônio. [Em linha]. *Ecoextreme*, 16-04-2009 [Consult. em 07-02-2009]. Disponível em http://ecoextreme-4.blogspot.com/2009_04_01_archive.html.

³⁹⁵ Com criação de grandes pastos, para reprodução do gado cavalari para o trabalho agrícola e bovino para alimentação, que se constituíram base de exportação para as grandes fazendas e engenhos das capitanias de Pernambuco e Baía. A ocupação do território fez-se a partir da distribuição de sesmarias, primeiro para a criação de gado, e pequenos engenhos, ficando as grandes áreas açucareiras nas mãos dos estados que confinavam com Sergipe.

³⁹⁶ A cidade foi tombada pela então DPHAN (Directoria do Património Histórico e Artístico Nacional) em 23 de Janeiro de 1967, com Inscrição no *Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*, enquanto que a nível estadual já havia sido elevada à categoria de *Monumento Histórico* pelo Decreto-lei n.º 94, 22-06-1938.

³⁹⁷ Existe um Processo para inclusão da Praça de São Francisco na lista do Património Universal da Humanidade da UNESCO. Em Março de 2006, o Governo do Estado Brasileiro contratou técnicos, diversos profissionais, intelectuais e artistas de Sergipe, para darem início a trabalhos de elaboração da candidatura de São Cristóvão à lista do Património Universal da Humanidade, com o apoio da Secretaria de Estado da Infra-estrutura, do *Monumenta*, do Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional e da Prefeitura Municipal de São Cristóvão. A candidatura que tinha sido avaliada anteriormente pelo ICOMOS, foi reconhecida de valor universal em 11 de Setembro de 2008. Salientamos o facto de este ser um exemplo material único, em que uma delegação espanhola apresentou ao Comité o valor do sítio histórico de São Cristóvão, recuando à época em que eram terras sob domínio português, mas sob legislação imposta pelas Ordenações Filipinas, tratando-se de um monumento histórico em que as duas potências Portugal e Espanha estiveram unidos sob uma mesma coroa. A decisão da candidatura será tomada em 2009, na Sessão do Comité que ocorrerá em Sevilha (cf. IPHAN. [Em linha]. *Candidatura da Praça de São Francisco em São Cristóvão (SE) é reconhecida de valor universal*, 11-07-2008. [Consult. em 11-09-2008]. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalleConteudo.do?id=13989&sigla=Noticia&retorno=detalleNoticia>. Vide, a propósito, *Brasil*. Aracaju : Secretaria do Estado da Infra-Estrutura, Prefeitura Municipal de São Cristóvão, IPHAN (Dossier com a proposição de inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão-Se na lista do Património Mundial), 2007.

³⁹⁸ Endereço: Praça São Francisco, s/n, Centro Histórico, Centro, São Cristóvão-Se.

Santa Cruz e Convento Franciscano do Bom Jesus³⁹⁹. Em 1637, as tropas luso-espahnolas comandadas pelo Conde Bagnuoli⁴⁰⁰, numa tentativa de evitar a fixação dos holandeses na região de Sergipe, dizimaram os campos e o gado que não conseguiram evacuar a tempo, incentivando a população a abandonar casas e campos; apesar disso, os holandeses fixaram-se nesta capitania, por oito anos⁴⁰¹. A restauração de Portugal, entretanto ocorrida, não impediu, contudo, que os neerlandeses fossem derrotados e expulsos pelas tropas ibéricas, deixando para trás uma capital muito arruinada. Para além desta ocupação, a povoação viria, ainda, a sofrer mais reveses⁴⁰², tendo começado a sua reconstituição já no decorrer do século XVIII; os edifícios religiosos foram alvo preferencial dos grandes arranjos, tendo-se distinguido, se comparados com a maioria das moradas da população local que, de um modo geral, eram muito modestas, ainda que nascidas junto e sob a protecção das moles de belos conventos e igrejas.

Em 1820, D. João VI emancipou Sergipe da Baía, tornando-a Província do Império do Brasil, com a povoação de São Cristóvão por capital. Entretanto, interesses económicos relacionados com o escoamento da cana-de-açúcar para fora da capitania, levou à escolha de Aracaju, para nova capital, com a sua localização marítima, o que aconteceu no dia 17 de Março de 1855⁴⁰³ [doc. 40]. Com a transferência da sede do Governo Provincial, São Cristóvão, perdeu a sua centralidade política e administrativa e entrou em declínio.

³⁹⁹ O complexo franciscano de São Cristóvão foi o primeiro monumento de Sergipe a ser tombado, com inscrição no *Livro do Tombo*, processo n.º 0303-T-41; no *Livro Histórico*, inscrição n.º 184, 29-12-1941 e, na mesma data, no *Livro de Belas Artes*, inscrição n.º 251-A, Processo n.º 0303-T-41; o tombamento incluiu todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13-08-1985, referente ao Processo Administrativo n.º 13/85/SPHAN. Durante o século XIX, com a extinção dos frades, as instalações do convento foram utilizadas pela Assembleia Provincial, enquanto o grande salão do Consistório da Ordem Terceira foi ocupado pela Tesouraria-Geral da Província; também serviu de aquartelamento às tropas que foram combater os revoltosos de Canudos, em 1897 (cf. IPHAN, *Livro de Tombo*, 1941). Essa revolta ocorreu nos primeiros tempos da República, relacionado com os grandes problemas sociais do Brasil.

⁴⁰⁰ Giovanni Di San Felice, conde Bagnuoli, nascido em Nápoles no ano de 1575 e falecido em Salvador, em 1640, evidenciou-se como militar; ao serviço do rei da Espanha, lutou contra os holandeses no Nordeste Brasileiro, com a ajuda de colonos pernambucanos, paraibanos, alagoanos e rio-grandenses.

⁴⁰¹ A presença dos holandeses no território sergipano estendeu-se de 1637 a 1645, e correspondeu à destruição da sociedade que aí se fixara de modo ainda incipiente.

⁴⁰² Em 1763 sofreu a invasão dos negros dos mocambos e de índios perseguidos.

⁴⁰³ A mudança da capital para o povoado Santo António do Aracaju, na Barra da Citinguiba, com a denominação de Cidade de Aracaju, foi consumada com a sanção presidencial à Resolução n.º 413, de 17-03-1855 (cf. IPHAN. *Programa das cidades Históricas, Plano Urbanístico de S. Cristóvão*, vol. 2, “Estudo da evolução Urbana”, p 134).

4.8.2 *Ordem Terceira*

A data de fundação da Ordem Terceira em São Cristóvão não é conhecida⁴⁰⁴. De concreto, temos a informação de Jaboatão que, na sua Crónica de 1707, referiu-se à capela começada a construir junto da igreja conventual e ainda não terminada, alvitando que o motivo do atraso da sua edificação teria sido a escassez de verbas – contribuições dos senhores de engenho e de gado que se previram mais avultadas –, relacionados com uma região eminentemente ruralizada. Sabe-se que, por volta de 1715, ligada à Ordem Terceira, ter-se-ia realizado uma Procissão das Cinzas, o que leva a crer que houvesse já um lugar sagrado para a sua organização e que, se a capela dos Terceiros não estava então concluída, existiria já como espaço coberto com algumas condições para albergar actos religiosos [doc. 8].

A legislação promovida pelo Império proibiu os novos ingressos nas ordens religiosas, o que implicou o abandono progressivo dos conventos de religiosos e das Ordens Terceiras e outras Irmandades religiosas. Com a proclamação da República em 1889 e a *Programação da Constituição de 1891*, a liberdade religiosa foi restabelecida. O complexo franciscano de São Cristóvão ficaria abandonado até 1902, época em que o governo brasileiro autorizou a entrada de frades reformadores da Ordem, vindos da Alemanha⁴⁰⁵, o que levou novo folgo às instalações conventuais e à dos Terceiros

⁴⁰⁴ Na nossa abordagem a esta obra deparamo-nos com escassez de fontes documentais escritas acessíveis, pelo que a base de investigação teve como elemento de grande preponderância a observação *in loco* da peça arquitectónica em si. Também para o Convento de São Cristóvão contámos com alguma informação deixada por Frei Jaboatão (crónica citada); com alguns documentos gentilmente cedidos pelo IPHAN, particularmente pela sub-região de Sergipe, como o *Programa das cidades Históricas, Plano Urbanístico de S. Cristóvão*, vol. 2 – “Estudo da evolução Urbana”: Convénio SEPLAN PR, Governo do Estado de Sergipe – EMSETUR; com informação do GRAU (Grupo de Restauração e Renovação Arquitectónica e Urbana, órgão da Faculdade de Arquitectura de UFBA - Universidade Federal da Baía), Salvador 1980, com referência ao citado Jaboatão; com Marcos António de SOUZA. *Memória sobre a Capitania de Sergipe*, Sergipe, 1808; ainda, com Francisco Adolfo de VARNHAGEN, Visconde de Porto Seguro, 1816-1878. *História geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal*, 3ª Ed. : Companhia Melhoramentos de S. Paulo, Rio de Janeiro [193-]; Maria Thetis Nunes. *Sergipe Colonial II* : Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1996; *Idem. Sergipe Provincial I: 1820-1840* : Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 2000; Sarah Karenine Paes RIBEIRO. “História, Arte e Ensino. Proposta de Livro Paradidático sobre a Arte Sacra Barroca Presente na Igreja e Convento de São Francisco”, in *Scientia Plena*, vol. 3, n.º 5, p. 42-48 : Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-Se, Brasil, 2007.

⁴⁰⁵ A permissão tomou a forma de projecto de lei, sancionado pelo Intendente Municipal, dado no Paço do Conselho Municipal de São Cristóvão em 25 de Fevereiro de 1900, mas só seria votado passados dois anos (cf. IPHAN. *Programa das cidades Históricas, Plano Urbanístico de S. Cristóvão*, vol. 2 – “Estudo da evolução Urbana”, p. 173 e 174). Chegados a São Cristóvão os novos franciscanos assumiram a paróquia de Nossa Senhora da Vitória, para além do Convento; nomeado Frei Francisco Peregrino Hildebrand, Superior da comunidade sediada em São Cristóvão. Essa comunidade foi constituída apenas por dois religiosos da Ordem Primeira e dois leigos da Ordem Terceira (cf. IPHAN. *Programa das cidades Históricas, Plano Urbanístico de S. Cristóvão*, vol. 2 – “Estudo da evolução Urbana”, p. 177). No início do século XX a comunidade franciscana em São Cristóvão alcançou o número de 40 religiosos,

(Anexo 1, ponto 10.1).

4.8.3 *Instalações da Ordem Terceira*

Em São Cristóvão a Ordem Terceira de São Francisco instalou-se fora da mole conventual, adossada à esquerda dela [figs. 407, 446 : docs. 80, 98] (Anexo 1, ponto 10.2.2); a sua capela articulou-se perpendicularmente à nave da igreja da Ordem Primeira, nascendo na ilharga do lado do Evangelho, estabelecendo com ela ligação directa através da abertura de um arco amplo⁴⁰⁶ [figs. 420, 450, 451], como aliás, foi vulgar no Brasil, assim como também em Portugal entre edificações similares⁴⁰⁷.

Dos espaços ainda hoje identificáveis desta Ordem Terceira, presentemente transformado em instalação museológica, no piso térreo, para além da portaria [fig. 425], a que se acede directamente da rua pelo único portal de entrada directa [figs. 408, 409], destacamos a capela, [fig. 413], a sacristia; o ossário [fig. 846]; no segundo piso existe um salão de Terceiros [fig. 437], para reuniões, por cima da sacristia dos frades [fig. 847], com um longo corredor de acesso [fig. 434-436], paralelo à igreja do convento.

Externamente, os dois corpos ocupados pela Ordem Terceira, têm disposição horizontal, apresentam um perfil escalonado, de dois pisos, com pano único em cada corpo, rematados lateralmente por pilastras colossais, no topo dos quais sobressaem pináculos que anunciam a cabeceira e o início da capela-mor da igreja dos Terceiros [figs. 407, 845] (Anexo 1, ponto 10.3); mantêm a constância de muros chãos, de plasticidade lisa e simples patenteada nos trechos conventuais, apesar da maior vetustez destes, e da maior erudição da traça das modinaturas usadas nas amplas fenestragens e no portal de entrada, que denunciam o novo gosto rococó / neoclassicismo que aí se impôs na decorrência e no final do século XVIII [doc. 80]. As coberturas são diferenciadas, em telhados, de uma e duas e três águas [figs. 407, 845].

A fachada do corpo principal apresenta um portal centralizado, de pedra amarela como a usada no claustro conventual, encimada pelas armas franciscanas, coroadas pela

devido à constituição de um Colégio Seráfico no espaço conventual, mas logo o efectivo iria diminuir.

⁴⁰⁶ Como descrito in Germain Bazin. *L'Architecture Religieuse Baroque au Brésil*, 1.º vol. : Editions d'Histoire e d'Art, Librairie Plan-Paris, 1956, p. 119. Hoje, a capela encontra-se apartada da igreja conventual, por vastas portadas de vidro, de feição simples e discreta.

⁴⁰⁷ Alguns exemplos dessa atitude foram identificados com as capelas das Ordens Terceiras de Aveiro, Coimbra, Évora.

coroa Real, flanqueado por uma janela de peito de cada banda, a que se sobrepõem quatro janelas de sacada, numa singular composição em xadrez; o corpo que se lhe adossa à esquerda mostra quatro janelas de peito sobrepostas duas a duas⁴⁰⁸ [fig. 407].

4.8.3.1 A capela

A capela dos Terceiros é volumetricamente composta e inscrita em planta longitudinal regular; é composta por capela-mor ampla, mais baixa e mais estreita que nave e inscrita num rectângulo mais estreito que o da nave de espaço único [fig. 846], articuladas por um amplo arco cruzeiro de volta inteira assente em pilastras toscanas sobre socos elevados⁴⁰⁹.

A capela-mor é de dois registos; tem cabeceira em arco para retábulo; nas suas ilhargas laterais, lisas e planas, abrem-se ao nível térreo duas portas, uma de cada banda, dando a da esquerda para a sacristia e a da direita para uma sala; no registo superior, abrem-se três tribunas de cada lado que dão para galerias que correm ao longa das ilhargas [figs. 416, 419].

A nave é de dois registos, rasgados no nível térreo por três portas em cada um dos lados e no superior sobrepõem-se tribunas que fazem a articulação visual dos corredores superiores com o espaço da capela [figs. 428-430] e físico com o coro-alto [figs. 418-420]. As portas abertas do lado da Epístola fazem a comunicação directa com o antigo carneiro/cemitério da Ordem Terceira [fig. 428, 433]; as opostas, fazem a ligação à portaria; na nave, do lado da Epístola, em destaque, encontra-se um púlpito, a que se acede a partir da galeria superior, singularmente, descendo alguns degraus protegidos por cordão ligado a balaústres [figs. 431, 432].

A nave tem marcação no chão de um área em plataforma alteada de planta irregular, que ocupa o espaço entre o arco de triunfo e a linha que une as duas portas que dão entrada, de um lado, para a portaria e, do outro, para o ossário, relevando a zona dos altares, com risco de curva e contra-curva, formando um espaço divisório, presumivelmente hierárquico.

Um coro-alto, com varanda para a igreja dos frades, em madeira [fig. 422] com

⁴⁰⁸ As fachadas laterais são de grande simplicidade e as posteriores desenvolvem-se com grande número de janelas de peito no térreo e de sacada no piso superior.

⁴⁰⁹ Aspecto que se tornou uso a partir da Contra-Reforma, na Europa e nas suas colónias

guardas em ferraria, cujo acesso é feito pela portaria, corta em altura o arco – modernamente fechado por painéis de vidro [fig. 424] - que ligava com o recinto da Ordem Primeira [figs. 420, 421], permitindo aos Terceiros a assistência às cerimónias da igreja conventual (Anexo 1, ponto 10.3).

O acesso a todo o segundo piso faz-se por patamar e lance de escada que parte da portaria [figs. 425, 426].

A iluminação que entra neste espaço é fraca, indirecta, entrando das janelas dos corredores laterais do registo superior que dão para a cerca e para o terreiro fronteiro [figs. 427, 435, 436], e de alguma que se escoia pela vidraça do arco de separação com a igreja dos frades [figs. 413, 418, 422, 423]. Este facto levou a que, já no século passado se abrissem óculos oitavados na abóbada para entrada de luz directa e natural.

Ressalta na decoração desta capela o altar-mor alteado sobre degraus, com um retábulo arquitectónico em cibório, de madeira lavrada com ornamentação delicada, com festões, assente em seis colunas caneladas, sobre predela, tudo com douramento sobre branco [fig. 413]; o dossel acolhe um conjunto tripartido de nichos com imaginária, por trás do qual se eleva um crucifixo sobre peanha escalonada [fig. 414, 415]; separa-a da nave o arco triunfal ornamentado com filetes dourados sobre branco, em linhas delicadas [figs. 413, 416, 418, 421]; na nave destacam-se dois altares colaterais em chanfro, encostados ao arco triunfal e à ilhargas da capela, que repetem, de modo mais simplificado, a decoração do altar-mor, com nichos onde avulta imaginária sacra⁴¹⁰. São de assinalar, ainda, as pinturas dos tectos, o da capela-mor com pintura em *tromp l'oeil*⁴¹¹, e o da nave, em abóbada de canhão assente em cornija de madeira simples, com pintura de quadratura⁴¹² [figs. 413, 418, 422, 423]. O

⁴¹⁰ As imagens da Senhora da Conceição e de Santo António, sobre plintos [figs. 413, 421]

⁴¹¹ Figuração da Virgem Maria [figs. 413, 415, 417].

⁴¹² Trata-se de uma pintura da primeira metade do século XIX, que José Teófilo de Jesus (Baía, 1758 - Salvador, 1847) pintou em perspectiva (cf. Manuel QUERINO. *Artistas Baihanos*, 2ª edição, Baía, 1911, p. 62 e 63). José Teófilo de Jesus foi um pintor e decorador brasileiro [aprendeu pintura com José Joaquim da Rocha -?, 1737-Salvador-Ba, 1807 – pintor, encarnador, dourador e restaurador, considerado o fundador da chamada Escola Baiana de Pintura, cujas pinturas da Igreja do Convento de Santo António, em João Pessoa, Paraíba, 1766, e das igrejas de Nossa Senhora da Conceição da Praia (ca.1774), de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (1780), da Ordem Terceira de São Domingos (1781), e de Nossa Senhora da Palma (ca. 1785), em Salvador, são suas obras mais destacadas]. José Teófilo de Jesus deixou alguns trabalhos na antiga Sé de Salvador; entre 1794 e 1798 esteve no reino, em Lisboa, onde estudou na Academia de Desenho, onde foi aluno de Pedro Alexandrino de Carvalho, e contactou com a obra de Pompeo Batoni, activo, então, na Basílica da Estrela.

⁴¹² Trata-se de uma pintura da primeira metade do século XIX, que José Teófilo de Jesus (Baía, 1758 - Salvador, 1847) pintou em perspectiva (cf. Manuel QUERINO. *Artistas Baihanos*, 2ª edição, Baía, 1911, p. 62 e 63). José Teófilo de Jesus foi um pintor e decorador brasileiro [aprendeu pintura com José

revestimento do pavimento de todo o espaço sagrado encontra-se revestido com mosaico de pedra [figs. 416, 419].

Numa volumetria menor que a da igreja dos frades, a capela dos Terceiros tem uma planimetria que repete o esquema daquela, com os alçados de dois registos, planos; de pé-direito menor que o da igreja conventual, condição que se tem verificado ser a mais comum nas capelas de Terceiros.

No aspecto da iluminação ambos os espaços sacros, o dos Terceiros como o dos frades enfermaram por falta de luz directa suficiente, relevante sempre nestes espaços que vivem do fausto maior ou menor dos seus interiores que lhes foram apostos com a intenção de serem vistos e admirados. Ainda, no cotejo de ambos os templos encontrámos um maior impacto visual na pintura de quadratura arquitectónica da cobertura da igreja conventual e no brilho das suas talhas em douramento e pintura.

4.8.3.2 A *sacristia*

A sacristia foi construída paralela à capela, com uma volumetria simples quadrangular, de superfície alongada, simples, com ilhargas lisas, rasgadas por vãos de janelas e portas. As janelas são de peito e com bancos (conversadeiras) rematadas superiormente por arco rebaixado de moldura e pedra de fecho [figs. 410, 411]; dando três para o terreiro de São Francisco e uma para a rua lateral. Uma das portas dá para a portaria e a outra para a capela-mor. O tecto é plano e em tabuado escurecido, sendo o pavimento coberto por mosaicos de pedra [figs. 410, 411].

A iluminação é intensa pois os vãos descritos recebem todos luz natural que vai ser bebida e reflectida pela brancura das paredes.

Destaca-se um arcaz em madeira tropical, lavrada, de grande vulto [fig. 410], para além de um lavabo de espaldar, com bacia⁴¹³, todo em cantaria lavrada com motivos florais, destacando-se ao centro um medalhão com as armas franciscanas, em

Joaquim da Rocha –?, 1737-Salvador-Ba, 1807 – pintor, encarnador, dourador e restaurador, considerado o fundador da chamada Escola Baiana de Pintura, cujas pinturas da Igreja do Convento de Santo António, em João Pessoa, Paraíba, 1766, e das igrejas de Nossa Senhora da Conceição da Praia (ca.1774), de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (1780), da Ordem Terceira de São Domingos (1781), e de Nossa Senhora da Palma (ca. 1785), em Salvador, são suas obras mais destacadas]. José Teófilo de Jesus deixou alguns trabalhos na antiga Sé de Salvador; entre 1794 e 1798 esteve no reino, em Lisboa, onde estudou na Academia de Desenho, onde foi aluno de Pedro Alexandrino de Carvalho, e contactou com a obra de Pompeo Batoni, activo, então, na Basílica da Estrela.

⁴¹³ A água que se utilizava aí era proveniente da água das chuvas, que era recolhida em depósito exterior.

policromia [fig. 412].

É difícil estabelecer cotejos em espaços que perderam o uso para que foram construídos e que o tempo e as adaptações desvirtuaram. Relacionando esta sacristia com a conventual (Anexo 1, ponto 10.4), pode-se verificar, que em superfície e em volume tem dimensões menores; ambas têm iluminação natural que entra pelas janelas abertas sobre a cerca, ainda que, na dos Terceiros, sejam janelas conversadeiras em pedra e, na conventual, se trate de janelas de peito [figs. 410, 411, 454, 455]; no que concerne à decoração, apenas a da igreja dos frades mantém o primitivo mobiliário específico, arcaz e altar construído ao centro do espaldar com bastante interesse artístico, e lavabo construído em cubículo anexo, com luz zenital, enquanto o da sacristia dos Terceiros é mais volumoso e apresenta trabalho de pedra mais elaborado [figs. 411, 412, 455, 456].

4.8.3.3 *O ossário*

Um ossário foi construído em sala paralela à capela, com ligação directa a ela estabelecida através de porta aberta na sua ilharga da Epístola [figs. 433, 428]. É uma zona intimista, pouco iluminada, com a luz que entra da capela [fig. 438] e por uma janela de pequenas dimensões, com gradeado grosso, que dá sobre a cerca [fig. 440], para onde se abre, igualmente, uma porta própria [fig. 439]. É composto por arcas tumulares em pedra, de carneiros vários e arcosólios [figs. 438, 439]. Na parede virada para a cabeceira da capela, tem uma pequena ara com um crucifixo simples apostado na parede. O tecto é de madeira com barrotes à vista e o pavimento em lajedo [fig. 438].

4.8.4 *Reutilizações das instalações da Ordem Terceira*

Os espaços ocupados pela Ordem Terceira, juntamente com as instalações conventuais, seriam destinados a novos usos, sobretudo a partir da segunda metade de Oitocentos.

Já na presente centúria, o complexo franciscano foi palco de recuperação e, devido ao declínio da Ordem, e em presença de amplas acomodações, foi destinado a outras utilizações, a saber: em 1969, passaram para a posse do Governo do Estado de Sergipe, ficando o grande salão da Ordem Terceira ocupado pela Tesouraria Geral da

Província [docs. 82, 98] e, em 1971, passaria para as mãos da Arquidiocese de Sergipe, com a finalidade de aí ser instalado o Museu de Arte Sacra⁴¹⁴, o que foi concretizado nas acomodações da Ordem Terceira franciscana [figs. 408-411, 420]; ainda que mediante algumas adaptações, com inauguração no ano de 1974. Foi então que surgiu o portal de vidro a fechar o arco de separação entre a igreja dos frades e a capela dos Terceiros [fig. 424], articuladas, como foi dito, na perpendicular.

4.8.5 *Importância patrimonial*

O convento franciscano de São Cristóvão foi ganhando visibilidade, quanto a nós, muito à custa da Ordem Terceira. Foi reconhecido como um complexo edificado religioso de acentuado valor histórico e artístico e, assim, abrangido no “Projecto Global de Conjunto Urbano da Praça São Francisco em São Cristóvão, pela Coordenação do Programa de Cidades Históricas do Nordeste”⁴¹⁵ [doc. 84].

⁴¹⁴ Foram realizadas obras que possibilitassem a musealização, tanto do espaço, como das peças de arte sacra que foram aí reunidas para serem expostas, a cargo da Superintendência de Obras públicas do Estado. Estabeleceu-se, então, um convénio entre a Arquidiocese de Aracaju, o Governo do Estado de Sergipe e a Universidade Federal de Sergipe, com a duração de 25 anos, tendo ficado sob a responsabilidade da Universidade a administração do Museu, tendo, a guarda, sido entregue ao Governo do Estado e, a diligência da reunião das peças, à Arquidiocese (cf. HIPHAN. *Programa das cidades Históricas, Plano Urbanístico de S. Cristóvão*, vol. 2 – “Estudo da evolução Urbana”, p 213; também, *Museu de Arte Sacra* : Fundação Museu de Arte Sacra de Sergipe da Arquidiocese de Aracaju, São Cristóvão, Janeiro de 2005, p. 6). Em 1985, foi criada a Fundação Museu de Arte Sacra de Sergipe (cf. *Ibidem*, p. 6). Para se conhecer o acervo do museu criado em 14 de Abril de 1974, com a função de preservar o Património Sacro de Sergipe, de mais de 500 peças, de entre o século XVII e o século XX, vide, Eliane Maria Silveira F. CARVALHO. *Museu de Arte Sacra de Sergipe*. Sergipe : Fundação Banco do Brasil, 1990; é um catálogo de grande valor cultural e artístico que a autora empreendeu para a *Fundação Museu de Arte Sacra de Sergipe*, in “Edição Comemorativa ao IV Centenário da Fundação da Cidade de São Cristóvão – 1590-1990”.

⁴¹⁵ A par de outros conjuntos arquitectónico, o de São Cristóvão recebeu apoio do *Programa Monumenta*, da responsabilidade do Governo Federal e do Estado de Sergipe financiador de iniciativas de preservação e revitalização de centros históricos, com destaque para o trabalho efectuado no referido Museu de Arte Sacra de São Cristóvão, da responsabilidade directa da 8.ª Superintendência Regional – Sergipe (actualmente dirigida por Dr.ª Eliane Maria S. Fonseca Carvalho; tendo sido mais uma vez palco de intervenções de restauro, como documentado [doc. 77-82]. Reconhecemos a este museu não apenas incontestável valor histórico-artístico, mas ainda valor de convergência que o converteu em ponto de atracção para visitantes de fora que pretendem conhecer o imaginário da vida de uma época e a sua arte, no seu relevante acervo da arte religiosa brasileira, florescida em Sergipe, entre o século XVII até ao início do século XX, de escultura, dourada e policroma, ourivesaria, prataria, mobiliário e paramentaria. Já no século XXI, utilizando benefício da Lei de Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura, o Museu foi renovado e actualizado na sua linguagem museográfica (cf. *Museu de Arte Sacra*. São Cristóvão : Fundação Museu de Arte Sacra de Sergipe da Arquidiocese de Aracaju, Janeiro, 2005, p 23).

4.8.6 *Particularidades tipológicas e artísticas*

Na frontaria conventual franciscana de São Cristóvão, ressalta, à esquerda, o frontispício do espaço dos Terceiros, em recuo em relação ao da igreja dos frades (do início do século XVIII) [figs. 406, 407, 444, 446].

A fachada prenuncia um gosto neoclássico nos pormenores da decoração e modinaturas onduladas dos vãos de janelas e portas – que se afastaram das linhas retilíneas das vergas de janelas da zona conventual que afirmaram nos seus muros a continuidade do estilo “chão” de influência portuguesa em fachadas de “tipo armazém”, onde avultam os planos e traços de grande sobriedade [fig. 407].

Do ponto de vista da planimetria, a capela dos Terceiros desenvolveu-se na perpendicular [fig. 846], como aconteceu em alguns outros casos não só do Nordeste brasileiro, como temos visto, como também em Portugal [figs. 851, 855, 860, 863, 864].

Luiz Fernando Ribeiro Soutelo, em 2007, afirma que este templo (onde presentemente funciona o Museu de Arte Sacra) é único no Brasil “pois a Ordem Terceira é perpendicular ao convento”⁴¹⁶. Esta afirmação é repetida por outros autores⁴¹⁷, mas deve ser relativizada: com efeito, existem no Brasil outros templos de Terceiros franciscanos com a mesma disposição planimétrica como mencionamos na presente tese (cap. III, ponto 2.).

4.8.7 *Património*

São Cristóvão é uma das cidade mais antigas do Brasil, desenvolveu-se segundo o modelo urbano português, em dois planos: cidade alta com a sede do poder civil e religioso, onde construíram as suas habitações os moradores de mais alto nível social, e cidade baixa com o porto, fábricas e casario da população de baixa renda.

Coube à Ordem de São Francisco de Assis legar a Sergipe e, particularmente, à cidade de São Cristóvão, o complexo arquitectónico religioso mais expressivo. Com

⁴¹⁶ Luiz Fernando Ribeiro SOUTELO. “O convento de Santa Cruz e a Igreja Conventual: a presença franciscana”, in *Proposição de inscrição da praça São Francisco em São Cristóvão/SE na lista do património mundial*. Aracaju : Secretaria do estado da Infra-Estrutura. IPHAN, Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2007, CD-Rom.

⁴¹⁷ Sendo um dos mais recentes Thiago FRAGATA (Professor, historiador, poeta e sócio efectivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe). [Em linha] *Proposição de Inscrição da Praça São Francisco na lista do Património da Humanidade*, 30-08-2007 [Consult. em 18-03-2009]. Disponível em http://www.overmundo.com.br/download_banco/sao-cristovaose-sera-patrimonio-da-humanidade.

efeito o conjunto edificado, que abrange as instalações do convento com igreja e da Ordem Terceira, aglutinou-se com a respectiva cerca de densa vegetação, enquadrados em perfeita harmonia, na paisagem da antiga cidade colonial, pedindo uma atenção que a historiografia e as fontes não puderam até hoje satisfazer.

A parte alta da cidade constituiu-se em centro histórico pois concentra aí os principais monumentos históricos, civis e religiosos, que contam a história da cidade, desde os seus primórdios. É considerada hoje património cultural, havendo a consciência de que, particularmente a Praça de São Francisco⁴¹⁸, com sua herança arquitectural, para que muito contribuíram os Terceiros franciscanos, reunindo algumas das mais interessantes peças, se converteu em um foco de interesse tanto para pesquisadores e historiadores das coisas da arte e da arquitectura como para os empreendedores do turismo que o têm vindo a aproveitar essa particularidade cultural, como tivemos a ocasião de presenciar.

4.9. Ordem Terceira no Convento de São Francisco de Marechal Deodoro

4.9.1. Contextualização

Os primórdios do município Marechal Deodoro remontam ao século XVI⁴¹⁹, quando este integrou a Sul, a capitania de Pernambuco. Não são conhecidos dados precisos sobre o início do povoamento da região⁴²⁰, contudo, sabe-se que o seu passado

⁴¹⁸ Os limites da praça são definidos pelo complexo de São Francisco composto pelo Convento e sua igreja e a Igreja da Ordem Terceira (hoje Museu de Arte Sacra), pela Santa Casa e Igreja de Misericórdia, belo conjunto barroco construído no século XVII, pelo antigo Palácio Provincial, onde se encontra instalado o Museu Histórico, além do casario antigo. Edificada no período em que o Brasil esteve sob duas coroas, a praça guarda características que a torna singular, única no processo de conquista e formação do território brasileiro.

⁴¹⁹ Foram encontrados diversos relatos referentes a essa região, como o das expedições do ano de 1522, de Cristóvão Jacques, enviado pelo rei D. João III, e o da expedição de 1535, de Duarte Coelho – primeiro mandatário da capitania de Pernambuco.

⁴²⁰ A primeira doação de sesmaria ocorreria em 1591, abrangendo cinco léguas de terras ao longo da costa por sete em direcção ao sertão, que seria alvo de transferência para Diogo Melo e Castro, cuja outorga passaria, depois, para Diogo Soares da Cunha, que a transferiria, em 1611, para Manuel António Duro (*Idem. Ibidem, loc. cit.*)

histórico remonta à época da colonização numa tentativa de se obstar ao contrabando de pau-brasil efectuado pelos corsários franceses ao longo da costa brasileira. A actual cidade Marechal Deodoro⁴²¹ surgiu, no início do século XVII, com a denominação de Vila de Madalena de Sumaúma. Este aglomerado sofreu várias alterações patronímicas ao longo dos tempos, passando a ser conhecida sucessivamente por *Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul*, *Alagoas do Sul*⁴²², *Alagoas*⁴²³ e, finalmente, em 9 de Dezembro de 1939, passou a ser denominada *cidade Marechal Deodoro*, em homenagem ao primeiro presidente do Brasil⁴²⁴.

No ano 1633, o povoado foi atacado pelos holandeses, tendo ficado à mercê dos agravos dos invasores que o arrasaram e maltrataram os habitantes. Todavia, porque era uma região próspera⁴²⁵, receberia, três anos mais tarde, a categoria de Vila, a 12 de Abril e, em princípios do século XVIII, ascendeu a Comarca; em 1817 o município foi desvinculado de Pernambuco e, no dia 8 de Março de 1823, passou à categoria de cidade, convertendo-se na Capital do Estado de Alagoas; no ano de 1838, Agostinho da Silva Neves proclamou-se presidente da Capitania, tendo transferido a capital da Província para Maceió, o que levou a que a cidade Marechal Deodoro tivesse passado por graves revezes económicos, entrando em declínio político e administrativo⁴²⁶.

O município desenvolveu-se não longe do mar, banhado pela laguna Manguaba,

⁴²¹ Devido ao alto valor patrimonial que detém, O Ministério da Cultura brasileira considerou esta cidade alagoana Património Histórico Nacional, em 16 de Setembro de 2006; foi tombada, no ano seguinte, por decisão daquele Ministério e do Conselho Consultivo do Património Cultural do Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional.

⁴²² Três anos após a invasão holandesa, em 12 de Abril de 1636, com a vila em pleno desenvolvimento, o quarto donatário da capitania de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho, elevou a freguesia de Alagoas do Sul à condição de Vila (*Idem. Ibidem, loc. cit.*).

⁴²³ Tendo passado à categoria de cidade em 8 de Março de 1823, foi declarada capital do Estado de Alagoas. O acesso faz-se hoje por Al 101 – Sul, Al 215, Lagoa Manguaba.

⁴²⁴ Marechal Deodoro Manuel da Fonseca tornou-se Generalíssimo em 1890, logo após o nascimento da República no ano anterior; em 25 de Fevereiro de 1891, tornou-se chefe do Governo Provisório e Presidente efectivo da República; veio ainda a ser Governador do Rio Grande do Sul, tendo falecido no Rio de Janeiro, em 23 de Agosto de 1892.

⁴²⁵ Contava com alguns engenhos e fazendas, evidenciando-se através das actividades agro pecuárias, fazendo o escoamento de mercadorias pela Lagoa Manguaba, onde também os colonos exerciam a actividade piscícola, como refere Ana Cláudia Vasconcelos MAGALHÃES. *Frades, Artistas, Filósofos: O Convento de Santa Maria Madalena e a atitude franciscana frente à natureza – ontem e hoje* : Universidade Federal de Alagoas, Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitectura e Urbanismo, Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado, Maceió, 2005, 2.º Capítulo, p. 1 [Em linha]. [Consult. em 20-07-2008]. Disponível em http://btdt.ufal.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=69.

⁴²⁶ Passando a população a viver da pesca e do produtos dos remanescentes engenhos de açúcar, pelo que produtos como o mel e o açúcar mascavado em placas revestiram-se de importância económica (cf. [Em linha]. [Consult. em 21-08-2008]. Disponível em http://127.0.0.1:4664/cache?event_id=196927&schema_id=6&q=http%3A%2F%2Fwww%2Emarechalemmovimento%2Ecom%2Ebr%2Fmarechal%5Fdeodoro%2Ephp&s=3YdTCqrzLl-XlIIGICUW9iDTIOS;

distante 25 km da actual capital alagoana⁴²⁷; conta com um importante património arquitectónico⁴²⁸, do qual se destaca o conjunto monumental franciscano composto pelo Convento de São Francisco também conhecido por Convento e Igreja de Santa Maria Madalena⁴²⁹ (Anexo 1, ponto 11.) e a Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis⁴³⁰, construídos entre meados do século XVII e finais do XVIII, a que o tempo emprestou relevância histórica, artística e cultural, pelo que conquistou o direito a tombo, incluindo todo o acervo⁴³¹.

Em 1635, segundo a historiografia, um grupo de frades franciscanos a caminho da Baía, fugindo à invasão holandesa, ter-se-ia fixado nesta região alagoana e iniciado a construção de um retiro, ainda de estrutura precária, onde foram albergados 12 frades. Contudo, no ano seguinte, cedendo à pressão flamenga, encerraram a casa e o oratório e partiram procurando, também eles, refúgio na Baía⁴³². Os frades alagoanos só viriam a iniciar a construção de um convento considerado adequado às necessidades da Ordem a que pertenciam, em 1684⁴³³. Após a angariação das necessárias esmolas e doações, os religiosos puderam, finalmente, iniciar os alicerces do seu convento; a primeira fase da obra da igreja foi dada por concluída em 1723, e assinalada com festividades religiosas; no entanto, o frontispício da igreja só seria concluído, no ano de 1793, e, quanto às

⁴²⁷ “Marechal Deodoro está situada na micro-região de Maceió e tem como limites as cidades de Pilar, São Miguel dos Campos, Satuba, Santa Luzia do Norte, Coqueiro-Seco e o Oceano Atlântico. Possui uma área de 363,3 km², a população é de aproximadamente 35.866 habitantes, com uma economia baseada na cana-de-açúcar, pesca, coco e turismo”, como podemos constatar [Em linha]. [Consult. em 21-08-2008]. Disponível em http://www.camaramarechaldeodoro.com.br/hist_camara.htm.

⁴²⁸ Destacamos, para além do complexo franciscano, a Igreja do antigo Convento do Carmo (século XIX), a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (século XIX), a Igreja de Nossa Senhora do Amparo (século XVIII), a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pardos (século XVIII), o Palácio Provincial (século XIX) – onde actualmente, funciona a Prefeitura Municipal e o Fórum de Comarca –, a Casa onde nasceu Deodoro da Fonseca (reconstruída) – transformada em Museu de Deodoro da Fonseca, composto de um acervo variado de utensílios e pertences pessoais do *Proclamador da República* (cf. *Ponto de Cultura Marechal em Movimento* [Em linha]. 30-05-2008 [Consult. em 21-08-2008]. Disponível em http://www.marechalemovimento.com.br/marechal_deodoro.php.

⁴²⁹ O seu endereço é Marechal Deodoro-AL; constam do *Livro Histórico*, inscrição 377, de 04-11-1964, com o n.º de Processo 0426-T-50.

⁴³⁰ Hoje pertencente à Arquidiocese de Maceió.

⁴³¹ Foi tombado em 2006 pelo IPHAN, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo n.º 13/85/SPHAN. O acervo é constituído por dezenas de peças de arte sacra e imaginária recolhidas em diversas partes do Estado, encontrando-se, a maioria, em precário estado físico: imagens de santos, anjos e Cristo, trabalhos dos séculos XVIII e XIX, além de dois exemplares do século XVII e, ainda, alfaias sacras, incluindo peças significativas de ourivesaria e prataria.

⁴³² Cf. JABOATÃO. *Op. cit.*, pt. 2.ª, vol. II, cap. IV, § 556, p. 605; ainda, QUEIROZ, 1990, p. 38, *apud*, ref. Ana Cláudia Vasconcelos MAGALHÃES. 2.º Cap. *cit.*, p. 57.

⁴³³ No Capítulo da Ordem de 1657, o custódio Frei Pantaleão Batista, recebeu a petição dos moradores, ao que se seguiu, em 1659, a concessão para a construção da nova casa (cf. JABOATÃO. *Op. cit.*, pt. 2.ª, vol II, cap. IV, § 558, 607, 608; Ana Cláudia Vasconcelos MAGALHÃES [Em linha]. 2.º Cap., *cit.*, p. 55 a 58).

obras das alas conventuais, foram levadas por diante, mais tardiamente, de modo faseado⁴³⁴.

Na sequência da saída de religiosos dos conventos no Brasil, referida noutra parte (cap. I. ponto 4.1), também em Marechal Deodoro se deu a inexorável degradação material que levou ao início da sua descaracterização no século XIX, devido à sua reutilização e adaptação a distintas funções⁴³⁵. Actualmente, após a realização das grandes reformas levadas a efeito em 1984, o convento está convertido em Museu de Arte Sacra do Estado de Alagoas Dom Ranulfo⁴³⁶; parte da cerca foi ocupada pelo edifício da Escola Técnica de Artes e Ofícios de Marechal Deodoro, com a provação do IPHAN, mediante o cumprimento de certas normas de preservação do património.

4.9.2 *Instalações da Ordem Terceira*

A fundação da Ordem Terceira de São Francisco levou à construção de uma capela, na Praça João XXIII [fig. 465, 505]. Após a sua instituição em Marechal Deodoro, em 1720, pela mão do Provincial Hilário da Visitação, realizaram-se eleições para a sua estruturação administrativa como confraria, ainda sem local próprio para reunir⁴³⁷. Sabe-se que, a partir de 1751, os irmãos da Ordem Terceira franciscana ficaram responsáveis pela Procissão da Cinza em Marechal Deodoro⁴³⁸, mas que, apenas em 1763, estes confrades iniciariam a construção do seu espaço arquitectónico. Este foi sendo palco de algumas transformações, ao longo dos anos, sempre ligado ao

⁴³⁴ *Vide*, ainda, a propósito, a explanação mais pormenorizada de MAGALHÃES. *Op. cit.*, 2.º Cap., p. 59 e sgs.

⁴³⁵ Exemplos disso são: a utilização de parte do convento como quartel militar, quando da mudança da capital de Alagoas de Marechal Deodoro para Maceió (1839); o funcionamento do Seminário Provincial de Alagoas, entre 1902 e 1904; a permanência sem uso até 1914, que levou a que os Padres da Província de Santo António decidissem doar o prédio à Arquidiocese de Maceió; instalação, no ano seguinte, do Orfanato de São José, sob a direcção das irmãs Sacramentais; entretanto, entrega pela Mitra de Maceió da administração do conjunto arquitectónico histórico à Sociedade Nossa Senhora do Bom Conselho (entidade sem fins lucrativos, de utilidade pública, que administrou o complexo conventual franciscano em Marechal Deodoro, desde então) (cf. Ana Cláudia Vasconcelos MAGALHÃES. 2.º Capítulo: O Complexo Conventual de Santa Maria madalena : Perfil Histórico, Arquitectural e artístico do Antigo Convento, p. 84, [Em linha]. [Consult. em 20-07-2008]. Disponível em http://bdtd.ufal.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=69).

⁴³⁶ As obras de restauro e adaptação do Convento a Museu foram levadas a cabo em 1984 pela Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro. O Museu ocupou a parte superior do convento, foi projectado por Elias Passos Tenório, mestre e professor da área cultural do Estado de Alagoas. Aí foi reunido todo o acervo sacro não só do município alagoano, também, o de outras localidades de Alagoas. Tem sido considerado o museu mais importante desse Estado e um dos mais relevantes do Brasil.

⁴³⁷ Possivelmente, os irmãos ter-se-iam reunido provisoriamente nas instalações conventuais.

⁴³⁸ Cf. *Idem. Ibidem*, 2.º Cap., p. 105, com ref. a Pedro Paulino da FONSECA. 1874, p. 22.

culto religioso, até que, no final do século XX, foi convertido em auditório do Museu de Arte Sacra, anteriormente confiado à igreja conventual⁴³⁹.

Com essa finalidade procedeu-se a uma campanha de restauro que teve início em 1987⁴⁴⁰.

4.9.2.1 Construção e morfologia capela

Embora na Zona da Mata predominem as capelas franciscanas da Ordem Terceira comunicantes com as naves das igrejas conventuais⁴⁴¹, esta, em Marechal Deodoro, foi construída como edifício isolado, ao lado da igreja conventual, em plano

⁴³⁹ Neste complexo alagoano, o exame e a análise crítica assente na evidência visual assumiram um papel preponderante. Ainda no local, por ocasião da nossa primeira abordagem, tivemos ocasião de trocar impressões com os técnicos do IPHAN responsáveis pelas intervenções presentemente em curso, entre eles a restauradora Ana Cláudia Vasconcelos Magalhães (chefe da divisão técnica do IPHAN-AI e Professora do Centro de Estudos Superiores de Maceió/Cesmac). Já a demanda de fontes escritas redundou em informação parca. Para colmatar algumas lacunas, tivemos que nos limitar às informações colhidas em escritos de frades franciscanos, cronistas ou historiadores, relatórios técnicos e estudos acadêmicos produzidos a partir da grande azáfama cultural para que este complexo arquitectónico foi arrastado, já neste século, de que destacamos, João Francisco Dias CABRAL. “Pesquisa rápida a’cerca da fundação de alguns templos da villa de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul, agora cidade das Alagoas”, In, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*, n.º II, vol. II, 1874, p. 1 a 11; Pedro Paulino da FONSECA. *Memória Histórica da Fundação dos Conventos da Província das Alagoas* : Typografia de Pinheiro & C., Rio de Janeiro, 1874; José Luiz Mota MENEZES. “*Levantamento preliminar dos monumentos tombados artísticos de alagoas* (mimeografado). Maceió, 1970; Maria de Lourdes Parreiras HORTA et al. *Guia Básico de Educação Patrimonial* : Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial Brasília, 1999; Josemary FERRARE. *Marechal Deodoro. Um itinerário de referências culturais* : Edições Catavento, Maceió, 2002; Áurea RAPOSO. *Dissertação. A internalização da dimensão ambiental na administração pública de Marechal Deodoro, Alagoas* : PRODEMA / Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2002; Josemary Ferrare. *A Sede Urbana do Município de Marechal Deodoro* : Ficha IPA do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN), Lisboa, Março de 2003; *Idem. Ibidem*, (adaptado e actualizado) Maceió, Junho de 2007; Ana Cláudia Vasconcelos MAGALHÃES. *Frades, Artistas, Filósofos: O Convento de Santa Maria Madalena e a atitude franciscana frente à natureza – ontem e hoje* : Universidade Federal de Alagoas, Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado, Maceió, 2005 [Em linha]. [Consult. em 21-08-2008]. Disponível em http://bdtd.ufal.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=68; “Igreja de Santa Maria Madalena será primeira a receber recursos para a restauração” in *Tribuna de Alagoas*, Marechal Deodoro–Al, Agosto de 2006; Maria Angélica da SILVA (Prof. Dr.ª Programa de Pós Graduação em Dinâmicas do Espaço Habitado/Fau/Universidade Federal de Alagoas/ UFAL) (mas@pq.cnpq.br), Ana Cláudia V. MAGALHÃES (acvmagalhaes@yahoo.com.br). “O Barroco como Horizonte e a Paisagem vista do Particular. Uma Prática dos Conventos Franciscanos do Nordeste?” In *Mneme – Revista de Humanidades. UFRN*, Caicó (RN), v.º 9, n.º 24, Set./Out., 2008. (ISSN 1518-3394) [Em linha]. [Consult. em 20-07-2008]. Disponível em http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st_trab_pdf/pdf_13/maria_st13.pdf; ainda, www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais; *Idem. Ibidem*, Cap. 2, *Complexo Conventual de Santa Maria Madalena*, 2.1. Dada a inacessibilidade das fontes arquivísticas a que estes investigadores recorreram, ficámos impossibilitados de realizar a aconselhável verificação documental.

⁴⁴⁰ O restauro foi levado a efeito pela Fundação Pró-Memória e o Governo do Estado, como se vê [Em linha]. Disponível em *Revista Alagoas Agora*, s. d., p. 3, ref. de MAGALHÃES. *Op. cit.*, 2.º Cap., p. 110.

⁴⁴¹ Como pudemos verificar em Recife, Olinda, João Pessoa, Iguaraçu, Ipojuca e Sergipe.

paralelo a ela⁴⁴² [figs. 469-471]. Como já foi sublinhado pelos autores⁴⁴³ ambas, igreja e capela, são providas de um frontispício individual, dando directamente sobre a via pública [fig. 465] (Anexo 1, ponto 11.3.2).

A construção passou por vários estádios, sendo que o primeiro contemplou a nave e a capela-mor, a sacristia e o consistório; o segundo, considerou um espaço anexo à sacristia; o terceiro, constituiu a zona por de trás da capela-mor, assim como o frontispício⁴⁴⁴. Hoje, destaca-se, ainda, um pequeno jardim de planta irregular trapezoidal que acompanha externamente a nave da capela [figs. 501-503].

A fachada principal, de linhas simétricas e harmónicas, compõe-se de pano único, chão, rematado lateralmente por cunhais apilastrados de gosto toscano, encimados por pequenos pináculos [fig. 466]; é marcada por dois registos assinalados pela abertura de vãos em dois planos; no térreo o portal único que configura, com o janelão a que se liga por uma combinação de elementos ornamentais, um eixo que vai avançar pelo óculo circular supra, pela pedra de armas aposta já no frontão de lanços curvos, atingindo a cruz que o coroa [fig. 467] e que estabelece a ligação com o infinito celeste, tão ao gosto da expressão plástica do Barroco de feição sagrada; os vãos são realçados pela pedra lavrada das molduras, dos guarda-corpos e saias dos janelões [figs. 468, 469], e dos respectivos frontões segmentares; são fechados por portadas de madeira de folhas almofadadas, de que se destacam, pela beleza do trabalho, as do portal central [fig. 467]; nesta fachada, a exaltação do novo gosto artístico do Rococó que nele avulta, completa-se e evidencia-se no trabalho elegante patente no seu frontão muito ornamental e de marcante sinuosidade de formas. Ainda no frontispício, para a esquerda da fachada principal, desenvolve-se uma larga aba em alvenaria, de pendor cenográfico, que serve de anteparo ao pequeno jardim da Ordem Terceira; seguindo linha descendente da aba do frontão, é rematada por friso de segmentos curvos, dando continuidade à expressão ondulada daquele [fig. 467].

Uma grade de ferro estabelece a ligação exterior entre a capela e a igreja da Ordem Primeira⁴⁴⁵ [fig. 469].

⁴⁴² Como, aliás, também não era inédito no Brasil, pois vimo-la, assim, em Salvador.

⁴⁴³ Germain BAZIN. *L'Architecture Religieuse Baroque au Brésil*, 1.º vol. : Editions d'Histoire e d'Art, Librairie Plan-Paris, 1956, p. 119.

⁴⁴⁴ Cf. Ana Cláudia Vasconcelos MAGALHÃES. *Op. cit.*, 2.º Cap., p. 66.

⁴⁴⁵ Este gradeamento foi construído em 1984, em substituição de um muro que aí existia, de que se desconhece a data de implantação (cf. *Idem. Ibidem, loc. cit.*)

A capela tem volumetria escalonada regular, composta pela nave de espaço único e capela-mor alongada, mais estreita que aquela, alteada sobre degrau e plataforma [fig. 473], com base em planta longitudinal, simples, seguindo a traça da igreja da Ordem Primeira [figs. 848, 849] (Anexo 1, ponto 11.3.3).

A capela-mor encontra-se alteada sobre patamar, é alongada e estreita em relação à nave única. A cabeceira é lisa de remate em arco de volta inteira; as ilhargas laterais são vazadas ao nível do térreo por duas portas que abrem, a da esquerda para a antessacristia e, a da direita, para o jardim que cinge a capela; no registo superior, por tribunas [fig. 473] que, dão sobre o espaço ajardinado⁴⁴⁶. A articulação entre a capela-mor e a nave é estabelecida por um arco triunfal de pedra em arco trilobado, com pedra de fecho, assente em pilastras de gosto toscano⁴⁴⁷ [figs. 475-478].

A nave é de paredes lisas, rasgadas no térreo pelo portal do frontispício, e as ilhargas laterais, por duas portas que abrem para o espaço livre exterior, uma frente à outra; no registo superior abrem-se os vãos para tribunas, e um, na ilharga da Epístola, para o púlpito [figs. 476, 482]. Entre a linha que liga as duas portas laterais e a da entrada do arco de triunfo, o chão encontra-se relevado, talvez marcando um presbitério com balaustrada de comunhão.

O coro-alto é um dos momentos artísticos de maior destaque nesta capela, apresentando a parte central avançada em barriga, toda em madeira lavrada [figs. 479, 480]. O seu interior encontra-se hoje quase completamente descaracterizado, dando a sensação de uma edificação inacabada, com a inexistência de acessos ao púlpito e ao coro-alto e de corredores laterais. À falta de estruturas materializadas nos exteriores destes muros, que tornassem passíveis o acesso ao coro pelo exterior do templo, é utilizado um acesso, estratégico, pelo interior da capela [fig. 481], por uma escada simples de um lance de degraus de madeira e corrimão liso e linear.

É um templo que se encontra em obras de reestruturação, despido de decoração ou ornamentação, exceptuando o coro-alto, e um retábulo que se encosta à cabeceira, de características arquitectónicas, tripartido com três pequenas edículas para imaginária,

⁴⁴⁶ De acordo com a tipologia usual, dariam para galerias, tal como as abertas no corpo da nave [figs. 469, 472] que, no caso presente não existem ou por não terem sido sequer construídas ou por não terem chegado até nós por qualquer imprevisto, problemática de que não há notícia.

⁴⁴⁷ O arco triunfal actual é obra de 1885, tendo sido alterada a primitiva modinatura (cf. *Idem. Ibidem, loc. cit.*).

pintado de branco⁴⁴⁸ [fig. 474]; é sobrepujado por uma cruz com esplendor que se apõe num pequeno arco que foi rasgado na espessura da parede fundeira.

Os tectos são também simples e revestidos a tabuado, deixados á cor da madeira; o da capela-mor é abobadado em arco de berço [figs. 473, 474] e, o que cobre a nave e coro é plano [fig. 483].

O revestimento do piso encontra-se actualmente levantado devido às obras de restauro em curso⁴⁴⁹ [figs. 479, 481, 482].

Ao confrontar-se os dois templos franciscanos de Marechal Deodoro, com outros complexos franciscanos, verifica-se que se está perante um modo completamente diferente de configuração. Em Marechal Deodoro a presença dos Terceiros parece-nos ter sido muito forte, a considerar-se a emancipação física da sua igreja em relação à conventual. Assiste-se á individualização dos respectivos templos, mas intencionalmente configurados em comunhão, como símbolos sagrados, bastiões do catolicismo, imprimindo, o cunho específico franciscano na urbe, ainda que não se tenha chegado a qualquer documento que o avalize.

Favorecem este aspecto, para além do cruzeiro, o forte impacto dos respectivos frontispícios cenográficos, com frontões imponentes que realçam da atmosfera envolvente. São fachadas abertas para a povoação, alçadas sobre ela, com seus vãos de portadas e altas janelas que estabelecem uma relação entre o interior sacro e o exterior profano, numa feição simpática a quem por ali passa (Anexo 1, ponto 11.3).

4.9.2.2 A sacristia

A sacristia é constituída por uma pequena sala implantada com ligação indirecta à capela-mor, dando para uma sala – antessacristia [figs. 484, 486] – construída sob o espaço do Consistório (estabelecido no piso superior), alcançando-se através dela a capela-mor [figs. 848, 487, 488]. Estas instalações estão hoje desvirtuadas da sua primitiva feição, pelas obras de readaptação de que têm sido alvo. A peça que hoje ressalta é o lavabo de pedra com bacia [figs. 489-491] que recebia as águas das chuvas recolhidas em depósito colocado no exterior, esculpido com lavor e linhas harmoniosos,

⁴⁴⁸ O altar-mor primitivo deu lugar, em 1927, ao que hoje está patente (cf. *Idem. Ibidem*, p. 83).

⁴⁴⁹ Nas obras sucedidas em 1874, o piso da nave foi cimentado, a parede de fundo da capela-mor e a estrutura do telhado do Consistório foram alteradas e a espessura das paredes da sacristia foi reduzida (cf. *Idem. Ibidem*, p. 83).

embebido no pano murário.

O tecto é forrado a ripas de madeira e o pavimento é em cerâmica; há iluminação natural que entra pelas janelas de assento em pedra, com portadas [fig. 491], que abrem sobre o território da cerca.

4.9.3 *Peculiaridades arquitectónicas*

Neste complexo arquitectónico composto por convento, igreja conventual (Anexo 1, ponto 11.2; 11.3) e capela da Ordem Terceira [fig. 465] ressaltam várias singularidades, no panorama das Ordens Terceiras agregadas aos conventos da mesma província franciscana.

Em primeiro lugar a sua situação: o complexo foi construído em planície, fora da azáfama do centro urbano, ainda que na imediação e virado para ele, pretendendo, aproveitar, em primeira estância, um terreno que seria fértil e propício à fixação da comunidade, junto a uma lagoa.

Outro aspecto marcante é a edificação isolada da Capela dos Terceiros, fisicamente independente do convento e da sua igreja, pouco habitual, na Zona da Mata nordestina [fig. 505], aspecto que será abordado no próximo capítulo (cap. III, ponto 2.2).

A análise arquitectónica da fachada aponta para especificidade da liberdade de formas decorativas, sem compartimentação da superfície, o que nos aponta para uma fase do barroco não classicizante, ainda que se mantenha o carácter português do estilo “chão”, que mostra maior liberdade de traços que no frontispício da igreja conventual, onde ainda se joga com o ritmo imprimido pelos vãos rasgados em dois níveis sobrepostos (Anexo 1, 11.3) [fig. 466, 507].

O complexo franciscano de Marechal Deodoro é formado por uma volumetria simplificada de massas paralelepípedicas e muros planos que transmitem um sentimento de quietude, prosseguindo as linhas da arquitectura clássica levada do reino [figs. 501-503, 518]; todavia, este aspecto foi aqui subvertido pelo recorte dos frontispícios das igreja e capela de grandes sinuosidade e artifício do rococó, e pela liberdade emprestada pela quase ausência de linhas divisórias nas fachadas, que não fossem os remates

laterais⁴⁵⁰ [fig. 505]; estas especificidades conseguiram transmitir ao conjunto a sensação de dinamismo e perturbação, que as formas barrocas tinham já introduzido no reino e que os artistas experimentavam com grande sucesso na colónia dos finais do século XVIII, finalmente com o rococó.

Em ambos os espaços sagrados, igreja da Ordem Primeira e Capela da Ordem Terceira, os interiores mostram o uso dos princípios arquitectónicos de regularidade, funcionalidade e clareza construtivas usados então no Reino, que se mantiveram na arquitectura sacra do barroco e rococó no Nordeste Brasileiro.

4.9.4 Património

No que respeita à Capela da Ordem Terceira, as obras a levar a cabo foram sujeitas a regulamento muito apertado com vista ao seu tombo⁴⁵¹. Assim, foram

⁴⁵⁰ John Bury tendo estudado a Arquitectura no Brasil colonial e, particularmente, a do Nordeste Brasileiro relacionada com a Ordem Franciscana, verificou que a fachada da igreja franciscana de Marechal Deodoro teria sido o ponto alto das formas sinuosas do barroco no Brasil e que esse trabalho teria sido o culminar de uma evolução de formas tendentes à libertação das formas classicizantes anteriormente usadas, que conduziu à feição da fachada de 1793 “quase completamente desvinculada de restrições, pela total omissão do entablamento inferior e pelo arqueamento do superior numa série de curvas dinâmicas” (John BURY. *Arquitectura e arte no Brasil Colonial*, Org. Myriam Andrade Ribeiro de OLIVEIRA. São Paulo : Nobel, 1991, p. 168). O “quase”, neste frontispício sem entablamento relaciona-se, quanto a nós, com a marcação entre os dois pisos estabelecida por um friso que se continua na torre, que o autor não definiu, particularmente para a igreja conventual.

⁴⁵¹ O reconhecimento da antiga capital do estado de Alagoas, Marechal Deodoro, como possuindo um conjunto colonial que contempla um acervo de peças arquitectónicas dos foros religioso e profano do século XVIII conduziu-a ao título de Património Histórico Nacional em 2006, a par de outras duas cidades alagoanas, Penedo e Piranhas. Deu-se o tombamento Nacional da parte da sede urbana em 17 de Agosto de 2006, com protecção específica de três áreas: Centro, Taperaguá e Carmo (conforme ficha de Josemary FERRARE, *Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro* : Base de dados do Inventário do Património Arquitectónico (IPA n.º 9316010001). O sítio histórico de Marechal Deodoro tinha conseguido já protecção patrimonial a nível estadual, no tombo de 1 de Julho de 1983, de acordo com o Projecto de Lei n.º 4458, Diário Oficial do Estado que lhe conferiu três zonas de protecção: Regional, Paisagística e Ambiental, incluindo o tombamento a nível Nacional do Convento de Santa Maria Madalena, de 1964. A denominação de Património Histórico Nacional foi conducente à revitalização da cidade do ponto de vista patrimonial, levando-lhe melhorias nas construções já muito danificadas pelas vicissitudes do tempo, tal como, o complexo franciscano da cidade, cujas obras se iniciaram em Janeiro de 2006, havendo a previsão de um ano para a sua conclusão. Um vasto número de imóveis, entre casarios e monumentos arquitectónicos (igrejas, palácio provincial, convento Santa Maria Madalena e Casa da Cadeia) foram tombados. Duas construções de valor histórico da cidade já tinham sido tombadas anteriormente pelo IPHAN, em 1964 - a Casa de Marechal Deodoro da Fonseca e o Convento e Igreja de São Francisco (*vide*, a este propósito, [Em linha]. *cit.*, <http://www.tudoalagoas.com.br/cultura040.htm>); a Capela da Ordem Terceira, a sofrer já de grandes danos arquitectónicos e artísticos, foi finalmente contemplado com obras de restauro que lhe devolveriam as suas principais características arquitectónicas. O primeiro trabalho ligado à engenharia; para um segundo momento foi previsto o restauro dos bens móveis integrados na arquitectura, incluindo os elementos artísticos da Igreja da Ordem Primeira (capela-mor, dois altares colaterais, capela lateral, nicho do Crucifixo, púlpito, tribunas da nave e grades em jacarandá (cf. [Em linha]. [Consult. em 21-08-2008]. Disponível em http://www.bndes.gov.br/noticias/2007/not017_07.asp; fora deste programa ficou, todavia, o tratamento

impostos, a preservação da volumetria com manutenção das fachadas e dos elementos que seguem: conservação da composição da fachada, com jogo de superfícies e envergaduras, portada única, do frontão em segmentos de curvas e contra curvas próprio da tipologia estética do século XVIII, do trabalho de talha das balaustradas, do coro e das tribunas; igualmente, tentou-se preservar a volumetria do ambiente onde está inserida a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, nos seguintes termos: estar o projecto integrado no entorno, e haver coerência com a época de sua construção; manter o tipo de implantação no terreno sem recuo frontal; não possuir mais de um pavimento e os telhados manterem a inclinação mínima de 25%, sendo a telha cerâmica do tipo canudo⁴⁵².

Das nossas conversas com os técnicos do IPHAN, apercebemo-nos que a comunidade civil, que anteriormente estivera indiferente à problemática da mais valia cultural que o complexo franciscano representa, está a mudar, e acredita agora que ele voltará a ser usufruído por si, com novas funções sociais para além das religiosas⁴⁵³.

A capela da Ordem Terceira, após a finalização das intervenções de restauro, assumirá um novo uso, o de auditório, mas não perderá o valor histórico cultural patrimonial, pois está preservado o respeito pelo grande número de marcas materiais dos vários tempos que por ela perpassou, que não lhe apagarão as suas peculiaridades.

das peças componentes do acervo móvel – imagens de santos, prataria, alfaias, mobiliário, etc.–, do que depreendemos [Em linha]. [Consult. em 21-08-2008]. Disponível em <http://www.tudoalagoas.com.br/cultura040.htm>. Na impossibilidade de salvar o conjunto na sua integridade, pelo adiantado estado de degradação, os técnicos responsáveis optaram por fazer cópia do antigo, em respeito à memória histórica e deixar à vista os possíveis materiais antigos a par dos novos, para cotejo de quem os observa.

⁴⁵² Como nos foi dado verificar [Em linha]. [Consult. em 21-08-2008]. Disponível em <http://www.tudonahora.com.br/noticia.php?noticia=13140>. Para além dos trabalhos que referimos de recuperação de património construído, realçamos ainda a implementação de outros estudos e investigação dirigidos à herança histórica. Na opinião do actual presidente do IPHAN, Luís Fernando de Almeida, “Marechal Deodoro tem tudo para se transformar em cidade-pólo, porque reúne património histórico, artesanato, música, museus e belezas naturais incomparáveis, como a lagoa e as praias. Mas, no nosso conceito, não basta restaurar um bem material, é preciso vislumbrar o uso do património e a sustentabilidade” (cf. [Em linha]. *cit.*, em <http://www.tudoalagoas.com.br/cultura040.htm>. Nesse contexto, iniciou-se, em Janeiro de 2006, um levantamento arquitectónico, conducente à identificação de imóveis que passaram a constar em um catálogo iconográfico constituído com os resultados da análise em questão (cf. A. L. RAPOSO, E. APRÍGIO, R. OLIVEIRA. “Património e Design: Memórias da Arquitectura Deodorense em Catálogo Iconográfico” in *I Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica*. Natal-RN (Rio Grande do Norte) : CEFET-AI (Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas), 2006).

⁴⁵³ Como vimos [Em linha]. *cit.*, <http://www.tudoalagoas.com.br/cultura040.htm>, com a replantação dessas actividades e a sua adequada exploração houve a intenção de garantir a sustentabilidade deste conjunto arquitectónico.

5. Vestígios de instalações da Ordem Terceira outros conventos da Zona da Mata

5.1 No Convento de Santo António de Igarauçu

5.1.1 Contextualização

O município de Igarauçu localiza-se na micro-região de Itamaracá, da mesorregião do Recife. Quando o donatário Duarte Coelho Pereira, em 1535, desembarcou no local a mando do rei de Portugal para tomar conta da região, teve de combater os Caetés – tribo índia que aí habitava e sobrevivia da pesca e da agricultura – ficando como Governador da Capitania de Pernambuco. O povoado iria crescer, desenvolver o património arquitectónico de cariz civil e religioso, que formaram o que é hoje o seu centro histórico, onde se destaca a mais antiga igreja do país (1535) devotada a São Cosme e Damião. A povoação sofreu, em 1632, como toda a capitania, invasão e saque dos holandeses, que retardou o progresso que tinha vindo a desenvolver. Por volta de 1564, Igarauçu⁴⁵⁴ seria elevada à categoria de Vila e, no ano de 1893, constituiu-se como município independente e, em 1895, cidade⁴⁵⁵.

5.1.2 O demolido espaço da Ordem Terceira

Por volta do ano de 1753, o irmão terceiro Francisco Fernandes das Chagas, natural e morador na vila de Igarauçu, oficial de pedreiro, juntamente com outros

⁴⁵⁴ O nome Igarassu (cuja ortografia correcta, de acordo com estudiosos, é *Igarauçu*) é de origem tupi e significa “canoa grande” ou “navio” (cf. *Igarassu* [Em linha]. [Consult. em 21-07-2009]. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Igarassu>.

⁴⁵⁵ Cf. Ministério da Cultura, Programa Monumenta. *Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste*. Brasília : Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005, p. 188-194.

devotos, solicitaram ao Padre Provincial Frei Manuel de Jesus Maria (1749-1752) permissão para edificação de uma capela para os ofícios da Venerável Ordem Terceira⁴⁵⁶.

Lançada a primeira pedra, ainda naquele ano, foi concluída em 1762⁴⁵⁷. A articulação entre o novo templo e o dos frades, desenvolveu-se na perpendicular, com ligação através de um arco rasgado do lado do Evangelho da nave da igreja dos frades (Anexo 1, ponto 9.2) [figs. 399, 405].

Hoje, a capela já não existe. Teria sido demolida no primeiro quartel do século XIX, em data não precisa, e a passagem que a ligava à igreja dos frades foi entaipada [fig. 399] e coberta por um painel de azulejos retirado da capela-mor da igreja conventual⁴⁵⁸, tendo sido feitos novos arranjos nas aberturas de iluminação natural da nave, onde seteiras tomaram o lugar das antigas janelas no alçado do evangelho, resultado de obras de recuperação levadas a cabo pelo IPHAN em 1952⁴⁵⁹ [fig. 399].

Mota Meneses considera que a ruína da capela dos Terceiros se tenha dado devido à saída forçada dos religiosos⁴⁶⁰, o que se nos afigura plausível, não se conhecendo, contudo, documentação que o ateste. Hoje restam os alicerces meio-

⁴⁵⁶ JABOATÃO. *Op. cit.*, pt. 2.^a, vol. II, cap. VII, § 299, p. 352; MENESES. *Igreja e Convento de Santo António – Igaracú* (Policopiado). [S. l. : s. d.], p. 8; As datas de 1753 referida por Jaboatão de arranque para a concretização do convento de Igaracú e as de actividade como Provincial de Frei Manuel de Jesus Maria, 1749-1752, deixam dúvidas que, por ora, não conseguimos ultrapassar (cf. Frei Hugo FRAGOSO, OFM. *Biblioteca do Convento de São Francisco* [Em linha]. [Consult. em 22-02-2009]. Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Frei_Hugo_artigo.pdf. Para o estudo deste conjunto religioso em Igaracú, considerado em 1938 monumento de interesse artístico, é precioso o trabalho de Mota Meneses (José Luiz Mota MENEZES. *Igreja e Convento de Santo António – Igaracú* (Policopiado). [S. l. : S. d.], p. 1-34), com referências, amiúdo, ao trabalho de Frei Manuel da Ilha; contudo, o historiador acerca-se pouco do objecto directo da nossa investigação, a Capela dos Terceiros de São Francisco de Igaracú e o último, não se lhe refere. Para o entendimento do que teria sido o espaço da Ordem Terceira, valeu a cópia do texto do Professor José de Monterroso Teixeira, o coordenador científico do projecto de restauro da igreja dos frades. Os trabalhos de restauro seguiram as recomendações constantes da Carta de Veneza (1964), no que se refere a reversibilidade; a utilização de técnicas e materiais foi efectuada de acordo com os originais; o respeito pela autenticidade dos elementos estruturais e decorativos foram tomados em conta, sendo a documental cobertura das operações realizadas feita (cf. Texto [Em linha]. [Consult. em 04-04-2009]. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/docs/indoc/lab/rel.doc>).

⁴⁵⁷ Teria sido benzida pelo padre guardião frei Luiz do Sacramento em 16 de Setembro desse ano de 1753, e consagrada às Chagas do Seráfico Patriarca. O arco principal da capela inscrito na parede do interior da igreja estava pronto em 1762, sendo obra do referido Irmão Terceiro, oficial de pedreiro, que seria o primeiro Ministro da Ordem. A primeira missa foi rezada pelo padre comissário frei André de São Luís, identificado como padre comissário da ordem Terceira de Ipojuca em 1761 (cf. Frei Milton COELHO. *Ordem Terceira de São Francisco em Ipojuca : Um Pouco da História*, 08-10-2010 [Em linha]. [Consult. em 02-01-2011]. Disponível em <http://freimilton-ofm.blogspot.com/>).

⁴⁵⁸ A esse respeito veja-se SIMÕES. *Op. cit.*, 1965, p. 219 a 222.

⁴⁵⁹ Na mesma altura o IPHAN fez o restauro total do frontispício da igreja conventual.

⁴⁶⁰ Cf. MENEZES. *...Igaracú. cit.*, p. 17.

encobertos [figs. 400-402]. Partindo de uma reconstituição conjectural baseada em prospecções arqueológicas [fig. 405] – “reconstituição presumida da volumetria que apresentava no início do século XX” executado na FUNDARPE⁴⁶¹ – verifica-se que, em relação à igreja a que se adossa, a dos frades seria uma construção de dimensões inferiores, mais baixa, ainda que mantendo os mesmos dois registos, de nave mais estreita, que seria igualmente mais curta, ainda que seja difícil calcular o seu comprimento, pois não sabemos qual o espaço que a sacristia ocuparia, partindo do princípio que teria sido aberta na continuidade da capela-mor, em transversalidade (Anexo 1, ponto), como se constatou em tantas outras congéneres.

Nesta mesma base, poder-se-á apontar a provável visibilidade destas instalações na povoação, pelo que teria, juntamente com as do convento, jogado um papel preponderante no equilíbrio das volumetrias do complexo franciscano na envolvente.

6. A falta de vestígios das instalações de Terceiros nos conventos de Ipojuca, Paraguaçu e Serinháem

Nos treze conventos franciscanos implantados na Zona da Mata que permitiram a emergência da Província de Santo António do Brasil – integrados por Germain Bazin no que chamou “a escola franciscana do Nordeste” – apenas não encontrámos espaços de uma Ordem Terceira nos de Santo António de Ipojuca, Santo António de São Francisco do Paraguaçu e de São Francisco de Serinhaém⁴⁶², apesar de termos algumas

⁴⁶¹ Gravura amavelmente cedida por Ulysses Pernambucano de Mello Neto (arqueólogo - Grupo de Arquitectura e Urbanismo – GRAU, Consultor na FUNDARPE). Este arqueólogo e historiador foi responsável pelos trabalhos de arqueologia ligados às campanhas de restauro no Convento de Santo António de Igarauçu, realizadas nas décadas de 1980/90 pela FUNDARPE do Governo do Estado.

⁴⁶² Ainda que admitindo que em Paraguaçu não tivesse existido Ordem Terceira, porque a sua situação seria demasiado longe de um centro urbano para que houvesse estímulo para essa concretização, Nuno Senos no seu trabalho para doutoramento no capítulo “Derivation and consistency in plans”, referindo os conventos franciscanos em geral, afirma “either through a chapel or a whole religious complex, the brothers of the Third order of Saint Francis never failed to make their presence felt in the convents...” [também com uma capela ou com um complexo religioso, os irmãos da Ordem Terceira de São Francisco nunca deixaram de marcar a sua presença nos conventos (tradução nossa)] [cf. Nuno SENOS. *Franciscan*

notícias, muito escassas sobre nomeação de comissários para elas, documentadas para época tardia [docs. 29, 31, 34].

6.1 Caso de Ipojuca

6.1.1 Contextualização

A cidade de São Miguel de Ipojuca, anteriormente chamada de Pojuca, é sede do município de Ipojuca, estado de Pernambuco. Localiza-se na extremidade meridional da Região Metropolitana do Recife⁴⁶³, a pouco mais de 50 km da cidade do Recife, e a cerca de 17 km do litoral atlântico. Implantada no cimo de um monte, desenvolveu-se, como distrito, tornando-se o maior na área de Pernambuco, com os seus pouco mais de 500 km²⁴⁶⁴.

A ocupação portuguesa, segundo relatos da época, remonta a 1530, tendo decorrido da expulsão dos índios – entre outras tribos, dos Caetés – da longa faixa do litoral sul de Pernambuco, do que é hoje o distrito de Ipojuca⁴⁶⁵, dando origem a uma colonização, cuja economia assentou na exploração da terra com cultivo da cana-de-açúcar⁴⁶⁶. A partir do litoral, os portugueses, ocuparam uma vasta área de planura de

Patronage in Northeastern Brazil (1650-1800), Thesis/dissertation. New York : (Manuscript Archival) New York University, Institute of Fine Arts, 2006. p. 101], afirmação que é controversa, pois encontramos tanto no Brasil como em Portugal conventos franciscanos sem Ordens Terceiras.

⁴⁶³ A região Metropolitana do Recife abriga, para além de Ipojuca, os municípios do Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Abreu e Lima, Paulista, Igarassu, Itapissuma, Itamaracá, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, São Lourenço da Mata, Araçoiaba e Moreno.

⁴⁶⁴ O distrito de Ipojuca foi criado por legislação municipal de 12 de Novembro de 1895. Administrativamente, Ipojuca é sede de distrito, a que pertencem os povoados de Camela, Nossa Senhora do Ó, Porto de Galinhas, Praia do Touquinho e Suape. A vila de Ipojuca surgiu com sede na povoação de Nossa Senhora do Ó e depois foi transferida para a povoação de São Miguel de Ipojuca. Com o Decreto estadual n.º 23, de 4 de Outubro de 1890, a sede foi restabelecida em Nossa Senhora do Ó; possui uma área de 514,87 km²; dista do Recife 57 km e os acessos são hoje pela PE-60 e BR-101 (via Cabo de Santo Agostinho), trechos duplicadas até à entrada para Suape, com estrada de uma via e trechos sinuosos até Porto-Galinhas.

⁴⁶⁵ O nome Ipojuca teria derivado do termo indígena, tupi guarani *Ipoiouque* (água escura).

⁴⁶⁶ A indústria açucareira foi prevalecendo na região apesar das restrições a que está sujeita devido à dificuldade de transporte, já referida em 1816, por Luís François TOLLENARE (1783-1853) (comerciante francês que estando em trabalho no Brasil, aproveitou os dias de descanso para escrever sobre o que via), in *Notas Dominicanas Tomadas durante uma residência em Portugal e no Brasil nos annos de 1816, 1817 e 1818, Parte Relativa a Pernambuco* : Empreza do Jornal do Recife, Rua 15 de

terra fértil, para o interior. Encheram-na de cana sacarina, pontilharam-na de engenhos e transformaram essa região numa das de maior sucesso na economia açucareira, no Brasil colonial⁴⁶⁷.

Um século após o início desta colonização, aquando da invasão holandesa (1639-1654), São Miguel de Ipojuca encontrava-se em plena expansão económica. Todavia, a paz que se viveu então na região, não preveniu o empobrecimento que atingiu o município, devido ao desvio da indústria açucareira para as Antilhas, iniciado aquando da saída dos holandeses do Brasil, já no tempo de D. João VI⁴⁶⁸.

Em 1846, assistiu-se à criação do município de Ipojuca e, até 1891, a respectiva sede tomou lugar ora na povoação de Nossa Senhora do Ó ora na de São Miguel de Ipojuca, evidenciando a grande rivalidade que existiu entre essas duas vilas, até a edilidade se ter fixado na última, que alcançou o estatuto de cidade, em 6 de Junho de 1896.

No que respeita à jurisdição religiosa, de acordo com documentação existente na Câmara Eclesiástica, foi criada a paróquia de Ipojuca, no ano de 1595, aquando da visita pastoral do bispo diocesano Dom Frei António Barreiros a Pernambuco. Cerca de uma década mais tarde, em 1608, ocorreu a fundação de mais um convento franciscano, com lançamento da pedra fundamental no dia de Reis⁴⁶⁹, com consequente edificação do complexo que ficou conhecido por Convento de Santo António e Igreja do Senhor Santo

Novembro n.º 47, Recife, 1905, p. 83, dizendo que, para o ano de 1816, há a indicação de, nos distritos de Ipojuca e de Serinhaém, só se cultivar cana, cujo escoamento é dificultado pelo transporte.

⁴⁶⁷ Em 1560, Duarte Coelho Pereira, donatário da Capitania de Pernambuco, resolveu, em função do mercado externo, estender o cultivo da cana-de-açúcar pelas terras circunvizinhas ao Cabo da Santo Agostinho, abrangendo terras do Vale do Ipojuca. O sucesso advindo do fabrico do açúcar foi complementado com a construção de dois portos locais, o do Suape, com três fortificações construídas para defesa do território junto ao porto. e o de Galinhas que passaram a assistir a região em todo o comércio, de exportação e importação, incluindo o esclavagista. Após a expulsão dos holandeses de Pernambuco, a indústria açucareira entrou em declínio com perda dos mercados europeus para os engenhos instalados pelos holandeses nas Antilhas.

⁴⁶⁸ Deu-se, então, início ao ciclo do ouro, enfraquecido que estava o do açúcar.

⁴⁶⁹ De acordo com Frei Manuel da ILHA, OFM, Ildefonso SILVEIRA. *Divi Antonii Brasiliae Custodiae enarratio / Narrativa da Custódia de Santo Antonio do Brasil, 1584-1621*, texto bilingue: Português e Latin. Petrópolis, Brasil : Editora Vozes; Co-edição com Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, 1975; ainda, *Cartório da Província de Santo António de Portugal* (cf. Frei Apolinário da CONCEIÇÃO, 1692-1755, OFM. António Isidoro da FONSECA, fl. 1728-1760? impr. *Claustro Franciscano, erecto no dominio da Coroa Portuguesa, e estabelecido sobre dezeseis Venerabilissimas Columnas : expoem-se sua origem, e estado presente. A dos seus conventos, e mosteiros, annos de suas Fundações, numero de Hospícios, Prefecturas, Recolhimentos, Parroquiais, e Missoens, dos quaes se dá individual noticia, e do numero de seus Religiosos, Religiosas, Terceiros, e Terceiras, que vivem Collegiadamente, tanto em Portugal, como em Suas Conquistas...* Lisboa Occidental : na Off. de António Isidoro da Fonseca, 1740, p. 76).

Cristo⁴⁷⁰ (Anexo 1 ponto 7.2).

O convento ipojucano acolhera franciscanos que tinham saído dos conventos em regiões ocupadas pelos Holandeses. O ano de 1633 trouxe para Ipojuca religiosos franciscanos dos conventos de Olinda e Recife que transportaram com eles as alfaias e os objectos de culto que tinham conseguido salvar na fuga, acontecimento que deu origem a reunião de Capítulo no convento, com presidência a cargo de frei Cosme de São Damião, corria o ano de 1637. A ocupação de território do Nordeste Brasileiro pelos holandeses atingiria Ipojuca, apenas nesse ano. Contudo, os seus religiosos, prevenindo a sua chegada à vila, defendidos por tropas enviadas do Recife, abandonaram o convento e refugiaram-se longe dele⁴⁷¹. Em 1639, os invasores tomaram o reduto franciscano, ocupam-no, usaram-no como quartel militar, e enviaram os religiosos aí encontrados para o Recife de onde seguiram para Itamaracá, e daí deportados definitivamente para as “Índias de Castela” (possessões de Castela na América Central).

A tentativa de expulsão do invasor de Pernambuco iniciou-se na região de Ipojuca, em 1645, com a intervenção de tropas de ambos os lados da contenda, vindas do Recife, e terminou com a derrota dos holandeses⁴⁷². Com a expulsão destes, o espaço conventual franciscano foi reactivado nas suas funções religiosas católicas, tendo sido alvo de obras de recuperação.

A decadência da unidade conventual de Ipojuca, como a de outras no território brasileiro, teve o seu início na segunda metade do século XVIII, com redução de religiosos, originada pelo decreto de 3 de Janeiro de 1764, na governação de Sebastião José de Carvalho e Melo, como Ministro do Reino⁴⁷³. Estas e outras disposições

⁴⁷⁰ Situado na Rua do Convento, s./n.º, Sede Municipal, Ipojuca-Pe, O Convento e Igreja de Santo António foi tombado pelo IPHAN, de acordo com o Decreto-Lei n.º 25, estando registado no *Livro de Belas Artes*, Inscrição:003, de 21-3-1938, com o n.º Processo:0003-T-38, incluindo todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13-08-1985, referente ao Processo Administrativo n.º 13/85/SPHAN.

⁴⁷¹ No ano de 1642, os responsáveis franciscanos enviaram para Ipojuca alguns dos seus para assistirem aos católicos aí residentes, depois de alcançada permissão para utilizarem o espaço da igreja do convento (cf. WILLECKE. *Op. cit.*, 1938, p. 27).

⁴⁷² Com os holandeses sediados em Ipojuca, deu-se o primeiro encontro de armas entre pernambucanos e holandeses, comandado pelo Capitão-Mor Amador de Araújo e Domingos Fagundes do lado das forças coloniais, em 17 de Junho de 1645 (cf. [Em linha]. [Consult de 17-01-2009]. Disponível em <http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=41703&cat=Artigos&vinda=S>.

⁴⁷³ Em 3 de Janeiro de 1764, saiu o decreto que impediu a admissão de noviços à vida religiosa (com salvaguarda dos casos em que houvesse especial concessão real), o que conduziu à diminuição do número de religiosos no Brasil, aspecto que se agravou em 1845, após o Imperador ter legislado no sentido da extinção das ordens religiosas.

governamentais levaram à decadência daquela unidade religiosa referenciada como em declínio físico acentuado em 1817⁴⁷⁴ e, entre os anos de 1892 e 1895, dada como encerrada⁴⁷⁵.

6.1.2 A Ordem Terceira

Muito pouco é conhecido sobre a extinta ordem Terceira de São Francisco, que existiu adstrita ao Convento de Santo António de Ipojuca⁴⁷⁶. Há, todavia, notícia que teria sido oficialmente fundada em Junho de 1703 e se teria prolongado em actividade até ao início do século XIX⁴⁷⁷.

Sabe-se que na Congregação de 16 de Junho de 1703, reunida no convento franciscano de Ipojuca, tinha sido escolhido o primeiro Comissário de Terceiros para este convento, o que aponta para a existência da Instituição ou, pelo menos, de um agrupamento de Irmãos na povoação. Este facto, aliado à conhecida forma de actuar destas Irmandades, leva à suposição de, anteriormente àquela data, o grupo já ter existência, com reuniões certamente tidas em espaço conventual. No entanto, não foi encontrada na nossa investigação *in loco* qualquer área de Terceiros, nem referência a ela, nem qualquer outra alusão a eles; Jaboaão mais nada acrescenta e, dos contactos tidos com o franciscano Frei Milton Coelho, com pesquisa histórica e artigos editados desenvolvidos sobre este convento ipojucano a que pertence, podemos assinalar que não há novas notícias recentes.

⁴⁷⁴ Cf. Alberto SOUSA (professor adjunto da UFPB, Doutor pela Universidade de Paris I). “Igreja franciscana de Cairu: a invenção do barroco brasileiro”, in *Portal Vitruvius*, [Em linha] [Consult. em 01-08-2008]. Disponível em http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arg070/arg070_02.asp (ref. Luís F. TOLLENARE. *Op. cit.*).

⁴⁷⁵ Caducas as leis que reprimiram o normal funcionamento dos conventos, com o Império, os frades franciscanos intercederam junto do Papa Leão XIII, para que a Província de Santo António do Brasil fosse restaurada, o que foi conseguido apenas no século XX, com o envio de religiosos da província de Santa Cruz da Saxónia [cf. Frei Venâncio Willeke. *Resumo histórico do Convento de Santo António do Santuário do Senhor Santo Christo de Ipojuca*. Edição comemorativa do Jubileu do Santuário (1663-1938). Ipojuca-Pe : Editores Religiosos Franciscanos, 1938, p. 30 e 31]. Já no século XX, no primeiro de Março de 1935, um incêndio devastou a Igreja conventual fazendo desaparecer toda a decoração e ornamentação interior; todavia, em 15 de Agosto desse mesmo ano, estava já acabada a reconstrução da capela-mor e, dois anos passados, a imagem do *Santo Cristo* que fora salva das chamas pelos populares e frades, pôde voltar ao altar.

⁴⁷⁶ O pouco que chegou até nós veio da consulta da obra de Frei Venâncio Willeke (*Idem. Ibidem*, 1938, p. 77). Frei José Milton Coelho, historiador das coisas franciscanas de Ipojuca, que encontramos no convento de Ipojuca, referiu-nos a falta de notícias sobre a Ordem Terceira, concedendo-nos amavelmente, as poucas que tinha descoberto.

⁴⁷⁷ É imperioso que se façam mais buscas que possam alargar o conhecimento que se tem dela, principalmente descobrir o espaço que usufruiu nas suas funções religiosas e de apoio piedoso aos confrades.

Parece-nos, no entanto, que havendo necessidade de espaços sacros para as práticas religiosas, como as dos Exercícios Espirituais, ser possível aventar a hipótese de, em Ipojuca, os Terceiros não terem passado da fase inicial usual na ocupação de espaço sacro conventual, antes do assentamento definitivo junto ao convento. Uso que temos vindo a descobrir e que será foco de esquematização no próximo capítulo (cap. III, ponto 1.1. a). Parece-nos plausível que tivessem ocupado uma capela do templo dos frades ou qualquer outra surgida nos corredores claustrais dele, por cedência daqueles. E pode-se apontar como possível motivo explicativo de falta de documentação escrita sobre a presença de um tal espaço em Ipojuca, o incêndio de 1 de Março de 1935 que destruiu o interior da igreja e o recheio da biblioteca conventual e pode ter feito desaparecer possíveis vestígios dos Terceiros.

Ainda que sem vestígios físicos conhecidos, encontrou-se alguma notícia que atesta a existência desta Ordem Terceira em São Francisco em Ipojuca⁴⁷⁸.

Com a morte, a 24 de Junho de 1890, do último guardião e inquilino do

⁴⁷⁸ informações sobre a Ordem Terceira de Ipojuca:

a) Na Congregação de 16 de Junho de 1703, foi escolhido para primeiro Comissário de Terceiros desse convento, o P.^o Hilário da Visitação, tendo assim, sido oficialmente fundada a Ordem [cf. JABOATÃO. *Op. cit.*, pt. 2.^a, vol II, cap. XXXV, § 452, §.1, p. 497; com ref. a Frei Hilário da Visitação relacionado com “a Ordem Terceira do Convento de Alagoas, fundado em 1720” (*Idem. Ibidem*, pt. II, vol. II, p. 612 e 613)]. Nós verificámos uma referência a Frei Hilário da Visitação na Baía em 1730 (*certidão in AHU, ACL, CU 005, Cx. 37, doc.3361, Carta do frei Hilário da Visitação, da Bahia para D. João V, 1730-08-10*); ainda, ref. em. “Livro dos Guardiães do Convento de Santo António de Ipojuca : 1603 – 1892” (transcrito), *Revista de História*, n.º 59, 1964, p. 201-230; *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Segunda cópia. Recife : Imprensa Industrial, 1967, vol. XLVI, 1961, p. 402 (alínea 26.);

b) Referência de 1703, a uma imagem de São Roque de Montpllier tido como patrono da Ordem Terceira em geral e, particularmente, também, em Ipojuca [Informou Frei José Milton da existência de uma imagem de São Roque no convento, no ano de 1703; noticiou que este santo teria sido tomado por patrono dos Terceiros de Ipojuca, teria sido colocada na capela lateral da igreja dos frades, do lado da Epístola, a do Bom Jesus ou do Senhor Santo Cristo (cf. Frei José Milton COELHO. *Ordem Terceira de São Francisco em Ipojuca : Um Pouco da História*, 08-10-2010 [Em linha]. [Consult. em 02-01-2011]. Disponível em <http://freimilton-ofm.blogspot.com/>). Confirmámo-lo em Jaboatão (JABOATÃO. *Op. cit.* pt. 2.^a, vol. II, cap. XV, § 452, §.1, p. 497)];

c) Notificados dados a propósito desta Irmandade se ter organizado de acordo com as normas usuais para essa Ordem laica [cf. COELHO [Em linha]. *Op. cit.* 08-10-2010];

d) Conhecido o dia de festejo do patrono desta Ordem, o dia após as festas do Senhor Santo Cristo, patrono do Convento [doc. 39];

e) Conhecem-se listas de comissários, de 1843 e de 1844, onde constam nomeações de comissários para esta Ordem Terceira [docs. 29, 31, 34]; outra de sessenta comissários, entre padres Presidentes de Guardiães do Convento de Ipojuca, tidos por comissários, com participação no ano de 1844; sendo a última referência, de 1862 [*Idem. Ibidem, loc. cit.*];

f) Informação fornecida por um guardião do convento, em relação de bens da sua autoria, uma “Venerável Ordem Terceira da Penitência” anexa ao edifício conventual; esta congregação contribuía com determinada verba para o convento, por cada irmão que admitia, como pagamento de serviços prestados pelos frades, ao que acrescentavam uma vela para a sacristia conventual [doc. 39] (cf. Frei Venâncio WILLEKE, OFM. “Convento de Santo Cristo de Ipojuca”, Separata da *Revista do Património Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, 1956, vol. 13, p. 43 a 45).

convento ipojucano⁴⁷⁹, este ficaria à guarda do Superior de Serinhahém que para aí se mudou e ficou até ao fim dos seus dias, 1892. Não havendo conhecimento da data da extinção dos Terceiros em Ipojuca, sabe-se, contudo, que o convento teria acolhido, em finais da década de noventa do Oitocentos, um novo grupo de franciscanos alemães chegados a 4 de Outubro de 1896, que fizeram renascer o convento e possibilitaram igual ressurgimento de uma comunidade de Terceiros⁴⁸⁰.

6.2 Paraguaçu

6.2.1 Contextualização

No caso do Paraguaçu, o convento nascera para suprir o fim do noviciado do convento de Olinda – esvaziado devido às invasões holandesas. Teve localização geográfica extraordinária e privilegiada, erguido inusitadamente junto às águas do Rio Paraguaçu [figs. 542, 869], na sua margem esquerda, fora do alcance bélico do invasor; no entanto, era pelo braço de rio que se transpunha os trinta quilómetros que o afastavam do centro metropolitano da Baía, uma vez que, na época, os 110 quilómetros de percurso terrestre hoje necessários para, a partir dele, chegar a Salvador, seriam quase intransponíveis.

A povoação onde nasceu a casa franciscana, Iguape, conhecida depois por São Francisco do Paraguaçu, serviu, no início do povoamento, quase exclusivamente, de ponto de partida para bandeiras para o interior, não acolhendo grande fixação de colonos, nem qualquer crescimento urbano relevante; mesmo quando as fazendas e os engenhos de cana ali proliferaram, os seus senhores não se teriam estabelecido

⁴⁷⁹ Nas palavras do cronista (*Idem. Ibidem*, vol. 13, p. 62 a 64).

⁴⁸⁰ Porém, continua o desconhecimento do local de reunião desta última comunidade *na nova fase da Ordem Terceira de Ipojuca*. Aquela data e a identidade do seu fundador, Frei Adalberto Kirschbaum, foram avançadas por Frei Venâncio; na sua opinião, entre 1897 e 1956, teriam professado nele 120 irmãos (cf. Frei Venâncio WILLEKE, OFM. “Convento de Santo Cristo de Ipojuca”, Separata da *Revista do Património Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, 1956, vol. 13, p. 43). A presença de terceiros em Ipojuca é, ainda testemunhada pela notícia de *Anais da Ordem Terceira*, onde se aborda uma visitação ao convento de 1895 (cf. Frei Clementino de BOUCHÉ. “Santificarás o ano quinquagésimo (Levit. XXV. 10)”. *Santo António – Órgão da Província Franciscana de Santo António do Brasil*. Recife : Edição do Provincialado Franciscano. Recife, 1945, ano 3, n.º 1, p. 5).

permanentemente na região pois mantiveram as casas de residência em Salvador.

6.2.2 *Motivos prováveis para a inexistência da Ordem Terceira*

Não se encontrou, dentro do arruinado complexo franciscano do Paraguaçu (Anexo 1, ponto 12.3.; 12.4) quaisquer vestígios que nos sugerissem ter aí existido espaço específico, independente, ocupado por uma Ordem Terceira Franciscana. Também das obras escritas que abordamos e das conversas tidas com alguns dos historiadores na Baía, nada se clarificou sobre esse assunto. No entanto, encontramos referências a uma Ordem Terceira Franciscana do Paraguaçu, nomeadamente, a Comissários eleitos para interagirem com ela e a porteiros, para o final do século XVIII e século XIX⁴⁸¹ [docs. 15, 61, 63].

Havendo notícia de o Iguape ter sido uma região que atraiu os grandes senhores endinheirados, como comprova a própria construção conventual, estranha-se que a Ordem Terceira de São Francisco aqui não tivesse surgido e vingado. Esperar-se-ia que também nesta região, como em outras do Nordeste Brasileiro, houvesse a necessidade sentida pelos colonizadores de se unirem em Irmandades; estas ser-lhes-iam necessárias, tendo em conta não só a sua função de sufrágio das almas, como para assegurar sepultura dentro de solo sagrado condigna com o *status* que igualmente desse modo pretenderam manter ou alcançar; como também, a de protecção social e financeira em possíveis momentos de crise, pois estas Ordens criaram, de um modo geral, considerável poder económico⁴⁸².

⁴⁸¹ Como exemplos disso destacamos: Frei Matias de Santa Úrsula que foi comissário da Ordem Terceira, de 1780 a 1782; Frei Manuel das Chagas, falecido em 1820, exerceu o cargo de porteiro no convento do Paraguaçu, tendo sido igualmente aí, comissário da Ordem Terceira, eleito pela congregação de 1813; Frei André da Purificação que, entre 1795 e 1796, desempenhou o ofício de comissário da Ordem Terceira Franciscana do Paraguaçu; Frei Manuel da Encarnação, de 1798 a 1800, esteve como presidente da casa em Paraguaçu, ao mesmo tempo que exerceu o cargo de comissário da Ordem Terceira; Frei José de São Luiz, entre 1824 e 1827, foi eleito Guardiã do Paraguaçu, com a incumbência de cuidar também da Ordem Terceira de São Francisco; Frei Faustino dos Passos, entre 1829 e 1831, foi porteiro e comissário da Ordem Terceira; Frei Joaquim de São Félix exerceu o cargo de comissário da Ordem Terceira, enquanto guardião do convento, de 1835 a 1837, tendo continuado no convento com a função de Comissário da Ordem Terceira, depois de ter terminado o governo da Ordem Primeira; Frei João da Virgem Maria ficou encarregado da Ordem Terceira do convento, de 1837 a 1838, enquanto aí exercia a guardiania; Frei Galdino de São Francisco foi eleito comissário da Ordem Terceira em 4 de Dezembro de 1847; Frei José dos Desposórios de Maria SS. foi incumbido de cuidar da Ordem Terceira, enquanto guardião do convento, de 1868 a 1869; Frei José de São Jerónimo eleito guardião do convento, em 1875, com a incumbência do comissariado da Ordem Terceira, até 1877, já com o convento em vias de extinção

⁴⁸² Estes factos repetiram-se em outros estabelecimentos de Terceiros, como verificámos, e bem ilustra o historiador José Luiz Mota Menezes, num seu artigo, particularmente referente à Ordem Terceira do

Contudo, sabe-se que o território onde o convento nasceu, embora se tenha valorizado com o cultivo da cana açucareira na primeira metade do século XVII, logo na centúria seguinte ela teria decaído, plausivelmente, sem ter conseguido estabelecer-se como pólo dinamizador de gentes. Depreendemos que este facto tenha conduzido á descontinuidade de fixação à terra de uma elite endinheirada que pudesse patrocinar uma Ordem Terceira, na época em que elas proliferaram na Zona da Mata.

Para além disso, este lugar coabitou, com a zona de influência económica de Salvador, onde prosperou uma poderosíssima Ordem Terceira de São Francisco; também, com a proximidade da vila de São Francisco do Conde onde os franciscanos se estabeleceram em 1618 e onde uma Ordem Terceira tinha vingado⁴⁸³, com o generoso patrocínio das gentes da vila e das proximidades; ainda, com a vizinhança da próspera Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira – a cujo município Paraguaçu pertencia – que se convertera em centro dinamizador de economia e de atracção de gentes que fundaram uma Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo⁴⁸⁴, muito rica, entre os anos de 1695 e 1745, à sombra de um convento, que viveu tempos áureos entre os séculos XVIII e XIX.

Assim, existindo documentação com referência a comissários da Ordem Terceira em Paraguaçu, havendo falta de vestígios físicos dela, somos levados a colocar a hipótese de, tendo ela existido neste convento, não se teria determinado em espaço físico independente da Primeira Ordem.

6.3 Serinhaém

6.3.1 Contextualização

Quanto ao convento de São Francisco de Serinhaém (Anexo 1, ponto 13.),

Carmo de Cachoeira (cf. MENEZES. “A Venerável Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira”, *in Universitas*, n.º 10, Setembro/Dezembro, 1971, *Passim*).

⁴⁸³ Teria sido, na nossa óptica, uma Ordem Terceira próspera, tendo em conta o espaço construído, ainda que não tenhamos encontrado essa referência notificada.

⁴⁸⁴ Implantada na Baía em 1636.

também não foram encontrados quaisquer indícios físicos de ter albergado uma Ordem Terceira, apesar do anúncio de Comissários de terceiros para esse convento noticiados para época tardia [docs. 29, 31, 34].

A documentação chegada até nós é escassa: mesmo o cronista da Ordem Franciscana, Jaboatão, foi parco em notícias sobre este convento⁴⁸⁵. O historiógrafo descreve a igreja conventual (Anexo 1, ponto 13.3, 13.4), com as capelas nelas abertas, sem fazer alusão à presença de qualquer uma que fosse pertença desta Ordem. Da nossa experiência, verificámos que Jaboatão apontou cada uma das capelas de Terceiros que nós próprios fomos descobrindo na busca que empreendemos ao longo da presente investigação e do périplo que empreendemos pelos treze conventos da Zona da Mata Nordeste.

Nada foi, igualmente, adiantado sobre esse assunto da conversa tida com o arqueólogo que está na Direcção das obras de prospecção do edifício franciscano, Ulisses Pernambucano⁴⁸⁶.

Porém, os documentos encontrados, dão notícia da existência daqueles, para o século XIX, sem que possamos ter ideia de quando teria sido a sua fundação.

6.3.2 *Prováveis razões para a ausência de Ordem Terceira*

Entre os motivos que poderiam explicar a sua inexistência dentro do tempo que balizámos para este estudo, pareceu-nos verosímil a hipótese seguinte: o convento de Serinhaém erguido em Vila Formosa de Serinhaém, pertence ao conjunto franciscano Pernambucano, situado “a algumas quinze legoas [*sic*], e cinco adiante do Convento de Pojuca”, segundo Jaboatão⁴⁸⁷; a estrutura que se vê hoje teve o seu início no ano de 1633, época da invasão da colónia brasileira pelos Holandeses, o que levou de imediato ao seu esvaziamento, situação que se prolongou até ao ano de 1649; a somar a este revés que outros conventos também sofreram, há a proximidade física com as vilas de Olinda e Recife que contavam, então, já com grande prosperidade, meio económico que facilitou o florescimento de Instituições Terceiras de grande mérito; presumivelmente,

⁴⁸⁵ Cf. JABOATÃO. *Op. cit.*, pt. 1.^a, vol. I, cap. Estância III, § 293, p. 398, 399; pt. 2.^a, vol. II, cap. XXXIX. § 459 e sgs, 505-508; cap. XL, § 463 e sgs, 509-514.

⁴⁸⁶ Ulysses Pernambucano de Melo Neto, técnico superior da Fundação do Património Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), Recife.

⁴⁸⁷ Nas suas palavras, não encontrara “assento, ou clareza alguã” sobre a sua edificação (cf. JABOATÃO. *Op. cit.*, pt. 2.^a, vol. II., cap. 39, § 460, p. 506, 507).

este facto terá contribuído para encaminhar para estas casas franciscanas a expressão de vontades de ingressos numa Ordem Terceira a moradores daquela vila que tão próxima ficava.

Notas conclusivas

A ausência de Terceiros nestes dois conventos da província de Santo António, não é caso único. Também em Portugal, em Alenquer, nos deparámos com um convento franciscano, fundado no ano de 1222, onde não existiu assento de Terceiros⁴⁸⁸.

Ao considerarmos a época colonial, temos nestas construções a exemplificação da existência de conventos franciscanos levantados em distintas províncias franciscanas, na de Santo António do Brasil e na de Portugal, da existência de conventos, sem agregação de uma Ordem Terceira, ao contrário do que afirma Nuno Senos [2006] que a considerou sistemática⁴⁸⁹, apesar de ter notado a sua ausência em Paraguaçu.

⁴⁸⁸ A causa dessa falta talvez tenha sido por ter sido sempre tomado por convento de posse Real, ainda que pudesse ter atraído Irmãos da nobreza ou da aristocracia local, até porque alguns dos seus patrocinadores foram irmãos da Ordem Terceira, ainda que com assento em outro convento, como foi o caso de D. Afonso V. Alvitramos uma outra causa para a inexistência de Terceiros. Antes do ressurgimento das Ordens Terceiras franciscanas em Portugal (1615-1616), tinha-se verificado, no ano de 1498, a fundação das Misericórdias em Portugal pela Rainha Dona Leonor com o apoio do Rei D. Manuel I; aconteceu, então, que dois anos após a morte da Rainha, em 1527, foi fundada a Santa Casa de Misericórdia de Alenquer junto ao convento, com funções que, não sendo iguais, replicam algumas dos Terceiros de São Francisco e teria afastado a possibilidade de uma outra fundação semelhante, até porque as rivalidades entre estas duas instituições estiveram muito presentes.

⁴⁸⁹ No capítulo “Derivation and consistency in plans” Nuno Senos, referindo os conventos franciscanos, afirma taxativamente que os irmãos da Ordem Terceira de São Francisco nunca deixaram de marcar a sua presença nos conventos] [cf. Nuno SENOS. *Franciscan Patronage in Northeastern Brazil (1650-1800)*, Thesis/dissertation. New York : (Manuscript Archival) New York University, Institute of Fine Arts, 2006. p. 101]. Senos centraliza o seu estudo nas instalações da Ordem Primeira, mais concretamente na explanação sobre o desenvolvimento dos frontispícios das treze igrejas conventuais franciscanas da Zona da Mata nordestina, através dos tempos, segundo dois programas construtivos, reflexo de lutas políticas internas (entre frades).

Capítulo III Dinâmica edificatória das Ordens Terceiras franciscanas na Zona da Mata no período colonial brasileiro

1. O vicejar das Ordens Terceiras no seio conventual

Tal como na Metrópole, a Zona da Mata Nordeste assistiu na época colonial, particularmente ao longo dos séculos XVII e XVIII, ao florescimento e à dinâmica associação das Ordens Terceiras aos conventos franciscanos. Embora a proliferação de núcleos destas Irmandades tivesse pressuposto uma diversidade de acções concertadas que possibilitaram a criação dos respectivos Institutos, nas próximas alíneas concentrar-nos-emos apenas nalguns aspectos que lhes são comuns - nomeadamente a ocupação dos espaços que granjearam ou a construção de instalações próprias e a forma como ficaram interligadas com os espaços construídos pelos frades.

1.1 As instalações dos Terceiros

Questão da primeira casa

Embora em Portugal, a partir de meados do século XV, as povoações principais tivessem Ordens Terceiras sediadas nas igrejas dos religiosos franciscanos⁴⁹⁰, para a

⁴⁹⁰ Todavia, na centúria seguinte estas congregações atravessaram um longo período de decadência e até mesmo de quase desaparecimento. Viu-se que, após o Capítulo de Toledo de 1606, as Províncias Franciscanas da Ordem Primeira tinham sido incentivadas a pregarem sobre as excelências daqueles seus Irmãos de religião, os Terceiros franciscanos. Em Portugal, a Ordem seria restaurada apenas a partir do ano de 1615 e do Convento de São Francisco da Cidade de Lisboa [qdr. 7].

Zona da Mata nordestina, só iremos encontrar fundações de Terceiros, após o ano de 1616. Estas Fraternidades seculares, ao contrário das Casas de Misericórdia que se implantaram cedo nos núcleos urbanos brasileiros⁴⁹¹, surgiram com os conventos já fundados, após a constituição dos povoados. A única exceção mencionada pelos cronistas, de que não há mais documentação nem vestígios materiais actualmente conhecidos, seria o caso de Olinda, onde teria existido a primeira sede de Terceiros no Brasil, num *Recolhimento de Senhoras*. Fundado por Maria da Rosa, viúva de Pedro Leitão, junto ao sítio onde tinha sido construído um pequeno templo de invocação à Senhora da Conceição; este recolhimento, ainda numa fase anterior à fundação do convento franciscano, poderia ter sido organizado e frequentado por Terceiros professos na Metrópole⁴⁹². O que se afigura plausível dado que entre as Instituições Terceiras surgidas inicialmente à sombra dos conventos da Mata foi comum serem organizadas por emigrantes da Metrópole onde já integravam estas Irmandades⁴⁹³.

Presumivelmente fundamentados na crónica de Jaboatão⁴⁹⁴, os autores têm considerado a existência de uma capela devocionária de São Roque em Olinda construída pela intervenção de um primeiro franciscano chegado a Pernambuco na companhia do primeiro donatário, pouco depois de 1535, no local onde hoje se ergue o Convento de São Bento daquela cidade⁴⁹⁵ [doc. 18].

No entanto, perante a falta de documentação a esse respeito, mantém-se a dúvida; o próprio Jaboatão informa que a notícia dela lhe teria sido transmitida oralmente. Também, Odulfo Van der Vat⁴⁹⁶ interessou-se pelo assunto; depois de buscas pela exactidão histórica nos arquivos conventuais de São Bento em Olinda e após análise crítica dos factos conhecidos, concluiu que “pelos meados do século XVII e não cem

⁴⁹¹ Como é explícito para o caso de Olinda, por exemplo, como deixa entender Jaboatão, quando afirma que os padres franciscanos deixaram uma casa junto à Misericórdia para passarem para o Recolhimento de Nossa Senhora das Neves que a viúva Maria da Rosa lhes oferecia, em 1577 (cf. JABOATÃO. *Op. cit.*, pt. 1.^a, vol. II, cap. V, § 119 e sgs, p. 134-138).

⁴⁹² Cf. *Idem. Ibidem, loc. cit.*

⁴⁹³ No Rio de Janeiro, no ano de 1619, um casal de Terceiros, Luís de Figueiredo e sua mulher Antónia Carneiro, chegados de Portugal, promoverem a emergência de uma Instituição de Terceiros junto do convento franciscano. Os frades acabaram por ceder terreno para a construção de um templo de terceiros junto ao convento. A primeira capela da Ordem foi concluída em 1622, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição (cf. Fr. Basílio RÖWER, OFM. *Páginas da história franciscana do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1941, p. 87).

⁴⁹⁴ JABOATÃO. *Op. cit.* pt. 2.^a, vol. II, cap. V, p. 134-147, § 119-131.

⁴⁹⁵ Esta ideia teve a sua origem em Jaboatão que nos fala de uma primeiríssima confraria de Terceiros em Olinda, sediada numa suposta capela construída no sítio onde hoje se encontra erguida uma torre da igreja do convento de São Bento (cf. JABOATÃO. *Op. cit.*, pt. 1.^a, vol. II, cap. XIX, p. 28, § 28).

⁴⁹⁶ Frei Odulfo Van der Vat (1900-1966), da OFM, especialista em História Eclesiástica, debruçou-se igualmente sobre alguns aspectos da sua Ordem no Brasil.

anos antes, ter-se-ia fundada em Olinda uma irmandade da Ordem Terceira Secular com capela própria dedicada a São Roque de Montpellier⁴⁹⁷; atesta, ainda, a existência na vila, pelo ano de 1585, de uma irmandade de Terceiros, a que pertencia a já referida D.^a Maria da Rosa⁴⁹⁸. Há, ainda, testemunhos que dão o ano de 1578 — antes do assento definitivo de religiosos franciscanos em Olinda — como o da existência de um *Recolhimento de Terceiras* na vila⁴⁹⁹ [doc. 42]; Jaboatão afirma ter esta devota senhora pertencido ao núcleo religioso sediado na dita capela de São Roque, sustentando com base nesse facto, a primícia de Pernambuco no que respeita à presença de franciscanos no Brasil; ao invés de aceitar que a dita religiosa pudesse ter estado com outras companheiras na residência de Nossa Senhora das Neves, de que os franciscanos, presididos por frei Melchior, teriam tomado posse pouco antes de 1585, como é admissível ter acontecido. Contra Jaboatão está a escritura de doação daquela casa e o aval de Frei Francisco Gonzaga, Ministro Geral da Ordem, que enviara aquele grupo de franciscanos para Olinda, afirmando que, em 1587, D.^a Rosa construíra aquela casa e uma capela de invocação a Nossa Senhora das Neves, tendo-as oferecidas aos franciscanos ali chegados⁵⁰⁰.

Embora a notícia de uma Ordem Terceira Secular anterior à instalação do convento seja um assunto fascinante - até porque diverge absolutamente do modo como surgiram os Terceiros que constituem o presente estudo - a falta de vestígios materiais que nos permita fazer o seu estudo crítico, afasta-o do âmbito da presente investigação.

⁴⁹⁷ Cf. Odulfo Van der VAT. “A Primeira Ordem III.^a do Brasil” Revista dos Franciscanos do Nordeste – Manuscrito impresso. *Santo António*. Baía : Edição do Provincialado, 1942, ano 20, n.º 1, p. 6 a 11.

⁴⁹⁸ *Idem. Ibidem*, p. 11 e 12. Sobre esta senhora, Frei Odulfo deixa-nos mais algumas informações colhidas em “Historia de la fundación del Collegio de la capitania de Pernambuco” de um jesuíta anónimo que escrevera em 1576; entre outros testemunhos que junta sobre este assunto e sobre o ter ou não D.^a Maria da Rosa pertencido primeiro à Ordem Secular dos Terceiros e só depois se ter convertido em Regular (cf. *Idem. Ibidem*, p. 13 a 19, *apud*. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1936, vol. 49, p. 9 e *sgs.*).

⁴⁹⁹ *Apud* “Chron. Ger. da Ordem, do Bispo do Porto, pt. I, liv. 9. cap. I; Jardim Seraf. Hist. part. I cap. 12. Palestra da Penitencia, classe I. Lição I. Chron. da Prov. de Portugal I. pt. Prelud. 9. e 10, 253. part. E., p. 317, 355, 608 e noutras; o P. Fr. Luiz de S. Francisco na Sua Ordem Terceira, p. 383 e Archivo da Prov. Da Conceição do Brasil” (cf. Frei Apolinário da CONCEIÇÃO, 1692-1755, OFM. António Isidoro da FONSECA, fl. 1728-1760?, impr. *Claustro Franciscano, erecto no dominio da Coroa Portuguesa, e estabelecido sobre dezeseis Venerabilissimas Columnas : expoem-se sua origem, e estado presente. A dos seus conventos, e mosteiros, annos de suas Fundações, numero de Hospicios, Prefecturas, Recolhimentos, Parroquiais, e Missoens, dos quaes se dá individual noticia, e do numero de seus Religiosos, Religiosas, Terceiros, e Terceiras, que vivem Collegiadamente, tanto em Portugal, como em Suas Conquistas ...* Lisboa Occidental : na Off. de Antonio Isidoro da Fonseca, 1740, p. 178 e 179).

⁵⁰⁰ Cf. VAT. *Op. cit.*, p. 12, 13, *apud* Fr. Gonzaga. *De Origine Seraphicae Religionis*. Roma, 1587, p. 1361, *sgs.*

- **as sedes iniciais**

a) A hipótese de os Terceiros de Ipojuca, dos quais não há memória de qualquer espaço físico ocupado, terem sido sediados numa zona do claustro, conforme ficou explanado em capítulo anterior (cap. II, ponto 6.1.2), pareceu-nos plausível. Mantemos em aberto, portanto, esta possível localização do altar da sede desta comunidade, a aguardar um documento ou evidência arqueológica, que venha confirmá-la ou infirmá-la

b) Na Ordem Terceira de Cairu, concluímos que a Irmandade usou, decorou e ornamentou a seu gosto, uma capela da igreja conventual, cedida pelos frades franciscanos: a capela de invocação a Santa Rosa de Viterbo (cap. II, ponto 4.6.2.2), nunca trocada por outros espaços.

c) Os Terceiros de São Salvador da Baía edificaram inicialmente em espaços inseridos nas instalações conventuais: a capela e o Consistório construídos pelo ano de 1644. É natural que fossem construções provisórias, num espaço cedido a termo, pois já estando em ruína em 1666, teriam sido derrubadas em 1686. Reforça ainda esta hipótese a edificação das instalações dos Terceiros num espaço independente do convento, cuja obra teria tido início no ano de 1702.

Em ambos os lados do Atlântico, a ocupação de áreas circunscritas pela cerca conventual teria sido a primeira opção natural para o início das Instituições de Terceiros que nasceram à sombra dos conventos franciscanos, dependentes dos seus comissários e do apoio religioso conventual. O modo variado como os Terceiros se instalam inicialmente nos conventos da Zona da Mata nordestina não é singular. Para além de se repetir na outra Província franciscana do Brasil, reflecte o que já se passava na Metrópole e nas suas ilhas adjacentes, desde o dealbar de Seiscentos, um pouco por todo o território⁵⁰¹. Na Província de Santo António do Brasil, a ocupação pelos

⁵⁰¹ Em Portugal verificaram-se situações semelhantes, a saber:

a) Em Guimarães [qdr. 8] aponta-se a Confraria de São Francisco – anterior à organização da Irmandade de Terceiros – com assento na igreja dos frades e nas instalações conventuais, antes do ano 1606, tendo os Terceiros iniciado a sua reorganização em 1615.

b) Caso idêntico ocorreu com os Terceiros do Convento de São Francisco do Porto [qdr. 10]. A Irmandade, instituída em 1633, teria usado até 1640 uma capela conventual construída num dos corredores do Claustro conventual. Em 1645 tiveram autorização para construir capela sua situada ainda no Claustro – com consagração no ano seguinte – e que iria sofrer sucessivas reparações e ornamentações ao longo de trinta anos.

c) Em Aveiro [qdr. 14], teria sido instituída a Irmandade de Terceiros no exterior do Convento, entre os anos de 1663 e 1670, em capela hoje desaparecida); pertencente a uma outra Irmandade, a dos

Terceiros de um espaço provisório na igreja dos frades e a mais tardia, decorre entre os anos de 1644 e de 1703, respectivamente na Baía e Ipojuca. Ao estabelecerem-se comparações no século XVII com a Metrópole, encontramos paralelismos interessantes⁵⁰². Todavia, os Terceiros ocuparam espaços ainda conventuais, dentro das igrejas e nos claustros metropolitanos e insulares, antes de se terem instalado no Brasil colonial.

Mareantes, – a Capela do Corpo Santo (só a partir de então, acabariam por ser aceites no Convento, para onde se trasladaram, em 13 de Março de 1678, com autorização de levantarem uma capela na nave da igreja conventual, do lado do Evangelho, ladeando uma outra particular que já tinha sido construída, passando a utilizar a Casa do Capítulo para reuniões, antes de terem autorização e posses para construir um espaço independente, como viria a acontecer posteriormente [fig. 858].

d) Em Coimbra [qdr. 11], no Convento de São Francisco da Ponte, os Terceiros, cujos primeiros hábitos foram lançados na igreja conventual, no ano de 1658, ocuparam em 1666, uma capela que existia colateral ao altar-mor, aberta do lado do Evangelho e, em 1739, trocaram-na por outra, a de São Pascoal Bailão, ainda dentro da igreja dos frades; a oportunidade de construir em espaço seu exclusivo, só viria em 1740.

e) No Convento de São Francisco da Cidade de Lisboa [qdr. 7], os Terceiros, com hábitos lançados em 1615, ocuparam primeiro duas capelas abertas no chamado Claustro da Portaria, com uso da Casa do Capítulo como Casa de Oração. Construíram capela própria na igreja dos frades em data imprecisa, mas que, sabendo-se que tiveram o seu ponto alto em 1644, poderá ser apontada uma data próxima a esta para a construção, pois, as mais das vezes, tal dependia apenas dos recursos financeiros auferidos; em 1741 sofreu um incêndio que a arruinou.

f) Em Tavira [qdr. 13], no Convento de São Francisco, os Terceiros, com erecção canónica pouco depois de 1670, ocupariam, em finais do século XVII e inícios do seguinte, uma das capelas da igreja dos frades à ilharga do Evangelho, no topo do braço do transepto. Mantendo a capela para uso dos actos religiosos, só mais tarde, os Irmãos conseguiram autorização para edificarem outras instalações necessárias; assim, a Casa dos Santos que levantaram à entrada do templo do lado da Epístola, com ligação directa para a nave da igreja conventual [fig. 857].

g) Em Faro [qdr. 15], no Convento de São Francisco, os Terceiros que teriam tido o seu início pelos finais do século XVI, ocuparam primeiro, em 1597, um espaço no interior da igreja conventual, à entra do Templo, no lado do Evangelho, cedido pelos frades residentes; alcançaram autorização para a construção da primeira capela exclusiva em 1676, já fora do espaço conventual, com início de obras três anos mais tarde, e bênção solene dada em 1703 [figs. 708-716, 859].

h) Quanto à comunidade de Terceiros do Funchal [qdr. 12], dependentes do Convento de São Francisco, que teria tido a fundação em meados do século XVII, com capela própria dentro da igreja conventual, do lado da Epístola, dedicada a Santa Isabel de Portugal – noticiada muito rica, ornamentada e com porta para o adro –, havendo menção a um comissário dos Terceiros neste convento, no ano de 1683 [figs. 856, 655].

i) Em Angra do Heroísmo [qdr. 9] há notícia de Terceiros no Convento de São Francisco organizados no ano de 1625; estariam provavelmente instalados ainda em antigas edificações do convento, uma vez que este sofreu uma profunda reconstrução, com início no ano de 1666. Inicialmente, teriam ocupado a Sala do Capítulo conventual e depois, em data incerta, usaram uma capela aberta no templo dos frades do lado da Epístola, onde acabariam por adossadas edificações para a sacristia e a sala do Consistório [figs. 586-591, 853].

⁵⁰² Dos casos nacionais, apontam-se os de Aveiro (com datação entre os anos de 1663 e 1670), Coimbra (1666) e Tavira (1680), que apresentam variáveis cronológicas abrangidas pelos respectivos parâmetros do Brasil, e outras mais tardias; porém, em Coimbra, Guimarães, Porto, Lisboa, Faro, Funchal e Angra do Heroísmo os Terceiros ocuparam espaços dentro das igrejas e nos claustros conventuais, ainda antes de se terem instalado no Brasil colonial.

2. Implantação das capelas

Verificou-se que, sendo o templo o primeiro espaço essencial para a fundação de Ordens Terceiras, estas começaram, quase sempre, por tomar uma capela por empréstimo dos frades, enquanto a instituição tratava de construir uma expressamente sua. Lamentaram, muitas vezes, os Terceiros não terem permissão para a construção de torre ou parede sineira⁵⁰³, porém, esse símbolo físico foi privilégio dos frades que optaram ceder os toques aos Irmãos, mediante paga de serviços, com preços estipulados de acordo com a importância de cada ocorrência [doc. 49].

Caracterizaram-se várias situações no que respeita à presença da capela da Ordens Terceira na relação com a igreja conventual na Província de Santo António do Brasil.

2.1 Comunicação com a nave da igreja

Na Zona da Mata, a solução mais generalizada de articulação do templo de Terceiros com o espaço conventual, foi o engaste da capela em plano perpendicular ao da igreja conventual, ligadas, através de grandes vãos emoldurados por arcos (com teia ou gradeamento como separação) [qdr. 4].

A - Engastadas na perpendicular à nave da igreja

a) No Convento de Nossa Senhora dos Anjos em Penedo-Al [figs. 834, 835] (capela de inícios do século XVIII);

⁵⁰³ Assunto que merecia a atenção do Conselho Ultramarino, como comprava o parecer de 9 de Julho de 1744, saído em Lisboa sobre o requerimento do Procurador-geral da Província de Santo António do Brasil, em que “pede ordenar aos ministros da sua Ordem Terceira para que façam demolir qualquer obra de torre que tenham feito no convento da mesma Ordem, proibindo-lhes juntamente o uso dos sinos por lhe não serem lícitos” (cf. AHU-Baía, cx. 85, doc. 46 / AHU_ACL_CU_005, Cx. 79, D. 6569). No entanto, há notícia de, no convento de Salvador, com o levantamento das duas torres sineiras por volta de 1708, ter havido a ideia de ceder por venda uma das torres à Ordem Terceira, para que a irmandade nela colocassem sinos próprios, o que não chegou a concretizar-se, pelo que os Irmãos continuaram a pagar aos frades os serviços dos toques que lhes eram necessários e estes apenas colocaram sinos numa das torres construídas (cf. Edmir Silva FERREIRA. Ulysses Coelho de CASTRO. [Em linha]. Frontispícios de Igrejas. Salvador, 2006 [Consult. em 19-03-2009]. Disponível em <http://gil.adm.br/guiadeturismo/trabalhos/frontispicio.htm>.

b) no Convento de Santo António de João Pessoa-Pb [figs. 830, 831] (capela iniciada em 1704);

c) no Convento de São Francisco ou do Bom Jesus de São Cristóvão-Se [figs. 846, 847] (capela em construção em 1715);

d) no Convento de São Francisco em São Francisco do Conde-Ba [figs. 842, 843] (século XVIII);

e) no Convento de Santo António de Igarauçu-Pe [fig. 844] (capela iniciada em 1755);

f) no Convento de Nossa Senhora das Neves em Olinda-Pe [fig. 837] (capela possivelmente do início da segunda década de Setecentos, 1711?);

g) no Convento de Santo António do Recife-Pe [fig. 838] (Capela Dourada iniciada em 1696).

A pretensa originalidade da implantação das capelas

A significativa percentagem de as capelas articuladas com a nave das igrejas conventuais, do lado do Evangelho – com a excepção de São Francisco do Conde, onde se apresenta no lado oposto –, não constitui, em nosso entender, uma característica singularizadora de uma *Escola Franciscana no Nordeste*, avançada por Germain Bazin. Sobre a localização da capela dos Terceiros, este autor apenas diz que “é geralmente uma grande capela ..., perpendicular à nave do lado do Evangelho e que se abre sobre esta por ampla arcada”, indicando, ainda, que outras seguiram modelo diferente desse que foi o mais frequente naquele espaço geográfico⁵⁰⁴. Afirma ainda, ser esta uma tipologia muito antiga que fora utilizada no Rio de Janeiro no convento de 1616; assim, erguida fora da Zona da Mata e com precedência às suas construções que, segundo este autor, não serão de antes do terceiro quartel do século XVII. Parece, pois, ter sido a observação deste estudioso sobre essa maior incidência na província de Santo António que levou, na sua esteira, outros historiadores a sobrevalorizarem-na como uma característica diferenciadora, própria da referida “Escola Franciscana Nordestina”⁵⁰⁵.

⁵⁰⁴ BAZIN. *Op. cit.*, 1956-1958, 1.º vol., p. 118 e 119. Identifica características do que chamou “L’École Franciscaine du Nord-Est”, que se teria distinguido por uma ornamentação profusa e por uma adaptação às características particulares da colónia de formas arquitectónicas experimentadas na Metrópole.

⁵⁰⁵ Esta proposta do investigador francês encontrou eco e foi amplificada por sucessivas gerações de

Não só este partido não foi seguido em todos os conventos da Zona da Mata nordestina, como mesmo fora do Nordeste, encontra-se em outros⁵⁰⁶.

tratadistas até à actualidade. Continua a ser defendida por autores, como Fúlvio Feiber e Silmara Dias Feiber em trabalho conjunto de 2009, onde é afirmado ser característica exclusiva dos conventos franciscanos do Nordeste a disposição das capelas de ordens terceiras com naves perpendiculares às naves das igrejas conventuais (cf. Fúlvio FEIBER, Silmara Dias FEIBER [Em linha]. *Arquitetura Brasileira : Linguagem Clássica*. [Consult. em 30-01-2009]. Disponível em http://www.fag.edu.br/professores/solange/HISTORIA%20DA%20ARTE.%20ARQUITETURA%20E%20DECORA%C7%C3O/Arq.Brasileira%20Prof.F%20FAlvio/7_Arquitetura%20Religiosa%202.pdf.

Devemos ao historiador e Professor Arquitecto Mota Menezes o ter-nos chamado a atenção sobre a necessidade de verificar a verosimilhança de tal “característica exclusiva”.

⁵⁰⁶ É o caso do Convento da cidade de São Paulo que teve a intervenção do arquitecto de Olinda (1585) e Paraíba (1590), em 1639. A sua capela de Terceiros é hoje identificada por Igreja das Chagas do Seráfico Pai São Francisco / Igreja da Fraternidade das Chagas. A primeira construção é de 1676 (cf. Frei Basílio RÖWER. *Páginas de História Franciscana no Brasil*. Petrópolis : Editora Vozes, 1941), tendo sido articulada na perpendicular à nave da igreja dos frades, no lado da Epístola, por arco; a reforma, concluída em 1787, deixou-a desligada da igreja conventual, ganhado uma nave paralela à igreja conventual e um frontispício próprio [cf. Benedito Lima TOLEDO. “Frei Galvão: um arquitecto paulista”, p. 34-41, Percival TIRAPELI, Org. *Barroco Memória Viva : Arte Sacra Colonial*. São Paulo : Editora UNESP, 2006, p. 38 e 39]; apesar de Röwer dizer ter sido edificada ao modo do que se fazia no Nordeste, aceitando a data que aponta, será, quanto anos, construção anterior. O mesmo sucede no Convento de Santo António do Rio de Janeiro, cuja Irmandade fundada em 20 de Março de 1619, ocupou uma capela da igreja conventual, até ter uma própria edificada em 1622 (cf. António Ramos MACHADO. *Resumo histórico da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência*. Rio de Janeiro: Tip. Jerónimo Silva, 1905, p. 3-11; Fr. Basílio RÖWER, O FM. *Páginas da história franciscana do Brasil*. Petrópolis : Vozes, 1941, p. 87; BAZIN. *Op. cit.*, 1956-1958, 1.º vol., p. 119; Mário BARATA. Igreja da *Ordem Terceira da Penitência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Agir, 1975, p. 11 e 59.); a capela foi arrimada à igreja dos frades, do lado da Epístola, com interligação por arco, com intervenção do referido arquitecto que veio de São Paulo [BAZIN, *Op. cit.*, 1.º vol. L. II, p. 112; ainda, *apud* “Convento e igreja de Santo António (Rio de Janeiro-RJ)”, *Livro de Belas Artes* (inscrição n.º 067) e *Livro Histórico* (inscrição n.º 033) do Tombo do Arquivo Noronha Santos – IPHAN, 1938]. Consta deste tomo a construção da igreja dos Terceiros entre 1653 e 1773, paralela á igreja dos frades; porém, a primeira capela construída com ligação à igreja dos frades, manteve-se incorporada na nova. Quanto à capela dos Terceiros de Olinda, a primitiva de São Roque, considerada pelos historiadores como “a mais antiga capela de Terceiros franciscanos do Brasil”, desapareceu, não se conhecendo hoje qual a sua situação. Do relatório saído da recente restauração de bens integrados do Convento de Nossa Senhora das Neves de Olinda, consta que “Embora não esteja conhecida uma periodização construtiva para a Ordem Terceira [a actual capela de São Roque], pode-se supor que os seus diversos ambientes datem da segunda metade do século XVII (1660-1690/1700)” (cf. Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI). *Restauração de bens integrados de São Francisco de Olinda* [Em linha]. [Consult. em 21-01-2010]. Disponível em <http://www.ceci-br.org/ceci/br/noticias/287-restauracao-de-bens-integrados-sao-francisco-de-olinda.html>]; (cf. William de Souza MARTINS [Em linha]. *Ordem Terceira de São Francisco no Rio de Janeiro Colonial : História, Religiões e Práticas Religiosas*: SBPH, 2006 [Consult. em 05-01-2009]. Disponível em <http://sbph.org/2006/historia-religioes-e-praticas-religiosas/william-de-souza-martins>; ainda, Administração do Museu de Arte Sacra [Em linha]. *Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência*, ref. *apud* IPHAN – *Arquivo Noronha Santos – Livros do Tombo*, 9 de Novembro de 2009 [Consult. em 05-01-2010]. Disponível em <http://rememorarte.blog.br/?p=107>). A ser assim, existe uma preexistência da primeira capela construída no Rio de Janeiro, ainda que colocada no lado da Epístola, o que leva a reavaliação das características dadas por Bazin às construções Franciscanas do Nordeste. Mota Menezes grande entendido na arquitectura desenvolvida em Portugal, diz não ter encontrado similar em Portugal para as capelas edificadas “ortogonalmente à igreja da ordem 1.ª...”, para esta época. No entanto, sentindo que não poderia ir mais longe sem novos estudos, propô-lo, para tarefa nossa. Veja-se, a propósito, MENEZES. “Arquitetura dos Conventos Franciscanos do Nordeste”. Revista *Universitas*. Salvador-Ba : Universidade Federal da Baía, 1990, p. 108. Também em Portugal se pode apontar o exemplo da Irmandade de Terceiros acolhidos no Convento de Nossa Senhora de Jesus dos Cardais, que ocupou um espaço semelhante ao da sua homóloga do Rio de Janeiro, em 1631.

Acresce, ainda, que no reino, apesar de raras, é possível encontrar capelas de Terceiros dispostas à perpendicular da ilharga do templo conventual [qdrs. 5, 6], muito próximas das conservadas nos conventos da província brasileira de Santo António, mas construídas anteriormente.

a) No Convento de São Francisco da cidade de Évora, capela construída na década de setenta do século XVII⁵⁰⁷ adossada ao topo do transepto do lado do Evangelho da igreja conventual, comunicando por amplo arco [figs. 864, 823, 824, 825, 826];

b) No Convento de São Francisco de Montemor-o-Novo, cuja capela dos Terceiros já existia em 1671, aberta na perpendicular do corpo da nave, articulada por amplo arco gradeado com portadas altas, no lado da Epístola⁵⁰⁸ [figs. 809-811, 813, 865].

Aos exemplos acabados de apontar é possível acrescentar outros onde todavia as afinidades actuais com a disposição dos templos dos Terceiros da Zona da Mata nordestina, são menos evidentes [qdrs. 5, 6]:

a) Na Ordem Terceira associada ao Convento de Santo António de Charnais de Merceana [figs. 744, 745 : qdr. 17], surgido em 1600⁵⁰⁹, a capela foi construída com adossamento à igreja dos frades, do lado do Evangelho [fig. 860]. A sua porta de ingresso situa-se na galilé, junto à entrada da igreja conventual, estabelecendo um ângulo recto com esta [fig. 860, 749-751]⁵¹⁰. Temos para nós que este padrão de Charnais pode estar relacionado com a necessidade de aproveitamento de todo o espaço disponível no comprimento da nave da igreja conventual que é muito mais curta que a de Coimbra. Os Terceiros de Charnais teriam então aproveitado todo o espaço que lhes fora doado adossado ao convento, estabelecendo ligação com a igreja através da galilé. Na área que lhes foi concedida, os Terceiros conseguiram construir dois espaços sacros continuados e uma capela funerária adossada às suas restantes instalações, com entrada pelo cemitério da vila.

⁵⁰⁷ Cf. Francisco LAMEIRA. “Os Retábulos da Capela da Ordem Terceira”, in Revista semestral de edifícios e Monumentos, *Monumentos*. Lisboa : Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, Ministérios das Obras Públicas, Transportes e Habitação, n.º 17, Setembro de 2002, p. 65.

⁵⁰⁸ Cf. P.º Bartolomeu RIBEIRO, OFM. *Os Terceiros Franciscanos Portugueses – Sete Séculos da sua História*. Braga : Tip. Missões Franciscanas, 1952, p. 334.

⁵⁰⁹ Cf. APOLINÁRIO. *Op. cit.*, p 47).

⁵¹⁰ A partir do vão aberto na parede lateral esquerda da galilé, entra-se numa primeira capela perpendicular à nave da igreja conventual [fig. 751-755]; desta, acede-se a outra, a de Nosso Senhor dos Passos, que se desenvolve paralelamente à igreja dos frades [figs. 860, 757-759].

b) No Convento de São Francisco de Coimbra⁵¹¹ [qdr. 11] os Terceiros⁵¹² construíram a capela própria da Irmandade, corria o ano de 1739. Esta ficaria ligada à igreja dos frades por um amplo arco, entaipado mais tarde [figs. 647, 649, 650], tendo ficado estabelecido que não teria porta aberta para fora e as janelas rasgadas teriam de ser gradeadas. Construída na perpendicular á nave da igreja conventual do lado do Evangelho [fig. 855] passou a receber, no ano de 1743, os santos de veneração dos Terceiros antes colocados na igreja dos frades⁵¹³.

Esta disposição é semelhante à das sete capelas brasileiras⁵¹⁴. Sublinha-se, todavia, que é posterior às de Paraíba, de Sergipe e às pernambucanas de Olinda e Recife.

B - Um partido distinto encontra-se numa capela de Terceiros Seculares Franciscanos no Convento de Nossa Senhora de Jesus em Lisboa.

A Instituição de Terceiros que se acolheu, em 1631⁵¹⁵, no antigo Convento de

⁵¹¹ O convento novo foi ocupado pelos frades no ano de 1609, sendo os primeiros hábitos de terceiros lançados, apenas entre os dias de 23 de Abril a 8 de Dezembro de 1658.

⁵¹² Depois de terem feito uso durante algum tempo de uma capela da Igreja conventual localizada no braço esquerdo do transepto, conseguiram dos frades a cedência da capela de São Pascoal Bailão, que, revelando-se parca de espaço, seria rompida depois para a edificação de novo templo.

⁵¹³ A capela viria a transformar-se na ampla e vistosa Igreja de Nossa Senhora da Conceição [figs. 644-646], que hoje vemos adossada ao templo conventual, mantendo a perpendicularidade, mas já com porta travessa rasgada para acesso independente [figs. 639-643].

⁵¹⁴ Parece-nos que Capelas de Terceiros ligadas por arco a capelas-mores ou a naves das igrejas conventuais, ainda que construídas em planos paralelos, assim identificadas em Portugal, podem ser consideradas análogas às que se estabeleceram com ortogonalidade entre si, no Brasil. São exemplo:

a) Em Aveiro [qdr. 14], a capela da Ordem Terceira adossada paralelamente ao muro do lado do Evangelho da igreja conventual [figs. 858, 681]; derivada da ampliação de uma capela que existia na nave da igreja dos frades, já ocupando terreno adquirido pelos Terceiros (em 1677), o que deu azo à construção de uma ampla igreja de Terceiros, que permaneceria ligada àquela por passagem directa mantida no muro que medeia ambos os templos. Porém, se nos primeiros tempos não tinha havido autorização de abertura de porta para o exterior, ela foi concedida posteriormente, tendo assim chegado aos nossos dias.

b) Em Serpa [qdr. 13], a capela de Terceiros adossada à igreja dos frades, em planos paralelos, ligados os templos entre si por amplo arco aberto no muro da ilharga da Epístola (hoje entaipado) [figs. 862, 782, 783, 785]. Esta construção teria nascido nas primeiras décadas do século XVII (datação proposta a partir da análise visual dos painéis de azulejos que cobrem as suas paredes), também sem abertura directa para o exterior [figs. 782, 788, 790-792].

c) Em Angra do Heroísmo [qdr. 9] a capela de Terceiros no Convento de São Francisco (de início do século XVIII) [figs. 580-582] surgiu paralela à capela-mor da igreja dos frades, virada para o seu corpo, do lado da Epístola, separada da nave lateral por portadas gradeadas [figs. 853, 583-586]. Ainda que hoje não se verifique ligação directa entre os muros da capela-mor dos frades com a dos Terceiros há, quanto a nós, vestígios de um vão aberto entre ambas, hoje entaipado e demudado, de um lado, por um armário de arrumos e, do outro, por um arco cego, onde está aposta a imagem de um Cristo Crucificado [figs. 589, 590].

⁵¹⁵ De acordo com elementos cedidos pelo Reverendo Padre Henrique Pinto Rema (franciscano historiador de assuntos relacionados com Franciscanos em Portugal e no mundo), em 1631, teria iniciado a admissão de noviços no convento das Mercês, para a “criação de Fraternidade independente”; a primeira Mesa Definitorial teria reunido em 15 de Abril de 1633 e eleito para o cargo de Irmão Ministro, o Conde de Miranda, D. Diogo Lopes de Sousa. De 1631 a 1647 teriam recebido o hábito na

Nossa Senhora de Jesus da Terceira Ordem Regular (TOR)⁵¹⁶ [fig.794], depois de ter sido acoitada no Convento da Cidade de Lisboa, construiu a sua capela na perpendicular à igreja conventual, com um corpo estreito intermédio, adossado a ambos as instalações, onde foram abertas as respectivas portas dos templos [figs. 851, 799]; a entrada para a capela dos Terceiros Seculares foi rasgada no muro do lado da Epístola junto ao portal de acesso (da rua) [figs. 794-796]; na dos Regulares, no do lado do Evangelho, rasgada na parede junto à capela-mor [fig. 851].

O início das obras da capela do Convento de Nossa Senhora de Jesus, ano de 1640, remete para um período anterior a qualquer das construções de espaços autónomos de Terceiros franciscanos na Província de Santo António do Brasil.

Acresce que, ao debruçarmo-nos sobre a data noticiada para a presença da capela da Ordem Terceira São Francisco em Montemor-o-Novo, 1671 [fig. 865], não nos parece fugir à realidade, se reconhecermos também a sua precedência em relação à sua congénere de Olinda, considerada, até agora, a precursora nas capelas de terceiros perpendiculares às igrejas conventuais articuladas com arco aberto no corpo da nave⁵¹⁷.

Outro aspecto que tem de ser levado em conta para se entender a génese deste partido arquitectónico é o que respeita à construção das capelas de Terceiros franciscanos das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, erguidas adossadas aos respectivos conventos do lado direito, perpendiculares às igrejas conventuais.

Os Terceiros do Rio de Janeiro instalaram-se no seu convento no ano de 1619, ocuparam uma capela dentro da igreja do lado da Epístola do Convento de Santo António (que tivera início em 1608 e estaria concluída em 1620) [doc. 19.]; no início da segunda metade do século XVII, os frades doaram-lhes um terreno ao lado da sua igreja para que construíssem aí o seu próprio templo que seria erigido, entre 1657 e 1733, ficando ligados ambos os templos por um arco.

Fraternidade da Ordem Terceira Secular de Jesus, 910 postulantes. Na Assembleia-geral de 25 de Julho de 1640, tinha sido resolvido erigir uma capela autónoma; para isso, as autoridades do Convento de Jesus doaram aos Terceiros Seculares a sua “igreja velha” para nela fazerem a sua capela e jazigo, o que ficou em escritura lavrada em de 9 de Agosto de 1640.

⁵¹⁶ Afastando-se do padrão de estabelecimento de Terceiros que temos vindo a tratar dependentes de conventos franciscanos da Primeira Ordem, estes de Jesus de Lisboa procuraram posicionar-se junto de um convento de Irmãos Regulares; porém, quanto a nós, na sua génese, está idêntico modo de subordinação entre irmãos franciscanos, entre regulares e Seculares ou entre estes e os da Primeira Ordem.

⁵¹⁷ As equipas técnicas que se ocupam actualmente do seu restauro dão o “ambiente” como sendo de uma época que mediará os anos de “1690/1700”, havendo indicação do ano de 1711, para decorrência de obras, como apresentado anteriormente (cap. III, ponto 3.4.1 e 3.4.3).

Quanto ao convento franciscano da cidade de São Paulo, já existia no ano de 1676, com capela articulada na perpendicular da nave da igreja dos frades e ligação física por arco aberto na banda da Epístola.

Assim, com base nesta análise, cingindo-os ao estudo dos dados existentes, é possível verificar em instalações anteriores à construção dos Terceiros de Olinda, quer para sul, no Brasil, quer no Reino, que relativizam o pretendido modo próprio de construção franciscana “Nordestina”.

2.2 Capelas independentes da igreja conventual

Também convirá verificar a invocada originalidade “Nordestina” nos conventos onde existem templos das Ordens Primeira e Terceira que não comunicam directamente⁵¹⁸, a saber:

a) Convento de São Francisco da Baía, com capela (construção de 1644) paralela à igreja dos frades, com entrada independente e fachada própria, sem interligação directa com a igreja daqueles [fig.832].

b) Convento de Santo António do Recife [caso peculiar] (posteriormente à construção da Capela Dourada com interligação com a igreja dos frades) edificada uma Casa da Oração da Irmandade (entre 1702 e 1724, com frontispício de 1804), igreja de grande porte, com situação paralela em relação à igreja dos frades, sem ligação directa com ela, com entrada independente e fachada própria, para a rua [fig. 838].

c) Convento de Santo António de Cairu-Ba, com capela (do século XVIII)

⁵¹⁸ Exemplo de capelas independentes em Portugal:

a) Ordem Terceira de São Francisco de Faro: surgida entre o final do século XVI e o início do seguinte, iniciou a construção da igreja em 1679 [qdr. 15];

b) Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães: fundação canónica pelos anos de 1615 [qdr. 8] com igreja erguida no ano de 1750, perpendicularmente à igreja dos frades, do seu lado direito, com frontispício próprio [figs. 852, 563-566], estabelecendo comunicação com as edificações conventuais através de um adro moldado e contido pelos muros franciscanos, da Primeira e da Terceira Ordens [figs. 563, 564];

c) Ordem Terceira de São Francisco do Porto [qdr. 10 : figs. 606-609]: capela construída por volta de 1676; aumentada em 1799, em plano perpendicular à igreja conventual, independente dela [fig. 854], no seu lado esquerdo e frontispício próprio frente à igreja conventual [figs. 607-609], fazendo ambas parte de um amplo adro que criou, à semelhança do acontecido em Guimarães [fig. 564], uniformidade do espaço arquitectónico franciscano.

isolada erguida paralelamente à igreja dos frades, com acesso próprio [fig. 841];

d) Convento de Santa Maria Madalena em Marechal Deodoro-Al, a capela de Terceiros (iniciada em 1763) surgiu isolada, com frontispício próprio, junto e paralela à igreja dos frades sem ligação directa com ela [figs. 848, 849].

Relacionamos os casos das edificações nacionais – o de Faro, o do Porto e o de Guimarães – com os de modelo idêntico brasileiros referidos no início deste ponto – o de Marechal Deodoro, o de Cairu e o de Salvador.

Assim, encontramos, no caso de Faro, um partido construtivo muito próximo daqueles. Nas capelas Terceiras de Guimarães e do Porto, elas teriam sido fundadas estabelecendo perpendicularidade com a igreja dos frades e não paralelismo como nas Nordestinas; ainda assim, parece ser possível tomá-las por idênticas, se tomarmos em conta o mesmo tipo de articulação que adquiriram as duas construções franciscanas, a Primeira e a Terceira; pensamos poder estabelecer um padrão modelar específico de capela de Terceiros, independentes da igreja conventual, com entrada própria, sem qualquer ligação directa entre ambas.

Apesar de haver algum paralelismo nos diversos modelos e precedência cronológica das brasileiras em relação às portuguesas e, de, mais uma vez, não haver sobreposição total dos respectivos partidos arquitectónicos, é difícil concluir que o modo português tenha sofrido influência no encontrado na Zona da Mata. Seria necessário conhecer-se o porquê destes partidos em Portugal – o que não foi conseguido –, que parece poder estar relacionados, tão-somente, com gestão do espaço.

Enfim, podemos concluir que longe de desenvolverem soluções inéditas, os Terceiros na Zona da Mata nordestina utilizaram soluções já experimentadas anteriormente na Metrópole. O conjunto de sete capelas brasileiras do tipo *perpendicular às igrejas conventuais, com arco de ligação à nave* (cap. III, ponto 2.2 A) repete um dispositivo já utilizado em Portugal [qdr. 5].

Acreditamos que, particularmente na génese de ambas as tipologias construtivas, teria estado presente a vontade destas Irmandades quererem estar próximo dos espaços nobres ocupados pelos seus irmãos de religião – os frades – e de seus santos

devocionais, ainda que em espaço separado e próprio, o que lhes conferiria não só visibilidade no universo religioso conventual, como usufruiriam da possibilidade de aproveitar de um universo sacro alargado, o que não aconteceria se tivessem optado por uma construção fisicamente independente. Este modo teria sido bem acolhido pelos frades, pois facilitaria a sua vigilância sobre a actuação da irmandade.

3. Localização das instalações dos Terceiros

A localização da capela dos Terceiros não seguiu qualquer regra ou distribuição preconcebida. Resultou, na esmagadora maioria dos conventos da Zona da Mata nordestina, da existência de terrenos e espaços vagos ou não construídos pelos frades nas cercas conventuais, ou fora delas⁵¹⁹.

3.1 As instalações dos Terceiros na geografia dos conventos

Espaços vinculados às Ordens Terceiras na Província de Santo António do Brasil estudados:

- a) volumes edificadas exteriormente e adossados a um dos lados dos corpos da igrejas conventuais;
- b) edificações nos interiores, em um dos lados das naves das igrejas dos frades [qdrs. 3, 4].

Verificou-se que uma das peculiaridades da génese da identidade física dessas Irmandades e da sua subsistência foi o terem ido, a seu tempo, granjeando assento em

⁵¹⁹ A existir, a primazia da escolha de localidade teria sido privilégio da Ordem Primeira. Ainda assim, algumas vezes os frades viram a escolha condicionada à deixada por outras Instituições religiosas que lhes tinham tomado avanço, como aconteceu em Olinda, os Franciscanos recém chegados, encontraram os Jesuítas já aí fixados no alto de um monte, com o colégio em construção, pelo que ocuparam um terrapleno aberto mais abaixo no mesmo monte.

espaço próprio; a capacidade de o conseguir dependeu maioritariamente de, ofertas em pecúlio, doações de propriedades, compra de terrenos, entre outros.

Notou-se, ainda, que o posicionamento das capelas de Terceiros ligadas a espaços conventuais franciscanos, depende da localização dos terrenos adquiridos ou recebidos em doação, ora de um lado ora de outro da igreja já construída, conforme a disponibilidade de terrenos ou conforme o espaço deixado livre pela construção do complexo conventual, ou conforme a vontade de atingir uma boa localização, tomada por ideal por um qualquer motivo, caso mais improvável, pois esse teria sido o alvo a atingir pelos frades na construção dos conventos, e estes precederam aqueles templos.

Temos para nós que o resultado do estabelecimento dos Terceiros teve a ver forçosamente com realidades singulares encontrada por cada instituição.

Levantamos a hipótese, ainda que nada tenha sido encontrado que o documento e credite, de ter existido tendência para a ocupação de espaço do lado do Evangelho; sentir-se-iam enaltecidas as Instituições que construíssem a sua capela nessa ilharga; assim seria, a levar-se em conta que era tomado por espaço sublimado no ofício da missa, pois o celebrante fazia aí as leituras do Livro tomado por Palavra de Cristo” (o do Evangelho); seria, com certeza, espaço de maior relevância do que ocupar um do lado da Epístola, onde se faziam as leituras da palavra dos Apóstolos, de inferior relevância na hierarquia litúrgica católica.

Com estes factos, poderemos afirmar que a localização das capelas dos Terceiros foi mais condicionada pelas condições concretas do espaço conventual disponível do que por normas ou hábitos. Aspecto que se mostrou consistente tanto para os casos brasileiros estudados, como para os portugueses que elegemos como representativos para o cotejo.

Detectou-se, ainda, natural precedência portuguesa, pois os casos do Brasil colonial resultaram do recrudescimento das Ordens Terceira em Portugal nos primeiros anos do século XVII, exemplificado com o caso de Faro onde o Convento de São Francisco tinha acolhido Terceiros já no final do século XVI [qdr. 15]⁵²⁰.

⁵²⁰ Fez-se o mesmo tipo de análise em casos portugueses para se identificar paridades ou discrepâncias e tentar entender o porquê dos posicionamentos diversificados. Verificou-se:

1 - Capelas de Terceiros do lado do Evangelho:

a) construídas no interior da igreja conventual: em Évora [figs. 823, 827, 864], em Faro, em Tavira [figs. 663, 664];

3.1.1 A sacristia

À semelhança da *capela*, a localização das *sacristias* das Ordens Terceiras na Província de Santo António⁵²¹ não foi uniforme. No posicionamento relativo às respectivas capelas, em conformidade com o que sucedia no Reino, encontraram-se quatro implantações diversificadas⁵²²:

b) construídas no exterior, adossadas às igrejas conventuais: Aveiro [figs. 681, 858], Coimbra [figs. 639, 855], Merceana [figs. 746, 860], Guimarães [figs. 563, 564, 852].

2 - Capelas de Terceiros do lado da Epístola das igrejas dos frades: em Lisboa, em Serpa [figs. 782, 862], em Montemor-o-Novo [figs. 807, 808, 865], em Tavira (situação actual) [figs. 663, 664], em Tavira na Casa dos Santos [figs. 668, 673, 857], em Angra do Heroísmo [figs. 584, 853].

Daqui depreende-se que também em Portugal, os Terceiros implantaram-se ou desfrutaram de espaços construídos, ora de um lado ora do outro da nave da igreja ou do corpo dela. A explicação para esta evidência foi colhida nas histórias dessas Instituições que damos a conhecer, para o Brasil, em súmulas que constam do texto da Tese [qdr. 4] e, para as portuguesas, em quadros-síntese [Qdrs. 7 a 19].

⁵²¹ Chamamos a atenção para o interesse em ler-se o artigo sobre as sacristias franciscanas no Brasil em Cybele Vidal N. FERNANDES. “As Sacristias franciscanas no Brasil. Uma contribuição ao estudo do tema” in FERREIRA-ALVES, Natália Marinho. *Os Franciscanos no Mundo Português – Artistas e Obras*. Porto : Centro de estudos da População, Economia e Sociedade - CEPESE, 2009, vol. I, p. 59 a 69. Neste artigo a autora traça o percurso ao longo dos tempos da sua localização e organização, detendo-se nas sacristias dos conventos franciscanas do Brasil colonial.

⁵²² Em Portugal [qdrs. 1-13], de acordo com as peças que elegemos como representativas nacionais, verificaram-se:

1) Sacristias adossadas à capela do lado do Evangelho:

a) no Convento de São Francisco do Porto (construída por volta do último quartel do século XVII) [qdr. 5 : figs. 854, 630-635];

b) no Convento de Santo António de Aveiro (igualmente, do último quartel do século XVII) [qdr. 5 : figs. 858, 686-689];

c) no Convento de Santo António de Charnais (provavelmente construída na primeira metade do século XVIII) [qdr. 5 : figs. 860, 760-762];

d) no antigo Convento de São Francisco de Faro (plausivelmente edificada no último quartel do século XVII) [qdr. 5 : figs. 859, 706, 707];

e) no Convento de São Francisco de Tavira (dedutivamente nas primeira década do século XVIII) [qdr. 5 : fig. 857];

f) na Igreja de São Francisco de Loulé (do século XVIII) [qdr. 5 : figs. 861, 770];

g) na Igreja da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco de Braga a sacristia abre-se do lado do Evangelho, com acesso à capela-mor através de um pequeno átrio, provavelmente uma antessacristia, que se lhe adossa em L [qdr. 5 : figs. 734-736, 738, 739]. (com obras iniciadas em 1694, para a construção de sacristia provisória, que seria substituída pela definitiva de 1758, pois só nesta época houve possibilidades financeiras (nota: os casos f) e g) referem-se a igrejas cuja edificação foi realizada fora de contexto físico conventual);

h) na capela de Terceiros do Convento de Jesus de Lisboa de Terceiros Regulares (construção levada a cabo na década de quarenta do século XVII), ainda que a articulação dos espaços se faça por um pequeno corredor aberto adossado à capela-mor da Capela dos Terceiros, do seu lado do Evangelho (anos 40 da centúria de Seiscentos), com doação de espaço aos Terceiros Seculares para construção de capela própria⁵²² [qdr. 5 : figs. 851, 801-804]. Os Terceiros Seculares de Lisboa existiam acoplados ao Convento da Cidade desde o ano de 1615; foi a partir de 1631 que alguns deles conseguiram ser admitidos como noviços no de Nossa Senhora de Jesus (de Terceiros regulares) – aos cardais de São Bento, hoje Mercês – primeiro com altar próprio na igreja conventual, e depois, devido ao seu crescimento, erigiram capela em terreno anexo ao convento, aberta para aquele templo, decisão tomada em Definitório de 1640 (cf. RIBEIRO. *Op. cit.*, Braga, 1925, p. 146 e 147). A capela de Terceiros que tinha primitivamente uma porta que dava para a capela-mor, hoje entaipada, sendo presentemente a entrada estabelecida por porta aberta num pequeno corredor que corre ainda ao longo do muro dessa capela-mor, ou por outra que desse pequeníssimo corredor dá entrada para o corpo da capela; ainda que a articulação dos espaços se faça por um pequeníssimo corredor aberto adossado à capela-mor da Capela dos Terceiros. O Convento de Jesus,

a) rasgadas por trás da capela, na transversal:

- na do Convento de Santo António de João Pessoa (início do século XVIII) [qdr. 4 : fig. 830];
- na do Convento de Nossa Senhora dos Anjos em Penedo (do início do século XVIII) [qdr. 4 : fig. 834];
- na de São Francisco de São Francisco do Conde (possivelmente construída também no início do século XVIII)) [qdr. 4 : figs. 842, 843];
- na de São Francisco da Baía(século XVIII) [qdr. 4 : fig. 832];
- na do Convento de Santo António do Recife (de final do século XVII) [qdr. 4 : fig. 838].

b) adossadas às ilhargas da capela da Ordem, na banda do Evangelho:

- no Convento de Santo António de Cairu (do século XVIII) [qdr. 4 : fig. 841];
- no Convento de São Francisco de São Cristóvão (de início do século XVIII) [qdr. 4 : fig. 846].

dos Religiosos Franciscanos da Terceira Ordem Regular (TOR), nasceria nos finais do século XVI. Em 1631 foram admitidos os primeiros noviços seculares, para a fundação de uma Fraternidade independente; a primeira reunião do Definitório teve lugar em 15 de Abril de 1633, onde se elegeu o primeiro seu Ministro D. Diogo Lopes de Sousa. Primeiramente os Terceiros Seculares usaram a igreja dos Regulares, porém, não sendo uma situação prática, conseguiram que a fraternidade de Regulares lhes cedesse a sua igreja velha, para construírem nesse espaço um capela independente para si, com permissão de enterramento no seu solo, o que ficou assente por escritura assinada em 9 de Agosto de 1640. Entre os anos de 1631 e 1647 foram lançados hábitos nesta Fraternidade da Ordem Terceira Secular de Jesus a 910 postulantes (cf. Padre Henrique Pinto REMA. *Hospital de Jesus e sua Capela. Lisboa*, Policopiado, Junho de 2003).

2) Sacristias adossadas aos flancos das capelas do lado da Epístola:

a) na do Convento de São Francisco de Coimbra (construção provável da década de quarenta do século XVIII, época de construção da capela) [qdr. 5 : figs. 855, 651-654];

b) no Convento de Santo António em Serpa, pensamos que também existisse uma sacristia adossada ao lado da Epístola [qdr. 5 : figs. 862, 792] (nota: a capela tem uma porta de acesso a outras instalações dos Terceiros para o seu lado esquerdo, onde não conseguimos entrada; mas, pela observação no exterior da edificação e pelo cotejo com outras situações idênticas encontradas, ficou-nos a quase certeza de incluírem a sacristia da capela dos Terceiros);

c) em Angra do Heroísmo a sacristia foi aberta, em data desconhecida, com porta aberta igualmente daquela banda [qdr. 5 : figs. 853, 587, 588, 595, 598].

3) Sacristias implantadas no topo das capelas de Terceiros, transversalmente a elas:

a) na capela do Convento de São Francisco de Guimarães, ainda que com corredor interposto entre os dois espaços (cujo terreno para a construção junto com a da capela foi adquirido no ano de 1743) [qdr. 5 : fig. 852];

b) na capela que existiu no desaparecido Convento de São Francisco da Cidade de Lisboa, com probabilidade de ter sido construída na última metade do século XVII, por ter sido considerada a época alta da Ordem Terceira nesse convento [qdr. 5].

c) na ilharga da Epístola:

- no Convento de Nossa Senhora das Neves de Olinda (provavelmente no início do século XVIII) [qdr. 4 : fig. 837].

d) afastada dos muros da capela pela interposição de uma antessala:

- Na do Convento de Santa Maria Madalena em Marechal Deodoro (primeira metade do século XVIII) [qdr. 4 : fig. 848].

De acordo com o descrito, será fácil perceber que a implantação da sacristia não se deveu apenas a questões de organização interna dos espaços dos Terceiros, ligadas nomeadamente ao ritual e liturgia, mas também às limitações de espaço disponível para a construir e para a escolha de orientações possíveis⁵²³. Se este facto foi verificado como pertinente para a construção das capelas, mais o podemos aceitar para a abertura de outras instalações, como a sacristia; com certeza, a não haver muito espaço disponível para se escolher uma boa localização para o conjunto capela/sacristia, a prioridade seria dada àquela.

No Brasil prevaleceu a construção das sacristias por de trás da capela; em Portugal, da amostragem colhida, verificou-se a preferência pelo adossamento lateral das sacristias às capelas, com maior número na banda do Evangelho do que na da Epístola.

Podemos inferir que, quando havia possibilidade escolher a localização da sacristia, os Terceiros preferiram o seu adossamento ao topo da capela, ou no seu eixo. Tal partido facilitaria a movimentação do cortejo dos Irmãos para os ofícios no templo, usando as duas portas rasgadas na cabeceira, uma de cada banda do retábulo-mor, ou com acesso pelos corredores que corressem ao longo das naves, igualmente com duas entradas⁵²⁴. Outro tipo de condicionalismos, como a necessidade de uma boa iluminação

⁵²³ Entre os vários exemplos que já referimos anteriormente, lembramos o passado no convento do Recife, em que a Ordem Terceira nasceu de terrenos dados pelos Padres reunidos em Definitório em 1695 “a terra incluza (*sic*) no muro do convento” acção que ficou firmado em escritura de 9 do mês de Abril daquele ano (cf. JABOATÃO. *Op. cit.*, pt. 2.^a, vol. II, cap. XXIV, § 389 e sgs, p. 438-442; cap. XXIX, § 417, p. 463; § 418, p. 464; § 419, p. 465).

⁵²⁴ A não haver articulação umbilical, constituíram-se em salas ou corredores laterais, o que comprometeria a comodidade na articulação de espaços, aquando da organização das vias-sacras (à responsabilidade do “Irmão Vigário do Culto Divino”, cf. Frei Manuel de MARIA SANTÍSSIMA. *Terceiro Franciscano Instruído nas Obrigações ...* Lisboa : Oficina de António Gomes, 1787, p. 51) e formação dos cortejos processionais, que muitas vezes se estendem a pátios interiores ou a claustros.

natural e, até, por exemplo, o posicionamento do lavabo, como foi referido antes (cap. II, ponto 3.1.1)

Na continuação da articulação clássica do Renascentista italiano⁵²⁵ é plausível que no risco das capelas, seria levado em conta também o das respectivas sacristias, tento em conta, porém, as várias condicionantes que o espaço obtido pelos Terceiros apresentava, em cada convento.

Acresce ainda o facto de as construções de Terceiros terem estado sempre condicionadas pela necessidade igualmente importante de estabelecerem a articulação possível com as igrejas dos conventos que, antes, tinham já tido a possibilidade de demarcação de espaços próprios que lhes permitisse vivenciá-los de modo racional, abrindo as suas sacristias de alguma forma adossadas, aliás, como acontece nas igrejas paroquiais. Enfim, preexistência em congéneres portugueses das soluções utilizadas na Zona da Mata, na colocação da sacristia dos Terceiros, não terá deixado de ser conhecida no partido aqui adoptado na mais das vezes, perante a inevitabilidade de usar um determinado espaço para a edificação da capela e da imprescindível sacristia⁵²⁶.

3.1.2 *A Casa de Oração e a Casa dos Santos*

Embora na Zona da Mata nordestina sejam escassos os espécimes conservados, ou de que há notícia. a Casa de Oração assim como a Casa dos Santos são espaços comumente de grande riqueza e erudição decorativa, apanágio das instituições mais ricas, quer na colónia ou reino.

Jaboatão fala da via-sacra que saindo pela porta do cruzeiro da igreja dos frades, “busca a sacristia daquela parte do Evangelho, e Terceyros ... fica a Sa-Christa por detrás da Capella mor. Entra-se para ella por duas portas, correspondentes às duas vias Sacas, huã da parte do Convento, outra da banda dos Terceyros.” (cf. JABOATÃO. *Op. cit.*, pt. 2.^a, vol. II, cap. XXV, §.394, p. 444; , 447). Percebe-se, assim, a importância da articulação destes espaços sacros.

⁵²⁵ Esta fórmula de sacristias construídas na continuidade das igrejas teria tido início com o florentino Filippo Brunelleschi (1377-1446) que as colocou no seguimento do transepto da Igreja de São Lourenço, aspecto que encontrámos bem debatido em Cybele Fernandes (FERNANDES. *Op. cit.*, 2009, p. 59).

⁵²⁶ Também a iluminação de sacristias amplas foi aspecto presente nas construções, convertidas em salas de vãos rasgados que deixavam entrar a luz para iluminação, e para fazer ressaltar a rica decoração de talha coberta a folha de ouro e o vítreo dos silhares de azulejos que cobriam tantos muros destas instalações, [figs. 93, 122-123, 148-150, 189- 190, 255-259, 305-307, 411, 454-455, 457491].

Casa de Oração

- Em João Pessoa, os Terceiros do Convento de Santo António tiveram-na concluída em 1748, construída perpendicularmente à sua capela, com ligação directa com a antessacristia dos Terceiros. Tem modo de pequena igreja, com altar-mor e dois altares laterais, com cobertura em falsa abóbada de berço, em tabuado, pintada a óleo em quadratura. A riqueza e grande beleza plástica converteram-na numa peça de destaque no legado patrimonial deixado por esta congregação [figs. 23-28];
- Em Olinda, no Convento de Nossa Senhora das Neves, foi aberta no século XVIII, em tempo impreciso, mas posterior à edificação da capela (de cerca de 1711)⁵²⁷ perpendicular a ela, com acesso directo e paralela à igreja dos frades [figs. 172-174];
- No Recife, no Convento de Santo António, os Terceiros mandaram construir a sua *Casa de Oração* (presumivelmente nas primeiras décadas do século XVIII), independente, transformada em igreja de grande porte em 1801, com capela-mor e altares laterais retabulares de grande requinte artístico, que acolheram as imagens processionais [figs. 224-236].

Casa dos Santos

- Na Baía, no Convento de São Francisco, os Terceiros abriram uma *Casa dos Santos*, em espaço entre o muro do convento e um corredor de articulação de espaços [figs. 52-55]. A análise à decoração do ambiente – talha dos altares, pintura do tecto, gradeamento de ferro *ladrilho do chão* – aponta intervenções de entre os finais do século XVIII e o XIX.

A implantação de salas adequadas ao cumprimento dos actos que eram devidos a estas Irmandades, repetem-se tanto na Zona da Mata como no território metropolitano. Para além de pressupor o encontro de terreno para as materializar, o traçado, não havendo uma regra que o tenha fixado, seguiu, por certo, o aspecto da funcionalidade, a menos que algum impedimento o não permitisse. Acredita-se, pelo estudo efectuado,

⁵²⁷ CECI. *Conjunto franciscano de Olinda : Plano Director de Conservação – Relatório*, Olinda, 2006.

contudo, que houvesse da parte dos Irmãos alguma preferência de organização das divisórias [qdrs. 4, 6],

Infere-se que as suas localizações, ainda que dando prioridade à instalação de certos cômodos, teriam sido estabelecidas, ou até em alguns casos delineados, aquando da planificação dos espaços dos Terceiros, complementando a construção do templo e a disponibilidade financeira da Instituição. Esta constatação surgiu dos casos que fomos abordando ao longo do nosso estudo, onde, se não encontrámos todas as tipologias existentes nas Instituições mais ricas e com maior número de irmãos, encontrámo-las, de modo geral, com a mesma localização relativa. tanto no Brasil, como em Portugal⁵²⁸.

⁵²⁸ Em Portugal reconheceram-se analogias tipológicas nas instalações de Terceiros que verificámos para estabelecer cotejos. A saber:

- a) no Convento do Porto, existe uma capela particular de oração, que não tendo tomado o nome de Casa de Oração, foi para isso construída, com a denominação de Capela de Nossa Senhora das Dores, mostrando mesmo um pequeno coro-alto, com acesso à sacristia [fig. 632];
- b) no espaço dos Terceiros de Braga, constatou-se um caso peculiar: antes da construção da igreja, os Irmãos construíram um espaço multifuncional (da segunda metade do século XVIII) que serviu de capela / Casa dos Santos / sacristia / Sala de Reuniões [figs. 735-739]. Nesta que é a sacristia de hoje, vê-se lateralmente, na parede Norte, um amplo e longo armário/arcaz em madeira de castanho, composto por dois corpos: o inferior em forma de arcaz e, o superior, constitui-se em armário de vários corpos envidraçados, que aproveita as reentrâncias dos arcos abertos no muro reproduzindo essas formas, onde estão guardadas grande número de imagens religiosas, que, pela altura que atinge, pomos a hipótese de ter sido edificado para guardar as imagens de procissão [figs. 736, 737];
- c) no Convento de Aveiro, adossado à capela dos Terceiros, com abertura para a sua capela-mor, do lado do Evangelho, existe a sacristia que apercebemo-nos ter também tido a função de Casa dos Santos, mostrando ainda hoje várias imagens expostas, algumas com seus andores [figs. 687-689];
- d) no Convento da cidade de Évora, com entrada pelo lado do Evangelho da capela dos Terceiros, encontra-se uma faustosa Casa dos Santos, retrato de uma Ordem Terceira muito próspera; nas paredes laterais rasgaram-se nichos contendo as imagens que eram usadas nas procissões. Imperam as artes decorativas dos séculos XVII (finais) e XVIII – azulejaria, talha dourada, pintura de quadratura. Funcionou também como capela interna; mais tarde, como Casa do Consistório, quando o antiga sala foi destruída na campanha de obras de 1937, tendo o seu retábulo de talha dourada do rococó transitado para a Casa dos Santos [figs. 828, 864];
- e) no Convento de Montemor-o-Novo, verificou-se a existência de uma sala com decoração mais aprimorada que a encontrada nos outros compartimentos, no piso superior, com acesso por lance de escada, à saída da sacristia dos Terceiros; teria tido a dupla função de Consistório e de Casa dos Santos. A sua localização e imponência arquitectural, com tecto profundo em masseira com pintura, e sanca marcada com faixa azul, com janela de sacada de iluminação num topo, em simetria com a porta de entrada [figs. 819-821], não deixa dúvida de tratar-se da grande Sala de Reuniões dos Mesários. Teria sido construída para servir igualmente de Casa dos Santos, pois nas suas paredes avultam doze nichos profundos, quatro nas paredes laterais e duas em cada topo, com modinatura em pedra, vergas curvas em arcos plenos, protegidos por janela de vidro com bandeira curva supra [fig. 820]; neles figuram imagens sacras de vulto e duas telas pintadas, de devoção dos Terceiros; a análise desta decoração remete-a para o século XVIII;
- d) no convento de Tavira, foi construída uma Casa dos Santos também aí conhecida por Santuário com ligação directa à igreja dos frades (iniciada em 1730), perpendicular a ela, à entrada do lado da Epístola, que teria servido como primeira capela dos Terceiros, organizada com doze nichos, abertos seis em cada banda da sala, emoldurados com talha dourada, preenchidos com imagens sacras umas de roca e outras de vestir. No topo da sala virado para o corpo da igreja, tem um altar-mor retabular de grandes dimensões [figs. 668-672];
- e) no Convento de Angra do Heroísmo descobrimos documentação que anuncia a existência de um “Santuário”, cujo espaço não conseguimos detectar, aspecto que os técnicos do museu instalado no

3.1.3 *O Consistório*

O Consistório, cujas caracterização e localização nos espaços dos Terceiros na sub-região da Zona da Mata foram tratadas no capítulo anterior (cap. I, ponto 3.1.1), constituiu-se em ambiente que, de modo geral, foi alvo de preocupações decorativas que colocaríamos a um nível muito próximo das tidas com as capelas. Aspecto que também se verificou em Portugal, ainda que com menor ênfase artístico. A localização deste cómodo em relação às restantes instalações foi semelhante em ambos os lados do Atlântico⁵²⁹.

3.1.4 *Os lugares de enterramento*

Na colónia brasileira verificou-se uma acentuada diversidade na escolha dos locais de exéquias dos irmãos terceiros nos conventos da Zona da Mata. Há enterramentos na capela, na Casa da Oração, em espaços cobertos junto às capelas, ou

Convento, também desconheciam. Foi levantada a hipótese de ter existido uma espécie de “arrecadação” com santos junto ao coro-alto, o que, a ter existido, não deixou quaisquer vestígios .

⁵²⁹ Em Portugal, nas Ordens Terceiras seleccionadas, verificou-se sempre a existência do Consistório. A sua maior ou menor dimensão, o grande apuro ou a modéstia artística que ostentaram, teria decorrido do maior ou menor poder económico tido pelas respectivas Irmandades Exemplificamos com alguns casos:

- a) no Convento do Porto, num piso superior, que se constituiu em uma sala de planta longitudinal, muito decorada e com muito boa iluminação natural [figs. 618-621];
- b) no Convento de Aveiro riscada sobre o vestíbulo das instalações dos Terceiros, adossadas ao flanco esquerdo da sua capela, no piso superior, com boa iluminação natural [figs. 699, 700];
- c) no Convento de Coimbra deu-se um caso particular de construção de instalações da Ordem Terceira, pois apenas construíram a capela adossada à igreja conventual, indo construir as restantes edificações para serviços administrativos, longe dela, no edifício do Hospital que construíram no centro da cidade;
- d) no Convento de Charnais, riscada em dimensões diminutas em edifício também ele de pequenas dimensões, no piso superior, com janela a dar sobre o exterior [figs. 764-767], para duas frentes, a da fachada principal da igreja conventual e a outra para o caminho de acesso ao cemitério da povoação;
- e) no Convento de São Francisco da Cidade em Lisboa, teria existido por de trás da sacristia, anexa à capela dos Terceiros, dentro da igreja conventual;
- f) no Convento da cidade de Évora, constituída em pequeno capela com retábulo . Instalado no mesmo piso da sua capela;
- g) no Convento de São Francisco de Montemor-o-Novo, estava conjugado com a Casa dos Santos, no segundo piso, em sala que distinguia das restantes pela decoração [fig. 819];
- h) no Convento de Serpa, presumivelmente ocupou o piso superior da edificação adossada á capela , com janelas para o exterior [figs. 793, 862];
- i) em Faro, os Terceiros do Convento de São Francisco começaram por ter as suas reuniões na casa do Capítulo do convento e apenas em 1742, tiveram a sua Casa do Despacho concluída, aberta sobre a sacristia, no piso superior;
- j) em Tavira a Casa do Despacho, no piso superior, com acesso pelo vestíbulo das instalações dos Terceiros e desenvolve-se com grande número de janelas abertas em duas frentes: a mais estreita com janelas a darem sobre o adro da igreja conventual [figs. 674-680]; a outra, com maior número de janelas, está na continuidade da fachada principal da igreja [figs. 656, 657];
- l) na Igreja de São Francisco de Loulé, nasceu no piso superior das instalações anexas á igreja, sobre o vestíbulo, com janelas para o largo de São Francisco [figs. 768, 799];
- m) em Angra do Heroísmo, repete o esquema que pensamos ter existido em Serpa. Construída sobre a sacristia, no piso superior tendo dado atenção particular à sua decoração [figs. 592, 594, 599-604].

em espaço aberto, muitas vezes realizadas na mesma época em diversos locais, para o final do século XVII e ao longo do XVIII⁵³⁰.

Também neste caso, o modo de actuar na Zona da Mata apresenta paralelismo com a metrópole [qdrs. 3 (Zona da Mata); 5 (Portugal)]:

- Em Alagoas, no Convento de Nossa Senhora dos Anjos, constatou-se a existência de um cemitério no piso térreo em uma pequena sala, junto à capela, assinalado por um letreiro singelo colocado à entrada com indicação “Semiterio/dos Terceiros” [*sic*] [figs. 123, 124]; placas embutidas nos muros nomeiam os irmãos mortos⁵³¹ que ali jazem em ossários; pelas datas que se conseguiu ler pressupõe-se que tenha sido construído nas últimas décadas do século XIX; assinala-se, ainda a presença de lápides funerárias na sacristia [fig. 132];
- Em João Pessoa, no Convento de Santo António, está documentado o lançamento da pedra fundamental da cripta sob a Casa de

⁵³⁰ Em Marechal Deodoro, no Convento de Santa Maria Madalena, já não existem referências a lugares de enterramento, e não foram encontrados documentos que os localizem.

Em Portugal confirmaram-se situações idênticas aos do Brasil, ainda que a falta de documentação não tenha permitido, muito mais do que a identificação de casos com observação *in loco*, que são:

- a) no Convento de São Francisco do Porto, identificou-se até 1641 o uso do claustro para exumações dos irmãos Terceiros; quando da construção de capela própria, passaram a tomar lugar no seu subsolo; em 1730 foi ocupado, no convento, um espaço próprio para enterramento dos Irmãos defuntos, até que foi construída, no subsolo uma cripta que se converteu em monumental e labiríntico espaço de enterramento em catacumba, com acesso por escadaria aberta junto à portaria dos Terceiros [figs. 613, 615, 623-625];
- b) em Aveiro, no Convento de Santo António, havendo notícia de concessão para construção de cemitério para Terceiros, tal não foi concretizado;
- c) em Coimbra os frades do Convento de São Francisco começaram por adjudicar aos Terceiros o espaço fronteiro à primeira capela que lhes foi cedida dentro da igreja conventual;
- d) em Santo António dos Charnais da Merciana, encontrou-se um amplo jazigo pertença dos Terceiros adossado às suas restantes instalações, com entrada pelo cemitério da vila [figs. 747, 748];
- e) no Convento de São Francisco da Cidade de Lisboa, o enterramento era feito num dos claustros conventuais cedidos para esse efeito pelos frades, situação encontrada para o século XVIII, havendo notícia de enterramentos efectuados no claustro da Portaria;
- f) para o Convento de São Francisco de Faro, encontraram-se documentadas sepultamentos primeiro sob o pavimento da primeira capela; depois, até ao ano de 1865, foram consumados no pavimento do claustro dos Terceiros [figs. 718-720];
- g) em Tavira, no Convento de São Francisco, os funerais referenciados foram efectuados na Casa dos Santos [fig. 669]; em 1794, as exumações tomaram lugar em cemitério levantado em terreno próprio, junto às instalações, sabendo-se que também as faziam no adro da Igreja conventual [fig. 660, 661];
- h) no Convento de São Francisco do Funchal, há notícia de permissão para enterramentos na capela dos Terceiros de invocação a Santa Isabel.

⁵³¹ Os letreiros encontram-se muito degradados, havendo grande dificuldade em identificar dados aí anotados. Ainda assim, leram-se algumas: “Fal. 10/07/1910”; D. Maria Francisca Assunção Romaris / Falecida em 28/ 07/1877; João Teixeira e Virginia Adelaide [sem data]; Manuel D.S.R. Patury 27/03/1862; Manuel Joaquim dos Santos Patury / Nas. 05/05/1810; Monica de Barros Leite “Mendes”(?) / 10/03/1880; Joaquim Mendes Ferreira / 21/01/1892; Cp. Antonio de Medeiros Bittencourt(?) / 25/06/1879.

Oração, no ano de 1748; tem entrada gradeada, rasgada no chão, com escada de acesso; nela foram abertas dez sepulturas, cinco de cada lado [fig. 29].

- Em São Cristóvão, no Convento de São Francisco, assinalou-se um cemitério em cripta⁵³², em sala adossada à capela dos Terceiros [figs. 428, 433, 438-440].
- No Convento de São Francisco do Conde, existe um ossário no corpo do Consistório, presumivelmente construção do século XVIII, aberto por baixo dele, no piso térreo, com fiada de óculos para arejamento [figs. 364, 371].
- No Convento de São Francisco da Baía, os enterramentos começaram por se fazer em espaço conventual, mediante pagamento aos frades; quando da construção de capela própria, passaram a ser feitas no seu interior e, em 1787, foi construído um cemitério de carneiros no subsolo, por debaixo da sacristia, com acesso pelo interior das instalações da Irmandade [figs. 77, 79].
- Em Olinda, no Convento de Nossa Senhora das Neves, o cemitério foi construído no exterior, com acesso pela sacristia.
- No Recife, no Convento de Santo António, há referência a catacumbas no ano de 1750, enterramentos na Casa de Oração e, também, no ossário, construído no exterior, junto àilharga da Capela Dourada, ligando com o do convento.

Considerações finais

Apesar dos exemplos estudados na Zona da Mata serem parciais, e mais diversificados, pode-se afirmar que ou sob as capelas de Terceiros, ou na sua proximidade ou na da sacristia, existiram criptas, umas em subsolo, outras ao nível térreo, onde, ao longo dos séculos XVII e XVIII, teriam sido efectuados enterramentos. Se as capelas das Ordens Terceiras de São Francisco foram consideradas para os indivíduos a elas ligados os seus jazigos de família – da família franciscana que tinham

⁵³² Lamentavelmente não conseguimos as datas das lápides e não encontramos notícia da sua edificação; o mesmo aconteceu com os cemitérios de Olinda e do Recife..

passado a constituir –, foi nelas que se depositaram os seus corpos, ainda que, como foi visto, houvesse regras estatutárias mais ou menos gerais a seguir (cap. I, ponto 2 (final)).

Em ambas as partes, Reino e Colónia, foi idêntica a preocupação com a dignidade dispensada pelas Irmandades ao processo das exéquias. As criptas, não dispensaram a inclusão de um lugar de oração, fosse uma minúscula capela ou um mais ou menos elaborado altar [figs. 79, 438, 625]. A área ocupada por cada instituição com os enterramentos teria estado relacionada com o número de confrades que cada Irmandade acolhia, mais do que com a riqueza relativa auferida. Se na comunidade da Baía [figs. 77-79] ou na do Recife houve largos cabedais, não foi construído um espaço tão amplo como o edificado nas instalações dos Terceiros do Convento de São Francisco na cidade do Porto [figs. 623-625] que teria comportado número mais avantajado de Irmãos.

3.1.5 *O claustro*

Utilizado principalmente na realização de vias-sacras e como local de enterramento, o claustro não foi um elemento muito comum em instalações de Terceiros na Zona da Mata, ao contrário do que sucedeu nos dos frades, em que se constituíram elementos primordiais. Com efeito, apenas o encontramos em três conventos⁵³³:

- o claustro em João Pessoa é constituído por um pátio circundado por três galerias; duas, mais curtas, adossadas, uma à ilharga esquerda da igreja dos frades e, a outra, à da capela dos Terceiros; a terceira, a mais comprida, acompanha a ilharga direita da casa de Oração. Os vestígios arquitectónicos, modinaturas de portas e pilastras assim como as lápides funerárias parietais remetem para obra do início do século XVIII, enquanto as arcarias simples de arco pleno, desornamentadas, remetem para o século passado [fig. 21]; destinou-se a enterramentos e a distribuição de espaços, sendo de decoração muito contida;

⁵³³ Em Portugal, não foi, igualmente, comum a construção de claustro no espaço dos Terceiros; são excepção:

a) as instalações dos Terceiros de Faro contam com um pequeno claustro [fig. 717-720, 859] que, a análise das características arquitectónicas, dão como obra do século XVIII, de cariz classicista;

b) há notícia de existir no Convento de São Francisco da Cidade de Lisboa um claustro onde os Terceiros faziam enterramentos, para o qual não temos qualquer cronologia.

- na Baía, o claustro com traça da primeira metade do século XVIII, tendo em conta a análise cronológica aos silhares azulejares historiados (cap. II, ponto 4.1.7), ainda que muito intervencionado no final do século XIX e início do XX, surge entre os muros da igreja conventual, à sua direita, os da capela-mor e início da nave da igreja dos Terceiros, à sua esquerda; as galerias mais curtas encostam-se às paredes da biblioteca conventual, num dos topos, e à Casa dos Santos, no outro – do lado da capela de São Roque [figs. 832, 833]. A sua cuidada e festiva decoração, que assumiu grande importância para a História da Arte [figs. 71-75], afasta-o da singeleza do seu congénere da Paraíba;
- no Recife os Terceiros construíram um claustro que se define entre os muros das ilhargas esquerdas da igreja dos frades e a da capela dos Terceiros (perpendiculares entre si), a portaria e a Casa dos Exercícios dos Terceiros [figs. 260-262, 838]. É um ambiente de traça nobre – clássica –, mas de decoração austera, muito contida, onde a exteriorização de acto sacro está assinalada com cruces de via-sacra encastradas nos muros, a veneração à paixão de Cristo assinalada pelo cruzeiro centralizado, e a de valência sepulcral, por lápides parietais, próprio da esfera cemiterial [figs. 261, 262).

A sequência acima apresentada é conjectural. Estabelecer precedências na construção destes claustros em âmbito de Terceiros é difícil, tanto pela ausência de dados cronológicos como pelo desvirtuamento introduzido em cada um deles por diversas remodelações .

4. Modelos dos templos

O modelo adoptado pelos Terceiros nos seus templos foi o fixado na metrópole a partir do último quartel do século XVI, com as mesmas características morfológicas:

capela-mor pouco profunda, nave única de planta quadrangular; cujo altar era alteado com degraus, púlpito elevado lateralmente no meio da nave, confessionários de teia ou de guarita⁵³⁴.

Apresentam-se, maioritariamente, como construções de relativa pequena escala e dimensões modestas, de clareza funcional, vinculadas à feição da construção nacional da “arquitetura chã” com plantas rectangulares e muros planos, com modinaturas clássicas; com presença da “capela-mor túnel” em destaque, alteada, articulada com uma nave mais ampla; algumas “com zona do pavimento em nível superior que articula os altares separada por balaústres do resto da nave, reservada a devoções especiais”; outras, com “nave-sala”, com alçados rasgados por altares sob tribunas e corredores de gosto profano; os tectos ora são em berço ornamentados com pinturas arquitecturais, ilusionistas, outros em caixotões ilustrados com imaginária e elementos naturalistas; aspectos formais que seguem tipologias apontadas pelo historiador George Kubler para o panorama arquitectónico português em tempo de “especiarias e diamantes” da “arquitetura chã” entre os anos “1521-1706”⁵³⁵. Assim, as igrejas de Terceiros, de entre o final do século XVII e o século XVIII, repetiram os modelos das jesuíticas utilizadas na Metrópole e disseminadas na colónia brasileira; aqui foram, no entanto, como nota José Luiz Mota Menezes (1976), acrescidas com técnicas e gostos locais⁵³⁶, pelo que mostram aspectos singulares, inovadores e mesmo exóticos como já sublinhámos anteriormente (cap. II, ponto 4.1.10.). A arquitectura nos templos dos Terceiros da Província de Santo António do Brasil, entre o final do século XVII e o XVIII, é uma manifestação do barroco decorativo português. Repetindo, assim, a mesma tipologia que as Irmandades de Terceiros materializaram no reino, aqui fundadas

⁵³⁴ A tipologia arquitectónica para as igrejas saídas do Concílio de Trento, não foram de imediato adoptadas com rigor absoluto no Brasil, pois o antigo plano medieval de igreja com três naves, surgiria em duas aldeias do Brasil da Contra-Reforma, em Reritiba e em cabo Frio conforme notou o historiador Pais da Silva (cf. Jorge Henrique Pais da Silva, 1929-1977. Lisboa : Estampa, 1983, p. 212) e nós já havíamos concluído em estudo anterior [cf. Albertina BELO. *A Arquitectura do Colégio Jesuíta de Olinda dos Séculos XVI e XVII*. (policopiado). Lisboa : Universidade Lusíada, 1997, vols. I, dissertação de Mestrado. p. 127 nota 3]. BELO, Albertina Marques Pires. *A Arquitectura do Colégio Jesuíta de Olinda dos Séculos XVI e XVII*, J. H. Pais da SILVA, *Estudos sobre o Maneirismo*, p. 212)

⁵³⁵ George KUBLER. *A Arquitectura Portuguesa Chã entre as especiarias e os Diamantes – 1521-1706*. Trad. Jorge Henrique Pais da Silva. Lisboa : Vega, Limitada, 1988, p. 172, 173.

⁵³⁶ Mota Menezes referencia que os jesuítas, logo seguidos pelas ordens religiosas nas suas fundações, evoluíram rapidamente das estruturas de pouca duração, constituídas por construções precárias de cobertura vegetal, para as ainda provisórias de taipa com cobertura de telha e, depois, para as de pedra e cal ou pedra e barro, de acordo com as disponibilidades locais, como foi salientado já por J. L. Mota Menezes, *Igreja de Nossa Senhora da Graça e Real Colégio dos Jesuítas de Olinda*. Tese de Concurso Recife : Universidade Federal de Pernambuco, 1976 (não publicado, cedido por José Luiz Mota Menezes – policopiado), p. 116.

a partir de 1616, singulariza-se, todavia, por aspectos decorativos que reflectem o gosto local e adaptação de técnicas construtivas aos condicionalismos vigentes.

Para Nuno Senos⁵³⁷ as fachadas dos templos conventuais franciscanos inscrevem-se em duas tipologias base, definidas por gostos enraizados de acordo com duas correntes divergentes, uma ligada ao conjunto construído a Norte, com base em Pernambuco, mais modesta e, outra a Sul, com base na Baía, mais elaborada⁵³⁸. Todavia, as fachadas de Terceiros, em vez de reflectirem essas tipologias compuseram-se conforme a época estilística coeva, fora de guerras intestinas que grassavam tendencialmente na Ordem Primeira. Se houve emulação, ela foi presumivelmente local, com as de outras instituições homólogas, como as Veneráveis Ordens Terceiras do Carmo e as Santas Casas de Misericórdia, para além da Ordem de São Domingos que, apesar de se ter estabelecido no Brasil posteriormente, começa a estar presente na Baía⁵³⁹.a partir da primeira metade do século XVII

4.1 A implantação dos templos

Para a historiadora baiana Maria Camargo (2009) os templos nordestinos da Ordem Terceira tiveram uma maior presença e impacto conforme estas Instituições alcançaram no Brasil colonial, no âmbito da religião, da caridade e da assistência social e, ainda, no empreendimento e patrocínio artísticos⁵⁴⁰.

Do ponto de vista dos locais de implantação, esta opinião suscita alguma reserva. Na sua maioria as Instituições de Terceiros em apreço, despontaram em conventos já anteriormente construídos, sendo portanto muito condicionada a escolha

⁵³⁷ Nuno Senos centra-se na Ordem Primeira e faz uma breve abordagem à Ordem Terceira, incluindo as suas instalações no complexo franciscano conventual, com uma explanação sobre os espaços que mais a caracteriza, analisando as planimetrias, dando as possíveis informações cronológicas (cf. SENOS. *Franciscan Patronage in Northeastern Brazil (1650-1800)* [Tese / Dissertação (Ph.D.) - Materail arquivado]; New York University, Institute of Fine Arts, J. Brown, 2006 Idem. *Ibidem*, p. 53, 58, 83, 98-101).

⁵³⁸ Resultado de lutas internas entre duas facções franciscanas, e entre si e “outros agentes coloniais”. Conjectura inovadora que nos parece muito plausível (cf. *Idem. Ibidem. Passim*)

⁵³⁹ Riolando AZZI (1983). "A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial", in *História da Igreja no Brasil*, 3ª edição. Petrópolis, Brasil : Edições Paulinas/Vozes; *Ordem Terceira*. [Em linha]. [Consult. 05-01. 211]. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Ordem_terceira.

⁵⁴⁰ Maria Vidal de Negreiros CAMARGO. “Venerável Ordem Terceira retomando o caminho de Marieta Alves”, in Maria Helena OCHI, Frei Hugo FRAGOSO, OFM, Organizadores. *Igreja e Convento de São Francisco da Bahia*. Rio de Janeiro : Versal Editores, 2009, p. 375.

dos locais que lhes foram cedidos pelos frades. A prerrogativa de implantar a cerca conventual nas zonas centrais das principais aglomerações urbanas e nelas erigir templos em lugar de grande visibilidade coube aos conventos, que ao contrário do que acontecera no reino, procuraram estar perto do centro dos povoados⁵⁴¹.

Só as capelas de Terceiros separadas da igreja conventual, tendem a contrariar o destaque concedido a este templo ao longo de várias épocas e diferentes gostos estilísticos. Com fachada própria apresentam, de um modo geral, grande requinte, riqueza decorativa e ornamental tanto no exterior como no interior, ao contrário dos frontispícios das igrejas conventuais mais austeros, com algum despojamento ornamental, se comparadas com os respectivos interiores (cap. III, ponto 3.1.2):

- Em Marechal Deodoro, a capela ostenta uma fachada principal de gosto palaciano, de dois registos sobrepostos por requintado frontão recortado, em arco, muito ornamentado. Os planos desenvolvidos em altura, foram marcados apenas pela abertura dos vãos de portas no inferior, e de janelas de sacada no superior, mostrando ornamentação a envolvê-los, com ausência de qualquer friso a assinalá-los e compartimentá-los, como era então usado nos frontispícios do barroco português e estava a ser usado nas igrejas do Brasil Nordeste [fig. 506]; Em Marechal Deodoro assiste-se ao afastamento quase conseguido em plenitude das linhas divisórias dos planos e deparamo-nos com uma maior liberdade de formas decorativas e ornamentais, mantendo-se, ainda, as superfícies do *Estilo Chão* português;

- A capela da Ordem Terceira do Convento Franciscano da Baía apresenta uma fachada peculiar pela aparência exótica da sua frontaria [fig. 40], como já foi sublinhado (cap. II, ponto 3.1.4); mantiveram-se os traços classicizantes do barroco português, mas imprimiu-se ao exterior do invólucro arquitectónico uma ornamentação que era usual nos interiores das igrejas desse mesmo período do barroco.

⁵⁴¹ Em Portugal, constatou-se que a maior preocupação dos frades teria sido a de se estabelecerem fora dos centros povoados, com fácil acesso a eles e a linhas de água, junto às muralhas, [cf. a tal propósito o qdr. 5]. *Vide*, a este propósito, Albertina Marques Pires BELO. “Relevância dos Conventos Franciscanos na Paisagem Cultural do Brasil Colonial”, in *Actas do III Congresso Internacional - El Franciscanismo en la Península Ibérica : El Viaje de San Francisco por la Península Ibérica y su legado (1214-2014)*. Córdoba : Ediciones el Almendro, 2010, p. 228 a 251.

- Uma terceira atitude no tratamento de panos frontais encontra-se na fachada da Casa de Exercícios dos Terceiros do Recife⁵⁴² alcançou uma tal amplitude que se converteu em verdadeira igreja, independente da conventual [figs. 223, 242. O frontispício é trabalho de 1804 em pedra lioz. A sua feição, é o protótipo português de uma igreja desse mesmo período artístico neoclássico⁵⁴³.

4.2 Os interiores

As Ordens Terceiras franciscanas na província de Santo António tiveram em conta os aspectos do proselitismo e do imperativo catequético que a Contra-Reforma impusera ao Reino e que lhes coube, igualmente, a elas, ajudar a levar por diante.

Os interiores, principalmente nas grandes cidades, com poder financeiro alargado, puderam ostentar a pompa festiva, vistosa e de apelo aos sentidos⁵⁴⁴ propiciada pelo Barroco. Abdicando do carácter festivo na arquitectura profana, no Brasil o Barroco remeter-se-ia principalmente às igrejas, dando a conhecer uma multitude de artes que seriam acomodadas às possibilidades locais, tendo como *leitmotiv* mostrar o poder da Igreja de Roma na Terra e ajudando a instituí-lo através da sedução.

Assistiu-se, a partir de então, à visualização do esplendor onírico do céu reflectido na terra em formas sensuais. E, no que a algumas capelas de Terceiros brasileiras diz respeito, quase não houve limite para esse fausto cenográfico, principalmente ao longo de todo o século XVIII e também XIX, como foi verificado (cap. II, ponto 3.). Com o tempo, ao Barroco⁵⁴⁵ achegaram-se o Rococó e o Neoclássico, com a mesma finalidade de aformosear e de vivenciar espaços. Assim aconteceu porque as instalações foram sendo refeitas ao longo dos tempos, pelos mais diversos motivos

⁵⁴² Frontispício que fora encomendado em Lisboa para ser colocado na Igreja do Corpo Santo no Recife, e que a Irmandade do Santíssimo Sacramento decidiu vender à Ordem Terceiros de São Francisco, onde se encontra (cf. Germain BAZIN, *A Arquitectura Religiosa no Brasil*, 1.º vol., “Condições Históricas, Sociais e Técnicas”, 2.º vol., Editora Record, Rio de Janeiro, 1956, p. 62).

⁵⁴³ É de feição neoclássica com aparência palaciana.

⁵⁴⁴ Aspecto focado in Natália Marinho FERREIRA-ALVES. *A Arte da talha no Porto na época Barroca*. Porto : Câmara Municipal, 1989, tomo I, p. 183.

⁵⁴⁵ As que tinham existido do Maneirismo, já muito pouco resta delas.

(guerra, abandono, envelhecimento, não arredando o flagelo brasileiro das térmitas) e talhas de retábulos, sanefas, tectos, foram sendo recreadas em estilos novos, acontecendo a coexistência de decoração barroca a par da rococó e da neoclássica, como foi sendo apontado.

Fiéis e até curiosos menos crentes foram certamente seduzidos pela feição alegre e festiva que estas construções exibiram. A ostentação de riqueza, particularmente numa Ordem que se quis pobre, encontraria explicação no financiamento particular de alguns patrocinadores⁵⁴⁶ e também da Coroa que, assim, providenciava actividades religiosas em terras de expansão territorial, o que ficaria assinalado com a aposição simbólica das Armas Reais em locais de grande visibilidade⁵⁴⁷.

Nas instituições de Terceiros de São Francisco mais poderosas, encontraram-se marcas de particular esplendor artístico, expressão de várias épocas estilísticas, em outros espaços, a par das suas capelas, igualmente de acentuada profusão decorativa. Assim, viram-se sacristias onde se evidenciaram alguns lavabos com lavores de grande interesse em pedra, Casas dos Santos, Salas de Consistório, Casas de Oração, onde se evidenciam uma prodigalidade de artes que se coordenaram entre si para constituírem espaços de grande interesse e importância artística. Concorreram para essa exibição de interiores de intensa policromia e brilho festivos, revestimentos de azulejaria historiada e paisagística, retábulos e outros artefactos decorativos de talha dourada e pintada, tectos de caixotões muito ornamentais entalhados em madeira também pintada e dourada que serviram de moldura a pinturas a óleo figurativas e vegetalistas, soalhos cobertos por madeiramentos artísticos. No conjunto, são um verdadeiro tesouro artístico de arte, a que se deu destaque desenvolvido anteriormente em separado para cada Ordem Terceira estudada.

De um modo geral, podemos afirmar que as diversas manifestações artísticas conservadas em divisões atribuídas aos Terceiros surgem em espaços onde a pintura, a

⁵⁴⁶ Um dos motivos apontados por um dos cronistas da Ordem, Frei Venâncio Willeke, para tal riqueza artística em algumas das Ordens Terceiras, teria sido a alegada rivalidade entre as ordens e irmandades religiosas que, em luta pela conquista do primado religioso, principalmente nos centros urbanos, se desenvolviam encostados à riqueza económica de moradores que legaram partes avultadas à Igreja, mormente aos religiosos das primeiras e terceiras ordens (cf. Frei Venâncio WILLEKE, OFM. “Os Livros dos Guardiães”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 306, Janeiro-Março, 1975 : Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1976, p. 12).

⁵⁴⁷ O Padroado Português foi um direito alcançado de Roma por D. Manuel, pela qual a Nação Portuguesa ficou com o exclusivo da organização e financiamento de todas as actividades religiosas nas terras descobertas por si.

escultura, a azulejaria, em conjunto, contribuíram para o efeito de mundos fantásticos em cenários teatrais palacianos, pretendida pela Igreja pós-tridentina⁵⁴⁸.

A construção de todas estas instalações esteve naturalmente dependente da maior ou menor disponibilidade financeiras das instituições. Assim, verificou-se que nem sempre foram construídos todos os espaços referidos em cada convento e que, a riqueza com que foram edificados, decorados e ornamentados, também sofreu idêntica relativização.

Considerações finais

A grande riqueza que se encontra em algumas Ordens Terceiras de São Francisco nos grandes centros brasileiros, deveu-se ao facto de essa instituição ter prestado especial atenção á necessidade de projecção da sua imagem para o exterior da organização, como forma de propaganda particular; esta forma de aquisição de visibilidade no século por estas Fraternidades, levou a que, conforme as possibilidades financeiras o permitiu, tenham tentado vincular as instalações que mandavam construir a uma arquitectura de evidência grandiosa e espectacular; por vezes, a tipologia das salas e a sua decoração interior adquiriu um aspecto particularmente copioso, com evidente hierarquização na riqueza ornamental dos cômodos, correspondente à importância que a Irmandade conferira a cada um. Constataram-se metas a atingir em trabalhos de construção das instalações, verificadas em documentação que se foi encontrando que aborda inaugurações sucessivas dos espaços, e como verificado no assinalar delas em letreiros com datas apostos em paredes, sobre arcos ou portas⁵⁴⁹.

⁵⁴⁸ O aspecto aparatoso que algumas alcançaram, teria tido a ver, ainda, com a tentativa de superarem, pela beleza, outras instituições homólogas e assim alcançarem visibilidade pública suficiente que as projectasse para fora do seu espaço. A face material das Instituições faria assim parte de uma propaganda institucional, que naturalmente estaria ligada também a um zelo religioso que elas pretendiam desse modo ver transmitidas, através da riqueza dos seus estabelecimentos. Pela excelência plástica pretenderam dignificar a própria Igreja, tendo Cristo e São Francisco sempre como centro das suas atenções, intenções e motivo da sua existência.

⁵⁴⁹ Os trabalhos de embelezamento de espaços foram essenciais para catapultar as Instituições para a visibilidade pública nas localidades onde foram edificadas, convertendo-as em pólos assimiladores de grupos ligados à finança, a cargos militares e políticos com evidência na sociedade. As próprias Instituições tinham todo o interesse em rodearem-se destas pessoas que eram sempre uma mais valia para a Ordem, pois levavam ao natural crescimento dela, de imediato com a jóia, depois com os “anuais”, verbas que deviam pagar anualmente à instituição, fora as doações que muitas vezes acompanhavam estes ingressos de grande senhores da sociedade.

4.2.1 *O papel da decoração na transfiguração dos interiores*

No Brasil, de um modo geral, a aplicação da diversidade de artes decorativas ofereceu solenidade a espaços de carácter sagrado ou cívico, como se pôde apreciar ao longo das apresentações das diversas instalações das Ordens Terceiras consideradas. Acreditamos que o tratamento decorativo tenha sido a concretização do desvelo possível de cada Instituição, em ambos os lados do Atlântico, em circunstâncias idênticas

A exploração de filões de ouro na colónia⁵⁵⁰, no chamado *ciclo do ouro*, que abrangeu os últimos decénios do século XVII prolongando-se até ao fim do século seguinte⁵⁵¹, proporcionou à Nação os “quintos do ouro” além da obrigação de envio de remessas ajustadas desse metal⁵⁵², e uma época de fausto que se reflectiu em opulência artística. Esse fausto revelou-se, particularmente na arte da talha da madeira recoberta a ouro em interiores de igrejas, prolongando no Brasil colonial os estilos Nacional e Joanino *Rocaille*, num recurso à nomenclatura proposta por Robert C. Smith.

Os retábulos no Brasil seguiram as traças do Reino executadas segundo autores e entalhadores idos, numa primeira fase, de Portugal; também, de início, os ensambladores e douradores eram da Metrópole, mas foram passando as técnicas a mestres locais, que dariam cunho particular á talha da madeira, como fomos anotando. No entanto, o esvaziamento das jazidas daria origem aos estuques e à pintura em substituição das finas folhas de ouro no Rococó e Neoclássico.

No que respeitou ao revestimento azulejar, verificou-se a sua profusa utilização em quase todos os ambientes sacros ou públicos dos Terceiros. A azulejaria contou por si, ou aliou-se ao revestimento da talha da madeira, preenchendo interiores em silhares, molduras, ou revestindo espaços livres de decoração, o que proporcionou leitura renovada dos interiores. Os azulejos artísticos vivificaram espaços em encenações figurativas de hagiografias várias, de ambientes campestres, historiando cenas da vida cortesã urbana; abriram o espaço, aprofundando-o com o desenho em *tromp l'oeil* que o barroco tanto exercitou, e que seria excedido pelas bizarras do rococó, oferecendo ao meio fugazes cintilações de luzes reflectidas no vidro, reformulando a relação do crente com a decoração, chamando-o a participar.

⁵⁵⁰ Levadas a cabo pelos colonos brasileiros, sob a pressão forte da Coroa portuguesa.

⁵⁵¹ É no final do século XVII que os exploradores portugueses descobriram as primeiras jazidas de ouro da colónia, dando início a um ciclo económico que se prolongou por um século, pois no final do século XVIII já estavam esgotas as explorações de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

⁵⁵² A Capitania de Minas Gerais tinha a obrigação anual de enviar 1500 kg de ouro para Portugal.

A par da azulejaria, também a pintura – quer a de telas em quadros ou painéis parietais quer a de forros de coberturas em caixotões ou arquitectónicas ilusionistas – teve presença constante no Brasil colonial como teve no Reino⁵⁵³. Ambas contribuíram para criar um universo envolvente específico do catolicismo tridentino, com quadros concebidos para serem a um tempo didácticos e piedosos, que, simultaneamente, com todas as artes, concorreram para a construção de espaços teatrais apelativos que preenchiam a fantasia de gentes que viviam uma realidade menos brilhante⁵⁵⁴.

O modo de expressão artística encontrado na Zona da Mata revela a continuidade das manifestações das mesmas artes no Reino, apesar dos particularismos introduzidos, remarcando aqui o que foi dito atrás neste ponto e no anterior.

Enfim, pensamos ser incontestável o facto de os elementos decorativos que se encontram tanto em exteriores como em interiores das igrejas terem sido executados intencionalmente para exercerem fascínio sobre quem os contemplasse. Os exteriores chamavam atenção dos fiéis ou curiosos que os observavam, dirigindo o olhar para o portal que sempre se destacou do muro em que foi rasgado, muitas das vezes aberto sobre patamar sobrelevado em relação à rua, em que o sagrado se elevava em relação ao profano; para o que houve sempre construção de elementos verticalizantes que remetem o olhar para cima para um nicho, um óculo, uma pedra de armas, e logo a atenção se elevaria mais para cima, para a cruz – sinalética suprema do catolicismo – que sempre se colocou sobreposta ao topo dos frontões. Entretanto, a partir do portal, foi preconcebido um outro percurso, que ocorre na horizontal, que pressupôs ser percorrido pelos crentes e curiosos em busca de uma aproximação aos Mistérios da Cruz, que tivera a iniciação na visualização da própria Cruz exterior. Este processo programático iniciado com o conhecimento das conclusões saídas do Concílio de Trento, entrou na construção dos ideais que obraram o período estilístico que o século XIX apelidou de Barroco e procurou dinamizar a partir do século XVII.

⁵⁵³ Cf. Alberto José SOUZA. “Igreja Franciscana de Cairu : a invenção do Barroco Brasileiro” in Natália Marinho FERREIRA-ALVES, coordenação., *Os Franciscanos no Mundo Português – Artistas e Obras*. Porto : CEPES, 2009, III Seminário Internacional Luso-Brasileiro - I (org. Grupo de Investigação do CEPES, "Arte e Património Cultural do Norte de Portugal"). Rio de Janeiro, 2008, p. 27.

⁵⁵⁴ Para um conhecimento mais abrangente e especificado sobre as artes encontradas nas instalações das Ordens Terceiras do Brasil Nordeste colonial, remetemos para a comunicação apresentada em colóquio luso-brasileiro decorrido no Rio de Janeiro em 2008, que achámos ser esclarecedor e pertinente e que subscrevemos, pelo que nos escusamos de o retomar (Alberto José SOUZA. “Igreja Franciscana de Cairu : a invenção do Barroco Brasileiro” in Natália Marinho FERREIRA-ALVES, coordenação. *Os Franciscanos no Mundo Português – Artistas e Obras*. Porto : CEPES, 2009, I, p. 2 a 57).

Quanto a nós, foi a mentalidade barroca que se impôs nestes interiores de Terceiros, tal como se tinham imposto no Reino. Assim, em templos e também em outras salas de relevância para a vida da Instituição, encontraram-se espaços com decoração com fins catequéticos. As figurações em pintura mural, azulejar, escultórica enaltecem e dão a conhecer a história da vida santificada de São Francisco, Santo António, entre muitas outras venerandas personagens da congregação franciscana.

Conclusões

A expansão marítima e os descobrimentos portugueses difundiram as Ordens Terceiras franciscanas por diferentes partes do globo. No Brasil seriam fundadas a partir do século XVII em moldes muito semelhantes às do Reino, que se encontravam em pleno período de ressurgimento.

Estas Irmandades, nomeadamente, compostas por membros pertencentes à camada de elevado padrão económico, constituíram-se em centros urbanos de sociabilização. Foram instituições que se firmaram com subordinação religiosa a conventos franciscanos, porém, com independência, funcional, administrativa e financeira.

Ao contrário de Portugal, onde existiam Instituições que se desenvolveram afastadas dos conventos de que dependiam, na antiga Província Franciscana de Santo António, no Brasil, as Ordens Terceiras tiveram as suas sedes nos respectivos conventos ou junto a eles. Estas Instituições nasceram na compartilha de áreas conventuais com construções fradescas anteriores, pelo menos meio século, ou foram edificadas em terrenos anexos aos conventos.

A ideia correntemente vinculada pelos autores de que cada convento desta província franciscana tem associado a si uma Ordem Terceira, encontra algumas excepções, como aliás sucedeu no Reino. Nos treze conventos de frades menores existentes na Zona da Mata Nordestina, só em onze há testemunhos de Veneráveis Ordens Terceiras Seculares do Seráfico Padre São Francisco de Assis.

A emergência das instalações da Ordem Terceira nos conventos franciscanos da Zona da Mata Nordestina acontece na sequência da expulsão dos holandeses, e acompanha a reconstrução dos conventos, muito arruinados no decurso da ocupação do Nordeste do Brasil entre 1630 e 1654.

Em vez da construção em taipa inicial, nesta segunda vaga construtiva conventual, caracterizada pela utilização de materiais duráveis é aproveitada pelas Ordens Terceiras para erigirem as suas instalações. Adaptando-se às possibilidades do terreno disponível, em cada convento tanto o templo como as restantes instalações de recolhimento ou execução administrativa seguem variados modelos, já experimentados no Portugal metropolitano.

Os padrões construtivos e artísticos perfilhados pelas Ordens Terceiras nesta região brasileira estão, sem sombra de dúvida, na continuidade do que se fazia no Portugal coevo. As construções primaram pela utilização de padrões arquitectónicos e artísticos consignados pela arte do Barroco, nomeadamente, na arquitectura, na escultura, na pintura, na talha e na azulejaria, tendo adoptado, nos finais do século XVIII, o Rococó e o Neoclássico. No início de Seiscentos, os artistas, a arte, alguns materiais e o modo de fazer, muito dependente do Reino⁵⁵⁵, aproxima em todos os aspectos a arquitectura e decoração dos Terceiros. Todavia, na segunda metade da mesma centúria, à excepção do azulejo, que continua a ser encomendado em Lisboa, o Brasil foi criando os seus próprios artistas, usando materiais, modos de fazer, sensibilidades, muito próprios, o que permitiu encontrar nas Ordens Terceiras da Zona da Mata entre as referências portuguesas, aspectos do carácter e da vida brasileiros. Entre os mais significativos avulta a tendência para criar nos templos que comunicam com a igreja conventual um ambiente de maior gravidade e penumbra que o templo dos frades.

Aquelas que auferiram de um maior poder económico, tiveram a preocupação de construir as suas atmosferas de modo mais representativas, com marcante aparato decorativo e complexidade artística, para enaltecimento da vida Cristã pela arte, frequentemente, em competição com organizações homólogas de outras instituições religiosas.

Porém, o espírito do barroco pós-tridentino esteve sempre presente e pode ser ainda hoje lido no entrosamento das várias artes modeladoras desses espaços antigos,

⁵⁵⁵ À época, cabia ao Rei a autoridade sobre o clero secular e religioso e a construção de locais de culto (cf. "História das Confrarias no Brasil", in *Confrarias*. [Em limha]. [Consult. em 30-3-2010] Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Confraria>, Riolando AZZI "A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial", em: *História da Igreja no Brasil*, (3a edição). Petrópolis, Brasil : Edições Paulinas/Vozes, 1983).

pelo que puderam materializar-se em esplendor artístico, o que levou algumas a serem reconhecidas como obras-primas do património artístico e cultural mundial.

Cada um dos treze conventos da antiga Província Franciscana de Santo António do Brasil exerceu, ao longo dos tempos, influência na organização urbanística das localidades, em que se encontram implantados. Também as respectivas Irmandades de Terceiros, com excepção para o caso de Paraguaçu e de Serinhaém, com as suas construções e vida própria tiveram desempenhos activos a seu lado, coadjuvando na referida dinâmica urbanística.

Acresce que estas Ordens Terceiras foram e são mais-valias desses conventos brasileiros que integraram, emparceirando ambos, com desempenho de alta qualidade, na constituição de um património histórico construído e cultural que está, já há algum tempo, a despertar o interesse das comunidades residentes, utentes e autoridades, numa luta pela auto-sustentabilidade local. Assim, as ordens Terceiras de São Francisco entraram definitivamente para a História da Arte e para a do Património arquitectónico e cultural, tanto a nível local, como brasileiro e português, como mundial.

Léxico dos termos utilizados prevalente do domínio franciscano e do conventual em geral

Tendo em conta a economia do texto, recorreu-se a referências cruzadas que são apresentadas com asterisco (*) pospondo-se à palavra que reporta.

Terminologia Franciscana / Conventual

Alcantarinos ou Descalços. Em Espanha, Religiosos do ramo da Ordem Franciscana surgido no século XVI, da reforma dos Descalços, tendo como principal promotor Pedro de Alcântara (?-1562). As duas Províncias* franciscanas brasileiras, a de Santo António e a de Imaculada Conceição, pertenciam a esse ramo⁵⁵⁶.

Capela do Capítulo. Sala conventual destinada a certas reuniões e cerimónias da comunidade religiosa⁵⁵⁷.

Capítulo / Capítulo provincial. Assembleia de todos os superiores com direito a voto (visitador*, provincial*, custódio* e definidores*) para eleger o novo Provincial* e demais superiores e legislar.

Capucho. Religioso de uma reforma de estrita observância da Regra de São Francisco⁵⁵⁸.

Casa dos Santos. Compartimento onde se guardavam as numerosas imagens que saíam na Procissão das Cinzas.

⁵⁵⁶ Cf. Ignès GERHARDS. “Franciscains” in France FAYARD. *Dictionnaire Historique des Ordres Religieux*, France, 1998, p. 259.

⁵⁵⁷ Cf. Frei Venâncio WILLEKA, OFM. “Terminologia franciscana da antiga província”, in *Livro dos Guardiães do Convento de São Francisco da Bahia, (1587-1862)*, Bahia.

⁵⁵⁸ “...observantíssimos e florescentes no espírito do seráfico Fundador e de São Pedro de Alcântara”, diferente de “Capuchinho” (cf. Frei Basílio RÖWER, OFM. *A Ordem Franciscana no Brasil*, 2ª edição Petrópolis, Rio de Janeiro : Editora Vozes Lt., 1947, p. 13).

Comissariado. Conjunto de conventos* que ainda não constitui uma Custódia*.

Comissário. Superior do Comissariado* que exerce a jurisdição em dependência do Prelado da Província* ou da Custódia*, a que o Comissariado* pertence⁵⁵⁹. Na Ordem Terceira o **Padre Comissário** é o sacerdote com vínculo à Ordem Primeira, patenteado pelo Provincial, que exercia a capelania naquela.

Congregação intermédia / Congregação Capitular. Reunião do Provincial*, Custódio* e Definidores*, que se realiza mais ou menos a metade do triénio, entre dois Capítulos*.

Consistório. Assembleia deliberativa; lugar de reunião dessa Assembleia

Convento. Unidade com governo próprio que corresponde a um determinado número de requisitos; casa dirigida por um guardião*, formada por religiosos com permanência de habitação.

Corista. Religioso clérigo⁵⁶⁰.

Custódia. Conjunto de conventos* sob a mesma administração, hierarquicamente abaixo da Província*; conjunto de conventos, aos quais faltam alguns requisitos para serem uma Província autónoma; circunscrição canónica com Superior⁵⁶¹.

Custódio. Superior regional de uma custódia*; o primeiro conselheiro do provincial* e seu substituto legal (Vice-Provincial).

De profundis. Antessala do refeitório da comunidade, onde esta rezava o salmo *De profundis* antes das refeições.

Definidor. Cada um dos quatro conselheiros do Provincial* com voto deliberativo, cujo cargo durava três anos.

Definidor-geral ou **Provincial.** Conselheiro do Ministro-Geral* ou Provincial*, pelo Custódio* e por quatro Definidores*⁵⁶².

Definitório. Corpo dos Superiores* da Província* ou Custódia* (Provincial*,

⁵⁵⁹ Cf. *Idem. Ibidem, loc. cit.*

⁵⁶⁰ WILLEKA, Bahia, 1978, p. .

⁵⁶¹ Manuel da ESPERANÇA (1586-1670), Fernando da SOLEDADE, OFM (1673-1737), co-autor; Ferreira, Manuel LOPES. *Historia seráfica da ordem dos frades menores de S. Francisco na provincia de Portugal*, Lisboa : na officina Craesbeeckiana, 1656-1721, p. 13; RÖWER. *Op .cit.*, 1947, p. 46.

⁵⁶² Frei Ildefonso Silveira, OFM., *Anais do Congresso Comemorativo do Bicentenário da Transferência da Sede do Governo do Brasil – da Cidade do Salvador para o Rio de Janeiro*, “Partidarismo Nacionalista nos Claustros Franciscanos no século XVIII”, 1967, p. 125.

Custódio* e Definidores*), e também a reunião periódica dos mesmos em assembleia⁵⁶³; local de reunião do corpo de conselheiros do Provincial.

Discreto. Igual a Definitório*, sendo, no início, a denominação dos conselheiros do Custódio* ou a reunião celebrada pelos mesmos⁵⁶⁴.

Discretório. Corpo dos Guardiães* quando votavam e deliberavam no Capítulo*⁵⁶⁵.

Filhos da custódia*. Religiosos que professaram no Brasil⁵⁶⁶.

Filhos da Província*. Religiosos que fizeram o noviciado em Portugal⁵⁶⁷.

Frade Menor. Franciscano.

Frade da Estreita Observância. Era um religioso franciscano que seguia os mais rigorosos ditames da Ordem e muitas das vezes nem usava calçado, ou usava apenas sandálias (Alcantarinos* / Descalços).

Franciscano Observante. Conhecido simplesmente por Franciscano: desenvolveu-se dentro do primeiro grupo de Frades Menores* que mantiveram-se dentro da regra dada por Francisco de Assis (séculos XVI e XVII)⁵⁶⁸.

Discreto ou Padre da mesa. Conselheiro do superior conventual⁵⁶⁹.

Guardião. Superior de um Convento* com direito a voto activo e passivo no capítulo provincial* ou custodial*, cujo cargo durava ano e meio.

Hospício. Casa religiosa não formada, menor que convento, dirigido por um presidente, onde os frades residem como hóspedes, ora morando ali ora trabalhando fora por tempo indeterminado⁵⁷⁰.

Junta custodial (Capítulo). Assembleia formada pelo custódio* e seus conselheiros,

⁵⁶³ RÖWER. *Op. cit.*, p. 13.

⁵⁶⁴ RÖWER. *Op. cit.*, p. 13.

⁵⁶⁵ RÖWER. *Op. cit.*, p. 13.

⁵⁶⁶ Willeke. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, “Os livros dos Guardiães”, p. 17.

⁵⁶⁷ *Idem, Ibidem*, p. 17.

⁵⁶⁸ O primeiro grupo de custódias e províncias da Observância derivadas das reformas observantes autónomas nascidas em Espanha, foram: Província de Portugal (1517), Província dos Algarves (1532 e 1533), Açores: Custódia de São João Evangelista (1639 e 1640) e da Conceição (1705 e 1706), Madeira : Custódia de São Tiago Menor (1683 e 1702) (cf. António Montes MOREIRA. “Implantação e Desenvolvimento da Ordem Franciscana em Portugal : séculos XIII-XVI” in *I – II Seminário O Franciscanismo em Portugal : Actas*, Arrábida : Fundação Oriente, 1996, p. 24.

⁵⁶⁹ Willeke, *Op. cit.*, “Terminologia...”, 1978.

⁵⁷⁰ RÖWER. *Op. cit.*, p. 13.

durante os primeiros anos de uma Custódia*⁵⁷¹.

Ministro-geral ou Padre-geral. Sucessor de São Francisco de Assis na chefia da Ordem⁵⁷².

Ministro Provincial. Superior regional, prelado comum, de um conjunto de conventos que formam uma Província* autónoma⁵⁷³.

Noviço. Candidato à ordem religiosa, assim chamado durante o ano de provação, antes de ser admitido à profissão dos votos.

Ordem Terceira. Conjunto de Leigos que vivem no século, sob a direcção de ordens religiosas, em comunhão com eles, segundo o seu espírito e de acordo com o seu modo de vida⁵⁷⁴.

Padre de Província. Religioso tornado benemérito da Província*, com privilégios daí decorrentes⁵⁷⁵.

Padre imediato. Ex-provincial* imediato⁵⁷⁶.

Passante. Frade que se iniciava no cargo de Lente ou Mestre. A sua função era repetir, ou fazer as “reparações” das matérias já leccionadas⁵⁷⁷.

Prelado. Superior conventual ou maior⁵⁷⁸.

Presidente. Posto administrativo do convento, logo abaixo do Guardiã; também o cargo do superior das casas franciscanas, ainda não constituídas como conventos⁵⁷⁹. Vice-superior do Convento⁵⁸⁰; vigário⁵⁸¹.

Presidente *in-capite*. Vice-superior conventual nomeado pelo visitador geral*, para substituir o guardião* no espaço de tempo em que este assiste ao Capítulo Provincial*, ou instituído pelo provincial* por morte ou destituição do guardião*⁵⁸²; antigamente era

⁵⁷¹ WILLEKE. *Op. cit.*, “Terminologia...”, 1978.

⁵⁷² SILVEIRA, *Op. cit.*, 1967, p. 125.

⁵⁷³ Cf. ESPERANÇA, 1656-1721, p. 13.

⁵⁷⁴ Cf. Ignès GERHARDS. “Tiers Ordres” in *Dictionnaire Historique des Ordres Religieux* : Fayard, France, 1998, p. 581.

⁵⁷⁵ WILLEKE. *Op. cit.*, “Terminologia...”, 1978.

⁵⁷⁶ WILLEKE. *Op. cit.*, “Terminologia...”, 1978.

⁵⁷⁷ Hugo FRAGOSO. *São Francisco de Paraguaçu – Uma História Sepultada sob Ruínas*, Salvador-Bahia, 2004, p. 7

⁵⁷⁸ WILLEKE. *Op. cit.*, “Terminologia...”, 1978.

⁵⁷⁹ Hugo FRAGOSO. *Op. cit.*, p. 8.

⁵⁸⁰ WILLEKE. *Op. cit.*, “Terminologia...”, 1978.

⁵⁸¹ RÖWER. *Op. cit.*, p. 13.

⁵⁸² WILLEKE. *Op. cit.*, “Terminologia...”, 1978.

o Superior de uma Residência, sem os requisitos para ser Convento⁵⁸³.

Província. Divisão territorial que abrange um número determinado de conventos*; o conjunto de conventos; comporta várias Custódias*⁵⁸⁴.

Provincial. Superior da Província*, cujo cargo durava três anos.

Regular Observância. O primeiro grupo de províncias* e custódias* que entroncou historicamente no movimento principal da Observância*⁵⁸⁵.

Secularização. Trânsito canônico do estado de padre religioso para o de padre do “século”⁵⁸⁶.

Terceiros regulares. Terceiros que levam uma vida em comunidade, seguindo uma regra monástica, mas não pronunciando os seus votos.

Terceiros seculares. Terceiros que vivem no mundo laico, agrupados em fraternidades.

Via-Sacra. Espaço que mediava entre a sacristia e a capela-mor e que o celebrante paramentado percorria na ida e na vinda da missa.

Vigário provincial. Substituto do provincial*, na ausência deste da Província* ou na sua impossibilidade de regê-la⁵⁸⁷.

Vigário geral. Religioso nomeado pelo superior geral para visitação canônica de todos os conventos de uma Província* ou Custódia*, quando da preparação para o Capítulo Provincial* presidido pelo visitador*⁵⁸⁸.

Visitador-geral. Religioso, de per si, de outra província, escolhido pelo Ministro Geral para percorrer em visita canônica todos os conventos* de uma custódia* ou província* e em seguida presidir ao Capítulo* e à eleição do Ministro Provincial*⁵⁸⁹.

⁵⁸³ RÖWER. *Op. cit.*, p. 13.

⁵⁸⁴ Cf. ESPERANÇA. Lisboa, 1656-1721, p. 13.

⁵⁸⁵ António Montes MOREIRA. “Implantação e Desenvolvimento da Ordem Franciscana em Portugal : séculos XIII-XVI” in *I – II Seminário O Franciscanismo em Portugal : Actas*, Arrábida : Fundação Oriente, 1996, p. 24.

⁵⁸⁶ Hugo FRAGOSO. *Op. cit.*, p. 8.

⁵⁸⁷ WILLEKE. *Op. cit.* Baía, 1978.

⁵⁸⁸ *Idem. Ibidem.*

⁵⁸⁹ *Idem, ibidem*, p. 125 (Silveira)

Terminologia do “Livro dos Guardiões do Convento da Bahia”

Terminologia referente especificamente ao Convento franciscano de Salvador⁵⁹⁰

Claustrinho. Dependência contígua à capela-mor e outro vão existente entre a portaria conventual e a cozinha.

Colégio de São Boaventura. Corredor do Convento onde se abriram as celas dos lentes dos cursos filosófico e teológico em 1633.

Monte Alverne. Corredor do 2º andar que abrigava o altar da estigmatização de São Francisco.

Salão do Presepe (sic). Cella 14 onde se encontrava em permanência um presépio.

Salão dos Presidentes. Salão por cima da cela do presépio, no 2.º andar.

Salão dos Reverendíssimos. Salão do 2.º andar que correspondia aos n.ºs 9-11 da planta baixa.

⁵⁹⁰ *Idem. Ibidem, loc. cit.*

Fontes e Bibliografia

Arquivos e bibliotecas

1. Angra do Heroísmo

1.1 Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo

1.2 Arquivo / Centro de documentação / Biblioteca do Museu de Angra do Heroísmo

2. Aveiro

2.1 Biblioteca Municipal de Aveiro - Fundo Documental Local

3. Braga

3.1 Arquivo da Ordem Terceira de São Francisco de Braga

4. Coimbra

4.1 Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

4.2 Arquivo da Universidade de Coimbra

Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra

Confrarias (1540-1889)

Convento de Santa Ana (1810)

Fábricas (1776 a 1891)

Igrejas (1614 a 1864)

Convento de São Francisco da Ponte

Ms. 1030, 1050, 1370

4.3 Biblioteca do Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra

4.4 Arquivo da Biblioteca Municipal de Coimbra

5. Faro

5.1 Arquivo Distrital de Faro

DFDFAR / 509 [511] – Conventos de Tavira

DFDFAR / 75 - Despesas de reedificação

DFDFAR / 79 - Despesas de reedificação

DFDFAR / 014 Registo de receitas e despesas de conventos no Algarve

DFDFAR / 018 – Registo de legados de conventos no Algarve

Livros de Registo de Diplomas – Contas da Ordem Terceira de São Francisco de Faro e Tavira

Mç. 1, Cx. 110

Mç. 4, Cx. 43 (Loulé, Tavira)

Mç. 4, Cx. 121 (Loulé)

6. Lisboa

6.1 Biblioteca Nacional de Lisboa

6.2 Arquivo Histórico Ultramarino

6.3 Biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian

7. Porto

7.1 Arquivo da Ordem Terceira de São Francisco do Porto

8. Tavira

8.1. Arquivo Municipal de Tavira

Fontes de arquivo

I. Manuscritas

1. Biblioteca Nacional

Cod. 1204, *Irmandades em Àq sou confrade*, [depois de 1799]⁵⁹¹

2. Arquivo Histórico Ultramarino

AHU_ACL_CU_005, Cx. 51, doc. 4457

AHU_ACL_CU_005, Cx. 108, doc. 8434

⁵⁹¹ Assuntos: Confrarias: Indulgências, Portugal, séc. XVI-XVIII; Ordens religiosas: Indulgências. Portugal, séc. XVI-XVIII, [ms.]; Conventos: Indulgências. Portugal, séc. XVI-XVIII. Registo de indulgências concedidas a diversas irmandades, ordens e conventos nos séculos XVI a XVIII. Inclui orações, ladainhas e práticas religiosas em português e latim sobre o modo de conseguir as indulgências.

AHU_ACL_CU_005, Cx. 132, doc. 10300
AHU_ACL_CU_004 / Cx. 2, doc. 169
AHU_ACL_CU_005, Cx. 150, doc. 11503
AHU_ACL_CU_005, Cx. 235, doc. 16205
AHU_ACL_CU_005, Cx. 236, doc. 16303
AHU_ACL_CU_004, Cx. 4, doc. 312
AHU_ACL_CU_005, Cx. 37, doc. 3361
AHU_ACL_CU_005, Cx. 49, doc. 4369
AHU_ACL_CU_005, Cx. 54, doc. 4691
AHU_ACL_CU_005, Cx. 125, doc. 83v.
AHU_ACL_CU_015, Cx. 6, doc. 480
AHU_ACL_CU_015, Cx. 67, doc. 5644
AHU_ACL_CU_015, Cx. 132, doc. 9954, doc. 9937
AHU, Cód. 1494
AHU, Rolo 83, doc. 5402
A HU, Rolo 93, doc. 5977
AHU, Avulsos de Pernambuco, Cx. 68, data 11/XI-1779
AHU, Avulsos de Pernambuco – *avisos*, Mç. 1797, rolo 101, fotos 34/37
AHU_ACL_CU_004, Cx. 1, doc. 69
AHU, Pernambuco, Cód. 475, fls. 11v.^o e 12
AHU_ACL_CU_004, Cx. 3, doc. 201
AHU_ACL_CU_003, Cx. 20, doc. 1757
AHU_ACL_CU_003, Cx. 33, doc. 2727.

3. Arquivo da Ordem Terceira de São Francisco de Braga

Estatutos da Venerável Ordem Terceira da cidade de Braga, 1742

Livros de Termos

Livros de Actas e Termos

4. Arquivo Público do estado da Baía (Quinta do Tanque)

4.1 Secção de Arquivos Coloniais e Provinciais

4.1.1 Fundo: Governo da Província

Mç. n.º 5264. Série: *Religião / Irmandades* –: 1839 – 1885

M;ç. n.º 5266. Série: *Religião – Livro do Tombo dos Bens de todas as Ordens Terceiras, Confrarias, Irmandades de Salvador: 1851 - 1853*. Baía : Publicações do Arquivo do Estado da Bahia, Imprensa Oficial, 1948, vol. VI.

Venerável Ordem 3.ª de São Francisco

Mç. n.º 5264, 1863, p. 135 v.º; 1884, p. 193 v.º 194, 194 v.º

Mç. n.º 5271, Cx. 1743, 1852

Mç. n.º 614, 1805

Religião. Correspondência recebida de religiosos do Convento de São Francisco, 1825 – 1875. Mç. n.º 5272

4.1.2 Fundo: Governo Geral / Governo da Capitania

Série: *Religião / Irmandades – 1839 – 1885* – n.º 5264. Cópia fl. 193 v.º e fl. 194.

Série: *Dossiers sobre Irmandades, Conventos, Igrejas e Pessoal Eclesiástico*. Maço: 614, Cx. 280; caderno 06

4.1.3 Fundo: Presidente da Província

Religião. Informação a respeito de Irmandades e Ordens Terceiras – 1836. Mç. 5271, Cx. 1743

5. Arquivo de Obras: Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional da Baía

Pasta Documentos Vários / São Francisco do Conde.

6. Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional do Recife

6.1 Arquivo de Obras

Prestação de Contas – (2.ª via) – Convento de Santo António de Igarçu. Ref. a Fev./ Mar, Mai/Jul., Set./Nov., e Dezembro / 1955 – (Obras 133) ano 1955

Pasta Convento de Nossa Senhora das Neves de Olinda

Ordem Terceira de São Francisco – Projectos Analisados. Recife. N.º de Código Pasta 0.01.1

Ordem Terceira de São Francisco – Obras e Serviços. Pasta 0.3.1

1.º Distrito: Obra n.º 144 - Capela Dourada da Ordem Terceira de São Francisco - Relatório sobre a restauração de pinturas. Março de 1962

Ordem Terceira de São Francisco. Assunto: Processo, Contratação / Serviços. N.º de código - Pasta 01.1

Pasta Serinhaém

Pasta Pernambuco - Convento de Serinhaém

7. Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional de Sergipe

7.1 Arquivo de Obras

SPPR. SUDOPE - Superintendência de Obras do Estado – Governo do Estado de Sergipe. Programa integrado de Reconstrução das cidades históricas do nordeste – Museu de Arte Sacra e convento de São Francisco – Praça de São Francisco – São Cristóvão – Sergipe. Projecto do Arquitecto José Wellington Costa, Coordenador do Núcleo de Estruturação SUDOPE. 03 Abril de 1976

Documentos avulsos [s. p.]

8. Instituto Histórico Geográfico de Sergipe

Convento de São Francisco do Conde. *Livro da Crónica do Convento de Santo António de São Francisco do Conde*. Salvador, 1629-1974

Convento de Nossa Senhora dos Anjos do Penedo. *Livro de Tombo da Venerável Ordem Terceira de São Francisco do Convento de Nossa Senhora dos Anjos do Penedo*

9. Arquivo documental do Convento de Nossa Senhora dos Anjos do Penedo

Convento de Nossa Senhora dos Anjos do Penedo. *Livro de Crónicas do Penedo – Livro I, 1903-1930*

Convento de Nossa Senhora dos Anjos do Penedo. Livro de Crónicas do Convento, 1917.

Convento de Nossa Senhora dos Anjos do Penedo. *Crónicas do Convento, 1918;*

Convento de Nossa Senhora dos Anjos do Penedo. *Crónicas do Convento, 1919;*

II - Impressas

COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*, pref. José Antônio Gonsalves de Mello, 2.^a ed. Recife : FUNDARPE, 1983. (Pernambucana 2.^a fase, Edição comemorativa do 10.^o aniversário da FUNDARPE):

Anais Pernambucanos : 1635 1665, 2.^a Ed., Recife, 1983, vol. 2, p. 309 a 314;

Anais Pernambucanos : 1666 - 1700. Recife, 1983, vol. 4, p. 422 a 425;

Anais Pernambucanos : 1701-1730, 2.^a Ed., Recife, 1983, p. 230;

Anais Pernambucanos : 1740 - 1794. Recife, 1983, vol. 6, p. 66, 230, 457;

“**Actas** capitulares da Província Franciscana de Santo António do Brasil (1649-1893)”. Introdução e Notas explicativas de Frei Venâncio Willeke, OFM. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro : Departamento de Imprensa Nacional, 1970, vol. 286, Janeiro-Março, 1970, p. 92 a 222;

Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Separata Volume 28 : IPHAN do Recife, 1908;

CONCEIÇÃO, Frei Apolinário da, OFM. (Religioso leigo Capucho da Província da Conceição), **FONSECA**, António Isidoro da, fls. 1728-1760?, impr. *Claustro Franciscano, erecto no dominio da Coroa Portugueza, e estabelecido sobre dezeseis Venerabilissimas Columnas : expoem-se sua origem, e estado presente. A dos seus conventos, e mosteiros, annos de suas Fundações, numero de Hospicios, Prefecturas, Recolhimentos, Parroquiais, e Missoens, dos quaes se dá individual noticia, e do numero de seus Religiosos, Religiosas, Terceiros, e Terceiras, que vivem Collegiadamente, tanto em Portugal, como em Suas Conquistas...* Lisboa Occidental : na Off. de Antonio Isidoro da Fonseca, 1740;

___ “**Epítome** da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil”, intr. e notas de Frei Gentil Avelino Tilton, OFM (Lageado, Porto Alegre - RS, Brasil, 1930-?), 1730. *Revista do Instituto Histórico e geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro : Departamento de Imprensa Nacional, 1973, vol. 296, Julho – Setembro, 1972, p. 68-286;

COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*, pref. José Antônio Gonsalves de Mello, 2.^a ed. Recife : FUNDARPE, 1983. (Pernambucana 2.^a fase, Edição comemorativa do 10.º aniversário da FUNDARPE):

Anais Pernambucanos : 1635 1665, 2.^a Ed., Recife, 1983, vol. 2, p. 309 a 314;

Anais Pernambucanos : 1666 - 1700. Recife, 1983, vol. 4, p. 422 a 425;

Anais Pernambucanos : 1701-1730, 2.^a Ed., Recife, 1983, p. 230;

Anais Pernambucanos : 1740 - 1794. Recife, 1983, vol. 6, p. 66, 230, 457;

ESPERANÇA, Manuel da, 1586-1670, **SOLEDADE**, Fernando da, OFM., co-autor; **FERREIRA**, Manuel Lopes, fl. 167-17. *Historia serafica da ordem dos frades menores de S. Francisco na provincia de Portugal*. Em Lisboa : na officina Craesbeeckiana, 1656-1721, 5 vols⁵⁹²;

FERREIRA, José Lopes, fls., impr. *Estatutos da Provincia de S. Antonio do Brasil, tirados de varios Estatutos da Ordem, accrescentando nelles o mais util, & necessario à reforma desta nossa Provincia, feytos, ordenados, & aceytos no Capitulo, que se celebrou na caza de N.P. S. Francisco da Cidade da Bahia aos 14 de Fevreyro de 1705. em que foy eleyto Ministro Provincial o Irmão Prégador, & Ex Custodio Frey Cosme do Espirito Santo filho desta Provincia, e outra vez aceytos em o seguinte capitulo, que se celebrou em o Convento de Santo Antonio de Segerippe do Conde aos 3 de Janeyro de 1708. em que foy eleito Ministro Provincial o Irmão Prégador Frey Estevam de Santa Maria, filho da mesma Provincia, confirmados Auctoritate Apostolica pelo Eminentissimo Senhor Dom Miguel Angelo Conti, Nuncio Apostolico nestes Reynos...* Lisboa : na Officina de Manoel, & Joseph Lopes Ferreyra, 1709;

FERREIRA, Frei Manuel de Jesus Oliveira. *Compendio geral da historia da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco*. Porto : na Off. Episcopal do Capitão Manoel Pedroso Coimbra, 1752-, t. I, *Da história terciária*;

GOMES, João Augusto Marques. *Memorias de Aveiro*. Aveiro : Typ. Commercial – Rua da Fábrica, 1875;

⁵⁹² **vols. 3 a 5**: Foram escritos por Fr. Fernando da SOLEDADE. Lisboa: na officina Manuel, e José Lopes FERREIRA. **vol. 1**, p. 684; **vol. 2**: *Segunda parte, que conta os seus progressos no Estado de tres Custodias, principio de Provincia, & Reforma Observante*, por Fr. Manoel da ESPERANÇA, natural da Cidade do Porto. Lisboa : na Officina de Antonio Craesbeeck de Mello, Impressor de Sua Alteza, 1666, p. 752; **vol. 3**: *Refere os seus progressos em tempo de sincoenta & dous annos, do de 1448. até o de 1500. conta as Missoens que fizeram os Religiosos della a varias partes do Mundo, & em particular à India Oriental, aonde arvoraraõ o Estandarte da Fé, baptizaraõ muytos milhões de creaturas, aggregaraõ à Coroa de Portugal muytas Coroas, com o zelo da virtude, affecto da Patria, despesa do sangue, & sacrificio das vidas*, por Fr. Fernando da SOLEDADE (Cronista, & Padre da mesma Província), e por elle consagrada a Santa Rosa de Viterbo. Vay no fim hum discurso apologetico em defençaõ do Quinto Livro desta Terceyra Parte. Lisboa : na Officina de Manoel, & Joseph Lopes Ferreyra, 1705. p. 690; **vol. 4**: *Refere os seus progressos em tempo de sessenta & oyto annos do de mil & quinhentos & hum até o de mil & quinhentos & sessenta & oyto. Conta as ultimas controversias, que se moveram entre o estado da Claustro[sic], & Familia da Observancia...* *Relata os nascimentos de duas Provincias procedidas da de Portugal, a dos Algarves, & a de Santo Antonio. Descreve numerosas fundações de Conventos, & Mosteyros, & as virtudes de hu[m]a grande copia de Servos de Deos, & Esposas de Christo*, por Fr. Fernando da SOLEDADE (Chronista, & Padre da mesma Província), e por elle consagrada a Santo Antonio de Lisboa, 1709; **vol. 5**: *Refere os seus progressos em tempo de cento & quarenta & seis annos, do de 1569 até o de 1715, aos quaes ajuntou as memorias dos tres seguintes*, por Fr. Fernando da SOLEDADE (Chronista, & Padre da mesma Província). Lisboa : na Officina de Antonio Pedrozo Galram : mandada imprimir à custa da Venerável Ordem Terceyra de Lisboa Occidental, 1721.

ILHA, Frei Manuel da, OFM, **SILVEIRA**, Ildefonso. *Divi Antonii Brasiliae Custodiae enarratio / Narrativa da Custódia de Santo Antonio do Brasil, 1584-1621*, texto bilingue: Português e Latin. Petrópolis, Brasil : Editora Vozes; Co-edição com Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, 1975;

JABOATÃO, Frei António de Santa Maria, OFM. *Novo Orbe Seráfico Brasílico, ou Chronica dos Frades Menores da Província do Brasil*. Rio de Janeiro : Typografia Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, Rua do Sabão n.º 114, 1858-62, pt. 1.^a, pt. 2.^a (edição original da pt. 1.^a, Lisboa, 1761);

LISBOA, Marcos de, Frei, OFM, (cronista Franciscano e Bispo do Porto, século XVI). *Crónica da Ordem dos Frades Menores* (org., intr. e índices). Porto : Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade da Universidade do Porto, Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001; reimpressão de Frei Marcos de LISBOA, OFM, *Chronicas da Ordem dos Frades menores, e das outras ordens segunda e terceira, instituidas na igreja per o santíssimo Padre Sam Francisco*. Lisboa : Officina de Pedro Crasbeeck, 1557, 3 pts., 1570-1615;

___ *Tercera parte de la Chronicas de los frayles Menores del Seraphico padre Sant Francisco*. Salamanca : en casa de Alexandre de Canoua, 1570;

___ **BORGONHA**, João de, ed. com., **BLÁVIO**, João, fl. 1554-1563, impr. *Chronicas da ordem dos frades Menores... / nouamente copilada & ordenada....* Lisboa : em casa de Ioannes Blauio, 1557-1562, 2 vols⁵⁹³;

___ **CÁNOVA**, Alejandro de, fl. 1569-1573, impr. *Tercera parte de la Chronicas de los frayles Menores del Seraphico padre Sant Francisco*. En Salamanca : en casa de Alexandre de Canoua, 1570;

MARIA SANTÍSSIMA, Frei Manuel de. *Terceiro Franciscano Instruído nas Obrigações do seu Instituto da Terceira Ordem; com notícia das muitas indulgências consedidas aos Professos deste Instituto especialmente por Benedito XIV, e pelo Santíssimo P. reinante Pio VI*. Lisboa : Officina de António Gomes, 1787;

Memorias historicas, e appendice segundo á Disposição quarta da Colecção das

⁵⁹³ Contém: **vol. 1:** *Primeira parte das Chronicas da ordem dos frades menores do seraphico padre sam Francisco seu instituidor & primeiro ministro geral que se pode chamar Vitas patrum dos menores*. Lisboa : em casa de Ioannes Blauio de Colónia; **vol. 2:** *Parte segunda das Chronicas da Ordem dos frades menores & das outras orde[n]s segunda & terceira instituidas na igreja per o sanctissimo padre sam Francisco*. Lisboa : em casa de Ioannes Blavio, 25 de Abril 1562.

Disposições do Superior Provincial, para a observancia, e estudos da Congregação da Ordem Terceira de S. Francisco. Lisboa : Regia Off.. Typografica, 1794;

Ministério da Educação e Saúde. “Consultas do Conselho Ultramarino – Baía – 1673 – 1683”, Códice: I, 8, 4, 6, in *Documentos Históricos – Consultas do Concelho Ultramarino, Baía, 1673-1683*, vol. LXXXVIII, Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações, 1950, p. 165, 166.

___ “Registo de Cartas Régias – Livro 2.º, código I-19, 17, 2 (Continuação)” in *Documentos Históricos – Registo das Cartas Régias – 1683 – 169*, vol. LXXXIII, Biblioteca Nacional, 1949, p. 223, 224.

___ “Registo de cartas Régias – Livro 3.º, código I-19,17,2 (Continuação)” in *Documentos Históricos – Registo das Cartas Régias – 1697 – 1705 / Pernambuco e Outras Capitanias do Norte – Cartas e ordens - 1717*, vol. LXXXIV, Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações, 1949, p. 83;

___ “Documentos Históricos” – *Livro 1.º de regimentos : 1684-1725 – Registo de provisões da casa da Moeda da Bahia, 1755*, vol. LXXX, Biblioteca Nacional;

MONFORTE, Manuel de, OFM, **DESLANDES**, Miguel, 16---1703, impr. *Chronica da provincia da Piedade, primeira capucha de toda a ordem... de nosso Seraphico Padre S. Francisco.* Lisboa : na officina de Miguel Deslandes, 1696;

MONTE ALVERNE, P.º Fr. Agostinho de, OFM. *Crónicas da província de São João Evangelista das Ilhas dos Açores.* Ponta Delgada : Inst. Cultural, 1960-1962, 3 vols.;

MONTE OLIVETE, P.º Fr. Manuel do, OFM, **SÃO LUIS**, António de, fl. 17; co-autor; **COSTA**, João da, fl. 166--168-, impr. *Regra dos Irmãos Terceiros da Sancta, & veneravel Ordem Terceira da Penitencia, que instituhio o Seraphico P. S. Francisco & decisoens e resoluçoens de alguas duvidas, sobre o estado da mesma Ordem Terceira.* Em Lisboa : na Off. de Joam da Costa, 1669;

ORDEM dos Frades Menores. Província de Santo António (Portugal). *Estatutos da Provincia de Santo Antonio do Reyno de Portugal : confirmados por Authoridade Apostolica, tirados de varios Estatutos da Ordem, & da Provincia, acrescentando nelles o que servia para mais reformação do instituto da vida Capucha : feitos, & ordenados com o consentimento, & approvação do Diffinitorio, & Discretorio no*

Capitulo, que se celebrou nesta Casa de S. Antonio de Lisboa, no anno de 1645. em que sahio eleito em Provincial o irmão Fr. Manoel da Purificação. [S. l.: S. n.], 1645;

ORDEM dos Frades Menores. **PROVÍNCIA** de Santo António (Brasil); **MELO**, António Craesbeeck de, impr. *Estatutos da Provincia de Santo Antonio do Brasil : confirmados, auctoritate apostolica, em virtude do motu proprio do Senhor Papa Innocencio X : concedido ao Reverendissimo Padre Ministro Geral, Frey Joseph Ximenes Samaniego : e mais breves aceytos nesta Provincia para guarda, estabilidade, & firmesa, destes Estatutos : tirados de varios Estatutos da Ordem, acrescentando nelles o mais util, & necessario, á esta nossa Provincia : feytos, & ordenados, neste Capitulo, que se celebrou nesta casa de Nossa Senhora das Neves da Cidade de Marim no anno de 1681[...] da Pro [...].* Lisboa : por Antonio Craesbeeck de Mello, Impressor da Casa Real, 1683

ORDEM Terceira da Penitência de São Francisco de Xabregas. *Estatutos da veneravel ordem terceira da penitencia de S. Francisco de Xabregas.* Lisboa : Off. Sylviana, 1742;

PAPA [Bento XIII], Igreja Católica. *Breve tratando de assuntos dos Franciscanos, nas suas diversas Ordens.* Roma [S. n.], 1727;

PITA, Sebastião da Rocha. *Historia da America Portugueza, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até de mil e setecentos e vinte e quatro [...].* Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, 1730;

“Publicações de Documentos Históricos - Escritos inéditos de Frei António de Santa Maria Jaboatão, publicados por Frei Adriano Hipólito, OFM”. *Santo António.* Revista dos Franciscanos no Brasil setentrional / Manuscrito impresso, Baía, 1940, ano 18, n.º 2;

SALGADO, Fr. Vicente, OFM. *Compêndio histórico da Congregação da Terceira Ordem de Portugal.* Lisboa : Na Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1793;

SAMODÃES, Conde de. *Ms. para os Terceiros de S. Francisco da Cidade do Porto,* Porto : Typographia da Real Officina de S. José, 1898;

SANTA MARIA, Inácio de, OFM, **PEGADO**, Domingos Ferreira, fl. 1699, ed. lit.; **FERREIRA**, Manuel Lopes, fl. 1675-1742, impr. *Problema moral politico, resolvido por huma, e outra parte em o Sermaõ de Açam de Graças pelo Capitulo*

Provincial da Provincia de Portugal, que se celebrou em o Convento de S. Francisco de Santarem em 4. de Abril deste anno de 1699. Lisboa : na Officina de Manoel Lopes Ferreyra, 1699;

SANTA MARIA, P.^e Dom Nicolau de, **COSTA**, João da. *Chronica da ordem dos conegos regrantes do patriarcha S. Agostinho.* Lisboa : Officina de Ioam da Costa, 1668, livro 4, cap. 9;

SÃO FRANCISCO, Luís de, OFM. *Livro em que se contem tudo o que toca à origem, regra, estatutos, ceremonias, privilegios e progressos da sagrada Ordem Terceira da Penitência de N. Seraphico P. S. Francisco.* [S. l. : S. n.], 191-;

SÃO FRANCISCO, Fr. Pedro de, OFM, **FERREIRA**, Luís Seco, fl. 173--177-, impr. *Sermaõ da trasladação das imagens do Seraphico Patriarca S. Francisco : e de alguns Santos da sua veneravel Ordem Terceira da Penitencia, que existiaõ na Cappella antigua sita na Igreja do Convento de S. Francisco da Ponte da Universidade de Coimbra... / pregou [sic] o R.P.M.* Coimbra : na Officina de Luis Secco Ferreira, 1744;

SÃO LUIS, António de, fl. 17---, OFM, **MONTE OLIVETE**, Manuel do, co-autor, **COSTA**, João da, fl. 166--168-. *Regra dos Irmãos Terceiros da Sancta, & veneravel Ordem Terceira da Penitencia, que instituhio o Seraphico P. S. Francisco & decisioens e resoluçoens de alguas duvidas, sobre o estado da mesma Ordem Terceira.* Em Lisboa : na Off. de Joam da Costa, 1669;

Sermaõ nas Exéquias da Sereníssima Rainha N. Senhora D. Maria Sofia Isabel de neoburg, celebradas em 19. de Agosto de 1699. em o Real Convento de S. Francisco da Cidade de Lisboa pela Ordem Terceira, sendo Ministro. Fez Pontifical o Illustrissimo Senhor D. Fr. António Botado, Bispo de Hipponia. Lisboa : na Officina de Miguel Deslandes, Impressor de Sua Majestade, 1699;

VIEIRA, António, SJ. *Sermoens : parte duodécima, Ordem Terceira de São Francisco.* Lisboa / Convento de Nossa Senhora de Jesus, 1699;

Bibliografia

1. Léxicos de termos da História da Arte e da Arquitectura, Dicionários, Atlas

AA. VV. *Barroco Mineiro, Glossário de Arquitectura e Ornamentação*. S. Paulo, Brasil : Fundação João Pinheiro, Fundação Roberto Marinho, Companhia Editora Nacional, 1980;

AA. VV. *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, dir. José Fernandes Pereira, coord. Paulo Pereira. Lisboa : Editorial Presença, 1989;

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A identidade da beleza : Dicionário de Artistas e Artífices do século XVI ao XIX em Pernambuco*. Recife : Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2008;

ALBERNAZ, Maria Paula, **LIMA**, Cecília Modesto. *Dicionário Ilustrado de Arquitectura*. São Paulo, Brasil : ProEditores, 1997;

ALVES, Marieta. *Dicionário de Artistas e Artífices da Bahia*. Salvador : Universidade Federal da Bahia, 1976;

ASSUNÇÃO, Tomás de Lino. *Diccionario de Termos d'Architectura suas definições e noções Históricas*. Lisboa : Antiga Casa Bertrand, José Bastos, [s. d.];

ÁVILA, Affonso, **GONTIJO**, João Marcos Machado, **MACHADO**, Reinaldo Guedes. *Barroco Mineiro : Glossário de arquitectura e ornamentação*. Brasil : Co-edição Fundação João Pinheiro / Fundação Roberto Marinho / Companhia Editora Nacional, 1980;

AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. *Dicionário de História Religiosa em Portugal*,

“Congregações Religiosas Masculinas” (A-C); **RAMOS**, António de Jesus. ”Coimbra, Diocese de” (C-I); **ARAÚJO**, António de Sousa “Ordens Terceiras” (J-P). Rio de Mouro : Círculo dos Leitores, 2000 – 2001;

LUCIE-SMITH, Edward, *Dicionário de Termos de Arte - Vocabulário Ilustrado*, [tít. orig. *The Thames and Hudson Dictionary of Art Terms*, tradução de Ana Cristina Mântua]. Lisboa : Círculo dos Leitores, 1990;

PEVSNER, Nikolaus, **FLEMING** John, **HONOR**, Hugh, *Diccionario de Arquitectura*, [tít. orig. *A Dictionary of Architecture*, Harmonds, Middlesex, Inglaterra : Penguin Books Ltd., 1975], 2ª edição. Madrid : Alianza Editorial, 1992;

REAL, Regina M. *Dicionário de Belas-Artes, Termos Técnicos e Matérias afins*. Rio de Janeiro : Editora Fundo de Cultura, 1962;

RODRIGUES, Francisco de Assis. *Diccionario Thecnico e Historico de Pintura, Escultura, Architectura e Gravura*. Lisboa : Imprensa Nacional, 1876;

RODRIGUES, Maria João Madeira, **SOUSA**, Pedro Fialho de, **BONIFÁCIO**, Horácio Manuel Pereira. *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*. Coimbra : Quimera Editora, 1990;

TEIXEIRA, Luís Manuel. *Dicionário Ilustrado de Belas Arte*. Lisboa : Editorial Presença, 1985.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. *Atlas dos monumentos históricos e artísticas do Brasil*, 2.ª ed. Rio de Janeiro : MEC, FAE, 1985

___ *Atlas dos movimentos históricos e artísticos do Brasil*, 2.ª ed. rev. e act. Rio de Janeiro : FENAME/SEAC, 1980;

2. Inventários, Guias, Catálogos e Índices bibliográficos

ALMEIDA, Eduardo de Castro e. *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo da Marinha e Ultramar, organizado para a Biblioteca*

Nacional do Rio de Janeiro, VIII, Rio de Janeiro 1747-1755. Rio de Janeiro : Biblioteca Nacional, 1936, vol. L;

AZEVEDO, Paulo Ormino David de, coord. “Baía” *in Inventário de Protecção do Acervo Cultura*. Salvador : Governo do Estado, Secretaria da Indústria e Comércio, IPAC-Ba, 1978, vol. 2;

BOSCHI, Caio C. *Roteiro-Sumário de Arquivos Portugueses de Interesse para o Pesquisador da História do Brasil, “Série Cadernos”*. Lisboa : Edições Universitárias Lusófonas, 1995;

Câmara Municipal de Coimbra. *Indices e Summarios dos livros e Documentos mais antigos e importantes do Archivo da Câmara Municipal de Coimbra* : Segunda parte do inventário do mesmo Archivo, Fascículo I. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1867;

CARRAZZONI, Maria Elisa, coord., **LUSSAC**, Myriam, rev., **BARRACA**, Renato, rev. *Guia dos bens tombados Brasil*, 2.^a ed. Rio de Janeiro : Expressão e Cultura, cop. 1987;

CARVALHO, José Branquinho de, **SILVA**, Armando Carneiro da, co-autor. *Catálogo dos Manuscritos do Arquivo Municipal* : Edição da CMC. Coimbra, 1964;

CASTRO, Manuel de, OFM, compil., Espanha : Biblioteca Nacional. *Manuscritos franciscanos de la Biblioteca Nacional de Madrid*. Madrid : Ministerio de Educación y Ciencia. Secretaria General Tecnica, D.L., 1973;

Compilação de Documentos Avulso - *Livro do Tombo da Venerável ordem Terceira do Convento Franciscano do Penedo*. Penedo : Biblioteca F. A. Sales, Volume I;

“**Documentos** Históricas – Relação do Convento de Santo António de Ipojuca”, *Santo António*, Revista Franciscana, Recife : Editora Mensageiro da Fé Ltda. Salvador da Baía, 1968, ano 19 a 22, n.º 1, p. 84, 85 .

ENNES, Ernesto. *A Secção Ultramarina da Biblioteca Nacional – Inventário*. Lisboa : Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional de Lisboa, 1928;

FITZLER, M. A. Hedwig, estudo e notas. *Códices do Extinto Conselho Ultramarino*. Lisboa : Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional de Lisboa, 1928;

GONÇALVES, A. Nogueira. *Inventário artístico de Portugal : distrito de Aveiro, zona sul*. Lisboa : Academia Nacional de Belas Artes 1959, vol. 6;

GUERRA, Flávio, **ANDRADE**, Gilberto Osório de, co-autor. *Alguns documentos de arquivos portugueses de interesse para a história de Pernambuco : Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Arquivo Histórico Ultramarino* (índice analítico do Prof. Gilberto Osório de Andrade) Recife : Arquivo Público Estadual, 1969;

Inventário de Protecção do Acervo Cultural (IPAC-Ba), BR. “Igreja da Ordem Terceira de São Francisco” - *Monumentos do Município de Salvador – Baía*, Secretaria da Indústria e Comércio – Coordenação de Fomento ao Turismo, Salvador, [S. d.], vol. I;

Inventário de Protecção do Acervo Cultural (IPAC-Ba), BR., “Monumentos Artísticos do Recôncavo”, II Parte : Governo do Estado da Baía, Secretaria da Indústria e Comércio, Coordenação de Fomento ao Turismo, Salvador, 1982, vol. III;

Inventário de Protecção do Acervo Cultural (IPAC-Ba), BR., Litoral Sul : Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, Baía, 1988, vol. V;

IRIA, Alberto. “Inventário geral dos códices do Arquivo Histórico Ultramarino apenas referentes ao Brasil : fontes para a história luso-brasileira” in *Separata Studia*, Lisboa : Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1966, n.º18;

— “Inventário da iconografia brasileira existente no Arquivo Histórico Ultramarino : subsídios para o dicionário de Iconografia do Brasil” in *Separata Studia*. Lisboa : Centro de Estudos Históricos Ultramarinos [D. L.], 1966, n.º 16;

LOPES, P.º Fernando Félix, OFM. *Fontes narrativas e textos legais para a história da Ordem Franciscana em Portugal*. Madrid : Archivo Ibero-Americano, 1949;

MADAHIL, António Gomes da Rocha. *Milenário de Aveiro. Colectânea de documentos históricos (1581 a 1796)*, vol. II. Aveiro : Câmara Municipal de Aveiro, 1959;

MATOSO, José, **FARINHA**, Maria do Carmo Jasmins Dias, ed. lit., **PINA**, Maria Isabel Castro, co-autor, et al⁵⁹⁴. *Ordens monástico-conventuais : inventário : Ordem de São Bento, Ordem do Carmo, Ordem dos Carmelitas Descalços, Ordem dos*

⁵⁹⁴ **ANDRADE**, Maria Filomena, co-autor; **SANTOS**, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva, co-autor, **SILVA**, José António, fotografia.

Frades Menores, Ordem da Conceição de Maria - Inventário. Lisboa : IAN-TT, 2002;

MELO, Ana Maria Osório Pereira de. *Apostilas : séculos XVI-XVIII : extracto do catálogo de manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra* (Códices 251-555). Coimbra : Tip. Coimbra Editora, [s. n.], 1980;

MORAES, Rubens Borba de. *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*. Rio de Janeiro : Gráfica Editora Souza, 1949;

NETO, José António Gonçalves de Melo. *1ª Relação de Papéis Avulsos relativos à Capitania de Pernambuco, 1605-1738*, Catálogo, Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, [s. d.];

Portugal / Academia Nacional de Belas Artes, ed. lit. “Convento de Santo António e Capela da Ordem Terceira de S. Francisco”, in *Inventário Artístico de Portugal – Zona Sul*, vol. VI, 133, col. esq. : Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1954;

RODRIGUES, José Honório, *Índice Anotado da Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico, Recife, 1961;

SANTOS, José dos, **MATOS**, Sequeira, Gustavo de, 1880-1962, pref. *Catálogo da... livraria que foi do... conde do Ameal...* Porto : tip. da Sociedade de Papelaria, 1924;

3. Bibliografia geral

AA. VV. *Arte no Brasil*. São Paulo : Editora Nova Cultural, 1986;

AA. VV. “O Franciscanismo em Portugal”, *Actas dos I e II Seminário*. Arrábida : Fundação Oriente, 1996;

ALCÂNTARA, Dora Monteiro e Silva de. “Clochers au-dessus des toits dans le Brésil Colonial, in *Azulejos, Les Métamorphoses de l’Azur - catálogo*. Paris : Ars latina/Union Latine, 1994;

___ “El Azulejo em Brasil, siglos XVII al XIX”, in *Formación Profesional Y Artes Decorativas en Andalucía y América*. Sevilha : Junta Andalucía, 1991;

ALMEIDA, Fortunato de, dir. *História da Igreja em Portugal*. Porto - Lisboa : Livraria Civilização Editora, 1968, vol. I, p. 138, 350, vol. II;

ALMEIDA, José António Ferreira de, compil. *Tesouros artísticos de Portugal*. Lisboa : Selecções do Reader's Digest, imp. 1976;

ALVES, José Maria Gomes. *Património Artístico e Cultural de Guimarães*. Guimarães : Comp. Edit. do Minho, 1981;

ALVES FILHO, Ivan. *História dos Estados Brasileiros*. Rio de Janeiro : Revan, 2000;

AMORIM, Maria Adelina. *Os franciscanos no Maranhão e Grão-Pará: missão e cultura na primeira metade de seiscentos Assuntos Ordem dos Frades Menores. Província de Santo António de Portugal - Maranhão(Brasil) - Séc.17*. Tese de mestrado em História e Cultura do Brasil. Lisboa: CLEPUL: CEHR, 2005;

ANCHIETA, Joseph de, SJ. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1933;

ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de, plano e coord. de textos, compil. *As artes plásticas no Brasil*. Rio de Janeiro : Univ. Lisboa, Fac. Letras [s. n.], 1952;

___ *Artistas coloniais*. Rio de Janeiro : Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1958;

___ *Colectânea textos sobre património cultural*. Rio de Janeiro : Ministério da Cultura, Secretaria do Património Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987;

___ “Dois Arquitectos franciscanos”, in *A Manhã*, Rio de Janeiro, 1 de Novembro de 1943;

“**Apontamentos** para a História Eclesiástica de Pernambuco”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Pernambucano*, vol. XXIV, n.º 115 a n.º 118. Recife : Imprensa Industrial, 1922;

ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*; trd. Pier Luigi Cabra. 4.ª ed. São Paulo : Martins Fontes, 1998 [título original: *Arte come storia della cita* : Editori Riuniti, 1984];

ARROTEIA, Jorge Carvalho. *Aveiro: Aspectos Geográficos e do*

desenvolvimento Urbano : Universidade de Aveiro, 1998;

ÁVILA, Affonso, conf., org., **COELHO**, Sérgio trad., *et al. Barroco : teoria e análise*. São Paulo : Perspectiva : Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, 1997;

___ *O lúdico e as projecções do mundo barroco*, 2.^a ed. São Paulo : Perspectiva, 1971;

AZEREDO, António Carlos de. *Guimarães*, 2.^a ed. Porto : Caminhos Romanos – Editora, 2008;

AZEVEDO, P.^o Torcato Peixoto de. *Memórias Ressuscitadas da Antiga Guimarães*, Fac-simile da edição de 1845, Porto : Typographia da Revista, 1845;

AZZI, Riolando “A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial”, *in História da Igreja no Brasil*, 3.^a ed. Petrópolis, Brasil : Edições Paulinas/Vozes, 1983;

BAERLE, Kaspar van, trad. **BRANDÃO**, Cláudio, pref. **MELLO**, José Antônio Gonsalves de, 1916-2002. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Recife : Fundação de Cultura da Cidade, 1980;

BARATA, Paulo J. S. [Jorge dos Santos]. “O Depósito das Livrarias dos extintos conventos : constrangimentos de uma instituição numa conjuntura adversa” [S. l. : S. n.], 2002, p. 141-158. Separata da *Revista Portuguesa de História do Livro*, n.^o 11, 2004;

___ *Os livros e o liberalismo : da livraria conventual à biblioteca pública : uma alteração de paradigma*. Lisboa : Ministério da Cultura / Biblioteca Nacional, 2003;

BARLAEUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, trd. Cláudio Brandão. Recife : Prefeitura da Cidade do Recife, Secretaria da Educação e Cultura, Fundação da Cultura da Cidade do Recife, 1980;

BAZIN, Germain. *L'architecture religieuse baroque au Brésil*. S. Paulo : Museu de Arte; Paris : Plon, imp., 1956-1958, 1.^o vol. “Étude historique et morphologique”; 2.^o vol. “Répertoire monumental, documentation photographique, Index général”;

___ “L’architecture religieuse du Portugal e du Brésil à l’époque baroque”, *in XVI Congrès Internacional d’histoire de l’art; rapports e communications*. Lisboa-Porto :

Minerva, (Congresso Internacional de História da Arte, 16, Lisboa, 1949) 1950, vol. I;

___ *Classique, baroque et rococo*. Paris : Larousse, colec. *Le monde de l'art*, 1965;

___ *Destins du baroque*. Paris : Hachette, 1968;

___ “Morphologie du retable portugais”, *Rev. Belas Artes.*. Lisboa : A. de belas Artes, 1953, 2.^a série, n.º 5, p. 3-28, 61;

BELO, Albertina Marques Pires. *A Arquitectura do Colégio Jesuíta de Olinda dos Séculos XVI e XVII*, policopiado. Lisboa : Universidade Lusíada, 1999, vols. I, II, III;

___ *A Arquitectura do Colégio Jesuíta de Olinda dos Séculos XVI e XVII*. Lisboa : Edições Universidade Lusíada, 2000;

___ “Relevância dos Conventos Franciscanos na paisagem cultural do Brasil Nordeste” in *Actas del III Congreso Internacional sobre el Franciscanismo en la Península Ibérica : El viaje de San Francisco por la Península Ibérica y su legado (1214-2014)*. Ciudad Rodrigo (Salamanca), 15 - 17 de Octubre de 2009, p. 227-252 : Manuel Peláez del Rosal (Dirección y Edición), Córdoba : Ediciones el Almendro, 2010;

BIANCARDI, Cleide Santos Costa. “Liturgia, Arte e Beleza : o património móvel das sacristias barrocas no Brasil”, p. 42-59, in Percival TIRAPELI. Org. *Arte Sacra Colonial : barroco memória viva*. São Paulo : Editora da Universidade Estadual Paulista (UNESP);

BORGES, Sílvia Barbosa Guimarães. “Azulejaria portuguesa no Convento de Santo António do Recife” in **FERREIRA-ALVES**, Natália Marinho. *Os Franciscanos no Mundo Português – Artistas e Obras*. Porto : Centro de estudos da População, Economia e Sociedade - CEPSE, 2009, vol. I;

BOTELHO, Bernardo de Brito, Ordem da Santíssima Trindade (O.S.S.T - Trinitário), anot. A. F. Barata. *Historia breve de Coimbra, sua fundaçam, armas, igrejas, collegios, conventos, e universidades*. Lisboa Occidental : na Officina Ferreiriana, 1733;

BOURDETTE, Eleine. “A Arquitectura conventual franciscana no Brasil” *Acta do Congresso*. Rio de Janeiro : Universidade Plíneo Leite, [s. d.];

BOYER, M. Christine. *The City of Collective Memory: Its Historical Imagery and Architectural Entertainments.* Cambridge : MIT, 1994;

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil.* Ed. integral, segundo o apógrafo de Leiden / aumentada por José António Gonsalves de MELLO. Recife : Imprensa Universitária, 1966;

BRAUNFELS, Wolfgang, LAING, Alastair, trad. *Monasteries of Western Europ.* Princeton : Univesity Press, 1972;

BUENO, Alexei, et al. *O Património Construído – As 100 mais belas edificações do Brasil.* São Paulo : Editora Capivara, 2002;

BUENO, Eduardo. *Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores.* Rio de Janeiro : Objectiva, 1999;

Câmara Municipal de Lisboa. *História dos mosteiros, conventos e casas religiosas de Lisboa : na qual se dá notícia da fundação e fundadores das instituições religiosas, igrejas, capelas e irmandades desta cidade,* Advertência de Durval Pires de **LIMA.** Lisboa : Câmara Municipal de Lisboa, 1948, Tomo I, Publicação impressa do Manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa, Secção XIII, n.º 145, anónimo, escrito em 1704 e 1708;

___ *Lisboa do Século XVII : “A mais deliciosa terra do Mundo – Imagens e Textos nos Quatrocentos anos do nascimento do padre António Vieira”*, Lisboa : Edição do Gabinete de Estudos Olisiponenses, Direcção Municipal de Cultura, 2008;

CÂMARA, Paulo Perestrelo da. *Breve Notícia sobre a Ilha da Madeira ou memórias sobre a sua Geographia, Historia, Geologia, Topographia, Agricultura, Comércio, etc., etc., etc.* Lisboa : Tipografia da A. de Bellas Artes, 1841;

___ *Diccionario geographico historico politico e litterario do reino de Portugal e seus domínios.* Lisboa : [S. n.], 1850 (2 vols.); Rio de Janeiro : Laemmert, 1850, vol.1, p. 374-5;

CARDOSO, Jorge, MELO, António Craesbeeck de, 1640-1684, impr., **OLIVEIRA, Henrique Valente de,** fl. 164--167-, impr. *Agiologio lusitano dos sanctos, e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas conquistas : consagrado aos gloriosos S. Vicente, e S. Antonio, insigns patronos desta inclyta cidade Lisboa e a seu*

illustre Cabido Sede Vacante. Lisboa : na Officina Craesbeekiana, 1652-1744, 4 ts.⁵⁹⁵, t. 2;

CARDOSO, Luís. *Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades villas lugares e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontrão, assim antigas, como modernas / que escreve e offerece... o P. Luis Cardoso, da Congregação do Oratorio de Lisboa...*Lisboa : na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1747-1751;

CARITA, Rui. *História da Madeira*. Funchal : Secretaria Regional da Educação, Juventude e Emprego, 1989, 7 vols.⁵⁹⁶;

— *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*, Lisboa : Livros Horizonte, D.L., 1999;

— *A planta do Funchal de Mateus Fernandes (c. 1570)*. Coimbra : [S. n.], Of. Coimbra Editora, 1982;

CARVALHO, Benjamim de Araújo. *Arquitetura : no tempo e no espaço*. Rio de Janeiro : Freitas Bastos, 1968;

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt. *Mentalidade e Estética na Bahia Colonial. A Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis da Bahia e o Frontispício de sua Igreja*. Salvador : Secretaria da Cultura e Turismo, 1996.

CASTRO, João Baptista de, **AMENO**, Francisco Luís, impr. *Mappa de Portugal antigo, e moderno*. Lisboa : Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762-1763, 5 tomos, 3 vols.;

CHAVES, Luís. “Os monumentos da expansão e da colonização dos portugueses no mundo”. *Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo*. Lisboa : Soc. Nac. de Tipografia, 1938;

CHICÓ, Mário Tavares, intr., pref. **SILVA-NIGRA**, Clemente Maria da,

⁵⁹⁵ **T. I:** *Que comprehende os dous primeiros meses Janeiro, e Feuereiro, com seus commentarios*; **T. II:** *Que comprehende os dous meses de Março e Abril, com seus comentarios*. Lisboa : na Officina de Henrique Valente d'Oliveira, 1657; **T. III:** *Que comprehende os dous meses de Maio, e Junho*. Lisboa : na Officina de Antonio Craesbeeck de Mello, impressor de Sua Alteza, 1666; **T. IV,** *Que comprehende os dous mezes de Julho, e Agosto, e com seus commentarios / Antonio Caetano de Sousa*. Lisboa : na Regia Officina Sylviana, 1744.

⁵⁹⁶ **1.º vol:** *Povoamento e produção açucareira : (1420-1566)*; **2.º vol.:** *A crise da 2.ª metade do séc. XVI : (1566-1600)*, 1991; **3.º vol.:** *As dinastias Habsburgo e Bragança : (1600-1700)*, 1992; **4.º vol.:** *O século XVIII : arquitectura de poderes. – 1996*; **5.º vol.:** *O século XVIII : economia e sociedade*; **6.º vol.:** *As ocupações inglesas e as lutas liberais : o processo político (1801-1834)*, 2003; **7.º vol.:** Índices.

Portugal - Museu de Évora, Instituto de Alta Cultura. *Monumentos do Brasil : exposição de documentação fotográfica : arquitectura e escultura monumental e decorativa.*; Brasil : Direcção do Património Histórico e Artístico Nacional. Lisboa : Sociedade Industrial Tipográfica, 1940?⁵⁹⁷;

CHING, Francis D. K., rev. **FISHER**, Júlio. *Arquitetura : forma, espaço e ordem.* São Paulo : Martins Fontes, 1998;

CHOAY, Françoise. *L'Allégorie du Patrimoine.* Paris : Éditions du Seuil, D. L., 1992;

___ *La règle et le modèle : sur la théorie de l'architecture et de l'urbanisme.* Paris : Éditions du Seuil, D. L. 1980;

CORREIA, José Eduardo Horta. *Arquitetura religiosa do Algarve de 1520.* Lisboa : Publicações Ciência e Vida, 1987;

COSTA, Lúcio. "A Arquitectura Jesuítica no Brasil", in *Revista do Serviço do Património Histórico e Artístico nacional.* Recife : IHPAN, 1941, vol. 5;

COUTO, Domingos Loreto do, OSB, **MELLO**, José Antônio Gonsalves de, apres. e índices. *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco.* Recife : Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981;

DUARTE, Berta, **MAGALHÃES**, Raquel, coord. *Viagem de Cosme de Médicis a Coimbra no Século XVIII.* Coimbra : Câmara Municipal de Coimbra, Departamento de Cultura, Divisão de Museologia, 2008;

DUSSEN, Adrien Van der, trad. e notas de **MELLO** José A. Gonsalves de. *Relatório sobre as Capitánias Conquistadas no Brasil pelos Holandeses – Suas condições económicas e sociais.* Rio de Janeiro : Instituto do Açúcar e do Alcool, 1947, Série História III;

ETZEL, Eduardo, **FERRI**, Mário Guimarães, pref. *O barroco no Brasil.* São Paulo : Melhoramentos, 1974;

FALCÃO, José António. *Igrejas históricas e turismo cultural : observações a partir da experiência de uma diocese.* Lisboa : Brotéria, 2001;

⁵⁹⁷ Obra publicada por ocasião da exposição patente no Museu Regional de Évora; exposição organizada pelo Instituto de Alta Cultura, pela Direcção do Património Histórico e Artístico Nacional do Brasil e pelo Museu Regional de Évora. Contém referências bibliográficas - Colecção Reis Santos.

FERREIRA-ALVES, Jaime B. “Ensaio sobre a arquitectura barroca e neoclássica a norte da bacia do Douro”, *Revista da Faculdade de Letras : Ciências e Técnicas do Património*. Porto, 2005, I Série, vol. IV;

FRANÇA, José Augusto. “Paulo F. Santos - Quatro séculos de arquitectura” in *Colóquio: Artes*. Rio de Janeiro : Instituto de Arquitectos do Brasil, 1981;

GERHARDS, Ignès. *Diccionario Historique dès Ordes Religieuses*. France : Fayard, 1998;

GINZBURG, Carlo, co-autor, **PONI**, Carlo, co-autor, **NARINO**, António, trad. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa : Difel, D.L. 1991, Colecção Memória e Sociedade;

GOITIA, Fernando Chueca. *História de la arquitectura occidental*. Madrid : Dossat Bolsillo, 1985, tomo VII⁵⁹⁸;

HAUPT, Albrechet. *A Arquitectura da Renascença em Portugal*. Lisboa : J. Rodrigues, 1924;

HAUTECOEUR, Louis. *Histoire de l'art*. Paris : Flammarion, imp. 1959, 3 vols⁵⁹⁹;

HENRIQUES, Francisco da Fonseca. *Aquilegio medicinal em que se dá noticia das agoas de caldas de fontes rios*. Lisboa : na Officina de Música, 1726;

HEYDENREICH, Ludwig. *Arquitetura na Itália 1400-10*. São Paulo : Cosac & Naify Edições, 1998, [edição original em inglês, 1974];

HOORNAERT, Eduardo, *et al.* *História da Igreja no Brasil : ensaio de interpretação a partir do povo – Primeira época, 2.^a ed.* Petrópolis : Editora Vozes Ltda., 1979;

JESTAZ, Bertrand. *Architecture of the Renaissance – From Brunelleschi to Paladio*. Londres : Thames and Hudson, 1996, [edição original francesa, 1995];

KUBLER, George, **SORIA**, Martin. *Art and architecture in Spain and Portugal*

⁵⁹⁸ **t. I:** *De Grecia al islam*; **t. II:** *Prerrománico y Romanico en Europa*, 1989; **t. III:** *Gótico en Europa*, 1989; **t. IV:** *Edad Media cristiana en España*, 1989; **t. VI:** *Barroco en Europa*, 1990; **t. VII:** *Barroco en España*, 1985; **t. VIII:** *Barroco en Hispanoamerica, Portugal y Brasil*, 1985; **t. IX:** *Neoclasicismo*, 1985; **t. X:** *Eclectismo*, 1979; **t. XI:** *El siglo XX : de la revolucion industrial al racionalismo*, 1990; **t. XII:** *El siglo XX : las fases finales y España*, 1988.

⁵⁹⁹ **1.º vol.:** *De la magie à la religion*; **2.º vol.:** *De la réalité à la beauté*; **3.º vol.:** *De la nature à l'abstraction*.

and their American dominions (1500-1800). Harmondsworth : Penguin Books 1959, Col. The Pelican history of art;

___ “Ars Hispaniae” in *Historia Universal dei Arte Hispânico*. Madrid : Editorial Plus-Ultra, 1957; vol. 14;

___ *Portuguese Plain Architecture 1521-1706*. Middletown (Connecticut), 1972;

___ *The shape of Time*. New Haven . Yale : Yale University Press, cop. 1962;

LIMA, Durval Pires de, (advertência). *História dos mosteiros, conventos e casas religiosas de Lisboa, na qual se dá notícia da fundação e fundadores das instituições religiosas, igrejas, capelas e irmandades desta cidade*. Lisboa : Câmara Municipal, 1950-1972, 2 vols.;

LOTZ, Wolfgang. *Arquitetura na Itália 1500-1600*. São Paulo : Cosac & Naify, 1998, (edição original em inglês, 1974);

MATTOSO, José, dir. *História de Portugal*. Lisboa : Estampa, [D.L. 1993], vol. II;

NORBERG-SCHULZ, Christian. *Baroque Architecture*. Nova York, Harry Abrams Publishers, 1971;

NORONHA, Henrique Henriques de, **VIEIRA**, Alberto, trsc., notas. *Memórias seculares e eclesiásticas para a composição da história da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira*. Funchal : Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996;

Programa Monumenta. *Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste*. Col. Cadernos Técnicos 3, vol. I. Brasília : Ministério da Cultura, 2005;

SEGURADO, Jorge. *Da arquitectura da Renascença à do Barroco*. Lisboa : Acad. Port. da História, 1982;

SILVA, Armando Carneiro da. “Civitatis Orbis Terrarum”, *Estampas Coimbrãs*. Coimbra : Câmara Municipal de Coimbra, [ca 1964], vol. II, Estampa I;

SILVA, Jorge Henrique Pais da. *Estudos sobre o Maneirismo*. Lisboa : Editorial Estampa, 1983;

SILVA, José Custódio Vieira da. *O Tardo-Gótico em Portugal : A Arquitectura no Alentejo*. Lisboa : Livros Horizonte, 1989;

TOLEDO, Benedito Lima de. “Do século XVI ao início do século XIX : maneirismo, barroco e rococó” in **ZANINI**, Walter, org. *História Geral da Arte no Brasil*, São Paulo : Instituto Walther Moreira Salles, 1983, vol. I;

___ “Frei Galvão: um arquitecto paulista” em Percival TIRAPELI, Org. *Barroco Memória Viva : Arte Sacra Colonial*. São Paulo : Editora UNESP, 2006, p. 34-41;

TURNER, Jane, org. *The Dictionary of Art*. Londres e Nova York : Macmillan / Grove, 1996, vol. 11.º;

VARNHAGEN, Adolfo de, Visconde de Porto Seguro, 1816-1878. *História geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal*, 3.ª ed. Rio de Janeiro : Companhia Melhoramentos de S. Paulo, 193-, vol. I;

VARRIANO, John. *Arquitectura italiana del Barroco al Rococó*. Madrid : Alianza Editorial, 1990, (edição original em inglês, 1986);

VENTURA, Maria da Graça A. Mateus, coord., Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, org. “O Barroco e o Mundo Ibero-Atlântico” in *Terceiras Jornadas de História Ibero-Americana*. Portimão, 1997; Lisboa : Colibri, 1998;

WEISBACH, Werner, **LAFUENTE** Ferrari, Enrique, 1898-1985, trad. *El barroco, arte de la Contrarreforma*. Madrid : Espasa, 1942;

WÓLFFLIN, Heinrich. *Renascença e Barroco*. São Paulo : Perspectiva, 2000, (edição original em alemão, 1888).

4. Bibliografia específica

ACTAS Capitulares da Província de Santo António do Brasil. Rio de Janeiro : RIHGB, 1970, vol. 286, p. 92-222;

ALMEIDA, Ivo d'. *De uma Lenda à Verdade*. Ipojuca : Copyright 2005;

ALVES, Alexandre. *Igreja dos Terceiros de S. Francisco*. Viseu : Santa Casa da Misericórdia, 1988;

ALVES, Marieta. “História das Artes na Cidade de Salvador”, in *Evolução*

Histórica da cidade do Salvador. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, [s. d.], vol. IV;

___ *História da Venerável Ordem Terceira da Penitência do Seráfico Padre São Francisco da Congregação da Baía*. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1948;

ANDRADE, Ferreira de. *O Convento de Nossa Senhora de Jesus*. Lisboa : Editorial Império, 1946;

ANICA, Arnaldo Casimiro. *Tavira e o seu Termo : Memorando Histórico*, vols. I e II. Tavira : Câmara Municipal de Tavira, 1992 e 2001;

ARAÚJO, António de Sousa. “Ordens Terceiras” in Carlos Moreira AZEVEDO, dir. *Dicionário de História Religiosa em Portugal*. Rio de Mouro : Círculo dos Leitores, 2000, J-P;

ARGOLO, José Dirson. *O Convento Franciscano de Cairu / The Franciscan Monastery of Cairu*. Baía : Monumenta IPHAN, 2009;

AZEVEDO, D. Joaquim de. *História Eclesiástica da Cidade e Bispado de Lamego*. Porto : Typographia do Jornal do Porto, 1878;

BARATA, José do Carmo. *História eclesiástica de Pernambuco*. Recife : Imprensa. Industrial, 1922;

___ “Apontamentos para a História eclesiástica de Pernambuco”. *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e geográfico Pernambucano*. Recife - Brasil : Imprensa. Industrial, 1922, vol. XXIV, n.ºs 115 a 118, 1922;

BARATA, Mário. *Azulejos no Brasil : Séculos XVII, XVIII e XIX*. Rio de Janeiro, Editora Jornal do Comércio, 1955;

___ *Igreja da O. 3.ª da Penitência de Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Livraria Agir Editora, 1975;

BARBOSA, Francisco Ferreira. *Elucidário do Viajante no Porto*. Coimbra : Imp. da Universidade, 1864;

BARRICO, Joaquim Simões. *Notícia histórica da venerável Ordem Terceira da Penitencia de S. Francisco da cidade de Coimbra e do seu hospital e asylo* (cópias).Coimbra : Typ. de J. J. Reis Leitão, 1895;

BAZIN, Germain. “Originalidade da Arquitectura Barroca em Pernambuco”, *Revista do Arquivo Histórico Pernambucano*. Recife : AHP, 1945-1951, n.ºs 1 e 2,

Dezembro de 1951, Anos IV/X, n.ºs 7 a 20, p. 171 a175;

BELÉM, Jerónimo de, padre Fr., OFM, **RODRIGUES**, Inácio. *Chronica serafica da Santa Provincia dos Algarves da regular observancia do nosso serafico padre S. Francisco, em que se trata da sua origem, progressos, e fundações de seus conventosimpr....* Lisboa : na Officina de Ignacio Rodrigues, 1750-1758, 4 vols.⁶⁰⁰;

BORGES, Nelson Correia (1). “O período rococó - A escultura e a talha”, *História da Arte em Portugal : do barroco ao rococó*. Lisboa : Publicações Alfa, 1986;

___ (2) “ Roteiro Franciscano : A Ordem Terceira de Coimbra – Estabelecimentos dos Franciscanos em Coimbra”. *Paz e Alegria*. Braga : Editorial Franciscana, 1986, ano X, Maio- Junho, n. 57, p. 21 e 25;

BOUCHÉ, Frei Clementino de. “Santificarás o ano quinquagésimo (Levit. XXV. 10)”. *Santo António – Órgão da Província Franciscana de Santo António do Brasil*. Recife : Edição do Provincialado Franciscano do Brasil. Recife, 1945, ano 3, n.º 1, p. 2-5.

BRITO, Monaliza. “Convento histórico abre as portas para fiéis e turistas”, *Tribuna Popular, Edição especial, Ipojuca 162 anos*. Ipojuca, 29 de Março de 2008;

BRUNETTO, Carlos Javier Castro. “Planteamientos artisticos de los conventos franciscanos de La Laguna y Rio de Janeiro”, *Separata Coloquio de Historia Canario-Americana*, 10, 1.º tomo, 1992, [S. l. : S. n.], 1994;

BURITY, Glauce Maria Navarro. *A presença dos franciscanos na Paraíba, através do convento de Santo António*. Tese de Mestrado em História apresentada à Univ. Federal de Pernambuco, 1988. Rio de Janeiro : Bloch Editores, 1988;

BURY, John, org. **OLIVEIRA**, Myriam Andrade Ribeiro de, trad. **LANDO**, Isa Mara. *Arquitetura e arte no Brasil colonial*. São Paulo : Nobel, 1991;

CABRAL, João. *Arquivos de Serpa*, Serpa : Câmara Municipal, 1971;

___ *Serpa do Passado : Escorço mono-biográfico*, Braga : Tip. Editorial Franciscana, 1968;

CABRAL, João Francisco Dias. “Pesquisa rápida a’cerca da fundação de alguns

⁶⁰⁰ **vol. 1:** 1750; **vol. 2:** no Mosteiro de S. Vicente de Fóra, 1753; **vol. 3:** no Mosteiro de S. Vicente de Fóra, 1755; **vol. 4:** no Mosteiro de S. Vicente de Fóra, 1758.

templos da villa de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul, agora cidade das Alagoas”, in, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*. Maceió : IHGA, 1874, n.º II, vol. II;

CABRAL, Oswaldo R. *A Venerável ordem terceira de São Francisco de Assis da ilha de Santa Catarina*. Florianópolis, 1945;

CALADO, Joaquim G. da S., coord. e pub. *Almanach de S. Francisco para... : dedicado aos catholicos portuguezes e em especial aos Terceiros Franciscanos*. Lisboa : Typ. Catholica, [1900]-1902;

CALADO, Margarida. *O Convento de S. Francisco da Cidade*. Lisboa : Faculdade de Belas Artes, 2000;

CALASANS, José. *Bahia, primeira capital do Brasil: 1549 - 1763*. Salvador – Bahia : Centro de Estudos Baianos (CEB), n.º 73 – Editora Beneditina Ltda., 1972;

Câmara Municipal de Coimbra. *Convento de São Francisco : Obras de consolidação Estrutural e Trabalhos de Arqueologia. Análise e Consultadoria Arqueológica* : Câmara Municipal de Coimbra [s. d.];

___ *Intervenção Arqueológica Preventiva no Convento de São Francisco da Ponte (Santa Clara, Coimbra) : Análise e Consultadoria Arqueológica*, Relatório n.º 30, [s. d.];

CAMARGO, Maria Vidal de Negreiros. “Venerável Ordem Terceira retomando o caminho de Marieta Alves”, in Maria Helena OCHI, Frei Hugo FRAGOSO, OFM, Org. *Igreja e Convento de São Francisco da Bahia*. Rio de Janeiro : Versal Editores, 2009;

Caminho dos Terceiros Seraficos para a celestial Pátria [S. l. : S. n.], 18---, 1 vol;

CAMPELLO, Glauco. *O brilho da simplicidade: dois estudos sobre arquitectura religiosa no Brasil colonial*. Rio de Janeiro : Casa da Palavra, 2000;

CANTALICE, Marcelino da Trindade. *Igreja e Convento de Nossa Senhora dos Anjos – Datas e dados de sua História* : Convento de Nossa Senhora dos Anjos, Penedo-Al, [s. d.];

___ *Presença Franciscana em Penedo - Uma Caminhada de 345 anos*. Penedo-

Al : Convento de Santa Maria dos Anjos, 2004;

CARDOZO, Manoel da Silveira. “As irmandades da antiga Bahia” in *Revista de História*. São Paulo : [S. n.], 1973, n.º 95, p. 236-261;

CAROATÁ, José Próspero Jeová da Silva. *Crónica de Penedo*. Maceió: Edição do Departamento Estadual de Cultura, 1962;

CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de. “Os Conventos e igrejas franciscanas do Nordeste brasileiro no período colonial” in **FERREIRA-ALVES**, Natália Marinho. *Os Franciscanos no Mundo Português – Artistas e Obras*. Porto : Centro de estudos da População, Economia e Sociedade - CEPESE, 2009, vol. I;

___ *Os Reais Colégios da Companhia de Jesus no Brasil* [Documento electrónico : articulação espacial e arquitectura, 1 CD-ROM]. Coimbra : [S. n.], 2003 , Tese dout. Hist. de Arte, Univ. Coimbra, 2003;

CARVALHO. Eliane Maria Silveira F. *Museu de Arte Sacra de Sergipe*. Sergipe : Fundação Banco do Brasil, 1990;

CARVALHO, Luís de, **PEREIRA**, Ricardo, fotogr. “Complexo Arquitectónico da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco” in *Porto património mundial : livro de ouro*. Porto : O Comércio do Porto, cop. 1999 [D.L. 2003];

CHAGAS, Ofir Renato das. *Tavira, Memórias de uma Cidade*. Tavira : Edição do Autor, 2004;

“**Conjunto** do Convento de são Francisco, uma História do Século XVI”, in *Jornal do Commercio*. Recife, 05-0-1779;

Convento de Santa Maria dos Anjos. *Actas Capitulares*. Penedo : Convento de Santa Maria dos Anjos, 1970;

CÔRTE-REAL, Artur, coord. *Mosteiro de Santa Clara de Coimbra – Do Convento à Ruína, da Ruína à Contemporaneidade*. Coimbra : Direcção Regional de Cultura do Centro, IGESPAR, IP, 2008;

COSTA, Félix José da. *Angra do Heroísmo : Ilha terceira (Açores) (Os seus títulos, edifícios e estabelecimentos públicos)*. Angra do Heroísmo : Typ. Do Governo Civil, 1867;

CRAESBEECK, António, impr. *Regra dos Irmãos Terceiros da Sancta, &*

Veneravel Ordem Terceira da penitencia, que instituiu o Seraphico P. S. Francisco. Lisboa : Off. de Antonio Craesbeeck, 1660;

DIAS, João Pereira. “Os azulejos do claustro da Ordem Terceira de S. Francisco da Baía”, in *Separata de Belas Artes*. Lisboa : Emp. Nac. de Publicidade, 2.ª série, n.º 7, 1954, p. 3 a 16;

DIAS, Pedro. *Arte de Portugal no Mundo : Brasil – Arquitectura civil e religiosa*, “Geografia da arquitectura civil e religiosa do Brasil português”. Lisboa : Público, Novembro 2008;

DIONÍSIO, José Jorge de Almeida, **ABREU**, José Paulo Leite de, orient. Tese. *Ordem Terceira de S. Francisco : um baluarte de acção social e cultural em Guimarães*. Braga : [S. n.], 2003, [Texto policopiado];

DUARTE, Luiz Vital. *Olinda na Formação da Nacionalidade*. Recife : [S. n.], 1976;

EIRAS, José Aníbal Guimarães da Costa. *Os terceiros Franciscanos da cidade do Porto : elementos para o seu estudo*. Dissertação para o acto de Licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 1972;

ENCARNAÇÃO, Pedro Henrique Ferreira. *As Visitações da Ordem de Sant'Iago às Igrejas do Concelho de Loulé, no ano de 1534*. Faro : Secretaria de Estado da Cultura Regional do Algarve, 1993;

ESPANCA, Túlio. “Oficinas e ciclos de pintura em Évora no século XVI”. Lisboa : Acad. Port. da História, 1979, *Separata Anais*, 2.ª série, n.º 25;

FARIA, Francisco Leite de, OFM. *Presença Franciscana em Guimarães*. Guimarães : [S. n.], Barcelos - Companhia Editora do Minho, 1988, *Separata da Revista de Guimarães*, n.º 95;

___ “Os Primeiros Franciscanos em Portugal”, p. 50 a 60, in Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, org. *Colóquio Antoniano: na comemoração do 750.º aniversário da morte de Santo António de Lisboa*. Lisboa : Câmara Municipal, 1982;

___ *Paz e Alegria : Revista mensagem Franciscana*. David de Azevedo, OFM, dir. Braga : Editorial Franciscana, Maio-Junho, 1984, n.º 45;

FERNANDES, Cybele Vidal N. “As Sacristias franciscanas no Brasil. Uma contribuição ao estudo do tema” in FERREIRA-ALVES, Natália Marinho. *Os Franciscanos no Mundo Português – Artistas e Obras*. Porto : Centro de estudos da População, Economia e Sociedade - CEPESE, 2009, vol. I, p. 59-69;

FERRARE, Josemary. *Marechal Deodoro. Um itinerário de referências culturais*. Maceió : Edições Catavento, 2002;

___ *A Sede Urbana do Município de Marechal Deodoro* : Ficha IPA do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN), Lisboa, Março de 2003;

___ *ibidem*, (adaptado e actualizado). Maceió, Junho de 2007;

FERREIRA-ALVES, Jaime B. “Nótula sobre alguns arquitectos da venerável Ordem Terceira de São Francisco do Porto (séculos XVII-XVIII)” in **FERREIRA-ALVES**, Natália Marinho, coord. *Os Franciscanos no Mundo Português – Artistas e Obras*. Porto : Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade - CEPESE, 2009, vol. I;

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho. *A Arte da talha no Porto na época Barroca*. Porto : Câmara Municipal, 1989, t. I;

___ coord. *Artistas e Artífices no mundo de expressão Portuguesa*. “I Seminário Internacional Luso-Brasileiro : Artistas e Artífices do Norte de Portugal”. Porto, 11 e 12 de dez. De 2006; “II Seminário Internacional Luso-Brasileiro : “Artistas e artífices do Norte de Portugal e a sua Mobilidade no Mundo Português”. Salvador da Bahia, 3 a 6 de Dezembro de 1007, Porto : Centro de estudos da População, Economia e Sociedade - CEPESE, 2008;

___ *Os Franciscanos no Mundo Português – Artistas e Obras*. Porto : CEPESE, 2009, vol. I;

FIGUEIREDO, Sílvia Margarida Alves. *A arquitectura nas ordens de S. Francisco e Santo Agostinho na região de Lisboa* [Texto policopiado]. Lisboa : [S. n.], 2003, 2 vols;

FILHA, Maria Berthilde Moura. Registros dos franciscanos em Pernambuco e Paraíba: arquitectura e identidade” in **FERREIRA-ALVES**, Natália Marinho. *Os Franciscanos no Mundo Português – Artistas e Obras*. Porto : Centro de estudos da População, Economia e Sociedade - CEPESE, 2009, vol. I;

FONSECA (1), Fernando Luís da. *Santo António do Paraguaçu*, Col. “A Bahia e o Recôncavo” 1, Série Arte e Monumentos. Salvador : Publicações do Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, 1973;

___ *Santo António do Paraguaçu e o Convento de São Francisco do Conde*. Salvador : Centro Editorial e Didático da UFBA, 1988;

___. (2) *O Convento de São Francisco do Conde*. Col. A Baía e o Recôncavo 1, Série Arte e Monumentos. Salvador : Publicações do Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, 1973;

FONSECA, Pedro Paulino da. *Memória Histórica da Fundação dos Conventos da Província das Alagoas*. Rio de Janeiro : Typografia de Pinheiro & C., 1874;

FRAGOSO, Hugo, Frei, OFM. *São Francisco do Paraguaçu: Uma História sepultada sob ruínas*. Salvador-Ba : Secretaria da Cultura e Turismo, 2004;

___ “Quatro Séculos de Presença Franciscana no Nordeste Brasileiro”. *IV Centenário dos Franciscanos ao Brasil – 1585-1985*. [Baía] : [S. n. – s. d.];

FREI, Gilberto. *Olinda, 2º Guia Prático, Histórico e Sentimental de Cidade Brasileira*. Rio de Janeiro : [S. n.], 1968;

FREITAS, Lima de. “A Revolução Franciscana na Arte Ocidental”, in AA. VV. *O Franciscanismo em Portugal, Actas dos I e II Seminário*. Arrábida : Fundação Oriente, 1996;

FRÓIS, Virgínia, coord., ed. lit. *Conversas à volta dos conventos*. Évora : Casa do Sul Editora, D.L. 2002, Col. Oficinas do convento;

FRUTUOSO, Gaspar, **RODRIGUES**, João Bernardo de Oliveira, pref. *Livro primeiro-[sexto] das Saudades da terra*. Ponta Delgada : Inst. Cultural, 1963-1991, (7 vols), vol. 7;

FUNDAÇÃO Ricardo do Espírito Santo Silva (FRESS) (Lisboa, Portugal) ed. Lit., **MECO**, José, co-autor, **SILVA**, Maria João Espírito Santo Bustorff, ed. lit., **MACHADO**, José de Paula, fotogr, Godinho, Ulisses, patroc. prod. *Festa barroca a azul e branco: os azulejos do Claustro e do Consistório da Ordem Terceira de São Francisco, São Salvador da Bahia*. Lisboa : Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva ; Rio de Janeiro : Ministério da Cultura; São Salvador da Bahia : Governo da Bahia, 2002;

G., C. *Monumentos de Serpa : Convento de Santo António (Vulgo São Francisco) – Bom Pastor*. Serpa : Tip. Casa Nun'Alvares, 1970

GALVÃO, Sebastião Vasconcelos. “Forte Ernestus” in *Revista do Instituto Histórico Pernambucano*. Recife : IHP, 1899, n.º 52;

GARCEZ, Angelina. *A Ordem Terceira de São Francisco da Baía*. Salvador-Ba : Editora da Universidade Federal da Baía, 2007;

GASPARINI, Graziano, **COTRIM**, Leticia Ligneul, trad., **ALMADA**, Mauro, rev. técn. “Barroco no Brasil: mais Qualidade que quantidade”⁶⁰¹, 27/06/2003, Parte II, in *Gávea* (revista de história da arte e arquitectura: revista semestral do Curso de Especialização em História da Arte e Arquitectura no Brasil). Rio de Janeiro : Pontifícia Universidade Católica;

GOMES, Marques. *Memórias de Aveiro*. Aveiro : Tipografia Comercial – Rua da Fábrica, 1875;

GOMES, Saul António C. da. “O Convento de S. Francisco da Ponte”. Coimbra : Biblioteca Municipal, 2008, Separata do *Arquivo Coimbrão, Boletim da Biblioteca Municipal*, vol. XL, 2008;

GUERRA, Flávio; **SILVA**, Leonardo Dantas, apes. *História de Pernambuco*, 4.ª ed. Recife : Editora Massangana, 1992;

GUIMARÃES, J. [João] G. [Gomes] de Oliveira. *Guimarães e Santa Maria : Historia do culto de Nossa Senhora no Concelho de Guimarães*. Porto : Typ. A. J. da Silva Teixeira Herd., 1904;

Historia ecclesiastica de Coimbra [MS.] Coimbra : Academia Real da História Portuguesa (memórias e documentos coligidos), 17-- , 5 vols.⁶⁰².

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras, et al. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília : Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999;

⁶⁰¹ Este texto é o Capítulo IX do livro *América, Barroco y Arquitectura*. Caracas : Ernesto Armitano Editor, 1972.

⁶⁰² **t. 1:** *Memorias que se extrahiram do Archivo da Sé de Coimbra p.a se remeterem ao Academico Real da Historia Portuguesa D. Antonio Caet.o de Souza*; **t. 2:** *Noticias das igrejas do Bispado de Coimbra*; **t. 3:** *Noticias dos conventos do Bp.do de Coimbra*; **t. 4:** *Memorias do Bispado de Coimbra para a Historia ecclesiastica de Portuga. Extractos varios tirados do Real Archivo da Torre do Tombo, relativos a Historia ecclesiastica do Bispado de Coimbra*.

“**Igreja** de Santa Maria Madalena será primeira a receber recursos para a restauração” in *Tribuna de Alagoas*. Marechal Deodoro-Al, Agosto de 2006;

IPHAN (Aracaju-Se). *Brasil*. Aracaju : Secretaria do Estado da Infra-Estrutura, Prefeitura Municipal de São Cristóvão (Dossier com a proposição de inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão-Se na lista do Património Mundial), 2007;

___ *Programa das cidades Históricas, Plano Urbanístico de S. Cristóvão*, vol. 2 – “Estudo da evolução Urbana” : Convénio SEPLAN PR, Governo do Estado de Sergipe – EMSETUR, [s. d.];

“**Igreja** de Santa Maria Madalena será primeira a receber recursos para a restauração” in *Tribuna de Alagoas*, Marechal Deodoro-Al, Agosto de 2006;

Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional. *Brasil. Proposição de inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão-Se na lista do património mundial*. Aracaju : Secretaria do Estado da Infra-Estrutura, IPHAN, Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2007;

O instituto : jornal científico e litterario. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1853-1981, vol. 1, p. 358 a 360, (1853); vol. II, n.º 10, (15 de Agosto 1853), vol. 141 (1981);

KOSTER, Henry, **SOUSA**, António Alberto Marinho Duarte de, ant. possuidor; **JAY**, Antoine, trad. *Voyages dans la partie septentrionale du Brésil depuis 1809 jusqu'en 1815, comprenant les provinces de Pernambuco (Fernambouc), Seara, Paraíba, Maragnan, etc.* Paris : chez Delaunay, libraire, 1818;

LAGO, Pedro & Bia Corrêa do. “Os quadros de Frans Post pintados no Brasil” in Paulo HERKENHOFF. *O Brasil e os Holandeses : 1630-1654*. Rio de Janeiro : Sextante Artes, 1999;

LAMEIRA, Francisco I. C. *Faro : a arte na história da cidade*. Faro : Câmara Municipal, 1999;

___ *Faro : Edificações Notáveis* : Edição da Câmara Municipal de Faro, 1995;

___ “**Os retábulos** da Capela da Ordem Terceira”, *Igreja e Convento de São Francisco de Évora*, em Revista semestral de edifícios e Monumentos, *Monumentos*. Lisboa : Direcção Geral de Monumentos e Edifícios Nacionais - ex-DGEMN, Ministérios das Obras Públicas, Transportes e Habitação, Set. 2002, n.º 17, p. 65-69;

___ *A Talha no Algarve durante o Antigo Regime*. Faro : Câmara Municipal de Faro, 2000;

LARSEN, Erik, **LAVALLEYE** Jacques, pref. *Frans Post interprète du Bresil*. Amsterdam ; Rio de Janeiro : Colibris, cop. 1962;

LEÃO FILHO, Joaquim de Sousa. *Frans Post*. Brasil : Editora Civilização Brasileira, 1948, placas VI, VII, IX, XXI;

LEFÈVRE, René, 193-, **VASCONCELLOS**, Sylvio de, co-autor. *Minas : cidades barrocas*, 3.^a ed. São Paulo : Comp. Editora Nacional, 1979

LE GOFF, Jacques, **OLIVEIRA**, Rui de, trad. *História e memória*. Lisboa : Edições 70, D.L. 2000, 2 vols.⁶⁰³;

___ *São Francisco de Assis*. Tradução de Marcos de Castro. 5.^a ed. Rio de Janeiro : Record, 2001;

LEÓN, Fernando Ponce. “O Convento do Desterro Santa Teresa, de Olinda e a arquitectura carmelitana”, *Separata Revista Museu*, Lisboa : [S. n.] 4.^a série, n.º 6, 1997⁶⁰⁴;

LIMA, M. de Oliveira. *Pernambuco, seu Desenvolvimento Histórico*. Leipzig, 1895, 2.^a edição, Recife, 1975;

LISBOA, Marcos de, Frei, OFM, (cronista Franciscano e Bispo do Porto, século XVI). *Crónica da Ordem dos Frades Menores*. Porto : org., intr. e índices, Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade da Universidade do Porto, Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001; reimpressão de Frei Marcos de LISBOA, OFM, *Chronicas da Ordem dos Frades menores, e das outras ordens segunda e terceira, instituidas na igreja per o santíssimo Padre Sam Francisco*. Lisboa : Officina de Pedro Crasbeeck, 1557, 3 partes; 1570-1615;

___ *Tercera parte de la Chronicas de los frayles Menores del Seraphico padre Sant Francisco*. Salamanca : en casa de Alexandre de Canoua, 1570;

LIVERMORE, H. V., ed. Lit., with the assistance of W. J. Entwistle. *Portugal and Brazil : an introductio*. Oxford : Clarendon Press, 1953;

⁶⁰³ 1.º vol.: *História*; 2.º vol.: *Memória*.

⁶⁰⁴ Assuntos: Ordem dos Carmelitas Descalços, Convento do Desterro, Fundação de 1686, em Olinda (Brasil), século XVII.

“**Livro dos Guardiões** do Convento de Santo António de Ipojuca : 1603 – 1892” (transcrito), *Revista de História*, n.º 59, 1964, p. 201-230; *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e geográfico Pernambucano*. Segunda cópia. Recife : Imprensa Industrial, 1967, vol. XLVI, 1961, p. 374 a 415;

LOPES, P.º Fernando Félix, OFM. *Colectânea de Estudos de História e Literatura*. Lisboa : Academia Portuguesa da História 1997; 3 vols⁶⁰⁵;

___ “Franciscanos”, in **SERRÃO** Joel, dir. *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa : Iniciativas Editoriais, 1971, vol. II;

LOPES, João Baptista da Silva. *Corografia ou memoria economica, estadistica, e topografica do reino do Algarve*. Lisboa : Typ. da Academia, 1841;

___ *Memórias para a História Eclesiástica do Bispado do Algarve*. Lisboa : Typ. da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1848;

LOPES, Sandra Dias. *Convento de S. Francisco da Ponte – Valor da Arte Coimbrã*. Coimbra : Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (GAAC), 1998;

LOUSA, António Manuel Portovedo. *Da metáfora ao tipo: sistema de composição arquitectónica em ambiente conventual* [Tese - Texto policopiado]. Coimbra : Univ. de Coimbra [S. n.], 1997;

LYNCH, Kevin; **TAVARES**, Maria Cristina, trad. *A imagem da cidade*. Lisboa : Edições 70, 1982

___ *What time is this place?* Cambridge, Mass. : The MIT Press, 1972;

MADURO-DIAS, Francisco dos Reis. *Angra do Heroísmo : janela aberta do Atlântico entre a Europa e o Novo Mundo / fenêtrre de l'Atlantique entre l'Europe et le Nouveau Monde / window of the Atlantic between Europe and the New World*. Angra do Heroísmo / Lisboa : Centro Nacional de Cultura Angra do Heroísmo : Sec. Reg. da Educação e Cultura : Gabinete da Zona Classificada, 1991;

___ *A cidade de Angra na Ilha de Iesv xpõ da Tercera que esta em 39 graos*, selecção, pref. e notas. Angra do Heroísmo : Comissão Executiva das Comemorações dos 450 anos, imp., 1985;

⁶⁰⁵ **1.º vol.:** *Fontes históricas e bibliografia franciscana portuguesa*; **2.º vol.:** *A ordem franciscana na história e cultura portuguesa*; **3.º vol.:** *Santa Isabel de Portugal e outros estudos*.

MAGALHÃES, Ana Cláudia Vasconcelos. *Frades, Artistas, Filósofos: O Convento de Santa Maria Madalena e a atitude franciscana frente à natureza – ontem e hoje*. Maceió : Universidade Federal de Alagoas, Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitectura e Urbanismo, Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado, 2005;

MAGALHÃES, Raquel, co-autor, **DUARTE** Berta, ed. lit., Arnaud LANTOINE, trad., Maria Amélia TELLECHEA, trad. *Viagem de Cosme de Médicis a Coimbra no século XVII*. Coimbra : Câmara Municipal, imp. 2008;

MAIA, Pedro Moacir. *Vistas e Festas Lisboetas em Azulejos na Bahia – Ordem Terceira na Bahia*. Salvador-Ba : Instituto do Património Artístico e Cultural (IPAC), 2002;

MALVEIRO, A. Branco. “Serpa : Notável Vila”, in *Serpínia*. Serpa : Edição do Jornal, 1989;

MARQUES, Eduarda. “A Capela Dourada da Ordem Terceira do Recife, símbolo do poder dos homens de negócio” in **FERREIRA-ALVES**, Natália Marinho. *Os Franciscanos no Mundo Português – Artistas e Obras*. Porto : Centro de estudos da População, Economia e Sociedade - CEPESE, 2009, vol. I;

MARQUES, José. *Os Franciscanos no Norte de Portugal nos finais da Idade Média*. Porto : Arquivo Distrital, 1982, Separata do *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*, vol. I, 1982;

MARTINS, Fausto Sanches, ed. Lit, coord. “Artistas e artífices e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa”, in *Actas / VII Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*. Porto : Universidade do Porto. Faculdade de Letras / Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2005;

MARTINS, William de Souza. *Religiões e Práticas Religiosas : A Ordem Terceira de São Francisco no Rio de Janeiro Colonial*. Rio de Janeiro : Edições da SBPH (Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica), 2006;

MASCARENHAS, J. Fernandes. “O Convento de S. Francisco de Tavira na vida espiritual e no período das lutas liberais e miguelistas : (subsídios)”, *Actas das Primeiras Jornadas de História de Tavira*. Tavira : Clube de Tavira, 1992;

MATIAS, Susana Gonçalves Cacula. *O espaço conventual nas Ordens*

Mendicantes : o convento de Nossa Senhora dos Mártires (Alvito, Portugal), [Tese de mestrado - texto policopiado]. Lisboa : [S. n.], 2001;

MATOS, R. [Ricardo] Pinto de, cord. *Memória histórica e descritiva da Ordem Terceira de S. Francisco do Porto com a vida dos santos cujas imagens costumam ser conduzidas na sua procissão de cinza*. Porto : Typ. Occidental, [S. n.], 1880;

MATOSO, José. “O enquadramento social e económico das Primeiras Fundações Franciscanas em Portugal”, p. 61 a 71, Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, org. *Colóquio Antoniano: na comemoração do 750.º aniversário da morte de Santo António de Lisboa*. Lisboa : Câmara Municipal, 1982;

MECO, José. “Azulejaria Portuguesa na Baía” in *Oceanos - Azulejos Portugal e Brasil*. Lisboa : Comissão Nacional para os Descobrimientos Portugueses, Outubro 1998 / Março, 1999, n.ºs 36/37, p. 52-86;

___ *O azulejo em Portugal*. Lisboa : Publicações Alfa, 1989;

___ “**Azulejos** do Claustro e do Consistório da Ordem Terceira de São Francisco” in SILVA, Maria João Espírito Santo Bustorff, org. *Festa Barroca a Azul e Branco*. Lisboa : Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva (FRESS), 2002;

___ “**Azulejos** na cidade de Faro”, in *Monumentos*. Lisboa : ex-DGEMN, Março, 2006, n.º24;

___ “**O «Theatro Moral de la vida Humana»** no convento de S. Francisco da Baía” in *Oceanos - Azulejos Portugal e Brasil*. Lisboa : Comissão Nacional para os Descobrimientos Portugueses, Outubro 1998 / Março, 1999, n.ºs 36/37, p. 100-112;

___ “**Uma visão** Panorâmica da azulejaria e Iconografia na Igreja e no Convento da Ordem Terceira de S. Francisco, em Salvador, Baía” in *Oceanos - Azulejos Portugal e Brasil*. Lisboa : Comissão Nacional para os Descobrimientos Portugueses, Outubro 1998 / Março, 1999, n.ºs 36/37, p. 88-98;

MELGAÇO, António de Santa Maria dos Anjos. *Sermão do Patriarca São Francisco, pregado na Veneravel Ordem Terceira no Convento de São Francisco da cidade de Lisboa*. Lisboa : Off. de Miguel Rodrigues, [s. p.], 1748;

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Estudos pernambucanos : crítica e problemas de algumas fontes da história de Pernambuco*, 2.ª ed. Recife : Fundação do

Património Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), 1986;

___ *Um Mascate e o Recife*, 2.^a ed. Recife : Fundação de Cultura, 1981;

___ “O Recife e os Arrecifes” in *Revista do Arquivo Público*. Recife : Arquivo Público Estadual, 1947, n.º 13;

___ **FREYRE**, Gilberto, pref. *Tempo dos flamengos*. Rio de Janeiro : José Olympio, 1947;

MELLO, NETO, Ulisses Pernambucano de, “Arquitectura Franciscana: Tempo e Forma”, *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife : FUNDARPE, 1993, vol. LVIII;

MELO, António de Oliveira, **GUAPO**, António Rodrigues, **MARTINS**, José Eduardo. *O Concelho de Alenquer : subsídios para um roteiro de Arte e Etnografia*, vol. 4, 2.^a edição, Alenquer : Câmara Municipal, 2002;

MELO, Luís de Sousa. *Gentes e lugares de Machico nos séculos XVI e XVII*. Machico : Dep. de Iniciativas Culturais da Junta de Freguesia, 1983;

___ **FARROW**, Susan E., co-autor. *Impressões da Madeira antiga*. Funchal : Pátio, cop., 1983;

MENEZES, José Luiz Mota, “Algumas Notas sobre Arquitectura Brasileira”, in *Arquivos do Conselho Municipal de Cultura*. Recife : Prefeitura Municipal do Recife, Secretaria de Educação e Cultura, Dez., 1976, Nova Série, n.º 1;

___ “Arquitectura dos conventos franciscanos do Nordeste”. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, 1984, vol. 57, p. 271-282;

___ “Arquitectura dos Conventos Franciscanos do Nordeste”. *Revista Universitas*. Salvador-Ba : Universidade Federal da Bahia, 1990;

___ “O Convento Franciscano de Santo António (João Pessoa-Pa)”, *Revista Universitas*, publicação do Núcleo de Publicações do Centro editorial e Didáctico da Universidade Federal da Baía, n.º 17, Baía, 1977, p. 61-79;

___ *Igreja de Nossa Senhora da Graça e Real Colégio dos Jesuítas de Olinda*. Tese de Concurso Recife : Universidade Federal de Pernambuco, 1976 (não publicado) (Policopiado). [S. l., s. d.];

___ *Igreja e Convento de Santo António – Igaracú* (Policopiado). [S. l. : s. d.];

___ *Levantamento Preliminar dos Monumentos Tombados Artísticos de Alagoas* (mimeografado), Maceió, 1970;

___ “Olinda” in *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico – Pernambuco*, n.º 60, ano 2002, Companhia Editora de Pernambuco, Recife, 2002;

___ “A Presença dos Negros e Pardos na Arte Pernambucana”, in *A Mão Afro-Brasileira, Significado da Contribuição Artística e Histórica*, Org. Emanuel Araújo. São Paulo : Tenenge, 1988;

___ “O Século XVII e o Brasil Holandês”, in *História Geral da Arte no Brasil*. São Paulo, 1983, vol. 1;

___ “A Venerável Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira”, in *Universitas* (Revista de Cultura). *Baía* : Universidade Federal da Bahia, Setembro / Dezembro de 1971, n.º 10, p. 149 a 169;

MÉRO, Ernani Otacílio. *Livro das Crônicas do Convento de Penedo*. Maceió : Sergasa, 1982, Livros, I, II, e III;

___ *Os Franciscanos em Alagoas*. Maceió : Sergasa, 1982;

___ *Penedo: templos, ordens e confrarias*. Maceió : Sergasa, 1991;

MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de. *Os Franciscanos e a Formação do Brasil*. Recife : Universidade federal de Pernambuco, 1969;

MOREIRA, António Montes. “Implantação e Desenvolvimento da Ordem Franciscana em Portugal : séculos XIII-XVI” in *I – II Seminário O Franciscanismo em Portugal : Actas*, Arrábida : Fundação Oriente, 1996;

MOREIRA, Rafael. "A arte luso-brasileira: modelos, síntese, autonomia", in **BETHENCOURT**, Francisco & **CHAUOHURI**, Kirti, org. *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa : Círculo de Leitores, 1998, vol. 3;

MOURA FILHA, Maria Bethilde. “O Mestre pedreiro António Fernandes de Matos: um minhoto em Pernambuco no século XVII”, in **FERREIRA-ALVES**, Natália Marinho, coord. *Artistas e Artífices no mundo de expressão Portuguesa : II Seminário Internacional Luso-Brasileiro* : “Artistas e artífices do Norte de Portugal e a sua Mobilidade no Mundo Português”. Salvador da Bahia, 3 a 6 de Dezembro de 1007,

Porto : CEPESSE, 2008;

MÜLLER, Bonifácio, Frei. *O Convento de Santo António do Recife. Esboço histórico, 1606-1956*. Recife : Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1984;

___ “Os Conventos Franciscanos de Pernambuco na Invasão Holandesa”. *Santo António – Órgão da Província Franciscana de Santo António do Brasil*. Recife : Edição do Provincialado, 1949, ano 7, n.º 1, p. 179-195;

___ “Uma data três vezes secular”. *Santo António – Órgão da Província Franciscana de Santo António do Brasil*. Recife : Edição do Provincialado, 1947, ano 5, n.º 1, p. 2-19;

___ “Valiosa Contribuição da Ordem Terceira Regular”. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e geográfico Pernambucano*. Recife : Imprensa Industrial, 1967, vol. XLVI, 1961, p. 332 a 373.

Museu de Arte Sacra. Aracaju, São Cristóvão : Fundação Museu de Arte Sacra de Sergipe da Arquidiocese de Aracaju, Janeiro de 2005;

MUSEU Nacional de Belas Artes, elab. *Brasil - Frans Post : exposição*. Rio de Janeiro : Ministério da Educação e Saúde, [S. n.], 1942;

NEISTEIN, José. *A arte no Brasil dos primórdios ao século vinte : uma bibliografia seleta, anotada / Art in Brazil from its beginnings to modern times : a selected, annotated bibliography*. Washington : Brazilian-American Cultural Inst.; São Paulo : Liv. Kosmos, 1997;

NEVES, Amaro, **ÁLVARES**, Delfim dos Santos Bismarck, 1970-, coord. *História de Aveiro : sínteses e perspectivas*. Aveiro : Câmara Municipal, 2009;

NÓBREGA, Humberto Carneiro da Cunha. *Arte Colonial da Paraíba - Igreja e Convento de Santo António de João Pessoa*. João Pessoa : Editora: UFPB, 1974;

NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Colonial II : Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1996; *Idem. Sergipe Provincial I: 1820-1840*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 2000;

OCHI, Maria Helena, **FRAGOSO**, Frei Hugo, OFM, Org. *Igreja e Convento de São Francisco da Baía*. Rio de Janeiro : Versal Editores, 2009;

OLIVEIRA, Francisco X. d'Athaide (Algoz, 1842 - Loulé, 1915). *Monografia do Concelho de Loulé*. Porto : Typ. Universal, 1905;

OLIVEIRA, Myriam A. Ribeiro de. “A Arquitectura e as artes plásticas no séc. XVIII brasileiro”, in *Gávea – Revista de História e Arquitectura*. Rio de Janeiro : Pontifícia Universidade Católica (PUC), 1985, n.º 2;

ORDEM Terceira de São Francisco. *Estatuto da Venerável Ordem Terceira de São Francisco*. Braga : Braga - Diário do Minho [S. n.], 1994;

___ *Regra e estatutos da Fraternidade da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Lisboa*. Braga : Editorial Franciscana, 1983;

OTT, Carlos. *História das artes plásticas na Bahia (1550-1990)*. Salvador : Alfa, 1991

___ *Igreja e Convento de S. Francisco*. Salvador : Alfa, 1988;

___ *Monumentos históricos e artísticos do Município de São Francisco do Conde*. São Francisco do Conde, Baía : Administração Claudemiro Oliveira Dias, 1984;

OTT, Fidelis. “Livro dos Guardiães do Convento de São Francisco da Bahia”, in *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador : IGHB, 1943, n.º 69;

P., P. M. da S. [Presbítero Secular Marcelino da Silva Pimentel], 1715-?. *Relação do notável incêndio, e lastimoso estrago, que houve no Real Convento de S. Francisco da Cidade, em quinta feira 30 de Novembro de 1741*. Lisboa : Offic. Alvarense, 1741;

PEREIRA, Isaías da Rosa. *Subsídios para a história da Diocese de Lisboa do século XVIII*. Lisboa : Acad. Port. da História, 1980;

PEREIRA, José Fernandes, **FERRÃO**, Leonor, **ARRUDA**, Luísa. “Igreja da Madre de Deus” in *Lisboa no tempo do Rei D. João V : 1689-1750*. Porto : Instituto de Historia Moderna da Universidade do Porto, 1994;

PEREIRA, Sonia Gomes, **OLIVEIRA**, Myriam Andrade Ribeiro de. *Anais do VI Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*. Rio de Janeiro : CBHA : PUC-Rio : UERJ, 2004;

PINHEIRO, Silvanisio. *Azulejos do Convento de S. Francisco da Bahia*. Salvador-Ba : Liv. Turista, 1951;

PIO, Fernando. *A Ordem Terceira de São Francisco do Recife e suas igrejas*, 4.^a ed. Recife : Imprensa Universitária, Universidade Federal de Pernambuco, 1967;

PITA, Sebastião da Rocha. *Historia da America Portuguesa, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até de mil e setecentos e vinte e quatro [...]*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, 1730;

Plano Urbanístico de S. Cristóvão, Programa das Cidades Históricas. “Estudo da evolução urbana”. Recife : GRAU da UFA, 198?; vol. 2;

Portugal / Imprensa Nacional, impr. *Plano dos estudos para a Congregação dos religiosos da Ordem Terceira de S. Francisco do Reino de Portugal*. Lisboa : na Regia off. Typográfica, 1769;

PRADALIÉ, Gérard, **SERRÃO**, Vítor, pref., **CORREIA**, Francisco, autor associado; **Brigola**, João Carlos Pires, trad. *O Convento de São Francisco de Santarém*. Santarém : Câmara Municipal, 1992;

PRADO, F. de Almeida. *Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil (1530-1630)*. São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre : Companhia Editora Nacional, 1936, t. I;

PROENÇA, Maria José. *A Ordem Terceira Franciscana em Braga e sua igreja*. Braga : VOT de S. Francisco, 1998;

QUADROS, Rangel de [jornalista, escritor e professor], **Gaspar**, João Gonçalves, Monsenhor, rev. de matriz. Aveiro : Câmara Municipal, [2000?];

___ *Aveiro : Apontamentos avulsos* [Texto Manuscrito] [Fotocópia feita em 1978 pelo Padre João Gonçalves Gaspar]. Aveiro : [S. n.], 1911-1916;

___ *Aveiro : Apontamentos historicos* [Texto fotocopiado]. Aveiro : [S. n.], 19--?, 7 vols.⁶⁰⁶, (fotocópia de recortes, feita em 1978 pelo Padre João Gonçalves Gaspar);

___ [José Reinaldo Rangel de Quadros Oudinot] ed. lit.; **PINHEIRO**, Madalena Rosa Martins de Almeida, ed. lit.; **SERÔDIO**, Carla Fischer de Almeida, 1971-, ed. lit.; **FILIPE**, Luís Miguel Capão, ed. lit.. *Aveiro - Apontamentos Hostóricos*. Aveiro : Câmara Municipal de Aveiro, Divisão de Bibliotecas e Arquivo Municipal, 2009;

⁶⁰⁶ **1.º vol.:** *Origem, nomes e brasão de Aveiro. As antigas freguesias e sua igrejas. Aveiro e a Ordem de Avis;* **2.º vol.:** *As muralhas, o hospital de S. Brás, a Senhora da Alegria, o senhorio e o Ducado de Aveiro;* **3.º vol.:** *Capelas e ermidas. Festividades municipais;* **4.º vol.:** *Mosteiros e conventos: O Mosteiro de Nossa Senhora da Misericórdia. O Mosteiro de Jesus;* **5.º vol.:** *Mosteiros e Conventos: O Convento de Santo António. O Convento de Nossa Senhora do Carmo. O Mosteiro da Madre de Deus. O Convento de S. João Evangelista;* **6.º vol.:** *Mosteiros e conventos: A Ordem Terceira de S. Francisco. O Recolhimento de S. Bernardino. Talabriga e Aveiro;* **7.º v.:** *Honras e privilégios.*

QUERINO, Manuel. *Artistas Baihanos, Artistas Baianos – indicações biográficas*. 2ª. ed. Bahia : Oficina da Empresa “A Bahia”, 1911;

RAGGI, Giuseppina. “A formação bolonhesa de Nicolò Nasoni : algumas antecipações”. In *Monumentos*, p. 33-40. Lisboa : ex-DGEMN, 1997;

___ *Arquitectura do engano* [Texto policopiado] : *a longa conjuntura da ilusão : a influência emiliana na pintura de quadratura luso-brasileira do século XVIII / Architetture dell'inganno : il lungo cammino dell'illusione : l' influenza emiliana nella pittura di quadratura luso-brasiliana del secolo XVIII*; orient. Tese Vítor Serrão, Anna Maria Matteucci. Lisboa : Dep. de História da Arte, Fac. de Letras, Univ. de Lisboa [S. n.], 2004;

RAPOSO, A. L., **APRÍGIO**, E., **OLIVEIRA**, R. “Patrimônio e Desing: Mémoires da Arquitetura Deodorense em Catálogo Iconográfico” in *I Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica*. Natal-RN : CEFET-AI, 2006;

RAPOSO, Áurea. Dissertação : *A internalização da dimensão ambiental na administração pública de Marechal Deodoro*. Alagoas : Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente PRODEMA / UFA. Maceió, 2002;

RAU, Virgínia. *Feiras Medievais Portuguesas, subsídios. Para o seu estudo*. Lisboa : Presença, 1982;

RÉGIA Oficina Tipográfica, impr. *Disposições do superior provincial para a observância regular, e literária da Congregação da Ordem Terceira de S. Francisco destes reinos, feitas em os annos de mil setecentos sessenta e nove, e setenta*. Lisboa : Régia Officina Typographica, 1790-1794, 2 vols;

Regra e estatutos da Fraternidade da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Lisboa. Braga : Editorial Franciscana, 1983;

REINAUX, Marcilio. *A Capela Dourada do Recife*. Recife : Comunigraf Editora Ltda, 2006;

REIS, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500/ 1720)*. São Paulo : Pini, 2000;

___ **BUENO**, Beatriz Piccolotto Siqueira, **BRUNA**, Paulo Júlio Valentino, (colab.), **VUOLO**, Cândida Maria, (fot.). *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*.

São Paulo : Universidade: Imprensa Oficial do Estado : Fapesp, 2000;

“**Os Religiosos** Franciscanos na Invasão Holandesa”. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife : Imprensa Industrial, 1967, vol. XLVI, 1961, p. 292-317.

REMA, Henrique Pinto, P.º. “Observância Franciscana na Península Ibérica (nos séculos XIV, XV e XVI)”. *Itinerarium*, Revista Quadrimestral de Cultura. Braga : Arciprestado de Braga, Janeiro-Agosto de 2003, Ano XXIX, n.º 175/176, p. 61-96:

RIBEIRO, Bartolomeu, OFM. “Congregações Seculares dos Terceiros Franciscanos em Portugal : notas históricas, in *Boletim Mensal das Missões Franciscanas e da Ordem Terceira*. Braga, Ano XXXIV, Outubro de 1941, n.º 10;

___ *Os Direitos funerários dos Terceiros franciscanos seculares*. Lisboa : Tip. das Oficinas de São José, [S. l. : S. n.], 1931;

___ *Guia de Portugal Franciscano Continental e Insular – Esquema Histórico de 1217 a 1834 e Crónica Sucinta da província dos Santos Mártires de Marrocos*. Braga, 1946;

___ *Ordem Terceira Secular de S. Francisco de Assis : instruções histórico-jurídicas destinadas ao clero*. Braga : Empresa do Boletim Mensal, 1924;

___ *Os Terceiros franciscanos portugueses: Sete séculos da sua história*. Braga, Residência Leixões : Edição e depósito do Comissariado Nacional da OT, 1952;

RIBEIRO, Sarah Karenine Paes. “História, Arte e Ensino. Proposta de Livro Paradidático sobre a Arte Sacra Barroca Presente na Igreja e Convento de São Francisco”, in *Scientia Plena*. São Cristóvão-Se, Brasil : Universidade Federal de Sergipe, 2007, vol. 3, n.º 5, p. 42-48;

ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da. *Arquitectura civil e religiosa de Braga nos séculos XVII e XVIII : os homens e as obras*. Braga : Braga : Centro de Estudos D. Domingos de pinho Brandão, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 1994;

___ *Conceito de património num autor do século XVIII*. [S. l. : S. n.], 1993;

ROCHA, Wilson P. S., dir. *Quatro Séculos de Arte Sacra - A Igreja de São Francisco, O Convento de Santo António e a Capela da Ordem Terceira*. Rio de Janeiro – Brasil : Bloch Editores S. A., 1989 / 1990;

RODRIGUES, Alvimar. *Quatro séculos de arte sacra : a Igreja de São Francisco, o Convento de Santo António e a Capela da Ordem Terceira / Four centuries of religious art : the Church of São Francisco, the Monastery of Santo António and the Chapel of the Third Order / Quatre siècles d'arte sacre : l'église de São Francisco, le Convent de Santo António et la Chapelle de l'Orde des Tertiaires*. João Pessoa-Pb : Governo do Estado Rio de Janeiro : Bloch, 1990;

ROLIM, José, co-autor; **WILSON**, Maria de São Francisco. *Usos e costumes [da Ordem Franciscana] da Província de Portugal : Ordem Franciscana da Provincia de Portugal*. [S. l. : S. n.], 18--;

RONCAYOLO, Marcel, **PAQUOT**, Thierry, dir. *Villes et Civilization Urbaine XVIII.^e-XX.^e Siècles*. Paris : Larousse, 1992;

RÓWER, Frei Basílio, OFM. *A Ordem Franciscana no Brasil*, 2^a ed. Petrópolis-Rio de Janeiro : Editora Vozes Lt., 1947;

___ *Páginas de história franciscana no Brasil*, 2.^a ed., rev. e aumentada. Petrópolis : Vozes, 1957;

SANTIAGO, Diogo Lopes de. *História da Guerra de Pernambuco*, Recife, 1984;

SANTIAGO, Fr. Francisco de, OFM. *Chronica da santa Provincia de Nossa Senhora da Soledade da mais estreita, e regular observancia do Serafico Padre S. Francisco do Instituto dos Descalços no Reino de Portugal...*, Lisboa : na officina de Miguel Manescal da Costa, 1762-;

SANTOS, Mónica Costa. *Missionários de Letras e Virtudes: A pedagogia Moral dos Franciscanos em Alagoas nos séculos XVIII e XIX*. Maceió : Universidade Federal de Alagoas, Centro de Educação, Junho de 2007;

SANTOS, Pedro João Rodrigues dos. *O Convento de S. Francisco da Ponte* (Prova final de licenciatura). Coimbra : Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciência e da tecnologia (FCT) da Univ. de Coimbra, 1997, [S. n.], 1997;

SANTOS, Reinaldo dos, **ANDRADE**, Rodrigo Melo Franco de, *intr. As artes plásticas no Brasil : antecedentes portugueses e exóticos*. Rio de Janeiro : Edições de Ouro, imp., Coleção Brasileira de Ouro, 1968;

___ *O império português e a arte ; O mar e além-mar na arte portuguesa ; As*

relações artísticas entre Itália e Portugal. Lisboa : [S. n.], 1941;

“**São Francisco** (Frei luís de)” in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa; Rio de Janeiro : Editorial Enciclopédia, Limitada, [195-], vol. 27;

SARMENTO, Alberto Artur. *Freguesias da Madeira*, 2.^a ed. Funchal : Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1953;

SENOS, NUNO. “As Artes no Brasil Joanino”. *Anais de História de Além-Mar*. Lisboa / Ponta Delgada : Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Lisboa, Universidade dos Açores, 2007, vol. CVIII, p. 167-179;

____ *Franciscan Patronage in Northeastern Brazil (1650-1800)* [Tese / Dissertação (Ph.D.) - Material arquivado]; New York University, Institute of Fine Arts, J. Brown, 2006;

SERPA, C. J. Gonçalves. “Estudo histórico, geográfico, etnológico, religioso da Diocese de Beja” in *Enciclopédia Diocesana*. Beja : Gráfica de Gouveia, 1961;

SEQUEIRA, Gustavo de Matos. *Igrejas e mosteiros de Lisboa*. Lisboa : Câmara Municipal, [D.L.], 1961;

SERRÃO, Joel, Marques, **OLIVEIRA**, A. H. De, dir. *Nova História da Expansão Português. A Igreja em Reforma*, vol. V, 1998; *O Império Luso – Brasileiro, 1500-1620*, vol. VI, 1992; *O Império Luso – Brasileiro, 1620-1750*, vol. VII, 1991: Lisboa : Editorial Estampa;

SERRÃO, Vítor. “O património Artístico do Algarve Durante a Idade Moderna (1500-1800)”, *Anais do Município de Faro*. Faro : Câmara Municipal de Faro, 1997 / 1998, vols. XXVII / XXVIII;

SILVA, Clodomir. *Álbum de Sergipe*. Aracaju : Gov. do Estado de Sergipe, 1925;

SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e, **BRAZ** Amaral, do. *Memorias historicas e politicas da provincia da Bahia do coronel Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva; mandadas reeditar e anotar pelo governo deste estado mandadas reeditar e anotar pelo governo deste estado*. Bahia : Imprensa official do Estado, 1919-1940, 6 volumes, vol. 5, 1937;

SILVA, José M. F. *Ordem Franciscana Secular de Viseu : sua história na realidade Franciscana*. Viseu : OFS, 2002;

SILVA, Luís Cristino da. *A sede da Academia Nacional de belas Artes no vetusto edifício do Antigo Convento de São Francisco da Cidade : Estudos e subsídios diversos*. Lisboa : Ministério da Educação Nacional, Secretaria de Estado da Instrução e Cultura - Direcção Geral dos assuntos culturais, 1973;

SILVA, Maria Angélica da, **MAGALHÃES**, Ana Cláudia V. “O Barroco como Horizonte e a Paisagem vista do Particular, Uma Prática dos Conventos Franciscanos do Nordeste?”, *Anais do II Encontro Internacional de História Colonial in Mnome - Revista de Humanidades*. Caicó-RN : Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 24, Set./Out., 2008, vol. 9;

SIMAS FILHO, Américo. *Evolução Física de Salvador – 1549 a 1800*. Salvador : Fundação Gregório de Mattos (FGM) – Publicação da Prefeitura Municipal do Salvador, Fundação Gregório de Mattos em co-edição com a Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia, pelo Selo Editorial da FGM, 1998;

SIMÕES, J. M. dos Santos. *Azulejaria em Portugal no séc. XVII*, 2.^a ed. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, t. I;

___ *A Azulejaria em Portugal no século XVIII*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1979;

___ *Azulejaria Portuguesa no Brasil : 1500-1822*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1965;

___ **Mello**, José Antônio Gonsalves de. *Azulejos holandeses no Convento de Santo Antônio do Recife - Notas históricas*. Recife : Amigos da DPHAN, 1959, Coleção : Cadernos de arte do Nordeste, n.º 3;

___ *Convento de Santo António, São Francisco do Conde “Capela-mor”, “sacristia do Convento”* [Material gráfico] (9 provas fotográficas a preto e branco) Lisboa : Biblioteca das Artes da Gulbenkian;

___ “Iconografia Lisboeta em Azulejos no Brasil, Vistas de Lisboa em Painéis de Azulejos na Cidade do Salvador”, p. 20-50, in *Oceanos, Azulejos Portugal e Brasil*, n.ºs 36/37. Lisboa : Comissão Nacional para os Descobrimientos Portugueses, Outubro

1998 / Março 1999;

SIMÕES, João Miguel. *O Convento da Graça : Antigo Mosteiro de São Francisco de Loulé – Monografia histórico-artística*. Loulé : Edições Colibri, Câmara Municipal de Loulé, 2008;

SINZIG, Pedro (Frei) OFM. “Maravilhas da Religião e da Arte na Igreja e no Convento de São Francisco da Bahia”, Rio de Janeiro, 1934, Separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1933, p. 1-359;

___ *Reminiscências d’um frade*. Petrópolis : Vozes, 1917;

SMITH, Robert Chester. *Alguns artistas que trabalharam para a venerável Ordem Terceira de S. Francisco, no Porto-1667-1800*. Porto : Livr. Fernando Machado [depos.], 1965;

___ *André Soares*, Lisboa : Livros Horizonte, 1993;

___ **Wilder**, Elisabeth, ed. lit. *A guide to the art of Latin América*. Washington : Library of Congress, 1948;

___ *Arquitectura colonial bahiana : alguns aspectos de sua história*. Bahia : Secretaria de Educação e Cultura, Museu do Estado, 1951, colecção: Publicação do Museu do Estado, n.º 14;

___ “Arquitectura Religiosa Colonial do Brasil”, in *Revista de História*. São Paulo, vol. XXX, ano XVI, n.º 61, Janeiro-Março, p. 3 e 4, 1965;

___ *The art of Portugal: 1500-1800*. London : Weidenfeld and Nicolson, cop. 1968;

___ *The arts in Brazil: Baroque architecture, Portugal and Brazil an introduction*. Oxford : [S. n.], 1953;

___ *Produção fotográfica, 1962-1964*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte / Art Library Fundação Calouste Gulbenkian;

___ **MECO**, José, co-autor, **ADELMANN**, Marianne, pref. *Azulejos*. Lisboa: Azulmar, 1986;

___ **WILDER**, Elisabeth, ed. lit. *A guide to the art of Latin América*. Estados Unidos, Washington L.C. : Library of Congress, 1948;

— *A talha em Portugal*. Lisboa : Livros Horizonte, imp. 1963;

— “The seventeenth-and eighteenth-century Architecture of Brazil” in *Atas do Colóquio Internacional de estudos Luso-Brasileiros*. Washington, 15-20 de Outubro de 1950, Nashville : The Vanderbilt University Press, 1953;

— *Três estudos bracarenses*. Braga : Liv. Cruz, 1972;

SOUSA, Alberto de. *A invenção do barroco brasileiro: a igreja franciscana de Cairu*. João Pessoa : EDUFPB (Editora da Universidade Federal da Paraíba), 2005;

— *A variante portuguesa do classicismo imperial brasileiro*. João Pessoa-Pa : Editora Universitária/UFPB, 2007;

SOUSA, João José de. “O Convento de S. Francisco no Funchal”, *Diário de Notícias do Funchal*, 5 de Maio de 1985;

SOUSA, Lígia Márcia Cardoso Correia de. *A Arte e os Artistas em Guimarães no Séc. XVIII (1734-1788)*, policopiado, Porto, Seminário de Licenciatura do Curso de Ciências Históricas da Universidade Portucalense, 1999, p. 147 e 150 in Manuel Joaquim Moreira da Rocha. “Pedreiros galegos no nordeste português no século XVIII”, *Actas del Simposio Hispano-Portugués de Historia del Arte : Las Relaciones artísticas entre España y Portugal : Artistas mecenas y viajeros*, Cárceres, Olivença, 3 al., 6 de Novembro de 1993;

SOUZA, José de. “Igreja Franciscana de Cairu : a invenção do Barroco Brasileiro” in **Ferreira-Alves**, Natália Marinho, coord. *Os Franciscanos no Mundo Português – Artistas e Obras I*. Porto : CEPESÉ, 2009;

SOUTO, A. Meyrelles do. “O Arcebispo de Cranganor, D. Frei José Joaquim da Imaculada Conceição de Amarante” in *Voz de Santo António*, Lisboa [S. n.], Ag., 1958;

SOUZA, D. Marcos António de. *Memória sobre a Capitania de Sergipe*, 2.^a ed. Aracaju-SE : DEE, 1944, [1.^a ed. 1808];

SOUSA-LEÃO, Joaquim de. *Frans Post, 1612-1618*. Rio de Janeiro : Livraria Kosmo Editor, 1973, (21 pinturas)⁶⁰⁷;

TEIXEIRA, Fernando José, co-autor; **MACHADO**, Francisco, fotogr.;

⁶⁰⁷ *Franciscan Cloister of Igarapu*, (painel 50 x 41 cms.), 1665, 84. *Franciscan Cloister of Igarapu*, painel (48 x 70 cms.) [s. d.], 130. *Franciscan Cloister*, (painel 16,5 x 25 cms.) [s. d.].

GUIMARÃES, Agostinho, rev. de matriz. *Convento de S. Francisco [de] Guimarães*. Porto : - Marca - Artes Gráficas, 2000;

TEIXEIRA, Vitor Gomes. *O maravilhoso no mundo franciscano português da baixa idade média*. Porto : Granito, imp., 1999;

TELLES, Augusto Carlos da Silva. “O barroco no Brasil: análise da bibliografia crítica e colocação de pontos de consenso e de dúvida”, in *Revista do SPHAN*. Rio de Janeiro : Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional, 1984, n.º 19

___ “Igrejas barrocas do Brasil : Nordeste, Baía, Rio de Janeiro e Minas Gerais”. Lisboa : [S. n.], 1973, Separata *Ocidente*, n.º 84, p. 23-28;

TIRAPELI, Percival, Organizador. *Arte Sacra Colonial : barroco memória viva*. São Paulo : Editora da Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2006;

___ “Iconografia da Fachada da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco em Salvador, Baía”, in *Entre Territórios*, 19.º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas. Cachoeira-Ba, 20 a 25/09/2010. São Paulo : Editora da UNESP, 2010;

TOLLENARE. Luís François. *Notas Dominicanas Tomadas durante uma residência em Portugal e no Brasil nos annos de 1816, 1817 e 1818, Parte Relativa a Pernambuco*. Recife : Empreza do Jornal do Recife, rua 15 de Novembro n.º 47, 1905;

TORRES, António José da Rosa. *Questão sobre a independencia e isempção das ordens terceiras e com especialidade da Ordem Terceira do Carmo de Lisboa rellativamente à freguezia do SS. Sacramento cujo processo corre no Juizo Contencioso do Patriarchado*. Lisboa : Typ. Christovão Augusto Rodrigues, 1878:

UNIVERSIDADE Federal da Baía - GRAU. *Plano Urbanístico de São Cristóvão – n.º 1*. Salvador : UFBA, 1980;

VALENÇA, Manuel. “Presença Franciscana em Faro – Século XVI-XIX”, *Anais do Município de Faro*. Faro : Câmara Municipal de Faro, 1997 / 1998, vols. XXVII / XXVIII;

VALLADARES, Clarival do Prado, MELLO FILHO, Luiz Emygdio de. *Albert Eckhout : a presença da Holanda no Brasil : século XVII*. Rio de Janeiro : Alumbamento, 1990, [Ed. bilingue em português e inglês];

___ *Aspectos da arte religiosa no Brasil : Bahia, Pernambuco, Paraíba*. Rio de Janeiro : Spala, cop. 1981;

___ *Estudos de Arte Brasileira*. Baía : Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial da Bahia, 1960, Publicação n.º 15 da Coleção do Museu do Estado da Bahia;

___ [*et al.*]. *Nordeste histórico e monumental*. [S. l.] : Odebrecht, 1982, 4 vols.⁶⁰⁸;

VARGAS, José Manuel. *Sabonha e S. Francisco*. Alcochete. Câmara Municipal, ed. lit., 2005;

VASCONCELOS, Damião Augusto de Brito, **ANICA**, Arnaldo Casimiro. *Notícias Históricas de Tavira : 1240 - 1840*. Tavira : Edição da Câmara Municipal de Tavira, 1989;

VASCONCELOS, Joaquim de. *Monumentos da arte considerados como subsídio para a história da civilização portuguesa*. Porto : Tip. Costa Carregal, 1913;

VAT, Frei Odulfo Van der. “A Primeira Ordem III.^a do Brasil” Revista dos Franciscanos do Nordeste – Manuscrito impresso. *Santo António*. Baía : Edição do Provincialado, 1942, ano 20, n.º 1;

___ *Princípios da Igreja no Brasil*. Petrópolis : Vozes, 1952;

Venerável Ordem Terceira de S. Francisco. Porto : A Queirós Design / Execução Rocha/artes gráficas Lda.;

Venerável Ordem Terceira de São Francisco do Porto. *Convento de São Francisco do Porto*. Porto : Arq. da Venerável Ordem Terceira de São Francisco do Porto, texto policopiado. [S. n. : s. d.];

WILLEKE, Frei Venâncio, OFM. “Actas capitulares da província franciscana de Santo António do Brasil, 1649-1893”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro : IHGB, 1970, n.º 286;

___ “Arquitetos e Artistas Franciscanos do Brasil Quinhentista”. *Santo António – Órgão da Província Franciscana de Santo António do Brasil*. Salvador - Bahia : Editora Mensageira da Fé Ltda., 1966, n.º 1;

⁶⁰⁸ **1.º vol.:** *O descobrimento, a catequese, os jesuítas...*; **2.º vol.:** *Temas nordestinos na música erudita contemporânea*; **4.º vol.:** *Bahia*.

___ “Convento de St.º Cristo de Ipojuca” *Separata da Revista do Património Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro : IPHAN, 1956, vol. 13;

___ “Inícios da Província da Imaculada Conceição”, in *Revista de História*. São Paulo : Universidade de São Paulo, 1974, vol. L, tomo I;

___ coment., anot. e pref. *Livro dos guardiães do Convento de S. Francisco da Bahia (1587-1862)*. Lisboa : Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, [D.L.], 1973;

___ intr. e notas. “Livro dos guardiães do convento de Santo António de Paraíba (1589-1885)”, *Stydia*. Lisboa : Centro de Estudos Históricos Ultramarinos [D.L.], 1967, p. 173-207;

___ “Os Livros dos Guardiães”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro : IHGB / Departamento de Imprensa Nacional, Janeiro-Março, 1975, vol. 306, 1976;

___ *Resumo Historico do Convento de Santo António e do Santuário do Senhor Santo Christo de Ipojuca*. Edição comemorativa do Jubileu do Santuário (1663-1938). Pernambuco: Editores Religiosos Franciscanos Ipojuca, 1938;

ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins. “Fernando de Portugal, Duque de Viseu” in *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa : Zairol Lda., 1989.

Documentos electrónicos : monografias / contribuições em monografias / publicações em série / artigos de publicações em série

Acervo de Documentação Territorial do Brasil. IBGE (Bibliotecas do Instituto Brasileiro de Estatística e Instituto Brasileiro de Geografia) : Revista de estatística.[Consult. em 02-02-2009]. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/>;

ADEODATO, Sérgio. *Cairu, um Convento que avista o Mar*. [Consult. em 05-02-2009]. Disponível em http://www.horizontegeografico.com.br/index.php?acao=exibirMateria&materia%5Bid_materia%5D=103;

AIMORÉS. [Consult. em 05-02-2009]. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Aimor%C3%A9s>;

ANDRADE, Juliana. *Marechal Deodoro* . [Consult. em 20-07-2008]. Disponível em <http://www.tudoalagoas.com.br/cultura040.htm>;

ARGOLO, José Dirson. *Restauração de Retábulos, Pinturas e Esculturas do Convento Franciscano de Cairu - Exercitação de Conceitos na Área da Restauração*. [Consult. em 05-02-2009]. Disponível em <http://www.abracor.com.br/novosite/congresso/resumos%20em%20pdf/Restaura%E7%E3o%20de%20ret%E1bulos,%20pinturas%20e%20esculturas%20do%20convento%20.pdf>;

AN/TT, (Ref. PT-TT-PP) : *GFE - OFM Portugal, Província de Portugal, 1536, 1590, 1676-[18--]*. [Consult. em 2701-2010]. Disponível em [http://ttonline.dgarq.gov.pt/dserve.exe?dsqServer=calm6&dsqIni=Dserve.ini&dsqApp=Archive&dsqDb=Catalog&dsqCmd=Show.tcl&dsqSearch=\(RefNo=='PT-TT-PP'\)](http://ttonline.dgarq.gov.pt/dserve.exe?dsqServer=calm6&dsqIni=Dserve.ini&dsqApp=Archive&dsqDb=Catalog&dsqCmd=Show.tcl&dsqSearch=(RefNo=='PT-TT-PP'));

“**António Trejo (Frei)**”, *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 120, 2000, p. 56. Disponível em

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_120_2000.pdf;

— *Ibidem*. Disponível em <http://users.bart.nl/~roestb/franciscan/franauta.htm>;

Arquitetura – Restauração, Igreja e Convento de Santo António de Cairu. .
[Consult. em 30-01-2009]. Disponível em
http://www.papamel.org.br/painel_cairu%2001.html;

“**Associações de Fiéis : Normas comuns**” in *Código de Direito Canónico - Cânon 30*, 25 de Janeiro de 1983. [Consult. em 10-03-2008]. Disponível em
http://www.vatican.va/archive/ESL0020/_P10.HTM;

AZEVEDO, D. Joaquim de. *História Eclesiástica da Cidade e Bispado de Lamego*, Porto : Typographia do Jornal do Porto, 1878. [Consult. em 18-05-2009]. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_de_Cristo;

BARBOSA, Diana Moura. “Passado dourado volta ao Convento de Santo António”, *Jornal do Comércio*, 31 de Outubro de 1999. [Consult. em 18 de Maio de 2009]. Disponível em http://www2.uol.com.br/JC/_1999/3110/cc3110a.htm;

Biblioteca António Torres (Rua da Quitanda, 48, Diamantina-MG, 39000-000) “Inventário de Caetano Luís de Miranda (S40)” em *Publicação 2.º Ofício, 1837 - maço 175 [Brasil]*, [03-09-2005](http://www.nggenealogia.com.br/tree/individual.php?pid=I77&ged=php.ged) [Consult. em 21-02-2010]. Disponível em <http://www.nggenealogia.com.br/tree/individual.php?pid=I77&ged=php.ged>;

CABRAL, Ana Karina Pereira. [Consult. em 11-01-2009]. *Passado e Presente: uma análise da potencialidade turística no Conjunto Franciscano de João Pessoa*. Monografia (graduação) - Universidade Federal da Paraíba / CCHLA, Curso de Turismo, 2006, Orientadora: Carla Mary da Silva Oliveira. João Pessoa-Pb : Universidade Federal da Paraíba, Biblioteca Central, Campus I, 2006. Disponível em http://cms-oliveira.sites.uol.com.br/tcc_ana_cabral.pdf;

CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da. *Portuguese Baroque Art in Colonial Brazil - the Heritage of 18th-Century*. [Consult. em 0302-2009]. Lisboa : Universidade Aberta de Portugal. Disponível em http://www.cliohres.net/books/6/Da_Camara.pdf;

Câmara Municipal Marechal Deodoro. *História da Câmara*. [Consult. em 21-08-2008]. Disponível em http://www.camaramarechaldeodoro.com.br/hist_camara.htm;

CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Semana Santa na América Portuguesa : Pompa,*

Ritos e Iconografia. Minas Gerais, Brasil : Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), [Consult. em 29-02-2009]. Disponível em <http://www.upo.es/depa/webdhuma/areas/arte/actas/3cibi/documentos/095f.pdf>;

CARDOSO, P.^e Luís. “*Memórias Paroquiais de 1758*”. (AN/TT mf. 589), “Serpa, Beja : Resposta aos interrogatorios, q’ me foram remetidos ”, *Dicionário Geográfico de Portugal* (cód. Ref. AN/TT PT/TT/MPRQ/34), T. 34 S2, vol. 34, n.º 137, Beja, 1758, fls. 995, 997, 1012 [Consult. em 12-01-2009]. [doc. digitalizado do MS. PT-TT-MPRQ-34-137]. Disponível em <http://digitarq.dgarq.gov.pt/default.aspx?page=regShow&ID=4241691&searchMode=#a>;

CARITA, Rui. Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), 1999. [Consult. em 27-11-2009]. *Capela de São João da Ribeira. IPA PT062203080068*. Disponível em <http://www.monumentos>;

CARREGA, Jorge Manuel Neves, 1974-. *Um tesouro artístico do Algarve*. [Consult. em 02-03-2010]. Disponível em <http://www.regiao-sul.pt/noticia.php?refnoticia=102725>;

CARVALHO, Luís de. “Complexo Arquitectónico da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco” in *Porto Património Mundial : Livro de Ouro*. Porto : O Comércio do Porto. [Consult. em 19-10-2009]. Disponível em <http://amen.no.sapo.pt/O.S.Francisco.htm>;

CARVALHO, Luís Gomes de. “200 Anos Abertura da Barra, Aveiro, 1808–2008”, *Margem Esquerda*. [Consult. em 08-01-2010]. Disponível em <http://raulventuramartins.blogspot.com/2008/03/lus-gomes-de-carvalho.html>;

Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada. *O Convento Franciscano de Olinda : a significância do conjunto*. [Consult. em 03-08-2007]. Disponível em <http://www.ceci-br.org/ceci/en/o-convento-franciscano/a-significancia-do-conjunto.html>;

___ [Consult. em 21-01-2010]. *Restauração de bens integrados de São Francisco de Olinda*. Disponível em <http://www.ceci-br.org/ceci/br/noticias/287-restauracao-de-bens-integrados-sao-francisco-de-olinda.html>;

Cidade de Salvador-Ba. [Consult. em 10-04-2008]. Disponível em

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Salvador_\(Baía\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Salvador_(Baía));

COELHO, Frei José Milton. *Ordem Terceira de São Francisco em Ipojuca : Um Pouco da História*, 08-10-2010. [Consult. em 02-01-2011]. Disponível em <http://freimilton-ofm.blogspot.com/>;

— *Província Franciscana de Santo Antonio : Conspecto Histórico da Província Franciscana de Santo Antonio do Brasil*. Ipojuca, 23-06-2009. [Conuslt. de 13-01-2009]. Disponível em http://freimilton-ofm.blogspot.com/2009_06_01_archive.html;

“**Convento** da Graça” em *Visitar Loulé* . [Consult. em 02-02-2009]. Disponível em <http://www.visitalgarve.pt/visitalgarve/vPT/DescubraAREgiao/164/Concelhos/Loule/Cidade/>;

Convento de Santa Maria dos Anjos. [Consult. em 03-02-2009]. Disponível em: <http://blig.ig.com.br/conventosantamariadosanjos>;

DIAS, Diamantino. *Revista Aveiro*, 2ª Edição : CMA, Julho de 1997. [Consult. em 19-08-2009]. Disponível em <http://www.av.it.pt/aveirocidade/pt/historia.htm>;

DINIS, António. *Igreja dos Terceiros, São João do Souto* IPA PT010303070088 : IHRU, 2001 [Consult. em 27-01-2009]. Disponível em <http://www.monumentos.pt>;

DRUMMOND, Francisco Ferreira, Coord. *Anais da Ilha Terceira, II*, Doc. JJ : Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. [Consult de 12-06-2010]. Disponível em http://pt.wikisource.org/wiki/Anais_da_Ilha_Terceira/II/Documentos;

Estratégia de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife – 2003 / 2005, Versão Técnica. Recife, Agosto de 2002. [Consult.de 11-01-2009]. Disponível em [http://www.citiesalliance.org/cdsdb.nsf/Attachments/brazilrecife1/\\$File/versao1929.pdf](http://www.citiesalliance.org/cdsdb.nsf/Attachments/brazilrecife1/$File/versao1929.pdf) ;

FEIBER, Fúlvio, **FEIBER**, Silmara Dias. *Arquitetura Brasileira : Linguagem Clássica*. [Consult. em 30-01-2009]. Disponível em http://www.fag.edu.br/professores/solange/HISTORIA%20DA%20ARTE,%20ARQUITETURA%20E%20DECORA%C7%C3O/Arq.Brasileira%20Prof.F%20FAlvio/7_Arquitetura%20Religiosa%202.pdf;

FERREIRA, David. *Igreja dos Terceiros de São Francisco N° IPA*

PT011312130251 : IHRU, 2004. [Consult. em 17-11-2009]. Disponível em http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B1.aspx?CoHa=2_B;

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. “Ensaio sobre a arquitectura barroca e neoclássica a norte da bacia do Douro”, *Revista da Faculdade de Letras : Ciências e Técnicas do Património*, Porto, I Série, vol. IV, 2005, [Consult. em 11-01-2009]. p. 135-153. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4940.pdf>;

FLEXOR, Maria Helena Ochi. “Imagens de Roca e de Vestir na Baía”, *Revista OHUN – Revista electrónica do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da UFBA*, Ano 2, nº 2, Outubro 2005. [Consult. em 20-01-2009]. Disponível em http://www.revistaohun.ufba.br/pdf/Maria_Helena.pdf;

FRAGATA, Thiago. *Sobre a Proposição de Inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão na Lista do Património da Humanidade*, 22-05-2008. [Consult. em 05-01-2009]. Disponível em <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=596006&page=3>;

FRAGOSO, Frei Hugo, OFM. *Biblioteca do Convento de São Francisco – Baía*, 20-06-2007. [Consult. em 03-08-2008]. Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_041.html<http://www.topgyn.com.br/conso01/alagoas/conso01a04.php>;

— *Biblioteca do Convento de São Francisco*. [Consult. em 22-02-2009]. Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Frei_Hugo_artigo.pdf;

FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro. “A Talha de Joaquim Francisco Matos Roseira”, in *Revista da Baía : Artes Plásticas*. Baía : Fundação Cultural do Estado da Baía / Secretaria Cultural. [Consult. em 21-10-2009]. Disponível em <http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/04/revista%20da%20bahia/Artes%20Plasticas/atalha.htm>.;

Frutuoso Barbosa. [Consult. em 29-03-2009]. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Frutuoso_Barbosa;

Fundação Educacional do Baixo São Francisco Dr. Raimundo Marinho. *Desenvolvimento do Baixo São Francisco*. [Consult. em 20-12-2008]. Disponível em http://www.frm.edu.br/?pag=penedo&s=pontos_turisticos;

Fundação Joaquim Nabuco. *História*. Recife. . [Consult. em 04-04-2009]. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/docs/indoc/lab/rel.doc>;

GASPARINI, Graziano. “Barroco no Brasil: Mais qualidade que quantidade” *in América, Barroco y Arquitectura*, Capítulo IX, trad. Letícia Ligneul Cotrim, revisão técnica de Mauro Almada. Caracas : Ernesto Armitano Editor, 1972 [Consult. em 02-07-2008]. Disponível em http://www.vivercidades.org.br/publique_222/web/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=539&sid=21&tpl=printerview;

Governo dos Açores, Museu de Angra. *Igreja de Nossa Senhora da Guia do Convento de S. Francisco de Angra*. [Consult. em 10-06-2010]. Disponível em <http://museu-angra.azores.gov.pt/exposicoes/permanentes/igreja-n-s-guia.html>;

Governo Civil de Lisboa. *O Convento de S. Francisco da Cidade*. [Consult. em 27-01-2010]. Disponível em <http://www.gov-civil-lisboa.pt/inicio/governo-civil/historia/edificio/>;

GRAÇA, Ricardo. *Centro Histórico da Cidade de Braga*. 2006 [Consult. em 08-05-2008]. IPA PT010303070088. Lisboa : IHRU. Disponível em <http://www.monumentos.pt>;

HALLEY / ANA CRISTINA. 09-11-2009 [Consult. em 05-01-2010]. *Igreja da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitenciar*. Disponível em <http://rememorarte.blog.br/?p=107>;

Higiene Pública : Cemitérios Municipais do Porto - Um Pouco de História. .. [Consult. em 21-02-2009]. Disponível em <http://www.cm-porto.pt/gen.pl?fokey=cmp.stories/2374&op=view&p=stories>;

IGESPAR. *Núcleo Intramuros de Serpa em Vias de Classificação*. [Consult. em 27-08-2009]. Disponível em <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/benscomproteccaolegal/detail/333297/>;

Igreja do Convento de S. Francisco. [Consult. em 21-02-2009]. Disponível em http://www.360portugal.com/Distritos.QTVR/Porto.VR/vilas.cidades/Porto/a3_igsfrancisco.html;

IPHAN. *Candidatura da Praça de São Francisco em São Cristóvão (SE) é*

reconhecida de valor universal, 11-07-2008 [Consult. em 15-06-2007]. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=13989&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia;>

___ Arquivo Noronha Santos. *Livro de Tombo*. [Consult. em 15-06-2007]. Disponível em <http://www2.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>;

___ *Convento e Igreja de santo António de Ipojuca*. [Consult. em 13-01-2008]. Disponível em

http://www.cultura.gov.br/noticias/noticias_do_minc/index.php?p=22162&more=1&c=1&pb=1;

História da Câmara Municipal de Marechal Deodoro. [Consult. em 21-08-2008]. Disponível em http://www.camaramarechaldeodoro.com.br/hist_camara.htm;

História de Real : resumo Histórico. Freguesia de Real, 2004. [Consult. em 07-01-2009]. Disponível em <http://www.jf-real.com/historia.html>;

Introdução da História de Penedo Alagoas. [Consult. em 04-09-2008]. Disponível em <http://www.canalpenedo.com.br/v2/historia.php>;

JESUS, Francisco. 1997, **BANDEIRA**, Filomena, 2002. *Convento de São Francisco de Coimbra*. [Consult. em 11-01-2008]. *IPA n.º PT020603160020* : ex-DGEMN. Disponível em http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B2.aspx?CoHa=2_B1;

Jornal da Midea. *Petrobras inicia restauração de convento em Cairu*. 2007-01-2006 [Consult. em 05-02-2009]. Disponível em http://www.jornaldamidia.com.br/noticias/2007/01/06/Baía_Nacional/Petrobras_inicia_restauracao_de_c.shtml;

LACERDA, Miguel, ref. **DIAS**, Diamantino. *Revista Aveiro*, CMA, p. 8, 2ª Edição, Julho, 1997. [Consult. em 19-08-2009]. Disponível em <http://www.av.it.pt/aveirocidade/pt/historia.ht>;

LAMEIRA, Francisco. “Convento de São Francisco”, *Edifícios e Monumentos* : RADIX - Ministério da Cultura, p. inicial e sg. Disponível em <http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?id=3043>;

___ 1996; **GIEBELS**, Daniel, 2005. [Consult. em 19-07-2009]. *Igreja e*

Convento da Ordem Terceira de São Francisco. IPA PT050805050076. Disponível em <http://www.monumentos.pt>;

___ 1997 [Consult. em 24-02-2010]. *Igreja e Convento de São Francisco e Cemitério anexo*, IPA PT05081406002 : ex-DGMN, Disponível em <http://www.monumentos.pt>;

Livro de Ouro do Centenário da Cidade de Guimarães : Câmara Municipal de Guimarães, 1954, [s. p.], “Percursos de um Industrial”, *Boletim de Trabalhos Históricos*, 2003, p. 141, 142. [Consult. em 05-03-2009]. Disponível em http://www.csarmento.uminho.pt/docs/amap/bth/bth2003_05.pdf;

MAGALHÃES, Ana Cláudia Vasconcelos. *Frades, Artistas, Filósofos: O Convento de Santa Maria Madalena e a atitude franciscana frente à natureza – ontem e hoje* : Universidade Federal de Alagoas, Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitectura e Urbanismo, Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado, Maceió, 2005. [Consult. em 21-08-2008]. Disponível em http://bdtd.ufal.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=68;

___ *O Complexo Conventual de Santa Maria Madalena : Perfil Histórico, Arquitectural e artístico do Antigo Convento.* Disponível em Ana Cláudia Vasconcelos MAGALHÃES. *cit.*, 2.º Cap., p. 84. [Consult. em 20-07-2008]. Disponível em http://bdtd.ufal.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=69;

MARTINS, William de Souza. *Ordem Terceira de São Francisco no Rio de Janeiro Colonial : História, Religiões e Práticas Religiosas*: SBPH, 2006 [Consult. em 05-01-2009]. Disponível em <http://sbph.org/2006/historia-religioes-e-praticas-religiosas/william-de-souza-martins>;

MATIAS, Cecília. 2003 [Consult. em 11-01-2008]. *Fonte dos Amores*, n.º IPA PT021008040023 : ex-DGEMN. Disponível em <http://www.monumentos.pt>;

___ 2009 [Consult. em 11-01-2008]. *Portugal dos Pequenitos e a Quinta das Lágrimas*, n.º IPA PT02060316034 : ex-DGEMN. Disponível em <http://www.monumentos.pt>;

MAYER, Vilmar Francisco. “Aspectos Gerais da Arquitectura Religiosa Colonial Baiana”, *ARQTEXTO* 3-4. . [Consult. em 02-02-2009]. Disponível em http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_3-

[4/15_Vilmar%20Francisco%20Mayer.pdf](#);

MENDONÇA, Isabel. 1994, **PEREIRA**, Ricardo, 2000. [Consult. em 21-08-2009]. Convento de Santo António / *Convento de São Francisco, n.º IPA PT040213050001* : DGMN. Disponível em <http://www.monumentos.pt>;

MENEGUELLO, Cristina. *A preservação do património e o tecido urbano : A reinterpretção do passado histórico*, 01-08-2000, Parte 1. [Consult. em 13-02-2008]. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp007.asp>;

MORAES, Juliana de Mello. “As associações religiosas enquanto espaços de poder: as famílias paulistanas e a ordem terceira de São Francisco (século XVIII)” in *Colóquios 2008 (trilingue) : Familia y organización social en Europa y América siglos XV-XX : Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Murcia-Albacete, 12-14 diciembre 2007. [Consult. em 07-11-2009]. Disponível em <http://nuevomundo.revues.org/29142>;

Morro de São Paulo : Ilha de Cairu - Cairu. [Consult. em 05-02-200] Disponível em http://www.hotelnatureza.com/natureza/morro_archipelago_de_tinhareboipeba.htm;

Município de Guimarães. *Guimarães 2212 : Capital Mundial da Cultura* [Consult. em 17-02-2009]. Disponível em http://www.cm-guimaraes.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=5046;

MURARO, Carmen Lucia, **MELLO NETO**, Ulysses Pernambucano de. “Azulejaria Convento Franciscano de Santo António do Recife - do objecto construído ao museu em construção” in *XII Congresso da ABRACOR* (Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais). Recife, 2006. [Consult. em 05-05-2009]. Disponível em <http://www.abracor.com.br/novosite/congresso/resumos%20em%20pdf/Azulejaria%20Convento%20Franciscano%20de%20Santo%20Ant%F4nio%20do%20Recife.pdf>;

NETO, João, 1991, **XAVIER**, António , 1998. [Consult. em 21-02-2009]. *Convento de Santo António dos Capuchos de Loulé*, in *IPA PT050808090010* : DGMN. Disponível em <http://www.monumentos.pt>;

NEVES, Carlos Paiva. “3. A presença Templária e da Ordem Terceira de S. Francisco na vila de Pavia”, pt. 2 in *O Franciscanismo de Colon* – pt. 2. Cuba, Alentejo, 23-05-2009. Disponível em <http://colombo-o->

novo.blogspot.com/2009_07_01_archive.html;

OLIVEIRA, Carla Mary S. “Arte Colonial e Mestiçagens no Brasil Setecentista: Irmandades, Artífices, Anonimato e Modelos Europeus nas Capitanias de Minas e do Norte do Estado do Brasil”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. João Pessoa-Pa : IHGP, 2006, p. 5. [Consult. em 29-03-2009]. Disponível em http://cms-oliveira.sites.uol.com.br/V_mesticagens_2010.pdf;

___ “O forro da Casa de Orações dos Terceiros no Convento de Santo António da Paraíba : algumas questões sobre suas imagens e a vida de São Francisco de Assis” in *XXIV Simpósio Nacional de História - Simpósio Temático Imagens de Arte : fronteiras disciplinares entre história da imagem e história da arte*. São Leopoldo-RS, 15/20-07-2007. [Consult. em 11-01-2009]. Disponível em http://cms-oliveira.sites.uol.com.br/anpuh_2007.pdf;

OLIVEIRA, Manuel Alves de. “A propósito do retábulo-mor da igreja de São Francisco de Guimarães” in *Boletim de Trabalhos Históricos*, p. 38. [Consult. de 12-01-2010]. Disponível em http://www.csarmento.uminho.pt/docs/amap/bth/bth1962_03.pdf;

PASSOS, Tânia. *Relíquia franciscana em obras Restauração ...*, 29-08-2010. [Consult. em 21-02-2010]. Disponível em http://www.diariodepernambuco.com.br/2010/08/29/urbana1_0.asp;

Palmeira-imperial. [Consult. em 11-01-2009]. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Palmeira_imperial;

PASSOS, Tânia. “Relíquia franciscana em obras : Restauração de convento tombado pelo Iphan vai custar R\$ 2,7 milhões e movimentar o turismo local” in *Diário de Pernambuco.com.br : Vida Urbana*, 29-08-2010 [Consult. em 21-02-2010]. em: http://www.diariodepernambuco.com.br/2010/08/29/urbana1_0.asp;

Património Histórico, Cultural e Natural : Salvador Baía em <http://www.casadatorre.org.br/patrimonio.htm##10>;

“**Percursos** de um Industrial” in *Livro de Ouro do Centenário da Cidade de Guimarães* : Câmara Municipal de Guimarães, 1954, s/p. [Consult. em 03-01-2008]. Disponível em http://www.csarmento.uminho.pt/docs/amap/bth/bth2003_05.pdf;

PEREIRA, Sonia Gomes org. *Anais do VI Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*. Rio de Janeiro : CBHA/PUC-Rio/UERJ/UFRJ, 2004, vol. 1. [Consult.

em 05-02-2009]. Disponível em http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arg070/arg070_02.asp;

PINTO, Carvalho. *Igreja e convento de Nossa Senhora dos Anjos*. 10-07-2004. [Consult. em 03-09-2008]. Disponível em <http://www.visitealagoas.com.br/cidades%20turisticas%20-%20penedo.htm>;

Plano de Desenvolvimento Turístico de Serpa. [Consult. em 12-01-2009]. Disponível em <http://www.cm-serpa.pt/ficheiros/pdt-final.pdf>;

Plano Director de Conservação, do Conjunto Franciscano de Olinda, Relatório Intermédio. [Consult. em 03-08-2007]. Disponível em http://ceci-br1.locaweb.com.br/convento_1_6-9;

Ponto de Cultura Marechal em Movimento, 30 de Maio de 2008. [Consult. em 21-08-2008]. Disponível em http://www.marechalemovimento.com.br/marechal_deodoro.php;

Prefeitura de Igarassu. *Nossa História*. [Consult. em 30-04-2009]. Disponível em <http://www.igarassu.pe.gov.br/>;

Prefeitura de São Francisco do Conde. *A cidade : História*. [Consult. em 02-05-2010]. Disponível em <http://www.saofranciscodoconde.ba.gov.br/conteudo.aspx?t=CIDADE&p=CHISTO>;

Projecto de Lei n.º 151/IX. *Elevação da vila de Serpa, concelho de Serpa, à categoria de cidade*. [Consult. em 27-08-2009]. Disponível em <http://www.pcp.pt/ar/legis-9/projlei/pjl151.htm>;

Projecto Museave – “Era uma Vez em Aveiro”. [Consult. em 19-08-2009]. Disponível em <http://www.eraumavezemaveiro.com/index.php?ID=1163>;

REGINALDO, Lucilene. “Irmandades e devoções de africanos e crioulos na Bahia setecentista: histórias e experiências atlânticas” in *Stockholm Review of Latin American Studies*, Março, 2009, n.º 4. [Consult. em 01-02-2010]. Disponível em http://www.lai.su.se/gallery/bilagor/SRoLAS_No4_2.%20Irmandades%20e%20devoc%CC%A7o%CC%83es%20de%20africanos.pdf;

“**Rocha** José Joaquim da (1737 - 1807) : Biografia - Pintor, encarnador, dourador e restaurador”. em *Eciclopédia Itaú Cultural : artes visuais*. [Consult. em 20-12-2005]. Disponível em

http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=2309&cd_item=1&cd_idioma=28555;

ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da. “Pedreiros galegos no nordeste português no século XVIII”, *Actas del Simposio Hispano-Portugués de Historia del Arte : Las Relaciones artísticas entre España y Portugal : Artistas mecenas y viajeros*, Cárceres, Olivença, 03/06-11-1993, p. 10 [Consult. em 05-05-2009]. Disponível em <http://209.85.229.132/search?q=cache:WViEGTE01MgJ:repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/14033/2/16PEDREIROSGALEGOS000073151.pdf+pedreiro+pedro+louren%C3%A7o&cd=2&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt;>

RUÃO, Carlos. .. *Igreja do Convento de Santo António e seu claustro, Capela da Ordem Terceira de São Francisco e anexos conventuais (Casa do Despacho)*, 1996. [Consult. em 12-01-2008]. Disponível em <http://www.monumentos.pt;>

SÁ, Arnaldo Motta, Frei. *Convento Santa Maria dos Anjos : Para conhecimento e valorização do nosso grande património cultural e religioso*, 04-12-2008 [Consult. em 03-09-2009]. Disponível em [http://blig.ig.com.br/conventosantamariadosanjos/;](http://blig.ig.com.br/conventosantamariadosanjos/)

SAMPAIO, Wilson Vilar. “Pequeno Guia das Antigas Ruas do Recife”, Separata do artigo *Torre Malakoff*. 24-08-2006. [Consult. em 17-01-2009]. Disponível em <http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=41703&cat=Artigos&vinda=S;>

São Francisco do Conde. [Consult. em 02-05-2010]. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Francisco_do_Conde;

São Francisco do Conde – Caracterização. 29-07-2008. [Consult. em 02-05-2010]. Disponível em <http://www.mapavivo.com.br/index.php/caracterizacao/95-bahia/13496-rota-mapa-rotas-mapas-america%20do%20sul-rotas%20e%20mapas-S%C3%A3o%20Francisco%20do%20Conde;>

Secretaria de Turismo. *Bahía*. [Consult. em 09-09-2008]. Disponível em [http://www.setur.ba.gov.br/roteiros/baia/cachoeira_atrativos.asp;](http://www.setur.ba.gov.br/roteiros/baia/cachoeira_atrativos.asp)

SERENO, Isabel, 1993, **GONÇALVES**, Joaquim, 2004. *Convento de São Francisco de Guimarães : IPA PT010308630027 : DGMN*. Disponível em <http://www.monumentos.pt;>

— **SANTOS**, João, **NOÉ**, Paula. *Igreja de São Francisco do Porto, N° IPA*

PT011312130005 : IHRU, 1994, 1998. Disponível em <http://www.monumentos.pt>;

SILVA, Maria Angélica da, **MAGALHÃES**, Ana Cláudia V. *Anais do II Encontro Internacional de História Colonial*. “O Barroco como Horizonte e a Paisagem vista do Particular, Uma Prática dos Conventos Franciscanos do Nordeste?”, in *Mneme - Revista de Humanidades*. UFRN. Caicó-RN (Rio Grande do Norte), vol. 9. n.º 24, Set/Out, 2008. [Consult. em 02-01-2009]. Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais;

SOUSA, Alberto de. *A invenção do barroco brasileiro: a igreja franciscana de Cairu*. João Pessoa : EDUFPB (Editora da Universidade Federal da Paraíba), 2005 [Consult. em 01-08-2008 / 30-01-2009]. Disponível em http://www.papamel.org.br/painel_cairu%2001.html;

— *Igreja franciscana de Cairu: a invenção do barroco brasileiro* : Portal Vitruvius. Março de 2006. [Consult. em 05-02-2009]. Disponível em http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arg070/arg070_02.asp;

SOUSA, Lúcia Márcia Cardoso Correia de. *A Arte e os Artistas em Guimarães no Séc. XVIII (1734-1788)*, policopiado, Porto, Seminário de Licenciatura do Curso de Ciências Históricas da Universidade Portucalense, 1999, in Manuel Joaquim Moreira da **ROCHA**. “Pedreiros galegos no nordeste português no século XVIII”, *Actas del Simpósio Hispano-Portugués de Historia del Arte : Las Relaciones artísticas entre España y Portugal : Artistas mecenas y viajeros*, Cárceres, Olivença, 3 al, 6 de Novembro de 1993. Disponível em <http://209.85.229.132/search?q=cache:WViEGTE01MgJ:repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/14033/2/16PEDREIROSGALEGOS000073151.pdf+pedreiro+pedro+louren%C3%A7o&cd=2&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt>;

SOUTELO, Luiz Fernando Ribeiro. *Convento de Santa Cruz e a Igreja Conventual: a presença franciscana*. [Consult. em 02.05-2008] Disponível em http://thiagofragata.blogspot.com/2008_02_01_archive.html;

SPÍNOLA, José. 02-02-2007. [Consult. em 03-02-2009]. Disponível em <http://www.cidteixeira.com.br/site/projetos.php?id=3>;

Sub-regiões do Nordeste do Brasil. [Consult. em 29-03-2009]. Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Zona_da_Mata_\(Nordeste\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Zona_da_Mata_(Nordeste));

TIRAPELI, Percival. .. “Iconografia da Fachada da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco em Salvador, Baía”, in *Entre Territórios*, 19.º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas. Cachoeira-Ba : UNESP, 25-09-2010. [Consult. em 03-01-2011]. Disponível em http://www.anpap.org.br/2010/pdf/chtca/percival_tirapeli.pdf;

TRAJANO FILHO, Francisco Sales. *Do rio ao mar. Uma leitura da cidade de João Pessoa entre duas margens*. [Consult. em 02-08-2007]. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arg000/esp391.asp>;

VAINSENER, Semira Adler. *Capela Dourada*. Recife, 30-09-2003 : Fundação Joaquim Nabuco. [Consult. em 01-08-2008]. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=300&textCode=1737&date=currentDate>;

— *Convento Franciscano de Santo António (Recife, PE)*. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. 22-07-2003 (atualizado em 22-10-2009). [Consult. em 19-12-2009]. Disponível em <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>;

— *Sé de Olinda*. Pernambuco. [Consult. em 20-06-2007]. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=317&textCode=1999&date=currentDate>;

VALE, Teresa, **FERREIRA** Maria, **COSTA** Sandra, 2000. [Consult. em 03-05-2009]. *Convento de Santo António de Charnais, N.º IPA PT00311010200046* : ex-DGMN. Disponível em <http://www.monumentos.pt>;

VASCONCELOS, Maria da Assunção Jácome de, **ARAÚJO**, António de Sousa. *Bulário Bracarense: Sumários de Diplomas Pontifícios dos Séculos XI a XIX*. Braga : Arquivo Distrital de Braga, Universidade do Minho, 1986. Disponível em <http://www.di.uminho.pt/jcr/PROJS/bb/BBOnline/livro.pdf>;

WANDECK, Renato. *Convento de São Francisco*, Olinda-Pe. [Consult. em 03-09-2007]. Disponível em www.ceramicanorio.com;

Zona da Mata. [Consult. em 03-01-2009]. Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Zona_da_Mata_\(Nordeste\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Zona_da_Mata_(Nordeste)).